

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Inovação e Tecnologias Sociais no Turismo Rural: um estudo sobre a
Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural (Lima Duarte, MG).**

Annaelise Fritz Machado
Doctor Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

ANNAELISE FRITZ MACHADO

**Inovação e Tecnologias Sociais no Turismo Rural: um estudo sobre a
Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural (Lima Duarte, MG).**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Marcelo L. R. de Oliveira

Coorientadora: Yasmin X. Guimarães Nasri

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M149i Machado, Annaelise Fritz, 1978-
2026 Inovação e tecnologias sociais no turismo rural: um estudo sobre a Associação Entre Serras - Turismo no Meio Rural (Lima Duarte- MG) / Annaelise Fritz Machado. – Viçosa, MG, 2026. 1 tese eletrônica (415 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, 2026.

Referências bibliográficas: f. 368-387.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.093>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Turismo rural - Lima Duarte (MG). 2. Turismo rural - Aspectos sociais - Lima Duarte (MG). 3. Agricultura familiar - Lima Duarte (MG). 4. Associação Entre Serras - Turismo no Meio Rural - Lima Duarte (MG). I. Oliveira, Marcelo Leles Romarco de, 1972-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. III. Título.

CDD 22. ed. 338.47918151

ANNAELISE FRITZ MACHADO

Inovação e Tecnologias Sociais no Turismo Rural: um estudo sobre a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural (Lima Duarte, MG).

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 26 de fevereiro de 2026.

Assentimento:

Annaelise Fritz Machado
Autora

Marcelo Leles Romarco de Oliveira
Orientador

Essa tese foi assinada digitalmente pela autora em 24/03/2026 às 14:41:26 e pelo orientador em 24/03/2026 às 15:02:53. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **EU93.HTAM.4DAF** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Agradeço de forma especial ao meu orientador, Marcelo Leles de Oliveira Romarco, pelos ensinamentos que ultrapassaram a dimensão técnica da orientação acadêmica.

À minha coorientadora, Yasmin Xavier Nasri, por complementar este percurso com um olhar qualificado e sensível oriundo da área do Turismo.

Registro também meu reconhecimento à banca avaliadora, composta por Anne Bastos Martins Rosa, André Luiz Lopes de Faria, Bruno Miguel Barbosa de Sousa, Lucas Gamonal, Magno Ângelo Kelmer, Roseni Aparecida de Moura, pelo papel fundamental desempenhado na avaliação desta tese.

Registro um agradecimento especial à Fernanda Corrêa, turismóloga e parceira de trabalho, cuja atuação foi fundamental para a aproximação inicial com o campo de pesquisa.

Esta pesquisa só se tornou possível graças à generosidade, à confiança e ao acolhimento dos atores desta pesquisa, que aceitaram compartilhar suas trajetórias, práticas e experiências no contexto do Turismo Rural.

Registro meu agradecimento profundo aos 11 associados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural de Lima Duarte – MG, que participaram das entrevistas e abriram seus espaços, histórias e cotidianos para a construção desta tese.

Agradeço também a Diogo Guimarães, que atuava no marketing da Associação Entre Serras e às redes colaborativas e institucionais que dialogam com os associados e com a comunidade de Lima Duarte: ao SENAR, em nome de Fernanda Corrêa; ao Sindicato Rural de Lima Duarte, em nome de Ednon Ramos; ao SEBRAE, em nome de José Tarcísio de Paula; ao turismólogo Alexandre Delgado da Silva, morador de Lima Duarte; à Instância de Governança Regional – Circuito Serras de Ibitipoca, em nome de Márcio Lucinda; e à Secretaria de Administração, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer da Prefeitura de Lima Duarte, em nome de Allisson Vilela Paula.

Agradeço, com todo o meu amor e reconhecimento, à minha família, que foi meu alicerce ao longo de toda esta trajetória. À minha mãe, Rosângela, à minha tia Regina, à minha irmã Viviane e ao meu sobrinho Pedro.

Ao meu companheiro, Janderson, pela parceria diária, pela paciência nos dias difíceis, pela escuta atenta, pelo incentivo constante.

A Vitor Hugo V. Rangel Junior, deixo meu sincero agradecimento pela amizade, confiança e apoio ao longo de toda esta trajetória.

Agradeço a Deus, fonte de fé, proteção e esperança, por me conduzir nos momentos de incerteza e por renovar minhas forças nas fases mais desafiadoras desta caminhada. Aos meus avós, Dilza e Jorge, in memoriam, minha gratidão eterna, vocês foram a base para eu chegar até aqui.

Aos meus amigos e amigas do Grupo de Pesquisa em Conflitos Ambientais, Agricultura e Sociedade (PACAB) - Sara, Guilherme, Daniel, Maria Clara, Amanda, Túlio e Renato.

Aos amigos do doutorado - Flávia, Guilherme, Sara, Maya, Brendo, Gabriel e Gisele, deixo um agradecimento pela presença constante ao longo de toda essa trajetória.

Agradeço ao Romildo, secretário da Pós-Graduação, pela disponibilidade, pelo profissionalismo e pela atenção nos momentos mais decisivos do percurso acadêmico.

Deixo meu agradecimento sincero à Universidade Federal de Viçosa, instituição que tornou possível esta trajetória acadêmica e pessoal. Agradeço ao corpo docente altamente qualificado, que não apenas transmitiu conhecimentos, mas foram sujeitos críticos, éticos e comprometidos com a sociedade.

RESUMO

MACHADO, Annaelise Fritz, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2026. **Inovação e Tecnologias Sociais no Turismo Rural: um estudo sobre a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural (Lima Duarte, MG)**.. Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira. Coorientadora: Yasmin Xavier Guimarães Nasri.

Esta tese analisa o Turismo Rural como expressão da pluriatividade e da multifuncionalidade no espaço agrário brasileiro, tomando como estudo de caso a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, situada em Lima Duarte (MG). A pesquisa foi orientada pela seguinte questão norteadora: quais inovações e tecnologias sociais no turismo rural estão sendo implementadas nos territórios vinculados à Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, e de que forma essas práticas se manifestam nas ações e interações dos diferentes atores envolvidos? Metodologicamente, combinou-se pesquisa bibliográfica e documental, com método de revisão sistemática baseada no modelo PRISMA, entrevistas semiestruturadas, anotações em caderno de campo e observação direta, com tratamento dos dados orientado pela análise de conteúdo de Bardin (2020). A pesquisa de campo foi realizada entre 2024 e 2026, período no qual foram entrevistados os 11 associados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, além de 7 representantes de redes colaborativas e instituições parceiras que atuam no território. Os resultados revelam que as inovações e tecnologias sociais implementadas pelos associados da Entre Serras traduzem novas formas de organização produtiva e cooperativa, reforçando o capital social, a sustentabilidade e o protagonismo dos agricultores familiares e neorrurais. Essas práticas geram impactos positivos na diversificação de renda, na valorização cultural, na conservação ambiental e na educação territorial, embora persistam desafios relacionados à profissionalização no atendimento ao turista, à comunicação digital e ao equilíbrio entre as atividades turísticas e agropecuárias.

Palavras-chave: Pluriatividade; Multifuncionalidade; Turismo Rural; Inovação Social; Tecnologia Social; Associação Entre Serras

ABSTRACT

MACHADO, Annaelise Fritz, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2026. **Social Innovation and Social Technologies in Rural Tourism: a study on the Entre Serras Rural Tourism Association (Lima Duarte, MG, Brazil)**. Adviser: Marcelo Leles Romarco de Oliveira. Co-adviser: Yasmin Xavier Guimarães Nasri.

This thesis analyzes Rural Tourism as an expression of pluriactivity and multifunctionality in the Brazilian agrarian space, using as a case study the Entre Serras Association – Tourism in Rural Areas, located in Lima Duarte, Minas Gerais, Brazil. The research was guided by the following research question: which social innovations and social technologies in rural tourism are being implemented in the territories linked to the Entre Serras Association – Tourism in Rural Areas, and how do these practices manifest in the actions and interactions of the different actors involved? Methodologically, the study combined bibliographic and documentary research with a systematic review based on the PRISMA model, semi-structured interviews, field notebook records, and direct observation, with data treatment guided by Bardin's content analysis (2020). Field research was conducted between 2024 and 2026, during which 11 members of the Entre Serras Association – Tourism in Rural Areas were interviewed, as well as seven representatives of collaborative networks and partner institutions operating in the territory. The results reveal that the social innovations and social technologies implemented by the Entre Serras members translate into new forms of productive and cooperative organization, strengthening social capital, sustainability, and the protagonism of family farmers and neo-rural actors. These practices generate positive impacts on income diversification, cultural valorization, environmental conservation, and territorial education. However, challenges remain related to professionalization in tourist services,

Keywords: Pluriactivity; Multifunctionality; Rural Tourism; Social Innovation; Social Technology; Entre Serras Association

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de Localização de Lima Duarte.....	38
Figura 2 -	Representantes da Associação Entre Serras Turismo no Meio Rural.....	46
Figura 3 -	Técnicas de Coleta de Dados da Pesquisa Qualitativa.....	48
Figura 4 -	Etapas da Elaboração da Revisão Sistemática modelo Prisma.....	57
Figura 5 -	Mapa de Localização das Propriedades Rurais dos Associados pertencente à Entre Serras – Turismo no Meio Rural de Lima Duarte – MG.....	199
Figura 6 -	Alguns tipos de pratos servidos à <i>la carte</i> no Restaurante Rancho Alegre.....	242
Figura 7 -	Almoço mineiro, sobremesas e produtos produzidos na fazenda Casinhas.....	243
Figura 8 -	Alguns dos produtos direcionados ao PNAE, doces de fruta caseiros e peixes produzidos no restaurante do Pesqueiro do Tarcísio.....	244
Figura 9 -	Carnes de Cordeiro produzidas pelo Cordeio & Cia - Sítio Urucum.....	245
Figura 10 -	Alimentos Orgânicos, colhidos na Fazenda Porteira de Chave.....	246
Figura 11 -	Café da manhã e almoço preparado com os insumos da própria Fazenda Porteira de Chave.....	247
Figura 12 -	Almoço no fogão à lenha e café da manhã, produzidos pelos proprietários da Cachoeira do Arco-Íris.....	248
Figura 13 -	Cartazes de divulgação dos dois últimos “Arraiás” e algumas imagens do evento.....	253
Figura 14 -	Feirão da Roça de Lima Duarte – MG.....	255
Figura 15 -	Silo que se transformou em chalé para hospedes no Sítio Pilar.....	261
Figura 16 -	Casa de Pedra da Bee Nectar na Reserva Andirá.....	262
Figura 17 -	Propriedades rurais (casa 1 e 2) que hoje servem de meio de hospedagem - Sítio Pilar.....	263
Figura 18 -	Chalés que hoje servem de meio de hospedagem – Sítio Pilar.....	264
Figura 19 -	Atividades pedagógicas desenvolvidas no Sítio Urucum.....	269
Figura 20 -	Atividades pedagógicas desenvolvidas com escolas da região de Lima Duarte – Casinhas.....	270
Figura 21 -	Turismo pedagógico realizado no Pesqueiro do Tarcísio.....	273
Figura 22 -	Turismo Pedagógico na Fazenda Paiol Velho: Epamig, Instituto de Laticínios Cândido Tostes (ILCT), Uniacademia de Juiz de Fora, Jornalistas do Brasil.....	274
Figura 23 -	Turismo Pedagógico no Sítio Primavera: Escola de queijo, EMATER, SEBRAE, imersões com públicos diversos e Jornalistas do Brasil.....	276
Figura 24 -	Turismo Pedagógico desenvolvido pela Bee Nectar na Reserva Andirá.....	277

Figura 25 -	Produtos feitos à base de mel, que são comercializados pela Bee Nectar.....	278
Figura 26 -	Cachoeira Prainha da Conga.....	281
Figura 27 -	Complexo de Cachoeiras: Cachoeira do Arco-Íris, Cachoeira do Alto, Cachoeira do Y, Cachoeira da Garganta, Cachoeira do Pilão.....	284
Figura 28 -	Casamentos realizados na Cachoeira do Arco Íris.....	286
Figura 29 -	Pesque Pague e Pesque Solte no Pesqueiro do Tarcísio.....	289
Figura 30 -	Pesque Pague da Porteira de Chave.....	291
Figura 31 -	Queijaria, Queijo Minas Artesanal Agroecológico, Degustação, Evento e Vaca Leitaria do da Fazenda Paiol Velho.....	295
Figura 32 -	Queijaria, Queijo Minas Artesanal, Degustação, Evento e Vaca Leitaria do Sítio Primavera.....	296
Figura 33 -	Rapel praticado no espaço da Prainha da Conga.....	300
Figura 34 -	Vista do Pão de Angu pelas trilhas do Sítio Primavera; durante o trekking.....	301
Figura 35 -	Trilhas que levam aos atrativos Duchinha Cascatinha; Santinha do Bosque e Pedra do Gorila no Sítio Primavera.....	303
Figura 36 -	Curso de Observação de Pássaros, realizado pela Bee Nectar na Reserva Andirá.....	305
Figura 37 -	Juças da Reserva Andirá, em suas várias fases de desenvolvimento, até chegar a dar o fruto.....	307
Figura 38 -	Grutas que levam a antigas áreas de Mineração, datadas de 1951, localizadas dentro da fazenda Porteira de Chave.....	310
Figura 39 -	Forró montado pela Prainha da Conga.....	312
Figura 40 -	Roteiro no Corte Fundo, localizado em São Domingos da Bocaina – Lima Duarte, MG.....	314
Figura 41 -	Apreciação e degustação de méis de abelhas com ferrão e sem ferrão - Bee Nectar na Reserva Andirá.....	319
Figura 42 -	Soluções Ambientais e Sanitárias.....	327
Figura 43 -	Defumação de carne - Ranho Alegre; Escadas de madeira e deck com mirante - Prainha da Conga; caminho e corrimão de madeira - Porteira de Chave e cercas e caminho com blocos - Rancho Alegre	330
Figura 44 -	Deck para pescaria - Porteira de Chave; Cerca de bambu - Porteira de Chave; Pequena Ponte de madeira (pinguela) - Porteira de Chave; Cerca de madeira para galpão – Casinhas; Varal de arame e madeira - Prainha da Conga; Cerca de arame e madeira – Cachoeira do Arco Íris; Paiol - Sítio Pilar.....	331
Figura 45 -	Troncos, bambu e panela de ferro para plantas – Porteira de Chave e Sítio Pilar; Rede e mandala - Sítio Pilar; Caule da árvore com bordado – Rancho Alegre; Crochê para vaso de planta - Sítio Urucum; Cuia ornamentativa - Rancho Alegre; Carro de Boi ornamentativo – Pesqueiro do Tarcísio e Paiol Velho; Roda de carro de boi usada como lustre – Sítio Pilar.....	335

- Figura 46** - Banco grande com tronco e tocos de madeira – Rancho Alegre e Porteira de Chave; Bicicleta decorativa – Sítio Pilar; Mesa polida feita com troncos de madeira da fazenda – Prainha da Conga; Mesas e bancos com toco e lascas de madeira reaproveitados – Bee Nectar na Reserva Andirá, Sítio Pilar e Prainha da Conga; Banco feito com caixas de fruta – Pesqueiro do Tarcísio.....337
- Figura 47** - Primeiro quadrante, tacho e tronco de madeira transformados em pia; tronco de árvores transformados em banco; cesto transformado em local de guardar lenha, escada móvel, de troncos de árvores – Bee Nectar na Reserva Andirá; Segundo quadrante, lata de leite e toco de madeira transformado em mesa; cupim transformado em forno e tijolos e madeira transformados em churrasqueira; roda de carro de boi para enfeite e tocos de madeira para deck e escadas – Prainha da Conga.....338
- Figura 48** - Primeiro quadrante, pedaços de madeira para base de lavatório; peças do carro de boi transformadas em lustre; pedaços de madeira transformados em cama; tijolos feitos na fazenda transformados em lareira; toco de madeira e saco de linhagem transformado em abajur; janela velha transformada em enfeite; pinhas transformadas em enfeites e pés de máquina de costura com pedaço de madeira, transformado em aparador – Sítio Pilar.....339
- Figura 49** - Placas de sinalização de propriedades e de atrativos, feitas com materiais da própria fazenda.....341
- Figura 50** - Fogo de Chão construído com pedras extraídas das próprias fazendas. Área de convivência Externa construído com madeiras da fazenda cortinas de saco de linhagem – Sítio Pilar; Fogo de Chão do Sítio Urucum e Sítio Primavera; Área de devoção da Prainha da Conga; Área de meditação do Sítio Urucum; Piscina natural de água corrente da fazenda Casinhas e as redes para descanso no Sítio Pilar.....345
- Figura 51** - Parquinho Infantil construído com madeira e bambu das próprias propriedades rurais – Fazenda Porteira de Chave, Rancho Alegre, Cachoeira do Arco Íris, Sítio Primavera e Casinhas.....346
- Figura 52** - Pilão, vassoura brava do campo ou gosmenta, tampa do moinho de pedra da Bee Nectar na Reserva Andirá; Moinho d’água pesqueiro do Tarcísio; Plantadeira do Casinhas; Gordura de porco para cozimento no Ranho Alegre; sabão feito com gordura usada da Bee Nectar na Reserva Andirá.....350
- Figura 53** - Moedor de café manual e coador de café de pano, trado para furar madeira – Bee Nectar na Reserva Andirá; Meliponário – Paiol Velho, Bee Nectar – Reserva Andirá e Pesqueiro do Tarcísio; Barril de carvalho para envelhecer cachaça – Sítio Primavera e Mesa de madeira antiga para prensar o queijo – Paiol Velho.....351

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Identificação e quantitativo de associados da Entre Serras.....	40
Quadro 2 -	Categoria de Análise.....	50
Quadro 3 -	Visão Geral dos artigos analisados.....	58
Quadro 4 -	Perfil dos entrevistados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.....	64
Quadro 5 -	Perfil e Motivação do turista de Turismo Rural no Brasil.....	112
Quadro 6 -	Comparação entre Redes colaborativas e Associações.....	117
Quadro 7 -	Potencialidades das Redes Colaborativas e Associações.....	119
Quadro 8 -	Desafios das Redes Colaborativas e Associações	120
Quadro 9 -	Inovações Sociais para o Desenvolvimento Rural.....	123
Quadro 10 -	Inovações Sociais para o Turismo.....	125
Quadro 11 -	Tecnologias sociais e suas abordagens.....	126
Quadro 12 -	Inovações Sociais e/ou Tecnologias Sociais para o Turismo e/ou Rural.....	127
Quadro 13 -	Principais Temas e Tendências.....	133
Quadro 14 -	Diferenças entre Inovações Sociais e Tecnologias Sociais.....	147
Quadro 15 -	Principais soluções para os desafios da espetacularização e canibalização da cultura popular.....	150
Quadro 16 -	Categorização Socioeconômica e Produtiva das Propriedades da Entre Serras (exceto turismo)	201
Quadro 17 -	Estimativa da Composição das atividades agropecuárias e turísticas nas unidades de produtivas da Associação Entre Serras.....	214
Quadro 18 -	Rede Colaborativa e Governança territorial na Entre Serras: categorias, evidências, empíricas e referenciais teóricos.....	221
Quadro 19 -	Inovações Sociais no Turismo Rural – Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.....	238
Quadro 20 -	Atividades Gastronômicas e Turísticas nas propriedades associadas a Entre Serras- Turismo no Meio Rural.....	240
Quadro 21 -	Meios de Hospedagem das propriedades associadas a Entre Serras.....	258
Quadro 22 -	Oferta de turismo pedagógico nas propriedades associados a Entre Serras.....	266
Quadro 23 -	Propriedades da Entre Serras com cachoeiras e atividades integradas.....	280
Quadro 24 -	Descrição dos Pesque Pague das propriedades da Associação Entre Serras.....	287
Quadro 25 -	Propriedade e Atividades Relacionadas à Rota do Queijo Minas Artesanal.....	293

Quadro 26 - Atividades de Turismo de Aventura e Natureza nas propriedades da Associação entre Serras	299
Quadro 27 - Tecnologias Sociais identificadas nas propriedades rurais da Entre Serras, que impactam na dinâmica do Turismo Rural.....	324
Quadro 28 - Soluções Ambientais e Sanitárias.....	326
Quadro 29 - Estruturas sustentáveis de uso Doméstico e/ou Turístico.....	329
Quadro 30 - Reaproveitamento Criativo e Design Ecológico.....	334
Quadro 31 - Espaços de Lazer e Acolhimento.....	343
Quadro 32 - Preservação de Saberes e Ferramentas Tradicionais.....	348

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Número de artigos por ano.....	128
Gráfico 2 -	Idiomas dos artigos.....	131
Gráfico 3 -	Países de procedência dos artigos	132

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAF	Cadastro Nacional de Agricultores Familiares
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRIESES	Centro de Pesquisa sobre Inovações Sociais
CTS	Ciência Tecnologia e Sociedade
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of United Nations</i>
FGO	Fundo Garantidor de Operações
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GAL	Grupo de Ação Local
GAL-PESCA	Grupo de Ação Local da Pesca
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGR	Instância de Governança Regional
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IS	Inovação Social
LEADER	<i>Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale</i>
MEI	Microempreendedor. Individual
MTUR	Ministério do Turismo
OASISbr	<i>Open Access Scholarly Information Sourcebook Brazil</i>
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não governamental
OPAS	Organização Pan Americana de Saúde
ORNA	Ocupações Rurais Não Agrícolas
PCD	Pessoas com Deficiência
PICO	População, Intervenção, Comparação e Resultado
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRISMA	<i>Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses</i>

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor. Rural
QMA	Queijo Minas Artesanal
RTS	Rede de Tecnologia Social
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULTMG	Secretaria do Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TA	Tecnologia Apropriada
TC	Tecnologia Convencional
TR	Turismo Rural
TRAF	Turismo Rural na Agricultura Familiar
TS	Tecnologia Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TURISOL	Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
UE	União Europeia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAFES	Associação Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Roteiros do Roteiro do Questionário – Associados da Entre Serras Turismo no Meio Rural.....	388
Apêndice B - Roteiro do Questionário aplicado ao responsável pelo marketing e promoção da associação nas redes sociais, com o objetivo de entender as estratégias utilizadas e propor melhorias para a dinamização do turismo no meio rural.....	392
Apêndice C - Roteiro do Questionário a ser aplicado ao representante do Sebrae considerando seu papel como um dos alavancadores do turismo em Ibitipoca, Lima Duarte e na criação de iniciativas voltadas ao Turismo Rural, na Associação Entre Serras.....	394
Apêndice D - Questionário aplicado ao representante do Sindicato Rural de Lima Duarte....	397
Apêndice E - Roteiro de Questionário aplicado à responsável pelo Senar, considerando seu papel no fornecimento de capacitações para o Turismo Rural.....	400
Apêndice F - Roteiro de Questionário aplicado ao responsável pela secretaria de Turismo da Prefeitura de Lima Duarte – MG.....	402
Apêndice G - Roteiro de Questionário aplicado ao responsável pela Instância de Governança Regional (IGR) Serras de Ibitipoca.....	406
Apêndice H - Roteiro de Questionário aplicado a um Informante-Chave de Lima Duarte, incentivadores do desenvolvimento do turismo no município. As perguntas buscam explorar percepções externas e possíveis contribuições para a dinamização do circuito e da associação, além de fortalecer a integração com a comunidade.....	408

LISTA DE ANEXOS

Anexo A -	Folder da Entre Serras, divulgando as 11 propriedades rurais.....	410
Anexo B -	Roteiro 1, desenvolvido pelos Associados da Entre Serras.....	413
Anexo C -	Roteiro 2, desenvolvido pelos Associados da Entre Serras.....	414

SUMÁRIO

LUGAR DE FALA DA AUTORA.....	19
I- INTRODUÇÃO.....	25
II- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
1 O NOVO RURAL BRASILEIRO E O TURISMO.....	75
1.1 A ressignificação do espaço rural na contemporaneidade.....	76
1.2 Pluriatividade e a multifuncionalidade como estratégias de dinamização rural.....	81
1.3 A interação entre os espaços rurais e urbanos na contemporaneidade.....	90
1.4 O Turismo Rural como proposta de atividade familiar.....	98
1.5 O papel das Redes Colaborativas e Associações contemporâneas para o fortalecimento das famílias rurais.....	114
2 INOVAÇÕES SOCIAIS E TECNOLOGIAS SOCIAIS - ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER AS FAMÍLIAS RURAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	122
2.1 Resultados da Revisão Sistemática sobre Inovações Sociais e Tecnologias Sociais no Turismo Rural.....	122
2.3 Panorama das Inovações e Tecnologias Sociais no Turismo Rural: Discussões da Revisão Sistemática.....	134
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DE LIMA DUARTE-MG.....	153
3.1 Dimensões históricas, formação administrativa e jurídica.....	154
3.2 Importância Regional.....	156
3.3 Caracterização territorial e socioeconômica.....	158
3.4 Patrimônios históricos e culturais.....	161
3.5 Potencial Turístico de Lima Duarte.....	164
4 ASSOCIAÇÃO ENTRE SERRAS - TURISMO NO MEIO RURAL, LIMA DUARTE-MG.....	191
4.1 Da capacidade dispersa ao sentido coletivo.....	193
4.2 Caracterização e potencial produtivo das unidades associadas.....	198
4.3 Redes Colaborativas e Governança Territorial.....	218
4.4 Estratégias de Comunicação e Marketing Turístico-Territorial.....	228
5 INOVAÇÕES E TECNOLOGIAS SOCIAIS NO TURISMO RURAL DA ENTRE SERRAS.....	233
5.1 Os Associados da Entre Serras e as inovações sociais implementadas.....	237
5.2 Tecnologias sociais implementadas e sua relação com Turismo Rural.....	323
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	355
REFERÊNCIAS.....	368

APÊNDICE	388
ANEXO	410

LUGAR DE FALA DA AUTORA

Antecedendo a exposição desta tese e com o intuito de proporcionar uma compreensão mais abrangente de suas nuances, situo o meu lugar de fala como turismóloga, administradora e mestre em Gestão do Turismo, atualmente doutoranda em Extensão Rural, encontrando-me na fase de defesa desta pesquisa. Ao mencionar meu lugar de fala, é relevante destacar alguns acontecimentos que foram fundamentais no final dos anos 1990, quando iniciei meus estudos universitários. O setor turístico vivenciava um período de grande crescimento no Brasil, impulsionado pelo contexto global de expansão econômica, pela facilitação das viagens internacionais decorrente da globalização e pelos avanços tecnológicos que tornaram o turismo mais acessível. Somaram-se a isso o aumento da oferta de hospedagem e serviços, a conscientização sobre a importância do turismo sustentável e o notável avanço dos estudos acadêmicos sobre o tema.

As universidades e instituições de pesquisa ampliaram seus programas para compreender os impactos sociais, econômicos e ambientais do turismo, e foi nesse ambiente fértil que iniciei minha graduação em Turismo, em 1998, na Fundação Educacional São José, em Santos Dumont (MG). Durante esse período, pude testemunhar o crescente reconhecimento do turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social.

Nos anos 2000, o lazer passou a ganhar centralidade nas discussões sobre turismo, revelando sua dimensão educativa e experiencial. Essa percepção me levou à especialização em Organização e Administração da Recreação, Lazer e Eventos, na Universidade Federal de Juiz de Fora (2003–2004). Essa formação ampliou minha compreensão sobre a interrelação entre lazer e turismo, preparando-me para transitar entre a teoria e a prática na gestão das experiências turísticas.

A partir de 2005, ingressei na docência e gestão acadêmica em instituições de ensino superior, lecionando disciplinas ligadas ao turismo, eventos, lazer e alimentos e bebidas. Essa atuação permitiu-me compreender de perto as demandas do setor e consolidar meu envolvimento com a educação e o desenvolvimento territorial.

Entre 2015 e 2020, busquei ampliar minha formação com duas novas graduações, Gestão de Recursos Humanos e Administração, com o intuito de aprimorar minha visão sobre gestão organizacional e de pessoas, aspectos centrais para o desenvolvimento do turismo como fenômeno social e econômico.

O ápice dessa trajetória formativa até então, foi o Mestrado em Gestão do Turismo, realizado em Portugal (2019–2022), no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. A experiência

internacional ampliou minha percepção sobre o turismo como fenômeno global, interligado a políticas territoriais, inovação e sustentabilidade. Durante o mestrado, vivenciei o crescimento do Turismo Rural europeu no contexto pandêmico e pós-pandemia de Covid-19, período em que a busca por natureza, bem-estar e vivências genuínas se intensificou. Essa observação despertou meu interesse em compreender o potencial do Turismo Rural no Brasil e, particularmente, em contextos comunitários.

A escolha pelo Doutorado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa (UFV) foi resultado de um alinhamento entre propósitos pessoais e acadêmicos. Busquei um programa com excelência reconhecida pela CAPES, ambiente interdisciplinar e forte tradição de pesquisa em ruralidades, que me permitisse aprofundar o diálogo entre turismo, rural e inovação social. Minha motivação principal era compreender o rural contemporâneo, suas transformações e desafios, sobretudo diante da emergência de novos arranjos produtivos, associativos e sustentáveis.

A opção por estudar o rural decorre das múltiplas possibilidades que esse espaço oferece, não apenas enquanto território¹ de produção, mas também como ambiente de lazer, turismo, eventos e experiências relacionais. O campo vem se afirmando como um lugar de reconexão com a natureza, de fortalecimento dos vínculos humanos e de construção de estilos de vida menos estressantes, alinhados à busca crescente por um turismo mais vivencial, afetivo e sustentável. Nesse sentido, compreender o rural é também compreender um movimento social, econômico e cultural que ressignifica o modo de viver, trabalhar e interagir com o território.

Após ser aprovada no processo seletivo do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, iniciei meus estudos no segundo semestre de 2022. Desde então, venho desenvolvendo uma pesquisa voltada à compreensão das transformações do meio rural na contemporaneidade, com foco na análise de novos modos de viver, produzir e se relacionar que emergem nos territórios rurais, especialmente a partir da diversificação das atividades, das dinâmicas socioculturais e das interações entre diferentes atores. Esse interesse investigativo conduziu, de forma natural, à necessidade de identificar um campo empírico capaz de materializar essas transformações em práticas concretas.

Nesse sentido, após a definição do recorte teórico da pesquisa, iniciou-se o processo de delimitação do campo empírico. A escolha do município de Lima Duarte (MG) ocorreu de

¹ Na tese, território é compreendido não apenas como um espaço físico ou geográfico, mas como um espaço vivido, construído pelas relações sociais, culturais, econômicas e simbólicas estabelecidas pelos sujeitos que nele habitam. Trata-se, portanto, de um espaço marcado por vínculos de pertencimento, práticas produtivas, memórias e formas de organização coletiva, no qual diferentes atores, como agricultores familiares, Rural Raiz e neorreais, interagem e constroem estratégias de permanência, cooperação e desenvolvimento local.

maneira intencional e estratégica, considerando critérios como a facilidade de acesso a partir da Universidade Federal de Viçosa, a relevância turística do território e, sobretudo, a constatação de que não havia ainda, pesquisas acadêmicas dedicadas à análise do Turismo Rural sob a perspectiva das inovações e tecnologias sociais na região. A presença de atrativos naturais consolidados, associada à existência de iniciativas rurais em processo de organização coletiva, indicava um contexto propício para se investigar.

Na etapa inicial de aproximação institucional com o território, o acesso ao campo se concretizou, por meio do SENAR, a partir do contato com uma professora responsável pelas capacitações em Turismo Rural na região, que apresentou o presidente da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, única associação formalmente constituída com esse foco no município. Esse contato revelou-se decisivo para a inserção no território e para o delineamento do estudo de caso.

Antes da definição definitiva do campo de pesquisa, realizou-se um pré-campo, com o objetivo de avaliar a viabilidade empírica da investigação, a receptividade dos atores locais e a possibilidade de acompanhamento sistemático das propriedades associadas. Essa etapa permitiu confirmar a pertinência do recorte escolhido, tanto em termos analíticos quanto metodológicos, além de favorecer a construção de vínculos iniciais de confiança com os agricultores e agricultoras envolvidos. A partir dessa aproximação preliminar, foi possível constatar que a Associação Entre Serras reunia características fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, como diversidade de experiências, atuação coletiva, inserção no Turismo Rural e a presença de práticas que expressam inovações e tecnologias sociais enraizadas no território.

Esse percurso empírico dialoga diretamente com o referencial do rural na contemporaneidade, campo teórico que orienta a investigação apresentada a seguir. Tal abordagem enfatiza dimensões como a pluriatividade e a multifuncionalidade, que se referem, respectivamente, à diversificação das atividades econômicas e à coexistência de múltiplas funções, produtivas, sociais, culturais e ambientais, em uma mesma propriedade rural. Soma-se a isso o papel das inovações e tecnologias sociais, compreendidas como práticas e arranjos capazes de ajudar a enfrentar desafios coletivos e fortalecer processos de desenvolvimento comunitário.

No contexto do Turismo Rural e, particularmente, da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural de Lima Duarte (MG), essas inovações assumem um caráter singular, pois se traduzem em iniciativas criativas que podem gerar renda, preservar tradições, valorizar o território e estimular o envolvimento das famílias locais. Reconheço, assim, que tais abordagens

podem catalisar mudanças significativas nos modos de vida rural, promovendo não apenas o desenvolvimento econômico, mas também o fortalecimento dos vínculos sociais, cultural e ambientais que sustentam a dinâmica desses territórios.

Ao aprofundar a compreensão desse rural múltiplo e em constante diálogo com o turismo, a Associação Entre Serras revelou-se um campo empírico expressivo, no qual famílias rurais e neorrurais constroem coletivamente novas formas de organização do trabalho, de sociabilidade e de relação com o território. Essa experiência não apenas fundamenta a análise desenvolvida ao longo da pesquisa, como também oferece subsídios para refletir sobre processos mais amplos de reconfiguração das ruralidades contemporâneas, a partir de práticas enraizadas no cotidiano local.

Além das contribuições analíticas apresentadas até aqui, cabe registrar também a produção acadêmica desenvolvida ao longo dos três anos e meio de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Durante esse período, a formação acadêmica e as atividades de pesquisa realizadas no programa resultaram na publicação de sete (07) artigos em periódicos científicos classificados entre Qualis CAPES A1 e A4 como primeira autora, dois (02) capítulos de livro (um nacional e um internacional) como primeira autora, dois (02) trabalhos completos publicados em anais de congressos internacionais também como primeira autora, cinco (05) artigos publicados em coautoria como segunda ou terceira autora, sendo um deles ainda no prelo, e dois (02) capítulos de livro internacional como primeira autora, totalizando dezoito (18) produções acadêmicas.

Embora parte dessas publicações não esteja diretamente vinculada à temática central desta tese, elas foram desenvolvidas a partir dos conhecimentos, debates e experiências acadêmicas vivenciadas no âmbito da UFV, refletindo a inserção da pesquisa em diferentes agendas científicas relacionadas ao desenvolvimento rural, turismo e sustentabilidade.

Além das dezoito produções acadêmicas desenvolvidas ao longo do doutorado, outras cinco (05) publicações foram elaboradas como desdobramento direto desta tese, abordando diferentes dimensões do Turismo Rural, da inovação social e das transformações teóricas associadas à experiência da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural. A seguir apresentam-se as referências completas dessas obras, acompanhadas de uma breve síntese de seus conteúdos.

O capítulo *“The role of women from Entre Serras: tradition, responsible production, and leadership at Sítio Primavera and Paiol Velho”* analisa o protagonismo feminino no turismo

rural e na organização produtiva das propriedades associadas, destacando como práticas de produção responsável do queijo Minas artesanal (QMA), gestão familiar e liderança feminina contribuem para o fortalecimento do capital social e da sustentabilidade territorial. O estudo foi publicado em obra internacional, dedicada à análise das dinâmicas de cooperação territorial e seus impactos organizacionais.

MACHADO, Annaelise Fritz; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; FARIA, André Luiz Lopes de. The role of women from Entre Serras: tradition, responsible production, and leadership at Sítio Primavera and Paiol Velho. In: SOUSA, Bruno (ed.). Cross-border regions cooperation and implications for organizations. Hershey: **IGI Global Scientific Publishing**, 2025. p. 243–270. DOI: <https://doi.org/10.4018/979-8-3373-1912-4.ch009>.

Outro desdobramento da pesquisa é o capítulo “*Social innovation through rural tourism and its benefits for Entre Serras, Lima Duarte – MG, Brazil*”, que examina os processos de inovação social gerados pelo turismo rural na associação, evidenciando como práticas colaborativas, redes institucionais e estratégias coletivas de organização territorial contribuem para o desenvolvimento local e para o fortalecimento das economias rurais. O estudo foi publicado na mesma obra internacional citada anteriormente:

MACHADO, Annaelise Fritz; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; FARIA, André Luiz Lopes de. Social innovation through rural tourism and its benefits for Entre Serras, Lima Duarte – MG, Brazil: a perspective from the border areas of the territory. In: SOUSA, Bruno (ed.). Cross-border regions cooperation and implications for organizations. Hershey: **IGI Global Scientific Publishing**, 2025. p. 339–366. DOI: <https://doi.org/10.4018/979-8-3373-1912-4.ch012>.

Também derivado desta investigação, o capítulo “*The role of bees in food security and honey tourism: the case of Bee Nectar at Reserva Andirá*” analisa a relação entre apicultura, meliponicultura, segurança alimentar e turismo de mel, discutindo como a atividade apícola pode ser integrada a experiências turísticas e educativas, contribuindo para a conservação ambiental, diversificação produtiva e valorização do território.

MACHADO, Annaelise Fritz; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; FARIA, André Luiz Lopes de; COSTA, Renata Falcão Rabello da; PEREIRA, Sérgio Nogueira; REIS, J. D. dos. The role of bees in food security and honey tourism: the case of Bee Nectar at Reserva Andirá, Lima Duarte, MG, Brazil. In: ARANTES, L.; SOUSA, B. (ed.). Petfluencers and pet-powered branding. Hershey: **IGI Global Scientific Publishing**, 2026. p. 243–272. DOI: <https://doi.org/10.4018/979-8-3373-4342-6.ch010>.

Destaca-se também o artigo “Inovação social e Turismo Pedagógico no meio rural: benefícios das aulas experienciais no caso da Associação Entre Serras (Lima Duarte, MG,

Brasil)”, publicado na Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET), periódico científico voltado aos estudos do turismo e do desenvolvimento territorial. O artigo analisa as experiências de turismo pedagógico desenvolvidas nas propriedades associadas, evidenciando como atividades educativas e vivências práticas contribuem para a valorização do conhecimento rural e para processos de aprendizagem territorial.

MACHADO, Annaelise Fritz; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; FARIA, André Luiz Lopes de; COSTA, Renata Falcão Rabello da; PEREIRA, Sérgio Nogueira. Inovação social e turismo pedagógico no meio rural: benefícios das aulas experienciais no caso da Associação Entre Serras (Lima Duarte, MG, Brasil). **Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 1–12, 2025.

Por fim, encontra-se no prelo o capítulo “*Sustainable tourism events in rural areas: a case study of the Entre Serras – Rural Tourism Association in Lima Duarte, Minas Gerais, Brazil*”, que analisa o papel dos eventos turísticos sustentáveis na dinamização das economias locais e na consolidação de redes territoriais de cooperação. O trabalho integra a obra internacional *Handbook on Festivals, Culture and Responsible Tourism*, publicada pela editora Edward Elgar, dedicada ao debate sobre turismo responsável, cultura e sustentabilidade.

MACHADO, Annaelise Fritz; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; NASRI, Yasmin Xavier Guimarães; FARIA, André Luiz Lopes de; COSTA, Renata Falcão Rabello da; PEREIRA, Sérgio Nogueira. Sustainable tourism events in rural areas: a case study of the Entre Serras – Rural Tourism Association in Lima Duarte, Minas Gerais, Brazil. In: RAMBUSSONS, H.; SHARMA, S.; KUMAR, N. (ed.). *Handbook on Festivals, Culture and Responsible Tourism: journeys to sustainability*. Cheltenham: **Edward Elgar Publishing**, 2026. No prelo.

Dessa forma, somadas às demais produções acadêmicas desenvolvidas ao longo do doutorado, essas publicações resultam em um total de vinte e três (23) trabalhos científicos produzidos no período de três anos e meio, evidenciando o envolvimento da pesquisadora com a produção científica, a consolidação de parcerias acadêmicas e a seriedade na condução dos estudos realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa.

Passados três anos e meio desde o início dessa jornada, apresento o resultado desse percurso acadêmico e pessoal: a tese intitulada “Inovações e Tecnologias Sociais no Turismo Rural: um estudo de caso da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural de Lima Duarte (MG)”, construída como fruto de uma trajetória de pesquisa, aprendizado e compromisso com o fortalecimento do meio rural e de seus protagonistas.

I- INTRODUÇÃO

As transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas desde o final do século XX e intensificadas ao longo do século XXI têm provocado uma profunda reinterpretação do espaço rural e de seus significados. A emergência de novas abordagens para compreender o mundo rural impulsiona uma reavaliação do conceito tradicional de ruralidade, superando a visão que o reduzia a um território isolado e exclusivamente produtivo.

O conceito de Novo Rural surge como uma resposta analítica às transformações profundas que remodelaram o campo brasileiro a partir da segunda metade do século XX. Um dos principais marcos desse processo foi a Revolução Verde (décadas de 1960 e 1970), que promoveu a modernização agrícola com base na incorporação de tecnologias intensivas, como o uso de sementes geneticamente melhoradas, irrigação mecanizada e insumos químicos, visando aumentar a produtividade e garantir a segurança alimentar em um contexto de rápido crescimento populacional (Dutra & Souza, 2017).

Embora tenha proporcionado ganhos expressivos em termos de produtividade, essa modernização reforçou a dependência tecnológica e econômica do setor agrícola, aprofundando as desigualdades, tanto na relação sociedade e natureza quanto entre grupos sociais, em especial entre pequenos e grandes proprietários de terra e agricultores com diferentes níveis de acesso a recursos. É importante destacar que os benefícios da chamada Revolução Verde foram distribuídos de forma desigual, intensificando a concentração fundiária e a exclusão social.

A competição por terras e a marginalização dos agricultores acirraram os conflitos agrários e ampliaram o êxodo rural, levando inúmeros trabalhadores a buscarem nas cidades, novas formas de sobrevivência (Bauer, 1998; Dutra & Souza, 2017). Ao consolidar um modelo capitalista e industrial de exploração dos recursos naturais, a Revolução Verde contribuiu para o deslocamento em massa de populações rurais, configurando um intenso processo de êxodo e reestruturação do campo (Caporal, 2005; Bauer, 1988).

Paralelamente, a degradação ambiental e social provocados por esse modelo, impulsionou em 1970, surgimento de novas formas de uso e valorização do espaço rural, agora associadas à diversificação produtiva.

A antiga dicotomia entre campo e cidade, embora ainda presente em certos discursos, vem perdendo relevância à medida que esses espaços se reinventam e assumem novas dinâmicas de integração. Esta transformação revela uma realidade mais complexa, na qual as fronteiras entre o rural e o urbano tornam-se cada vez mais porosas e interdependentes. Nesse contexto, o espaço rural passa a ser compreendido como uma rede viva de relações sociais, culturais e

econômicas, marcado por laços comunitários, menor densidade populacional e por uma relação mais estreita com a natureza (Kayser, 1990). Essa leitura amplia a compreensão do rural para além de sua função produtiva tradicional e abre caminho para o que Graziano da Silva (2002) passou a denominar de “Novo Rural”.

O Novo Rural² tende a deixar de representar, um resquício do passado, para afirmar-se como um território multifuncional e dinâmico, no qual se articulam atividades agrícolas, turísticas, culturais e ambientais (Graziano da Silva, 2002). Embora não utilize a expressão “novo rural” Kageyama (2004) o caracteriza como multissetorial e plurifuncional, abrigo práticas diversas que se complementam e fortalecem o tecido social e econômico local. Essa multifuncionalidade é o que confere ao campo, novas formas de protagonismo, ampliando seu papel nas dinâmicas contemporâneas de desenvolvimento regional.

Nesse contexto de redefinição do rural, o fortalecimento dessas múltiplas funções não ocorre de forma isolada, mas está diretamente associado às relações estabelecidas com o meio urbano. Conforme observa Abramovay (2003), o bem-estar das áreas rurais depende, cada vez mais, de suas conexões com os centros urbanos, sustentadas por fluxos de pessoas, bens, serviços e informações, que produzem interdependências e abrem novas oportunidades de geração de renda e diversificação produtiva. Essa relação é reforçada pela busca crescente dos cidadãos por lazer, hospitalidade e contato com a natureza, como apontado por Baptista (2001), que identifica no campo um espaço de convivência, descanso e consumo simbólico.

Dessa forma, o rural não pode mais ser compreendido como um espaço físico estático, mas como um território de identidades, práticas e valores simbólicos interligado a redes econômicas e culturais mais amplas (Abramovay, 2003). Ainda que mantenha características próprias, paisagens, modo de vida³ e ritmos distintos, sua interação com o urbano se intensifica, configurando uma relação simbiótica na qual ambos os espaços se influenciam mutuamente.

² Nesta tese, embora apresente-se conceitos do rural na contemporaneidade, embasados por vários autores, adota-se o conceito de Novo Rural, conforme proposto por José Graziano da Silva, que rompe com a compreensão do rural como espaço exclusivamente agrícola. Para o autor, o rural passa a ser entendido como um continuum do urbano, no qual atividades agrícolas e não agrícolas se articulam, tornando cada vez menos rígida a separação entre campo e cidade. O Novo Rural é marcado pela pluriatividade e pela multifuncionalidade, expressas na combinação de diferentes formas de trabalho, geração de renda, usos do território e modos de vida. Essa abordagem permite compreender o Turismo Rural como parte constitutiva dessas transformações, evidenciando novas dinâmicas sociais, econômicas e culturais que redefinem o papel do espaço rural na contemporaneidade (Graziano da Silva, 2002).

³ Modo de vida, representa aspectos mais amplos e abrangentes relacionados ao estilo de vida, valores, tradições, *hábitus*, práticas culturais, crenças, costumes e identidade de determinada comunidade ou grupo social. Os modos de vida não se limitam apenas às atividades econômicas, mas também consideram aspectos sociais, culturais e ambientais que influenciam a forma como as pessoas vivem e interagem em determinado contexto (Bourdieu, 2002; Gonçalves, 2004).

Essas transformações reforçam a ideia de que o Novo Rural integra um sistema territorial mais amplo, no qual dinâmicas globais e interações locais desempenham papel central. Nesse contexto, a tradicional dicotomia rural–urbano cede espaço a uma visão mais interconectada e interdependente, que reconhece a complementaridade e a coexistência desses espaços em um mundo cada vez mais articulado (Graziano da Silva, 2002). Nessa perspectiva, o rural deixa de ser entendido apenas como um espaço isolado ou como lugar associado ao atraso, passando a constituir uma identidade relacional em movimento, construída nas interações constantes entre campo e cidade e nas novas formas de uso, produção e sociabilidade que emergem nesses espaços. (Favareto, 2007).

No plano produtivo e econômico, as principais fontes de renda do espaço rural estiveram historicamente associadas à agropecuária. Contudo, a pluriatividade emergiu com força a partir da década de 1970, em resposta às mudanças provocadas pela modernização agrícola, pela urbanização e pela crise do modelo exclusivamente agropecuário de subsistência, levaram muitas famílias a buscarem novas estratégias de reprodução social (Moreira, 2000). Diante da mecanização das lavouras e da redução das oportunidades de trabalho agrícola, parte das famílias rurais passou a diversificar suas atividades, combinando tarefas agrícolas e não agrícolas para garantir a reprodução social.

Nas décadas de 1980 e 1990, com o avanço das políticas de desenvolvimento rural, a pluriatividade passou a ser reconhecida também como estratégia de valorização territorial e multifuncionalidade, incorporando práticas como o turismo, o artesanato, a agroindústria familiar e a prestação de serviços (Moreira, 2000; Dutra & Souza, 2017). Autores como Schneider (2003) e Kageyama (2004) apontam que a pluriatividade tornou-se um marco do rural na contemporaneidade, expressando a capacidade adaptativa das famílias diante das transformações estruturais do capitalismo agrário e das novas demandas sociais. Definida como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas por membros de uma mesma família, ela promove a diversificação econômica e reduz a dependência exclusiva da produção agropecuária (Schneider *et al.*, 2009; Carneiro, 2009).

Entretanto, a possibilidade de adoção e consolidação dessas estratégias não ocorre de forma homogênea no território. Embora o conceito de Novo Rural contribua para compreender as transformações recentes do espaço rural brasileiro, sua concretização ocorre de forma desigual e seletiva, profundamente condicionada pelas estruturas de poder, pela concentração fundiária e pela lógica de acumulação do capital. A adequação a esse novo modelo exige acesso a infraestrutura, crédito, tecnologias, mercados e políticas públicas, recursos que permanecem

restritos a determinados grupos sociais, sobretudo médios e grandes proprietários. Nesse contexto, o avanço do agronegócio e dos complexos agroindustriais reforça processos de monopolização da terra, dos insumos e dos circuitos de comercialização, ampliando assimetrias entre agricultores familiares, pequenos produtores e grandes empreendimentos rurais.

Essa configuração desigual não pode ser compreendida apenas como resultado das transformações recentes, mas também como expressão de processos históricos de modernização agrícola seletiva. Nesse sentido, os efeitos da chamada Revolução Verde permanecem incompletos e socialmente excludentes, uma vez que suas inovações técnicas e produtivas se difundiram prioritariamente entre produtores com maior acesso a capital, crédito e infraestrutura. Dessa forma, mais do que representar um desvio, essa difusão desigual integrou a própria lógica de modernização do campo. Assim, o chamado Novo Rural não emerge como um espaço homogêneo, mas como um território marcado por disputas, contradições estruturais e diferentes capacidades de inserção nos processos contemporâneos de transformação, características que, embora não sejam inéditas na história do rural, assumem novas configurações diante das recentes dinâmicas econômicas, sociais e territoriais.

Ainda assim, quando efetivamente acessível, a diversificação produtiva associada à pluriatividade pode desempenhar um papel relevante na mitigação de riscos e no fortalecimento da resiliência das famílias rurais frente às oscilações do mercado (Ternoski & Perondi, 2014). Nesses casos, a combinação de atividades tende a reduzir a vulnerabilidade⁴ econômica das famílias, ampliando sua capacidade de adaptação e de reprodução social em contextos marcados por incertezas produtivas e ambientais.

Paralelamente, a multifuncionalidade do espaço rural amplia essa perspectiva ao reconhecer o campo como território polivalente, cujas funções extrapolam a produção agrícola tradicional. Essa abordagem envolve dimensões ecológicas (preservação de ecossistemas e biodiversidade), socioculturais (fortalecimento de identidades locais e valorização de saberes tradicionais) e econômicas (diversificação produtiva, serviços turísticos e novas cadeias de valor) (Ploeg e Schneider, 2008). Enquanto a pluriatividade reflete a diversificação das atividades familiares, a multifuncionalidade amplia o olhar, evidenciando o papel do rural como espaço integrador de produção, conservação e bem-estar social.

⁴ Vulnerabilidade refere-se à condição de estar suscetível a danos ou adversidades devido a diversos fatores, como socioeconômicos, ambientais ou individuais. Pode afetar tanto indivíduos quanto comunidades, manifestando-se de diferentes formas, como falta de acesso a recursos, exposição a riscos ambientais ou fragilidade socioeconômica.

Nesse contexto, o Turismo Rural emerge a partir da década 1990, integrando o processo de diversificação produtiva. como uma expressão concreta da pluriatividade e da multifuncionalidade no meio rural, ao articular, em uma mesma unidade territorial, dimensões produtivas, ambientais, culturais e simbólicas (Graziano da Silva, 2002).

Por meio de atividades como hospedagem, gastronomia, comercialização de produtos locais e experiências educativas, essa modalidade pode ampliar as fontes de renda das famílias rurais e contribuir para a valorização dos modos de vida no campo, integrando práticas agrícolas e não agrícolas em estratégias diversificadas de reprodução social (Ploeg e Schneider, 2008; Gómez-Carreto *et al.*, 2016; Neumeier, 2017).

O Turismo Rural pode ser, assim, uma atividade estratégica ao articular a reprodução social das famílias rurais por meio da geração de capital econômico, social e cultural, demonstrando que as atividades não agrícolas resultam prioritariamente de estratégias familiares de reprodução e não apenas da reconfiguração das unidades produtivas (Mattei, 2005). Ao fomentar interações entre visitantes e comunidades, essa atividade promove fluxos culturais, mobilidades e o desenvolvimento de infraestruturas em múltiplas escalas, ampliando as funções historicamente atribuídas ao espaço rural.

Entretanto, os efeitos do Turismo Rural não são homogêneos nem automaticamente positivos. A incorporação da atividade turística tende a introduzir lógicas mercantis no cotidiano rural, como a competitividade entre propriedades, a necessidade de diferenciação constante e a padronização de experiências para atender às expectativas do mercado. Nesse processo, práticas culturais, saberes e modos de vida podem ser progressivamente ressignificados como produtos turísticos, gerando tensões entre a manutenção de sentidos locais e a adaptação às demandas externas.

Além disso, as condições desiguais de acesso a recursos financeiros, infraestrutura, informação, políticas públicas e redes institucionais fazem com que os benefícios do Turismo Rural se distribuam de maneira assimétrica no território. Contudo, essas diferenças não se explicam apenas pela disponibilidade de capital econômico, sendo também influenciadas pelas trajetórias familiares, pela formação dos proprietários, pelas experiências acumuladas e pelo capital social mobilizado nas relações locais. Propriedades cujos membros possuem maior acesso a conhecimentos técnicos, redes de contato e experiências prévias com atividades de serviço ou gestão tendem a se inserir de forma mais competitiva no mercado turístico, enquanto outras permanecem em posições mais periféricas. Nesse contexto, embora represente uma convergência prática entre pluriatividade e multifuncionalidade, o Turismo Rural deve ser

compreendido como um processo social complexo e contraditório, cujos resultados dependem não apenas dos recursos materiais disponíveis, mas também das capacidades sociais, das formas de organização coletiva, das relações de poder existentes e dos arranjos institucionais que estruturam sua implementação.

Dessa forma, quando inserido em estratégias associativas e de governança territorial, o Turismo Rural pode fortalecer economias locais, vínculos sociais e identidades territoriais; quando orientado exclusivamente pela lógica mercantil, tende a reproduzir assimetrias, intensificar disputas e fragilizar princípios de solidariedade no meio rural. Essa ambivalência reforça a necessidade de analisá-lo não como solução em si, mas como prática social situada, cujos efeitos variam conforme o contexto histórico, social e político em que se desenvolve.

Essa dinâmica pode ampliar o alcance das inovações sociais e contribuir para a ressignificação do espaço rural, que passa a ser compreendido não apenas como um ambiente isolado ou restrito às atividades agropecuárias, mas como um território potencialmente dinâmico, integrado e multifuncional. No entanto, esse processo não ocorre de forma automática nem homogênea, estando condicionado às formas de organização social, às relações de poder locais e ao grau de articulação entre os atores do território. Assim, o alinhamento às demandas contemporâneas resulta de construções sociais específicas e situadas, e não de um efeito inerente à atividade turística em si (Galvão, Castro & Marques, 2018; Simonetti & Barden, 2021; Virgolin, 2022).

Neste contexto, a reconfiguração do espaço rural na contemporaneidade, tende a criar condições propícias para o protagonismo das inovações sociais que emergem como respostas às estratégias familiares desenvolvidas nessas localidades, a partir de ideias ou soluções criativas (Oliveira e Silva, 2012; Mulgan *et al.*, 2011). Essas condições se concretizam não apenas em novas metodologias e arranjos institucionais, mas também em práticas inovadoras que redesenham os meios de vida⁵ locais, desde modelos de negócios inclusivos até sistemas colaborativos de produção e comercialização. Experiências como hospedagens familiares, roteiros culturais, vivências gastronômicas tradicionais e imersão no campo em suas diversas formas, exemplificam como essas inovações conseguem atender necessidades coletivas que os modelos convencionais muitas vezes negligenciam.

⁵ Meios de vida, refere-se aos recursos, estratégias e atividades utilizados pelas pessoas para garantir o seu sustento e de suas famílias. Isso inclui o trabalho, a renda, os ativos naturais e materiais, as habilidades, o acesso aos serviços básicos, entre outros aspectos relacionados à sobrevivência e ao bem-estar econômico das comunidades (Perondi e Schneider, 2012; Petarly, 2021).

Dagnino (2014), Pena (2009) e Medeiros *et al.* (2017) chamam atenção para o fato de que muitas iniciativas associadas à inovação social acabam se restringindo à melhoria do sistema vigente, sem questionar de forma mais profunda suas estruturas fundamentais. Essa crítica evidencia que não se trata de uma convivência harmônica entre diferentes racionalidades, mas de uma tensão permanente entre modelos de negócios mais inclusivos e os paradigmas econômicos convencionais.

Ao considerar esse cenário de disputas e limites, as tecnologias sociais passam a ocupar um papel estratégico distinto. Diferentemente das inovações voltadas a rearranjos institucionais mais amplos, elas se destacam pela capacidade de articular saberes locais e conhecimentos técnicos, promovendo soluções acessíveis, replicáveis e socialmente apropriadas. Ao priorizarem a cooperação, a sustentabilidade e o diálogo entre atores locais, essas tecnologias não apenas respondem a problemas concretos, como também abrem caminho para arranjos mais inclusivos e ajustados às realidades rurais (Dagnino, 2009; Novaes & Dias, 2009).

A essência das tecnologias sociais reside, portanto, no processo colaborativo de desenvolvimento, no qual as soluções são cocriadas a partir das necessidades e capacidades dos próprios grupos envolvidos. Esse caráter participativo garante não apenas a resolução imediata de problemas a baixo custo, mas também o fortalecimento do capital social⁶ e a governança comunitária⁷, ao tensionar e, em alguns casos, desafiar estruturas de poder historicamente estabelecidas (Dagnino, 2009; Novaes e Dias, 2009).

No meio rural, essas tecnologias se materializam em práticas concretas, como a implantação de sistemas de captação e armazenamento de água da chuva, a gestão comunitária de resíduos, o uso de técnicas agroecológicas para a produção de alimentos orgânicos servidos aos turistas, a organização de bancos comunitários de sementes crioulas, bem como o desenvolvimento de plataformas digitais colaborativas que conectam visitantes às comunidades rurais. Tais iniciativas contribuem diretamente para a melhoria da qualidade de vida e para o fortalecimento da resiliência das populações rurais (Assis, 2023; Dagnino, 2009; Medeiros *et al.*, 2017).

⁶ Capital social refere-se às redes de relacionamentos, normas de confiança e reciprocidade, e instituições sociais que facilitam a cooperação e o acesso a recursos coletivos. Ele engloba tanto os vínculos entre indivíduos (redes sociais) quanto os valores compartilhados que promovem ação coletiva.

⁷ Governança comunitária refere-se aos arranjos coletivos de gestão e tomada de decisão nos quais os membros de uma comunidade participam ativamente da administração de recursos e políticas locais. Baseia-se em princípios de descentralização, participação democrática e responsabilidade compartilhada, visando o desenvolvimento sustentável e a resolução de problemas comuns. Esse modelo fortalece a autonomia local e a coesão social, conforme destaca Ostrom (1990).

Sob essa perspectiva, as tecnologias sociais extrapolam a condição de meros instrumentos técnicos e passam a se configurar como processos sociais de construção coletiva, ancorados na cooperação, no aprendizado compartilhado e na valorização dos saberes locais. Portanto, observa-se que tanto a inovação social quanto as tecnologias sociais se consolidam como estratégias colaborativas de adaptação e ressignificação do espaço rural, originadas nas próprias práticas cotidianas dos agricultores familiares. Embora atuem de formas distintas, ambas emergem de processos endógenos de organização e aprendizagem coletiva. Enquanto a inovação social envolve a construção de novos arranjos produtivos e relações econômicas mais inclusivas e participativas, as tecnologias sociais correspondem a soluções técnicas e metodológicas desenvolvidas no interior das propriedades, voltadas ao fortalecimento da autonomia local e à cooperação, sem depender de grandes transformações estruturais.

É nesse contexto que o turismo passa a dialogar com práticas já existentes, assumindo um papel estratégico não como elemento criador dessas dinâmicas, mas como vetor de articulação, visibilidade e valorização dos saberes, modos de vida e formas de organização previamente construídas no meio rural. As propriedades não criam suas práticas a partir das demandas dos visitantes; ao contrário, reinterpretam e compartilham atividades produtivas, culturais e sociais que já integram seu cotidiano, adaptando espaços e rotinas para receber turistas. Esse processo possibilita a construção de experiências que aproximam o público urbano da vida no campo e, em determinados contextos, contribuem para o fortalecimento dos laços comunitários e da identidade territorial.

Contudo, essas iniciativas não estão isentas de contradições: dependendo das formas de inserção no mercado e dos arranjos de governança adotados, o turismo pode tanto favorecer processos de revalorização dos saberes, das paisagens e dos modos de vida rurais quanto estimular a mercantilização do território e a padronização das experiências. Assim, os efeitos do turismo sobre a geração de renda e o fortalecimento das identidades locais não são automáticos, mas resultam de escolhas sociais, políticas e organizacionais que definem se essa atividade se orienta por lógicas solidárias ou predominantemente mercadológicas.

É justamente a partir dessas escolhas que o Turismo Rural pode assumir diferentes sentidos no território. Quando estruturado de forma coletiva e socialmente orientada, propriedades, paisagens e infraestruturas deixam de ser compreendidas apenas como mercadorias e passam a constituir experiências de encontro, pertencimento e aprendizagem, nas quais o visitante se aproxima do cotidiano das famílias rurais e dos valores que organizam a vida no campo. Nesses casos, o potencial transformador do Turismo Rural manifesta-se no

equilíbrio entre valorização cultural, inclusão social e responsabilidade territorial, sem eliminar, contudo, as tensões inerentes à sua inserção no mercado.

Dentro desse contexto, optou-se por investigar a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, localizada em Lima Duarte, Minas Gerais, que reúne famílias rurais em torno de um modelo de associação, pautado na valorização das tradições locais, na cooperação e na oferta de experiências turísticas que conectam os visitantes ao modo de vida do campo.

A escolha do município de Lima Duarte (MG) como *locus* desta pesquisa fundamentou-se em critérios geográficos, socioculturais e institucionais que o configuram como um território estratégico para a análise do Turismo Rural na contemporaneidade. Inserido em uma região turística consolidada e, ao mesmo tempo, marcada por desafios estruturais, desigualdades e processos em curso de organização coletiva, o município oferece um contexto real e não idealizado do rural brasileiro. Soma-se a isso o fato de que o Turismo Rural vem se consolidando como uma dinâmica em desenvolvimento no território, impulsionada por iniciativas locais que buscam articular produção agrícola, hospitalidade e valorização do patrimônio natural e cultural.

Do ponto de vista geográfico, Lima Duarte localiza-se no entorno de importantes unidades de conservação, como o Parque Estadual de Ibitipoca e o Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira. O fluxo turístico direcionado a essas áreas gera externalidades positivas que podem ser apropriadas por iniciativas complementares de Turismo Rural, favorecendo articulações entre conservação ambiental, uso do território e estratégias locais de geração de renda.

A definição do campo empírico também considerou a proximidade com o município de origem da pesquisadora, o que possibilitou a realização de um trabalho de campo continuado e favoreceu a construção de vínculos de confiança com os atores locais. Nesse contexto, a escolha da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural justifica-se por ser a única associação formalmente constituída com foco no Turismo Rural no município, reunindo famílias rurais em torno de estratégias coletivas ainda em consolidação. Tal configuração permite analisar, de forma crítica, como o turismo é incorporado ao cotidiano produtivo, bem como as oportunidades, limites e tensões associadas à sua inserção no espaço rural.

Do ponto de vista analítico-conceitual, a Associação Entre Serras é compreendida como um espaço de confluência entre tradição e inovação, no qual se articulam diferentes perfis de atores rurais, agricultores familiares, agricultores identitários e neorrurais, engajados na promoção do Turismo Rural. Essa diversidade de trajetórias, práticas e visões de mundo reflete

a complexidade do rural na contemporaneidade e evidencia a importância de análises e políticas que reconheçam as especificidades de cada grupo, bem como os arranjos coletivos construídos no território.

A partir dessa compreensão que se delimita o campo empírico da pesquisa, o recorte espacial compreende a área rural do município de Lima Duarte, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, com ênfase nas onze propriedades associadas à Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural. Trata-se de um território marcado pela coexistência de atividades agropecuárias tradicionais, práticas turísticas e arranjos coletivos em processo de consolidação, o que o torna um campo fértil para a análise das transformações do rural na contemporaneidade. O recorte temporal corresponde ao período de realização do trabalho de campo, que incluiu uma etapa inicial de pré-campo, destinada à avaliação da viabilidade empírica da pesquisa e à aproximação com os atores locais, seguida de cinco idas a campo, totalizando 20 dias de trabalho in loco na região rural de Lima Duarte. Essas incursões permitiram a observação direta das práticas, a realização das entrevistas e o acompanhamento das dinâmicas produtivas, sociais e turísticas ao longo do território estudado.

É nesse contexto heterogêneo e dinâmico que se insere a problemática central desta pesquisa. Diante dos processos de ressignificação do rural e da crescente valorização de práticas associadas à sustentabilidade e à diversificação produtiva, o presente estudo apresenta a seguinte questão: Quais inovações e tecnologias sociais estão sendo implementadas no Turismo Rural, pelos associados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural em seus territórios, e de que forma essas práticas se manifestam nas ações e interações dos diferentes atores envolvidos? Essa análise é fundamental para entender como tais iniciativas podem contribuir ou não, para o fortalecimento econômico, social, cultural e ambiental das propriedades, promovendo a diversificação produtiva, o uso sustentável dos recursos e a valorização dos saberes locais.

Com base nos levantamentos bibliográficos e nos primeiros contatos de campo, parte-se da hipótese de que o Turismo Rural, quando desenvolvido de forma associativa e articulado a redes colaborativas locais, favorece a constituição de inovações sociais e tecnologias sociais que se expressam nas práticas cotidianas, nas relações de cooperação e na reorganização produtiva das propriedades. Desta forma, essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da pluriatividade, da multifuncionalidade e da reprodução social das famílias rurais, ainda que seus efeitos ocorram de maneira diferenciada entre os associados, em função do acesso a recursos, infraestrutura e capital social.

Tem-se como objetivo geral identificar as inovações sociais e as tecnologias sociais que estão sendo implementadas no Turismo Rural pelos associados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural em seus territórios, bem como compreender de que forma essas práticas se manifestam nas ações e interações dos diferentes atores envolvidos. De maneira específica, pretendeu-se: (i) discutir o papel da pluriatividade e da multifuncionalidade na redefinição do espaço agrário brasileiro, a partir das dinâmicas de Turismo Rural; (ii) analisar o conceito de Turismo Rural, suas aplicações e implicações; (iii) sistematizar e discutir os principais conceitos de inovação social e tecnologia social, relacionando-os ao Turismo Rural; (iv) apresentar as características territoriais, históricas, socioeconômicas, culturais e turísticas de Lima Duarte (MG), de modo a compreender o contexto em que se desenvolve o Turismo Rural e a atuação da Associação Entre Serras; (v) investigar o surgimento da Associação Entre Serras, destacando os fatores que moldaram sua trajetória no cenário do Turismo Rural; (vi) analisar o papel do associativismo na consolidação das práticas de Turismo Rural do Entre Serras, (vii) apresentar as relações dos atores institucionais e membros da comunidade com a Associação Entre Serras; (viii) identificar os atores-chave envolvidos no desenvolvimento do Turismo Rural na Associação Entre Serras.

A estrutura do trabalho foi organizada de modo a acompanhar a construção do argumento central e responder à questão de pesquisa proposta. Além desta introdução e do capítulo dedicado aos procedimentos metodológicos, a tese está estruturada em cinco capítulos, que dialogam entre si de forma articulada e progressiva.

O Capítulo 1 apresenta os fundamentos teóricos do chamado “novo rural”, discutindo as transformações contemporâneas do espaço agrário brasileiro e o papel da pluriatividade e da multifuncionalidade na redefinição do meio rural. Nesse capítulo, o Turismo Rural é abordado como uma das expressões centrais desse processo, sendo analisado em suas diferentes configurações e implicações. Também são discutidos o papel das redes colaborativas, das associações e das formas contemporâneas de organização coletiva no fortalecimento das famílias rurais.

O Capítulo 2 aprofunda o debate conceitual sobre inovação social e tecnologia social, a partir de uma revisão sistemática da literatura realizada em quatro bases de dados, com base no modelo PRISMA. O capítulo sistematiza os principais referenciais teóricos dessas abordagens e estabelece relações entre os conceitos analisados e as práticas observadas no contexto do Turismo Rural.

O Capítulo 3 dedica-se à caracterização do território de Lima Duarte (MG), apresentando seus aspectos históricos, socioeconômicos, territoriais e sua importância regional, com ênfase em seu potencial turístico. O objetivo é contextualizar o cenário no qual se desenvolve o Turismo Rural e compreender as condições que favoreceram o surgimento da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

O Capítulo 4 analisa a trajetória da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, identificando os fatores que moldaram sua constituição e consolidaram sua atuação no território. O capítulo discute o papel das redes colaborativas na governança territorial e na construção de estratégias coletivas voltadas ao fortalecimento econômico, social e ambiental. Além disso, apresenta a caracterização das propriedades associadas, evidenciando sua diversidade produtiva, econômica e sociocultural, bem como a importância do pertencimento, da integração e do protagonismo coletivo para a consolidação do grupo.

Por fim, o Capítulo 5 apresenta o mapeamento e a análise das inovações e tecnologias sociais implementadas pelos associados da Entre Serras. O capítulo examina como essas práticas se manifestam nas ações, interações e dinâmicas produtivas do território, evidenciando o papel dos diferentes atores na construção de experiências voltadas à sustentabilidade e à valorização do patrimônio natural e cultural. Dessa forma, o capítulo demonstra como o Turismo Rural tem contribuído para o desenvolvimento local e para a reconfiguração das identidades rurais.

II- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A definição dos procedimentos metodológicos desta pesquisa foi precedida pela delimitação cuidadosa do espaço, das instituições e dos atores sociais investigados. Parte-se do entendimento de que a escolha das técnicas de coleta de dados deve dialogar diretamente com a realidade concreta do território e com as formas de organização social nele observadas, e não ser definida de maneira abstrata ou desvinculada do campo empírico.

Essa abordagem não é casual, mas decorre do reconhecimento de que a complexidade do Turismo Rural contemporâneo, particularmente quando analisado sob as perspectivas da inovação e das tecnologias sociais, demanda uma estruturação que articule três dimensões complementares: (1) o recorte espacial (área rural de Lima Duarte), (2) a unidade de análise (Associação Entre Serras- Turismo no meio Rural) e (3) os atores-chave (agricultores

familiares, agricultores “Rural Raiz”⁸ e neorrurais). Essa triangulação conceitual, orientou a seleção das técnicas de coleta de dados, assegurando que os instrumentos de pesquisa dialogassem de forma coerente com os objetivos do estudo.

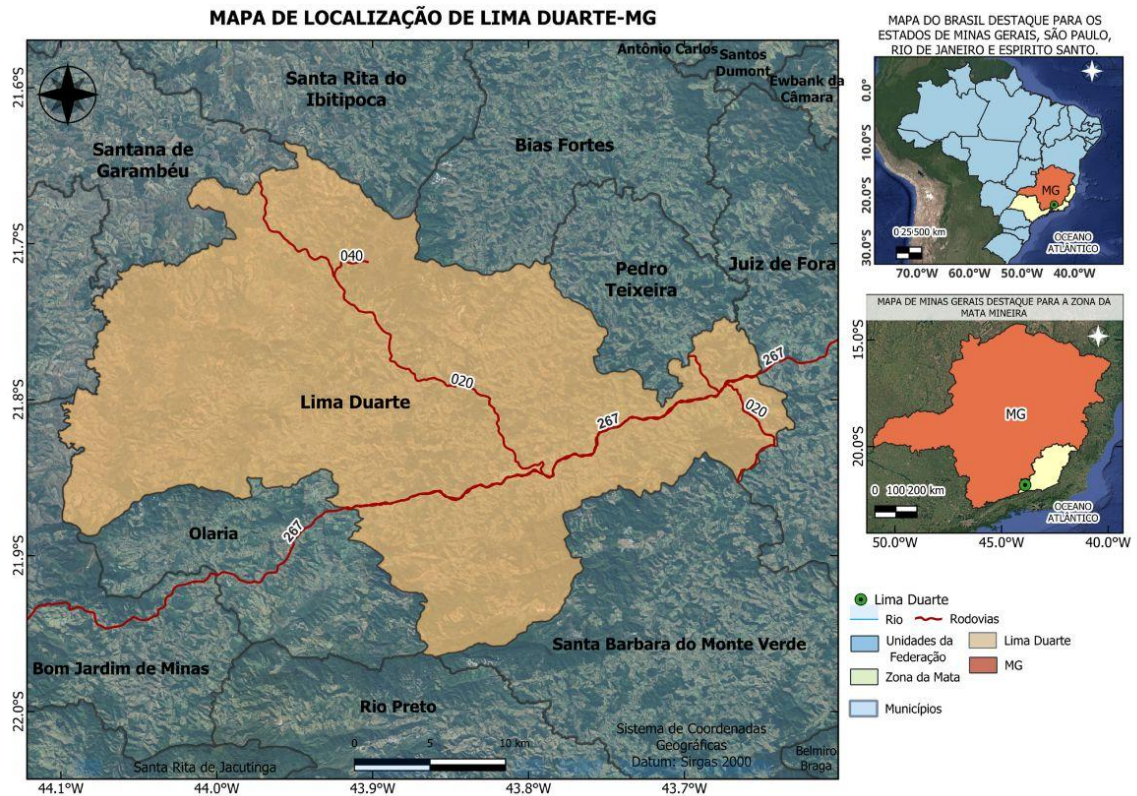
A pesquisa qualitativa adotou métodos complementares de coleta de dados, organizadas em dois eixos principais: (1) secundários (revisão bibliográfica e documental) e método revisão sistemática, para contextualização histórica e teórica; (2) primários (observação direta com registro em caderno de campo e entrevistas) e o método análise de conteúdo de Bardin, para auxiliar no tratamento dos dados empíricos.

a) Recorte Espacial

A pesquisa foi realizada na área rural do município de Lima Duarte, localizado no sudeste de Minas Gerais, mais precisamente na região da Zona da Mata Mineira e na mesorregião de Juiz de Fora. Estrategicamente posicionado, o município se encontra no cruzamento das rodovias BR040, BR267 e BR383, formando um triângulo com as regiões metropolitanas de São Paulo a aproximadamente 417 km, Rio de Janeiro a 237 km e Belo Horizonte a 292 km (ver Figura 1, mapa de localização) (IBGE, 2021).

⁸ Essa definição é uma categoria nativa que aqueles agricultores apesar de não serem reconhecidos pela política, se identificam dessa maneira.

Figura 1- Mapa de Localização de Lima Duarte – MG.



Fonte: Laboratório de Geomorfologia do Quaternário - UFV (2025).

Essa localização estratégica oferece várias vantagens para o município de Lima Duarte, como: a conexão entre grandes centros urbanos, fácil acesso a serviços e comércio, além de poder se beneficiar do fluxo de turistas que transitam por estas regiões e contribuem para o desenvolvimento econômico e cultural do lugar.

A seleção do município de Lima Duarte como *locus* desta pesquisa, fundamentou-se em um conjunto de fatores geográficos, socioculturais e institucionais que o configurou como laboratório para investigar as dinâmicas do Turismo Rural contemporâneo. Em primeiro lugar, sua posição geográfica privilegiada, situado no entorno de importantes unidades de conservação, como o Parque Estadual de Ibitipoca e o Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira. O fluxo turístico consolidado para essas áreas protegidas, criou externalidades positivas que puderam ser capitalizadas por iniciativas complementares de Turismo Rural, estabelecendo sinergias entre conservação ambiental e desenvolvimento territorial.

Em segundo lugar, diferentemente de localidades onde o rural se tornou cenário artificializado, Lima Duarte manteve um tecido sociocultural com práticas tradicionais ativas e um patrimônio histórico preservado. Essa vitalidade cultural ofereceu substrato concreto para

analisar como a valorização turística pode ocorrer sem processos de folclorização⁹. A presença da Associação Entre Serras como ator central nesse processo foi decisiva, pois exemplificou como organizações locais podem mediar a relação entre desenvolvimento turístico e preservação.

Por fim, a escolha justifica-se por Lima Duarte não ser um caso idealizado, mas um território real onde se observaram tensões entre: demanda turística crescente e capacidade de gestão comunitária; conservação ambiental e as pressões pelo desenvolvimento econômico; valorização cultural e os riscos de mercantilização. A presença da Associação Entre Serras como ator institucionalizado permitiu estudar *in loco* os mecanismos de mediação entre essas tensões, longe de serem entraves, configuraram um campo empírico rico para examinar soluções inovadoras.

b) Caracterização da unidade de análise

O presente estudo tem como unidade de análise a Associação Entre Serras - Turismo no Meio Rural, sediada no município de Lima Duarte (MG), na região da Zona da Mata mineira. Esta associação tem se destacado por sua atuação estratégica como mediadora entre diferentes atores, estabelecendo parcerias com o poder público municipal, iniciativa privada e instituições de ensino.

A escolha da associação como foco do estudo, justifica-se por sua singularidade e por três outros fatores: primeiro, por representar o único movimento associativo local que sistematicamente incorpora inovações e tecnologias sociais no fortalecimento das atividades produtivas rurais, com foco específico no Turismo Rural; segundo, pela oportunidade de investigação proporcionada pelo acesso privilegiado da pesquisadora ao grupo; e terceiro, por exemplificar concretamente como os agricultores desta associação estão diversificando suas fontes de renda através da pluriatividade e multifuncionalidade.

Compreendendo a relevância da Associação "Entre Serras" e sua influência no contexto do Turismo Rural, destaca-se sua fundação no segundo semestre de 2016, por meio de uma iniciativa do Sebrae, que reuniu um grupo de agricultores locais interessados em desenvolver o turismo, explorando os recursos naturais, histórico-culturais existentes no município e seus distritos (Entre Serras, 2018).

⁹ Folclorização refere-se ao processo de redução e estereotipização de manifestações culturais tradicionais para fins comerciais ou turísticos, esvaziando seu significado original. Ocorre quando práticas culturais complexas são simplificadas e transformadas em espetáculos superficiais para atender à demanda de visitantes.

A Associação Entre Serras é composta por 11 associados diretamente envolvidos com a atividade turística, embora em diferentes níveis de engajamento; enquanto alguns se dedicam intensamente, oferecendo uma variedade de serviços, outros atuam de forma mais pontual. Esses associados, com suas distintas participações e perfis, formam o núcleo estrutural da organização, sendo peças-chave para entender a dinâmica do turismo na região.

c) Os Atores Chave da Pesquisa

Esta seção tem como objetivo explorar os diferentes atores¹⁰ que compõem a Associação Entre Serras - Turismo no Meio Rural, classificando-os em categorias teóricas e analisando suas relações com políticas públicas e dinâmicas rurais contemporâneas. A partir de entrevistas com os agricultores associados, a pesquisadora propõe uma categorização que leva em conta suas características socioeconômicas, acesso a políticas públicas e trajetórias de vida, visando compreender seu papel no contexto rural.

Foram identificados três grupos distintos (ver quadro 1), cada um com particularidades, mas unidos pelo objetivo comum de promover o Turismo Rural e a valorização do campo, sendo eles, os agricultores familiares - reconhecidos pela política; agricultores familiares - categoria identitária e neorrurais.

Quadro 1 – Identificação e quantitativo de associados da Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

Tipologia dos Agricultores Associados	Quantidade
Agricultores familiares reconhecidos pelas políticas públicas	3
Agricultores Rural Raiz - categoria identitária	5
Neorrurais	3

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas entrevistas realizadas com os associados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

O primeiro grupo é composto pelos agricultores familiares – reconhecidos pela política, são aqueles que acessam a Lei 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar. Do ponto de vista legal, essa legislação define como agricultor familiar aquele que utiliza predominantemente a mão de obra familiar no processo produtivo, possui uma área de até 4

¹⁰ Os atores da pesquisa, são os membros da Associação Entre Serras, Turismo no Meio Rural.

módulos fiscais¹¹, tem a renda familiar originada majoritariamente do próprio estabelecimento e administra a propriedade com gestão controlada pelos membros da família (Brasil, 2006).

Para esses agricultores, a Lei 11.326/2006 é uma ferramenta essencial, pois garante acesso a políticas públicas, crédito rural e programas de apoio que fortalecem sua permanência no campo e a sustentabilidade de suas atividades. Entre as políticas específicas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)¹², que oferece benefícios como crédito facilitado, assistência técnica e inclusão em programas governamentais voltados à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural.

No caso estudado, foram identificados 3 (três) agricultores que são reconhecidos pela política de agricultura familiar. Esses, que nasceram no campo e ali construíram suas vidas, dedicam-se às atividades agropecuárias com oferta de experiências turísticas em propriedades como Pesqueiro do Tarcísio, Prainha do Conga e Cachoeira do Arco-Íris. Essa dupla vocação lhes permite: manter sua identidade produtiva; preservar recursos naturais como ativos turísticos; e reforçar seu papel como guardiões da cultura local e da segurança alimentar regional.

O segundo grupo é formado pelos agricultores identificados como “Rural Raiz” - categoria identitária¹³, que, embora não se enquadrem nos critérios da Lei 11.326/2006, identificam-se como agricultores familiares em termos culturais e simbólicos. Esses atores mantêm uma forte conexão com o modo de vida rural e desenvolvem atividades agropecuárias, muitas vezes em pequena escala. No entanto, a falta de reconhecimento formal os coloca em uma posição de vulnerabilidade, já que não têm acesso a políticas específicas, como o Pronaf.

¹¹ Em Lima Duarte, 1 módulo fiscal, corresponde a 24 hectares (Embrapa, 2025). Em Lima Duarte (MG), cada módulo fiscal corresponde a 24 hectares. No entanto, essa medida não é fixa no território nacional, podendo variar aproximadamente entre 5 e 110 hectares, conforme as características agrárias, produtivas e socioeconômicas de cada município brasileiro. O módulo fiscal constitui, portanto, uma unidade de medida territorial definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que busca representar a área mínima necessária para que uma propriedade rural seja economicamente viável dentro das condições produtivas locais.

¹² O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) constitui-se como uma das principais políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro. Criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o programa busca ampliar o acesso ao crédito, incentivar a diversificação produtiva e fortalecer a agricultura familiar como eixo estratégico de inclusão social e econômica. É regido pela Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e mais recentemente pela Lei nº 15.034/2024, que autoriza o uso do FGO – Fundo Garantidor de Operações, ampliando as possibilidades de financiamento e reduzindo barreiras de acesso ao crédito para pequenos produtores.

Essa ampliação de instrumentos financeiros tem possibilitado que agricultores familiares invistam em práticas sustentáveis, inovação social e atividades complementares, como o Turismo Rural, reforçando o papel do crédito como mecanismo de transformação produtiva e territorial.

¹³ A categoria “agricultores Rural Raiz” foi construída pelos próprios moradores do território, que se autodeclararam e se reconhecem por essa nomenclatura como forma de afirmar uma trajetória historicamente vinculada ao trabalho agrícola, à permanência no campo e aos modos de vida tradicionais do meio rural.

Ronsini e Rebellato (2021), dizem que o termo sintetiza uma identidade de classe e de resistência na qual o orgulho de produzir e comercializar em família reflete a busca por um “outro mundo possível”, que se contrapõe à lógica excludente do capitalismo e à mercantilização da vida rural. Dentre os motivos que impedem seu enquadramento legal, destacam-se: a baixa participação da família nas atividades rurais, a posse de áreas que ultrapassam os 4 módulos fiscais, a gestão da propriedade não ser exclusivamente familiar e a renda da família não ser predominantemente originada da propriedade rural.

Apesar desses desafios, esses agricultores buscam alternativas para se manterem ativos, como a diversificação de atividades e a participação em redes comunitárias. Neste caso, foram identificados 5 (cinco) agricultores que se caracterizam como agricultores “Rural Raiz” - categoria identitária. Propriedades como o Sítio Pilar, o Restaurante Rancho Alegre, Bee Nectar, Casinhas e Porteira de Chave são exemplos desse grupo. Esses agricultores desempenham um papel fundamental na preservação das tradições rurais, como a fabricação de queijos artesanais, a apicultura e a produção de alimentos, além de oferecerem experiências turísticas, como hospedagem rural, gastronomia local e passeios a cavalo. Sua atuação reforça a importância da cultura rural e da conexão com a terra, mesmo sem o reconhecimento formal.

Para esses agricultores, uma alternativa é o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) que oferece financiamento com taxas de juros menores. Em 2023, por exemplo, os agricultores do Pronamp tiveram acesso a taxas de juros de 8% ao ano para custeio e comercialização, enquanto para os grandes produtores as taxas foram de 12% ao ano (Brasil, 2023c). No entanto, a falta de enquadramento na Lei 11.326/2006 limita o acesso a políticas mais abrangentes e adaptadas às necessidades desses agricultores, impactando sua capacidade de desenvolvimento e sustentabilidade no meio rural.

O terceiro grupo é constituído pelos neorrurais, indivíduos que migraram das cidades para o campo em um movimento conhecido como êxodo urbano¹⁴, motivados pela busca de uma vida mais conectada à natureza, longe do ritmo acelerado dos centros urbanos. Esses atores, embora nem sempre possuam raízes rurais, adotam o campo como espaço de vida e trabalho, dedicando-se a atividades agropecuárias e pluriativas, como Turismo Rural.

¹⁴ O êxodo urbano corresponde ao movimento de deslocamento de indivíduos e famílias dos centros urbanos para áreas rurais, configurando uma inversão parcial dos fluxos migratórios historicamente dominantes no Brasil. Esse processo não se explica apenas por fatores econômicos, mas também por expectativas relacionadas à qualidade de vida, à disponibilidade de recursos, à busca por maior autonomia e à reconstrução de vínculos com o território. Nesse sentido, esses deslocamentos não representam um simples retorno ao passado, mas a emergência de novas ruralidades, marcadas pela combinação entre práticas urbanas e rurais (Silva, 2014; Salache *et al.*, 2021).

O fenômeno dos neorrurais no Brasil é interpretado a partir de diferentes correntes teóricas, que refletem modos variados de compreender o retorno ou a migração de novos atores sociais para o campo. A primeira corrente, de caráter simbólico e utópico, defendida por Azevedo (2020) em *Le Monde Diplomatique Brasil*, compreende os neorrurais como indivíduos que buscam o retorno à terra motivados por ideais existenciais, ecológicos e comunitários. O campo, nesse caso, é visto como um refúgio e espaço de reconciliação com a natureza e com valores humanos, sendo a migração um gesto de resistência às pressões da vida urbana e ao consumismo. No entanto, parte desses sujeitos acaba por se inserir em circuitos mercadológicos alternativos, como o turismo de experiência ou a produção artesanal, revelando a tensão entre o ideal de simplicidade e a necessidade de sustento econômico.

A segunda corrente, de viés produtivo e estrutural, desenvolvida por Marques & Lucas (2020), interpreta os neorrurais como agentes socioterritoriais do rural contemporâneo ou “novo rural”, integrados a redes locais e cadeias produtivas que dinamizam o território. Esses atores não se deslocam apenas por um ideal simbólico, mas por uma estratégia socioeconômica, inserindo-se em atividades que articulam agricultura, turismo, artesanato e serviços culturais. Esses sujeitos inseridos na lógica da pluriatividade, combinam atividades agrícolas e não agrícolas (como Turismo Rural, agroindústria artesanal, gastronomia e artesanato) com o objetivo de aumentar a produtividade, estruturar cadeias curtas de valor e ampliar as oportunidades de renda das propriedades. Embora podem adotar práticas sustentáveis em seu cotidiano, seu foco principal é a gestão produtiva do território e não a experimentação agroecológica.

Por fim, a terceira corrente, de caráter agroecológico e sustentável, descrita por Salache *et al.* (2021), apresenta os neorrurais agroecologistas como protagonistas da transição ecológica no campo. Essa vertente enfatiza o uso de tecnologias sociais e ambientais, a valorização da bioeconomia, do cooperativismo e da inovação verde, com vistas à construção de uma agricultura ecologicamente sustentável e socialmente justa. Os sujeitos desse grupo introduzem novas práticas produtivas baseadas na agroecologia e na gestão ambiental, atuando na regeneração dos ecossistemas e no fortalecimento comunitário.

No caso da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, os neorrurais se alinham à corrente produtiva e estrutural, na medida em que orientam suas estratégias para o fortalecimento econômico e organizacional das propriedades, articulando o Turismo Rural, a agroindústria artesanal e a oferta de vivências culturais. As práticas desenvolvidas por esse grupo podem ser consideradas sustentáveis na medida em que valorizam o uso racional dos

recursos naturais, a reutilização de materiais, a adequação das estruturas existentes, a preservação da paisagem natural¹⁵ e a integração entre produção, consumo e território, sem romper com as dinâmicas locais.

Trata-se, portanto, de uma sustentabilidade de base prática e contextual, vinculada à viabilidade econômica, à permanência no campo e à valorização cultural, ainda que não configurem, de forma sistematizada, um projeto agroecológico ou tecnológico no sentido estrito. São agricultores e empreendedores familiares que integram o turismo à produção agrícola, buscando equilíbrio entre conservação e geração de renda. Nesse sentido, representam uma forma emblemática do novo rural brasileiro: produtivo, diversificado, associativo e comprometido com a valorização do território e da vida no campo.

No entanto, assim como os agricultores “Rural Raiz”, os neorrurais enfrentam desafios significativos, como acesso a recursos, financiamento e políticas governamentais eficazes. A heterogeneidade desses grupos, destacada por Navarro e Campos (2014), revela a complexidade do cenário rural na contemporaneidade, onde tanto agricultores “Rural Raiz” quanto neorrurais buscam conciliar imperativos econômicos (como geração de renda e competitividade) com desafios sociais, como acesso à terra e inclusão em políticas públicas. Apesar de não se enquadrarem nas políticas específicas destinadas aos agricultores familiares, os neorrurais buscam reconhecimento e suporte para suas atividades, desempenhando um papel relevante na produção agropecuária e na dinamização do espaço rural.

Nesse sentido, Schneider (2021) identifica diferentes tipologias de neorrurais, evidenciando a diversidade desse grupo social. Entre elas destacam-se: (i) neorrurais empreendedores, que buscam investir em atividades econômicas inovadoras no campo; (ii) neorrurais sítiantes ou residentes, motivados principalmente pela busca por qualidade de vida, lazer e residência no meio rural; (iii) neorrurais ambientalistas, orientados por valores ecológicos e práticas de conservação ambiental; e (iv) neorrurais ligados ao agronegócio, que atuam em atividades produtivas associadas a cadeias agroindustriais ou investimentos rurais .

¹⁵ Paisagem natural deve ser compreendida como uma unidade integrada da natureza, formada pela interação entre diversos elementos físicos e ambientais, como relevo, clima, vegetação, hidrografia e solos. Em sua abordagem, a paisagem não pode ser analisada de maneira isolada ou fragmentada, pois cada componente natural se relaciona com os demais, compondo um sistema dinâmico que expressa a organização da natureza em determinado lugar. Humboldt destacou que a observação da paisagem permite compreender como esses elementos se articulam e se influenciam mutuamente, revelando padrões naturais que caracterizam regiões específicas do planeta. Dessa forma, a paisagem representa não apenas a aparência visível do espaço, mas a síntese das relações entre os diferentes componentes da natureza que, juntos, estruturam e dão identidade aos ambientes naturais (Humboldt, 2010).

Diante dessa diversidade de perfis, a ausência de acesso a determinadas políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como o Pronaf não necessariamente coloca os neorrurais em uma condição socioeconômica inferior. Em muitos casos, esses atores possuem outras formas de capital econômico, cultural e social que lhes permitem desenvolver iniciativas produtivas, turísticas ou ambientais no território. Ainda assim, sua presença contribui para reconfigurar as dinâmicas locais, introduzindo novos conhecimentos, práticas e redes de relacionamento que dialogam com os modos de vida das populações rurais tradicionais.

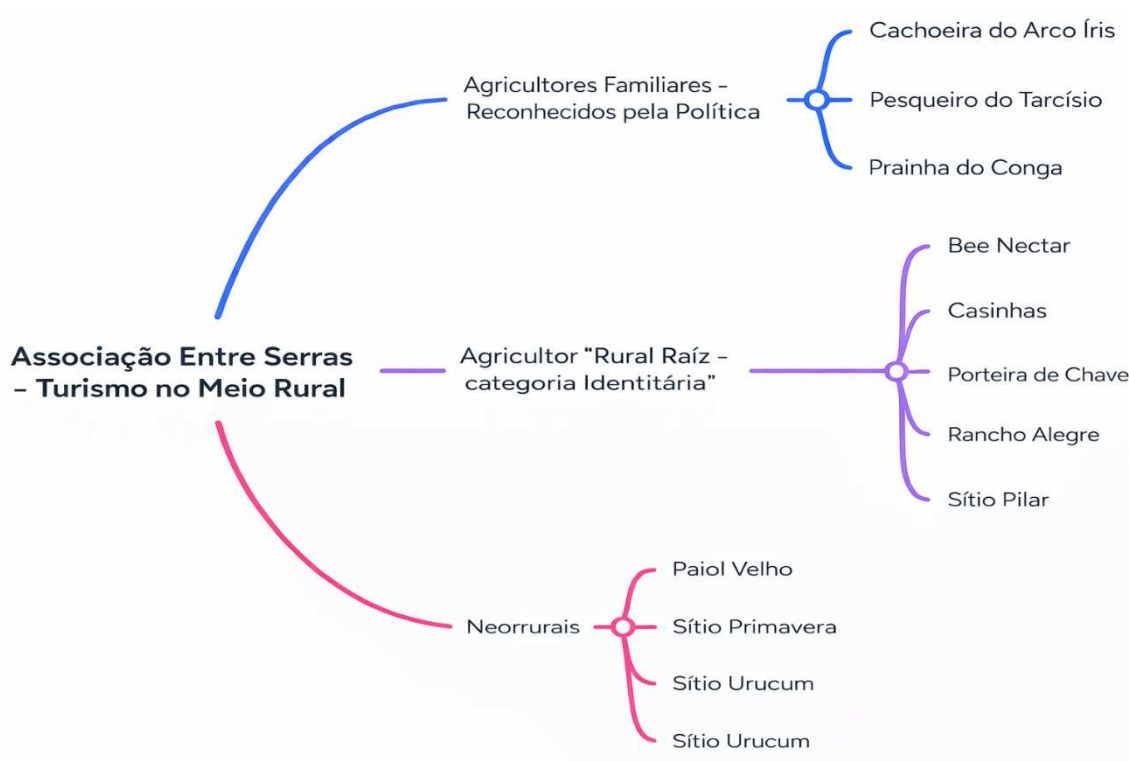
No caso estudado, foram identificados 3 (três) agricultores que se caracterizam como neorrurais. Esses indivíduos, que migraram das cidades para o campo, após a aposentadoria, vivem exclusivamente do campo, sem utilizar a aposentadoria para financiar suas atividades. Propriedades como a Fazenda Urucum, o Sítio Primavera e o Paiol Velho são exemplos desse grupo. Eles têm investido em práticas sustentáveis, como a produção de queijo artesanal, a ordenha e o agroturismo, além de adotarem tecnologias modernas¹⁶. A presença deles no campo, tem dinamizado a economia local, atraindo turistas e promovendo a valorização dos recursos naturais e culturais da região.

A produção de queijo artesanal e a ordenha são atividades que ganham destaque entre estes associados. Destaca-se a abordagem empresarial que adotam, atuando como microempreendedores individuais (MEI), acessando políticas específicas para o empreendedorismo. Esses atores buscam constantemente inovações, crescimento econômico e inserção competitiva no mercado, diversificando suas fontes de renda e integrando-se a mercados mais amplos (Entre Serras, 2018).

Diante do exposto, a seguir será apresentada a Figura 2, que contextualiza os atores da Associação Entre Serras - Turismo no Meio Rural, conforme a classificação anteriormente mencionada.

¹⁶ No caso dos neorrurais, o termo “tecnologias modernas” refere-se, sobretudo, a recursos e procedimentos voltados à gestão, à comunicação e à adequação das propriedades às exigências contemporâneas de produção e de atendimento turístico. Observa-se o uso recorrente de ferramentas digitais, especialmente WhatsApp e Instagram, para divulgação, organização de visitas, envio de informações logísticas e relacionamento com visitantes, funcionando como instrumentos centrais de comercialização e visibilidade. Paralelamente, há investimentos em melhorias estruturais e sanitárias vinculadas à agroindústria artesanal e ao turismo, como organização de espaços de manipulação, armazenamento e limpeza, além de equipamentos e rotinas que aumentam a eficiência e o controle higiênico. Soma-se a isso a implantação de soluções de infraestrutura e recepção (banheiros, áreas de convivência, sistemas hidráulicos e elétricos para conforto do visitante, sinalização e organização de acessos) que, em conjunto, permitem integrar produção, hospitalidade e experiência turística.

Figura 2: Representantes da Associação Entre Serras – Turismo no meio rural.



Fonte: Produção Própria, 2025.

Conforme observado na figura anterior, cada categoria é representada por associados da Associação Entre Serras, revelando três grupos distintos. O primeiro grupo, representado na cor azul, é composto por 3 (três) agricultores familiares oficialmente reconhecidos pela categoria política, cujos meios de vida estão em conformidade com a Lei 11.326/2006. Esses agricultores possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP¹⁷), o que lhes garante acesso a políticas públicas específicas, como crédito rural e programas de apoio à agricultura familiar.

O segundo grupo, na cor roxa, abrange 5 (cinco) agricultores “Rural Raíz” que se auto reconhecem como tal, alinhando seus meios de vida aos critérios estabelecidos pela lei, mas que não acessam as políticas governamentais por não possuírem a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). Esses agricultores representam a categoria identitária, mantendo uma forte conexão com o modo de vida rural, apesar da exclusão de benefícios legais. Por fim, o terceiro grupo, na cor rosa, inclui 3 (três) neorrurais, que vivem há anos na área rural, estes estão diretamente engajados nas atividades agropecuárias, no Turismo Rural e nas atividades produtivas associadas a essa prática (Entre Serras, 2018).

¹⁷ Em 31 de dezembro deste ano (2021), o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) substituiu a DAP (Declaração de Aptidão Pronaf) sendo a principal ferramenta para o acesso às ações, programas e políticas públicas voltadas para geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar.

A análise das categorias destacadas na figura revela uma diversidade significativa entre os associados da Associação Entre Serras, cada um representando uma perspectiva única no contexto do Turismo Rural e das atividades a ele vinculadas. Essa variedade de perfis reflete não apenas a complexidade das dinâmicas rurais contemporâneas, mas também a riqueza e pluralidade de experiências e práticas presentes na região. A coexistência desses grupos – agricultores familiares reconhecidos legalmente, agricultores identitários e neorrurais – ilustra a transformação do espaço rural em um ambiente multifuncional.

d) Recorte Temporal da Pesquisa Empírica

A investigação de campo que fundamenta este estudo foi desenvolvida em etapas distintas, totalizando 20 dias de trabalho, na região rural de Lima Duarte-MG. A fase preliminar (pré-campo) ocorreu nos dias 04 e 06 de agosto de 2023 (não contabilizados nesta etapa) quando a pesquisadora realizou visitas exploratórias a todas as propriedades rurais associadas a Entre Serras, familiarizando-se com o território e seus atores-chave.¹⁸

A fase principal de coleta de dados, iniciada após aprovação do Comitê de Ética da UFRV, desdobrou-se em cinco etapas: primeira etapa (08 a 11 de junho de 2024) contabilizaram 4 dias; segunda etapa (19 a 22 de setembro de 2024) contabilizaram 4 dias; a terceira etapa (09 a 15 de dezembro de 2024) contabilizaram 7 dias; a quarta etapa (19 a 21 de dezembro de 2024) contabilizaram 3 dias e a quinta etapa (16 e 17 de janeiro de 2026), contabilizando 2 dias.

O detalhamento das atividades específicas realizadas em cada etapa, incluindo os procedimentos metodológicos, instrumentos de coleta e estratégias de interação com os participantes, será apresentado no item “Técnicas de Coleta de Dados”, sob o tópico Dados Primários: Pesquisa de Campo. Contudo, é importante destacar que esse recorte temporal de 20 dias de visita das áreas rurais, permitiu:

Aproximar dos atores-chave e entrevistá-los, conhecer o espaço das propriedades rurais, captar a variabilidade sazonal das atividades rurais e turísticas, realizar a observação direta e anotações em caderno de campo; aprofundar a relação com os participantes ao longo de diferentes ciclos produtivos e culturais, entrevistar informantes-chave e institucionais, fazer registros fotográficos (autorizados) de espaços e atividades produtivas.

Essa abordagem multifacetada, aliada à triangulação de métodos, garantiu uma base empírica robusta para analisar as estratégias de pluriatividade, os impactos do Turismo Rural

¹⁸ Atores-chave neste contexto, remete a todos os associados da Entre Serras, que permitiram que esta pesquisa de Tese fosse desenvolvida, sendo os protagonistas da mesma.

através das inovações e tecnologias sociais e as redes de cooperação que sustentaram a Associação Entre Serras.

e) Técnicas de Coleta de Dados

A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa, seguindo uma abordagem exploratória que busca compreender a subjetividade e a complexidade do objeto de estudo. Como afirma Coutinho (2018, p. 105), “todo e qualquer plano de investigação, seja de caráter quantitativo, qualitativo ou multimetodológico, implica uma recolha de dados originais por parte do investigador”. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa permite uma análise profunda e contextualizada dos fenômenos, focando na interpretação e na compreensão dos significados atribuídos pelos atores envolvidos, sem a pretensão de quantificar ou generalizar os resultados (Minayo, 2001, p. 14).

A metodologia qualitativa é especialmente adequada para estudos que buscam explorar realidades complexas e dinâmicas, como é o caso do Turismo Rural e das práticas de inovação e tecnologias sociais. A figura 3, elaborada pela pesquisadora (2025), sintetiza os procedimentos metodológicos adotados, organizando-os em etapas claras e interligadas. Essa estrutura garante transparência e rigor metodológico, alinhando-se às recomendações de autores como Coutinho (2018) e Minayo (2001).

Figura 3: Técnicas de coleta de dados da Pesquisa Qualitativa.

Procedimentos Metodológicos da Pesquisa Qualitativa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

Este esquema sintetiza os procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa, divididos em dados secundárias e primárias. Dessa forma, a combinação desses métodos possibilitou uma abordagem mais completa e rigorosa na investigação qualitativa, garantindo a triangulação dos dados e maior confiabilidade nos resultados obtidos.

1) Dados Secundários

Os dados secundários foram coletados a partir de materiais já existentes, como livros, artigos, documentos oficiais e revisões sistematizadas, que servem de base teórica para a pesquisa. Estes dados, não exigem interação direta com o objeto de estudo no momento da pesquisa. Nesta pesquisa, os dados secundários foram obtidos por meio de:

a) Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008), consiste na busca e análise de fontes teóricas e acadêmicas relacionadas ao tema em estudo. Para esta tese, foram consultados livros, artigos científicos, teses e outros materiais relevantes que abordam temas como o novo rural contemporâneo, pluriatividade, multifuncionalidade, Turismo Rural, inovações sociais e tecnologias sociais. Além disso, foram utilizadas reportagens, páginas oficiais da Associação Entre Serras, e dados históricos e geográficos sobre o município de Lima Duarte, obtidos em fontes, como o IBGE¹⁹. Essa etapa teve como objetivo embasar teoricamente a pesquisa e fornecer um contexto para a análise dos resultados.

A seguir, apresenta-se o Quadro 2, com a organização das referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa, categorizadas conforme os temas abordados na tese. Cada categoria de análise está associada aos capítulos correspondentes e aos autores cujas obras foram fundamentais para a construção do trabalho. Além disso, foram incluídos os anos de publicação das obras, a fim de contextualizar temporalmente as contribuições dos autores e evidenciar a evolução do debate acadêmico sobre os temas abordados. Essa organização permitiu uma visão sistematizada das principais fontes consultadas e sua relação com os eixos temáticos da pesquisa.

¹⁹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Quadro 2: Categoria de Análise.

3Categoria de Análise	Autores
Metodologia de Pesquisa	Brasil (2006, 2023c); Bardin (2020); Campos, Silva e Albuquerque (2021); Coutinho (2018); Galvão, Tiguman e Sarkes-Onof (2022); Gil (2008); Minayo (2001); Navarro e Campos (2014); Opas (2021); Pereira e Galvão (2014); Reis (2010); Richardson <i>et al.</i> (2012); Salanche <i>et al.</i> (2021); Saldanã (2013); Teixeira e Manso (2024);
Ressignificação do espaço rural e Rural Contemporâneo	Bauer (1998); Brasil (2006, 2023c); Caporal (2005); Castro e Pereira (2017); Dutra e Schneider (2017); Graziano Da Silva e Del Grossi (2000); Kayser (2000); Marques (2002); Mattei (2005); Ploeg <i>et al.</i> (2009); Santos (2006); Schneider (2003); Ternoski e Perondi (2014); Wanderley (2030);
Pluriatividade e Multifuncionalidade	Alentejano (1995); Anjos (2003); Anjos e Caldas (2012); Candioto (2007); Carneiro (2006, 2009); Carneiro e Maluf (2003); Conceição (2020); Galvão, Castro e Marques (2018); Minayo (Nascimento (2005); Silva (2015); Soares (2001); Verges (2013); Wanderley (2003).
Relações Urbano-Rurais, Novo Rural e Novas Ruralidades	Abramovay (2003, 2012); Agueda (2019); Bicalho e Hoefle (2009); Candioto e Correa (2008); Cruz (2019); Graziano da Silva (2002); Kageyama (2004); Léfèbvre (1986, 1971); Massey (2004); Rua (2017); Rua, Agueda e Simoni (2021); Sobarzo (2013); Tacoli (2003); Veiga (2009).
Turismo Rural	Almeida (2000); Brasil (2003, 2010, 2023b); Boletim (2020); Carvalho (2018); Dutra e Pereira (2018); Fogaça (2009); Lane (2014); Rodrigues (2001); PMT (2007); Pato (2015); Portuguez (2013); Ribeiro e Mondo (2019); Ruschmann (2016); Santos <i>et al.</i> (2014); Solha (2019); Souza e Klein (2019); Sprint Dados (2023); Trigo (2023); Tulik (2003).
Redes Colaborativas e Associativismo	Abramovay (2003); Gurza e Lavallo (2020); Gusso (2023); Lüchmann (2014); Lüchmann, Almeida e Taborda (2019); Pereira (2025); Ostrom (1990); Putnam (2000); Sachs (2007); Singer (2002); Warren (2002).
Inovação Social e Inovação social e Turismo	Alkier, Milojica e Roblek (2017); Ferreira <i>et al.</i> (2023); Nagy (2019); Neumeier (2017); Oliveira, Ferranini, Gómez-Carreto, et al. (2018); Grzybovski (2024); Ragauskaitė e Žukovskis (2019); Santo e Andion (2022); Wirth, Brandi e Mayer (2023); Vercher (2022); Vercher, Bosworth e Esparcia (2023).
Tecnologias Sociais e Tecnologias Sociais e Turismo	Albuquerque (2009); Assis e Campos (2023); Carvalho (2010); Dagnino (2009, 2014); Kleinübing, Kleinübing e Silvério (2024); Martins e Santos (2023); Medeiros <i>et al.</i> (2017); Novaes e Dias (2009); Pena (2009); Weiss (2009).
Aspectos Históricos, Geográficos de Lima Duarte	Criston (2014); IBGE (2021); Rede Ibitipoca (s/a); Santos (2021); Snis (2021).
Entre Serras – Turismo no Meio Rural	Entre Serras (2018); Estatuto Entre Serras (2021).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

Essas referências bibliográficas contribuíram para embasar os temas propostos, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para a compreensão das dinâmicas rurais, das políticas públicas e das transformações socioeconômicas no campo. Além disso, a organização por categorias de análise, facilitou a identificação das principais contribuições de cada autor, reforçando a riqueza do debate acadêmico sobre os temas abordados.

b) Pesquisa Documental

A pesquisa documental, conforme Gil (2008) aponta, envolve a revisão e interpretação de documentos relacionados ao tema da pesquisa. Neste estudo, foram analisados documentos como o estatuto da Associação Entre Serras, filmes no formato de documentários, que tratavam sobre os associados do Entre Serras e suas propriedades; relatórios de atividades desenvolvidas pelos associados do Entre Serras, além da página da associação. Essa técnica permitiu compreender o contexto institucional e legal em que a associação está inserida, além de fornecer informações sobre as políticas e programas que impactam as atividades dos agricultores. A análise documental complementou a pesquisa de campo, fornecendo dados contextuais que enriqueceram a compreensão do tema.

c) Revisão Sistemática

O presente trabalho adotou, também, como técnica de coleta de dados, a revisão sistemática, um método de pesquisa rigoroso e estruturado, que teve como objetivo mapear e analisar as principais contribuições científicas sobre as dinâmicas do Turismo Rural contemporâneo, tendo como eixos conceituais as terminologias "inovações sociais" e "tecnologias sociais", que estruturam todo o segundo capítulo da tese. A opção pelos termos "inovações sociais" e "tecnologias sociais" não foi aleatória, mas resultado de uma cuidadosa análise sobre seu uso e aplicação em diferentes contextos geográficos e teóricos

Esses conceitos, embora frequentemente relacionados, representam dimensões distintas e complementares no debate acadêmico e nas práticas de desenvolvimento destas atividades. Ao adotá-los, buscou-se não apenas refletir sobre artigos da literatura brasileira, mas também incorporar perspectivas internacionais, abrindo espaço para análises comparativas que enriquecem a compreensão do Turismo Rural como fenômeno global.

A estratégia de busca foi desenhada para capturar tanto os debates teóricos quanto as aplicações práticas desses conceitos no Turismo Rural, utilizando critérios de inclusão que privilegiaram estudos com clareza conceitual e relevância empírica. O resultado foi um

mapeamento abrangente, capaz de destacar desde casos emblemáticos, até lacunas na literatura, como a escassez de pesquisas que explorem a interface entre inovações sociais e tecnologias sociais no contexto do Turismo Rural, reforçando a originalidade do trabalho.

Diante deste contexto, a metodologia adotada para as buscas destes materiais, seguiu um protocolo, baseado no modelo PRISMA 2020 (*Transparent Reporting of Systematic Reviews and Meta-Analyses*), que permitiu uma seleção criteriosa e organizada dos estudos, garantindo a qualidade e a relevância dos dados analisados.

A pesquisadora adotou a revisão sistemática como método distinto da revisão bibliográfica tradicional, em virtude de seu caráter mais rígido e protocolar. E também pela lacuna de pesquisa que articulem essas temáticas (inovação e tecnologia social), em conjunto. Essa abordagem, fundamentada nas diretrizes do PRISMA 2020, assegurou transparência metodológica por meio de: (1) critérios explícitos de seleção de estudos; (2) procedimentos sistemáticos de triagem; e (3) análise abrangente e imparcial da literatura (Galvão, Tiguman & Sarkis-Onof, 2022).

O emprego desse protocolo internacional garantiu a identificação, avaliação e síntese das evidências científicas, conferindo robustez aos resultados obtidos. Assim, ao adotar o método PRISMA em conjunto com a abordagem PICO (População, Intervenção, Comparação e Resultados), ferramenta utilizada para formular perguntas de pesquisa em revisões sistemáticas, de maneira clara e estruturada (OPAS, 2021), busca-se garantir rigor metodológico e transparência na seleção e análise dos estudos. Diante deste contexto, aplicou-se o PICO da seguinte forma:

- P (População) – famílias rurais
- I (Intervenção) – Inovações e tecnologias sociais aplicadas no Turismo Rural;
- C (Comparação) – Não aplicável;
- O (Resultado) – Criação de novas oportunidades para o enfrentamento dos desafios socioeconômicos e fortalecimento das famílias rurais.

Esses critérios serviram como base metodológica para orientar tanto a busca quanto a seleção dos estudos incluídos na revisão sistemática, cujas etapas principais consistem em:

1. Definição da pergunta de pesquisa:

A pergunta central que guiou a revisão sistemática foi: *Quais as principais práticas de inovação social e tecnologias sociais implementadas no Turismo Rural*²⁰? Essa pergunta orientou a busca e a seleção dos estudos, garantindo foco e relevância para a pesquisa.

2. Busca nas bases de dados:

O processo de busca bibliográfica foi conduzido de forma sistemática, seguindo etapas claramente definidas para garantir a abrangência e a relevância dos estudos selecionados. Inicialmente, foram utilizados os seguintes descritores: "social innovations in rural" OR "social technologies in rural" AND "tourism rural"; "social innovation in tourism" OR "social technologies in tourism" AND "rural". Para garantir uma cobertura abrangente da literatura, os descritores foram utilizados tanto em português quanto em inglês. Esses termos foram estrategicamente combinados por meio de operadores booleanos ("AND" e "OR"), permitindo um mapeamento preciso da produção acadêmica na interface entre inovações sociais, tecnologias sociais e Turismo Rural. A busca foi realizada em bases de dados científicos e na literatura cinzenta²¹, assegurando a inclusão de estudos atualizados e acessíveis, garantindo a qualidade e a pertinência da revisão.

3. Seleção de estudos:

Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão para identificar artigos relevantes. Os critérios de inclusão consideraram estudos que abordavam práticas de inovação social e tecnologias sociais no contexto do Turismo Rural, enquanto os critérios de exclusão eliminaram estudos fora do recorte temporal, do idioma (português, espanhol e inglês) e, do acesso aberto.

²⁰ Na revisão sistemática utilizada neste estudo, conduzida conforme o protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), a questão-problema da revisão não corresponde integralmente à questão central da tese, mas representa um recorte analítico dela. Enquanto a questão-problema geral da pesquisa orienta toda a investigação empírica e teórica, buscando compreender quais inovações e tecnologias sociais estão sendo implementadas no Turismo Rural pelos associados da Entre Serras e como essas práticas se manifestam nas ações e interações dos diferentes atores envolvidos, a questão norteadora da revisão sistemática tem caráter instrumental e exploratório. Essa questão específica serve para guiar a busca de referências nas bases de dados, delimitando os eixos conceituais que fundamentam o estudo (como pluriatividade, multifuncionalidade, Turismo Rural, inovação social e tecnologia social). Assim, ela não substitui a questão principal da tese, mas a operacionaliza no plano teórico, permitindo mapear, selecionar e sintetizar o conhecimento científico já produzido sobre os temas que sustentam o problema de pesquisa.

²¹ As literaturas cinzentas são publicações que não passam pelos canais de publicação acadêmica ou comercial. Isso significa que esses documentos não são publicados pelas editoras tradicionais e, muitas vezes, não passam por revisão por pares. Apesar disso, podem ser fontes valiosas de informação em pesquisas científicas e acadêmicas. Exemplos de literatura cinzenta: dissertações e teses – trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado não publicados comercialmente; relatórios técnicos e institucionais – publicações de governos, ONGs e empresas com dados e análises; anais de congressos e simpósios – trabalhos apresentados em eventos científicos, mas que não foram formalmente publicados em periódicos, etc. Apesar de sua relevância, a literatura cinzenta exige cautela na avaliação da qualidade, pois nem sempre há rigor acadêmico ou revisão por pares. Por isso, é essencial verificar a fonte e a metodologia usada nos documentos (Pereira e Galvão, 2014).

Inicialmente, a busca por materiais foi ampla e não restritiva, com o intuito de capturar um panorama geral das publicações relacionadas ao tema. Foram identificados 277 materiais em bases de dados como *Web of Science*, SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e OASIS BR. Em seguida, foram aplicados critérios de seleção mais específicos, colocando filtros nas bases de dados, como a limitação de materiais (artigos, livros, capítulos de livros e teses), tipo de acesso (*open access*), tipo de idioma (inglês, português e espanhol) e a delimitação do recorte temporal (2015 a 2025)²².

Foram excluídos também duplicatas e registros inelegíveis. Esses filtros visaram garantir a atualidade e a acessibilidade dos estudos, além de direcionar a pesquisa para as discussões mais contemporâneas sobre inovações e tecnologias sociais no Turismo Rural. Após essa triagem, 167 materiais foram selecionados para análise mais detalhada.

4. Análise e síntese:

O processo de seleção envolveu etapas como leitura de títulos, resumos e palavras-chave, permitindo uma primeira filtragem do material coletado. Em seguida, os textos que passaram por essa fase foram submetidos a uma análise mais aprofundada por meio da leitura das introduções, o que possibilitou identificar com maior precisão sua aderência à temática investigada. Como resultado dessa etapa, 120 artigos foram excluídos por não apresentarem relação direta com os objetivos do estudo. Dos 47 artigos restantes, considerados pertinentes para pesquisa, foram, portanto, exportados para a plataforma *Rayyan*²³, uma ferramenta especializada em revisões de literaturas, onde passaram novas triagens:

1. Exclusão de duplicatas: 18 artigos repetidos foram identificados e excluídos para evitar redundância;
2. Exclusão pelo assunto: Foram lidos os títulos, introdução, metodologia e capítulos direcionados as inovações sociais e tecnologias sociais, sendo excluídos 08 artigos, por desconexão com a pesquisa.
3. Revisão cega por pares²⁴: A revisão cega por pares foi conduzida com base na avaliação independente e anônima dos artigos pelos revisores responsáveis²⁵, seguindo critérios

²² A escolha do período de 2015 a 2025 para a revisão sistemática justifica-se pela necessidade de capturar um panorama atualizado e abrangente das práticas de inovação social e tecnologias sociais no Turismo Rural. Esse recorte temporal permitiu não apenas consolidar o conhecimento existente, mas também identificar lacunas e tendências, contribuindo para o avanço teórico e prático do campo.²

²³ O *Rayyan* é um software online, com algumas funcionalidades gratuitas, projetado para auxiliar pesquisadores na fase de seleção de artigos em revisões sistemáticas e integrativas. Otimiza o processo, economizando tempo e contribuindo para a confiabilidade do estudo (Teixeira e Manso, 2024).

²⁴ A revisão a cega por pares, contou com a contribuição de uma estudante do Doutorado em Extensão Rural, Maya da Silva Nunes.

²⁵ Os revisores responsáveis pela análise a cegas por pares: Annaelise Fritz Machado e Maya da Silva Nunes.

pré-definidos de inclusão e exclusão. Em casos de divergência, as revisoras realizaram uma análise colaborativa, discutindo detalhadamente os argumentos e evidências que fundamentavam suas decisões. Esse processo permitiu alcançar consenso sobre a seleção final dos artigos, assegurando transparência e rigor metodológico. Como resultado, 07 artigos foram excluídos nesta fase.

Após a seleção final dos estudos elegíveis, foram identificados 14 artigos que passaram por leitura integral. Posteriormente, aplicou-se a técnica de busca reversa²⁶ (*backward reference checking*), conforme recomendado pelo PRISMA (Page *et al.*, 2021).

Uma vantagem metodológica da busca reversa é sua flexibilidade cronológica, que possibilita incorporar estudos importantes, mesmo quando ultrapassam o período temporal delimitado inicialmente. Essa abordagem, validada por Abbad Andaloussi *et al.* (2020), Page *et al.* (2021), Padron (2024) e Wilding (2024), prioriza a relevância conceitual sobre rigidez temporal, assegurando que fundamentações teóricas essenciais não sejam excluídas por critérios cronológicos. Na prática, este procedimento permitiu identificar e incluir 7 estudos adicionais que, apesar de anteriores ao marco temporal estabelecido (2015-2025) na primeira etapa da revisão, cumpriram todos os critérios de elegibilidade e enriqueceram significativamente o arcabouço teórico da pesquisa.

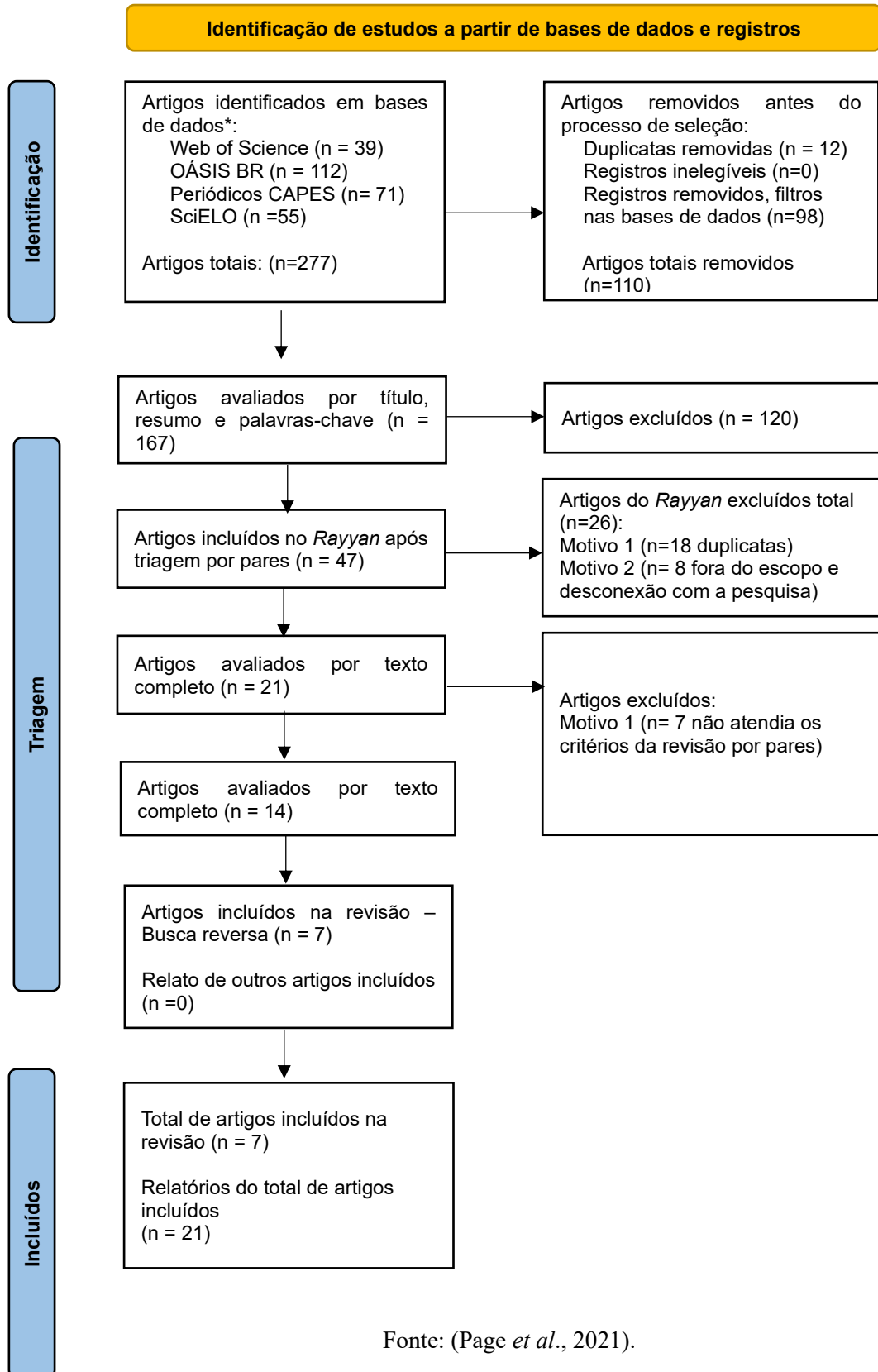
Na última etapa, todos os materiais selecionados, os 14 artigos iniciais e as 7 referências identificadas na busca reversa, foram lidos na íntegra, permitindo uma análise aprofundada de seus conteúdos. Essa leitura integral possibilitou a identificação de padrões, tendências e lacunas na literatura, além de consolidar uma base de 21 estudos alinhados aos objetivos da pesquisa. Esses materiais ofereceram um panorama detalhado das práticas e discussões sobre inovações e tecnologias sociais no Turismo Rural, bem como sua relação com o enfrentamento dos desafios socioeconômicos e o fortalecimento das famílias rurais.

A Figura 4 ilustra as etapas do processo de seleção e análise, desde a identificação inicial dos artigos até a consolidação final da base de estudos. Essa abordagem metodológica rigorosa

²⁶ A busca reversa (*backward reference checking*), conhecida também por referência reversa, literatura reversa ou bibliografia reversa, constitui uma técnica metodológica fundamental para revisões sistemáticas (Moraes, Lopes e Priore, 2020), complementando as estratégias de busca tradicionais ao identificar estudos relevantes que possam ter escapado às buscas iniciais. Seu objetivo principal é duplo: reduzir o viés de seleção e garantir a abrangência da revisão, assegurando a incorporação de trabalhos importantes que os algoritmos das bases de dados podem não ter capturado (Abbad Andaloussi *et al.*, 2020; Page *et al.*, 2021; Wilding, 2024). Uma característica distintiva desta abordagem é que ela permite a inclusão de estudos cujo período cronológico extrapola os limites temporais definidos na estratégia de busca inicial, priorizando a relevância teórica ao invés das restrições temporais rígidas (Abbad Andaloussi *et al.*, 2020; Page *et al.*, 2021, Padron, 2024).

garantiu a qualidade e a relevância dos resultados, preparando o terreno para a discussão detalhada dos achados qualitativos da pesquisa, no capítulo 2 desta tese.

Figura 4. Etapas da elaboração da revisão sistemática pelo modelo PRISMA.



Dos 21 trabalhos selecionados para leitura, ao categoriza-los de acordo com as orientações sugeridas por Saldaña (2013), 15 foram identificados como artigos, 5 capítulos de

livro e 1 livro, lidos na íntegra. Posteriormente, conforme a metodologia anteriormente citada, a etapa subsequente envolveu a recategorização dos dados, os colocando em planilha, por afinidade temática, que permitiu compreender de forma mais aprofundada as nuances conceituais incluídas aos estudos.

Para uma compreensão mais aprofundada das obras selecionadas, foram realizadas análises que consideraram: a temática, o ano de publicação, a origem geográfica, o idioma e a frequência de palavras-chave. Essas abordagens permitiram identificar tendências, evoluções e padrões ao longo do tempo, além de oferecer uma visão abrangente e contextualizada do tema.

A análise foi realizada a partir de uma amostra destes 21 artigos, selecionados por sua relevância e abrangência temática. Esses estudos abordam desde conceitos teóricos até aplicações práticas, destacando a importância da participação comunitária, da sustentabilidade, das práticas de inovação e tecnologias sociais para o desenvolvimento rural e para o turismo.

O Quadro 3, apresentado a seguir, organizou as informações dos 21 artigos analisados, dividindo-os por assunto, para facilitar a compreensão e a análise dos dados.

Quadro 3- Visão geral dos artigos analisados.

Inovação Social no Desenvolvimento Rural: 7 artigos (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7).
Inovação Social no Turismo: 4 artigos (8, 9, 10, 11).
Tecnologias Sociais e suas Relações com Inovação Social: 7 artigos (12, 13, 14, 15, 16, 17, 18).
Turismo Rural e Tecnologias Sociais: 3 artigos (19, 20, 21).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

Essa divisão temática permitiu identificar os principais focos de investigação. O quadro apresentado ofereceu uma visão clara e organizada da distribuição temática dos artigos analisados, destacando os principais eixos de investigação relacionados à inovação social e suas aplicações no desenvolvimento rural, no turismo e nas tecnologias sociais. A predominância de estudos sobre inovação social no desenvolvimento rural (7 artigos) refletiu a importância dessa abordagem para promover a sustentabilidade e a inclusão em comunidades rurais, muitas vezes marginalizadas. Já os artigos sobre inovação social no turismo (4 artigos) e Turismo Rural (3 artigos) evidenciam o potencial dessa prática para integrar atividades turísticas com a valorização cultural e ambiental, gerando impactos positivos tanto para os visitantes quanto para as comunidades locais.

Por fim, a quantidade de estudos sobre tecnologias sociais e suas relações com a inovação social (7 artigos) reforça o papel dessas ferramentas como catalisadoras de mudanças, ao promover soluções acessíveis e adaptadas às necessidades das populações.

2 Dados Primários - Pesquisa Campo

Os dados primários foram coletados diretamente pela pesquisadora, por meio de técnicas de coleta de dados (observação direta com caderno de campo e entrevistas) que permitiram uma interação próxima com o objeto de estudo. A pesquisa qualitativa adotada nesta tese, seguiu uma lógica de aprofundamento progressivo, partindo de uma revisão teórica e documental (dados secundários) para, em seguida, realizar a coleta de dados em campo (dados primários). Essa abordagem permitiu uma compreensão abrangente do fenômeno estudado, integrando diferentes perspectivas e fontes de informação.

A realização de pesquisas de campo é uma etapa fundamental para a coleta de dados empíricos, permitindo ao pesquisador uma aproximação e uma interação direta com os sujeitos envolvidos. Antes mesmo da formalização da pesquisa junto ao Comitê de Ética e aos grupos envolvidos, entre os dias 04 e 06 de agosto de 2023, foi conduzido um pré-campo na região de Lima Duarte-MG, com o objetivo de estabelecer contato inicial com os atores locais, conhecer a dinâmica da associação e familiarizar com o ambiente que seria alvo da investigação. Nessa etapa, buscou-se observar as relações sociais, as condições de trabalho no meio rural e as particularidades da região, a fim de refinar a abordagem metodológica e ajustar os instrumentos de coleta de dados.

Após a aprovação do projeto de tese, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (UFV), concedida em 07 de maio de 2024, sob o parecer nº 6.808.227, foram planejadas e executadas diversas idas a campo, visando aprofundar a investigação por meio de observação direta, registros em caderno de campo e entrevistas. Todos os entrevistados foram visitados pelo menos duas vezes pela pesquisadora.

A primeira etapa da pesquisa de campo foi realizada entre os dias 08 e 11 de junho de 2024, com o objetivo de estabelecer um contato direto com os atores envolvidos e compreender as dinâmicas do Entre Serras – Turismo no Meio Rural, associação que constitui o *locus* central da investigação. Durante esse período, a hospedagem ocorreu no Sítio Primavera, propriedade rural pertencente a um dos associados do grupo, o que proporcionou não apenas uma base logística estratégica, mas também uma vivência mais próxima da realidade local.

O proprietário do sítio desempenhou um papel fundamental nessa fase, facilitando o acesso às áreas de interesse e oferecendo suporte para a realização das atividades de pesquisa. Sua colaboração foi essencial para a integração no contexto comunitário, permitindo uma aproximação mais natural com os demais membros da associação.

Os deslocamentos às demais propriedades rurais associadas a Entre Serras, foram organizados com base em uma agenda previamente definida, estabelecida em diálogo com os próprios associados. Essa organização assegurou a otimização do tempo em campo, garantindo que todas as visitas ocorressem em horários adequados às rotinas dos entrevistados, sem interferir em suas atividades produtivas ou turísticas.

O contato com o ambiente da pesquisa possibilitou uma observação detalhada dos modos de vida, das práticas cotidianas e das dinâmicas produtivas de cada propriedade visitada. Além disso, a permanência contínua no local, favoreceu a realização de entrevistas semiestruturadas com os atores-chave da pesquisa, enriquecendo a coleta de dados com relatos pessoais e percepções sobre o Turismo Rural na região.

O trabalho de campo permitiu à pesquisadora documentar *in loco* os modos de vida, rotinas e processos produtivos das propriedades rurais, além de realizar entrevistas semiestruturadas com os participantes-chave. Esses encontros renderam relatos pessoais, enriquecendo substancialmente os dados da pesquisa.

Como etapa exploratória inicial, o período em campo cumpriu um duplo propósito, ao consolidar as bases metodológicas para as fases seguintes da investigação e estabelecer vínculos de confiança com a comunidade, aspecto essencial para pesquisas qualitativas nas ciências humanas e sociais. Essa experiência preliminar não apenas gerou informações relevantes, mas também proporcionou uma compreensão mais aprofundada do contexto estudado, orientando o desenvolvimento posterior do trabalho.

A segunda incursão aconteceu entre 19 e 22 de setembro de 2024, novamente a pesquisadora ficou hospedada no Sítio Primavera. Dessa vez, o foco foi ampliar o espectro de interlocuções estabelecidas na primeira visita e complementar o registro de aspectos que demandavam maior aprofundamento após a fase exploratória inicial.

A organização metodológica desta etapa seguiu princípios rigorosos, com uma agenda sistemática de visitas às propriedades rurais associadas, estabelecida em concordância com a disponibilidade dos interlocutores. Nesta fase combinou diversas técnicas de coleta de dados,

com destaque para a observação direta²⁷ que permitiu conhecer as rotinas das propriedades, captando nuances comportamentais e organizacionais que escapariam a abordagens mais superficiais. Os registros em caderno de campo foram meticulosamente elaborados, contendo não apenas descrições do ambiente físico, mas também transcrições de falas relevantes, interações sociais observadas e impressões analíticas que surgiam no processo. Complementando esses registros, o uso criterioso de fotografias (sempre mediante autorização) serviu para documentar espaços, atividades e elementos significativos.

As entrevistas semiestruturadas, complementadas por diálogos informais que surgiam naturalmente no convívio, permitiram não apenas enriquecer substancialmente a compreensão dos fenômenos investigados, mas também identificar e acessar dois informantes-chave estratégicos. Esses atores, moradores radicados no município, destacaram-se por sua inserção singular tanto nas dinâmicas associativas quanto no tecido sociocultural local, posicionando-se como interlocutores para decifrar as complexidades do território estudado.

Os resultados desta etapa de campo foram particularmente significativos para o desenvolvimento da pesquisa. Além de complementar lacunas identificadas na primeira visita, especialmente no que diz respeito às estratégias de comercialização coletiva e aos arranjos organizacionais da associação, o trabalho permitiu fortalecer substancialmente os vínculos com os participantes. Este aprofundamento relacional tornou-se evidente na maior abertura para discussão de temas sensíveis, como conflitos internos e desafios socioeconômicos, que começaram a emergir nas conversas.

A terceira e última etapa de campo, que ocorreu entre 09 e 15 de dezembro de 2024, contou com uma logística diferenciada. Nos três primeiros dias (09 a 12/12), a pesquisadora se manteve hospedada no Sítio Primavera. A partir do dia 12/12, a mudança para a residência de conhecidos nos arredores do município, possibilitou acessar propriedades que estavam geograficamente mais distantes do núcleo inicial da pesquisa, além de facilitar o contato com informantes-chave que não estavam diretamente vinculados à associação, mas que possuíam relevância para o contexto investigado. Essa estratégia de deslocamento mostrou-se essencial para captar a diversidade de cenários e perspectivas, permitindo contrastar as realidades das propriedades associadas com as de outros atores do município.

²⁷ As técnicas de coletas de dados apresentados neste capítulo, serão rigorosamente descritas na seção: a. Pesquisa de Campo e entrevistas com roteiros semiestruturados e b. observação direta e caderno de campo, que se encontram presentes nesse subcapítulo.

Ao longo das etapas anteriores de investigação, tornou-se evidente, através dos relatos recorrentes dos atores locais, a complexa rede de colaboração a diversos órgãos públicos e privados, que influenciaram diretamente suas dinâmicas.

Essas menções constantes, surgidas de forma orgânica ao longo das conversas, passaram a ser consideradas como critério para inclusão de novos entrevistados quando foram reiteradas por mais de três associados, evidenciando a relevância dessas entidades no contexto investigado. As falas dos associados da Entre Serras, citavam constantemente o colaborador de marketing da Entre Serras e as instituições como o Sebrae, o Sindicato dos Produtores Rurais, o Senar e a Prefeitura de Lima Duarte, demonstrando o papel fundamental desses atores externos na configuração do Turismo Rural da Associação. Diante dessa constatação, a pesquisadora identificou a necessidade de ampliar o escopo da investigação, incluindo entrevistas aos representantes dessas instituições.

A quarta etapa de campo, que ocorreu entre 19 a 21 de dezembro de 2024, a pesquisadora se hospedou novamente na residência de amigos que residem em Lima Duarte, e agendou os encontros com os atores institucionais, para compreender a natureza e o grau de seu envolvimento com as propriedades estudadas, bem como seu impacto nas estratégias de gestão e desenvolvimento adotadas pela associação. Essa abordagem permitiu mapear as redes de apoio, os fluxos de recursos e as dinâmicas de poder que permeavam o contexto pesquisado, enriquecendo significativamente a análise.

A inclusão desses atores institucionais na pesquisa permitiu uma compreensão mais holística do fenômeno estudado, demonstrando como as trajetórias individuais das propriedades estavam entrelaçadas com políticas públicas, programas de fomento e redes de cooperação técnica. Ao mesmo tempo, a permanência em diferentes locais durante esta última etapa, do Sítio Primavera a residências nos arredores do município, ampliou o espectro de observações, captando desde as microdinâmicas familiares até os fluxos regionais que constituem o Turismo Rural na Associação.

A quinta etapa de campo ocorreu nos dias 26 e 27 de janeiro de 2026 e teve caráter complementar e confirmatório. Seu objetivo foi verificar informações ainda pendentes sobre três propriedades associadas e esclarecer dúvidas identificadas nas etapas anteriores da pesquisa.

Essa abordagem multifocal foi decisiva para consolidar um corpus de dados robusto e diversificado, capaz de sustentar análises complexas sobre os modos de vida, as estratégias adaptativas e os processos de transformação em curso, no meio rural pesquisado. Assim, a fase

final de campo cumpriu seu duplo objetivo: aprofundar o diálogo com os atores institucionais que permeavam o cotidiano dos associados e expandir a observação direta, para abarcar a pluralidade de experiências que compunham aquele território.

Diante do exposto e para contribuir para uma análise multidimensional do objeto estudado, a pesquisadora adotou uma combinação metodológica que articulou diferentes técnicas de coleta de dados. As técnicas utilizadas, estão detalhadas a seguir, buscando esclarecer seus respectivos papéis no processo investigativo e como se complementaram para garantir a robustez dos dados coletados em cada etapa do trabalho de campo.

a) Entrevistas semiestruturadas

A pesquisa de campo foi conduzida por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados, seguindo a abordagem proposta por Reis (2010) utilizando-se de perguntas escritas para coletar informações sobre atitudes, perfil e opiniões dos participantes. Foram entrevistados 11 associados da Associação Entre Serras - Turismo no Meio Rural, além deles, optou-se por entrevistar também 01 colaborador de marketing da Entre Serras, 01 representante do Sebrae, 01 representante do Sindicato Rural, 01 do Senar, 01 representante da Prefeitura de Lima Duarte, 01 representante da Instância de Governança Regional (IGR), 01 Informantes-chave (morador do município de Lima Duarte).

O roteiro de entrevista (Ver Apêndice A) que foi aplicado aos associados da Entre Serras - Turismo no Meio Rural, teve como objetivo principal, traçar um panorama abrangente sobre esses indivíduos, suas atividades, modos de vida e o impacto das inovações e tecnologias sociais criadas por eles, no desenvolvimento de suas propriedades.

A pesquisa contou com a participação integral de 100% dos associados da Associação Entre Serras. Com o objetivo de caracterizar o perfil social, educacional e organizacional dos participantes da pesquisa, foi elaborado o Quadro 4, que sistematiza informações relativas às propriedades associadas à Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural e aos entrevistados que as representam. A caracterização contempla o perfil de gestão das propriedades, o gênero dos responsáveis, o nível de escolaridade, a faixa etária e o tipo de agricultor, permitindo compreender a heterogeneidade de trajetórias e arranjos que compõem o coletivo associativo.

A organização desses dados é fundamental para contextualizar as análises posteriores, uma vez que as inovações sociais e as tecnologias sociais identificadas ao longo da pesquisa estão diretamente relacionadas às experiências de vida, aos capitais sociais e culturais, às formas de organização familiar e aos níveis de acesso a recursos dos atores envolvidos. Assim,

o quadro 4, não tem apenas função descritiva, mas constitui uma base analítica para interpretar como diferentes perfis sociais se articulam no desenvolvimento do Turismo Rural no território.

Quadro 4 – Perfil dos Entrevistados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural

Propriedade	Perfil de gestão da propriedade	Gênero	Escolaridade	Idade (em 2026)	Tipo de agricultor
Sítio Primavera	Gestão compartilhada ²⁸ (casal - Maria Elisa e Jorge)	Feminino e masculino	Ensino superior completo	73- 72 anos respectivamente	Neorrural
Prainha da Conga	Gestão individual (Pedro)	Masculino	Ensino fundamental	67 anos	Agricultor familiar
Casinhas	Gestão compartilhada da família (mas somente uma pessoa participou da entrevista - Ana Elisa)	Feminino	Ensino superior completo	44 anos	Agricultora “Rural Raiz”
Rancho Alegre	Gestão compartilhada com as filhas (apenas uma pessoa participou da entrevista - Mirian)	Feminino	Ensino fundamental	80 anos	Agricultora familiar
Cachoeira do Arco-Íris	Gestão compartilhada (casal - Sebastião Ronaldo e Mariléia)	Feminino e masculino	Ensino médio	42- 48 anos respectivamente	Agricultores familiares
Pesqueiro do Tarcísio	Gestão compartilhada (casal, mas só uma pessoa participou da entrevista - José Tarcísio)	Masculino	Ensino médio / formação técnica especializada	63 anos	Agricultor familiar
Bee Nectar – Reserva Andirá	Gestão compartilhada (casal - Renata e Sérgio)	Feminino e masculino	Ensino superior completo	49 - 47 anos respectivamente	Agricultores “Rural Raiz”
Paiol Velho	Gestão compartilhada (casal- Andrea e José Eugênio)	Feminino e masculino	Ensino superior completo	59 - 61 anos respectivamente	Neorrurais
Porteira de Chave	Gestão compartilhada da família (somente duas pessoas participaram da entrevista - Monick e Geraldo)	Feminino e masculino	Ensino médio completo	22 - 79 anos respectivamente	Agricultores “Rural Raiz”

²⁸ A gestão compartilhada é um modelo organizacional em que as decisões, responsabilidades e atividades produtivas são divididas entre os membros da família e/ou da comunidade, de forma cooperativa e participativa. Na agricultura familiar, esse modelo fortalece o capital social, a autonomia dos produtores e a sustentabilidade dos empreendimentos rurais (Lima *et al.*, 2024).

Propriedade	Perfil de gestão da propriedade	Gênero	Escolaridade	Idade (em 2026)	Tipo de agricultor
Sítio Pilar	Gestão compartilhada (casal- Maria Angélica e Ronaldo)	Feminino e masculino	Ensino médio	66 – 67 anos respectivamente	Agricultores “Rural Raiz”
Sítio Urucum	Gestão compartilhada (casal – Terezinha e Arnaldo)	Feminino e masculino	Ensino superior completo	77 – 83 anos respectivamente	Neorrurais

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas entrevistas realizadas com os associados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

Os dados apresentados no Quadro 4 evidenciam a diversidade de arranjos organizacionais, perfis educacionais, faixas etárias e trajetórias sociais que compõem os membros da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural. Observa-se o predomínio da gestão compartilhada das propriedades, sobretudo entre casais e núcleos familiares, o que reforça o papel da família como unidade central de organização produtiva e decisória no Turismo Rural. Ainda que nem todos os membros da família tenham participado diretamente das entrevistas, a gestão coletiva emerge como característica estruturante das propriedades associadas.

A participação feminina mostra-se consistente, tanto em administrações individuais quanto em gestões compartilhadas, indicando relações de cooperação e divisão de responsabilidades que tensionam papéis de gênero historicamente atribuídos no meio rural. As mulheres ocupam posições centrais na condução das atividades produtivas, turísticas e associativas, assumindo responsabilidades estratégicas na tomada de decisões e na representação das propriedades no âmbito da associação

No que se refere ao perfil educacional, observa-se uma configuração heterogênea, marcada pela coexistência de níveis de escolaridade distintos. A presença significativa de entrevistados com ensino superior completo, especialmente entre neorrurais e agricultores identitários, convive com trajetórias formativas vinculadas ao ensino fundamental e médio, mais recorrentes entre agricultores familiares tradicionais. Essa diversidade educacional contribui para diferentes formas de apropriação do Turismo Rural, das inovações sociais e das tecnologias sociais.

A tipologia dos agricultores identificados como: agricultores familiares, agricultores “Rural Raiz” categoria identitária e neorrurais, reforça o caráter plural da associação e evidencia a complexidade do rural na contemporaneidade. Cada grupo mobiliza recursos, saberes e motivações específicas, produzindo formas diferenciadas de inserção no Turismo Rural. Essa

composição heterogênea confere a Entre Serras um elevado potencial analítico, ao permitir observar como distintos perfis sociais constroem, de maneira articulada, práticas associativas, inovações sociais e tecnologias sociais em um mesmo território.

A caracterização dos entrevistados revelou-se fundamental para compreender como os associados da Associação Entre Serras se inserem nas dinâmicas do Turismo Rural e se relacionam com políticas públicas, programas de apoio institucional e redes colaborativas. Considerando que esses agricultores constituem o núcleo central da pesquisa, por integrarem a única associação formal de Turismo Rural existente no município de Lima Duarte, buscou-se analisar suas trajetórias, as atividades desenvolvidas, as motivações para a atuação associativa e os desafios enfrentados no cotidiano das propriedades.

As entrevistas permitiram, ainda, identificar as percepções dos associados sobre os impactos do Turismo Rural, especialmente no que se refere às inovações e tecnologias sociais, evidenciando oportunidades, limitações e contribuições para o fortalecimento econômico, social e territorial das famílias e da economia local. Esses elementos são centrais para compreender o Turismo Rural como estratégia de diversificação produtiva, reprodução social e valorização do território, além de dar suporte ao mapeamento das práticas e das necessidades dos atores diretamente envolvidos na atividade turística. O roteiro das entrevistas foi estruturado em etapas, abordando tópicos como:

- História pessoal e trajetória na agricultura: Compreender as origens dos agricultores e sua inserção na associação.
- Práticas agrícolas e não agrícolas: Analisar a diversificação das fontes de renda e o papel da pluriatividade no desenvolvimento das propriedades rurais.
- Turismo rural, e inovações sociais: Investigar como os agricultores estão inovando em termos de oferta de serviços turísticos, como a criação de roteiros diferenciados e atividades que valorizam a cultura local e os recursos naturais.
- Turismo e tecnologias sociais: Verificar como os agricultores estão utilizando tecnologias sociais para melhorar os sistemas sustentáveis de gestão de recursos, práticas agroecológicas, ou soluções comunitárias que valorizam a cultura local e os recursos naturais e a inclusão social.
- Impactos socioeconômicos e ambientais: Explorar questões como geração de renda, acesso a serviços básicos, preservação da identidade cultural, fortalecimento dos laços comunitários e conservação dos recursos naturais.

- **Desafios e oportunidades:** Refletir sobre os obstáculos enfrentados pelos agricultores e suas propostas para o aprimoramento de políticas públicas e iniciativas de fomento ao Turismo Rural.

A investigação sobre a Associação Entre Serras ampliou seu escopo metodológico ao incorporar, além dos associados, a perspectiva do colaborador responsável pelo marketing da organização (ver apêndice B). Este profissional, contratado por meio de prestação de serviços, tem desempenhado um papel central na mediação entre a produção local e o mercado turístico, atuando como um agente-chave na transformação dos atributos culturais e naturais da região em produtos turísticos atraentes nas redes sociais.

Ele é responsável pela gestão das páginas da associação, pelas fotografias tiradas nos eventos, pela divulgação de matérias nas redes sociais, criação de conteúdos, além de seu papel estratégico quanto ao aumento da visibilidade das iniciativas da associação nas redes sociais. O objetivo foi identificar como essas ações têm impactado o engajamento do público, a atração de turistas e a valorização das atividades desenvolvidas pelos associados.

Além dos associados da Entre Serras e do colaborador de marketing, a pesquisa incorporou outros atores estratégicos mencionados recorrentemente durante as entrevistas, cujas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento do turismo no município de Lima Duarte. Esses interlocutores representam instituições que, direta ou indiretamente, influenciaram a trajetória da associação, seja por meio de capacitação, financiamento ou articulação política. Optou-se em entrevista-los para entender melhor o contexto do Turismo Rural e seus desdobramentos do ponto de vista institucional.

Sendo assim, foi realizada uma entrevista, com o representante do Sebrae²⁹ (ver apêndice C) que emergiu como um dos principais parceiros, oferecendo não apenas palestras, mas também consultorias especializadas que auxiliaram os associados a desenvolverem habilidades empreendedoras. Essas iniciativas foram relevantes para transformar as propriedades em negócios responsáveis, capacitando os associados na gestão financeira, no atendimento ao turista e na comercialização de seus produtos, como o queijo artesanal.

O que possibilitou compreender o papel da instituição no apoio ao Turismo Rural, bem como sua atuação na articulação de iniciativas voltadas ao fortalecimento das comunidades envolvidas. A entrevista buscou apreender a visão institucional sobre as inovações sociais e tecnologias sociais mobilizadas no território, considerando não apenas seus efeitos econômicos,

²⁹ Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. É uma instituição que atua diretamente na consultoria e fomento aos pequenos negócios, e sua contribuição tem sido essencial para a gestão e a comercialização dos serviços turísticos em Lima Duarte

mas também seus impactos sociais, organizativos e territoriais. Nesse sentido, procurou-se compreender como os programas de apoio ao Turismo Rural dialogam com o empreendedorismo local, a cooperação entre os atores, a valorização dos saberes e a construção de estratégias que conciliam desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade no contexto regional.

Paralelamente, a investigação incluiu o representante do Sindicato dos Produtores Rurais³⁰ (ver apêndice D), a sugestão de inclusão dessa instituição, decorreu por sua vez, do fato de desempenhar um papel indireto, mas significativo na liberação dos treinamentos para os associados da Entre Serras. Esse mecanismo operava por meio da contribuição sindical obrigatória (0,02% da folha de pagamento dos sindicalizados), cujos recursos, repassados à Faemg (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais). Por meio de um termo de parceria, o Sindicato Rural contratava o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) vinculado à Faemg, para a execução das capacitações, garantindo assim a qualificação técnica dos produtores e trabalhadores rurais.

Assim, essa entrevista com o representante do Sindicato dos Produtores Rurais, permitiu compreender o apoio técnico e as ações desenvolvidas pela entidade, para fortalecer o Turismo Rural e a agricultura familiar e os desafios enfrentados. Com essa entrevista, buscou-se compreender os programas de capacitação e assistência técnica oferecidos, bem como as perspectivas da instituição sobre o potencial do Turismo Rural na região. Este aspecto particular demonstra como as articulações entre diferentes esferas institucionais, podem gerar sinergias capazes de potencializar as iniciativas de Turismo Rural, mesmo quando tais conexões não são imediatamente visíveis na superfície das relações institucionais.

Complementando o mapeamento institucional, o Serviço Nacional de Aprendizagem Senar³¹ (ver apêndice E) emergiu como ator fundamental nas narrativas dos associados. A análise das intervenções do Senar revela uma atuação em duas fases que transcende a mera capacitação técnica: inicialmente através do curso de Agente de Turismo Rural, que funcionou como catalisador para a profissionalização dos associados, permitindo-lhes não apenas adquirirem competências técnicas, mas principalmente desenvolverem um olhar crítico sobre o potencial turístico de suas propriedades e modos de vida.

³⁰ Sindicato dos Produtores Rurais de Lima Duarte é uma entidade representativa dos trabalhadores do município, atua na defesa dos direitos e interesses da categoria que representa, seja ela rural, urbana ou de setores específicos.

³¹ Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, é uma instituição chave na qualificação da mão de obra rural, e sua atuação tem sido fundamental para o desenvolvimento de habilidades técnicas e gerenciais entre os agricultores e moradores de Lima Duarte.

Mais significativamente, o SENAR assumiu uma postura formativa e transformadora ao estimular a ressignificação de produtos tradicionais, como o Queijo Minas Artesanal, que deixam de ser compreendidos apenas como alimentos destinados ao autoconsumo para se tornarem elementos centrais das experiências vivenciadas no Turismo Rural. Essa abordagem promove uma valorização em duas dimensões complementares: por um lado, amplia possibilidades de geração de renda e de inserção em novos canais de comercialização; por outro, fortalece a dimensão sociocultural desses saberes, ao reconhecer o queijo como expressão de memória, identidade, modos de fazer e pertencimento territorial.

Dando continuidade, a entrevista com a representante do Senar, trouxe à tona as iniciativas de capacitação e formação profissional voltadas para o Turismo Rural e a agropecuária, em parceria com o Sindicato Rural de Lima Duarte. Por meio dessa entrevista, buscou-se identificar os cursos e treinamentos oferecidos, o impacto dessas ações na comunidade e as perspectivas para a integração entre Turismo Rural e atividades agropecuárias.

A entrevista buscou compreender de forma abrangente a perspectiva do poder público municipal – Secretária de Turismo da Prefeitura de Lima Duarte (ver apêndice F) com objetivo de explorar as iniciativas municipais, voltadas para o desenvolvimento do Turismo Rural. A pesquisa buscou compreender o papel do poder público municipal no desenvolvimento do Turismo Rural em Lima Duarte, com foco específico nas políticas implementadas pela Secretaria de Turismo local. O objetivo foi analisar as iniciativas governamentais direcionadas à capacitação de agentes locais, criação de roteiros turísticos integrados e promoção de eventos culturais como estratégias de dinamização econômica.

Dando continuidade, entrevistou-se o representante do IGR – Instância de Governança Regional Circuito Turístico Serras de Minas, reconhecida pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT-MG) como entidade responsável pela articulação das políticas públicas e das iniciativas privadas de turismo na região. O IGR atua na integração entre municípios, no planejamento regional do turismo, na capacitação de agentes locais e na promoção dos destinos que compõem o circuito.

O objetivo da parceria com o IGR foi compreender como as políticas e estratégias regionais de turismo dialogam com as práticas locais desenvolvidas pela Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, especialmente no que se refere ao apoio institucional, à governança territorial e às possibilidades de cooperação intermunicipal para o fortalecimento do turismo rural (ver apêndice G).

Por fim, para complementar as entrevistas, a pesquisa incorporou as perspectivas de um informante-chave de reconhecida relevância local (Ver apêndice H). Esse ator, embora não vinculados formalmente às instituições estudadas, possuem um conhecimento profundo tanto das dinâmicas turísticas quanto da história sociocultural de Lima Duarte.

A inclusão desses depoimentos permitiu estabelecer um contraponto valioso às informações coletadas junto às organizações formais, trazendo para o centro da análise a percepção da comunidade sobre: o processo histórico de desenvolvimento do Turismo Rural no município, as mudanças observadas na dinâmica econômica e social das comunidades, os impactos gerados pela atividade turística, as relações entre os visitantes e a população local, dentre outros aspectos. Essa abordagem qualitativa revelou aspectos muitas vezes ausentes nos documentos oficiais, como a ressignificação de práticas tradicionais e as tensões geradas pela convivência entre diferentes modos de vida, além da relevância da associação para o município e seus associados.

A diversidade dos grupos entrevistados permitiu uma análise multifacetada do Turismo Rural em Lima Duarte. Cada ator contribuiu com informações específicas que, quando integradas, oferecem um panorama completo das dinâmicas locais, dos desafios enfrentados e das oportunidades de desenvolvimento. Essa abordagem foi essencial para propor políticas públicas e ações estratégicas que fortaleçam a Associação Entre Serras.

b) Observação Direta com registro em Caderno de Campo

A observação direta aplicada nesta pesquisa permitiu captar aspectos fundamentais do Turismo Rural na Entre Serras que não emergiram nas entrevistas. Por meio do acompanhamento sistemático das atividades cotidianas, interações e contextos naturais das propriedades, foi possível identificar nuances e dinâmicas implícitas nas práticas sociais dos associados.

A observação direta, conforme destacado por Campos, Silva e Albuquerque (2021), é um método de coleta de dados no qual o pesquisador observa um fenômeno ou a interação de indivíduos em seu ambiente natural, sem interferir ou participar ativamente das ações que estão ocorrendo. Neste estudo, a técnica foi utilizada para observar as práticas e dinâmicas relacionadas ao Turismo Rural, com foco nas inovações sociais e tecnologias sociais, tais como: feiras de produtos locais, festivais culturais, passeios guiados, degustações de alimentos típicos, hospedagem de turistas, dentre outros.

A observação direta sistemática dessas dinâmicas permitiu identificar, além das potencialidades já documentadas, desafios estruturais enfrentados pelos agricultores, particularmente a carência de recursos tecnológicos adequados e a necessidade de capacitação específica para atender às demandas crescentes do turismo contemporâneo.

O valor metodológico da observação direta revelou-se especialmente significativo ao desvendar como as inovações sociais são efetivamente operacionalizadas no cotidiano da Associação Entre Serras. Esta abordagem complementou e, inclusive, questionou os dados obtidos nas entrevistas formais, ao capturar processos de adaptação e ressignificação que ocorrem fora do radar dos discursos institucionais. O registro minucioso das interações espontâneas e das soluções práticas desenvolvidas pelos atores locais evidenciou os mecanismos criativos através dos quais as famílias rurais assimilam e transformam as tecnologias sociais, adequando-as às suas necessidades concretas.

O caderno de campo, por sua vez, utilizado como ferramenta complementar, registrou detalhes observacionais, reflexões analíticas e contextualizações, enriquecendo a interpretação dos dados. Conforme sugerido por Richardson *et al.* (2012), foi utilizado para registrar detalhes sobre o comportamento dos agricultores, as estratégias de comunicação com os visitantes, a estrutura dos eventos e as inovações implementadas, como o uso de tecnologias sociais para promover a sustentabilidade e a valorização dos produtos locais.

Além das atividades planejadas, o caderno de campo também foi utilizado para anotar situações espontâneas, como conversas informais entre agricultores e visitantes, que revelaram aspectos importantes sobre a dinâmica do Turismo Rural. Por exemplo, durante uma feira local, uma conversa entre um agricultor e um turista destacou a importância das redes de colaboração entre os produtores para a comercialização de seus produtos.

No estudo sobre inovações sociais e tecnologias sociais no Turismo Rural na Entre Serras, a observação direta e o caderno de campo foram utilizados de forma complementar, seguindo as contribuições de Richardson *et al.* (2012) e Campos, Silva e Albuquerque (2021). Juntas, essas técnicas proporcionaram uma compreensão mais profunda da realidade investigada, transformando vivências empíricas em evidências científicas qualitativas valiosas para a análise das dinâmicas locais. A análise das observações, aliada aos dados coletados por meio de outras técnicas, como caderno de campo e entrevistas, contribuiu para uma compreensão mais ampla do Rural Contemporâneo na Entre Serras.

Para o tratamento dos questionários aplicados, das entrevistas e das anotações registradas no caderno de campo, esta pesquisa adotou a Análise de Conteúdo, conforme os

pressupostos teórico-metodológicos propostos por Bardin (2020), utilizando-a de forma adaptada à análise de dados qualitativos. Embora a Análise de Conteúdo seja concebida como um método quali-quantitativo, neste estudo ela foi mobilizada prioritariamente como estratégia de interpretação qualitativa, orientada à compreensão dos sentidos, recorrências e significados presentes nos discursos e nas práticas observadas em campo. Essa escolha justifica-se pela necessidade de organizar, sistematizar e interpretar de forma rigorosa um conjunto diversificado de informações empíricas, permitindo uma leitura analítica, comparativa e inferencial das comunicações, sem desconsiderar o contexto social e territorial em que foram produzidas.

De acordo com Bardin (2020), a Análise de Conteúdo é composta por três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que se desdobram em procedimentos operacionais específicos. Cada uma dessas etapas cumpre uma função complementar e, juntas, asseguram rigor, transparência e coerência na construção do conhecimento científico.

A pré-análise corresponde à fase de organização inicial do material, cujo propósito é torná-lo operacional e sistemático para o estudo. Bardin (2020) indica que, nesse momento, o pesquisador realiza a chamada “leitura flutuante”, isto é, o primeiro contato com as entrevistas, permitindo-se ser guiado por impressões e intuições iniciais. Essa etapa envolve também a escolha e delimitação do corpus.

Nesta tese, o corpus analítico foi constituído por onze (11) entrevistas com os associados da Associação Entre Serras, representando as unidades produtivas rurais, além das sete (07) entrevistas complementares realizadas com os representantes da iniciativa privada, do poder público e da comunidade local que mantêm relação direta com a associação. Essa escolha atende aos critérios de representatividade e pertinência, permitindo capturar a complexidade das interações entre os diferentes atores.

Ainda na pré-análise, são formuladas as hipóteses e os objetivos específicos da análise, que, neste estudo, concentram-se em identificar as inovações e tecnologias sociais implementadas no Turismo Rural e interpretar os significados que essas práticas assumem nas narrativas e interações dos sujeitos.

Por fim, ocorre a preparação do material, o que inclui a transcrição fiel das entrevistas, padronização textual, codificação e organização dos arquivos em formato digital, de modo a facilitar o posterior tratamento e categorização.

A segunda etapa é a exploração do material, considerada por Bardin (2020) a mais extensa e detalhada, pois é nela que se concretizam as decisões tomadas na pré-análise. Aqui,

os dados brutos são transformados em informações organizadas por meio das operações de codificação e categorização.

A codificação consiste em recortar o texto em unidades de registro, isto é, as menores partes dotadas de sentido relevante para a análise (por exemplo, uma frase, um tema ou uma ideia central). Essas unidades são interpretadas dentro de um contexto maior, as chamadas unidades de contexto, como o parágrafo ou a resposta completa, que preservam o significado original da fala.

Posteriormente, as unidades de registro são agrupadas por semelhança, originando categorias e subcategorias temáticas. Bardin (2020) recomenda que as categorias apresentem certas qualidades: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade. Em outras palavras, cada categoria deve ser internamente coerente, conceitualmente precisa e capaz de gerar interpretações válidas. Na presente pesquisa, a categorização das entrevistas buscará refletir os principais eixos do objetivo da tese, organizando as falas em torno de temas.

Entre as categorias analíticas emergentes desta pesquisa, duas assumem papel central na compreensão do fenômeno estudado: Inovação Social no Turismo e Tecnologias Sociais no Meio Rural. Ambas dialogam diretamente com o objetivo principal da tese, que é identificar e interpretar as práticas e experiências que expressam novos modos de organização social, produtiva e ambiental no contexto da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, em Lima Duarte (MG).

A terceira etapa é dedicada ao tratamento dos resultados, quando o pesquisador busca dar sentido aos dados codificados e às categorias elaboradas. Nessa fase, ocorre o processo de inferência e interpretação, no qual as informações são cruzadas, comparadas e confrontadas com a literatura teórica.

Segundo Bardin (2020), a inferência consiste em atribuir significados e explicações aos dados analisados, enquanto a interpretação se refere à articulação entre o empírico e o teórico. No contexto desta tese, essa etapa permitirá compreender como os diferentes atores percebem, implementam e ressignificam as práticas de inovação e tecnologias sociais no meio rural.

O tratamento dos resultados culminará na construção de quadros analíticos e sínteses interpretativas, que reúnem as evidências obtidas nas entrevistas e as articulam com os conceitos teóricos que sustentam o estudo, como agricultura familiar, inovação social, tecnologias sociais e novas ruralidades³².

³² Nesta tese, ao abordar sobre Novas Ruralidades, refere-se às transformações socioculturais que reconfiguram os sentidos e usos do espaço rural na contemporaneidade, destacando novas formas de viver, produzir e se relacionar com o território. Essa perspectiva evidencia a valorização da natureza, da cultura local, da gastronomia, da

Assim, a metodologia de Bardin (2020) será aplicada de forma transversal ao longo do estudo, orientando o tratamento das entrevistas tanto com os associados quanto com os demais atores sociais. O processo partirá da organização e delimitação do corpus, passará pela exploração sistemática do conteúdo das falas, e culminará na interpretação dos sentidos que as práticas e narrativas assumem no contexto do Turismo Rural, da inovação social e da tecnologia social.

A análise de conteúdo, portanto, permitirá transformar os discursos em conhecimento científico, revelando como as experiências e interações entre agricultores, poder público, iniciativa privada e comunidade constroem, de forma coletiva, novas formas de viver, produzir e inovar no território da Entre Serras.

hospitalidade e de experiências vivenciais no campo, além da presença de novos atores sociais, como os neorrurais. Já o conceito de Novo Rural está mais associado às transformações estruturais e econômicas do campo, especialmente à diversificação das atividades produtivas e à pluriatividade, das famílias rurais, incorporando atividades não agrícolas ao espaço rural. Como exemplo, destacam-se a agroindustrialização artesanal, o turismo rural, os serviços e outras atividades complementares que passam a integrar a economia das propriedades. Assim, enquanto as Novas Ruralidades enfatizam as mudanças socioculturais e simbólicas do rural, o Novo Rural explica as transformações econômicas e produtivas que ampliam as funções do espaço rural.

1 O NOVO RURAL BRASILEIRO E O TURISMO

Este capítulo apresenta o referencial teórico vinculado às dinâmicas do Turismo Rural no contexto das transformações que reconfiguram o espaço rural contemporâneo, servindo como base conceitual para a análise das experiências concretas da Associação Entre Serras que serão desenvolvidas nos capítulos subsequentes.

O meio rural, historicamente associado à produção agropecuária, atravessa um processo contemporâneo de ressignificação, no qual passa a ser valorizado por seus recursos paisagísticos, culturais e pelas experiências que oferece. Nesse contexto, os conceitos de pluriatividade e multifuncionalidade surgem como chaves interpretativas para entender as novas dinâmicas do campo.

Esses conceitos permitem compreender como as famílias rurais diversificam suas atividades econômicas e reinventam suas estratégias de reprodução social, particularmente através da integração do Turismo Rural como elemento-chave que responde simultaneamente à necessidade de geração de renda e à preservação de valores culturais e de conservação da natureza.

Esta transformação ocorre em estreita relação com os centros urbanos, numa dinâmica de interdependência que constitui outro eixo teórico essencial, demonstrando como a conexão rural-urbana gera benefícios mútuos: enquanto o espaço rural atende à demanda urbana por experiências (conexão com a natureza e modos de vida tradicionais), produtos locais (artesanais, agroecológicos) e vivências culturais (carregados de identidade territorial); os centros urbanos contribuem com tecnologias avançadas (soluções digitais, automatizadas e baseadas em dados que aumentam a eficiência e rastreabilidade da produção rural), mercados consumidores (com demanda constante por turismo diferenciado e produtos de origem), redes de infraestrutura e serviços (logística, comunicação, capacitação técnica) que fortalecem a produtividade e a diversificação econômica das famílias rurais.

Nesse contexto de interdependência rural-urbana, o associativismo emerge como mecanismo estratégico para potencializar os benefícios dessa relação. Por um lado, as associações organizam e qualificam a oferta rural (experiências, produtos e saberes) para atender, dentro de suas condições, às demandas urbanas de forma estruturada, garantindo escala, padrão de qualidade e rastreabilidade necessários aos mercados. Por outro lado, funcionam como interlocutoras para acessar tecnologias, infraestrutura e capacitação provenientes dos centros urbanos. Assim, o associativismo não apenas otimiza a conexão entre os dois espaços, mas também assegura que os atores rurais sejam protagonistas nesse processo.

Em síntese, compreender o novo rural brasileiro exige reconhecer que o campo deixou de ser um espaço marginal ou exclusivamente produtivo para se tornar um território dinâmico, multifuncional e interdependente, onde práticas agrícolas, turísticas, culturais, tecnológicas e socioambientais se entrelaçam. A emergência de novos atores, como os neorrurais, e de novas dinâmicas, como a pluriatividade e a inovação social, evidencia que o novo rural é marcado pela diversidade e pela complexidade de suas interações com o urbano.

Essas transformações, que envolvem tanto permanências quanto rupturas, revelam um processo contínuo de identidades em movimento, no qual os modos de vida, as funções econômicas e os significados atribuídos ao espaço rural passam a se reconfigurar ao longo do tempo. Nesse processo, o rural deixa de ser associado a uma identidade única, vinculada exclusivamente à produção agrícola, e passa a incorporar múltiplas dimensões sociais, culturais e produtivas, refletindo sua capacidade de adaptação às dinâmicas e demandas da sociedade contemporânea. Assim, abre-se o caminho para compreender, no próximo capítulo, como a reconfiguração do rural na contemporaneidade redefine os modos de viver, produzir e se relacionar no território, consolidando o campo como um espaço plural, integrado, item a ser desenvolvi do no próximo capítulo.

1.1 A resignificação do espaço rural na contemporaneidade

O surgimento da terminologia “Novo Rural” está associada a um conceito que auxilia na interpretação do mundo rural a partir de um conjunto de transformações econômicas, sociais e culturais que ganharam força principalmente a partir da segunda metade do século XX (Graziano da Silva, 2002). Um marco histórico significativo nesse processo foi a modernização da agricultura brasileira durante o período conhecido como Revolução Verde, entre as décadas de 1960 e 1970 (Moreira, 2000; Dutra & Souza, 2017).

Essa revolução foi amplamente apresentada como um processo de modernização capaz de promover avanços significativos na agricultura, impulsionado por desenvolvimentos tecnológicos como o uso de sementes melhoradas, a introdução de novas variedades de plantas, a expansão das técnicas de irrigação e o uso intensivo de insumos químicos. Tais estratégias eram frequentemente divulgadas como soluções capazes de elevar a produtividade agrícola e garantir a segurança alimentar diante do crescimento populacional (Dutra e Souza, 2017). Contudo, essa narrativa buscava construir uma imagem positiva desse modelo agrícola, ocultando, muitas vezes, os impactos negativos que ele produziu sobre os agricultores,

especialmente os pequenos produtores, que passaram a enfrentar maior dependência tecnológica, aumento dos custos de produção e processos de exclusão no meio rural.

A dependência de insumos químicos e o esgotamento do solo são algumas das questões resultantes dessa abordagem tecnológica. Além disso, a introdução de tecnologias modernas favoreceu principalmente grandes setores produtivos³³ (Bauer, 1998; Caporal, 2005; Dutra e Souza, 2017). Essa transformação resultou em uma separação sistemática entre a sociedade capitalista e a natureza, em que essa sociedade capitalista passou a exercer controle sobre a natureza e impor novos padrões de consumo (Caporal, 2005; Dutra e Souza, 2017).

Por outro lado, esse modelo produtivo intensificou desigualdades estruturais no campo, ao fomentar uma competição assimétrica entre pequenos e grandes produtores e aprofundar a concentração fundiária, o que resultou no aumento dos conflitos por terra. Em muitos casos, tais processos culminaram na expropriação, na pauperização e na desestruturação socioeconômica de agricultores familiares, que perderam suas condições de permanência e reprodução social no meio rural. Como consequência, observa-se o fortalecimento do êxodo rural, marcado pela migração forçada de populações do campo para as periferias urbanas, onde passam a enfrentar inserções precárias no mercado de trabalho e condições precárias de vida (Bauer, 1998; Dutra & Souza, 2017).

No entanto, paralelamente a esse processo, surgiram novas formas de utilização do espaço rural, que iam além da produção agrícola tradicional, pois passavam também por uma valorização crescente de atividades não agrícolas. A partir da década de 1980, intensificou-se um movimento de ressignificação do espaço rural, como ambiente privilegiado para lazer, turismo, moradia alternativa e produção de alimentos orgânicos. Essa nova percepção surgiu articulada a profundas transformações sociais, como o avanço da urbanização, à inserção tecnológica, à moradia em áreas rurais, à busca por novas experiências, migração de populações em busca de melhor qualidade de vida, fatores que conjuntamente impulsionaram o surgimento do conceito de novo rural brasileiro.

Essa concepção mais ampla, reconhece a importância da multifuncionalidade do espaço rural e busca explorar seu potencial para além da agricultura de autoconsumo, incorporando atividades como a produção de energia renovável, a valorização dos produtos regionais, a agroindústria e o Turismo Rural, o que Silva e Del Grossi (2000) chamam de mercantilização do tempo livre³⁴.

³³ Grandes produtores e latifundiários.

³⁴ Graziano da Silva & Del Grossi (2000) se referem à "mercantilização do tempo livre" como o processo pelo qual o lazer e as atividades de tempo livre são transformados em produtos comerciais que podem ser comprados e

A expressão “mercantilização do tempo livre”, utilizada por Silva e Del Grossi (2000), não implica que os agricultores possuíssem tempo ocioso ou dedicado ao lazer, mas que o tempo socialmente não produtivo, antes voltado à vida doméstica, ao convívio familiar ou comunitário, passou a ser direcionado a atividades econômicas complementares. Essa reconfiguração do cotidiano rural decorre das transformações estruturais que afetaram o campo brasileiro, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, quando a mecanização agrícola e a concentração fundiária reduziram as oportunidades de trabalho agrícola e pressionaram as famílias a diversificarem suas ocupações. Assim, o que antes era um tempo livre, voltado à reprodução social, foi absorvido pelo mercado, convertendo-se em tempo de trabalho e geração de renda.

Na Europa, programas de desenvolvimento rural como o LEADER I³⁵, criado em 1991, orientaram essa reorganização produtiva do tempo do agricultor de forma planejada, incentivando o envolvimento em atividades não agrícolas (como o Turismo Rural, a gastronomia e o artesanato) como estratégias de desenvolvimento local (Comissão Europeia, 2021). No Brasil, entretanto, esse processo ocorreu de maneira reativa e desigual, impulsionado pela necessidade de sobrevivência econômica e não por políticas públicas estruturadas.

A adoção de atividades como a apicultura, o cultivo de plantas medicinais e a transformação de excedentes agrícolas em produtos artesanais (conservas, doces e geleias) evidencia esse movimento de ressignificação do trabalho rural, no qual a criatividade e a diversificação se tornam instrumentos de permanência no campo. Tais práticas assumem um papel central na composição da renda familiar e na reorganização do tempo e do espaço de trabalho, transformando o cotidiano agrícola e fortalecendo laços comunitários.

Essa transição ultrapassa a dimensão econômica e alcança também as relações sociais, culturais e simbólicas, aproximando produção e consumo, tradição e inovação, as dimensões

vendidos no mercado. Isso implica na transformação de atividades que costumavam ser realizadas de forma gratuita ou comunitária em atividades comerciais, muitas vezes visando lucro. Isso pode incluir desde a transformação de espaços naturais em atrações turísticas comerciais até a comercialização de experiências de lazer e entretenimento.

³⁵ O Programa LEADER (*Liaisons Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale*) foi criado pela Comissão Europeia em 1991, no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), com o objetivo de promover o desenvolvimento local sustentável das áreas rurais europeias. Seu princípio central é o “desenvolvimento endógeno e participativo”, incentivando que as comunidades locais identifiquem e implementem suas próprias estratégias de diversificação econômica, incluindo atividades não agrícolas, como o Turismo Rural, o artesanato, a agroindústria artesanal e os serviços culturais. O LEADER introduziu uma abordagem inovadora de governança territorial, baseada em parcerias público-privadas locais, conhecidas como Grupos de Ação Local (GALs), e na valorização da pluriatividade e da multifuncionalidade do espaço rural. Essa experiência inspirou políticas posteriores de desenvolvimento territorial em países da América Latina, ainda que em contextos econômicos distintos (Ray, 2000; Navarro, 2010).

local e global. O novo rural brasileiro emerge, assim, como um espaço, onde agricultores e neorrurais reelaboram suas práticas em diálogo com as transformações sociais e ambientais contemporâneas. Nesse contexto, o Turismo Rural se insere como uma das expressões mais significativas desse processo, ao integrar produção, hospitalidade e cultura, valorizando o território como espaço de experiência, identidade e sustentabilidade.

Entretanto, o Turismo Rural também pode ser um exemplo da mercantilização do tempo livre nas áreas rurais, fenômeno que merece análise crítica. Quando agricultores convertem parte de suas terras e rotinas em atividades turísticas (como hospedagem, trilhas, passeios a cavalo ou degustações de produtos locais), acabam por transformar momentos antes destinados ao descanso, à vida comunitária ou à reprodução familiar em novas formas de trabalho. Se, por um lado, essas práticas representam oportunidades de geração de renda e diversificação econômica, por outro, revelam uma contradição inerente: a incorporação da lógica produtivista e mercantil ao cotidiano rural. Em um cenário em que o tempo e os vínculos sociais passam a ser convertidos em bens de consumo, o campo deixa de ser apenas espaço de produção e passa a ser também espaço de exploração simbólica e afetiva.

Assim, o que se denomina “ressignificação” do rural pode, em muitos casos, significar também a adaptação forçada a um modelo econômico excludente, no qual a sobrevivência exige a monetização de todas as dimensões da vida. Essa crítica é fundamental para compreender que o rural contemporâneo não é apenas um território de inovação e criatividade, mas também um espaço de tensões, onde se entrelaçam resistência e adequação às dinâmicas impostas pelo mercado global.

Embora essas atividades possam gerar renda adicional e promover a valorização do patrimônio natural e cultural da região, atraindo visitantes em busca de experiências, é preciso questionar: que tipo de valorização está em jogo? Se, por um lado, o Turismo Rural pode efetivamente contribuir para a preservação de saberes e paisagens, por outro, corre-se o risco de que essa dinâmica se reduza a uma encenação para consumo turístico. A folclorização de tradições (como festivais artificialmente criados para turistas) ou a modificação de paisagens (trilhas simplificadas, fauna domesticada) podem esvaziar o significado original desses patrimônios, transformando-os em produtos descartáveis.

Essa assimetria nos benefícios, onde lucros se concentram em poucas famílias, mas os custos ambientais (como, degradação de ecossistemas e esgotamento hídrico) são coletivos, reforça a urgência de responder: valorização para quem, e em que termos? A resposta encontra-se precisamente na gestão comunitária, ou seja, na capacidade das comunidades locais de

definir e controlar os parâmetros dessa valorização em seus próprios referenciais culturais e ecológicos. O Turismo Rural, quando organizado a partir da autodeterminação das famílias, pode transcender a mera geração de renda e se tornar um mecanismo de governança territorial: ao controlarem como seu patrimônio é compartilhado, o que se abre ao turismo e para quem se destina, essas comunidades podem converter a atividade turística em ferramenta de justiça distributiva. Nesse modelo, a preservação dos ecossistemas deixa de ser externalidade negativa e passa a ser interesse direto dos próprios gestores, que a vinculam a saúde ambiental.

Essa interação entre visitantes e comunidades rurais ultrapassa a dimensão econômica, configurando-se como um fenômeno sociocultural que redefine as fronteiras entre campo e cidade. À medida que turistas urbanos buscam experiências no meio rural e agricultores adaptam suas propriedades para recebê-los, estabelece-se um fluxo contínuo de valores, expectativas e práticas que transformam ambos os espaços, e dão origem a um *continuum* socioespacial (Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola, 2002; Santos, 2006). Esse intercâmbio constante faz com que elementos urbanos sejam incorporados ao cotidiano rural, por meio de novos hábitos de consumo, infraestrutura e tecnologias, enquanto aspectos da cultura camponesa ganham novos significados no imaginário urbano, diluindo progressivamente as barreiras que separavam esses mundos.

Esse processo de hibridização, marcado pela crescente interdependência entre rural e urbano, revela um movimento de urbanização do rural, em que se integram padrões de consumo, infraestrutura e modos de vida antes característicos das cidades. Contudo, esse processo não ocorre de maneira homogênea: manifesta-se de forma mais intensa nos espaços rurais de fronteira urbana ou intermediários, onde há melhor acesso a serviços e mercados, enquanto regiões remotas e vulneráveis permanecem com menor dinamismo e dependência econômica acentuada. Essa diferenciação territorial é essencial para compreender a diversidade de experiências e a desigual distribuição dos benefícios da chamada “nova ruralidade”.

No interior dessa reconfiguração, a pluriatividade assume papel central como estratégia de adaptação das famílias rurais. Ela reflete a necessidade, mais do que uma escolha voluntária, de combinar atividades agrícolas e não agrícolas para garantir a reprodução social no campo. Já a multifuncionalidade amplia esse olhar, ao destacar que o espaço rural desempenha funções econômicas, sociais, culturais e ambientais interdependentes, tornando-se um território múltiplo e dinâmico. Assim, embora o Turismo Rural e outras atividades não agrícolas sejam frequentemente apresentados como soluções para revitalizar o campo, é preciso reconhecer que nem todos os territórios rurais estão igualmente aptos a incorporar essas transformações

(assunto a ser tratado na próxima subseção). As condições estruturais, como acesso à infraestrutura, capital social e políticas públicas, definem quem realmente se beneficia dessas dinâmicas e quem permanece à margem do “novo rural brasileiro”

1.2 Pluriatividade e a multifuncionalidade como estratégias de dinamização rural

Essa seção trata das práticas de pluriatividade e multifuncionalidade como estratégias para impulsionar as transformações nas áreas rurais no contexto contemporâneo. Com as mudanças econômicas, sociais e culturais que afetam o campo, a agricultura tradicional deixou de ser a única fonte de sustento para muitas famílias.

As pesquisas acerca da pluriatividade na agricultura não são uma novidade, constituindo objeto de estudo para pesquisadores em diversas regiões da Europa desde a década de 1970 e no Brasil a partir dos anos 1990. A pluriatividade como conceito, refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das várias inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família, sendo uma delas, a agricultura e surge como uma solução estratégica para ampliar a geração de renda e garantir a permanência das famílias no meio rural, alinhando-se à noção de multifuncionalidade da agricultura, que integra funções produtivas, ambientais, sociais e culturais a área rural (Carneiro e Maluf, 2003).

No entanto, antes de adentrar nas conceituações e na aplicabilidade empírica, é preciso entender o equívoco que é considerá-la um fenômeno homogêneo ou uma solução universal para a área rural. Graziano da Silva (2002), aponta que em contextos como o brasileiro, a pluriatividade emerge, em grande parte, como uma resposta à precarização do trabalho e à queda da renda agrícola, e não como uma escolha voluntária ou planejada.

Sua expressão varia de acordo com o tipo de rural: é mais comum e estruturada nos rurais de fronteira urbana, marcados por Ocupações Rurais Não Agrícolas (ORNA) onde há acesso a mercados, infraestrutura e demanda por serviços, parcialmente consolidada nos rurais intermediários, e mais limitada nos rurais remotos, mais vulneráveis, onde as condições materiais e institucionais dificultam a diversificação produtiva. Assim, a pluriatividade reflete tanto a capacidade de adaptação das famílias quanto as desigualdades estruturais que atravessam o campo brasileiro (Graziano da Silva, 2002).

A partir dessa perspectiva, o Turismo Rural surge como uma das formas de pluriatividade, incorporada pelos agricultores como estratégia de vida diante da crise do setor agropecuário. Em muitos casos, ele foi introduzido não por escolha, mas por necessidade, uma maneira de “fazer o campo se pagar” quando a produção agrícola já não garantia a reprodução familiar. Em regiões onde há certo nível de desenvolvimento e organização social o turismo

pode ser opção estratégica, permitindo agregar valor à produção, fortalecer identidades locais e diversificar as fontes de renda. Entretanto ele também tende a produzir desigualdade, beneficiando os rurais mais fronteiriços e intermediários do que os remotos. Para esta tese, isso implica ver o Turismo Rural como prática situada: ao mesmo tempo mecanismo de ajuste às adversidades e, em certos contextos, vetor de desenvolvimento ancorado na multifuncionalidade do território (Graziano da Silva, 2002).

Contudo, essa mesma dinâmica evidencia as limitações estruturais do rural brasileiro, pois nem todos os agricultores dispõem de capital financeiro, qualificação técnica ou inserção territorial que lhes permita converter o turismo em um vetor efetivo de desenvolvimento em suas propriedades. Como observa Graziano da Silva (2002), o chamado “novo rural” não é um espaço homogêneo de oportunidades, mas um território atravessado por desigualdades históricas e assimetrias socioeconômicas, onde o êxito das atividades não agrícolas depende, antes de tudo, do lugar social e geográfico ocupado por cada agricultor. De fato, a capacidade de diversificação está diretamente relacionada ao lugar social e geográfico ocupado, ou seja, às condições materiais e de infraestrutura, à acessibilidade das propriedades rurais, à existência de políticas públicas estruturantes e ao acesso a crédito e capacitação.

Além disso, observa-se que muitos programas e políticas de incentivo, embora relevantes, como o “Luz para Todos” ou o recente cadastramento de agricultores familiares no Cadastur (Portaria MTur nº 25/2025), ainda podem ter um alcance de forma desigual nos territórios rurais, beneficiando mais intensamente aqueles com melhor articulação institucional ou proximidade dos centros urbanos. Essa seletividade reflete a ausência de uma política pública efetivamente integrada, que contemple as diferentes ruralidades brasileiras e reconheça a vulnerabilidade de pequenos produtores em regiões mais isoladas.

Assim, o Turismo Rural, ao mesmo tempo em que representa uma alternativa promissora de renda e valorização territorial, também reproduz e revela as desigualdades preexistentes, reforçando a necessidade de políticas públicas mais justas, voltadas à infraestrutura, formação, acesso à terra e governança local. Em síntese, o “novo rural” brasileiro ainda é um espaço de disputa simbólica e material, onde as promessas de desenvolvimento convivem com os limites impostos pela estrutura agrária e pela insuficiência das políticas de inclusão produtiva.

Diante desses apontamentos, que problematizam o Novo Rural como um espaço atravessado por contradições, diversidades e desigualdades estruturais, autores como Schneider (2003, 2009), Carneiro (2009), Kageyama (2004); Ploeg e Schneider (2008) passam a abordar

a pluriatividade como uma estratégia de resistência, adaptação e fortalecimento econômico e social das famílias rurais. Esses autores conferem centralidade à pluriatividade nos processos de transformação do espaço agrário contemporâneo, ao evidenciar que a diversificação das atividades constitui uma resposta concreta às limitações impostas pela modernização agrícola excludente e pela instabilidade dos mercados agropecuários.

Nesse sentido, esta seção analisa como a pluriatividade, articulada à multifuncionalidade³⁶ do espaço rural, pode contribuir para a sustentabilidade econômica, social e territorial das áreas rurais, promovendo a inserção das famílias rurais em mercados mais amplos e diversificados. Essas abordagens, embora distintas, atuam de maneira complementar, destacando o papel do meio rural na geração de oportunidades e na valorização de seus recursos. Nesse sentido, a definição proposta por Anjos (2003) oferece uma perspectiva abrangente sobre o conceito:

A pluriatividade é um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização em nível de propriedade, Turismo Rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno (Anjos, 2003, p.90).

Anjos destaca a ampla gama de possibilidades da pluriatividade que vão desde a comercialização da força de trabalho familiar até iniciativas autônomas, como o Turismo Rural e a diversificação produtiva. Silva (2015) complementa essa perspectiva ao enfatizar que a pluriatividade, está diretamente relacionada às dinâmicas econômicas e territoriais da agricultura.

As ideias de Schneider (2009b) complementam essa definição, ao destacar que a pluriatividade abrange atividades econômicas diversificadas, realizadas por membros de um grupo doméstico ligados por laços de parentesco ou, eventualmente, por vínculos não consanguíneos, como no caso de adoções. Essas atividades são desenvolvidas em um espaço comum de moradia e trabalho, promovendo a integração entre diferentes ocupações, como o

³⁶ Embora seja comum encontrar as palavras "multifuncionalidade" e "pluriatividade" sendo utilizadas de forma intercambiável, é importante destacar que elas não são sinônimas. Neste texto, a palavra multifuncionalidade foi trazida, com intuito de mostrar sua relevância dentro do contexto do Rural Contemporâneo, mas ressalta-se que a presente pesquisa, tem como lente de análise, a pluriatividade e a inovação social, esta última, sendo abordada mais adiante.

manejo agrícola e atividades complementares, que garantem a sustentabilidade econômica das famílias e contribuem para sua permanência no meio rural.

Desse modo, a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não agrícolas” (Schneider, 2007, p.16). Esta afirmação remete ao entendimento que, a participação em atividades não agrícolas pode ser motivada pela busca de alternativas econômicas (causa), ao mesmo tempo em que a própria diversificação dessas atividades não agrícolas pode resultar na pluriatividade previamente exigida (efeito).

Contudo, Carneiro (2006), ao abordar o debate sobre pluriatividade na agricultura, destaca duas perspectivas distintas. A primeira trata a pluriatividade como transbordamento do urbano sobre o rural, é como se o "urbano" estivesse se espalhando para o "rural". Isso significa que novos tipos de trabalho estão chegando ao campo porque o mercado nas áreas rurais está ficando mais ativo. É como se o estilo de vida e as oportunidades de trabalho das cidades estivessem se espalhando para as áreas rurais.

Na segunda perspectiva, a pluriatividade atua como um mecanismo de manutenção e de fortalecimento das famílias rurais e da agricultura desenvolvida por elas. Este fenômeno ocorre quando unidades familiares rurais desenvolvem estratégias pluriativas, articulando atividades produtivas complementares, tanto no âmbito agropecuário quanto em outros setores econômicos (serviços turísticos, transformação artesanal, comércio especializado e economia criativa), esses atores estabelecem um portfólio diversificado de geração de renda, com o objetivo de diversificar suas fontes de rendimento. É uma forma das famílias se manterem fortes, especialmente quando têm uma boa conexão com o mercado, vendendo seus produtos ou serviços (Carneiro, 2006).

Para entender o conceito amplo que carrega o termo pluriatividade nas propriedades familiares, Schneider *et al.* (2013), apontam três dinâmicas: a pluriatividade de base agrária, a pluriatividade para-agrícola e a pluriatividade intersetorial.

Ao tratar sobre a pluriatividade de base agrária, essa atividade acontece dentro do setor agropecuário e surge da crescente demanda por serviços e atividades decorrentes da modernização da agricultura. Isso inclui a terceirização de etapas ou fases dos processos produtivos na agricultura, como a contratação de serviços auxiliares, aluguel de máquinas e equipamentos, entre outros. Por exemplo, uma família que possui uma fazenda pode alugar tratores de outra propriedade para realizar determinadas etapas do cultivo.

Schneider *et al* (2013), tratam ainda sobre a pluriatividade para-agrícola. Este tipo de pluriatividade envolve a transformação e beneficiamento de produtos agrícolas ou artesanais

para consumo próprio e posteriormente para venda no mercado. À medida que essa produção artesanal ganha escala e passa a ser comercializada, torna-se uma atividade independente, complementar à agricultura principal. Por exemplo, uma família que produz queijos para consumo próprio decide aumentar a produção e começar a vendê-los no mercado local.

Por fim, os autores apontam a pluriatividade intersetorial como resultado da articulação entre a agricultura e outros setores da economia, como a indústria e os serviços. Esse fenômeno decorre das transformações estruturais do mercado de trabalho, marcadas pela descentralização industrial, pela precarização das relações laborais e pela expansão das áreas urbanas sobre o espaço rural (Schneider *et al.*, 2013). Um exemplo seria o de um agricultor que, além de cultivar sua terra, complementa a renda atuando em serviços turísticos para visitantes ou de hospedagem em outra propriedade.

Esses diferentes tipos de pluriatividade demonstram como as atividades complementares à agricultura, podem variar em termos de localização, escala e relação com outros setores da economia, contribuindo para a diversificação das fontes de renda e a sustentabilidade das propriedades no campo.

Anjos e Caldas (2012) destacam a relevância da pluriatividade ao tratarem sobre esta inter-relação de atividades internas e agrícolas, externas e não agrícolas. Esse conceito se correlaciona com as informações apresentadas anteriormente sobre os diferentes tipos de pluriatividade descritos por Schneider. Portanto, os dados fornecidos por Anjos e Caldas (2012) corroboram a importância da pluriatividade na dinâmica rural, destacando como diferentes tipos de atividades complementares à agricultura principal, podem fortalecer as comunidades rurais e contribuir para sua sustentabilidade econômica.

A pluriatividade é um fenômeno complexo que surge como resultado das transformações agrícolas, influenciadas pela dinâmica geral da economia. Ela varia de acordo com as condições geográficas, políticas e econômicas de cada região. Com isso, torna-se importante analisar as características particulares e as configurações socioespaciais das múltiplas atividades produtivas e ocupacionais, diante da segmentação do mercado de trabalho (Silva, 2015).

Vale ressaltar nas ponderações de Silva (2015), que a pluriatividade depende muito, da forma como as famílias rurais se adaptam e diversificam suas atividades econômicas de acordo com o contexto local. Por exemplo, em áreas rurais montanhosas, onde o acesso aos mercados é limitado, as famílias combinam a produção agrícola com o artesanato local. Esse arranjo permite a comercialização dos produtos em feiras locais ou para turistas, evidenciando a

complementaridade entre atividades agrícolas e não agrícolas para garantir a geração de renda. Já em regiões semiáridas, onde a agricultura enfrenta desafios devido à escassez de água, as famílias optam por investir em atividades complementares, como a criação de animais e pequenos negócios de serviços. Essa diversificação de fontes de renda ajuda a mitigar os impactos da sazonalidade e das adversidades climáticas na agricultura.

O que se observa nos casos acima, é que a pluriatividade se manifesta de maneira distinta em diferentes contextos, refletindo as estratégias adaptativas das famílias rurais diante das condições locais. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para promover políticas e iniciativas que incentivem práticas sustentáveis e a resiliência das comunidades rurais em todo o país.

A denominação da pluriatividade pode esconder diferentes lógicas de reprodução social, pois envolve uma variedade de estratégias adotadas pelas famílias para garantir sua sobrevivência e sustento. Em algumas situações, ela surge como resposta adaptativa à escassez de recursos, à falta de oportunidades ou à instabilidade econômica, levando as famílias a diversificarem suas fontes de renda para mitigar riscos.

Contudo, essa aparente solução, incluindo a ocupação do chamado "tempo livre", já discutido anteriormente, pode mascarar processos mais profundos de precarização do trabalho e sobrecarga familiar, especialmente quando impulsionada por necessidades imediatas em contextos de vulnerabilidade estrutural. Essa expansão do trabalho, não resolve a precarização, mas a desloca. Em vez de enfrentar as causas estruturais da vulnerabilidade, como a falta de acesso a políticas públicas, a concentração de terra ou a volatilidade dos mercados, transfere-se para as famílias rurais a responsabilidade de se adaptar, multiplicando esforços em condições cada vez mais desfavoráveis. A pergunta que se impõe, portanto, não é como otimizar essa estratégia, mas a que custo humano ela se sustenta.

A crítica não recai sobre as famílias, que agem em contextos de escassez, mas sobre um sistema que transforma a sobrevivência em empreendedorismo compulsório. Afinal, quando o remédio para a precariedade é trabalhar mais, e sempre, é urgente questionar: não estaríamos diante de uma armadilha que aprofunda, em vez de resolver, a desigualdade no campo?

Em outras situações, em contextos onde as condições socioeconômicas são mais favoráveis, a pluriatividade pode ser uma escolha consciente para aumentar o padrão de vida, buscar oportunidades de crescimento econômico ou explorar novos mercados. Assim, por trás da aparente uniformidade do termo "pluriatividade", podem existir realidades sociais muito

diversas, refletindo as diferentes necessidades, aspirações e contextos de vida das famílias rurais.

É importante notar que, embora a pluriatividade possa ser uma estratégia valiosa para enfrentar desafios econômicos, como destacado por Nascimento (2005), simplesmente diversificar as atividades não garante a superação da pobreza, especialmente se essa diversificação ocorrer em uma região caracterizada pela escassez de oportunidades econômicas.

Para que a pluriatividade possa realmente contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais, é essencial criar um ambiente propício que ofereça acesso a recursos, mercados e políticas de apoio. Isso pode ajudar a estimular a diversificação das atividades econômicas, permitindo que as famílias rurais não apenas sobrevivam, mas também prosperem em seus meios de vida.

O que deve ser observado, é que duas correntes tratam sobre como a pluriatividade surge, e acabam por refletirem duas perspectivas opostas sobre o fenômeno da diversificação das atividades econômicas nas áreas rurais. Por um lado, há uma visão crítica, representada por Alentejano (1999), Anjos (2003), que enxergam a pluriatividade como uma consequência de uma intensificação e diversificação das atividades capitalista no campo. Nessa interpretação, a diversificação das atividades não é vista como uma escolha, mas sim como uma imposição do mercado e do capital financeiro sobre agricultores em dificuldades. Essa abordagem destaca o aumento da exploração do trabalho e a ampliação dos lucros para os capitalistas como resultados desse processo, levando, em última instância, à desestruturação da agricultura.

Por outro lado, há uma perspectiva mais otimista, representada por Schneider (2003) e Carneiro (2006), que consideram a pluriatividade como uma estratégia positiva e escolhida pelos agricultores. Segundo essa visão, quando as famílias rurais diversificam suas fontes de renda dentro da própria propriedade, mantendo o trabalho concentrado na unidade familiar, isso pode trazer benefícios significativos. Os lucros tendem a ser maiores e reinvestidos na própria unidade, fortalecendo a autonomia da família e permitindo adaptações às mudanças na agricultura. Apontam os benefícios de diversificar as atividades rurais, como tática para enfrentar as vulnerabilidades presentes no campo, diminuir a dependência de uma única fonte de rendimentos e melhorar os meios de vida nestes espaços. Essa abordagem ressalta a capacidade da pluriatividade de minimizar riscos, maximizar oportunidades e contribuir para a permanência das famílias na terra.

Entende-se que as duas correntes da pluriatividade oferecem interpretações contrastantes sobre o papel e os efeitos desse fenômeno nas áreas rurais. Enquanto uma destaca

os aspectos negativos, como a intensificação da exploração e a desestruturação da agricultura, a outra enfatiza os aspectos positivos, como a geração de renda adicional, o fortalecimento da autonomia familiar e a capacidade de adaptação às mudanças. Essas diferentes visões evidenciam a complexidade do tema e os desafios envolvidos na compreensão da pluriatividade e suas implicações para as comunidades rurais.

No entanto, ambas as correntes deixam de apontar os desafios associados à pluriatividade, como a gestão hábil de recursos, a integração bem-sucedida de diferentes setores e a necessidade de administrar diferentes atividades. Além disso, não avaliam os resultados a longo prazo desses benefícios e desafios na economia local e na comunidade rural.

A pluriatividade no contexto do novo rural, não pode ser compreendida isoladamente, pois está profundamente interligada às interações entre o meio rural e o urbano. Por um lado, a diversificação das atividades nas áreas rurais, como agroindústria, Turismo Rural e prestação de serviços, reflete a influência direta das demandas urbanas, seja pelo consumo de produtos diferenciados, seja pela busca por experiências ligadas à natureza e à tradição cultural. Por outro lado, as interpretações contrastantes sobre os efeitos da pluriatividade (ora vista como uma ameaça à estrutura agrícola tradicional, ora como uma oportunidade de adaptação e fortalecimento econômico) evidenciam a transformação do espaço rural em um território multifuncional e dinâmico, no qual agricultura, lazer, cultura e conservação ambiental passam a coexistir.

Assim, constata-se que, por mais que existam um “novo rural” e a pluriatividade do campo, as atividades tradicionais, como agricultura, a pesca e o artesanato, não devem ser substituídas pelo turismo, mas complementadas por ele (Moraes, Rosa Mendonça, 2025).

Nessa perspectiva, a multifuncionalidade do espaço rural, representa um avanço significativo na compreensão do espaço rural, trazendo novas possibilidades de desenvolvimento além da sua função essencialmente agrícola. Como apontam Galvão, Castro & Marques (2018), o rural contemporâneo não pode ser mais associado a um espaço estático ou atrasado, pois se torna dinâmico e multifacetado, incorporando funções sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Nesse contexto, Wanderley (2003) e Verges (2013) enfatizam que as múltiplas funções do espaço rural, têm o potencial de oferecer soluções para desafios contemporâneos, como segurança alimentar, preservação ambiental e redução das desigualdades sociais. Soares (2001) categoriza essas funções em quatro dimensões principais: (a) segurança alimentar, ao valorizar o policultivo dos agricultores; (b) função ambiental, priorizando a conservação dos recursos

naturais; (c) geração de trabalho e renda, contribuindo para a redução do êxodo rural; e (d) função social, ao promover acesso à terra e combater desigualdades.

A ideia de que o espaço rural pode ser "portador de soluções" muitas vezes esbarra em barreiras estruturais, como a falta de políticas públicas adequadas, acesso desigual a recursos e o predomínio de interesses econômicos que nem sempre consideram as necessidades das comunidades locais. Nesse sentido, o potencial da multifuncionalidade pode ser frustrado pela reprodução de desigualdades no campo, principalmente em regiões onde a agricultura familiar é impactada por grandes cadeias produtivas e pela concentração de terras.

Além disso, há um risco de que a multifuncionalidade seja percebida de forma simplista, ignorando a complexidade do meio rural e a heterogeneidade dos atores envolvidos. Nesse contexto, a multifuncionalidade pode acabar sendo vista mais como um discurso político do que como uma realidade transformadora.

Portanto, para que a multifuncionalidade realize seu potencial transformador e o espaço rural de fato se torne "portador de soluções", é necessário que as políticas públicas priorizem as comunidades locais, promovendo equidade, acesso a recursos e valorização das identidades culturais (Conceição, 2020).

Carneiro e Maluf (2003) argumentam que a multifuncionalidade da agricultura vai além da produção de alimentos, ao assumir um papel estratégico como provedora de bens públicos. Nesse sentido, mesmo que as atividades ocorram em propriedades privadas, elas geram benefícios coletivos, como a preservação ambiental, a promoção da educação ambiental e o fortalecimento do tecido social rural.

Verges (2013) complementa essa visão ao enfatizar que o Turismo Rural, ao integrar essas funções, oferece oportunidades para diversificar a renda das famílias agrícolas. Entretanto, ele também aponta que essa transição exige políticas públicas que viabilizem a capacitação dos agricultores, investimentos em infraestrutura e o acesso facilitado ao crédito. Assim, enquanto Carneiro e Maluf (2003) destacam a importância dos bens públicos derivados da multifuncionalidade agrícola, Verges (2013) ressalta o Turismo Rural como um caminho para concretizar esses benefícios, desde que apoiado por políticas estruturadas.

Além disso, Verges (2013) destaca que o fortalecimento de redes de cooperação e o acesso às ferramentas digitais são estratégias essenciais para integrar agricultores ao mercado turístico, ressaltando a importância da articulação entre governo, organizações sociais e comunidades rurais. Essa sinergia é fundamental para garantir que o Turismo Rural promova o

desenvolvimento multifuncional da agricultura, gerando empregos, conservando a biodiversidade, adotando práticas sustentáveis³⁷, sem descuidar da identidade cultural local.

Assim, a efetividade dessas iniciativas depende não apenas do empenho local, mas de um compromisso institucional que reconheça e fortaleça o papel multifuncional da agricultura contemporânea. Carneiro & Maluf (2003, p. 19) acreditam que:

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos.

Ao abordar a multifuncionalidade, é importante destacar que sua relação com a pluriatividade reside na complementaridade entre esses conceitos. Enquanto a multifuncionalidade destaca as diversas funções desempenhadas pela agricultura, a pluriatividade evidencia a diversificação das atividades econômicas dos agricultores. Essa diversificação pode ser vista como uma forma de resposta à ampliação do campo de atuação da agricultura, permitindo que os agricultores se envolvam em diferentes atividades para atender às novas demandas sociais e ambientais. Assim, a pluriatividade pode ser considerada como uma estratégia concreta para colocar em prática os princípios da multifuncionalidade.

Essas transformações exigem uma gestão integrada de recursos e setores, muitas vezes desafiada pela crescente urbanização e pelas necessidades de infraestrutura e conectividade tecnológica. Os impactos a longo prazo dessa dinâmica, sejam positivos ou negativos, estão intrinsecamente ligados à implementação de políticas públicas que fomentem uma integração equilibrada entre os espaços rural e urbano, aspecto que será detalhado na seção seguinte.

1.3 A interação entre os espaços rurais e urbanos na contemporaneidade

A relação entre os espaços rural e urbano tem sido historicamente marcada por uma visão dicotômica, que os posicionava como territórios opostos e isolados. No entanto, essa perspectiva limitada vem sendo desafiada por abordagens mais contemporâneas. Alencar e Moreira (2005) defendem que é fundamental superar essa dualidade e reconhecer interconexões

³⁷ Práticas sustentáveis são ações que visam equilibrar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e cultural e justiça social. No turismo, incluem por exemplo: uso racional de recursos (água, energia); Gestão de resíduos (reciclagem, compostagem); Valorização da cultura local (evitando folclorização); Envolvimento comunitário (geração de renda local); Conservação da biodiversidade (turismo de baixo impacto). O objetivo é garantir que a atividade turística beneficie gerações atuais e futuras, sem esgotar recursos ou explorar comunidades (Ruschmann, 2016; OMT, 2019; Ecos, 2024).

existentes, já que esses espaços não são mais entendidos como realidades estanques, mas como territórios em constante interação, onde as fronteiras se tornam cada vez mais fluídas.

Essa nova abordagem destaca uma visão integrada e dinâmica, que rompe com os paradigmas tradicionais ao considerar o rural contemporâneo como um espaço multifuncional. Longe de se limitar à produção agrícola, o rural assume novos papéis, refletindo sua inserção nos fluxos globais de economia, cultura e tecnologia. Essa transformação evidencia a complexidade das interações entre o rural e o urbano, promovendo trocas que transcendem o material e reafirmam a interdependência desses territórios.

Massey (2004) propõe que as diferenças entre espaços urbanos e rurais, frequentemente entendidas em termos geográficos ou sociais, também possam ser analisadas sob a perspectiva temporal. Essa abordagem sugere que as desigualdades espaciais, como a divisão social do trabalho e as funções específicas atribuídas a diferentes lugares, são muitas vezes interpretadas como fases ou etapas de um mesmo processo histórico.

Em outras palavras, essas distinções não seriam inerentes ou verdadeiramente autênticas aos lugares em si, mas derivariam do momento histórico em que cada local é inserido. Assim, um espaço rural, não seria genuinamente diferente de um espaço urbano, mas ocuparia um ponto específico em uma "fila" da história, representando um estágio anterior ou diferente no desenvolvimento histórico.

A crítica de Massey (2004) à visão tradicional de desenvolvimento histórico e espacial está na rejeição de uma perspectiva linear e hierárquica que reduz as diferenças entre os lugares a "etapas" de um progresso histórico. Massey aponta que essa concepção ignora as dinâmicas sociais, culturais e políticas que realmente tornam os lugares únicos, ao simplificá-los como partes de uma sequência histórica universal.

A autora nos convida, portanto, a pensar o espaço de forma relacional, entendendo que os lugares não estão simplesmente em diferentes momentos de uma mesma "fila da história", mas que suas diferenças resultam em interações contínuas, relações de poder e contextos sociais únicos. Essa crítica abre caminho para uma análise mais plural e integrada das realidades espaciais.

A valorização contemporânea do rural, identificada por Veiga (2009), revela-se como uma resposta às demandas urbanas por consumo cultural, ambiental e histórico, materializada em práticas como o Turismo Rural e a busca por produtos orgânicos. No entanto, essa dinâmica está marcada pela lógica de mercado, que transforma o rural em recurso simbólico, subordinado às expectativas e interesses das populações urbanas. Para Massey (2004), tal valorização reflete

uma “colonização” do rural pela racionalidade urbana, que o mercantiliza e ignora sua complexidade e especificidades. Essa perspectiva é reforçada por abordagens que tratam o rural como espaço “primitivo” ou “atrasado”, em relação ao “progresso” urbano.

Tal visão perpetua uma lógica determinista e colonizadora, subordinando o rural a uma única narrativa histórica, apagando suas potências e desvalorizando as experiências locais. Ainda que o rural esteja se integrando cada vez mais às cadeias globais de valor, como destaca Abramovay (2012), por meio de inovações como rastreabilidade digital e comercialização online, essa integração não elimina as tensões. Os mercados urbanos frequentemente impõem padrões de consumo e produção que replicam a lógica colonizadora, instrumentalizando o rural e reforçando desigualdades.

Assim, a relação urbano-rural não apenas mantém, mas ressignifica as desigualdades em termos simbólicos e mercadológicos³⁸. A lógica urbana molda o rural para atender às suas próprias necessidades, ignorando o protagonismo das populações locais e apagando sua diversidade cultural e histórica. Essa realidade exige uma análise crítica sobre como as dinâmicas de mercado e inovação tecnológica podem ser transformadas para respeitar as especificidades do rural e promover relações mais equitativas entre os dois espaços.

A interação entre urbano e rural revela uma complementaridade marcada por influências mútuas, com o rural adotando tecnologias e padrões urbanos, enquanto as cidades incorporam tradições rurais valorizadas em alimentação, artesanato e turismo. Contudo, essa convergência mantém desigualdades estruturais, reforçando dinâmicas assimétricas. A urbanização do rural pode comprometer valores locais ao atender demandas externas, enquanto a ruralização urbana é frequentemente guiada pela mercantilização de tradições. A mobilidade pendular entre os territórios, como o deslocamento de trabalhadores rurais para cidades e o interesse urbano pelo rural, amplia esses processos, evidenciando tanto desafios quanto oportunidades para reconfigurar os papéis de cada espaço (Cruz, 2019).

Nesse contexto, é essencial uma análise crítica sobre até que ponto essas interações e mobilidades promovem uma verdadeira integração equitativa ou simplesmente reproduzem e sofisticam desigualdades estruturais, destacando que a complementaridade, embora relevante, é atravessada por interesses econômicos e simbólicos que nem sempre beneficiam as populações rurais em sua totalidade.

³⁸ Mercadológico, mercadificação ou mercantilização, são processos econômicos que transformam bens e serviços em mercadorias para serem comercializadas. Esses processos têm impactos sociais significativos, afetando as relações humanas, a cultura, a identidade e pode levar à exploração e desigualdade (Freitas, 2024).

Woods (2009) concebe o rural como um espaço híbrido que, embora mantenha características próprias, está integrado ao urbano por meio de infraestruturas, políticas públicas e fluxos de capital, configurando um ambiente dinâmico e interconectado. Agueda (2019) aprofunda essa visão ao apontar que essa integração frequentemente ocorre sob o predomínio de lógicas urbanas, que reconfiguram o rural de forma desigual. Nesse contexto, Sobarzo (2013) e Rua (2017) destacam a adaptação do rural às demandas urbanas, criando uma dependência estrutural em que as políticas e os recursos privilegiam o urbano.

Essa assimetria também é analisada por Lefebvre (1986), que enxerga na "valorização do rural" um processo de mercantilização, em que o espaço rural é colonizado pela racionalidade urbana e transformado em extensão do urbano. Assim, essa valorização aparente não fortalece a autonomia do rural, mas perpetua sua subordinação às dinâmicas urbanas, refletindo o predomínio de uma lógica urbanizadora.

No entanto, Ploeg e Schneider (2008) destacam que essas trocas não ocorrem de maneira neutra. A expansão do agronegócio, a especulação imobiliária e a gentrificação³⁹ em áreas rurais representam três vetores interligados de transformação excludente do espaço contemporâneo. Enquanto o agronegócio, pode resultar na concentração fundiária e na descaracterização cultural do meio rural, afetando as comunidades tradicionais, contribuindo para alterações climáticas e gerando impactos ambientais graves; a especulação imobiliária, frequentemente potencializada pelo turismo mal planejado, converte terras rurais em ativos financeiros, elevando custos e expulsando comunidades tradicionais, processo este denominado de gentrificação.

Esses processos, embora distintos, convergem em seus efeitos: a transformação do campo em espaço de acumulação para agentes externos e a perda de autonomia das populações rurais (Damas e Brambatti, 2019; Trigo, 2023; Xiaoping Zhuang, 2019). A análise crítica do Turismo Rural revela sua natureza intrinsecamente paradoxal. Se por um lado, carrega em seu cerne o risco permanente de cooptação pelas lógicas hegemônicas de mercado; por outro, a atividade apresenta potencial para estabelecer relações simbióticas entre espaços urbanos e

³⁹ A gentrificação é um processo de transformação urbana ou rural no qual uma determinada área passa por mudanças estruturais e socioeconômicas que resultam na valorização imobiliária e na substituição da população original por grupos de maior poder aquisitivo. Isso ocorre, por exemplo, quando investimentos em infraestrutura, agronegócio ou turístico, tornam uma região mais atrativa para novos moradores e investidores, aumentando os custos de vida e dificultando a permanência das comunidades tradicionais ou de baixa renda. No contexto rural, a gentrificação pode ser impulsionada, pela especulação fundiária, pela expansão do agronegócio ou atividade turística, forçando pequenos produtores e comunidades locais a se deslocarem para outras áreas devido ao aumento dos preços da terra e dos insumos básicos (Gevehr e Berti, 2017; Ribeiro, 2018; Martins, 2019).

rurais, gerando renda complementar para agricultores familiares, valorizando saberes tradicionais e criando circuitos econômicos alternativos. Esta dualidade não constitui mera contradição superficial, mas reflete a complexidade estrutural do turismo como fenômeno social e econômico no capitalismo contemporâneo.

No entanto, para que essa relação seja harmoniosa (ou seja, que tenha equilíbrio ambiental, justiça social e cultural, viabilidade financeira, participação comunitária e qualidade experiencial) é essencial o planejamento cuidadoso e a adoção de práticas colaborativas, como, por exemplo, o associativismo. Essas iniciativas permitem que as comunidades rurais mantenham o controle sobre suas práticas culturais e econômicas, prevenindo a transformação do rural em um espaço exclusivamente instrumentalizado pelas demandas urbanas.

Ao tratar sobre o potencial do Turismo Rural e sua conexão com as Novas Ruralidades, Cruz (2019) reflete sobre as amenidades⁴⁰, ou seja, as oportunidades que a natureza oferece no contexto rural. Esse conceito é desvelado ao evidenciar como tais amenidades/atrativos turísticos podem ser exploradas de maneiras diversas.

Por um lado, há atividades mais impactantes, como a produção de energia (por exemplo, construção de hidrelétricas) e o turismo massificado, que priorizam o consumo de paisagens e experiências sem se preocupar com a preservação. Essas práticas, embora possam trazer retornos financeiros, muitas vezes exploram os recursos naturais de forma intensa, podendo levar à degradação ambiental.

Ao desvelar essas dinâmicas, amplia-se a compreensão dos múltiplos usos do meio ambiente no espaço rural, destacando tanto o potencial econômico quanto os desafios relacionados à sustentabilidade e à preservação, que exigem uma gestão equilibrada e consciente. A utilização das oportunidades oferecidas pelo meio rural deve ser analisada de forma contextualizada, levando em conta fatores como a proximidade de grandes centros urbanos e os tipos de atividades econômicas mais viáveis em cada região.

Conforme destaca Tacoli (2003), essas dinâmicas precisam ser compreendidas em diferentes escalas (global, nacional e local), uma vez que os fluxos e vínculos entre áreas rurais e urbanas são moldados por transformações econômicas, sociais e culturais específicas. Nesse sentido, embora o Turismo Rural represente um importante instrumento de desenvolvimento, é

⁴⁰ As amenidades mencionadas por Cruz referem-se aos recursos naturais, paisagens e características ambientais únicas do meio rural (Cruz, 2019), entendidos no turismo como atrativos turísticos, que possuem valor intrínseco e também potencial econômico e social. Esses elementos incluem a beleza cênica, biodiversidade, tranquilidade, qualidade ambiental e os recursos naturais disponíveis no espaço rural. As amenidades, podem ser vistas como fatores que atraem tanto moradores quanto visitantes, além de servir como base para atividades econômicas relacionadas ao turismo, lazer ou mesmo conservação ambiental (Cruz, 2019).

fundamental equilibrar seu potencial econômico e social com a preservação ambiental e o respeito às tradições culturais, evitando a sobrecarga dos espaços rurais e a excessiva mercantilização de suas características naturais e culturais.

Esse equilíbrio exige não apenas práticas colaborativas no âmbito local, mas também políticas públicas que orientem a exploração responsável dos atrativos rurais, promovendo um modelo de desenvolvimento que respeite as especificidades de cada território e as dinâmicas das relações entre o urbano e o rural.

De acordo com Bicalho e Hoefle (2009), equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e cultural é essencial para evitar que o crescimento das demandas urbanas comprometa os recursos naturais e a identidade rural. Compreender o espaço rural é essencial para analisar as transformações contemporâneas e enfrentar os desafios impostos pelas "novas ruralidades" (Woods, 2009; Tacoli, 2003; Potter e Unwin, 1995).

Neste ínterim, vale ressaltar a diferenciação entre as ruralidades tradicionais e as "novas ruralidades," destacando que, apesar de estarem interligadas, apresentam distinções. As ruralidades referem-se às características internas das pequenas comunidades rurais, enquanto as "novas ruralidades" emergem como um fenômeno voltado para um público externo, utilizando as características do rural para gerar renda e promover o desenvolvimento local (Cruz, 2019). Nesse contexto, as "novas ruralidades" transformam elementos tradicionais em produtos e serviços voltados para o mercado, integrando práticas modernas ao ambiente rural.

Candiotto e Corrêa (2008) apontam então que, tanto os espaços rurais quanto urbanos apresentam manifestações de ruralidade e urbanidade. A mídia, por exemplo, idealiza o rural como símbolo de vida saudável e contato com a natureza, influenciando a percepção da população urbana. Ao mesmo tempo, valores urbanos, difundidos pela televisão e pela internet, também se integram à vida rural, gerando uma troca cultural constante entre esses espaços. Essa interação faz com que ruralidades e urbanidades coexistam e se manifestem em ambos os territórios, criando identidades híbridas que reconfiguram as dinâmicas espaciais.

Portanto, tanto as ruralidades quanto as urbanidades transcendem os limites geográficos, representando manifestações culturais e modos de vida que podem coexistir em qualquer espaço. Lefèbvre (1986) introduz o conceito de urbanidades para ampliar o entendimento sobre o urbano, destacando como sua lógica se espalha de forma desigual no espaço geográfico, gerando áreas de maior ou menor intensidade de urbanização.

As urbanidades integram materialidades e imaterialidades no espaço, e podem ser compreendidas por meio de quatro dimensões principais: a físico-natural, a simbólico-cultural,

a socioeconômica e a técnica. Essas dimensões interagem com o tempo e o cotidiano, representando novas espacialidades híbridas em áreas rurais, fruto da mescla com o urbano, refletindo relações de poder assimétricas da lógica capitalista.

A dimensão físico-natural enfoca aspectos como geomorfologia, clima e impactos naturais em atividades rurais. A simbólico-cultural aborda memória coletiva, tradições, Turismo Rural, percepções ecológicas e relações com populações indígenas e quilombolas. A socioeconômica explora temas como dominação capitalista, conflitos de valor, propriedade da terra, renda gerada pelo turismo, consumismo e associativismo. Já a técnica examina tecnologias agrícolas, comércio integrado, saneamento, poluição e uso de agrotóxicos (Rua, Agueda e Simoni, 2021).

Essas dimensões não são universais nem aplicáveis de forma quantitativa, mas servem para interpretar manifestações espaciais específicas, considerando as singularidades locais. Assim, embora Woods (2009) reconheça as possibilidades de integração, as urbanidades no rural representam uma reorganização tanto material quanto simbólica do espaço.

Ainda assim, essa hegemonia enfrenta resistências por parte de sujeitos sociais, como camponeses, comunidades tradicionais e agricultores familiares, que reivindicam a preservação de suas práticas e valores. Essas resistências refletem o que Lefèbvre (1971) chama de “originalidades irreduzíveis”, apontando para formas alternativas de organização que desafiam a homogeneização capitalista.

Compreender as dinâmicas entre urbanidade e ruralidade exige reconhecer que os territórios rurais não são apenas espaços passivos diante das forças econômicas e políticas dominantes, mas também locais onde emergem práticas de resistência, adaptação e transformação. No cotidiano das comunidades rurais, essas práticas revelam a capacidade dos atores locais de ressignificar suas relações com o urbano, preservando valores culturais, modos de vida e formas próprias de organização social. Dessa forma, o rural passa a ser entendido como um espaço ativo de produção de sentidos e estratégias, no qual tradições e inovações coexistem e se articulam para enfrentar os desafios contemporâneos.

Nessa perspectiva, estudos sobre o rural contemporâneo indicam que as identidades rurais não devem ser compreendidas como categorias fixas ou homogêneas, mas como construções sociais dinâmicas que se transformam à medida que os territórios se inserem em novas relações econômicas, institucionais, culturais e políticas (Favareto, 2010; Favareto *et al.*, 2010; Favareto; Perafán; Favareto, 2024). Para os autores, as identidades rurais encontram-se

em constante movimento, sendo continuamente redefinidas pelas interações entre atores locais, fluxos econômicos, redes institucionais e transformações socioculturais.

Nesse sentido, falar em identidades em transformação no rural significa reconhecer que esses territórios passam a abrigar múltiplas formas de pertencimento e de organização social, resultantes da sobreposição e do entrelaçamento de diferentes práticas produtivas, culturais e sociais. O rural, portanto, deixa de ser associado a uma identidade estática e passa a expressar uma pluralidade identitária que se reconfigura constantemente diante das transformações sociais e territoriais.

Essa leitura dialoga diretamente com a noção de sociedade em rede desenvolvida por Castells (2013), segundo a qual as transformações contemporâneas da sociedade são marcadas pela centralidade das redes de informação, comunicação e mobilidade. Para Castells, os territórios passam a ser estruturados menos por sua localização geográfica fixa e mais pelos fluxos que os atravessam, fluxos de pessoas, capitais, conhecimentos e tecnologias. A inserção dos espaços rurais nesses fluxos amplia suas possibilidades de articulação social e econômica, transformando-os em territórios relacionalmente conectados.

Assim, redes de cooperação territorial, associações comunitárias e iniciativas coletivas tornam-se elementos centrais na organização do tecido produtivo e social, evidenciando que o rural contemporâneo se estrutura cada vez mais por meio de interações em rede que articulam diferentes escalas, do local ao global. A aproximação entre as ideias de Favareto e Castells permite compreender que o rural contemporâneo é marcado por um processo contínuo de redefinição identitária.

Contudo, para que essas redes se consolidem e ampliem suas possibilidades de atuação, a infraestrutura assume um papel estratégico. A conectividade territorial depende diretamente de condições materiais como acesso a estradas, transporte, energia elétrica, internet de qualidade, saneamento e serviços públicos. Sem essas bases estruturais, a inserção das comunidades rurais nas redes econômicas, sociais e informacionais torna-se limitada, dificultando a circulação de pessoas, produtos e conhecimentos. Nesse sentido, a infraestrutura não representa apenas um elemento técnico, mas um fator decisivo para a inclusão territorial e para a participação efetiva das comunidades rurais na sociedade em rede.

Wanderley (2000, 2009) também reforça essa interpretação ao afirmar que o rural depende das relações estabelecidas com centros urbanos, mercados, instituições e políticas públicas. Nesse processo, a infraestrutura, como estradas, conectividade digital, serviços

públicos e equipamentos turísticos, torna-se elemento central para viabilizar essas interações e ampliar as possibilidades de desenvolvimento territorial.

Dados de organismos internacionais reforçam que a infraestrutura constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento dos territórios rurais. Elementos como estradas, sistemas de abastecimento de água, redes de esgotamento sanitário, fornecimento de energia elétrica e acesso à internet desempenham papel decisivo tanto na qualidade de vida das populações rurais quanto na capacidade desses territórios de se integrarem a circuitos econômicos e sociais mais amplos (ONU, 2016; Wanderley, 2009).

A precariedade ou ausência desses serviços limita a mobilidade, restringe o acesso a mercados, dificulta a circulação de informações e reduz as possibilidades de diversificação das atividades econômicas no meio rural. Nesse sentido, déficits persistentes em infraestrutura de transporte, energia e saneamento continuam afetando de forma desproporcional as áreas rurais, dificultando sua inserção nas redes econômicas e informacionais contemporâneas.

Entre os diferentes componentes da infraestrutura territorial, a conectividade digital assume papel cada vez mais estratégico. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2021), cerca de 3,4 bilhões de pessoas no mundo ainda não possuem acesso adequado à internet, sendo grande parte dessa população residente em áreas rurais. A ampliação da conectividade pode contribuir significativamente para melhorar as condições de vida nesses territórios, ampliando oportunidades de educação, trabalho, acesso a serviços e comercialização de produtos, além de possibilitar maior integração entre o rural e o urbano, sem que isso implique necessariamente em processos de migração.

Nesse contexto, a expansão da infraestrutura e da conectividade territorial cria novas possibilidades de dinamização econômica e social no meio rural. Entre essas possibilidades, o turismo rural destaca-se como uma atividade que se beneficia diretamente dessas condições estruturais, ao articular paisagens, modos de vida e patrimônios culturais locais em novas formas de uso e valorização do território. Assim, compreender o turismo rural implica reconhecer as transformações estruturais que vêm redefinindo o espaço rural contemporâneo, discussão que será aprofundada na seção seguinte.

1.4 O Turismo Rural como proposta de atividade familiar

O turismo contemporâneo tem se configurado como uma atividade dinâmica, multifacetada e em constante transformação, refletindo as mudanças nos modos de vida, e nas preferências dos viajantes. Sousa, Diegues e Gomes (2020b) observam que o modelo tradicional

do turismo de massa, caracterizado por grandes fluxos de visitantes, experiências padronizadas e consumo rápido dos destinos, vem sendo progressivamente substituído ou tensionado por modalidades voltadas à personalização das vivências e à valorização da originalidade. Em contrapartida, o turismo de nicho propõe uma abordagem segmentada, sensível às motivações individuais e aos estilos de vida dos viajantes, priorizando experiências sustentáveis, educativas e de cunho cultural.

Nessa perspectiva, o turismo no meio rural e o Turismo Rural representam expressões distintas dessa diversificação. O primeiro refere-se genericamente a todas as formas de visitação que ocorrem em áreas rurais, inclusive aquelas desconectadas das dinâmicas produtivas e comunitárias locais, como hotéis-fazenda ou resorts isolados. Essas modalidades com propósitos, atividades e públicos diversos, compartilham de um elemento comum, que é o espaço rural. Essas manifestações variam desde práticas recreativas em paisagens naturais até experiências culturais em comunidades agrícolas, sem necessariamente, estabelecer vínculos diretos com a produção agropecuária (Tulik, 2003; Pato, 2015).

Entre as principais expressões desse fenômeno de turismo em espaços rurais, estão o ecoturismo, voltado para a contemplação e conservação da natureza; o agroturismo, que conecta o visitante às práticas agrícolas e à produção de alimentos; o turismo cultural, que valoriza tradições e saberes locais; e o turismo de aventura, que utiliza o ambiente rural como cenário para práticas esportivas e de lazer, e o Turismo Rural, que dentro desse espectro, representa uma modalidade mais específica, caracterizada pela integração entre as atividades produtivas do campo, o modo de vida rural e a hospitalidade familiar .

Já o Turismo Rural, de caráter mais específico, implica uma integração profunda com o cotidiano das famílias agricultoras, suas práticas produtivas, modos de vida e valores simbólicos, configurando-se como uma experiência de reciprocidade entre visitantes e comunidade. Para fins desta tese, o Turismo Rural é compreendido como uma atividade estruturada a partir das dinâmicas familiares e das práticas culturais e produtivas do campo, que transcende o mero viés econômico. Mais do que uma estratégia de diversificação de renda, ele representa uma forma de valorização social, cultural e ambiental do território, capaz de fortalecer identidades locais, estimular o sentimento de pertencimento e promover interações solidárias e educativas entre visitantes e comunidades rurais.

Essa forma de turismo se diferencia por integrar a experiência turística às atividades da vida rural, como o cultivo, a produção de alimentos, a gastronomia, a hospitalidade e a convivência direta com as famílias do campo. Ao promover a aproximação entre visitantes e

agricultores, o Turismo Rural pode criar espaços de troca, aprendizado e interação sociocultural. No entanto, esses efeitos não são automáticos nem homogêneos: sua capacidade de gerar coesão comunitária, diversificação econômica e revitalização territorial depende das formas de organização local, das relações de poder existentes e do grau de articulação coletiva entre os atores envolvidos.

Quando estruturado em bases associativas e territorialmente enraizadas, o Turismo Rural tende a ampliar oportunidades e fortalecer vínculos; quando orientado predominantemente pela lógica de mercado, pode também produzir assimetrias e tensões no interior das comunidades.

Sousa e Quesado (2020) aponta, que o sentido desse tipo de turismo reside justamente na essência do campo, na simplicidade de suas práticas e na transmissão de saberes locais, elementos que conferem ao viajante uma experiência de pertencimento e ao agricultor, novas formas de reconhecimento e sustentabilidade. Assim, o Turismo Rural caracteriza-se não apenas pela paisagem, mas pela centralidade da propriedade rural como espaço de vivência, onde o modo de vida rural, se transforma em experiência turística. Nesse contexto, os próprios agricultores compartilham seu cotidiano de forma genuína, oferecendo aos visitantes uma vivência no universo rural, seja por meio do lazer, da gastronomia ou do contato direto com as atividades agropecuárias (Tulik, 2003; Santos *et al.*, 2014).

O agricultor, considerado o protagonista, é quem oferece a infraestrutura, os serviços e as atividades que tornam o Turismo Rural possível. Sua participação é fundamental para originalidade das atividades, ao transformar elementos simples, como o plantio, a colheita ou a culinária local, em atrativos turísticos, que enriquecem a experiência do visitante e, ao mesmo tempo, assegura a perenidade do meio rural.

Assim, o sucesso do Turismo Rural depende não apenas da paisagem, dos recursos naturais e culturais, do profundo conhecimento da região ou das atividades oferecidas, mas da relação humana e cultural estabelecida entre quem recebe e quem visita, consolidando-se como uma prática que beneficia tanto as comunidades locais quanto os turistas. Essa interação entre turista e agricultor é o que diferencia o Turismo Rural de outras modalidades turísticas. Ao transformar os elementos da vida no campo (seus ciclos sazonais, saberes ancestrais e paisagens naturais) como atrativos turísticos, o Turismo Rural pode operar uma mudança multidimensional no território (Dutra e Pereira, 2018).

Nesse contexto de reconfiguração do espaço rural, marcado pela ampliação das redes territoriais, pela melhoria das infraestruturas e pela emergência de múltiplas identidades em

movimento, o Turismo Rural passa a ocupar um papel relevante na dinâmica socioeconômica dos territórios. Socialmente, a atividade pode reconfigurar as dinâmicas comunitárias ao fomentar novas infraestruturas e serviços, criando oportunidades de interação que transcendem a esfera econômica e ressignificam o vínculo entre as populações locais e seu espaço vivido. Culturalmente, o turismo pode atuar como um mecanismo de salvaguarda ativa, no qual práticas tradicionais, desde técnicas agrícolas até manifestações artísticas, ganham novo significado ao serem compartilhadas com visitantes, fortalecendo o orgulho identitário e contribuindo para a valorização das heranças culturais locais.

No plano ambiental, quando orientado por princípios de responsabilidade territorial, o turismo pode também atuar como instrumento de conservação, incentivando práticas produtivas mais sustentáveis, como a agroecologia, e promovendo a valorização dos ecossistemas locais como patrimônio coletivo. Economicamente, surge como atividade complementar às práticas produtivas tradicionais, contribuindo para a diversificação da renda das famílias rurais sem necessariamente descaracterizar a função produtiva do território. Nesse sentido, especialmente quando estruturado em bases familiares e comunitárias, o Turismo Rural tem se mostrado uma alternativa capaz de fortalecer os laços sociais, valorizar saberes locais e promover formas de desenvolvimento territorial mais equilibradas.

Contudo, essa interpretação não deve ser compreendida de forma acrítica. É necessário questionar se a visão frequentemente difundida do Turismo Rural como solução harmoniosa para os desafios do desenvolvimento rural não reproduz, ainda que em menor escala, os mesmos riscos apontados por Yáziği (2001) em sua crítica ao turismo como panaceia. Embora o modelo de turismo rural de base familiar e comunitária apresente diferenças importantes em relação ao turismo massificado, ele não está imune aos processos de mercantilização cultural e de simplificação das tradições locais. Muitas vezes, práticas culturais e saberes tradicionais passam a ser reinterpretados como espetáculos destinados ao consumo turístico, o que pode provocar processos de descaracterização justamente dos elementos que conferem singularidade aos territórios.

Além disso, a suposta sustentabilidade do Turismo Rural também deve ser analisada com cautela. A presença crescente de visitantes exige infraestrutura, consumo de recursos naturais e geração de resíduos que nem sempre são compatíveis com a capacidade de suporte ambiental dos territórios. Como alerta Yáziği (2002; 2003), não há desenvolvimento turístico verdadeiramente sustentável sem o reconhecimento explícito dos limites ecológicos e da necessidade de planejamento territorial adequado.

Outro aspecto importante refere-se à dependência econômica que a atividade turística pode gerar em determinadas comunidades rurais. Quando o turismo passa a ocupar posição central nas estratégias de sobrevivência econômica, os territórios tornam-se vulneráveis a fatores externos, como crises econômicas, oscilações na demanda turística ou eventos imprevisíveis, como desastres ambientais e pandemias. Nesse sentido, Yázigi (2003) destaca que o discurso da geração de emprego e renda frequentemente mascara formas sutis de precarização do trabalho e a manutenção de desigualdades sociais preexistentes.

A contribuição crítica de Yázigi, portanto, não consiste em negar o potencial do turismo, mas em alertar para a complexidade social dessa atividade. Sua reflexão permite superar a dicotomia simplista entre turismo como solução ou problema, propondo a ideia de uma “esperança condicional”: o turismo pode contribuir para o desenvolvimento territorial desde que esteja associado a condições específicas, como planejamento participativo, distribuição equitativa dos benefícios, respeito aos limites ecológicos e valorização efetiva das culturas locais.

Assim, o Turismo Rural não deve ser compreendido como solução automática para os desafios do desenvolvimento rural, mas como uma prática social complexa, capaz tanto de reproduzir desigualdades quanto de abrir caminhos para formas mais solidárias e territorialmente enraizadas de organização econômica e social. É nesse equilíbrio entre potencialidades e limites que se torna possível compreender o papel do Turismo Rural na contemporaneidade.

Para aprofundar essa discussão, torna-se necessário retomar as bases conceituais que estruturaram o Turismo Rural enquanto categoria de política pública e prática territorial. Quando institucionalizado no Brasil, há cerca de três décadas, o Turismo Rural surgiu fortemente vinculado à produção agropecuária tradicional e à gestão familiar das propriedades, como evidenciado na definição apresentada pelo Ministério do Turismo: é o “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (Brasil, 2003, p. 11).

Essa definição institucional, de pouco mais de 20 anos, que vai marcar o processo de consolidação do turismo no campo, como política pública nacional, reconhecendo o potencial das propriedades rurais como espaços de valorização da cultura, da natureza e das tradições produtivas. O conceito busca preservar a identidade rural e fortalecer o vínculo entre a atividade

turística e as práticas agropecuárias, assegurando que o turismo seja desenvolvido em harmonia com o modo de vida das comunidades locais e como complemento à produção agrícola.

No entanto, à medida que o contexto rural se diversificava, surgiu a necessidade de especificar atividades dentro do Turismo Rural. Dentro dessa perspectiva, o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) surge como uma iniciativa voltada especificamente para os agricultores familiares, conforme estabelecido pela Lei nº 11.326/2006. O programa define o turismo como um instrumento de diversificação econômica e valorização sociocultural do campo, reforçando a importância da agricultura familiar na preservação do patrimônio cultural e ambiental. O TRAF propõe que as atividades turísticas sejam realizadas em propriedades geridas por famílias agricultoras, integrando a produção agropecuária com a recepção de visitantes, a gastronomia local e as vivências rurais. Assim, o turismo aparece como uma estratégia de fortalecimento da economia familiar e de valorização dos saberes tradicionais, ampliando as oportunidades de permanência das famílias no campo (Brasil, 2010).

Em âmbito internacional, a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2019) conceitua o Turismo Rural como “uma atividade turística na qual a experiência do visitante está relacionada a uma ampla gama de produtos geralmente vinculados à natureza, à agricultura, à ruralidade, à cultura, à pesca e a passeios turísticos”. Essa definição amplia o olhar sobre o fenômeno, ao destacar a diversidade de produtos e experiências que podem compor o Turismo Rural, indo além da agricultura para incluir dimensões culturais, ambientais e educativas. Dessa forma, a OMT reconhece o Turismo Rural como um vetor de desenvolvimento, que pode contribuir para a conservação ambiental, o fortalecimento das comunidades locais e a dinamização das economias rurais (Boletim, 202, p. 6).

Assim em 2020, a OMT declarou o Ano Internacional do Turismo para o Desenvolvimento Rural, reconhecendo a importância do turismo e da agricultura para a vitalidade das comunidades locais. A parceria firmada entre a OMT e a FAO reforçou essa visão ao propor ações conjuntas voltadas à integração entre turismo, produção agropecuária e sustentabilidade territorial (CNM, 2022, p.11-12).

No Brasil, a Confederação Nacional de Municípios (CNM), em articulação com o Ministério do Turismo, tem atuado para incluir o produtor rural e o agricultor familiar na Lei Geral do Turismo e no Cadastur, garantindo reconhecimento formal e acesso a políticas públicas e linhas de financiamento, como o Fundo Geral de Turismo (Fungetur). Essa iniciativa busca mapear e fortalecer o Turismo Rural nos municípios, promovendo maior integração entre comunidades, gestores e programas federais. “Com isso, amplia-se a capacidade de geração de

renda, inclusão produtiva e valorização do patrimônio cultural e ambiental do campo brasileiro” (CNM, 2022, p.12).

Mais recentemente, a Portaria MTur nº 25, de 3 de setembro de 2025, introduziu avanços importantes ao regulamentar o cadastramento de produtores rurais e agricultores familiares no Cadastur, reconhecendo oficialmente esses sujeitos como prestadores de serviços turísticos. O texto da Portaria estabelece que podem ser cadastradas atividades como hospedagem rural, oferta de alimentação e bebidas produzidas na propriedade, visitas guiadas, vivências relacionadas à produção agropecuária e comercialização de produtos locais. Ao garantir visibilidade institucional e facilitar o acesso a políticas públicas e linhas de crédito, a medida representa um marco na valorização do turismo como atividade legítima no meio rural, reforçando a articulação entre o setor produtivo e o setor turístico. Essa formalização permite que agricultores e produtores rurais tenham acesso a programas de fomento, ampliem suas oportunidades de negócio e fortaleçam o vínculo entre produção, hospitalidade e cultura (Brasil, 2025).

O Turismo Rural, nesse contexto, atua como catalisador dessas transformações. Um exemplo emblemático de transformação é a Associação Acolhida na Colônia, criada em 1999 em Santa Catarina e reconhecida nacionalmente como referência em agroturismo ecológico. A iniciativa nasceu da articulação entre agricultores familiares e instituições públicas, com o apoio de políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial sustentável (Acolhida na Colônia, 2025). O modelo da Acolhida na Colônia está alinhado aos princípios do TRAF e às diretrizes do Ministério do Turismo, pois combina hospitalidade, produção agroecológica, culinária, cultura e vivências rurais. Os visitantes participam das rotinas agrícolas, conhecem os modos de produção sustentáveis e compartilham experiências com as famílias rurais, em um ambiente que valoriza a autenticidade e a cooperação.

A Acolhida na Colônia ilustra um modelo de associação composta de aproximadamente 200 famílias de agricultores, integrados à Rede *Accueil Paysan*, atuante na França desde 1987, que promove o agroturismo, integração entre produção e experiência, geração de renda e valorização cultural, ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente e fortalece laços comunitários. Sua estrutura cooperada, pautada na economia solidária⁴¹, também demonstra como o associativismo se torna um caminho para a gestão compartilhada e o fortalecimento das

⁴¹ Economia solidária é um modelo de organização econômica baseado na cooperação, autogestão, solidariedade e participação coletiva, no qual a produção, a comercialização e a distribuição de bens e serviços são realizadas de forma democrática, priorizando o bem-estar social e o desenvolvimento comunitário, em vez da maximização do lucro individual.

redes locais, ao unir os serviços turísticos e os produtos orgânicos. A estratégia é desenvolver comercialização aos visitantes, aproximando consumidor ao produtor.

Assim, o caso reforça a importância das políticas públicas, como a Portaria nº 25/2025, ao legitimar juridicamente as famílias rurais como agentes do turismo, oferecendo-lhes acesso a programas de capacitação e crédito.

Paralelamente, a consolidação do Turismo Rural brasileiro revela a emergência de múltiplos perfis de protagonismo, que vão além do agricultor familiar. O cenário atual abriga uma diversidade de atores, desde comunidades tradicionais, assentados rurais, empreendedores, e neorrurais, que transformam significativamente o território. Eles participam de redes colaborativas, criam novas formas de hospitalidade e fomentam práticas de economia solidária, reforçando o caráter associativo e comunitário das iniciativas rurais. Sua atuação não substitui os agricultores familiares, mas complementa o cenário do novo rural, no qual convivem diferentes modos de produzir, acolher e viver.

As políticas públicas, como o TRAF e a Portaria nº 25/2025, somadas ao reconhecimento internacional de exemplos de sucesso como a Acolhida na Colônia, consolidam um ambiente propício à valorização das identidades locais e à geração de renda sustentável. Ao mesmo tempo, a presença dos neorrurais e novos empreendedores⁴² amplia a compreensão sobre quem são os sujeitos do campo e como eles se articulam em torno da inovação, da sustentabilidade e da construção de novas ruralidades.

Embora muito já tenha sido feito no campo das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das áreas rurais, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir condições dignas e oportunidades equitativas àqueles que vivem e produzem nesses territórios. Programas emblemáticos como o Luz para Todos, responsável por levar energia elétrica a milhões de famílias rurais, representaram um marco de inclusão social e produtiva. Mais recentemente, a criação de mecanismos como o Cadastur para Produtores Rurais e Agricultores Familiares pelo Ministério do Turismo sinaliza uma ampliação do reconhecimento institucional desses sujeitos, permitindo que formalizem suas atividades turísticas e tenham acesso a políticas específicas de fomento. No entanto, apesar desses avanços, o desenvolvimento rural brasileiro ainda enfrenta entraves estruturais profundos, que vão muito além da presença de energia elétrica ou da formalização legal de empreendimentos.

O primeiro grande desafio diz respeito à infraestrutura rural e ao acesso físico às propriedades. Muitas comunidades ainda convivem com estradas vicinais precárias, ausência

⁴² Pessoas que se inseriram nas áreas rurais, por motivos diversos e estão empreendendo nestes espaços.

de transporte público e dificuldades logísticas para escoar a produção ou receber visitantes. Essa limitação impacta diretamente o potencial de expansão do Turismo Rural e da comercialização de produtos locais. Além disso, o acesso digital, hoje indispensável à comercialização, à gestão e à visibilidade dos empreendimentos, continua restrito, especialmente em áreas remotas, o que acentua a exclusão tecnológica e dificulta a inserção das famílias rurais em mercados mais amplos.

Outro ponto central é a questão da posse e da regularização da terra, que permanece como uma das principais barreiras ao fortalecimento das políticas públicas no campo. Muitos agricultores familiares, extrativistas e comunidades tradicionais ainda vivem em situação de insegurança fundiária, o que os impede de acessar crédito, programas de habitação, incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura. Essa instabilidade compromete não apenas a sustentabilidade econômica, mas também o enraizamento social e cultural dessas populações, que continuam vulneráveis à pressão fundiária e à especulação imobiliária.

Há também o desafio da capacitação e da governança local. Embora políticas como o Cadastur representem um avanço na formalização de empreendedores rurais, ainda falta um suporte técnico continuado que ofereça formação em gestão, hospitalidade, comunicação e comercialização turística. Sem essa base, muitos produtores permanecem à margem do mercado formal, limitando-se a iniciativas pontuais, sem o fortalecimento coletivo necessário para consolidar redes de cooperação e de governança territorial.

Por fim, as ações governamentais ainda carecem de uma abordagem intersetorial que reconheça a multifuncionalidade do espaço rural. O campo não é apenas um espaço produtivo, mas também cultural, ambiental e simbólico, onde coexistem agricultura, turismo, educação ambiental e modos de vida diversos. Políticas de turismo, agricultura e meio ambiente ainda operam de forma fragmentada, o que reduz sua efetividade e invisibiliza as especificidades territoriais. O fortalecimento de uma visão integrada, que una infraestrutura, regularização fundiária, inclusão digital e valorização das práticas tradicionais, é indispensável para consolidar um desenvolvimento rural verdadeiramente sustentável e inclusivo.

Em síntese, as políticas públicas implementadas representam avanços importantes, mas ainda insuficientes diante da complexidade e da diversidade do espaço rural brasileiro. É preciso reconhecer que o campo continua sendo um território de disputa, econômica, política e simbólica, onde persistem desigualdades históricas e novas formas de exclusão. Avançar exige não apenas ampliar programas e investimentos, mas sobretudo repensar as estratégias de

desenvolvimento sob uma perspectiva territorial, participativa e integradora, capaz de promover justiça social e dar voz aos múltiplos protagonistas do meio rural.

Diante dessas considerações, torna-se pertinente uma revisão nos conceitos oficiais sobre Turismo Rural, que possa reconhecer a multifuncionalidade do espaço rural contemporâneo, a diversidade de atores envolvidos, o caráter integrado da atividade turística e a natureza participativa das experiências, superando assim as limitações das formulações tradicionais.

A fim de sustentar teoricamente essa proposição, é pertinente remeter às bases conceituais que fundamentam esta investigação. A experiência europeia, que surgiu como resposta aos processos de êxodo rural e modernização agrícola a partir de meados do século XX, exemplifica claramente essa dualidade: o Turismo Rural foi sendo progressivamente ressignificado, alternando-se entre estratégia de preservação cultural e produto de mercado orientado por demandas capitalistas.

No contexto brasileiro, exemplos pioneiros como o da Fazenda Pedras Brancas em Santa Catarina nos anos 1980, onde os visitantes tinham acesso a vivências que incluíam lazer, hospedagem e interação com o cotidiano rural (Rodrigues, 2001; Carvalho, 2018) revelam como mesmo iniciativas genuinamente comprometidas com a autenticidade das vivências rurais acabaram sendo gradualmente incorporadas por lógicas mercantis.

Essa trajetória histórica mostra como o Turismo Rural se adaptou às necessidades e realidades de cada região, consolidando-se como uma ferramenta de valorização e inclusão dos territórios rurais. No entanto, é importante destacar que, historicamente, o Turismo Rural esteve inicialmente associado a uma elite urbana privilegiada (Lane, 2014), composta por indivíduos com alto poder aquisitivo, que buscavam nos ambientes rurais um refúgio das adversidades da vida urbana, como a falta de segurança, a poluição e o estresse do cotidiano (Almeida, 2000).

Esse perfil elitizado marcou as primeiras décadas do Turismo Rural, limitando seu acesso a um público restrito. Contudo, observou-se uma mudança significativa nesse cenário, com a expansão do Turismo Rural para um público mais diversificado, democratizando o acesso e ampliando seu papel como instrumento de inclusão social e valorização dos territórios rurais.

Isso destaca a importância de uma abordagem flexível e diversificada, capaz de lidar com a heterogeneidade dos turistas rurais e de se adaptar às diversas demandas desse público. Ao reconhecer a pluralidade de interesses e necessidades, o Turismo Rural contemporâneo se consolida como uma ferramenta de inclusão e valorização dos territórios rurais, promovendo não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a preservação cultural e ambiental.

O Turismo Rural, enquanto atividade multifuncional e dinâmica, apresenta um vasto potencial para o desenvolvimento dos territórios rurais. Sua capacidade de integrar tradição e inovação, aliada à crescente demanda por experiências conectadas à natureza, posiciona-o como um setor estratégico para a economia local e global. No entanto, a consolidação desse potencial enfrenta desafios significativos, que vão desde a infraestrutura precária até a necessidade de capacitação dos atores locais. Nesta subseção, serão discutidas as principais potencialidades e desafios do Turismo Rural, analisando como superar obstáculos e maximizar oportunidades para garantir um futuro próspero e inclusivo para essa atividade.

Diante deste contexto contemporâneo, marcado por mudanças significativas nas dinâmicas socioeconômicas e ambientais, alguns agricultores têm notado um crescente interesse por parte de residentes urbanos, pelos espaços rurais. Esse interesse vai além de apenas escapar do estresse urbano; ele também demonstra um desejo de se engajar em um estilo de vida mais simples e autossuficiente. Isso inclui valorizar a produção agrícola local, apreciar os produtos artesanais, preservar as tradições culturais e o modo de vida rural, além de investir em propriedades rurais para lazer ou para iniciar negócios relacionados ao Turismo Rural, como hospedagem ou produção de alimentos (Ribeiro e Mondo, 2019).

Além disso, observa-se um crescente interesse da sociedade por questões ambientais, especialmente entre os moradores das cidades, que passam a enxergar no estilo de vida rural uma oportunidade de adotar práticas mais sustentáveis. Nesse contexto, quando habitantes dos centros urbanos, optam por se mudar para o campo, não apenas buscam uma vida mais equilibrada, mas também contribuem ativamente para a preservação ambiental e para a redução de seus próprios impactos sobre o meio ambiente.

Assim, esse movimento em direção às áreas rurais não é apenas uma fuga da cidade, mas uma busca por uma vida mais equilibrada, mais conectada com a natureza e mais alinhada com valores de simplicidade, autossuficiência e preservação ambiental, um fenômeno observado em diversas regiões (Solha, 2019). Esta dinâmica pode desencadear uma série de impactos positivos, incluindo a injeção de investimentos financeiros nas áreas rurais, a criação de um mercado complementar que surge quando os turistas interagem com os agricultores rurais.

Essa interação não se limita apenas à oferta de serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento, mas também inclui a comercialização de produtos locais *in natura* como frutas, ovos, verduras, além de produtos beneficiados como compotas, queijos e artesanatos, diretamente aos visitantes (Brasil, 2010, p.15). Assim, benefícios econômicos adicionais

surtem, com o aumento do fluxo de turistas, o que por sua vez impulsiona a criação de pequenos negócios locais, fortalecendo o mercado de trabalho e a economia da região. O desenvolvimento do Turismo Rural não só proporciona uma fonte adicional de renda para os agricultores, mas também oferece aos turistas acesso a produtos de alta qualidade, diretamente ligados à produção local.

Outros benefícios do Turismo Rural nas comunidades rurais, é o controle da sazonalidade, permitindo uma distribuição mais equilibrada dos fluxos turísticos ao longo do ano. A inserção dos jovens nas atividades turísticas desenvolvidas, também deve ser considerado, já que pode ajudar a mitigar o êxodo rural (Fogaça, 2009). Isso contribui para a fixação da população no campo, além de melhorar as condições socioeconômicas destas comunidades.

O Turismo Rural pode incentivar também a proteção dos recursos naturais e a adoção de práticas sustentáveis, como a agricultura orgânica, o ecoturismo e a gestão responsável dos recursos naturais. Isso contribui para a preservação da biodiversidade, a conservação dos ecossistemas e a mitigação dos impactos ambientais negativos (Ruschmann, 2016).

No entanto, é importante estar ciente quanto aos desafios que podem surgir com o aumento da atividade turística nas áreas rurais. O primeiro grande desafio das áreas rurais brasileiras está relacionado à infraestrutura básica. Enquanto os centros urbanos concentram investimentos em saneamento, energia e conectividade, o campo ainda enfrenta deficiências históricas em estradas vicinais, transporte público e acesso digital. Essa carência impacta diretamente a competitividade dos produtos rurais, o escoamento da produção e a atração de visitantes, limitando o desenvolvimento de atividades complementares como o Turismo Rural e a agroindústria artesanal. Segundo Veiga (2002), a ausência de infraestrutura adequada mantém o campo em posição de desvantagem estrutural frente à cidade, perpetuando desigualdades territoriais.

Outro desafio diz respeito à assistência técnica e à capacitação profissional. Muitos agricultores, especialmente os familiares, carecem de orientação adequada para lidar com as exigências de gestão, comercialização e legalização de suas atividades turísticas e produtivas. A falta de formação específica em áreas como marketing, hospitalidade, atendimento e gestão financeira limita o potencial de inovação local. Nesse contexto, o papel de instituições como o SENAR e a Emater é essencial. Conforme Wanderley (2009), o desenvolvimento rural requer a formação de sujeitos autônomos e conscientes, capazes de gerir suas propriedades e dialogar com o mercado de forma crítica e sustentável.

A desigualdade de acesso às políticas públicas é outro obstáculo que diferencia o rural do urbano. Mesmo com avanços recentes, como a inclusão do agricultor familiar no Cadastur e o reconhecimento do Turismo Rural em lei, muitas comunidades permanecem à margem de financiamentos, incentivos fiscais e programas de crédito. A burocracia e a falta de informação dificultam o acesso aos recursos. Abramovay (2000) destaca que as políticas rurais ainda são fragmentadas e insuficientemente articuladas entre os setores da agricultura, do meio ambiente e do turismo, o que enfraquece sua efetividade e limita a inclusão produtiva no campo.

Também é expressivo o desafio relacionado à sustentabilidade ambiental e à pressão sobre os recursos naturais. O avanço das monoculturas e o uso intensivo de agrotóxicos comprometem ecossistemas e modos de vida tradicionais. Em contrapartida, experiências baseadas na agroecologia e na economia solidária mostram que é possível equilibrar produção e conservação. Sachs (2004) argumenta que o desenvolvimento rural sustentável deve combinar eficiência econômica com equidade social e prudência ecológica, superando a visão de curto prazo imposta pela lógica do mercado global.

Um aspecto preocupante é o risco de especulação imobiliária e descaracterização dessas regiões e a gentrificação (Trigo, 2023). Isso ocorre quando propriedades rurais são adquiridas por residentes urbanos, muitas vezes para uso secundário ou lazer, sem contribuir significativamente para com seu apoio às comunidades locais. O aumento da demanda por propriedades rurais também pode levar a um aumento nos preços das terras (Trigo, 2023), tornando-as inacessíveis para os moradores locais e resultando em conflitos sociais e econômicos, expurgando os agricultores de suas próprias terras.

Por fim, o campo brasileiro enfrenta o desafio quanto a valorização sociocultural e a permanência das novas gerações. O êxodo rural, impulsionado pela falta de oportunidades e pela desvalorização do modo de vida agrícola, tem esvaziado comunidades inteiras. Entretanto, observa-se o surgimento de novos protagonistas, como os neorrurais, que ressignificam o espaço rural por meio de atividades culturais, gastronômicas e turísticas. Essa heterogeneidade de perfis demonstra que o rural contemporâneo é um espaço de resistência e reinvenção. Para Schneider (2010), reconhecer essa diversidade é fundamental para a formulação de políticas públicas que respeitem as identidades locais e fortaleçam o protagonismo das populações do campo.

Diante dos benefícios e desafios do Turismo Rural, é importante fazer duas reflexões críticas. Primeiramente, é essencial questionar a forma como as localidades têm atribuído, responsabilidades diversas, à atividade turística. O Turismo Rural não deve ser visto como uma

solução única ou salvadora, para os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores no campo. Ele precisa ser integrado a uma abordagem colaborativa entre diferentes atores, como o governo, empresas privadas e comunidades locais, para gerar melhorias significativas. A participação ativa desses setores é fundamental, especialmente considerando os impactos negativos das políticas públicas desfavoráveis às atividades dos agricultores familiares.

Uma segunda crítica é a falta de dados quantitativos que confirmem os benefícios econômicos e sociais do Turismo Rural no Brasil. A ausência de evidências detalhadas, dificulta uma avaliação precisa dos resultados dessa prática no país, levantando questionamentos sobre sua eficácia em cumprir as promessas teóricas feitas por pesquisadores de diferentes áreas.

Segundo MTur “poucas propriedades rurais dispõem de registros, ainda que simples, sobre o Turismo Rural, não havendo dados acerca da quantidade de turistas que recebem, períodos de menor e maior visitação, tempo despendido com a atividade, perfil dos turistas recebidos e lucros advindos da atividade” (Brasil, 2010, p.25).

Apesar do crescimento do Turismo Rural no Brasil, ainda há carência de dados quantitativos consistentes que permitam mensurar seus impactos econômicos e sociais nas áreas rurais. Com o intuito de preencher essa lacuna e orientar políticas públicas de longo prazo, o Ministério do Turismo (MTur) promoveu a Pesquisa de Demanda do Turismo Rural (2023), realizada pela empresa Sprint Dados. O levantamento buscou identificar o perfil, as motivações e os hábitos de consumo dos turistas que escolhem o meio rural como destino, fornecendo subsídios para o planejamento e o fomento de ações voltadas à expansão sustentável do setor (Brasil, 2023b).

A segunda edição da pesquisa, divulgada em julho de 2023, contou com 1.615 respondentes de diferentes estados brasileiros, apresentando os percentuais mais expressivos em cada grupo analisado. O quadro 5, a seguir sintetiza os principais resultados, evidenciando o perfil sociodemográfico, o comportamento de viagem e as motivações dos turistas que visitam o meio rural, revelando tendências relevantes para o desenvolvimento do Turismo Rural no país.

Quadro 5 – Perfil e Motivações do Turista de Turismo Rural no Brasil.

Categoria	Indicadores Principais	Percentual / Destaque
Perfil Sociodemográfico	Mulheres (39–40 anos)	63%
	Casados	48%
	Pós-graduação Lato Sensu	35%
	Servidores públicos	28%
	Renda mensal de 4 a 6 salários mínimos	32%
	Comportamento de Viagem	Viajam em família
	Visitam áreas rurais duas vezes ao ano	25%
	Gastam entre R\$ 250,00 e R\$ 500,00 por diária (apartamento duplo c/ café)	48%
	Estadia média de 3 dias	37%
	Estado com maior demanda turística – Minas Gerais	42%
Motivações da Viagem	Conexão com a família	26%
	Contato com a natureza	14%
	Momentos de diversão e lazer	14%
Atividades Mais Buscadas (Top 7)	Contemplanção da natureza	74%
	Comida caseira	73%
	Trilhas	60%
	Atividades em família	57%
	Espaços de relaxamento	50%
	Aprender algo novo	50%
	Vivência típica rural	50%

Fonte: Sprint Dados (2023) – Demanda do Turismo Rural.

Os dados apresentados indicam um turista rural majoritariamente feminino, de faixa etária intermediária e com nível educacional elevado, o que demonstra um público exigente, com poder aquisitivo estável e interesse em experiências de qualidade. As motivações revelam uma clara busca por reconexão com a natureza, fortalecimento de vínculos familiares e vivências autênticas, em oposição à rotina urbana marcada pelo estresse e pela artificialidade.

Esses resultados reforçam a importância de planejar o Turismo Rural como um segmento voltado à experiência, hospitalidade e sustentabilidade, valorizando o contato humano, o bem-estar e a cultura local, dimensões que se tornam diferenciais competitivos para territórios como o de Lima Duarte e para iniciativas associativas como a Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

As informações apresentadas na pesquisa, fornecem um perfil detalhado do turista rural brasileiro. No entanto, algumas críticas podem ser destacadas. Primeiramente, uma amostra de 1.615 entrevistados, embora significativa, pode não representar completamente a diversidade nacional, levando a generalizações. Além disso, a concentração em Minas Gerais como destino principal, pode ser influenciada por fatores regionais específicos, limitando a aplicabilidade desses dados em outras regiões.

Os dados analisados destacam que os turistas que visitam áreas rurais têm o potencial de impactar positivamente a economia local e aumentar o consumo nessas regiões. Além disso, estes, ao buscarem experiências no campo, como apreciar a natureza degustar a comida caseira, participar de eventos locais, por exemplo, acabam estimulando a demanda por produtos e serviços oferecidos pelos moradores locais. Isso cria oportunidades para os agricultores implementarem práticas inovadoras, conhecidas como inovação social⁴³.

Essas práticas inovadoras no Turismo Rural, se traduzem em oferecer experiências que conectam os visitantes à vida no campo. Elas não apenas valorizam a cultura local e preservam os recursos naturais, mas também promovem o desenvolvimento econômico das comunidades rurais. Além disso, incentivam a autogestão e geram um ciclo positivo de benefícios para todos os envolvidos, para os turistas, a vivência de uma experiência única; e aos residentes locais, novas oportunidades de geração de renda e fortalecimento dos laços comunitários.

No entanto, para que essas práticas se consolidem e ampliem seu alcance, é fundamental compreender o papel das redes colaborativas contemporâneas no fortalecimento do Turismo Rural. Essas redes, que conectam atores locais, regionais e globais, têm se mostrado essenciais para promover a troca de conhecimentos, a integração de recursos e a criação de estratégias coletivas. Na próxima seção, explora-se como essas redes colaborativas estão transformando a dinâmica do Turismo Rural, potencializando suas práticas e garantindo sua resiliência diante dos desafios contemporâneos.

⁴³ Inovação social consiste em criar e implementar soluções inovadoras (produtos, serviços ou processos) para problemas sociais, gerando transformações sistêmicas (culturais, políticas e econômicas). Ela combina participação comunitária na cocriação com a colaboração de atores externos (governo, ONGs, setor privado), priorizando impacto coletivo sobre lucro individual, item que será discutido no capítulo 2 desta tese.

1.5 O papel das Redes Colaborativas e Associações contemporâneas para o fortalecimento das famílias rurais

Essas redes colaborativas são sistemas organizados de cooperação entre indivíduos, grupos, empresas ou instituições que compartilham objetivos comuns, promovendo a troca de conhecimentos, a integração de recursos e a construção de soluções coletivas para desafios complexos. Baseiam-se em princípios como o compartilhamento de recursos (informações, infraestrutura, conhecimentos), o alinhamento de objetivos, a solidariedade e cooperação entre os membros e a inovação conjunta para resolver problemas ou explorar oportunidades (Putnam, 2000; Ostrom, 1990).

No contexto rural, as redes colaborativas assumem um papel estratégico, permitindo que famílias e comunidades superem desafios como o isolamento geográfico, a falta de acesso a mercados e a escassez de recursos. Segundo Sachs (2007), essas redes são essenciais para promover um desenvolvimento que seja incluyente, sustentável e sustentado⁴⁴, fortalecendo a identidade local e a gestão coletiva de recursos naturais, como água, florestas e terras agrícolas. Ostrom (1990) reforça que a governança de bens comuns, por meio de redes colaborativas, permite que grupos organizados gerenciem recursos de forma sustentável, sem depender exclusivamente do Estado ou do mercado.

Além disso, Putnam (2000) destaca que as redes colaborativas fortalecem o capital social, criando laços de confiança, reciprocidade e cooperação, elementos indispensáveis para a resiliência e o progresso das comunidades. A interconexão de atores diversos em torno de objetivos comuns torna essas redes essenciais para o enfrentamento de desafios complexos e para o aproveitamento de oportunidades coletivas.

O associativismo pode ser entendido como uma forma específica de rede colaborativa, caracterizada por maior formalidade e estruturação. Enquanto as redes colaborativas podem incluir parcerias informais, o associativismo geralmente se organiza em associações ou cooperativas legalmente constituídas, com estatutos e objetivos definidos, valores e interesses comuns, baseadas em compromissos e engajamento coletivo. Promove a união de indivíduos ou grupos, baseando-se em princípios como a autogestão, a participação ativa dos membros e a formalização das relações (Warren, 2001; Gurza Lavalle, 2020).

⁴⁴ Sachs é conhecido por seu trabalho em combater a pobreza e promover o desenvolvimento econômico de forma inclusiva e sustentável. Os conceitos incluyente, sustentável e sustentado, são pilares centrais em sua abordagem para o desenvolvimento global. Incluyente: Crescimento que beneficia a todos, especialmente os mais pobres; Sustentável: Crescimento que preserva o meio ambiente e os recursos para as gerações futuras; Sustentado: Crescimento contínuo e resiliente, capaz de superar crises. (Sachs, 2007).

A partir da década de 1970, o associativismo no Brasil se expandiu e diversificou, impulsionado pela urbanização, industrialização e pelas mobilizações pró-democracia. Esse período viu o fortalecimento de movimentos sociais como sindicatos, associações de moradores, grupos feministas e organizações indígenas. Na década de 1990, o associativismo continuou a evoluir com a globalização e a crescente visibilidade das ONGs, que, junto com os novos desafios internacionais, passou a atuar em diversas áreas, respondendo também à exigência de formalização para participar da execução de políticas públicas no contexto (Lüchmann, Almeida e Taborda, 2019).

Pereira (2025) destaca que as associações, como pessoas jurídicas de direito privado, têm destaque no ordenamento jurídico brasileiro, conforme os artigos 44 e 53 do Código Civil, e o artigo 5º da Constituição, que as coloca entre os direitos fundamentais. Essa garantia constitucional reforça a importância das associações beneficentes, que promovem causas sociais sem fins lucrativos e gozam de autonomia administrativa, com a gestão protegida de interferências estatais, exceto em casos de ilegalidade.

As associações podem ter diversos fins, como defesa de direitos, ajuda mútua, mobilização profissional ou interesses culturais, esportivos e ideológicos. Podem ser formais (com estatutos jurídicos) ou informais (baseadas em regras internas), adaptando-se às necessidades específicas dos grupos que representam (Gusso, 2023). Nesse contexto, algumas dessas organizações podem ser reconhecidas como filantrópicas, o que lhes garante benefícios fiscais, como isenções de impostos.

Exemplos incluem hospitais, escolas e abrigos destinados a grupos vulneráveis, que complementam as políticas públicas. No entanto, apesar da sua relevância social, essas entidades enfrentam desafios como a burocracia, a recolha de recursos e a necessidade de transparência para manter a confiança pública e garantir a continuidade das suas ações (Pereira, 2025).

Como destacado por Lüchmann (2014), o associativismo amplia a participação democrática e fortalece a governança local. Por meio de associações e cooperativas, indivíduos expressam demandas, negociam interesses e influenciam políticas públicas, promovendo um ciclo virtuoso de desenvolvimento comunitário.

Singer (2002) vê o associativismo como uma alternativa ao modelo capitalista tradicional, promovendo economia solidária e justiça social. Ele destaca que, no contexto rural, o associativismo possibilita a organização de pequenos produtores para acesso a mercados, compartilhar recursos e implementar práticas inovadoras, como agroecologia e turismo

sustentável. Para Abramovay (2003), essas iniciativas não apenas fortalecem a economia, mas também coesão social e governança local.

No âmbito do Turismo Rural, o associativismo⁴⁵ ganha relevância. Ele possibilita a criação de roteiros integrados, a oferta de experiências diversificadas e a promoção conjunta de destinos. Segundo Lüchmann (2014), ao trabalhar de forma coletiva, as famílias rurais oferecem serviços mais qualificados, como hospedagem, gastronomia típica, atividades culturais e vivências produtivas, atendendo às expectativas dos turistas contemporâneos.

Sachs (2007) ressalta que o associativismo, promove práticas que equilibram geração de renda com preservação ambiental e cultural. Isso se reflete em experiências que respeitam os ciclos naturais, valorizam a biodiversidade e fortalecem laços comunitários. Além disso, Singer (2002) e Abramovay (2003) apontam que as redes colaborativas ajudam as comunidades a criar soluções adaptadas às suas realidades, valorizando a gastronomia local e conectando os visitantes ao modo de vida no campo.

No Turismo Rural, essa abordagem se reflete na oferta de experiências que respeitam os ciclos naturais, valorizam a biodiversidade e fortalecem os laços comunitários. Dessa forma, as redes colaborativas não apenas impulsionam o desenvolvimento econômico, mas também garantem a resiliência e a perenidade das iniciativas.

Diante das ideias apresentadas pelos autores citados anteriormente, a pesquisadora elaborou o Quadro 6, a seguir, que destaca as principais diferenças e interseções entre redes colaborativas e associações. Esse quadro, busca mostrar como essas duas formas de organização se diferenciam em aspectos fundamentais, mas também apontam suas potencialidades no contexto de colaboração e desenvolvimento.

⁴⁵ Nesta tese, aborda-se o associativismo horizontalizado, entendido como de baixo para cima, entendido como um processo de organização coletiva que surge a partir da iniciativa dos próprios atores locais, sem imposição direta de instituições externas ou políticas públicas verticalizadas. Nesse modelo, as decisões, estratégias e formas de atuação são construídas de maneira participativa pelos membros da comunidade, que identificam suas necessidades, mobilizam recursos e articulam ações coletivas para enfrentar desafios comuns. Dessa forma, o associativismo de baixo para cima valoriza a autonomia dos atores territoriais, o fortalecimento das redes de cooperação e a construção de soluções adaptadas às realidades locais, constituindo-se como um elemento importante para a promoção de iniciativas de inovação social no contexto do turismo rural.

Quadro 6: Comparação entre Redes Colaborativas e Associativas.

Aspecto	Redes Colaborativas	Associações
Estrutura	Flexível, pode ser formal ou informal.	Geralmente formal, com estatuto e regulamentação legal.
Participação	Aberta, dinâmica e variável, permitindo entrada de diversos operadores.	Restrita aos membros, com critérios de participação definidos.
Objetivos	Amplos e interativos, voltados para a troca de recursos e soluções coletivas.	Específicos, alinhados ao estatuto e aos interesses comuns dos membros.
Governança	Baseada na colaboração entre diversos atores sem hierarquias.	Com base na autogestão e nas estruturas organizacionais definidas pelos membros.
Exemplos	Parcerias entre empresas, ONGs e comunidades para gestão de recursos naturais.	Associações de produtores rurais organizadas para atender mercados específicos.
Contribuição para o Turismo Rural	Permite parcerias amplas, integrando atores e inovando em práticas para atender às demandas turísticas modernas.	Organiza e potencializa serviços e experiências turísticas por meio da ação coletiva estruturada.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025), baseado nas leituras de Singer (2002), Sachs (2007), Lüchmann (2014), Gusso (2023) e Pereira (2025).

Este quadro permite identificar as especificidades de cada forma de organização e, ao mesmo tempo, refletir a sua relevância em diferentes contextos de cooperação. Desta forma, ao utilizar esse recurso analítico, é possível compreender as vantagens de cada modelo e selecionar o mais adequado às necessidades de uma determinada comunidade ou iniciativa.

Embora redes colaborativas e associações apresentem diferenças estruturais, elas não são exclusivas. Em muitos casos, ambos podem coexistir e se complementar para alcançar resultados mais abrangentes. No Turismo Rural, por exemplo, as associações podem ser o ponto de partida para formalizar a organização de comunidades locais, enquanto as redes colaborativas podem expandir a conexão dessas associações com outros operadores, como ONGs, universidades, empresas privadas e instituições governamentais.

Singer (2002) enfatiza que redes colaborativas podem potencializar o impacto das associações ao agregar novas parcerias e diversificar fontes de apoio técnico e financeiro. Essa complementaridade é particularmente relevante no caso de agricultores familiares que buscam ampliar sua atuação em mercados competitivos, sem perder suas raízes culturais e práticas sustentáveis.

Um exemplo no Brasil, é o projeto Roteiros de Charme⁴⁶ que reúne pousadas e hotéis localizados em áreas rurais ou de preservação ambiental. Embora muitas dessas unidades sejam

⁴⁶ A Associação Roteiros de Charme é uma rede exclusivamente brasileira que reúne hotéis, pousadas e fazendas comprometidos com a hospitalidade sustentável, a cultura local e experiências originais. Criada em 1992, busca promover um turismo de qualidade que valoriza o patrimônio natural e cultural do país. Suas hospedagens estão

gerenciadas por associações locais, o projeto cria uma rede colaborativa nacional que promove os destinos, compartilha boas práticas e eleva os padrões de qualidade para atender turistas exigentes.

Além disso, a Unicafes (Associação Brasileira das Cooperativas de Apoio à Agricultura Familiar), conecta cooperativas e associações para promover a inclusão social e práticas sustentáveis, facilitando o acesso a mercados e políticas públicas. Da mesma forma, a Turisol (Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário), conecta iniciativas de turismo comunitário em todo o país, valorizando territórios e preservando culturas e ambientes locais. Essa rede também fortalece associações indígenas, promovendo o turismo de base comunitária, como visto na Amazônia e no Mato Grosso do Sul. Outro exemplo é a Acolhida na Colônia, uma associação de agroturismo, fundada em Santa Catarina no ano de 1998, conta com quase 200 famílias de agricultores associadas e está presente em mais de 25 municípios da região das Encostas da Serra Geral, como Urubici, Rancho Queimado e Santa Rosa de Lima.

Embora as redes colaborativas e as associações representem uma estratégia promissora para fortalecer iniciativas locais, elas também enfrentam desafios significativos que comprometem seu potencial. A complexidade na gestão de múltiplos atores, a burocracia excessiva e as dificuldades de articulação entre os diversos membros fragilizam essas redes. O Quadro 7 elaborada pela pesquisadora, aponta as potencialidades e o Quadro 8, os desafios mais comuns, enfrentados por essas redes e associações no Brasil, destacando os fatores que influenciam seu sucesso e suas limitações.

distribuídas por todas as regiões do Brasil, do litoral nordestino às serras do Sul e Sudeste, passando pelo Pantanal, pela Amazônia e por destinos rurais do interior. A rede é inteiramente nacional, não possuindo filiais ou estabelecimentos fora do Brasil, sendo referência em turismo sustentável e de charme no território brasileiro (Roteiro de Charme, 2026).

Quadro 7: Potencialidades das Redes Colaborativas e Associações.

Aspecto	Redes Colaborativas	Associações
Flexibilidade	Permitem a participação dinâmica e inclusiva de diferentes atores, adaptando-se rapidamente às mudanças.	Promovem estabilidade e continuidade nas ações coletivas, com estrutura formal.
Integração de Recursos	Facilitam a troca de conhecimentos, tecnologias e infraestrutura entre membros diversos.	Desenvolvem o compartilhamento de recursos de maneira organizada e regulamentada.
Inovação	Estimulam soluções criativas em contextos como agroecologia e turismo sustentável.	Oferecem suporte técnico e estratégico para a implementação de projetos locais, em contextos de Turismo Rural.
Fortalecimento Comunitário	Criam laços de confiança e cooperação, reforçando o capital social e a resiliência das comunidades.	Estimulam a participação democrática e a união em torno de interesses comuns, fortalecendo a governança local.
Sustentabilidade	Apoiam iniciativas de preservação ambiental e valorização cultural, especialmente no meio rural.	Incentivam práticas sustentáveis por meio da formalização de compromissos coletivos.
Exemplos Brasileiros	Redes agroecológicas, como a Rede Ecovida de Agroecologia do sul do Brasil	Associações como a Amaterra (Associação de Mulheres do Turismo Rural de Minas Gerais).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025), baseado nas leituras de Singer (2002), Sachs (2007), Lüchmann (2014), Gusso (2023) e Pereira (2025).

O quadro de potencialidades busca destacar os aspectos positivos que as redes colaborativas e associações podem oferecer. As redes colaborativas, por exemplo, permitem a integração de recursos, facilitando a troca de conhecimentos e o acesso a infraestruturas essenciais, além de promover a inovação e a sustentabilidade em projetos que atendem às necessidades locais e regionais. Da mesma forma, as associações têm um papel relevante no fortalecimento comunitário, promovendo a participação democrática e a organização coletiva. Elas oferecem um suporte estruturado, permitindo que ações locais se tornem mais robustas e eficientes, garantindo a continuidade e a formalização de práticas.

Quadro 8: Desafios das Redes Colaborativas e Associações.

Aspecto	Redes Colaborativas	Associações
Estruturação	Podem enfrentar dificuldades devido à falta de formalização e organização estruturada.	A formalização exige maior burocracia e custos administrativos.
Sustentabilidade Financeira	Dependem frequentemente de financiamento externo ou parcerias para sustentar as suas iniciativas.	Dependem inicialmente de recursos internos dos associados, para posteriormente utilizarem de recursos externos que entram para associação.
Participação	Dificuldade em manter adesão contínua devido ao caráter flexível.	Adesão limitada e dependência de um quadro fixo de membros para continuidade.
Governança	Podem cuidar de uma liderança clara e mecanismos de decisão formalizados.	Exigem uma governança interna bem estruturada, o que pode dificultar processos participativos.
Escalabilidade	A expansão pode ser solicitada devido à falta de recursos organizacionais e de colaboração ampla.	Tendem a focar mais nas demandas locais, dificultando o alcance regional ou nacional.
Exemplos Brasileiros	Redes de turismo comunitário, como o Turismo de Base Comunitária na Amazônia (TBC).	Associação Entre Serras Turismo no Meio Rural de Lima Duarte - Minas Gerais, conhecida pelo Turismo Rural e modos de fazer queijo artesanal.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025), baseado nas leituras de Singer (2002), Sachs (2007), Lüchmann (2014), Gusso (2023) e Pereira (2025).

Por outro lado, o quadro de desafios identifica dificuldades que as redes colaborativas e associações enfrentam na prática. As redes colaborativas, embora flexíveis, podem lutar contra a falta de formalização e estrutura, o que pode prejudicar a sustentabilidade financeira e a escala de suas ações. A necessidade de recursos externos ou parcerias para a manutenção de projetos é uma questão recorrente.

Já as associações, embora possuíssem uma estrutura mais formalizada, podem ser afetadas pela burocracia e pelos custos administrativos relacionados à sua manutenção. Além disso, as dificuldades de governança e a independência de adesão são obstáculos significativos para sua sustentabilidade e efetividade, já que a participação ativa de seus membros é essencial para o sucesso de suas ações coletivas.

Em ambos os quadros, as organizações têm um papel transformador, pois promovem a cooperação, fortalecem a coletividade e impulsionam mudanças sociais e econômicas. No entanto, enfrentam desafios que exigem constante adaptação para superar as limitações estruturais e operacionais, garantindo a sua relevância e impacto a longo prazo.

Estes desafios estruturais como sustentabilidade financeira, governança e escalabilidade de ações, demonstram que a inovação social e as tecnologias sociais não são meros recursos

auxiliares, mas elementos constitutivos de sua evolução. A capacidade dessas organizações de desenvolver arranjos institucionais flexíveis, revela como as inovações sociais emergem das próprias necessidades coletivas, enquanto as tecnologias sociais as materializam em ferramentas adaptadas, assunto que será explorado no próximo capítulo.

É a partir dessa compreensão que o Capítulo 2 se dedica a uma revisão sistemática da literatura sobre inovação social e tecnologia social, analisando como esses conceitos têm sido definidos, operacionalizados e aplicados em diferentes contextos. O capítulo busca identificar convergências, abordagens teóricas e evidências empíricas que permitam compreender o papel dessas estratégias no fortalecimento econômico, social e comunitário das famílias rurais na contemporaneidade.

2 INOVAÇÕES SOCIAIS E TECNOLOGIAS SOCIAIS - ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER AS FAMÍLIAS RURAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

As inovações sociais e as tecnologias sociais vêm se destacando como elementos centrais na reconfiguração das dinâmicas rurais contemporâneas, propondo soluções que atendem tanto às demandas imediatas das famílias rurais quanto promovem transformações estruturais de longo prazo. Para sistematizar o conhecimento existente sobre essas iniciativas, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, cujo objetivo principal foi identificar e analisar os mecanismos através dos quais tais inovações contribuem para o fortalecimento das comunidades rurais, para posteriormente correlacionar com o caso da Associação Entre Serras.

Este capítulo constrói um referencial teórico, buscando compreender como as inovações sociais e tecnologias sociais, materializadas particularmente no Turismo Rural, se apresentam como respostas efetivas aos complexos desafios enfrentados pelas comunidades. A abordagem adotada ultrapassa a mera compilação conceitual, propondo um marco analítico específico para examinar a realidade concreta da Associação Entre Serras, onde esses processos alcançam especial relevância.

As inovações sociais emergem neste contexto como soluções co-criadas, profundamente enraizadas nas realidades locais, que simultaneamente resolvem necessidades imediatas e promovem mudanças estruturais duradouras. Caracterizam-se por sua capacidade de ampliar a resiliência familiar frente às transformações econômicas, climáticas e sociais, articulando-se de forma complementar com as tecnologias sociais, ferramentas acessíveis e replicáveis que potencializam a eficiência no uso de recursos naturais e elevam a qualidade de vida.

O arcabouço teórico aqui desenvolvido, resultado desta busca, não apenas reforça a relevância da pesquisa, mas também estabelece as categorias analíticas que orientarão a investigação empírica nos capítulos subsequentes, permitindo avaliar como essas iniciativas se traduzem em mecanismos concretos de fortalecimento das famílias associadas a Entre Serras.

2.1 Resultados da Revisão Sistemática sobre Inovações Sociais e Tecnologias Sociais no Turismo Rural

A revisão sistemática realizada, seguiu o protocolo PRISMA 2020 conforme detalhado no capítulo metodológico, revelou padrões significativos na produção acadêmica sobre inovações sociais (IS) e tecnologias sociais (TS) aplicadas ao Turismo Rural. Do corpus inicial de 277 estudos identificados em bases multidisciplinares, 21 foram selecionados como referências-chave após rigorosa triagem baseada em:

A leitura integral dos artigos selecionados permitiu identificar padrões significativos na produção acadêmica sobre o tema, revelando: (1) os períodos de maior produtividade científica, (2) os países mais engajados na pesquisa sobre inovações e tecnologias sociais no Turismo Rural, e (3) a evolução das abordagens metodológicas, desde estudos teórico-conceituais até pesquisas empíricas aplicadas em diversos contextos globais.

Os resultados da revisão sistemática evidenciam o papel central da inovação social como paradigma transformador do desenvolvimento rural contemporâneo. A análise demonstra que essas iniciativas vêm catalisando mudanças estruturais através de: (1) soluções adaptativas cocriadas com as comunidades, (2) modelos de governança participativa, e (3) arranjos institucionais que articulam saberes tradicionais e inovações tecnológicas.

Os Quadros de 9 a 12, sintetizam sistematicamente os 21 artigos analisados, organizando-os segundo seis dimensões analíticas: título, autores, ano, país, idioma e resumo, permitindo uma compreensão abrangente das principais contribuições e enfoques adotados na literatura recente.

Quadro 9- Inovações Sociais para o Desenvolvimento Rural.

Item	Título	Autores	Ano	País	Idioma	Resumo
1	Social Innovation in Rural Development: Identifying Key Success Factors / Tradução: Inovação Social no Desenvolvimento Rural: Identificando os Principais Fatores de Sucesso.	Neumeier, S.	2017	Reino Unido	Inglês	Aborda a inovação social como estratégia para desenvolvimento rural, destacando fatores como aceitação local, participação comunitária e políticas públicas de baixo para cima.
2	Creation of Social Innovation in Rural Areas / Tradução: Criação de Inovação Social em Áreas Rurais.	Ragauskaitė, A.; Žukovskis, J.	2019	Lituânia	Inglês	Analisa a inovação social em uma aldeia, enfatizando a importância da liderança local e do capital humano para soluções adaptadas às necessidades comunitárias.
3	The Role of Actors in Social Innovation in Rural Areas / Tradução: O Papel dos Atores na Inovação Social em Áreas Rurais.	Vercher, N.	2022	Espanha	Inglês	Explora a inovação social em áreas rurais, destacando a interação entre atores, arranjos de governança e a necessidade de políticas públicas adaptadas.
4	Inovação social rural: aprendizados em uma experiência brasileira.	Santo, A. L.; Andion, M. C.	2022	Brasil	Português	Discute a inovação social em assentamentos rurais, com foco na participação comunitária e na adaptação de soluções às realidades locais.
5	Developing a Framework for Radical and Incremental Social Innovation in Rural Areas / Tradução: Desenvolver uma Estrutura para Inovação Social	Vercher, N.; Bosworth, G.; Esparcia, J.	2023	Espanha	Inglês	Compara inovações sociais radicais e incrementais, destacando a importância de políticas públicas que apoiem diferentes trajetórias de desenvolvimento.

Item	Título	Autores	Ano	País	Idioma	Resumo
	Radical e Incremental em Áreas Rurais.					
6	Social Innovation and Rural Territories: Exploring Invisible Contexts and Actors in Portugal and India / Tradução: Inovação Social e Territórios Rurais: Explorando Contextos e Atores Invisíveis em Portugal e na Índia.	Ferreiro, M. de F.; Sousa, C.; Sheikh, F. A.; Novikova, M.	2023	Holanda	Inglês	Analisa práticas de inovação social em áreas rurais de Portugal e Índia, destacando a importância de abordagens <i>bottom-up</i> e a integração de atores locais e políticas nacionais.
7	Inovação Social rural em práticas de economia solidária no coletivo, Coopitar no sul do Brasil.	Oliveira, D. de; Ferranini, A. V.; Grzybovski, D.	2024	Brasil	Português	Examina a inovação social em uma cooperativa rural, destacando sua atuação em inclusão social e economia solidária como exemplo de transformação sustentável.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

Os artigos apresentados no quadro anterior, evidenciam a diversidade de abordagens e contextos em que a inovação social tem sido aplicada para impulsionar o desenvolvimento rural. Em comum, eles destacam a importância da participação comunitária, da liderança local e da adaptação de soluções às realidades específicas de cada território. Fatores como a aceitação local, a governança colaborativa e o apoio de políticas públicas "de baixo para cima" emergem como elementos-chave para o sucesso dessas iniciativas.

Além disso, os estudos exploram a interação entre atores locais, nacionais e internacionais, reforçando a necessidade de integrar abordagens *bottom-up* com políticas públicas adaptadas. Em síntese, esses artigos reforçam o potencial da inovação social como uma ferramenta transformadora para o desenvolvimento rural, valorizando o capital humano, a cultura local e a colaboração entre diversos atores.

O quadro 10, apresenta uma seleção de artigos que exploram a inovação social no contexto do turismo, destacando desafios, práticas e estratégias para promover transformações sustentáveis e inclusivas nesse setor.

Quadro 10 - Inovações Sociais para o Turismo.

Item	Título	Autores	Ano	País	Língua	Resumo
8	Challenges of Social Innovation in Tourism / Tradução: Desafios da Inovação Social no Turismo	Alkier R., Milojica V., Roblek V.	2017	Croácia	Inglês	Aborda a IS no turismo como estratégia para fortalecer capital social e coesão comunitária, com foco em modelos "orientados à comunidade" e transferência de conhecimento.
9	Social Innovation, Rural Turismo, and Social Enterprises: Evidence from Southern-Southeastern Mexico / Tradução: Inovação Social, Turismo Rural e Empreendimentos Sociais: Evidências do Sul-Sudeste do México	Goméz-Carreto, T.; Escobar, J. A. Z.; Cuervas, L. A. G.; Albores, A. C. C.	2018	México	Espanhol	Analisa o Turismo Rural como IS no México, destacando desafios como exclusão de jovens e falta de capacitação, com foco em participação intergeracional e adaptação local.
10	Social Innovation Possibilities in Tourism - International Best Practices and National Potentials / Tradução: Possibilidades de Inovação Social no Turismo: Melhores Práticas Internacionais e Potenciais Nacionais	Nagy, K.	2019	EUA	Inglês	Explora práticas internacionais de IS no turismo, destacando colaboração entre stakeholders, cocriação de valor e fortalecimento do capital social local, com exemplos como o turismo do chá na Índia e rotas patrimoniais na Europa.
11	Social Innovation in Tourism: Analysing Processes, Actors, and Tipping Points / Tradução: Inovação Social no Turismo: Análise de Processos, Atores e Pontos de Inflexão	Wirth, S.; Brandí, T. M.; Mayer, H.	2023	Reino Unido	Inglês	Categoriza a IS no turismo em quatro tipos, analisando casos de sucesso, fracasso e fase inicial, com ênfase em governança inclusiva e participação comunitária.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

Os estudos abrangem diferentes países e contextos, como Croácia, México, Estados Unidos e Reino Unido, evidenciando a relevância global do tema. Em comum, os artigos enfatizam a importância de modelos "orientados à comunidade", da colaboração entre stakeholders e da cocriação de valor como pilares para o sucesso da inovação social no turismo. Além disso, destacam-se desafios como a exclusão de jovens, a falta de capacitação e a necessidade de governança inclusiva, que podem limitar o potencial dessas iniciativas.

O quadro 11, a seguir, reúne artigos que discutem as tecnologias sociais (TS) sob diferentes perspectivas, abordando seus conceitos, aplicações e impactos. Os artigos destacam a TS como uma alternativa às lógicas capitalistas tradicionais, propondo modelos que priorizam a inclusão, a autonomia e o protagonismo das comunidades.

Quadro 11 - Tecnologias sociais e suas abordagens.

Item	Título	Autores	Ano	País	Língua	Resumo
12	Em Direção a uma Crítica da Tecnologia	Dagnino, R.	2009	Brasil	Português	Propõe uma teoria crítica da tecnologia, defendendo a Tecnologia Social (TS) como alternativa à lógica capitalista, com foco em justiça social, adequação sociotécnica e participação comunitária.
13	Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social	Novaes, H.; Dias, R.	2009	Brasil	Português	Apresenta a TS como alternativa para desafios sociais, com soluções participativas e adaptadas às realidades locais, promovendo equidade e inclusão.
14	Tecnologias Sociais ou Tecnologias Apropriadas? O Resgate do Termo	Albuquerque, L. C.	2009	Brasil	Português	Discute a evolução de "tecnologia apropriada" para "tecnologia social", destacando soluções locais, acessíveis e de baixo custo.
15	Tecnologias Sociais: Os Desafios de uma Abordagem Holística	Weiss, Z.	2009	Brasil	Português	Aborda as TSs como soluções práticas e reaplicáveis, desenvolvidas por comunidades para promover inclusão e sustentabilidade, com foco no conhecimento coletivo.
16	Tecnologia Social e Desenvolvimento Rural	Pena, J. de O.	2009	Brasil	Português	Explora o papel das TSs no desenvolvimento rural, enfatizando justiça social, autonomia e coesão comunitária como alternativas à dependência e exploração.
17	Tecnologia Social: Contribuições Conceituais e Metodológicas	Dagnino, R.	2014	Brasil	Português	Define TSs como práticas autogestionárias contra hegemônicas, com foco em adequação sociotécnica, economia solidária e protagonismo comunitário.
18	Social Innovation Beyond Social Technology: Constructs Under Discussion / Tradução: Inovação Social Além da Tecnologia Social: Constructos em Discussão	Medeiros, C. B.; Galvão, C. E. de; Correia, S.; Gomez, C.; Castillo, L.	2017	Brasil	Português	Discute a relação entre inovações sociais e TSs, destacando que inovações sociais buscam transformações estruturais, enquanto TSs resolvem problemas imediatos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

Os artigos descritos no quadro anterior, discutem a TS como uma abordagem crítica e transformadora, que desafia a lógica capitalista e o determinismo tecnológico. A TS é apresentada como uma alternativa inclusiva e participativa, focada na justiça social, na adequação sociotécnica e na adaptação às realidades locais. Os autores destacam seu potencial para promover autonomia, coesão comunitária e práticas sustentáveis, especialmente em contextos rurais e marginalizados.

A evolução do conceito de "tecnologia apropriada" para "tecnologia social" é explorada, ampliando o escopo para práticas mais abrangentes e inclusivas. Em conjunto, esses trabalhos defendem um modelo de desenvolvimento baseado no protagonismo comunitário, na economia solidária e na valorização do conhecimento coletivo, como caminho para superar desigualdades e promover equidade.

O quadro 12, a seguir apresenta estudos que exploram a interseção entre tecnologias sociais TS e inovação social aplicadas ao turismo, com foco especial no turismo comunitário e rural. Esses trabalhos destacam como as TS podem ser ferramentas transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a valorização das identidades comunitárias. Os artigos analisam casos práticos e propõem modelos teórico que integram gestão participativa, acessibilidade e colaboração entre diferentes setores, como governo, academia e comunidades.

Quadro 12- Inovação Social e /ou Tecnologias Sociais para o Turismo e/ ou rural.

Item	Título	Autores	Ano	País	Língua	Resumo
19	Estudo sobre tecnologias sociais e turismo comunitário: o caso da comunidade Coroca, Santarém, PA	Assis, G. C. de; Campos, R. I. R. de	2023	Brasil	Português	Analisa o turismo comunitário na Comunidade Coroca (PA), destacando autogestão e participação ativa como pilares do sucesso, com foco em tecnologias sociais para desenvolvimento sustentável e identidade comunitária.
20	Gestão de destinos, tecnologia social e inovação: conexão e construção para o turismo	Martins, L. M.; Santos, C. A. J.	2023	Brasil	Português	Explora a interseção entre gestão de destinos, tecnologia social e inovação, propondo o modelo "triple helix" para colaboração entre setores e práticas participativas no turismo sustentável.
21	Uma proposta de lazer como tecnologia social na promoção do Turismo Rural de base comunitária para pessoas com deficiência	Kleinübing, T.; Kleinübing, N. V.; Silvério, D.	2024	Brasil	Português	Aborda o Turismo Rural como tecnologia social para inclusão de pessoas com deficiência, destacando acessibilidade, empoderamento social e transformação econômica para comunidades locais.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

Os artigos discutem a aplicação de tecnologias sociais e inovações no turismo, com foco no desenvolvimento sustentável, inclusão e fortalecimento comunitário. A autogestão e a participação ativa das comunidades são destacadas como elementos centrais para o sucesso de iniciativas como o turismo comunitário e rural, que promovem identidade local e autonomia. A integração entre gestão de destinos, tecnologia social e inovação é vista como essencial para

práticas mais inclusivas e colaborativas, com potencial para transformar relações de poder e promover equidade.

Além disso, o turismo é abordado como uma ferramenta de transformação social, capaz de desafiar estigmas, promover acessibilidade e gerar impactos positivos em comunidades. A colaboração entre setores público, privado, acadêmico e comunitário é enfatizada como caminho para soluções adaptadas às realidades locais, alinhadas aos princípios de justiça social e sustentabilidade.

Numa visão geral, no gráfico 1, observa-se que os anos de 2009 e 2023 foram os anos onde se mais registrou número de artigos publicados, com cinco cada. Esse dado pode indicar que nesses momentos houve um aumento na relevância da temática estudada, possivelmente impulsionado por avanços acadêmicos, eventos específicos ou mudanças de contexto que estimularam a produção científica.

Gráfico 1: Número de artigos por ano.

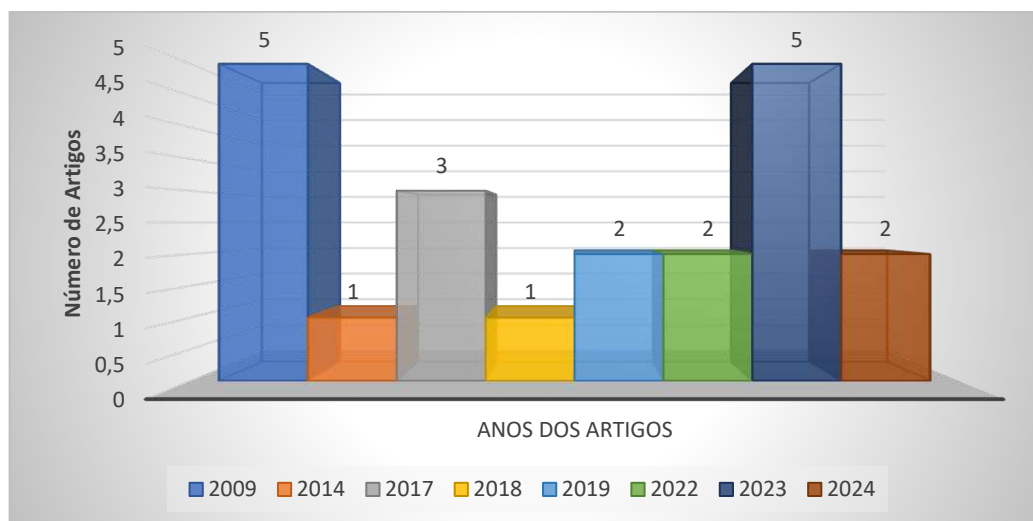


Gráfico 1: Número de artigos por ano e percentual.

A análise cronológica dos artigos selecionados revelou uma distribuição temporal heterogênea, com picos de produção científica em determinados anos e lacunas em outros. Essa distribuição permite identificar tendências e momentos de maior interesse acadêmico sobre o tema de inovações sociais e tecnologias sociais no contexto do Turismo Rural, além de refletir a evolução das discussões e abordagens ao longo do tempo.

É importante destacar que, para esta revisão sistemática, o recorte temporal adotado foi de 2015 a 2025, com o objetivo de capturar as discussões mais contemporâneas e relevantes sobre o tema. O ano de 2009 e 2014 só foram incluídos na análise em função da técnica de busca reversa, que identificou artigos de relevância para a pesquisa a partir das referências

bibliográficas dos estudos selecionados e destacou-se com a publicação de 6 artigos (12, 13, 14, 15, 16, 17) ⁴⁷, representando um período de maior produção científica sobre o tema. Esses estudos apontam o surgimento de discussões pioneiras, concentrando-se principalmente na construção de uma fundamentação teórica sólida. Durante esse período, as publicações buscavam estabelecer conceitos, discutir abordagens e refletir sobre o potencial das inovações sociais e tecnologias sociais para promover transformações sociais, econômicas e ambientais. Temas como participação comunitária, adequação sociotécnica e justiça social foram centrais nessa fase, marcando o início de uma linha de pesquisa que ganharia relevância nos anos seguintes.

A análise cronológica das publicações sobre inovações sociais e tecnologias sociais no contexto do Turismo Rural revelou alguns anos com ausência como 2015, 2016, e outros, com produção esparsa de artigos, 2017, 2018 e 2019.

A ausência de artigos publicados nos anos de 2015 e 2016, dentro do conjunto de estudos selecionados para esta revisão, não deve ser interpretada necessariamente como uma estagnação do campo de pesquisa. Considerando que o processo de seleção reduziu o universo inicial de 227 trabalhos para 21 artigos, a lacuna temporal observada pode estar mais relacionada aos critérios metodológicos de busca, filtragem e elegibilidade adotados nesta investigação do que propriamente à inexistência de produção científica sobre o tema nesses anos. Dessa forma, esses intervalos podem indicar limitações do corpus analisado ou variações no foco das publicações que atenderam aos critérios definidos para esta revisão.

Assim, mais do que representar uma interrupção no debate acadêmico, esses períodos podem refletir momentos em que as pesquisas sobre inovações sociais e tecnologias sociais no turismo rural foram abordadas sob outras perspectivas teóricas, em diferentes campos disciplinares ou em publicações que não foram contempladas pelos critérios de seleção estabelecidos neste estudo.

Nos anos de 2017, 2018 e 2019, a produção científica foi mais esparsa, com 3 artigos publicados em 2017 (1, 8, 18), 1 artigo em 2018 (9) e 2 artigos em 2019 (2, 10). Esse período pode ser caracterizado como uma fase de consolidação e aprofundamento das discussões. Os estudos publicados nesse intervalo contribuíram para ampliar a compreensão de uma fundamentação teórica sólida e desafios relacionados ao Turismo Rural sustentável, ainda mantendo um foco teórico. A ênfase continuou em temas como sustentabilidade, gestão de

⁴⁷ Os números entre parênteses, são os dos artigos, descritos nos quadros anteriormente apresentados.

recursos naturais e valorização da cultura local, consolidando as bases para pesquisas mais aplicadas no futuro.

A partir de 2022, observou-se a publicação de 2 artigos (3, 4). Nessa fase, os estudos passaram a explorar como a inovação social e as TS podem ser implementadas em contextos reais, de áreas diversas. Enquanto havia uma diversidade de pesquisas aplicadas em outras áreas, o turismo, e em particular o Turismo Rural, ainda era pouco explorado.

Esse crescimento continuou de forma expressiva em 2023, com 5 artigos publicados (5, 6, 11, 19, 20), indicando um renovado interesse acadêmico pelo tema. Nessa fase, houve uma mudança clara no foco das publicações, com uma tendência em direção à aplicação prática e contextualizada dos conceitos de inovação social e tecnologias sociais. Os estudos passaram a explorar como essas ferramentas podem ser implementadas em contextos reais, incluindo áreas como educação, saúde e desenvolvimento comunitário. No entanto, o Turismo Rural ainda era pouco explorado, com apenas três trabalhos em 2023 focados especificamente nessa área.

Em 2024, foi identificado 2 artigos (7, 21) que abordavam economia solidária rural e Turismo Rural respectivamente, sugerindo que as temáticas continuam relevantes e em evolução. Essa análise cronológica não apenas mapeia a produção científica, mas também oferece ideias sobre as tendências e lacunas no campo de estudo. A concentração de publicações em determinados anos pode indicar momentos de maior inovação ou de resposta a desafios específicos, enquanto os intervalos com menor produção podem sugerir áreas que necessitam de maior investigação.

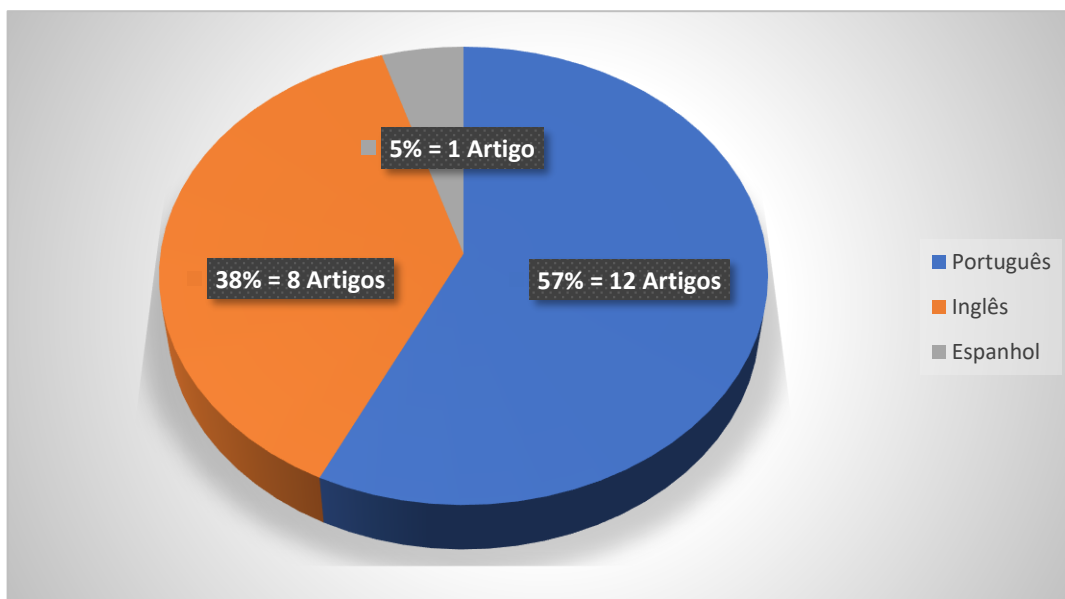
Dessa forma, a distribuição temporal das publicações serve como um indicador valioso para orientar futuras pesquisas e práticas no campo do Turismo Rural. Além disso, a evolução temática das publicações, da construção teórica inicial para a aplicação prática e contextualizada, reflete a maturidade do campo de estudo e sua crescente relevância no cenário global.

Quanto ao idioma das publicações, gráfico 2, observa-se que nas bases pesquisadas, o português é o idioma predominante, com 12 artigos (4, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21)⁴⁸, provenientes do Brasil. A predominância de publicações em português reforça a relevância do tema para países lusófonos, como o Brasil, onde o Turismo Rural tem sido uma estratégia importante para o desenvolvimento socioeconômico e para inclusão social. A presença do inglês em 8 artigos (1, 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11) indica a internacionalização do tema, com contribuições de pesquisadores de outros países, ampliando o escopo da pesquisa, trazendo

⁴⁸ Número dos artigos na categoria tratada.

contribuições de diferentes partes do mundo e permitindo uma visão mais global do tema. Já o único artigo em espanhol (9), reflete o estudo do tema na América Latina, enriquecendo a análise com experiências e práticas específicas dessa região. Essa diversidade linguística demonstra que a inovação social e as tecnologias sociais são temas globais, mas adaptados às particularidades de cada região, refletindo contextos locais e desafios específicos.

Gráfico 2- Número de artigos por idioma.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

Analisando as obras brasileiras, acredita-se que este destaque reflete a forte contribuição do país em estudos na área de TS, especialmente a partir das obras que consolidaram este conceito na América Latina. O termo "tecnologias sociais" é amplamente utilizado na região, enquanto em outros países adotam nomenclaturas distintas, como "tecnologias apropriadas" ou "tecnologias intermediárias", adaptadas aos seus contextos socioeconômicos e culturais.

O aumento das produções no Brasil a partir das obras sobre TS pode ser atribuído ao fato de que esse conceito surgiu como uma resposta às desigualdades sociais e à necessidade de soluções inclusivas e participativas, características marcantes da realidade latino-americana.

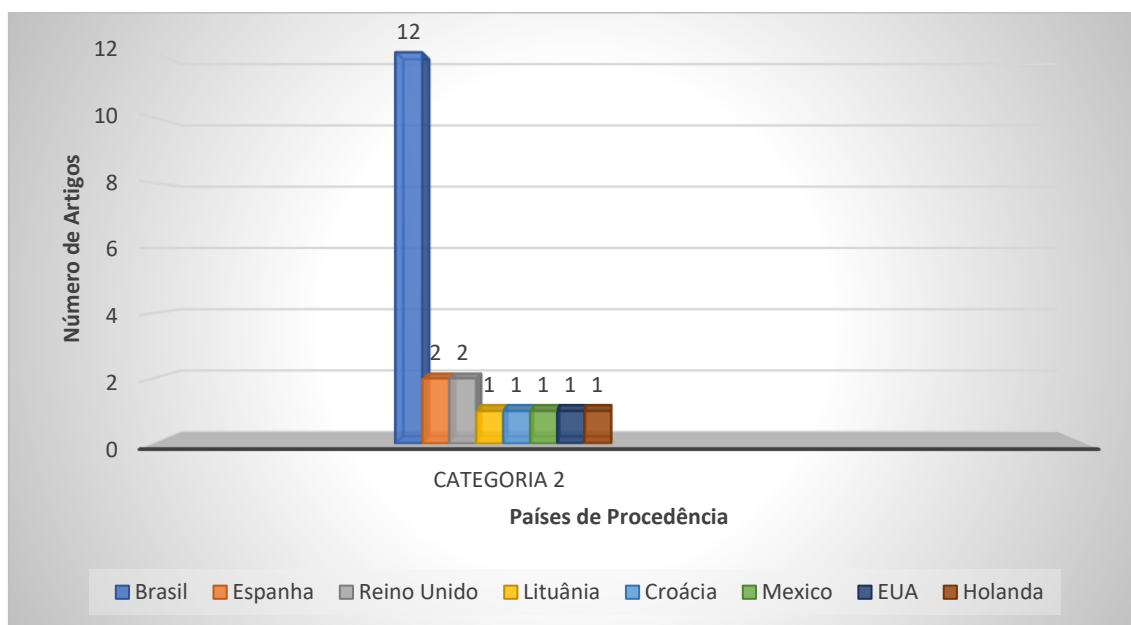
No entanto, é importante destacar que, embora não se tenha encontrado muitas referências sobre as inovações sociais no Brasil, elas estão presentes, mas com uma lógica diferente das TS. Elas buscam promover transformações positivas, muitas vezes atreladas ao sistema capitalista vigente, sem desafiar profundamente o *status quo*. Isso ocorre porque, em muitos casos, as inovações sociais são implementadas dentro de estruturas existentes, buscando

melhorar condições específicas sem questionar as bases do sistema econômico e político dominante.

Em resumo, o predomínio do português e a forte presença brasileira nas publicações destacam o papel central da América Latina, e especialmente do Brasil, na discussão e aplicação das TS. No entanto, é fundamental reconhecer que, embora essas iniciativas representem avanços importantes, elas ainda operam, em grande parte, dentro de um sistema capitalista que limita seu potencial transformador.

Quanto aos países de origem dos artigos – gráfico 3, percebeu-se que são provenientes de diversos países, com destaque para o Brasil, que contribui com 12 (4, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21)⁴⁹ publicações. Esse predomínio reflete o engajamento do país em pesquisas sobre tecnologias sociais e desenvolvimento rural, além de sua tradição em turismo comunitário.

Gráfico 3- Países de procedência dos artigos.



Fonte: Produzido pela pesquisadora (2025).

A Espanha aparece com dois artigos (3, 5), focados no papel dos atores e na governança participativa. O Reino Unido também contribui com dois estudos (1, 11), que exploram a inovação social no turismo e no desenvolvimento rural. Outros países, como Lituânia, Croácia, México, EUA e Holanda (2, 8, 9, 10 e 6, respectivamente) trazem perspectivas diversificadas, destacando a aplicação do tema em diferentes contextos

⁴⁹ Número dos artigos descritos nos quadros anteriores.

socioeconômicos e culturais. Essa pluralidade de origens enriquece a pesquisa, permitindo identificar desafios comuns e soluções adaptadas a realidades específicas.

Quanto a busca reversa refere-se à busca e inclusão de referências a partir da análise das passagens em artigos já selecionados para um estudo. Permite identificar publicações relevantes que podem não ter sido encontradas na busca inicial, ampliando e enriquecendo a revisão bibliográfica. No presente estudo, essa estratégia foi avaliada como fundamental para a identificação de novos materiais relevantes. Dentre os 21 artigos selecionados, 7 (4, 12, 13, 14, 15, 16, e 17) foram obtidos por meio da busca reversa, evidenciando sua importância na construção de um referencial teórico mais abrangente e aprofundado.

Quanto a análise dos temas encontrados nos artigos – quadro 13, revela-se que a inovação social é predominante em estudos sobre desenvolvimento rural e turismo, com foco em participação comunitária, sustentabilidade e inclusão. As tecnologias sociais têm uma forte presença em estudos brasileiros, com ênfase em práticas contra hegemônicas, autogestão e adaptação às realidades locais. O Turismo Rural emerge como uma área de interesse crescente, em 2024, teve foco em acessibilidade, inclusão e desenvolvimento comunitário.

Quadro 13 - Principais Temas e Tendências.

Inovação Social: Predominante em estudos sobre desenvolvimento rural e turismo, com foco em participação comunitária, sustentabilidade e inclusão.
Tecnologias Sociais: Forte presença em estudos brasileiros, com ênfase em práticas contra hegemônicas, autogestão e adaptação às realidades locais.
Turismo Rural: Crescente interesse a partir de 2022, com foco em acessibilidade, inclusão e desenvolvimento comunitário.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

Essas tendências refletem a importância de integrar teoria e prática, promovendo soluções que sejam ao mesmo tempo inovadoras e adaptadas às necessidades locais. De modo geral, a análise dos dados revela que a inovação social e as tecnologias sociais são temas globais, com forte presença no Brasil e na Europa. O aumento recente de publicações (2019-2024) reflete um interesse crescente na aplicação prática desses conceitos, especialmente no Turismo Rural e comunitário. A diversidade de países idiomas demonstra a relevância do tema em diferentes contextos, enquanto a predominância de estudos em português destaca a contribuição brasileira para o campo. Esses resultados sugerem que a integração entre inovação social, tecnologias sociais e Turismo Rural é uma área promissora para pesquisas futuras, com potencial para promover práticas sustentáveis e inclusão social.

2.3 Panorama das Inovações e Tecnologias Sociais no Turismo Rural: Discussões da Revisão Sistemática

Com base nas análises realizadas por meio de uma revisão sistemática da literatura, observou-se que a inovação social tem sido amplamente reconhecida como um mecanismo capaz de enfrentar os desafios que emergem no ambiente rural. Ainda assim, sua conceituação e formas de operacionalização variam de acordo com as diferentes perspectivas teóricas e contextos analíticos adotados pelos autores.

Nesse cenário, autores como Neumeier (2017), Ragauskaitė e Žukovskis (2019), Vercher (2022), Vercher, Bosworth e Esparcia (2022), Santo e Andion (2022), Ferreira *et al.* (2023), Oliveira, Ferrarin e Grzybowski (2024), têm abordado a inovação social a partir de diferentes perspectivas e campos de atuação, contribuindo para a fundamentação teórica sobre o tema, cada um com visões complementares.

Assim, Neumeier (2017) introduz uma perspectiva sistêmica, identificando fatores multiníveis que determinam o sucesso das iniciativas. Seu modelo tripartido⁵⁰ que engloba a aceitação local, o contexto externo e a participação efetiva e destaca a interdependência entre capital social, políticas públicas e empoderamento comunitário.

Neumeier (2017) divide a inovação em duas dimensões: a de *processo*, que envolve a participação ativa de diversos atores e a construção de capital social, e a de *resultado*, que se traduz em novas estruturas de governança e mecanismos colaborativos. Seu modelo identifica três níveis críticos: (1) fatores ligados à aceitação da inovação (como vantagem relativa e coerência com valores locais); (2) o contexto externo que influencia o "espaço de manobra" das redes de atores; e (3) a participação efetiva, dependente do capital social e do empoderamento comunitário. Ao defender a integração de estratégias como a Europa 2020, o autor argumenta que o desenvolvimento rural requer sinergia entre ações de base e diretrizes macroestruturais.

Ragauskaitė e Žukovskis (2019), por sua vez, destacam, ao conceituarem inovação social, o papel da liderança comunitária e da coesão interna como pilares para a geração de inovações sociais. Ao estudarem a aldeia lituana de Sėlynė, os autores demonstram que a mobilização de competências locais, mediada por líderes engajados, permite a criação de soluções endógenas para problemas como a falta de acesso à educação e recursos. A ênfase em

⁵⁰ O modelo tripartido é uma abordagem que envolve a participação de três grandes setores (setor público, setor privado e sociedade civil) ou atores na gestão, desenvolvimento ou implementação de políticas e projetos. Cada setor possui um papel específico, e sua interação cria um ambiente de inovação e desenvolvimento sustentável. Por exemplo: o governo pode garantir o suporte regulatório, enquanto o setor privado oferece recursos financeiros e a sociedade civil garante que os projetos atendam às necessidades locais. Esse modelo pode ser aplicado em diferentes contextos, como governança, inovação social, turismo sustentável e desenvolvimento territorial (Neumeier, 2017).

processos sistemáticos, com ciclos de retroalimentação, reforça a ideia de que a inovação social não é um evento pontual, mas um contínuo de ações adaptativas, construídas coletivamente. Essa abordagem ressalta a capacidade das comunidades rurais de se autogerirem, desde que haja organização interna e engajamento ativo.

Em contrapartida Vercher (2022), adota uma abordagem mais ampla, analisando casos na Espanha e na Escócia para propor um modelo teórico baseado em três dimensões interligadas: atores, atitudes e arranjos de governança. Seu estudo transcende o foco exclusivo na comunidade, destacando a pluralidade de agentes envolvidos em processos de inovação social, desde organizações da economia social e setor público até atores individuais com papéis variados (inovadores, facilitadores, oponentes). A "neutralidade percebida" de facilitadores, por exemplo, surge como um mecanismo relevante para construir confiança e viabilizar colaborações em contextos de divergência. Ao integrar políticas públicas, como o programa LEADER⁵¹, em sua análise, Vercher (2022) demonstra que a inovação social não se restringe à esfera local, mas depende de conexões com estruturas institucionais mais amplas.

Já Vercher, Bosworth e Esparcia (2022) avançam na discussão ao propor uma tipologia dual que diferencia inovações sociais radicais e incrementais. A primeira rompe com o *status quo*⁵², introduzindo mudanças profundas nas relações sociais e enfrentando riscos elevados, enquanto a segunda promove melhorias graduais, alinhadas a práticas existentes. Os autores destacam que iniciativas radicais, como as que desafiam modelos econômicos tradicionais, exigem gestão de conflitos e desenvolvimento de habilidades, ao passo que as incrementais dependem de planejamento estruturado e adaptação contínua. A pesquisa evidencia ainda que o sucesso de ambas as formas de inovação está vinculado à capacidade de atores públicos criarem ambientes propícios, considerando aspirações locais e dinamizando relações sociais.

Vercher, Bosworth e Esparcia (2022) apontam os casos da Birse Community Trust (BCT), na Escócia, e da Cooperativa Del Camp (CC), em Formentera na Espanha, ilustram essa

⁵¹ A União Europeia (EU) introduziu o programa LEADER (*Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale*) em 1991 como uma iniciativa ascendente de apoio ao desenvolvimento das regiões rurais desfavorecidas através de projetos que dão resposta às necessidades locais. Desde 2014, a UE tem utilizado a abordagem LEADER (conhecida como desenvolvimento local de base comunitária) em várias fontes de financiamento da União em zonas rurais, urbanas e costeiras. A principal característica desta abordagem é a aplicação de métodos participativos e ascendentes para envolver as comunidades locais nos processos de desenvolvimento de projetos e de tomada de decisões. Centra-se em grupos de ação local (GAL) e grupos de ação local da pesca (GAL-Pesca) compostos por membros dos setores público e privado das comunidades rurais ou costeiras (Relatório Especial, 2022, p.4).

⁵² *Status quo* é uma expressão em latim que significa "o estado atual das coisas" ou "a situação como ela está". Refere-se à condição ou ordem existente em um determinado momento, especialmente no contexto social, político, econômico ou cultural. Manter o *status quo* significa preservar as condições atuais, sem mudanças significativas, enquanto desafiar o *status quo* implica buscar transformações ou alterações na ordem estabelecida.

distinção. A BCT exemplifica a inovação radical, rompendo com modelos tradicionais ao envolver a comunidade na gestão autônoma de recursos naturais, um processo que demanda gestão de conflitos e desenvolvimento de novas habilidades. Já a CC representa a inovação incremental, promovendo melhorias graduais, como a comercialização coletiva de produtos agrícolas, alinhada a práticas preexistentes. Essa tipologia amplia o entendimento sobre como a intensidade das mudanças varia conforme as aspirações locais e a disposição para assumir riscos.

Santo e Andion (2022) abordam a inovação social rural como um processo multidimensional, estruturado em seis eixos interligados. O primeiro eixo, formação de redes e empoderamento comunitário, enfatiza a importância de fortalecer laços sociais e promover a participação ativa das comunidades na tomada de decisões. Isso envolve a criação de espaços colaborativos onde agricultores, artesãos e outros atores rurais possam compartilhar conhecimentos e recursos. O segundo eixo, oferta de novos serviços e produtos, destaca a necessidade de soluções adaptadas, como tecnologias agrícolas de baixo custo ou sistemas de saúde móveis, que respondam a demandas locais específicas. O terceiro eixo, participação do Estado em políticas públicas, reconhece o papel de programas governamentais no financiamento e legitimação de iniciativas, como linhas de crédito para cooperativas ou infraestrutura para educação rural.

O quarto eixo, valorização sociocultural, ressalta a preservação de tradições e identidades locais como base para inovações autênticas, evitando a homogeneização cultural. O quinto eixo, pesquisa e disseminação de conhecimento, propõe a integração entre universidades e comunidades para diagnosticar problemas e cocriar soluções, como estudos sobre práticas agroecológicas. Por fim, o sexto eixo, sustentabilidade, defende a adoção de modelos agroecológicos e a gestão responsável de recursos naturais, garantindo equilíbrio entre produção e preservação. Para os autores, a sinergia entre esses eixos é essencial para enfrentar desafios complexos, como êxodo rural e exclusão social.

Por sua vez, Ferreira *et al.* (2023), ampliam o escopo ao analisar a inovação social em territórios rurais de Portugal e Índia. Com base na tipologia de Gupta, os autores categorizam as inovações em: inovações nas bases (referem-se a soluções sociais desenvolvidas organicamente por comunidades locais, geralmente sem apoio formal, visando resolver problemas imediatos e atender necessidades específicas), para as bases (referem-se a soluções sociais intencionalmente projetadas para atender às necessidades das populações de baixa renda, geralmente desenvolvidas por indivíduos ou organizações externas) e das

bases (referem-se a inovações que emergem diretamente das comunidades locais, frequentemente resultando da colaboração entre ONGs, o setor informal e os próprios membros da comunidade).

Ferreiro *et al.* (2023) argumentam que, enquanto em países desenvolvidos, por exemplo Portugal, predominam abordagens *top-down* (de cima para baixo) na implementação de inovações sociais) com abordagens mais normatizadas; em países em desenvolvimento, como a Índia, as soluções frequentemente brotam das comunidades, *bottom-up* (debaixo para cima), destacando a importância do contexto histórico e geográfico de cada localidade. Ferreiro *et al.* (2023) reforçam que a sustentabilidade dessas iniciativas depende da articulação com políticas públicas, conectando escalas locais, meso e macro para enfrentar desafios como êxodo rural e exclusão.

Oliveira, Ferrarin e Grzybovski (2024) destacam que a inovação social é, por natureza, transformadora, especialmente quando associada à economia solidária. No contexto rural do Sul do Brasil, o Coletivo Cooptar exemplifica práticas, como autogestão e cooperação, desafiam estruturas capitalistas, promovendo uma "reprodução ampliada da vida" em detrimento da acumulação de capital. Aqui, a inovação social não se limita a resolver problemas pontuais, mas redefine relações de poder, colocando o coletivo no centro das decisões. A educação e a formação contínua são vistas como pilares para sustentar essa transformação, capacitando comunidades a serem protagonistas de sua emancipação.

Os autores ainda comentam que, o fortalecimento do coletivo, fundamentado em princípios de solidariedade e cooperação, possibilita novas formas de organização social que desafiam a lógica hegemônica do individualismo e da exploração capitalista. Assim, a pesquisa e implementação de inovações sociais transformadoras nas comunidades rurais não são apenas uma estratégia para mitigar problemas sociais, mas uma oportunidade real de construção de um futuro mais justo para todos. A mudança de uma perspectiva centrada no "eu" para uma visão coletiva do "nós" é fundamental para a consolidação de práticas que garantam a dignidade e a qualidade de vida das populações rurais.

Quanto as inovações sociais no âmbito do turismo, observa-se que envolvem a criação de novos modelos de interação entre os atores locais, promovendo a inclusão social e a valorização cultural. Essas inovações englobam transformações nos processos organizacionais, nas redes de cooperação e nas formas de governança territorial. Eles buscam soluções que ampliem a participação comunitária, diversifiquem as atividades econômicas e incentivem práticas mais equitativas no setor turístico. Nesse contexto, autores como Alkier, Milojica e

Roblek (2017), Gómez-Carreto et al. (2018), Nagy (2019) e Wirth, Brandi e Mayer (2023) trazem seus contributos provenientes da compreensão do papel da inovação social no turismo.

Alkier, Milojica e Roblek (2017) definem a inovação social como um processo de fortalecimento do capital social, priorizando o bem-estar das comunidades sobre interesses comerciais. Na Croácia, o estudo defende uma transição do turismo "orientado para o cliente" para um modelo "orientado para a comunidade", onde redes de confiança e colaboração são essenciais. A transferência de conhecimento entre universidades, empresas e residentes é vista como estratégia para equilibrar crescimento econômico e equidade, garantindo que soluções sejam culturalmente sensíveis e inclusivas.

Complementando, Gómez-Carreto *et al.* (2018) investigam projetos de inovação social no Turismo Rural no sul do México, revelando contradições entre discursos de inclusão e práticas excludentes. Embora iniciativas como roteiros culturais e pousadas comunitárias gerem renda, muitas marginalizam jovens e idosos, privilegiando grupos com maior acesso a recursos. Os autores criticam a pressa por resultados, comum em políticas públicas, que leva à criação de cooperativas frágeis, desconectadas das aspirações locais. Eles defendem a participação intergeracional, como a inclusão de jovens no planejamento de trilhas ecológicas, e a adaptação de metodologias às dinâmicas culturais, evitando a folclorização das tradições. O estudo conclui que princípio do desenvolvimento rural baseado no cooperativismo não é cumprido no que se refere à autogestão e à autorresponsabilidade e que o turismo só se tornará inovação social quando promover autonomia, e não apenas renda superficial.

Nagy (2019) explora o potencial da inovação social no turismo, analisando casos como o turismo do chá na Índia e rotas patrimoniais na Europa. Ela defende uma transição de modelos "orientados ao cliente" para "orientados à comunidade", onde o capital social (redes de confiança e colaboração) seja prioritário. Nagy argumenta que experiências autênticas, como degustações de vinho integradas a narrativas históricas, podem fortalecer economias locais e identidades culturais. No entanto, ressalta que o sucesso exige capacitação técnica (ex.: cursos de marketing para artesãos) e articulação entre *stakeholders*, como parcerias entre prefeituras e ONGs. Seu trabalho enfatiza a cocriação de valor, onde turistas tornam-se agentes culturais, participando de festivais ou workshops, e não apenas consumidores passivos.

Já Wirth, Brandi e Mayer (2023) analisam a inovação social no turismo através de uma lente processual, identificando três fases — problematização, implementação e operação. É na fase operacional que as inovações sociais enfrentam o ponto de inflexão, instante em que iniciativas podem espalhar ou fracassar, dependendo de fatores como liderança, financiamento

e engajamento comunitário. O sucesso em superar esse ponto é fundamental para a viabilidade e a escalabilidade das inovações. Casos de sucesso, como destinos que integram populações marginalizadas, ilustram a importância da governança participativa, onde decisões são cocriadas e conflitos mediados de forma inclusiva.

Wirth, Brandi e Mayer (2023) analisam sete casos de inovações sociais, agrupando-os em três categorias distintas, de acordo com suas trajetórias na fase operacional:

- Grupo A: Inovações que permanecem na fase operacional e ainda não superaram o ponto de inflexão.
- Grupo B: Inovações que tentaram superar o ponto de inflexão, mas falharam.
- Grupo C: Inovações que conseguiram superar o ponto de inflexão com sucesso e conseguiram se espalhar para outras regiões.

Esses grupos permitirão uma comparação e contraste detalhados, oferecendo ideias sobre por que algumas inovações sociais no turismo conseguem se estabelecer e prosperar, enquanto outras não conseguem. Essa análise revela a relevância de uma abordagem inclusiva que considera as diversas motivações e interesses dos atores envolvidos, contribuindo para um entendimento mais abrangente dos mecanismos que sustentam as inovações sociais no turismo.

De modo geral, esses estudos evidenciam que processos inovadores no turismo emergem a partir da articulação entre atores locais, da circulação de conhecimentos e da construção de arranjos colaborativos que permitem responder a desafios territoriais específicos. Embora cada autor enfatize dimensões distintas dessas dinâmicas, observa-se uma convergência na valorização de práticas coletivas, da construção de parcerias e da capacidade das comunidades de desenvolver soluções adaptadas às suas realidades locais.

Para os fins desta pesquisa, interessa particularmente compreender como esses processos de inovação social se materializam por meio de mecanismos como a articulação entre atores territoriais, a capacitação técnica, a construção de redes de cooperação e a implementação de iniciativas capazes de fortalecer a organização produtiva e social no contexto do turismo rural. Nesse sentido, as contribuições desses autores são mobilizadas não como modelos analíticos rígidos, mas como referências que auxiliam na interpretação das dinâmicas observadas empiricamente nesta tese, especialmente no que se refere à construção de arranjos coletivos, à implementação de soluções inovadoras e à operação de iniciativas que articulam turismo, território e desenvolvimento local.

Quanto as Tecnologias Sociais (TS), estas surgem como uma alternativa ao modelo tecnológico tradicional, focando na participação comunitária e na inclusão social. Autores como

Albuquerque (2009), Dagnino (2009), Novaes e Dias (2009), Weiss (2009), Pena (2012), Dagnino (2014) e Medeiros *et al.* (2017), ao longo do tempo contribuíram para essa discussão, oferecendo diferentes perspectivas sobre o tema, com embasamentos semelhantes e outros de complementação.

Inicialmente, Albuquerque (2009) resgata o conceito de Tecnologias Apropriadas⁵³, originado no movimento gandhiano⁵⁴, e destaca sua evolução para o que hoje denominamos Tecnologias Sociais, criticando a perda de sua autenticidade. Diz que, essas tecnologias são caracterizadas por sua simplicidade, baixo custo e adaptação às realidades locais, priorizando a autonomia comunitária sobre a dependência de sistemas industriais. Exemplos incluem técnicas artesanais de tecelagem ou sistemas de irrigação que utilizam materiais disponíveis no entorno. Critica a noção genérica de tecnologias sociais, argumentando que muitas iniciativas perdem o foco na produção local e na minimização de impactos ambientais, tornando-se meras reproduções de modelos externos. Albuquerque defende que as tecnologias apropriadas devem ser de "domínio público", sem patentes ou royalties, permitindo que comunidades as repliquem e adaptem livremente. Sua abordagem é profundamente anticolonial, enfatizando a resistência a modelos hegemônicos de desenvolvimento.

No mesmo ano, Dagnino (2009) propõe uma abordagem crítica da tecnologia convencional, destacando os desafios de desenvolver alternativas tecnológicas em um contexto dominado pela hegemonia da tecnologia convencional, associada ao capitalismo. O autor argumenta que a tecnologia convencional (TC), orientada pela lógica do lucro e da eficiência, frequentemente reproduz desigualdades sociais e econômicas. Ele defende a necessidade de uma teoria crítica da tecnologia que questione o determinismo tecnológico e explore as implicações sociais, políticas e econômicas das práticas tecnológicas. Argumenta que as TSs devem ser compreendidas como um modelo contra hegemônico, capaz de promover a justiça social e o desenvolvimento sustentável.

⁵³ Tecnologia Apropriada é um conceito que surgiu no final do século XX, especialmente associado ao movimento gandhiano e à crítica ao modelo tecnológico hegemônico ocidental. O termo se refere a tecnologias desenvolvidas de forma simples, acessível e adaptada às condições locais, promovendo a sustentabilidade. Enquanto a Tecnologia Apropriada prioriza soluções eficientes e sustentáveis, a Tecnologia Social vai além, focando no impacto social e na participação coletiva, tornando as comunidades protagonistas na resolução de seus próprios desafios (Albuquerque, 2009, Dagnino, 2009).

⁵⁴ O movimento gandhiano é um conceito inspirado nas ideias de Mahatma Gandhi, que defendia o uso de tecnologias e práticas que fossem adequadas ao contexto local, sustentáveis e acessíveis às comunidades. Esse movimento enfatiza a importância de soluções que priorizem as necessidades das pessoas, respeitem o meio ambiente e promovam a autonomia e a autossuficiência das comunidades. Gandhi defendia o conceito de "Swadeshi", que significa autossuficiência e uso de recursos locais. Ele acreditava que as comunidades deveriam ser capazes de produzir o que precisam, sem depender de importações ou tecnologias complexas. Essa filosofia influenciou o movimento de inovação apropriada, que busca aplicar esses princípios no desenvolvimento de tecnologias e soluções para problemas contemporâneos (Albuquerque, 2009).

Dagnino (2009) critica ainda a fragilidade analítica com que as tecnologias apropriadas (TA) têm sido abordadas, especialmente em um cenário onde o Estado reduz seu papel na pesquisa e desenvolvimento, deixando as multinacionais dominarem a produção de conhecimento. Ele enfatiza que a tecnologia não é neutra, mas sim moldada por relações sociais e contextos econômicos. O autor então discute a passagem da tecnologia convencional (TC) para a tecnologia social (TS), como um processo que envolve não apenas mudanças técnicas, mas também uma reconfiguração das relações de poder e dos valores associados à inovação. Ele defende que a TS deve ser um instrumento de empoderamento e autonomia, promovendo a participação ativa das comunidades e desafiando a lógica capitalista de controle e exploração.

Dagnino (2009) conclui que as TS representam uma alternativa viável, pois são projetadas para atender necessidades sociais específicas, promovendo justiça social e inclusão. O autor propõe uma "adequação sociotécnica"⁵⁵, que respeita as diversidades locais e envolve as comunidades no desenvolvimento e implementação das tecnologias.

Novaes e Dias (2009), por sua vez, reforçam essa crítica ao modelo tecnológico dominante e destacam a necessidade de construção coletiva dos TSs, considerando a equidade e o empoderamento das comunidades. Apresentam uma análise aprofundada da TS como uma alternativa viável para enfrentar desafios sociais, especialmente na América Latina. Os autores definem a TS como um conjunto de práticas e conhecimentos desenvolvidos coletivamente, visando o bem comum e a produção não mercadológica, em contraste com a TC, que beneficia principalmente grandes corporações.

Um dos pontos centrais da obra de Novaes e Dias (2009) é a crítica ao modelo tradicional de oferta e demanda, que os autores consideram inadequado para abordar questões de conhecimento e inovação. Eles defendem que a TS deve ser entendida a partir da interação entre diversos atores sociais durante o processo de inovação, com soluções adaptadas às realidades locais. Novaes e Dias enfatizam a importância da construção participativa da tecnologia, onde os usuários são envolvidos desde a fase de concepção, contrastando com a ideia de TA, que tende a transferir soluções prontas sem considerar as especificidades locais.

A obra também aborda a análise sociotécnica, destacando que as tecnologias são construídas socialmente e influenciadas por valores e interesses sociais. Os autores argumentam que a TS deve ser um processo dinâmico e colaborativo, capaz de responder às necessidades

⁵⁵ Adequação sociotécnica é um conceito que se refere à harmonização entre os aspectos sociais e técnicos na implementação de tecnologias, políticas ou inovações dentro de um determinado contexto. Esse termo é comumente utilizado em estudos de ciência, tecnologia e sociedade (CTS) e desenvolvimento sustentável (Dagnino, 2009; Albuquerque, 2009).

das comunidades e promover equidade e inclusão. Eles criticam a lógica capitalista da tecnologia convencional TC, que perpetua desigualdades, e defendem a (TS) como uma ferramenta de transformação social, que desafia as estruturas de poder e promove um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Ainda em 2009, Weiss enfatizou a importância da replicabilidade e da estruturação da Rede de Tecnologia Social (RTS) no Brasil como mecanismos essenciais para ampliar o impacto dos (TSs). Para ela, as TSs são soluções práticas (como cisternas de placas ou bancos de sementes comunitários) desenvolvidas por meio de diálogo entre saberes populares e técnicos. A RTS, criada em 2004, atua como uma plataforma que conecta comunidades, universidades, ONGs e governos, visando transformar iniciativas locais em políticas públicas.

Weiss (2009) enfatiza a importância da formação profissional e da valorização do conhecimento tradicional, como a integração de ervas medicinais em programas de saúde rural. Seu trabalho também aborda a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, que combine justiça social, viabilidade ambiental e equilíbrio econômico, contrastando com modelos extrativistas.

Contribuindo com o debate, Pena (2009) aprofundou a relação das Tecnologias Sociais com o meio rural, destacando seu caráter transformador e seu papel na promoção da autonomia das comunidades agrícolas e define as tecnologias sociais como ferramentas de contra hegemonismo, capazes de desafiar a lógica capitalista através da economia solidária e da autogestão. No contexto rural, ele destaca iniciativas como cooperativas de comercialização direta e sistemas agroflorestais, que permitem aos agricultores escaparem da dependência de intermediários e agrotóxicos.

Pena (2009) argumenta que as (TS) devem ser participativas, envolvendo as comunidades desde o diagnóstico dos problemas até a implementação das soluções. Um exemplo é a criação de feiras livres geridas por associações locais, que valorizam produtos orgânicos e preços justos. Para o autor, o sucesso das TS depende da mobilização política, transformando práticas locais em movimentos amplos de resistência, como a luta por reforma agrária.

Dagnino (2014) expandiu sua análise inicial ao integrar os (TSs) ao contexto da economia solidária, reforçando sua dimensão autogestionária e propõe uma visão crítica e política das inovações sociais. O autor define tecnologias sociais, como práticas construídas coletivamente por comunidades para enfrentar exclusão e pobreza. Para ele, tecnologias sociais não são meras ferramentas técnicas, mas projetos de emancipação que desafiam estruturas

capitalistas. Exemplos incluem cooperativas de produção agrícola ou sistemas de gestão comunitária de água, onde a autogestão e a economia solidária são centrais.

Dagnino (2014) critica iniciativas de inovação social que não questionam relações de poder, argumentando que muitas se limitam a ajustes superficiais dentro do sistema vigente. Sua ênfase na adequação sociotécnica (a adaptação de soluções às realidades locais, com participação ativa dos usuários) reforça que as comunidades devem ser protagonistas, não apenas receptoras passivas.

Mais recentemente, Medeiros *et al.* (2017) analisam a relação entre as Tecnologias Sociais e a Inovação Social, destacando que, enquanto as (TS) solucionam problemas imediatamente, a inovação social promove mudanças estruturais mais amplas, reconhecendo-as como complementares. As tecnologias sociais são entendidas como soluções práticas para problemas imediatos, como metodologias de agricultura sustentável ou sistemas de crédito comunitário. Já as inovações sociais envolvem processos mais amplos de transformação estrutural, como a criação de novas formas de governança participativa ou políticas públicas inclusivas.

Para os autores, a inovação social utiliza tecnologias sociais como base, mas busca reconfigurar relações sociais e econômicas. Por exemplo, um banco de sementes comunitário (tecnologia social) pode integrar uma rede regional de agroecologia (inovação social) que desafia o agronegócio convencional.

Dessa forma, a evolução das Tecnologias Sociais é marcada por um debate contínuo, no qual autores de diferentes períodos tentam consolidar o seu conceito e ampliar sua aplicabilidade, tornando-a um instrumento fundamental para práticas sustentáveis e equidade social. Embora a discussão sobre Tecnologias Sociais tenha sido desenvolvida há algumas décadas, muitos dos autores que fundamentaram o conceito não discutiram as relações alternativas entre essas tecnologias a outras áreas do conhecimento, como o turismo. Diante dessa lacuna, novos pesquisadores passaram a explorar a conexão entre Tecnologias Sociais e turismo, sobretudo em sua interface com as Inovações Sociais.

Dessa forma, autores como Assis e Campos (2023), Martins e Santos (2023) e Kleinübing, Kleinübing e Silvério (2024) são apresentados para essa discussão, demonstrando como as tecnologias sociais podem ser utilizadas como ferramentas de desenvolvimento comunitário, inclusão social e gestão sustentável de destinos turísticos.

Assis e Campos (2023) analisam o caso da Comunidade Coroca, em Santarém (PA), como um exemplo bem-sucedido de turismo comunitário baseado em tecnologias sociais (TS).

A comunidade desenvolveu um modelo de negócio turístico de forma autônoma, envolvendo a maioria de seus membros, sem a intervenção de agentes externos. Os autores destacam que a participação ativa da comunidade na gestão e ordenação do turismo local é essencial para o sucesso da iniciativa.

A autogestão é um dos pilares do turismo comunitário em Coroca, onde a comunidade criou metodologias próprias para gerir serviços turísticos, como alimentação e artesanato, adaptadas às suas realidades locais. Essa abordagem endógena reforça a importância das tecnologias sociais como ferramentas para promover soluções que respeitem os valores e tradições locais. Além disso, o envolvimento de quase todas as famílias da comunidade no projeto turístico fortalece os laços sociais e promove um ambiente de colaboração e solidariedade.

Os autores ressaltam que o impacto das (TS) em Coroca vai além do econômico, contribuindo para o fortalecimento da identidade comunitária e a valorização das tradições locais. A experiência de Coroca demonstra que a autonomia comunitária é essencial para o desenvolvimento sustentável, servindo como um modelo replicável para outras comunidades.

Martins e Santos (2023) exploram a interseção entre gestão de destinos turísticos, tecnologia social e inovação, destacando a importância desses conceitos para o desenvolvimento sustentável do turismo. Eles argumentam que a competitividade dos destinos turísticos depende não apenas da qualidade dos produtos e serviços oferecidos, mas também da capacidade de superar as expectativas dos turistas, que estão cada vez mais exigentes e informados.

A partir de uma revisão sistemática da literatura, os autores identificam uma lacuna nos estudos que abordam a gestão de destinos turísticos em conjunto com inovação e tecnologia social. Eles propõem o uso do modelo "triple helix", que promove a colaboração entre setores público e privado, instituições de ensino e comunidades locais, como uma forma de integrar esses conceitos. A inovação social é vista como uma estratégia para criar soluções que atendam às necessidades sociais, gerando valor tanto para os turistas quanto para as comunidades anfitriãs.

Martins e Santos (2023) defendem que a tecnologia social pode ser um motor de inovação na gestão de destinos turísticos, promovendo práticas participativas e inclusivas. Eles concluem que a criatividade, agilidade e hospitalidade são competências essenciais para a competitividade dos destinos, e que a adoção de tecnologias sociais pode contribuir para um turismo mais sustentável e participativo.

Kleinübing, Kleinübing e Silvério (2024) discutem o Turismo Rural de base comunitária como uma tecnologia social que promove a inclusão de pessoas com deficiência (PcD). Eles argumentam que essa forma de turismo não apenas gera renda para as comunidades, mas também desafia estigmas associados à deficiência, contribuindo para um desenvolvimento humano mais robusto e sustentável.

Os autores destacam a importância de políticas públicas que fortaleçam redes de solidariedade e ações coletivas, preparando as comunidades para receber um público diversificado. A autonomia social e a conscientização turística são vistas como fundamentais para garantir que o Turismo Rural beneficie tanto os visitantes quanto as comunidades anfitriãs.

Kleinübing, Kleinübing e Silvério (2024) enfatizam que o Turismo Rural inclusivo exige o comprometimento de diversos atores sociais, incluindo governos, setor privado e comunidades locais. Eles defendem que a tecnologia social pode ser uma ferramenta poderosa para promover a acessibilidade e a inclusão no turismo, transformando-o em um vetor de desenvolvimento sustentável e transformação comunitária.

No entanto, embora os autores mencionados anteriormente tratem do turismo, observa-se uma escassez significativa de estudos que investiguem a relação entre Tecnologias Sociais no Turismo Rural, em especial na perspectiva das Inovações Sociais. O Turismo Rural, ao se basear em práticas de valorização de saberes locais, poderia se beneficiar amplamente das Tecnologias Sociais para fortalecer a autonomia das comunidades, a gestão participativa e a preservação ambiental. Contudo, a literatura acadêmica ainda carece de pesquisas que articulam esses conceitos de maneira sistemática.

A ausência de um corpo teórico consolidado que investiga as Inovações Sociais e Tecnologias Sociais no Turismo Rural, de forma conjunta, representa um desafio, mas também uma oportunidade para aprofundar investigações sobre como essas tecnologias podem contribuir para o fortalecimento do setor, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

Em última análise, os estudos demonstram que o desenvolvimento rural sustentável e o turismo comunitário não se resumem a escolher entre abordagens "de baixo para cima" ou "de cima para baixo". Em vez disso, requerem a articulação dialética entre autonomia comunitária, redes multi-atoriais e estruturas políticas, promovendo um futuro mais justo, inclusivo e sustentável.

A leitura crítica dos textos analisados revela que, em diversos momentos, a noção de sustentabilidade é empregada de forma restrita, sendo frequentemente associada à ideia de

“sustentabilidade econômica” ou à capacidade prática de manter determinadas atividades em funcionamento. Embora tais dimensões sejam relevantes, essa redução conceitual empobrece o debate e esvazia o caráter político, ambiental, social e cultural que estrutura o próprio conceito de sustentabilidade. Ao ser tratada prioritariamente como viabilidade financeira ou como eficiência operacional, a sustentabilidade corre o risco de ser convertida em um instrumento de adaptação ao mercado, e não em um horizonte de transformação das relações entre sociedade, natureza e economia.

Nesse sentido, torna-se fundamental reafirmar que sustentabilidade não se limita à sobrevivência econômica de iniciativas, tampouco à sua funcionalidade imediata. Trata-se de um conceito multidimensional que envolve, de forma indissociável, justiça social, equilíbrio ecológico, diversidade cultural, autonomia dos sujeitos e responsabilidade intergeracional. Assim, mesmo quando autores utilizam expressões como “sustentabilidade prática” ou “sustentabilidade econômica”, é necessário tensioná-las criticamente, pois a permanência de um empreendimento ou de uma atividade não garante, por si só, seus efeitos sobre o território, as comunidades e os ecossistemas sejam social e ambientalmente sustentáveis. Essa problematização é central para analisar o Turismo Rural e as inovações sociais, evitando que sejam avaliados apenas por sua capacidade de gerar renda, e recolocando-os no campo mais amplo das disputas por desenvolvimento, justiça territorial e reprodução da vida no meio rural.

Após a discussão das teorias dos autores da revisão sistemática, a comparação entre inovações e tecnologias sociais se torna essencial para entender como essas duas abordagens podem se complementar no contexto do Turismo Rural. Enquanto a inovação social propõe mudanças sistêmicas e transformações profundas nas relações sociais e econômicas, as tecnologias sociais oferecem ferramentas práticas e acessíveis para resolver problemas imediatos. A integração dessas duas perspectivas é fundamental para promover um desenvolvimento rural sustentável, inclusivo e centrado nas comunidades.

O quadro 14, faz uma análise comparativa entre inovação social e tecnologias sociais, destacando como cada uma pode contribuir para o fortalecimento do Turismo Rural. Além disso, essa comparação permite identificar lacunas e oportunidades e as melhores práticas de ambas as abordagens, adaptando-as às necessidades específicas do Turismo Rural.

Quadro 14- Diferenças entre inovações sociais e tecnologias sociais.

Aspecto	Inovações Sociais	Tecnologias Sociais
Definição	Processos, ideias ou soluções que visam resolver problemas sociais de forma criativa e sustentável, promovendo mudanças sistêmicas.	Conjunto de técnicas, metodologias ou produtos desenvolvidos para atender a necessidades sociais, com foco na participação comunitária e na replicabilidade.
Objetivo Principal	Promover transformações sociais profundas, melhorando a qualidade de vida e a equidade.	Oferecer soluções práticas e acessíveis para problemas sociais imediatos, com foco na inclusão e na sustentabilidade.
Enfoque	Mudanças sistêmicas e estruturais, com foco na reconfiguração de relações sociais e econômicas.	Soluções técnicas e metodológicas adaptadas às realidades locais, com ênfase na participação comunitária.
Escopo	Amplo, envolvendo mudanças culturais, políticas e econômicas.	Mais específico, focado em soluções práticas para problemas concretos.
Participação Comunitária	Envolve a comunidade no processo de cocriação e implementação, mas pode incluir atores externos (governos, ONGs, empresas).	Prioriza a participação ativa da comunidade no desenvolvimento e aplicação das soluções.
Replicabilidade	Pode ser difícil de replicar, pois depende de contextos sociais e culturais específicos.	Projetada para ser replicável em diferentes contextos, desde que adaptada às realidades locais.
Relacionamento com o Estado	Frequentemente integrada a políticas públicas, com apoio do Estado para replicação em larga escala.	Pode envolver em parcerias com o Estado, mas muitas vezes questiona estruturas de poder hegemônicas.
Crítica ao Capitalismo	São críticos ao capitalismo, buscando melhorar o sistema sem substituí-lo.	Criticam as relações de poder e criam alternativas ao sistema dominante.
Sustentabilidade	Busca a sustentabilidade em termos sociais, econômicos e ambientais, com foco em mudanças de longo prazo.	Foca na sustentabilidade prática, com soluções que podem ser mantidas pelas comunidades locais a curto prazo.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025), baseado nos estudos de Novaes e Dias (2009), Dagnino (2014), Neumeier (2017), (Medeiros *et al.* (2017), Ragauskaitė e Žukovskis (2019), Vecher (2022), Assis e Campos (2023), Martins e Santos (2023).

O quadro comparativo entre inovações sociais e tecnologias sociais destaca as principais diferenças entre essas duas abordagens, que embora complementares, possuem focos e objetivos distintos. A principal diferença entre as duas abordagens reside no escopo e na profundidade das mudanças propostas. Enquanto a inovação social busca transformações profundas e de longo prazo, as tecnologias sociais focam em soluções imediatas e práticas. No entanto, ambas valorizam a participação comunitária e a sustentabilidade, reconhecendo a importância de envolver as comunidades no desenvolvimento e implementação das soluções.

Com base na análise das diferenças apresentadas entre inovação social e tecnologias sociais, a pesquisadora compilou os dados e trouxe para este estudo, uma síntese dos conceitos apresentados, contendo as melhores práticas de ambas abordagens. Esse conceito ampliado pode ser definido como:

A inovação social refere-se a processos, ideias ou soluções criativas e dinâmicas que visam resolver problemas sociais complexos, promovendo mudanças sistêmicas e estruturais. Envolve a cocriação com comunidades, mas também pode incluir atores externos, como governos, ONGs e empresas, para alcançar impactos amplos e profundos. As ações tendem a não serem replicadas pois dependem de cada contexto. Propõem melhorias ou ajustes dentro do sistema existente, ao integra-se a mercados, colaborar com atores hegemônicos, focar em eficiência e escalabilidade, sem necessariamente desafiar as estruturas de poder existentes. São críticas ao capitalismo e podem ser vistas como reformistas, buscando melhorar o sistema sem necessariamente substituí-lo (grifo da pesquisadora da tese).

Já as tecnologias sociais são conjuntos de técnicas, metodologias ou produtos que surgem com a interação do conhecimento científico com o conhecimento popular, e trazem soluções simples, práticas e baratas, a necessidades sociais imediatas, com foco na participação comunitária, na inclusão e na replicabilidade, em diferentes contextos, desde que ajustadas às particularidades de cada comunidade. A participação comunitária é central, com soluções sendo desenvolvidas e aplicadas em colaboração com os atores locais. Porém são contra hegemônicas ao buscarem transformar as relações de poder e criar alternativas ao sistema dominante, mesmo que de forma prática e localizada (grifo da pesquisadora da tese).

Com base nos conceitos apresentados, o Turismo Rural, quando desenvolvido a partir dos princípios da inovação social e das tecnologias sociais, pode se tornar uma poderosa ferramenta de transformação social. Além de gerar renda e contribuir para o desenvolvimento econômico, ele fortalece a identidade cultural, contribui para a preservação ambiental e promove a inclusão social, construindo um futuro mais sustentável para as comunidades rurais, especialmente em regiões onde a agricultura familiar e as tradições culturais são elementos centrais da identidade local.

No entanto, essa prática não está isenta de críticas, principalmente quando analisada à luz dos conceitos de espetacularização e canibalização cultural, propostos por Carvalho (2010). Esses fenômenos, que envolvem a transformação das culturas populares em produtos de consumo e sua apropriação por agentes externos, representam riscos significativos para a autonomia e a integridade cultural das comunidades rurais.

A espetacularização, como definida por Carvalho (2010), refere-se ao processo pelo qual as culturas populares são transformadas em espetáculos para consumo turístico, perdendo seu significado original e sendo adaptadas às demandas do mercado. No contexto do Turismo Rural, isso se manifesta quando práticas culturais originais destas comunidades, como festas tradicionais, rituais religiosos ou técnicas artesanais, são descontextualizadas e apresentadas como atrações para entretenimento. Essa dinâmica não apenas banaliza as tradições locais, mas também pode levar à perda de sua dimensão sagrada e espiritual, transformando-as em meros produtos comerciais.

Já a canibalização cultural ocorre quando agentes externos, como operadores de turismo, elites políticas ou intermediários culturais, se apropriam das expressões culturais das comunidades rurais, muitas vezes sem dar retorno significativo para os detentores dessas tradições. Esse processo gera uma relação desigual, onde os benefícios econômicos são capturados por terceiros, enquanto as comunidades permanecem marginalizadas e sem controle sobre como suas culturas são representadas. Além disso, a pressão para atender às expectativas dos turistas pode levar à transformação das práticas culturais, enfatizando aspectos "vendáveis" e negligenciando outros elementos igualmente importantes. Isso resulta em uma versão distorcida da cultura, que não reflete a realidade das comunidades.

Diante desses desafios, é fundamental buscar soluções que promovam a autonomia das comunidades, a preservação cultural e a sustentabilidade do Turismo Rural. Diante disso, o quadro 15 mostra a integração de inovações sociais e tecnologias sociais, podem ajudar a mitigar os efeitos negativos da espetacularização e canibalização, desde que implementados de forma cuidadosa.

Quadro 15- Principais soluções para os desafios da espetacularização e canibalização da cultural popular.

Desafio	Inovação Social Soluções	Tecnologia Social Soluções
Mercantilização das tradições	Criação de uma marca coletiva para produtos locais, valorizando a identidade cultural e garantindo preços justos.	Implementação de feiras comunitárias para venda direta de produtos, eliminando intermediários e fortalecendo a economia local.
Expropriação cultural	Desenvolvimento de roteiros turísticos participativos, onde a comunidade define como suas tradições serão apresentadas aos turistas.	Construção de espaços culturais comunitários, como centros de memória, para preservar e divulgar as tradições locais.
Perda de identidade cultural	Realização de oficinas de capacitação para jovens e líderes comunitários, focadas na valorização e transmissão das tradições culturais.	Criação de bancos de sementes crioulas, que preservam variedades agrícolas tradicionais e fortalecem a identidade cultural.
Dependência de intermediários	Estabelecimento de parcerias diretas entre comunidades e redes de turismo sustentável, reduzindo a dependência de operadoras externas.	Implementação de sistemas de transporte comunitário, como vans ou carros compartilhados, para facilitar o acesso dos turistas e moradores.
Espetacularização das práticas	Desenvolvimento de roteiros turísticos comunitários, onde a comunidade define como suas tradições serão apresentadas, garantindo autenticidade e respeito.	Criação de espaços de vivência cultural, como oficinas de artesanato e culinária tradicional, que permitem aos turistas vivenciar as práticas culturais de forma participativa e não espetacularizada.
Falta de infraestrutura sustentável	Criação de um Fundo comunitário, propõe uma mudança sistêmica, mobilizando recursos e atores para investir em infraestrutura sustentável de forma colaborativa e participativa.	Implantação de fossas biodegradáveis e sistemas de tratamento de água, oferece soluções práticas e imediatas que podem ser financiadas e implementadas por meio do fundo comunitário.
Falta de conscientização turística	Desenvolvimento de programas de educação turística para visitantes, ensinando sobre respeito às culturas locais e práticas sustentáveis.	Instalação de placas educativas e sinalização ecológica nas trilhas e pontos turísticos, promovendo a conscientização ambiental e cultural.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025) relacionando os conhecimentos de inovações sociais e tecnologias sociais dos pesquisadores como Novaes e Dias (2009), Dagnino (2014), Neumeier (2017), (Medeiros *et al.* (2017), Ragauskaitė e Žukovskis (2019), Vecher (2022), Assis e Campos (2023), Martins e Santos (2023), relacionando com os ensinamentos de Carvalho (2010), que trata sobre espetacularização e canibalização da cultural popular.

Embora as estratégias propostas (como a criação de marcas coletivas, roteiros turísticos comunitários, fundos para infraestrutura sustentável e tecnologias sociais) sejam fundamentais para promover o desenvolvimento do Turismo Rural, é essencial garantir que essas iniciativas não se tornem dependentes de atores externos ou de financiamentos temporários. A

sustentabilidade a longo prazo dessas ações depende da autonomia das comunidades e da sua capacidade de gerir e manter os projetos de forma independente.

Uma preocupação central é que, sem um fortalecimento institucional e uma formação contínua dos membros da comunidade, as iniciativas podem perder força com o tempo, especialmente se houver mudanças nas políticas públicas ou no apoio de parceiros externos. Além disso, há o risco de que as práticas culturais, mesmo quando valorizadas no turismo, sejam gradualmente adaptadas às expectativas dos visitantes, perdendo sua autenticidade e significado original.

Outro ponto crítico é a necessidade de monitoramento e avaliação contínuos para garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos de forma equitativa e que as comunidades não sejam sobrecarregadas com demandas excessivas. O Turismo Rural, se mal gerido, pode levar à exploração dos recursos naturais e culturais, comprometendo a sustentabilidade ambiental e social.

Portanto, é relevante que as iniciativas de inovação social e tecnologias sociais sejam acompanhadas de mecanismos de governança participativa, onde as comunidades tenham voz ativa na tomada de decisões e na gestão dos recursos.

Essa necessidade de participação e inclusão das famílias rurais, ganha ainda mais relevância quando se trata da reflexão sobre desenvolvimento turístico, que não se restringe apenas aos aspectos econômicos ou ambientais, mas também envolve desafios políticos e epistemológicos. As teorias analisadas, embora valiosas, frequentemente negligenciam as assimetrias de poder e as desigualdades estruturais que limitam o potencial das inovações sociais. O Centro de Pesquisa sobre Inovações Sociais (CRISES, 2024), oferece uma perspectiva integrada, mas também revela a necessidade de questionar quem se beneficia dessas inovações e quem permanece à margem. Nesse sentido, pode-se apontar para a urgência de:

1. Descentralizar o poder: Garantir que as comunidades rurais tenham voz ativa na definição de políticas e práticas, evitando a cooptação por atores externos.
2. Promover justiça ambiental: Integrar práticas sustentáveis, como a agroecologia, com políticas de acesso a recursos e capacitação técnica.
3. Fortalecer organizações locais: Apoiar redes de colaboração que resistam a pressões externas e promovam a equidade interna.
4. Garantir trabalho digno: Combater a precarização no Turismo Rural e outras atividades, assegurando condições de trabalho justas e inclusivas.

A inovação social no desenvolvimento turístico só será verdadeiramente transformadora se for capaz integrar conhecimento local, justiça social e ambiental, e uma visão crítica das estruturas de poder. O desafio é construir um futuro rural que não apenas inove, mas também transforme.

O capítulo demonstra que a integração entre inovação social e tecnologias sociais é essencial para o desenvolvimento do Turismo Rural. Enquanto a inovação social propõe mudanças sistêmicas e estruturais, as tecnologias sociais oferecem ferramentas práticas e replicáveis para resolver problemas imediatos. Juntas, essas abordagens criam um modelo de Turismo Rural, centrado nas pessoas, garantindo que os benefícios sejam compartilhados de forma equitativa e que as comunidades sejam protagonistas do seu próprio desenvolvimento. A superação dos desafios e a maximização das oportunidades dependem da participação comunitária, da articulação multi-ator e da adaptação contextual.

Esse marco analítico fornece, portanto, as bases para examinar como tais processos se materializam no caso empírico da Associação Entre Serras. Para isso, torna-se fundamental situar essas práticas no território onde elas se desenvolvem. O município de Lima Duarte não é apenas o espaço físico da pesquisa, mas o contexto histórico, social e territorial no qual se entrelaçam as dinâmicas produtivas, turísticas e associativas analisadas ao longo desta tese. Assim, o próximo capítulo dedica-se à caracterização histórica e territorial de Lima Duarte (MG), buscando compreender os elementos que moldaram o surgimento, a organização e as possibilidades de atuação da Associação Entre Serras no âmbito do Turismo Rural.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DE LIMA DUARTE-MG

Este capítulo dedica-se a apresentar a região onde a pesquisa foi realizada, detalhando suas características geográficas, potencialidades históricas e atrativos turísticos. Compreender o município estudado é fundamental para analisar como suas particularidades culturais, ambientais e econômicas influenciam e são influenciadas pelo Turismo Rural. Esse olhar atento ao território permite reconhecer as oportunidades e desafios que orientam a aplicação de inovações e tecnologias sociais no contexto local.

Situado na Zona da Mata mineira, o município de Lima Duarte expressa uma forte identidade rural, cuja formação histórica, social e econômica reflete os processos de ocupação e transformação do interior de Minas Gerais. Desde o século XVIII, quando o então Arraial do Rio do Peixe começou a se desenvolver ao longo das rotas do ouro, Lima Duarte consolidou-se como um espaço de confluência entre religiosidade, agricultura e sociabilidade rural (IBGE, 2023). Sua trajetória administrativa e jurídica marcada pela elevação a distrito e posterior emancipação política, simboliza o fortalecimento de uma comunidade que soube transformar suas raízes históricas em patrimônio vivo. A criação de sua comarca, por sua vez, reafirma o papel de Lima Duarte como centro regional de referência, articulando tradições históricas e novas formas de gestão territorial.

A caracterização territorial e socioeconômica de Lima Duarte evidencia um município de grande extensão e baixa densidade populacional (IBGE, 2023). A economia local tem base na agropecuária, especialmente na produção de leite e derivados, na agricultura familiar e nas pequenas propriedades que mantêm práticas sustentáveis e comunitárias. Essa estrutura produtiva reforça os vínculos entre trabalho, natureza e identidade, consolidando a ruralidade como modo de vida e como base para o desenvolvimento endógeno. Além disso, o município vem ampliando sua relevância regional, não apenas como elo entre Juiz de Fora, Olaria e Santa Rita de Ibitipoca, mas também como território estratégico para o Turismo Rural, de natureza e de experiência, articulado por iniciativas comunitárias como a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, que promove a integração entre agricultura, meio ambiente e hospitalidade.

No campo cultural, Lima Duarte preserva um vasto patrimônio histórico e imaterial, expresso em suas igrejas centenárias, praças, festividades religiosas e práticas artesanais. As tradições do campo, como a produção de queijos e doces, os saberes locais sobre plantas medicinais e o acolhimento familiar, são expressões de uma cultura viva, que mantém a

memória coletiva e alimenta novas formas de economia solidária. O turismo, por sua vez, emerge como vetor de valorização desse patrimônio, transformando fazendas, cachoeiras e vilarejos em espaços de convivência e aprendizado. O território, composto por serras, vales, rios e parques, abriga paisagens singulares que, somados às propriedades associadas a Entre Serras, configuram um mosaico de atrativos que unem conservação ambiental, identidade cultural e inovação social.

Dessa forma, Lima Duarte consolida-se como um território de ruralidades. Suas dimensões históricas, patrimoniais e socioeconômicas se entrelaçam, permitindo compreender como o município se torna cenário para o estudo das inovações e das tecnologias sociais no Turismo Rural, refletindo um processo de desenvolvimento que é, ao mesmo tempo, sustentável, participativo e profundamente enraizado em sua cultura e em seu território.

3.1 Dimensões históricas, formação administrativa e jurídica

A história de Lima Duarte está profundamente ligada ao processo de colonização e ocupação do território mineiro durante o período colonial. Suas origens remontam ao século XVIII, quando colonos se estabeleceram às margens das estradas que levavam às regiões de mineração, formando pequenos núcleos populacionais (IBGE, 2023).

Um desses núcleos surgiu ao redor de uma capela dedicada à Nossa Senhora das Dores, erguida pela devoção dos primeiros moradores. A localidade foi inicialmente denominada Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe, em referência à padroeira da capela e ao rio que banha a região. A formação do arraial de Rio do Peixe, como era conhecido inicialmente, está associada à descoberta de faisqueiros (pequenas minas de ouro) no rio do Peixe em 1781. A notícia atraiu colonos e mineradores, e o próprio governador da capitania visitou a região, constatando a inviabilidade de impedir a ocupação (IBGE, 2023).

Diante disso, autorizou o cultivo das terras e o desenvolvimento do arraial, que passou a crescer de forma significativa. O município de Lima Duarte tem suas origens históricas ligadas à Comarca do Rio das Mortes, em São João Del Rei. Em 1791, tornou-se distrito de Rio do Peixe, subordinado a Barbacena. Em 1859, a paróquia de Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe foi criada e o distrito deixou de ser subordinado a Barbacena, sendo elevado à categoria de freguesia (Creston, 2014).

Em 1881, Rio do Peixe foi emancipado, tornando-se município, e recebeu o nome de Vila do Rio do Peixe. Três anos depois, em 1884, a vila foi elevada à categoria de cidade e passou a se chamar Lima Duarte, em homenagem a José Rodrigues de Lima Duarte, um

influyente político da época (IBGE, 2023). Esse nome permanece até os dias atuais, marcando a consolidação do município como um importante polo regional.

Em 1911, Lima Duarte já contava com quatro distritos: Lima Duarte (sede), Conceição da Ibitipoca, São Domingos da Bocaina e Santana de Garambéu. Posteriormente, foram anexados os distritos de Pedro Teixeira e Santo Antônio da Olaria, este último renomeado para Olaria em 1938. Na década de 1950, o município passou a integrar sete distritos, com a inclusão de São José dos Lopes (IBGE, 2023; LD, 2024).

Em 1962, em nova reorganização geográfica e política do estado de Minas Gerais, foi aprovada a Lei 2764, de 30 de setembro de 1962, que desmembrava de Lima Duarte e elevava à categoria de sede de município as vilas de Olaria, Santana do Garambéu e Pedro Teixeira. Lima Duarte então sofre diminuição em sua área territorial, passando a contar com os distritos da Sede (entorno da cidade), Conceição de Ibitipoca, São Domingos da Bocaina e São José dos Lopes (LD, 2024).

A situação permaneceu sem alteração até 2022, quando, pela Lei Municipal número 2090, de 20 de setembro de 2022, foram criados os distritos de Manejo e Orvalho. O município de Lima Duarte, além de sua sede, passa a contar com cinco distritos: Lima Duarte (sede), Conceição de Ibitipoca, São Domingos da Bocaina, São José dos Lopes, Manejo e Orvalho (LD, 2024).

No âmbito da formação judiciária, a comarca de Lima Duarte foi criada pela Lei Provincial nº 3.702, de 27 de julho de 1889. No entanto, sua supressão foi decretada em 1903, efetivando-se apenas em 1905. A comarca foi restaurada em 1915, pela Lei Estadual nº 663, e desde então Lima Duarte tem sido o único termo judiciário da comarca de mesmo nome. Essa estrutura foi mantida nas divisões territoriais subsequentes, consolidando-se como referência administrativa e judiciária na região (IBGE, 2023).

Diante das explanações acima, o que se observa é que a história de Lima Duarte reflete os processos de ocupação e desenvolvimento típicos do interior mineiro, marcados pela fé religiosa, pela exploração de recursos naturais e pela luta pela autonomia política. Sua trajetória administrativa e judiciária demonstra a consolidação do município como um importante polo regional, preservando sua identidade cultural e histórica ao longo dos séculos. A manutenção de sua estrutura distrital e judiciária ao longo do tempo evidencia a estabilidade e a relevância de Lima Duarte no contexto mineiro.

3.2 Importância Regional

A importância de Lima Duarte no cenário regional pode ser compreendida a partir de múltiplos fatores que vão além de sua dimensão geográfica. A localização estratégica de Lima Duarte traz benefícios significativos para o município, especialmente no que diz respeito à integração regional (Almeida, 2020; IBGE, 2023; Cidade-Brasil, 2026). Por estar bem conectado a importantes rodovias e próximo a grandes centros urbanos, o município consegue atrair investimentos e se beneficiar de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Zona da Mata Mineira (Almeida, 2020; Cidade-Brasil, 2026). Essa integração facilita, por exemplo, o acesso a recursos e programas que promovem o crescimento econômico e social da região.

Com isso, o município não apenas acompanha as dinâmicas econômicas e sociais do entorno, mas também se projeta como espaço de circulação de pessoas, mercadorias, serviços e ideias, contribuindo para o fortalecimento da identidade regional e para a consolidação de redes de cooperação e desenvolvimento.

Essa dinâmica de desenvolvimento gera impactos positivos diretos para a população. Um dos principais resultados é a criação de empregos, que fortalece a economia local e melhora a qualidade de vida dos moradores. Além disso, a proximidade com grandes cidades e a boa infraestrutura viária facilitam o escoamento de produtos agrícolas e o acesso a mercados consumidores, impulsionando setores como a agropecuária e o Turismo Rural.

A posição geográfica de Lima Duarte, no cruzamento de rodovias importantes e próximo a centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, não só facilita o acesso e a conectividade, mas também abre portas para novas oportunidades (Cidade-Brasil, 2026). O município se torna um local atrativo para o crescimento do turismo, especialmente o Turismo Rural, e para o desenvolvimento socioeconômico como um todo. Essa combinação de fatores faz de Lima Duarte uma região com grande potencial, tanto para pesquisas acadêmicas quanto para investimentos em setores estratégicos, como agricultura, pecuária e ecoturismo.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) a configuração demográfica de Lima Duarte, se constitui num total de 17.221 habitantes. Dessa população, 14.527 habitantes vivem na zona urbana, o que corresponde a 84,36%, 2.694,00 habitantes, vivem na zona rural, correspondendo a 15,64% (City Population, 2024).

A configuração demográfica de Lima Duarte, com 84,36% da população residindo na zona urbana e 15,64% na zona rural, reflete um cenário comum em muitos municípios brasileiros, onde a população na área urbana é predominante (City Population, 2024). No

entanto, essa distribuição populacional também revela oportunidades e desafios importantes para o desenvolvimento rural, turístico e econômico do município.

Apesar de a população rural representar uma parcela menor (15,64%), ela desempenha um papel fundamental na economia local, especialmente no setor agropecuário. Lima Duarte tem uma forte tradição na produção de leite e laticínios, atividades que dependem diretamente da zona rural (Santos, 2021). Investir em políticas de apoio à agricultura familiar, modernização das técnicas de produção e acesso a mercados pode fortalecer ainda mais esse setor, gerando renda e fixando as famílias no campo. Além disso, a valorização do Turismo Rural, pode abrir novas fontes de renda para os moradores da zona rural, diversificando a economia local.

Do ponto de vista econômico, além da agropecuária, Lima Duarte exerce influência no abastecimento de produtos agrícolas e pecuários para municípios vizinhos, sustentando uma cadeia produtiva que gera circulação de mercadorias e renda (IBGE, 2023). Esse dinamismo fortalece a cooperação regional e contribui para consolidar o município como um polo articulador de atividades que extrapolam seu território administrativo. A posição de Lima Duarte, portanto, deve ser entendida não apenas como um ponto de passagem, mas como espaço de articulação de fluxos econômicos, sociais e culturais que integram a Zona da Mata às regiões centrais do país (Almeida, 2020).

Outro aspecto importante da relevância regional de Lima Duarte está ligado ao papel histórico e cultural que o município desempenha. Inserido em uma região de antigas rotas de circulação comercial, utilizadas para o transporte de gado, café e outros produtos agrícolas entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, o município preserva tradições que remontam à formação do estado, expressas na religiosidade popular, nas festas tradicionais e na culinária típica (IBGE, 2023). Essas manifestações, ainda que muitas vezes vistas apenas como expressões culturais, são também fundamentais para a coesão social e para a manutenção de uma identidade compartilhada, garantindo vínculos entre gerações e entre o meio urbano e rural.

A partir desse patrimônio histórico e cultural, abre-se espaço para compreender a relevância do turismo no município. Lima Duarte se beneficia diretamente de seus atrativos naturais e da preservação de tradições locais, elementos que conferem singularidade à região. Como apontado pela Rede Ibitipoca (s/a), os atrativos incluem cachoeiras, grutas e montanhas situadas no divisor das bacias hidrográficas do Rio Grande e do Rio Paraíba do Sul, em meio a campos altimontanos e formações rochosas exuberantes.

Em 2010, o município foi oficialmente reconhecido como estruturado em quatro grandes áreas turísticas: Serra de Ibitipoca, Serra de Lima Duarte e Serra Negra da Mantiqueira,

Região dos Campos e Região dos Vales e Morros, cada uma delas reunindo roteiros capazes de atender diferentes perfis de visitantes, ao combinar elementos naturais, culturais e históricos (Rede Ibitipoca, *s/a*).

Por fim, cabe destacar que a importância regional de Lima Duarte também se manifesta na sua capacidade de articular redes de cooperação entre agentes públicos, privados e comunitários. O município tem buscado consolidar políticas voltadas ao desenvolvimento e à valorização de suas potencialidades locais, seja no campo produtivo, seja no campo social. Tais estratégias têm garantido que, mesmo diante de desafios como a concentração demográfica na área urbana ou a necessidade de modernização produtiva no campo, Lima Duarte se mantenha como ator relevante no fortalecimento regional (Almeida, 2020; IBGE, 2023).

Assim, a relevância de Lima Duarte transcende sua dimensão geográfica e demográfica: trata-se de um município que, pela sua posição estratégica, capacidade produtiva, patrimônio cultural e potencial turístico, exerce papel de destaque no contexto da Zona da Mata Mineira (IBGE, 2023; Almeida, 2020; Cidade-Brasil, 2026). É justamente essa condição de espaço integrador, onde tradição e modernidade se encontram, que permite vislumbrar o futuro do município como protagonista em processos de desenvolvimento regional.

3.3 Caracterização territorial e socioeconômica

O município de Lima Duarte, possui uma área territorial de 849 km² e uma densidade demográfica de 20,29 habitantes por km², segundo dados do IBGE (2023), índice relativamente baixo quando comparado a municípios mais urbanizados. Essa característica evidencia a presença de extensas áreas naturais e rurais, que marcam tanto a identidade do território quanto as possibilidades de seu desenvolvimento futuro. A configuração espacial de Lima Duarte permite compreender a coexistência de áreas urbanas concentradas e um espaço rural ativo, que sustenta parte importante da economia e reforça o vínculo da população com o ambiente natural.

O relevo é marcado por morros e colinas, além de formações quartzíticas que configuram as serras Negra, Serra de Lima Duarte, Serra de Ibitipoca, Serra do Cruz e Serra da Cachoeira Alegre. Essas áreas abrigam atividades produtivas agropecuárias, que condicionado a forma como o território é utilizado. Destaca-se a predominância das pastagens como principal uso do solo (Marques Neto, 2017) e a criação de gado bovino nas partes mais baixas dos vales e planaltos do Alto Rio Grande. Quando associadas a terrenos quartzíticos frágeis, essas práticas podem gerar processos erosivos em pontos específicos, exigindo maior atenção a técnicas de manejo sustentável.

A expansão da silvicultura de eucalipto constitui um fator marcante na transformação da paisagem rural, ao modificar profundamente a cobertura vegetal e gerar desafios significativos para a conservação ambiental (Marques Neto, 2017). No caso de Lima Duarte e seu entorno, observa-se que cerca de 90% das áreas destinadas à silvicultura pertencem à multinacional *Saint-Gobain*, evidenciando que essa atividade não representa uma alternativa econômica efetiva para os produtores locais. Ao contrário, trata-se de um modelo de monocultura concentrado, com reduzida participação comunitária, baixa diversificação produtiva e retornos socioeconômicos limitados para o território, o que reforça a dependência de estruturas externas e a fragilidade da economia rural local. A combinação de vales, montanhas e áreas planas explica, assim, a diversidade de usos e o mosaico de paisagens que caracteriza o município.

Do ponto de vista ambiental, Lima Duarte integra um corredor ecológico essencial da Serra da Mantiqueira, que conecta fragmentos de Mata Atlântica e áreas de preservação permanente. O território abriga vegetações variadas, como florestas, campos rupestres e campos de altitude, além de grande parte do Parque Estadual do Ibitipoca e Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, unidade de conservação de proteção integral⁵⁶ (Marques Neto, 2017). Esses ambientes sustentam elevada biodiversidade e desempenham funções ambientais fundamentais, como regulação hídrica e manutenção da fertilidade dos solos, reforçando a necessidade de práticas de conservação.

No campo produtivo, a agropecuária destaca-se como a principal base econômica do município. De acordo com o IBGE (2023), cerca de 52.615 hectares são destinados às atividades agropecuárias, distribuídos em 683 estabelecimentos. Essas unidades empregam aproximadamente 1.675 trabalhadores, dos quais 1.013 mantêm laços de parentesco com os proprietários, o que reforça a prevalência da agricultura familiar como pilar da organização social e produtiva local. Ao mesmo tempo, a presença de 662 trabalhadores sem vínculo familiar demonstra que o setor também gera ocupação formal, contribuindo para a diversificação da renda e para a fixação de mão de obra no campo. (IBGE, 2023). Essa dinâmica socioeconômica evidencia a importância da agropecuária não apenas como atividade produtiva, mas também como elemento estruturante de organização social e desenvolvimento local.

⁵⁶ Uma Unidade de Conservação de Proteção Integral é uma área protegida cujo objetivo principal é preservar a natureza, garantindo a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade com o mínimo de interferência humana. As Unidades de Proteção Integral têm regras mais rígidas, permitindo apenas atividades como: pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico controlado (dependendo da categoria).

Complementando essa análise, entre as atividades produtivas, a pecuária leiteira ocupa posição de destaque. Santos (2021) destaca a tradição consolidada de Lima Duarte na produção de leite e laticínios, setor que se configura como um dos pilares da economia rural. A produção de laticínios atende ao consumo interno e abastece mercados externos, fortalecendo a imagem do município como espaço de produção de qualidade. Nesse sentido, a diversificação de culturas agrícolas e a incorporação de técnicas modernas de manejo e processamento representam caminhos para ampliar a competitividade, ao mesmo tempo em que contribuem para a preservação dos recursos naturais e para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais envolvidas. Essa perspectiva reforça a importância de integrar saberes tradicionais ao conhecimento técnico-científico.

No plano socioeconômico, Lima Duarte revela um quadro de contrastes e complementaridades. De um lado, a maior parte da população encontra-se concentrada no espaço urbano, onde estão os serviços, a administração pública e os principais fluxos comerciais. De outro, a zona rural, embora represente uma parcela menor da população em termos demográficos, desempenha papel essencial para a manutenção da economia, da cultura e das práticas sociais que caracterizam o município (IBGE, 2023; City Population, 2024). A agricultura familiar, nesse contexto, ultrapassa a dimensão produtiva, preservando memórias, modos de vida e redes de solidariedade que atravessam gerações, configurando-se como patrimônio social do território.

Essa base agropecuária, sustentada por famílias e pequenos produtores, encontra hoje novos pontos de diálogo com outras frentes de desenvolvimento. Uma delas é o Turismo Rural, que desponta como alternativa de diversificação econômica capaz de integrar produção agrícola, valorização cultural e preservação ambiental. A sinergia entre esses setores aponta para um caminho de desenvolvimento menos concentrado e mais inclusivo, que pode gerar empregos, agregar valor à produção e fortalecer a identidade regional.

Assim, a caracterização territorial e socioeconômica de Lima Duarte revela um município que combina tradição e modernidade, onde o espaço urbano e o rural se complementam e se equilibram em torno de um patrimônio ambiental singular. Esse entrelaçamento entre território, economia e sociedade evidencia que o futuro da região depende justamente da capacidade de manter vivas suas raízes produtivas, ao mesmo tempo em que se abrem novas possibilidades de inovação. Nesse ponto, o turismo, tratado em detalhe no próximo capítulo, apresenta-se não apenas como atividade econômica complementar, mas como

oportunidade concreta de articular conservação ambiental, geração de renda e valorização cultural, ampliando o papel de Lima Duarte como referência regional.

3.4 Patrimônios históricos e culturais

A trajetória de Lima Duarte, assim como a de muitas cidades mineiras, está fortemente marcada pela fé, pela religiosidade e pela preservação de tradições que atravessam gerações. Os patrimônios históricos e culturais do município não devem ser compreendidos apenas como monumentos isolados, mas como expressões vivas da identidade local. Eles revelam a forma como a comunidade se organizou ao longo do tempo, como construiu seus espaços de convivência e como mantém, até hoje, práticas e saberes que a conectam ao passado. Nesse sentido, os bens materiais e imateriais aqui analisados se relacionam diretamente com a caracterização territorial e socioeconômica discutida anteriormente, e ao mesmo tempo apontam para o potencial turístico e cultural que será aprofundado na seção seguinte.

O patrimônio religioso de Lima Duarte constitui um dos pilares mais significativos de sua memória histórica, marcado pela construção de capelas que acompanharam o processo de colonização portuguesa em Minas Gerais. A religiosidade, nesse contexto, não se expressa apenas como devoção, mas também como elemento estruturador do espaço urbano e das relações sociais. Contudo, a ausência de documentação detalhada sobre as origens das primeiras igrejas representa um desafio para a reconstituição fiel desse passado, situação já destacada por Dom Frei Manuel da Cruz, primeiro Bispo de Mariana, ainda em 1750 (Patrimônio Cultural, 2025).

Em Lima Duarte, essa dificuldade não é diferente: registros antigos se perderam ao longo do tempo, deixando lacunas na cronologia e nas motivações de fundação de seus templos. A Matriz de Nossa Senhora das Dores, reconhecida como um dos principais patrimônios da cidade, remonta a períodos distantes, mas sua origem permanece envolta em incertezas. Há registros do Arquivo Nacional, datados de 1815, que mencionam a concessão de licenças para a construção de capelas na região, embora não haja referência direta que identifique o início da Matriz, o que torna fragmentária a reconstrução de sua história (Patrimônio Cultural, 2025).

No interior da Matriz de Nossa Senhora das Dores, encontra-se a venerada imagem da padroeira da cidade, Nossa Senhora das Dores. Doadada por volta de 1820 por Dona Maria Inácia D'Assunção, a imagem de madeira, com 1,54 metros de altura, é conhecida como "Imagem de Roca", com partes esculpidas e coberta por tecidos. Seu rosto, de traços portugueses, expressa resignação, e o punhal no peito simboliza sua devoção. Durante a Quaresma, é vestida com

trajes roxos, sendo objeto de grande veneração e considerada milagrosa. Além dela, a igreja abriga outras imagens históricas, como Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora da Conceição e Santa Luzia, além de um crucifixo e castiçais do século XIX (Marmon, 2021, Patrimônio Cultural, 2025).

A torre da Matriz, com altura equivalente a um prédio de cinco andares, abriga um relógio alemão da marca F. Krussmann & Co., restaurado em setembro de 2000. Movido por pesos e engrenagens de aço e ferro, o relógio marca as horas em um mostrador iluminado, com um detalhe curioso: há dois números XI no lugar do IX. O sino, batido por um martelo de ferro, emite sons que podem ser ouvidos a quilômetros de distância. Sua corda é um cabo de aço, puxada por um peso de vinte e cinco quilos, chega a atravessar três andares da torre por um pequeno fosso. De sete em sete dias é necessário enrolar a corda para o relógio funcionar e marcar as horas no mostrador. O comando do mecanismo aos ponteiros é feito através de uma vareta de aço de 300 cm. O relógio, que já esteve parado por anos, hoje funciona plenamente, sendo um marco histórico e cultural da cidade (Patrimônio Cultural, 2025).

A história de Lima Duarte está intimamente ligada ao ciclo do ouro, à religiosidade e às tradições rurais, deixaram marcas profundas em sua paisagem e identidade. Outro marco histórico é a Capela de São Domingos de Gusmão da Bocaina, construída no início do século XX em estilo barroco. Localizada no arraial de São Domingos, a capela foi originalmente erguida na Fazenda Cedro e, posteriormente, transportada para seu local atual. Esse processo de desmontagem e reconstrução é um exemplo da dedicação da comunidade em preservar sua herança cultural. A capela, com seu altar ornamentado e detalhes artesanais, é um símbolo da fé e da resistência das tradições locais (Ipatrimônio, 2025).

Na sede do município, destaca-se a Igreja Nossa Senhora do Rosário, foi construída no século XIX e projetada pelo arquiteto Carlos Baumgratz, inaugurada em 1988. Embora mais recente, a igreja incorpora elementos arquitetônicos que dialogam com o estilo colonial mineiro, ao mesmo tempo em que introduz traços modernos. Sua construção foi um marco para a comunidade, representando a continuidade da devoção religiosa e a modernização da cidade. Tornou-se um símbolo de fé e cultura, especialmente para a população negra, que ali celebrava festas com o congado. Reformada em 1955, destaca-se por sua beleza e acústica, sendo muito procurada para casamentos. Em 1999, foi tombada pela Prefeitura Municipal (Decreto nº 05/1999), preservando seu edifício e acervo como patrimônio histórico e cultural da cidade (Ipatrimônio, 2025).

O espaço urbano de Lima Duarte também guarda marcas do passado e da identidade local. A Praça Juscelino Kubitschek, com seu calçamento de paralelepípedos da década de 1960, é um exemplo de como o município buscou modernizar-se sem romper com suas tradições. A praça, mais do que um ponto de circulação, é um espaço de encontro e convivência, onde moradores e visitantes se reconhecem na arquitetura tradicional e na atmosfera acolhedora da cidade (Marmon, 2021). Esses elementos urbanos não podem ser dissociados dos espaços religiosos, já que juntos conformam a paisagem cultural do município: a praça como lugar de sociabilidade, as igrejas como símbolos de fé, e ambos como referências centrais para a vida comunitária.

Se os monumentos físicos contam a história através da pedra, da madeira e do ferro, o patrimônio imaterial de Lima Duarte se revela na música, nos sabores gastronômicos e nas festas que marcam o calendário local. Entre essas expressões culturais, o Queijo Minas Artesanal (QMA) ocupa lugar de destaque. Reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em 2024, o QMA carrega mais de 300 anos de tradição, sendo produzido a partir do leite cru e preservado por técnicas transmitidas de geração em geração desde o período colonial. Mais do que um alimento, ele representa a ligação íntima entre o homem, a terra e a memória coletiva (Arcanjo, 2024).

Em Lima Duarte, o queijo está profundamente associado ao modo de vida da agricultura familiar, constituindo-se não apenas como atividade econômica, mas também como expressão de identidade cultural. Essa tradição insere o município no Circuito Serras da Ibitipoca, oficialmente reconhecido pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), que reúne 15 municípios, entre eles Lima Duarte, Santa Rita do Ibitipoca, Bom Jardim de Minas, Andrelândia, Bias Fortes e Santana do Garambéu, onde o clima serrano, o relevo montanhoso e as tradições seculares conferem singularidade ao queijo (Machado, Oliveira e Faria, 2025).

O circuito valoriza o *terroir*⁵⁷ local, a interação entre relevo, clima serrano, práticas tradicionais e saberes acumulados, que confere singularidade ao produto e reforça sua importância histórica, social e cultural (Machado, Oliveira e Faria, 2025). Em Lima Duarte, a

⁵⁷ *Terroir* é um conceito de origem francesa que designa a identidade geográfica de um produto, resultante da interação entre fatores naturais, como solo, clima, relevo e vegetação e fatores humanos, como saberes tradicionais e técnicas transmitidas ao longo das gerações. Essa combinação singular confere características próprias de sabor, aroma e textura a alimentos como vinhos e queijos, de modo que cada região imprime uma marca única em sua produção. No caso do Queijo Minas Artesanal, o *terroir* explica por que variedades produzidas em diferentes localidades, como Canastra, Serro ou Serras da Ibitipoca, apresentam identidades sensoriais distintas, ainda que compartilhem o mesmo processo básico de fabricação (Machado, Oliveira e Faria, 2025).

tradição queijeira não se limita à produção: ela está profundamente associada ao modo de vida da agricultura familiar, constituindo-se como expressão cultural que sustenta famílias, fortalece vínculos comunitários e dialoga com outras dimensões do desenvolvimento regional, como o turismo gastronômico (Machado, Oliveira e Faria, 2025). Mais adiante, serão apresentadas duas propriedades da Entre Serras que exemplificam essa vivência, demonstrando como o QMA contribui para a valorização do território e para a preservação da memória cultural local.

Lima Duarte é um exemplo de como história, cultura e natureza podem se entrelaçar para criar uma identidade única. Seus patrimônios históricos, como as igrejas e o calçamento de paralelepípedos, contam a história de uma comunidade que valoriza suas raízes e tradições. Ao mesmo tempo, a produção do queijo minas artesanal e a presença do Parque Estadual do Ibitipoca reforçam a importância da preservação cultural e ambiental. Esses patrimônios não são apenas testemunhos do passado, mas também pilares para o futuro. Eles atraem turistas, geram renda e fortalecem o orgulho local, mostrando que a história e a cultura são fundamentais para o desenvolvimento local.

3.5 Potencial Turístico de Lima Duarte

O município de Lima Duarte, destaca-se pelo seu expressivo potencial turístico. Localizado no sopé da Serra da Mantiqueira, apresenta uma geografia marcada por relevos montanhosos, remanescentes da Mata Atlântica e extensões de campos altimontanos e rupestres, elementos que conferem ao território um cenário natural diversificado e altamente favorável ao desenvolvimento do turismo de natureza. Esse patrimônio ambiental se alia à riqueza cultural e à variedade de experiências oferecidas, compondo uma oferta turística singular dentro do estado.

Nos últimos anos, o município passou por uma reorganização administrativa que ampliou para seis o número total de distritos: Lima Duarte (sede), Conceição de Ibitipoca, São Domingos da Bocaina, São José dos Lopes, Manejo e Orvalho (LD, 2024). Essa configuração evidencia que os atrativos do município estão distribuídos em todo o território, integrando áreas naturais, históricas e rurais, e não apenas concentrados na sede ou no entorno imediato do parque.

Diante desse cenário, este estudo busca descrever os principais atrativos turísticos de cada distrito de Lima Duarte, de modo a revelar o mosaico de experiências que compõem o potencial turístico do município. Essa abordagem permite não apenas evidenciar a diversidade de paisagens e patrimônios presentes no território, mas também valorizar a ruralidade, que se expressa na agricultura familiar, na hospitalidade simples das comunidades e na produção

artesanal, sem, contudo, restringir comentários críticos sobre os dilemas e desafios que acompanham esse processo de valorização turística. Lima Duarte se apresenta como um destino múltiplo, capaz de atender a diferentes nichos, do ecoturismo ao turismo de luxo, do Turismo Rural às experiências culturais e justamente por essa diversidade emergem contradições que precisam ser evidenciadas.

Assim, a análise dos distritos permitirá compreender não apenas as potencialidades do turismo em Lima Duarte, mas também as contradições e tensões que atravessam o território: entre conservação e exploração, inclusão e exclusão, turismo de massa e experiências de nicho. Ao detalhar alguns dos principais atrativos de cada distrito, busca-se construir um olhar crítico que contribua para a formulação de estratégias mais responsáveis e equitativas de desenvolvimento turístico no município.

a) Conceição de Ibitipoca

Entre os distritos de Lima Duarte, Conceição de Ibitipoca é o mais representativo em termos turísticos, pois abriga o Parque Estadual do Ibitipoca (PEI), criado em 04 de Julho de 1973 pela Lei Estadual nº 6.126, que transferiu suas terras, aproximadamente 1.488 hectares, ao Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF) (IEF, 2016). Desde sua criação, o parque consolidou-se como uma das áreas mais emblemáticas de conservação ambiental e visitação do estado, reunindo ecossistemas singulares e um patrimônio cultural de grande relevância histórica (Nummer *et al.*, 2012).

Localizado a cerca de 3 km da vila de Conceição de Ibitipoca, o PEI oferece um conjunto de atrativos que inclui trilhas, mirantes, grutas, cachoeiras e os roteiros naturais de águas e formações rochosas, que fazem dele um dos destinos mais procurados de Minas Gerais. É relevante citar a diversidade de atrativos do PEI, organizados em três circuitos principais:

- Circuito da Janela do Céu, este é o mais famoso e mais exigente em termos de percurso. Inclui pontos como Cruzeiro, Gruta da Cruz, Lombada (ponto mais alto do parque, com 1.784 metros, de onde se obtém vista de 360° em dias limpos), Gruta dos Fugitivos, Gruta dos Três Arcos, Gruta dos Moreiras, Cachoeirinha, Rio Vermelho e a Janela do Céu. O ponto alto da caminhada é a Janela do Céu. O percurso de ida e volta pode atingir cerca de 16 a 18 km, com duração média de 6 a 8 horas para quem percorre com rigor (Agência Minas, 2023; Ibitipocando, 2025).
- Circuito das Águas, mais leve, porém repleto de encantos, este circuito permite conhecer cachoeiras, poços, grutas e outras formações interessantes. Entre os atrativos desse

roteiro estão a Cachoeira dos Macacos, a Ponte de Pedra, o Poço Dourado, o Lago das Miragens, a Gruta dos Gnomos, a Raia das Ninfas e o Lago Negro, entre outros. O percurso é ideal para quem busca contato mais suave com a natureza e possibilidades de banho em poços (Agência Minas, 2023; Ibitipocando, 2025).

- Circuito do Pico do Pião, de grau moderado, inclui passagens por grutas como a Gruta dos Monjolinhos, Gruta do Pião, além da subida ao Pico do Pião para vistas panorâmicas. (Minas Gerais, 2025; Ibitipocando, 2025).

Os roteiros do Parque Estadual do Ibitipoca, aliados à singularidade de sua paisagem marcada pelos campos rupestres e pelas águas amarronzadas, ricas em matéria orgânica, conferem-lhe a posição de um dos destinos mais visitados de Minas Gerais (Agência Minas, 2023).

Sua criação, em 1973, transformou profundamente o distrito de Conceição de Ibitipoca, que passou a se destacar como referência em hospitalidade, gastronomia. Formada ainda no período colonial, a vila conserva até hoje seu casario típico, a matriz religiosa de Nossa Senhora da Conceição, erguida nos séculos XVIII e XIX, ocupa posição central no núcleo urbano da vila e é um ponto de visitação e uma identidade fortemente vinculada à ruralidade local (Ibitipoca, 2025). Essa herança histórica e cultural, somada ao dinamismo introduzido pelo turismo, explica por que o distrito se consolidou como um dos polos mais expressivos do município de Lima Duarte e do estado.

Atualmente, a economia de Conceição de Ibitipoca gira em grande parte em torno do turismo, sustentada por uma rede diversificada de pousadas, restaurantes, guias e pequenos comércios que se articulam para atender ao fluxo constante de visitantes. A vila, como ponto de apoio, oferece ao turista ruas charmosas, cafés, restaurantes, pousadas e uma gastronomia regional reconhecida pela autenticidade de sabores.

Essa realidade local conecta-se a um debate mais amplo. O turismo em Lima Duarte apresenta contradições que evidenciam tanto seu potencial quanto seus dilemas.

A reflexão sobre a importância das áreas protegidas, ressaltada pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB) desde 1992 e reafirmada pelo *Protected Planet Report* (UNEP, 2021), é essencial para compreender os desafios que se apresentam no território. O documento enfatiza que, diante da intensificação das pressões sobre espécies e ecossistemas, a conservação da biodiversidade não pode ser negligenciada, pois constitui condição para a saúde, o bem-estar humano e a própria garantia de futuro da humanidade.

No entanto, como observa Irving, Lima e Nasri (2022) e Irving (2025), embora a cobertura global de áreas protegidas tenha avançado, a qualidade da gestão permanece insuficiente, sobretudo em países mega diversos como o Brasil, onde se multiplicam disputas narrativas sobre o uso da terra, nas quais interesses econômicos, conservação ambiental e direitos sociais entram em conflito.

O Parque Estadual do Ibitipoca, principal atrativo turístico de Lima Duarte, adota desde a década de 1990 um sistema de controle de visitantes. De acordo com a Agência Minas (2019) e informações atualizadas do próprio Parque Estadual de Ibitipoca (2025), a capacidade de visitação foi redefinida a partir de um acordo entre o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Ministério Público. Inicialmente limitada a 600 pessoas por dia, essa capacidade foi ampliada em 2019 para 1.000 visitantes diários. Além disso, o parque mantém uma restrição específica no Circuito Janela do Céu, que recebe no máximo 240 pessoas por dia, medida necessária para garantir a preservação ambiental e a segurança dos usuários.

O aumento da capacidade de visitação do Parque Estadual do Ibitipoca, de 600 para 1.000 visitantes por dia, atende à demanda crescente e gera maior circulação econômica no território, mas também evidencia dilemas. Se, por um lado, a medida amplia o acesso e reduz a frustração de parte dos turistas que ficavam excluídos, por outro, reforça a pressão sobre ecossistemas frágeis, já bastante sensíveis ao pisoteamento, à erosão e ao descarte inadequado de resíduos.

Esse paradoxo mostra que, mesmo com a limitação numérica e com a restrição do Circuito Janela do Céu a 240 pessoas por dia, os problemas de manejo persistem e tendem a se agravar em períodos de alta temporada. A ampliação de vagas não resolve as disputas pelo acesso, mas desloca o problema para a qualidade da experiência e para a resiliência ambiental do parque. Essa contradição confirma a reflexão de Irving, Lima e Nasri (2022), para quem as áreas protegidas no Brasil enfrentam um embate contínuo em que a pressão da demanda turística pode transformar políticas de preservação em concessões de mercado, fragilizando a função socioambiental dos territórios.

Ao mesmo tempo, o distrito de Conceição de Ibitipoca, que abriga a entrada do parque, experimenta um processo de elitização. A valorização imobiliária e a expansão de pousadas de luxo transformaram a vila em um espaço voltado a um público restrito, de maior poder aquisitivo, empurrando moradores tradicionais para áreas periféricas ou rurais. Esse processo, caracterizado pela literatura como gentrificação, reorganiza o espaço a partir da lógica mercadológica, substituindo práticas comunitárias por um turismo seletivo, que intensifica

desigualdades e descaracteriza a vida local. Assim, enquanto o parque opera sob um modelo de turismo de massa controlado, a vila caminha em direção a um turismo elitista, revelando duas faces de um mesmo destino que enfrenta tanto a pressão da demanda quanto a exclusão social.

Para além do Parque e da vila, existe também a Serra da Rancharia, localizada no município de Lima Duarte, constitui um dos atrativos de maior autenticidade, combinando patrimônio natural e cultural. O roteiro conhecido como Rancharia 4x4 leva visitantes ao topo da serra, também chamado de “Topo do Mundo”, às cachoeiras que compõem o conjunto hidrográfico local e ao tradicional vilarejo de Rancharia. Essa experiência alia aventura, contemplação e contato com a memória histórica da região, reforçando a diversidade da oferta turística municipal (Minas, 2025b).

O vilarejo de Rancharia é considerado um dos mais antigos núcleos de ocupação de Lima Duarte, situado no distrito de Conceição de Ibitipoca. Sua origem remonta ao final do século XVIII, quando servia de pouso para tropeiros que percorriam a rota entre São João del-Rei e o Rio de Janeiro. Esses ranchos deram nome ao povoado, que manteve ao longo dos séculos a função de entreposto e de espaço de sociabilidade rural. Em 1947, consolidou-se como centro religioso da comunidade com a construção da Igreja de São Sebastião, em estilo colonial, edificada sobre uma colina e rodeada por um pequeno conjunto de casas. A simplicidade arquitetônica, marcada pela fachada com duas janelas e porta central, expressa tanto a fé popular quanto a continuidade das tradições (Minas, 2025b).

Nesse contexto, o fortalecimento de atrativos alternativos, como a Serra da Rancharia, ganha importância estratégica. Esse território, marcado por memórias do tropeirismo e pela presença da agricultura familiar, oferece roteiros que integram natureza, cultura e história, descentralizando o fluxo de visitantes e diminuindo a pressão sobre o parque. Diferente da vila elitizada, a Rancharia mantém vínculos comunitários e práticas de hospitalidade simples, aproximando o turismo da realidade rural e ampliando os benefícios para a população local.

Essa descentralização aponta para um caminho de equilíbrio, no qual o turismo pode se articular à preservação ambiental e à inclusão social, evitando que Lima Duarte oscile apenas entre um modelo de massa controlada e uma experiência elitizada. A Rancharia exemplifica a possibilidade de alinhar turismo, cultura e ruralidade em uma lógica próxima ao que a UNEP (2021) defende como repartição de benefícios e equidade social: um turismo que não expulsa, mas mantém famílias no campo, preserva modos de vida e oferece experiências mais genuínas.

Já o Ibiti Projeto é um empreendimento turístico e socioambiental localizado nas proximidades do Parque Estadual do Ibitipoca. Ele atua em uma faixa de aproximadamente 6

mil hectares de área de Mata Atlântica, onde desenvolve iniciativas de preservação, regeneração (*Rewilding*)⁵⁸ e experiencição, com forte ênfase no conceito de exclusividade e bem-estar (Ibiti Projeto, 2024).

Historicamente, O Ibiti Projeto tomou corpo a partir da aquisição da Fazenda do Engenho por seus idealizadores, e transformou essa base em empreendimento de hospedagem (Engenho *Lodge*, Ibiti *Village*, opções *Remote*) e vivências imersivas em meio à natureza (Ibiti Projeto, 2024). Suas hospedagens são apontadas como luxo, por vezes com diárias elevadas, e por garantir experiências exclusivas como jantares em grutas, gastronomia regional cuidadosamente elaborada (Brum, 2025).

O Ibiti se posiciona como um projeto experimental de turismo regenerativo: busca resgatar o equilíbrio ecológico, revitalizar ecossistemas e promover iniciativas junto às comunidades, ao mesmo tempo que mantém uma proposta de mercado premium (Ibiti Projeto, 2024). Em seu site, menciona o processo de “*rewilding*” e desenvolve “projetos socioambientais”, “revitalização da fauna e flora nativas” e “comuniversidade” (comunidade + universidade) como parte de sua missão (Ibiti Projeto, 2024).

Sua proposta de unir regeneração ambiental, hospedagens de luxo e experiências exclusivas encontra expressão não apenas na infraestrutura construída, mas também na realização de eventos diferenciados que reforçam a marca de “luxo sustentável”. Entre eles, destacam-se programações especiais como o Ibiti *Vegan Summit*, que reúne gastronomia temática, palestras e atividades imersivas em meio à natureza, além de concertos semanais de piano no Ibiti *Village*, que buscam criar um ambiente culturalmente sofisticado para os hóspedes. Soma-se ainda o Ibiti *Rise*, evento de réveillon que mistura hospitalidade premium, experiências de bem-estar e celebrações em cenários naturais cuidadosamente preparados. Entretanto, o caso mais paradigmático é o Muriqui *Sounds*, festival que combina música eletrônica e paisagem natural em jornadas exclusivas (Ibiti Projeto, 2025e, Muriqui *Weekend*, 2025).

⁵⁸ “*Rewilding*” é um termo que vem sendo usado bastante nos debates sobre conservação e turismo sustentável. De forma simples, ele significa restaurar ecossistemas e permitir que a natureza recupere sua dinâmica original. A ideia é dar condições para que espécies nativas voltem a habitar certos territórios, que áreas degradadas se regenerem e que os processos naturais (como o ciclo da água, a regeneração da vegetação e a presença de predadores de topo de cadeia) sejam restabelecidos. O conceito nasceu na ecologia e tem sido aplicado em várias regiões do mundo, por exemplo, reintroduzindo animais extintos localmente, como lobos ou grandes herbívoros, para que ajudem a equilibrar os ecossistemas. No Brasil, ele vem sendo usado em projetos de restauração da Mata Atlântica, como é o caso do Ibiti Projeto, em Lima Duarte, que se apresenta como uma iniciativa de *rewilding* em 6 mil hectares de área, com ações de regeneração da fauna e flora e integração com práticas de turismo de natureza.

Por outro lado, a partir das experiências vivenciadas no campo, o turismo em Lima Duarte é atravessado por tensões que se revelam com nitidez quando se analisa o papel do Ibiti Projeto. O empreendimento se apresenta como um exemplo de turismo de luxo com apelo socioambiental. De fato, suas ações de preservação da Mata Atlântica, recuperação de fauna e flora e oferta de projetos comunitários são relevantes e inserem o Ibiti no debate global sobre sustentabilidade. Contudo, a forma como esses objetivos se articula com práticas turísticas exclusivas, hospedagens premium, experiências altamente seletivas, jantares em grutas e retiros privados, desloca o sentido da conservação para uma lógica mercadológica, em que a natureza se torna um produto de consumo restrito a visitantes de alto poder aquisitivo.

Essa contradição é acentuada por eventos e programações que reforçam isso, como a realização de festivais de música eletrônica em áreas de regeneração da Mata Atlântica. Embora apresentados como experiências inovadoras de integração entre cultura e natureza, esses eventos carregam um paradoxo: ao mesmo tempo em que projetam o Ibiti em circuitos internacionais de turismo e possibilita que experiências sejam vivenciadas, fragilizam o discurso da conservação ao introduzir pressões sonoras e fluxos artificiais em ecossistemas delicados.

Outro ponto crítico refere-se à relação com a população de Lima Duarte. O marketing de “luxo sustentável” aproxima o Ibiti das agendas globais de biodiversidade e turismo regenerativo, mas, na prática, ele tende a contribuir para processos de elitização e gentrificação do território. O distrito de Conceição de Ibitipoca já vive uma valorização imobiliária intensa, que expulsa moradores tradicionais para áreas periféricas ou rurais. O Ibiti, ao consolidar-se como um destino premium, reforça essa dinâmica, pois pode deslocar a centralidade do turismo da vila para um espaço fechado, cujos benefícios econômicos e simbólicos ficam concentrados em um público seletivo e não no conjunto da comunidade. Em vez de democratizar o acesso aos bens ambientais e culturais, o Ibiti os transforma em mercadoria de nicho, podendo aprofundar desigualdades sociais e descaracterizar práticas culturais locais.

Dessa forma, o Ibiti Projeto exemplifica as ambiguidades do turismo contemporâneo: ao mesmo tempo que investe em regeneração ecológica e promove algumas iniciativas comunitárias, opera dentro de uma lógica que naturaliza a exclusão, associando sustentabilidade a um privilégio de mercado. Essa seletividade questiona o sentido da preservação como um bem coletivo e revela os limites de um modelo de turismo que se constrói mais como vitrine internacional de “luxo consciente” do que como estratégia de desenvolvimento local. O desafio, portanto, não está apenas em reconhecer as conquistas ambientais do projeto, mas em

problematizar a quem elas servem e em que medida dialogam com os moradores que historicamente constituíram o território.

Em síntese, se o Parque Estadual do Ibitipoca representa o turismo de massa controlado e a Serra da Rancharia aponta para alternativas comunitárias e inclusivas, o Ibiti Projeto simboliza uma terceira via, marcada pela exclusividade, pelo deslocamento da cultura local e pela concentração de benefícios em um público restrito. Essa combinação, ainda que atrelada as ações de regeneração, precisa ser lida criticamente como parte dos dilemas mais profundos do turismo em áreas protegidas no Brasil: a disputa entre conservação, equidade social e mercantilização da natureza.

O desafio, como lembram UNEP (2021) e Irving (2025), está em pensar políticas públicas e formas de governança que articulem esses elementos de maneira integrada, garantindo que a biodiversidade, a cultura local e os direitos das populações não sejam subordinados à lógica mercadológica, mas sim reconhecidos como pilares de um turismo verdadeiramente sustentável.

b) São Domingos da Bocaina

No distrito de São Domingos da Bocaina, destaca-se o Corte Fundo, que reúne elementos de memória, paisagem e um dos marcos históricos mais expressivos da região, resultado de uma obra ferroviária iniciada em 1939. O objetivo era abrir um ramal da Ferrovia Central do Brasil, ligando Lima Duarte a Bom Jardim de Minas e conectando a produção agrícola e mineral do interior mineiro às grandes rotas nacionais. Escavado manualmente em rocha bruta, com uso de ferramentas simples e explosivos rudimentares, o corte guarda ainda hoje as marcas das picaretas em suas paredes, testemunhos do trabalho braçal empregado. A obra sofreu sucessivas paralisações ao longo da década de 1950 e foi definitivamente abandonada após a morte de Getúlio Vargas, em 1954, sem que os trilhos fossem assentados. Com isso, o espaço foi posteriormente convertido em estrada de rodagem, utilizada por moradores da zona rural (Silva, 2021).

Pesquisas recentes como por exemplo, Machado *et al.*, (2025), destacam que a regeneração natural recompôs parte da Mata Atlântica em torno da fenda, criando um microclima peculiar e favorecendo espécies nativas. O uso turístico, em grande medida orientado por moradores e propriedades locais, é caracterizado por práticas de baixo impacto ambiental, com limitação espontânea de visitantes e estímulo ao respeito pelo silêncio e pela contemplação da paisagem. Muitos visitantes atribuem ao local um caráter místico, tratando-o

como “catedral natural” ou “santuário ecológico”, o que reforça a dimensão simbólica e espiritual da experiência (Machado *et al.*, 2025).

Além da contemplação e do turismo de natureza, o Corte Fundo tornou-se também ponto de referência para o cicloturismo e o turismo de aventura. Seu entorno, marcado por trilhas de dificuldade moderada, atrai ciclistas, caminhantes e fotógrafos interessados tanto no desafio esportivo quanto na observação geológica das formações expostas. Esse movimento conecta o local a práticas contemporâneas de turismo ativo, em que o patrimônio natural e cultural se alia ao lazer ao ar livre. A valorização cultural do espaço, por sua vez, é reforçada pelas narrativas orais da comunidade, que preservam a memória dos trabalhadores envolvidos na abertura da passagem e das vidas perdidas durante a obra, simbolizadas pelas cruzes fincadas no solo (Silva, 2021; Machado *et al.*, 2025).

Dessa forma, o Corte Fundo ilustra como uma obra ferroviária inacabada se converteu em recurso turístico, combinando memória, natureza e práticas comunitárias, ressignificando a história da região e fortalecendo a identidade de Lima Duarte. Apesar de sua imponência paisagística e relevância cultural, carece de infraestrutura adequada, de medidas de segurança e de ordenamento oficial, o que deixa sua visita sob responsabilidade quase exclusiva da comunidade local.

Outro atrativo é a Cachoeira do Cedro, uma das opções naturais de visita, situada no povoado de Souza do Rio Grande, numa propriedade privada (fazenda do Cedro) (Minas, 2025c). O que chama atenção na Cachoeira do Cedro é a qualidade da água, límpida, porém com tonalidade levemente ferruginosa, resultado da coloração avermelhada das rochas que lhe servem de base e sua estrutura de lago e prainha de areia quartzíaca, que convidam ao banho e ao lazer tranquilo.

A Cachoeira do Cedro por sua vez, se encontra em propriedade particular, a Fazenda do Cedro, e o acesso é aberto e gratuito ao público. Essa abertura, embora favoreça a visita, também tem gerado problemas relacionados ao descarte inadequado de lixo e à ausência de controle da capacidade de carga, comprometendo a conservação ambiental do local.

A “Pedra que Equilibra”, por sua vez, é uma formação rochosa singular, cujo posicionamento transmite a impressão de estar em equilíbrio, tornando-se um importante ponto de referência paisagística e de contemplação. Localizada na mesma área da fazenda, dentro de sua área de reserva legal, integra o conjunto das Pedreiras do Souza, atualmente tombado pelo Conselho do Patrimônio Cultural de Lima Duarte, e compõe, junto à Cachoeira do Cedro, um

dos roteiros naturais e culturais mais emblemáticos do distrito, atraindo visitantes pela beleza cênica e pelo valor geológico e patrimonial da região (Minas, 2025c; Ineslebuhan, 2020).

Embora possua forte apelo visual, permanece apenas como referência em trilhas informais, sem estrutura de apoio ou valorização institucional. Esses aspectos negativos evidenciam a ausência de planejamento público e de políticas voltadas para ordenar o uso desses atrativos, resultando em fragilidade na gestão turística e na dificuldade de conciliar conservação, acesso e desenvolvimento local.

Outro atrativo é a Serra da Cachoeira Alegre configura-se como uma das serras de relevo expressivo e paisagístico no entorno do distrito de São Domingos da Bocaina, integrando o conjunto de serras da região das Serras de Ibitipoca. Por ela, passa a trilha transmantiqueira. Ela é parte integrante de trilhas de travessia (*trekking*) que aparecem registradas em plataformas como o *Wikiloc*, em percursos de cerca de 10,98 km, com desnível positivo de 682 m, classificada como de dificuldade moderada, e com pontos de topo acima de 1.300 m de altitude (*Wikiloc*, 2025). Do alto da cumeeira da Serra da Cachoeira Alegre, avistam-se paisagens amplas sobre o vale do Rio do Peixe, além de visual para formações montanhosas vizinhas, compondo um mirante natural valorizado por praticantes de trekking e de travessias de longa extensão (*Wikiloc*, 2025).

A Serra da Cachoeira Alegre, ainda marcada pela informalidade das trilhas e pela ausência de infraestrutura mínima, poderia atuar como um importante vetor de descentralização da demanda turística, contribuindo para reduzir a pressão sobre o Parque Estadual de Ibitipoca. No entanto, sem sinalização adequada, regulação ambiental, o local ainda se mantém como um espaço de acesso limitado a aventureiros e moradores da região. Atualmente, a serra integra o conjunto de roteiros promovidos pela Reserva de aluguel de temporada (um exemplo é a *@casaluzdocampo*), o que tem ampliado sua visibilidade e inserção nos roteiros turísticos de natureza e bem-estar, embora ainda demande planejamento e manejo adequados para garantir sua sustentabilidade.

Tem também a Serra do Cruz, localizada na divisa entre Lima Duarte e municípios de Bom Jardim de Minas e Olaria, desponta como formação montanhosa de relevo expressivo, com seus pontos culminantes chegando a cerca de 1.695 metros de altitude (Minas, 2025d). Parte desse maciço geográfico compõe o território do distrito de São Domingos da Bocaina, integrando-se ao conjunto de serras que moldam as paisagens locais (Minas, 2025d).

Essa serra reúne elementos naturais marcantes: remanescentes de mata nativa, campos de altitude e formações rupestres, além de cânions e cachoeiras vinculadas ao seu entorno. Há

registros de trilhas que acessam o “Pico da Capoeira Grande e Pontão, Serra do Cruz”, rota de trekking de cerca de 6,35 km (ida e volta) com desnível, com recomendações de que seja solicitada autorização para atravessar propriedades privadas no trajeto (*Wikiloc*, 2025). Como atrativo turístico, a Serra do Cruz costuma ser frequentada por montanhistas e aventureiros que buscam experiências de contemplação, caminhada em ambientes naturais e conexão com panoramas elevados (Minas, 2025d).

A crítica à Serra do Cruz, construída a partir das experiências de campo, evidencia que, apesar de seu expressivo potencial paisagístico, ambiental e cultural, o território permanece à margem das políticas e do planejamento turístico institucional. Essa invisibilização amplia o risco de que a área permaneça subutilizada ou, em sentido oposto, venha a ser apropriada por iniciativas orientadas exclusivamente ao turismo de alto padrão, que tendem a restringir o acesso, concentrar benefícios e fragilizar os vínculos da população local com o território.

Parte da área, inclusive, já pertence ao mesmo proprietário do Ibiti Projeto, onde foi instalada uma pista de pouso privada, o que reforça as preocupações quanto à privatização dos espaços naturais e à limitação do acesso público a um patrimônio que poderia ser integrado de forma mais inclusiva ao desenvolvimento turístico regional. Portanto, observa-se que a falta de uma política de diversificação turística perpetua a desigualdade territorial, desperdiça recursos naturais e culturais e fragiliza o desenvolvimento sustentável.

Integrar espaços como a Cachoeira Alegre e o Cruz a uma estratégia municipal mais ampla significaria não apenas ampliar o leque de atrativos, mas também democratizar os benefícios do turismo, preservando identidades locais e fortalecendo a ruralidade. O que se observa é que o distrito de São Domingos da Bocaina reúne atrativos de grande valor natural e histórico, mas também enfrenta limitações significativas que comprometem seu pleno aproveitamento turístico.

c) São José dos Lopes

O distrito de São José dos Lopes, é um espaço onde a ruralidade se manifesta de forma intensa e cotidiana, seja na organização comunitária, seja na valorização de práticas culturais e sociais. A vida simples, marcada pela agricultura familiar, pela hospitalidade e pelas relações de vizinhança, encontra nos atrativos locais um canal de expressão e fortalecimento de identidades. Dois exemplos emblemáticos dessa vivência são a Casa do Sol e a Capela de São José, que ocupam lugar central no cotidiano da comunidade.

A Casa do Sol funciona como um verdadeiro polo cultural e social. Ali, moradores e visitantes encontram atividades diversas que vão desde o artesanato, representado pelo projeto Linhas de Minas, até experiências formativas e artísticas, como oficinas de informática, capoeira e yoga. Aos sábados, o espaço ganha ainda mais vitalidade com o Projeto Pôr do Sol, que reúne shows culturais e apresentações musicais em um ambiente de confraternização. Além disso, o café com broa e o brechó comunitário reforçam a ideia de que a Casa do Sol é um ponto de encontro, onde tradição e contemporaneidade se articulam em favor da valorização local (Casa do Sol, 2025).

Já a Capela de São José é o marco religioso e histórico do distrito. Construída como referência espiritual, sua presença ultrapassa a função litúrgica: é espaço de sociabilidade, de celebração coletiva e de preservação de memórias. As festas do padroeiro mobilizam a comunidade, reunindo famílias locais e visitantes em momentos que combinam religiosidade, cultura popular e solidariedade. A capela, junto à Casa do Sol, revela como o distrito de São José dos Lopes articula patrimônio material e imaterial, fortalecendo vínculos comunitários (Rádio Catedral, 2020).

Contudo, apesar de seu potencial, poucos são os registros de turismo no local, e os atrativos ainda se estruturam de forma muito dependente do esforço comunitário, sem o devido apoio de políticas públicas consistentes. A ausência de investimentos em infraestrutura, divulgação e integração com roteiros oficiais de Turismo Rural limita o alcance das iniciativas locais e restringe a participação dos moradores nos benefícios econômicos mais amplos do turismo municipal. Se por um lado a Casa do Sol e a Capela demonstram a força da organização comunitária, por outro revelam a fragilidade de uma política que ainda concentra esforços quase exclusivamente no Parque Estadual do Ibitipoca. O desafio, portanto, é transformar esses núcleos em pontos estratégicos de um Turismo Rural articulado, em que a gestão pública reconheça a importância da ruralidade e garanta condições para que ela se traduza não apenas em memória e identidade, mas também em inclusão social e geração de renda.

d) Orvalho

A Estação Ferroviária de Orvalho, embora hoje seja apenas um vestígio do passado, carrega em suas paredes e trilhos abandonados, uma memória coletiva, ressignificada no presente. O Ramal de Lima Duarte foi aberto ao tráfego em 1914 e alcançou sua extensão máxima em 1926, quando chegou até a cidade de Lima Duarte, somando 56 km de trilhos desde Juiz de Fora. A expectativa era de que a ferrovia chegasse até Bom Jardim de Minas, conectando

a região a importantes redes nacionais, mas o projeto nunca foi concluído. Apesar dessa limitação, durante algumas décadas o ramal cumpriu um papel essencial, escoando a produção agrícola local e servindo como ponto de passagem de passageiros que saíam dos distritos rumo a Juiz de Fora e ao Rio de Janeiro (Patrimônio Cultural de Lima Duarte, 2012; Estação Ferroviária do Brasil, 2020).

Esse período representou uma fase de entusiasmo para a comunidade, que via na ferrovia a oportunidade de integração e progresso. A Estação de Orvalho tornou-se referência local, funcionando como porta de entrada e saída para moradores e viajantes, além de ponto de sociabilidade para a população. Com o tempo, porém, a falta de investimentos e as sucessivas paralisações resultaram em seu abandono. Nos anos 1960, o transporte ferroviário entrou em declínio e, em 1974, o ramal foi oficialmente extinto, substituído pelo transporte rodoviário, que se tornou prioridade nacional (Patrimônio Cultural de Lima Duarte, 2012; Estação Ferroviária do Brasil, 2020).

Hoje, a estação revitalizada abriga funções comunitárias relevantes, como o ponto de apoio dos Correios e a sede da associação de moradores do bairro, conforme previsto pelo decreto nº05/97 da Prefeitura de Lima Duarte (Lima Duarte, 2025). Ainda assim, limitações persistem: o espaço carece de infraestrutura básica, como forro sob as telhas para evitar a sujeira de pombos, e não pode abrigar atividades comerciais, o que restringe seu uso e impede que exerça papel mais ativo no turismo cultural.

Algumas ponderações devem ser mencionadas. A Estação Ferroviária de Orvalho e o antigo Ramal de Lima Duarte representam um exemplo claro da descontinuidade das políticas públicas e da falta de visão estratégica para o interior mineiro. Projetos que nasceram carregados de entusiasmo e expectativas de progresso foram interrompidos por interesses políticos e pela ausência de investimentos sustentados, deixando comunidades como Orvalho e distritos vizinhos em um ciclo de isolamento econômico. O abandono da ferrovia nos anos 1970, em favor do transporte rodoviário, reflete um modelo de desenvolvimento pouco inclusivo, que privilegiou áreas mais ricas e urbanizadas, marginalizando municípios periféricos. O resultado foi a perda de um patrimônio histórico e cultural que poderia ter sido preservado e transformado em vetor de desenvolvimento turístico e cultural muito antes das ações recentes de revitalização.

Mesmo com as reformas realizadas em 2011 e 2020, a Estação ainda não foi plenamente integrada às estratégias de turismo e memória ferroviária de Lima Duarte. Embora hoje abrigue serviços como os Correios e a associação de moradores, o espaço segue subaproveitado diante

do potencial que possui para dinamizar a economia local e fortalecer a identidade comunitária. Entre os entraves, destacam-se a ausência de um forro sob as telhas, que permite a entrada de sujeira trazida por pombos, e a impossibilidade legal de abrigar atividades comerciais, o que limita seu uso cotidiano. Nesse cenário, a estação permanece reduzida a funções básicas, quando poderia se consolidar como um polo cultural, capaz de receber exposições permanentes, eventos educativos e atividades de valorização da história ferroviária, articulando-se de forma mais efetiva aos roteiros turísticos e à vida comunitária do município.

Um outro atrativo é o Autódromo Internacional Potenza é um dos maiores empreendimentos privados do setor automobilístico no interior do estado. Concebido em 2014 e inaugurado parcialmente em 2019, o Potenza surgiu a partir da iniciativa do piloto Givanildo Massardi, que buscou suprir a ausência de autódromos modernos na região sudeste (Baumgratz, 2021; Autódromo Potenza, 2025).

Com uma área de 600 mil m² e uma pista de 3.200 metros de extensão, o autódromo já recebe importantes competições, como o *Superbike* Brasil e etapas do Campeonato Mineiro de Marcas e Pilotos, consolidando-se como espaço de visibilidade nacional no calendário esportivo. Sua localização estratégica, próxima à BR-267 e entre os eixos Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, permite atrair equipes, pilotos e visitantes de diferentes partes do país, o que reforça seu potencial enquanto polo esportivo (Baumgratz, 2021).

O empreendimento traz ainda infraestrutura diferenciada, com boxes de alvenaria, torre de controle, *paddock*⁵⁹ e serviços básicos de operação. Além disso, parte da mão de obra utilizada na construção e manutenção do espaço foi contratada localmente, o que representa algum impacto positivo em termos de emprego e renda para o distrito de Orvalho e Lima Duarte. A presença de um equipamento desse porte também projeta o município para além do turismo de natureza, criando uma alternativa de visibilidade no cenário nacional (Baumgratz, 2021; Autódromo Potenza, 2025).

Do ponto de vista territorial e turístico, o Potenza representa uma inovação diferenciada para Lima Duarte e traz a vertente esportiva motorizada, capaz de atrair novos públicos e diversificar a oferta turística. Isso permite ampliar a sazonalidade, gerar demanda de hospedagem e serviços de apoio, e posicionar o município em circuitos esportivos regionais e nacionais.

O Autódromo Potenza, embora represente um esforço de inovação e diversificação turística, também apresenta desafios críticos. Sua natureza específica, marcada pelo barulho,

⁵⁹ Paddock: área maior, atrás dos boxes, onde as equipes se instalam antes, durante e depois da prova.

pelo impacto ambiental e pelas exigências de infraestrutura e segurança, gera tensões com comunidades próximas e com áreas naturais sensíveis. Além disso, sua cultura esportiva, centrada em eventos motorizados, pouco dialoga com os modos de vida rurais dominantes em Orvalho e distritos vizinhos. Esse descompasso cultural dificulta a integração plena do empreendimento com a comunidade, configurando-o, em parte, como um enclave externo.

Por outro lado, os efeitos econômicos do Potenza são inegáveis. O autódromo tem impulsionado a economia local: novos empreendimentos vêm sendo planejados ao longo do trajeto Lima Duarte–Orvalho, os hotéis encontram-se lotados nos finais de semana, e novos empregos e oportunidades de negócio estão surgindo, especialmente nos setores de hospedagem, alimentação e serviços. Assim, ainda que o desafio seja integrar o Potenza ao território de forma mais participativa e sustentável, o empreendimento já reflete positivamente no dinamismo econômico da região, configurando-se como um fenômeno complexo de contrastes entre crescimento econômico e fragilidade sociocultural.

Já as Falésias é outro atrativo geológico localizado próximo à localidade de Orvalho, município de Lima Duarte (Escaladas, 2019). Fica situada numa área pública à beira de estrada, com face voltada para as direções NE e SE, a aproximadamente 700 metros de altitude (Outdooractive, 2025). Embora pequena em extensão, medida em torno de 40 metros de largura por 20 metros de altura, a falésia se destaca pela “negatividade” (ou seja, saliências invertidas) e pela abundância de agarras, o que a torna bastante atrativa para práticas de escalada esportiva local ((Escaladas, 2019; Outdooractive, 2025).

Há linhas registradas de diversos níveis técnicos, em percursos com diferentes desafios. O acesso costuma ser fácil, pois a falésia está localizada próxima à estrada que liga Orvalho a Lima Duarte (sede). Por estar em área pública (à beira da estrada), não parece haver necessidade de uso intenso de trilha interna ou atravessamento de propriedades privadas, o que favorece seu uso espontâneo por escaladores e visitantes (Outdooractive, 2025).

O que se observa é que apesar do potencial para práticas de escalada e turismo de aventura, sofrem com o mesmo problema de ausência de gestão e planejamento. A falta de sinalização, monitoramento ambiental e infraestrutura mínima faz com que o espaço permaneça restrito a visitantes já familiarizados com a atividade, não gerando benefícios significativos para a comunidade local. Sem articulação com políticas públicas de turismo ou iniciativas comunitárias, as falésias acabam funcionando como um atrativo espontâneo e isolado, reforçando o padrão recorrente no município: recursos naturais valiosos, mas pouco integrados a uma estratégia de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

e) **Manejo**

O distrito de Manejo, em Lima Duarte, apresenta um conjunto de atrativos que articulam natureza, cultura e memória comunitária. Sua localização privilegiada, em área de serras e remanescentes da Mata Atlântica, se destaca por reunir elementos da ruralidade com atrativos naturais e atividades de aventura que, embora ainda pouco estruturados, revelam o potencial do território para integrar-se a um sistema diversificado de turismo.

Entre os atrativos locais, as fazendas do distrito desempenham papel central. Essas propriedades, vinculadas historicamente à agricultura familiar, ao cultivo de lavouras e à pecuária leiteira, representam não apenas uma base econômica, mas também um patrimônio cultural e paisagístico, envolvendo hospitalidade, preservação de modos de vida e transmissão de práticas tradicionais, que podem ser convertidas em experiências turísticas genuínas. Em Manejo, a visita a fazendas permite compreender a vida no campo, reforçando a identidade rural do distrito.

Quanto as ponderações sobre os atrativos, as fazendas de Manejo representam um recurso fundamental para a valorização da ruralidade, mas sua inserção no turismo ainda é incipiente. Muitas propriedades permanecem restritas à produção agrícola e não possuem estrutura para receber visitantes com segurança e conforto. A ausência de políticas públicas de apoio, como capacitação em hospitalidade, incentivos à diversificação de atividades e valorização de produtos locais, reforça um quadro em que o potencial não se converte plenamente em benefícios para a comunidade. Além disso, há o risco de que, sem planejamento, a ruralidade seja “mercantilizada”, esvaziando o sentido cultural do campo em favor de uma oferta turística padronizada.

Outro ponto de destaque, é a cachoeira da Vila Vitoriana, tornou-se conhecida como patrimônio hídrico local. As quedas d’água, além de proporcionar banho e contemplação, podem ser interpretadas como espaços de lazer de baixo impacto e de fruição coletiva. Além disso, este ambiente é cenário para a prática de rapel em paredões naturais e em quedas d’água que atraem praticantes de esportes de aventura. No caso de Manejo, a Vila Vitoriana demonstra como a combinação de natureza e esporte radical pode se converter em vetor de atratividade, sobretudo para públicos jovens e em busca de experiências ativas (Ibiti, 2025; Wikiloc, 2024).

Quanto aos esportes radicais, a Vila Vitoriana apesar de atrair turistas, carece de infraestrutura mínima de segurança e regulação. A prática de rapel é muitas vezes conduzida de forma informal, sem certificações ou protocolos padronizados de manejo ambiental. Isso pode gerar riscos tanto para os visitantes quanto para o patrimônio natural. Nesse sentido, a falta de

integração da Vila Vitoriana a roteiros oficiais e a ausência de fiscalização deixam o atrativo em posição vulnerável e pouco sustentável no longo prazo.

f) Lima Duarte (sede)

A sede municipal (Lima Duarte propriamente dita) também contribui para o turismo local, com patrimônio arquitetônico e cultural, igrejas, praças históricas (como a Praça Juscelino Kubitschek com seu calçamento de paralelepípedos), arquitetura urbana tradicional e eventos culturais que atraem visitantes do entorno, já mencionados anteriormente ao tratar sobre o patrimônio cultural. A sede muitas vezes pode funcionar com a infraestrutura logística e de apoio (hospedagem, alimentação e serviços para os turistas que partem para os distritos ou trilhas) quando os turistas não utilizam a infraestrutura do próprio distrito.

Em Lima Duarte, o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira (PESNM), criado em 2018, representa uma das mais recentes e significativas iniciativas de conservação da Zona da Mata mineira. Com mais de 4.200 hectares, a unidade abriga uma mosaico de ecossistemas de altitude, incluindo campos rupestres, matas nebulares, fragmentos de Cerrado e áreas de Mata Atlântica. Essa diversidade faz do parque um verdadeiro refúgio de biodiversidade, onde são encontradas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, tanto da flora quanto da fauna (IEF, 2025).

Entre os elementos naturais de maior destaque estão os campos de altitude, conhecidos por abrigarem plantas adaptadas a solos pobres e condições climáticas extremas, como canela-de-ema (*Vellozia sp.*), bromélias e orquídeas raras, que conferem ao território um caráter único. Já nas áreas florestais, a presença de árvores de grande porte, como jequitibás, quaresmeiras e cedros, evidencia a transição entre diferentes formações vegetais. Essa composição abriga também uma fauna variada: registros de espécies como a onça-parda (*Puma concolor*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), além de aves como o gavião-pato (*Spizaetus melanoleucus*) e o jacutinga (*Aburria jacutinga*), esta última ameaçada de extinção, reforçam a importância do parque para a conservação da vida silvestre (Agência Minas, 2024; Minas, 2025e).

Para além da preservação, a biodiversidade do PESNM fortalece o potencial turístico da unidade. O contato com a fauna e flora, seja por meio de trilhas, cachoeiras ou mirantes, confere experiências diversificadas ao visitante, associando contemplação, educação ambiental e práticas de ecoturismo.

A elaboração do plano de manejo pelo Programa de Educação Ambiental (PREA), em andamento desde 2023, representa justamente esse esforço. O documento deve definir

zoneamentos, limites de visitação e diretrizes para atividades turísticas, de pesquisa e de educação. Entre os objetivos já discutidos, destaca-se a criação de quatro portarias distribuídas nos municípios envolvidos (Lima Duarte, Olaria, Rio Preto e Santa Bárbara do Monte Verde), de forma a descentralizar os fluxos turísticos e assegurar que as comunidades locais também se beneficiem da presença do parque (Floriano, 2024). Esse processo busca evitar a concentração de benefícios, democratizando o acesso e reduzindo riscos de desigualdade territorial.

A riqueza natural e a presença de espécies raras e ameaçadas tornam a Serra Negra não apenas um patrimônio ecológico, mas também um laboratório vivo para pesquisas em ecologia, biologia da conservação e etnobotânica. Essa potencialidade científica, associada ao turismo, pode colocar a região em evidência internacional, especialmente diante da demanda crescente por destinos de ecoturismo.

Assim, o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira se consolida como um patrimônio estratégico para Lima Duarte e toda a Zona da Mata mineira, não apenas por seus atrativos cênicos e pela promessa de dinamizar o turismo regional, mas sobretudo por sua relevância ecológica. A proteção da fauna e flora, em diálogo com a valorização das comunidades do entorno, deve ser o eixo central para garantir que o parque não se torne apenas um atrativo turístico, mas um verdadeiro instrumento de desenvolvimento sustentável.

O vilarejo de Mogol, é outro atrativo de Lima Duarte (sede), transformou-se, em um dos principais símbolos da revitalização promovida pelo Ibiti Projeto. Até o início dos anos 2000, a comunidade local era composta por cerca de 20 habitantes, em sua maioria idosos, vivendo em casas simples de taipa ou alvenaria, muitas delas em ruínas (Eça, 2025; Ibiti, 2025; Ibiti, 2025a). A partir da integração ao projeto, o vilarejo passou por um processo de restauração arquitetônica e de ressignificação social, passando a abrigar hoje hospedagens de alto padrão, restaurantes e experiências de turismo sustentável que atraem visitantes de diversas partes do Brasil e do mundo (Ibiti, 2025b, Eça, 2025).

Entre os atrativos que o Mogol oferece atualmente, destacam-se suas casas históricas restauradas, muitas delas transformadas em hospedagens com design diferenciado, como a Casa Guimarães Rosa, ampla e familiar, com vista para o vale e sons das cachoeiras; a Casa *Freud*, inspirada no pai da psicanálise, que surpreende pela decoração intimista e uma sala de banho em alvenaria abaixo do piso; e a Casa *Wangari Maathai*, ensolarada e acolhedora, em homenagem à ambientalista queniana. Outras opções incluem a Casa *Thomas Sowell*, antiga moradia de trabalhadores locais, restaurada com elegância rústica, dentre outras, que preservam

o estilo colonial mineiro com varandas floridas e fogões a lenha (Duék, 2023; Eça, 2025, Ibiti, 2025b).

Em meio a esse cenário sofisticado, um novo símbolo cultural foi incorporado: em julho de 2022, sete indígenas *Yawalapiti*, do Alto Xingu (MT), construíram no Mogol uma autêntica oca xinguana, a primeira erguida em plena Mata Atlântica. Com capacidade para cerca de 300 pessoas, a oca segue o formato tradicional da casa do cacique, simbolizando o ser humano de braços abertos, em um gesto de paz e conexão espiritual. Mais do que uma atração, o espaço representa um encontro entre ancestralidade indígena e turismo contemporâneo, tornando-se um ponto de celebração cultural e de diálogo entre diferentes formas de habitar e compreender a natureza (Duék, 2023; Ibiti, 2025c).

Além das hospedagens, o vilarejo conta com o Restaurante *Yuca*, de culinária vegetariana, que valoriza ingredientes orgânicos cultivados no próprio território do Ibiti Projeto, reforçando a identidade ecológica do empreendimento. Outro ponto relevante é a realização de experiências diferenciadas, como o *Fung Experience*, em que pesquisadores e hóspedes se dedicam à identificação de espécies de cogumelos locais, que depois são preparados em pratos gastronômicos exclusivos. Essas práticas consolidam Mogol como referência em experiências, gastronomia sustentável e economia circular (Duék, 2023; Dale, 2024; Ibiti, 2025d).

Apesar das mudanças trazidas pela lógica do turismo, Mogol ainda preserva traços de sua identidade comunitária original. A pequena igreja do vilarejo, por exemplo, não pertence ao Ibiti Projeto, mas à própria comunidade, funcionando como espaço de religiosidade e resistência cultural. Além disso, alguns moradores continuam vivendo no local, preservando modos de vida rurais que se entrelaçam, em maior ou menor medida, com a nova dinâmica turística. Essa convivência entre tradição e inovação reforça a singularidade de Mogol, ao mesmo tempo em que evidencia tensões entre comunidade e empreendimento (Entrevistado G).

Do ponto de vista turístico, observa-se que Mogol representa hoje um exemplo raro de revitalização de vilarejo rural integrado ao turismo sustentável. De fato, há méritos inegáveis: a recuperação de casas abandonadas e resgate arquitetônico, o repovoamento da comunidade, a geração de empregos locais (diretos e indiretos) e a valorização de uma vila que corria o risco de desaparecer, gastronomia ecológica e o incentivo à regeneração ambiental são aspectos positivos que tornam o local um atrativo único em Minas Gerais.

Além disso, “a proposta de preservar 98% da área como espaço de regeneração ambiental” e manter apenas 2% para hospedagem reflete uma lógica de sustentabilidade alinhada ao discurso contemporâneo de conservação (Duék, 2023, s/p.). A presença da Gaia

Produtos Ecológicos que planta localmente mais de 70 variedades de produtos, ou de agricultores familiares vizinhos e da Comuniversidade através dos encontros e treinamento com a comunidade, fortalece ainda mais essa imagem de inovação, integrando agroecologia, circularidade econômica e cultura (Duék, 2023; Dale, 2024; Ibiti, 2025d).

No entanto, é preciso reconhecer também os limites e contradições desse modelo. A partir da pesquisa desenvolvida em Lima Duarte, observou-se que várias casas do Mogol, antes pertencentes à comunidade, foi convertida em hospedagens de luxo, o que revela um processo de elitização do espaço rural. Se por um lado houve revitalização e repovoamento, por outro, a dinâmica do vilarejo passou a ser voltada quase exclusivamente para atender ao turismo, criando barreiras de acesso e restringindo a vivência plena dos moradores tradicionais. A permanência da igrejinha e de alguns habitantes locais mostra que ainda existe vida comunitária, mas ela se encontra cada vez mais subordinada à lógica do empreendimento turístico.

Assim, Mogol pode ser visto como um atrativo turístico inovador, que alia natureza, cultura e hospitalidade diferenciada, mas também como um caso emblemático de como o turismo de luxo pode reconfigurar territórios, deslocando identidades rurais e condicionando a permanência da comunidade local a uma convivência desigual com o mercado turístico. Esse processo gera o risco de descaracterizar a identidade local, substituindo práticas comunitárias espontâneas por narrativas formatadas de hospitalidade seletiva.

Uma outra crítica observada ao processo de hospedagem, é da oca xinguana no vilarejo de Mogol diz respeito ao processo de apropriação simbólica e à seletividade cultural que permeia o empreendimento. Embora o Ibiti Projeto se apresente como um modelo de turismo sustentável e regenerativo, a presença de uma oca indígena fora de seu contexto territorial original construída por indígenas convidados, mas instalada em um ambiente de turismo de luxo, pode ser vista como uma transposição estética da cultura indígena, mais voltada à contemplação do visitante do que à valorização genuína das comunidades tradicionais. Essa representação, ainda que bem-intencionada, corre o risco de transformar um símbolo sagrado e coletivo dos povos do Xingu em um objeto de consumo cultural, deslocado de seu significado ancestral.

Além disso, a sofisticação das hospedagens, voltadas a um público de alto poder aquisitivo, evidencia uma contradição entre o discurso de sustentabilidade e a prática de exclusividade. O acesso restrito às casas e aos espaços simbólicos, como a oca, limita a participação efetiva da comunidade local, que permanece à margem do usufruto desses bens

culturais e espirituais. Nesse sentido, o Ibiti Projeto enfrenta o desafio de não reproduzir um modelo de “turismo verde de elite”, em que a regeneração ambiental e a estética da ancestralidade servem mais à imagem e ao marketing do que à construção de uma verdadeira integração comunitária e intercultural.

A crítica recai sobre o risco de que o Mogol se torne um território onde cultura, natureza e espiritualidade são exibidas como experiências exclusivas, enquanto a população local e as comunidades tradicionais seguem com pouco protagonismo nas decisões e nos benefícios gerados. O desafio, portanto, é transformar Mogol não apenas em vitrine de sustentabilidade para visitantes, mas em um espaço de verdadeira integração comunitária, em que moradores tenham protagonismo, voz e benefícios reais no processo de desenvolvimento turístico.

Outro ponto crítico diz respeito à dependência econômica da comunidade em relação ao empreendimento. Embora muitos moradores sejam empregados no projeto, a autonomia local pode ser limitada, já que a principal fonte de trabalho e renda está vinculada a uma iniciativa privada, de caráter seletivo e externo. Isso levanta a questão sobre até que ponto o Ibiti fortalece a comunidade como protagonista ou se estabelece como um enclave turístico de luxo que absorve a maior parte dos benefícios.

O Ibiti Projeto apresenta-se como um laboratório inovador de regeneração socioambiental, mas sua efetividade como modelo inclusivo ainda é debatida. A revitalização de Mogol pode ser vista tanto como um caso exemplar de recuperação de um território quanto como um processo de seletividade que concentra os benefícios em um nicho privilegiado. O desafio está em garantir que o turismo de luxo, marca registrada do Ibiti, não substitua a diversidade de vozes e vivências locais, mas se articule de fato a uma governança participativa que valorize os moradores como protagonistas, e não apenas como coadjuvantes de uma experiência desenhada para o visitante.

A Serra de Lima Duarte, o Complexo de Cachoeiras do Arco Íris, o Pico do Pão de Angu e o Alto da Bia Vista, são um dos principais marcos naturais e paisagísticos do município de Lima Duarte (MG). Eles integram a Serra da Mantiqueira, uma das cadeias montanhosas mais importantes do sudeste brasileiro.

A Serra de Lima Duarte constitui uma extensão da Mantiqueira e caracteriza-se por sua topografia acidentada, coberta por campos de altitude, matas secundárias e formações rochosas de quartzito, típicas da região. Essa serra é reconhecida pela sua importância ambiental, servindo como área de recarga de nascentes e abrigo de espécies nativas da Mata Atlântica e do Cerrado, biomas que se encontram e se sobrepõem nessa faixa de transição. Além de seu valor

ecológico, a serra possui grande potencial para o ecoturismo e o turismo de aventura, com trilhas, mirantes e cachoeiras que atraem visitantes em busca de experiências de contato direto com a natureza.

Entre os atrativos mais expressivos dessa serra, o Complexo de Cachoeiras do Arco-Íris se destaca pelo símbolo do ecoturismo local. O conjunto natural vem se consolidando como o segundo ponto turístico mais visitado do município, ficando atrás apenas do Parque Estadual do Ibitipoca (Minas, 2017; Lico e Lari, 2017). Todos os anos, milhares de visitantes buscam o local em busca de contato direto com a natureza, trilhas refrescantes e banhos em águas cristalinas. Inserido em uma paisagem serrana exuberante, o complexo se conecta à vida rural da região, onde a hospitalidade e o modo de viver do campo fazem parte da experiência turística

O Complexo da Cachoeira do Arco-Íris está localizado dentro de uma propriedade rural particular de mesmo nome, integrante da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural. No local, é possível conhecer cinco cachoeiras, cada uma com suas características:

- Cachoeira do Arco-Íris – famosa pelo fenômeno óptico que dá nome ao atrativo, formando arco-íris em dias ensolarados;
- Cachoeira do Alto – com quedas que ultrapassam 50 metros de altura, ideal para contemplação;
- Cachoeira da Garganta – marcada por um estreito corredor rochoso por onde fluem águas cristalinas;
- Cachoeira do Y – onde duas quedas paralelas desenham a curiosa forma da letra “Y”;
- Cachoeira do Pilão (ou Pilões) – a mais alta e escondida, cercada por mata densa e com piscinas naturais ideais para banho (Minas, 2017; Lico e Lari, 2017, Machado *et al.*, 2025).

Mais do que um espaço de lazer, o complexo se tornou referência em turismo responsável e boas práticas ambientais. Há um controle do número de visitantes por dia, o que ajuda a reduzir impactos ambientais e preservar as nascentes. A infraestrutura é simples, mas bem cuidada, com trilhas sinalizadas/ auto guiadas e incentivo ao não uso de plásticos descartáveis. De modo geral, o Complexo do Arco-Íris constitui um exemplo inspirador de Turismo Rural, mas que ainda enfrenta o desafio de consolidar um modelo de governança compartilhada e de monitoramento ambiental contínuo, garantindo que o crescimento da visitação não comprometa a integridade ecológica do território nem o modo de vida das famílias rurais que dele dependem.

Ainda na Serra, destaca-se o Pico do Pão de Angu, considerado um dos pontos mais altos e simbólicos de Lima Duarte. Com uma altitude aproximada de 1.305 metros, o pico proporciona uma das vistas panorâmicas mais amplas da região. O nome “Pão de Angu” vem de sua forma arredondada, semelhante a um pão de milho típico da culinária mineira, o que também reforça o vínculo afetivo e cultural da paisagem com a identidade local (Minas, 2025f).

O acesso ao Pão de Angu é feito por trilhas que variam em dificuldade, o que o torna um destino apreciado tanto por caminhantes quanto por praticantes de esportes como mountain bike, trekking e observação de aves (entrevistado H). Seu entorno rural, composto por pequenas propriedades agrícolas e áreas de pastagem, reforça a dimensão da ruralidade viva presente na paisagem de Lima Duarte, onde a vida cotidiana dos moradores se entrelaça com o ambiente natural e o turismo emergente.

Contudo, esse potencial ainda é pouco explorado de maneira planejada e participativa, carecendo de infraestrutura adequada, sinalização e integração com roteiros oficiais do município e do Parque Estadual de Ibitipoca. A crítica principal em relação à Serra de Lima Duarte e ao Pico do Pão de Angu está na ausência de planejamento turístico e de políticas públicas integradas que permitam aproveitar de forma responsável o potencial desses atrativos (Entrevistado H). Apesar de possuírem grande beleza cênica, relevância ecológica e valor cultural, essas áreas permanecem sub exploradas e vulneráveis, tanto pela falta de infraestrutura quanto pela ausência de um ordenamento claro do uso turístico.

Observa-se que não há sinalização adequada, pontos de apoio, nem gestão ambiental estruturada. Isso torna o acesso inseguro e limita a visitação responsável, além de aumentar o risco de impactos ambientais, como erosão de trilhas, descarte inadequado de resíduos e degradação da vegetação nativa. A crítica sintetiza-se na constatação de que o potencial da Serra de Lima Duarte e do Pico do Pão de Angu é amplamente reconhecido, mas ainda subaproveitado na prática, refletindo um padrão de desenvolvimento desigual.

O patrimônio natural encanta e já envolve a comunidade local em diversas iniciativas de Turismo Rural, porém, carece de políticas públicas estruturadas, investimentos em infraestrutura e ampliação das estratégias de inclusão social que garantam maior alcance e continuidade a essas ações. Assim, o desafio não é iniciar a inclusão, que já existe, mas aprofundá-la e fortalecê-la como instrumento efetivo de desenvolvimento social, cultural e territorial para Lima Duarte.

Um ponto de destaque entres os três últimos atrativos, diz respeito à relação entre o turismo e a comunidade local. Na região da Serra de Lima Duarte, do Complexo de Cachoeiras

e do Pico do Pão de Angu, o turismo se desenvolve de forma profundamente enraizada na vida rural, com a participação direta de famílias agricultoras e empreendedores locais. Diferentemente de outros destinos mais consolidados, como o Parque Estadual do Ibitipoca, onde muitas vezes há distanciamento entre visitante e morador, o turismo na Serra de Lima Duarte apresenta um caráter comunitário e participativo, no qual as propriedades rurais funcionam simultaneamente como espaços de produção agrícola e acolhimento turístico.

Essa integração entre trabalho rural e atividade turística tem sido um diferencial importante, pois promove geração de renda local, valorização cultural e fortalecimento do associativismo, um exemplo é a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural. Assim, em vez de criar exclusão, o turismo na serra tem se configurado como instrumento de inclusão e protagonismo social, permitindo que os próprios moradores sejam os principais beneficiários e gestores das experiências oferecidas.

Já o Alto da Boa Vista por sua vez, reúne dois elementos centrais: cachoeiras de pequeno porte e um mirante natural que se consolidou como ponto de contemplação do pôr do sol. Além do valor estético, o local reflete o uso cotidiano da natureza como espaço de lazer e sociabilidade, mas carece de infraestrutura adequada, como sinalização, pontos de apoio e manejo ambiental, para atender com segurança ao fluxo crescente de visitantes (Medeiros, 2021).

É relevante apontar que no Alto da Boa Vista (mirante e cachoeiras) é reconhecido pela beleza cênica, mas sofre com a ausência de ordenamento. A trilha de acesso necessita de sinalização, os pontos de apoio são inexistentes e não há controle do fluxo de visitantes. Isso aumenta os riscos de acidentes, degradação das cachoeiras e impactos ambientais, como o acúmulo de lixo e o pisoteamento da vegetação. A valorização turística espontânea, sobretudo pelo “pôr do sol”, tem levado visitantes ao local sem contrapartidas de conservação, configurando um cenário de vulnerabilidade semelhante ao de outros pontos não formalizados de ecoturismo em Minas Gerais. Nesse sentido, o atrativo corre o risco de permanecer restrito a um circuito amador, sem gerar benefícios estruturados para a comunidade local.

É essencial reconhecer que muitos atrativos antes tratados como pontos isolados hoje estão conectados por Trilhas de Longo Curso (TLC), que atrelam diversos atrativos naturais, culturais e rurais do município, antes tratados de forma isolada. Atualmente, roteiros como a Volta das Transições, a Volta do Rio Grande, Volta da Serra Negra e a Transmantiqueira, integram o território ao Circuito Serras de Ibitipoca, ampliando a mobilidade do visitante e valorizando as paisagens e comunidades locais (IGR, 2025).

Essas trilhas, reconhecidas também pela Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso percorrem fazendas, cachoeiras, povoados e mirantes, estimulando o turismo de natureza aliado à vivência rural. Além de favorecer a distribuição do fluxo turístico para além do Parque Estadual do Ibitipoca, elas promovem conectividade ecológica, fortalecimento comunitário e integração regional, transformando o caminhar em um ato de encontro entre paisagem, cultura e hospitalidade (Entrevistado G).

No Circuito Serras de Ibitipoca, a Volta das Transições inaugura o cicloturismo de longa distância na Zona da Mata: são 390 km, em 7 etapas, costurando 10 municípios e 25 povoados por estradinhas de terra, campos e serras (Volta das Transições, 2021). Já a Volta do Rio Grande é um roteiro autoguiado que revela cachoeiras, mirantes e vilas do planalto do Alto Rio Grande, conectando Santana do Garambéu, Lima Duarte, Bom Jardim de Minas e Andrelândia (Volta do Rio Grande, 2025). A Volta da Serra Negra, por sua vez, mergulha no maciço da Mantiqueira, combinando travessias, fotografia de natureza e hospitalidade nos vilarejos serranos (Volta da Serra Negra, 2021).

No Circuito “Serras de Ibitipoca”, a Trilha Transmantiqueira encadeia seis travessias clássicas; porém, apenas três passam efetivamente pelo território de Lima Duarte: Trecho 04 – Serra da Cachoeira Alegre (Olaria → Palmital), Trecho 05 – Serra da Rancharia (Palmital → Conceição de Ibitipoca) e Trecho 06 – Parque Estadual do Ibitipoca (Circuito Janela do Céu). Os Trechos 01 (Serra da Mira), 02 (Serra da Bandeira) e 03 (Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira – Funil → Olaria) ocorrem em municípios vizinhos (Bom Jardim de Minas, Santa Rita de Jacutinga, Rio Preto e Olaria), servindo como conexões regionais que tangenciam Lima Duarte, mas sem atravessar seu território (Associação Trilha Transmantiqueira, 2020).

As Trilhas de Longo Curso (TLC) representam um avanço significativo para o turismo de natureza em Lima Duarte, promovendo a integração entre os atrativos antes isolados e reforçando a valorização dos territórios rurais e naturais. A crítica positiva recai sobre a capacidade dessas trilhas, como a Volta da Serra Negra, a Volta do Rio Grande e os trechos da Trilha Transmantiqueira, de gerar renda complementar e fortalecer a identidade territorial da região. Elas ampliam o tempo de permanência dos visitantes, distribuem os fluxos turísticos para além do Parque Estadual do Ibitipoca e aproximam o turista do cotidiano das comunidades rurais, criando experiências genuínas de convivência e aprendizado ambiental.

No entanto, também há críticas negativas que precisam ser consideradas. Apesar de seu potencial integrador, muitas dessas trilhas ainda enfrentam desafios estruturais e de gestão,

como pontos de apoio adequados, políticas de manejo e fiscalização ambiental, além de mecanismos consistentes de participação comunitária.

Por fim a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural é a única entidade formalmente registrada dedicada ao fortalecimento do Turismo Rural no município de Lima Duarte (MG), tendo sua sede administrativa localizada no núcleo urbano do município. Criada com o objetivo de integrar produtores rurais, empreendedores e gestores locais em torno de práticas de Turismo Rural. A associação representa um marco importante na consolidação de uma rede colaborativa que valoriza as tradições, a hospitalidade e os saberes do campo.

Vale ressaltar que o registro da associação foi feito em Lima Duarte (sede) mas sua atuação abrange uma área ampla, conectando onze associados e suas propriedades, distribuídas por diversos distritos rurais. No território da sede municipal, encontram-se cinco empreendimentos de destaque: Cachoeira do Arco-Íris, Bee Nectar, Sítio Primavera, Rancho Alegre e Casinhas, que combinam atividades de lazer, gastronomia, hospedagem e experiências de turismo de natureza e vivência rural. Em Conceição de Ibitipoca, duas propriedades integram a rede, a Prainha da Conga e o Sítio Pilar, ambas reconhecidas por suas paisagens naturais e pela oferta de experiências ligadas à cultura local e ao ecoturismo (Entre Serras, 2018).

No distrito de São Domingos da Bocaina, o destaque é a propriedade Porteira de Chave, que representa o turismo de base familiar e comunitária, resgatando práticas agrícolas e modos de vida tradicionais. Já em Manejo, encontra o Pesqueiro do Tarcísio e o Sítio Urucum, voltados à pesca esportiva, gastronomia e agroecologia. Por fim, no distrito de Valadares/Rosário de Minas, pertencente ao município vizinho de Juiz de Fora, está o Paiol Velho, que amplia o alcance territorial da associação e reforça sua articulação intermunicipal.

A Entre Serras atua como uma plataforma de cooperação e aprendizado coletivo, fortalecendo os vínculos entre campo e cidade, além de promover a valorização do Turismo Rural, da agricultura familiar e da produção artesanal. Cada uma dessas propriedades, com seus atrativos específicos, que variam entre trilhas ecológicas, cachoeiras, apicultura, gastronomia artesanal e vivências rurais, será detalhada no capítulo seguinte, permitindo compreender como o Turismo Rural tem se configurado como instrumento de desenvolvimento rural no município de Lima Duarte.

A contextualização dos diferentes espaços turísticos de Lima Duarte evidencia que a ruralidade constitui o eixo estruturante da experiência turística e da organização territorial. Mais do que um conjunto de atrativos isolados, o município se configura como um mosaico de paisagens, práticas produtivas e modos de vida rurais que revelam o entrelaçamento entre

natureza, cultura e trabalho. Essa relação reafirma a ideia defendida por Schneider (2009) de que o espaço rural contemporâneo é multifuncional, abrigando não apenas atividades agrícolas, mas também funções sociais, ambientais e culturais que fortalecem o desenvolvimento local.

O turismo, nesse contexto, surge como um instrumento de mediação entre o campo e a cidade, aproximando visitantes das práticas cotidianas, dos saberes tradicionais e da hospitalidade das comunidades. Essa dinâmica transforma o rural em um espaço de produção simbólica, onde a identidade e o pertencimento se tornam valores centrais. Em Lima Duarte, o Turismo Rural não é apenas uma atividade econômica complementar, mas uma forma de manter vivas as práticas comunitárias, reforçar laços de solidariedade e reafirmar o papel do território como lugar de vida e resistência.

Ao mesmo tempo, as experiências observadas no município revelam contradições inerentes ao turismo no meio rural. O avanço de modelos empresariais de turismo de luxo, por exemplo, levanta questionamentos sobre os limites entre regeneração ambiental e exclusão social. O turismo sustentável desejado, só se efetiva quando há participação ativa das comunidades locais e redistribuição justa dos benefícios gerados. Sem isso, há o risco de que a ruralidade seja apropriada como paisagem estética, e não como forma de vida e de produção social.

É nesse contexto territorial, marcado por potencialidades e contradições do Turismo Rural em Lima Duarte, que se insere a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, eixo central da análise empírica desta tese. O Capítulo 4, apresenta essa associação como uma experiência coletiva, que articula diferentes atores do território em torno do turismo no meio rural. Nele, busca-se compreender quem são esses sujeitos, como se organizam e quais sentidos atribuem à atuação associativa no contexto das transformações do rural na contemporaneidade.

4 ASSOCIAÇÃO ENTRE SERRAS - TURISMO NO MEIO RURAL, LIMA DUARTE-MG

Este capítulo foi elaborado com base nas observações diretas realizadas em campo e nos registros sistematizados no caderno de campo da pesquisadora, complementados pela análise qualitativa das entrevistas conduzidas com diferentes atores que compõem o ecossistema territorial do Turismo Rural em Lima Duarte (MG). Entre os participantes, incluem-se representantes de instituições públicas (Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Turismo; Instância de Governança Regional – IGR Circuito Serras de Ibitipoca), organizações de apoio técnico e de fomento (SEBRAE, SENAR e Sindicato Rural), membro da comunidade local, representantes da iniciativa privada (como o responsável pelo marketing da Associação Entre Serras) e os onze agricultores associados à entidade.

Os depoimentos foram tratados segundo os princípios da Análise de Conteúdo, conforme o método proposto por Bardin (2020), que orientou o tratamento das entrevistas, a construção das categorias e a interpretação dos dados empíricos. De acordo com a autora, a análise de conteúdo consiste em um conjunto sistemático e objetivo de procedimentos de descrição e interpretação das comunicações, que permite identificar sentidos, significados e regularidades nas falas dos participantes. O método foi estruturado em três etapas complementares:

1. Pré-análise: leitura flutuante e seleção do material mais relevante das transcrições;
2. Exploração do material: categorização temática e identificação de subcategorias analíticas com base nas recorrências e singularidades das falas;
3. Tratamento e interpretação: sistematização, comparação e síntese dos resultados em quadros analíticos e inferências interpretativas.

Com o objetivo de preservar o anonimato dos participantes, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa científica, todas as pessoas entrevistadas foram identificadas por meio de codinomes alfabéticos (Entrevistado(a) A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R e S), abrangendo representantes do poder público, da sociedade civil, da iniciativa privada, da comunidade local e os agricultores associados à Associação Entre Serras.

Para fins de organização analítica, as entrevistas de A até H correspondem aos agentes institucionais e comunitários externos à associação, enquanto as entrevistas de I até S referem-se aos associados da Entre Serras – Turismo no Meio Rural. Essa distinção permite diferenciar as posições, percepções e papéis desempenhados pelos participantes no território, sem comprometer sua identidade, assegurando a confidencialidade prevista nos preceitos éticos da pesquisa. Em algumas situações, as entrevistas foram realizadas com casais ou grupos

familiares, cuja fala foi tratada como expressão coletiva da unidade produtiva ou familiar, sendo diferenciadas como “Entrevistado” e “Entrevistada” quando necessário distinguir as vozes no relato.

O capítulo se estrutura em quatro seções principais. A primeira seção, intitulada “Da capacidade dispersa ao sentido coletivo”, apresenta uma análise histórica do processo de criação e consolidação da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, contextualizando seus motivos fundadores, os desafios iniciais, as motivações comunitárias e o papel das parcerias institucionais que favoreceram sua organização e fortalecimento como ator coletivo do Turismo Rural em Lima Duarte.

A segunda seção, “Caracterização e potencial produtivo das unidades associadas”, apresenta o perfil socioeconômico dos agricultores, a diversidade das propriedades e suas principais atividades produtivas. Essa análise evidencia as transformações ocorridas a partir da adesão ao Turismo Rural e revela como a Entre Serras tem contribuído para fortalecer o tecido econômico local, dinamizar a vida no campo e promover o reconhecimento social das famílias rurais.

A terceira seção, intitulada “Redes colaborativas e governança territorial”, discute os arranjos institucionais e relacionais que sustentam o desenvolvimento da Entre Serras. Nessa parte, são analisadas as formas de cooperação entre os agricultores e as instituições parceiras, como SENAR, SEBRAE, Sindicato Rural, IGR e Prefeitura Municipal, evidenciando como essas redes constroem uma governança territorial de base comunitária, voltada à integração produtiva, à qualificação técnica e à valorização do território como espaço de pertencimento e inovação.

Por fim, a quarta seção, “Estratégias de Comunicação e Marketing Turístico-Territorial”, analisa como a Associação Entre Serras constrói e projeta sua presença no território por meio de processos comunicacionais, narrativas identitárias e ações de visibilidade pública. Parte-se da compreensão de que, no Turismo Rural na contemporaneidade, comunicar vai além da simples promoção de produtos ou serviços, envolvendo a construção de sentidos sobre o território, os modos de vida e os valores que estruturam o campo.

Assim, este capítulo busca compreender de que modo a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural se constitui e se fortalece a partir de sua articulação com a comunidade local, as instituições de apoio e o poder público, evidenciando os arranjos de governança e cooperação que sustentam sua atuação no território. Ao analisar essas relações, o capítulo delimita as condições sociais, organizacionais e territoriais que permitem à Entre Serras operar

como um espaço coletivo de construção de estratégias próprias de desenvolvimento turístico, criando o contexto a partir do qual emergem as inovações e tecnologias sociais analisadas no capítulo seguinte.

4.1 Da capacidade dispersa ao sentido coletivo

A história da Associação Entre Serras constrói-se a partir de um conjunto de experiências, saberes e articulações locais que foram se acumulando ao longo do tempo no território de Lima Duarte. Sua formação está vinculada a processos anteriores de organização comunitária, iniciativas de qualificação para o Turismo Rural e à busca das famílias por formas coletivas de enfrentar desafios produtivos, institucionais e territoriais.

Em meados de 2006, o SENAR Minas, através do Sindicato dos Produtores Rurais de Lima Duarte, hoje reconhecidos como Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR), iniciou as primeiras capacitações em Turismo Rural, atendendo propriedades como Rancho Alegre, Fazenda Casinhas, Cachoeira do Arco-Íris, Cachoeira do Sossego, Cachaçaria do Duque, entre outras. Segundo a Entrevistada E, “esses cursos foram fundamentais para que os produtores passassem a enxergar o turismo não apenas como visitação, mas como atividade econômica complementar e estratégia de diversifica o de renda”.

O Sindicato dos Produtores Rurais atuou desde então como elo entre as propriedades e o SENAR, mobilizando turmas, ajustando conteúdos   realidade local e introduzindo metodologias participativas. Nessa fase inicial, temas como hospitalidade, segurança, condu o de trilhas, gestão de propriedades, agroecologia e produ o artesanal já revelavam o caráter multidimensional que o Turismo Rural assumiria em Lima Duarte (Entrevistado D).

As primeiras capacita es em Turismo Rural realizadas em Lima Duarte marcaram um momento decisivo para o reconhecimento do potencial turístico do território e tinham o objetivo de despertar nos participantes a consciência sobre suas potencialidades, orientando-os a identificar os atrativos de suas propriedades e a compreender o turismo como um negócio capaz de gerar renda e valoriza o da cultura local (Entrevistados D e E). As atividades envolviam dinâmicas práticas, levantamentos de potencialidades, visitas técnicas e análises de viabilidade, incentivando os produtores a olhar para seu cotidiano com uma nova perspectiva, percebendo o valor turístico da comida de roça, das belezas naturais, das tradi es culturais e da hospitalidade familiar genuína, presente no modo de vida rural. Era o prenúncio de uma transi o do olhar produtivo para o olhar territorial e experiencial (Entrevistada E).

Esses cursos constituíram o embrião de um movimento coletivo e acredita-se que mais tarde, pode ter fortalecido a criação da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural. Embora a associação ainda não existisse naquela época, alguns de seus atuais associados participaram dessas primeiras iniciativas, que denomino como “primeira onda” de capacitação. Esse ciclo inicial foi responsável por consolidar uma base de conhecimento e de cooperação entre os produtores, que passaram a entender o turismo como extensão de suas atividades agrícolas e estratégia de valorização do território (Entrevistada E).

A partir de 2014, o SEBRAE-MG ampliou a agenda de apoio ao Turismo Rural. Essa nova fase trouxe instrumentos de planejamento e gestão, com diagnósticos individualizados em cada propriedade, planos de ação e acompanhamento técnico contínuo, consolidando a transição do entusiasmo inicial para um modelo mais profissional. O método combinava consultorias, oficinas de gestão e marketing, além de visitas técnicas, integrando a prática produtiva à lógica de mercado e reforçando a importância do associativismo e da cooperação para o fortalecimento do Turismo Rural em Lima Duarte (Entrevistado C).

A formação do Entre Serras foi fortemente influenciada por uma articulação estratégica entre o SEBRAE e a EMATER⁶⁰, que atuaram de forma complementar no processo de identificação e organização das propriedades com potencial turístico na região de Lima Duarte e entorno de Ibitipoca. Entre 2014 e 2016, no âmbito de um projeto do Sebrae voltado à diversificação da oferta turística do território, foram mapeadas propriedades rurais e empreendimentos ligados à produção associada ao turismo, distinguindo aquelas voltadas à visitação e vivências no meio rural daquelas focadas apenas na produção de bens agroalimentares e culturais (Entrevistado C).

A atuação do SEBRAE-MG, a partir de 2015, marcou uma nova etapa na consolidação do Turismo Rural em Lima Duarte. As consultorias resultaram na criação do Grupo de Turismo Rural de Lima Duarte, formado por produtores, empreendedores e representantes institucionais que passaram a se reunir com frequência para discutir o setor e propor ações conjuntas. O processo de cooperação entre eles foi se fortalecendo à medida que o grupo passou a compartilhar aprendizados, participar de oficinas, missões técnicas e eventos regionais,

⁶⁰ A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) é mencionada neste estudo; contudo, ainda na fase de pré-campo, foi realizado contato com a instituição com o objetivo de agendar entrevistas para etapas posteriores da pesquisa, sem que houvesse retorno por parte dos representantes. Dessa forma, todas as informações apresentadas daqui para frente, relativas à atuação da EMATER apresentadas neste trabalho, baseiam-se nos relatos do representante do Sebrae e por entrevistas aos associados da Entre Serras, registrados durante a pesquisa de campo.

promovendo uma visão coletiva sobre o turismo como atividade econômica integrada e colaborativa (Entrevistado C).

A consolidação do Turismo Rural em Lima Duarte está diretamente associada a um movimento institucional iniciado a partir de 2016, quando o SEBRAE reconheceu o potencial do território para o desenvolvimento de atividades turísticas vinculadas ao meio rural. A partir desse diagnóstico, foram implementadas ações voltadas à mobilização e à qualificação dos produtores locais, com ênfase na ampliação de competências relacionadas à gestão de empreendimentos turísticos, à organização das experiências ofertadas aos visitantes, a diversificação da oferta turística e à valorização e comercialização de produtos regionais. Esse processo contribuiu para ampliar o repertório técnico e estratégico dos envolvidos, além de estimular uma nova forma de olhar para o território como espaço de produção, vivência e experiência turística (SEBRAE, 2017).

Essa estratégia foi fundamental para transformar propriedades essencialmente agrícolas em espaços multifuncionais, capazes de receber visitantes, ofertar vivências rurais e fortalecer a economia local. As capacitações do SEBRAE contribuíram para que os produtores passassem a atuar de forma cooperada, reconhecendo a importância da complementaridade entre turismo e produção rural. Ao longo desse percurso, as interações entre os participantes favoreceram o fortalecimento de vínculos, a troca de conhecimentos e a construção de uma visão coletiva sobre o futuro do turismo na região.

Como desdobramento desse aprendizado coletivo e da consolidação de uma identidade comum, emergiu a necessidade de estabelecer uma forma mais estruturada e permanente de articulação entre os empreendimentos. Esse movimento resultou na criação da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, reunindo inicialmente (12) doze propriedades rurais comprometidas com práticas colaborativas e com a valorização do território. A associação consolida-se, assim, como uma inovação social no contexto do Turismo Rural de Lima Duarte, ao institucionalizar relações de cooperação, fortalecer a governança local e promover um modelo de desenvolvimento turístico fundamentado na ação coletiva, no associativismo e no reconhecimento da identidade territorial entre vales e serras da região.

Nesse processo, a EMATER teve papel fundamental na mobilização social, no conhecimento das famílias rurais e no levantamento territorial das propriedades, enquanto o SEBRAE atuou na estruturação das capacitações, consultorias e na orientação estratégica dos grupos. A convergência dessas duas frentes permitiu que o grupo de turismo rural se consolidasse, resultando, ao final das consultorias, na criação da Associação Entre Serras –

Turismo no Meio Rural, cuja denominação expressa justamente a diversidade de experiências, que combinam atividades agropecuárias, produção local e uso turístico dos recursos da propriedade (Entrevistado C).

Observou-se, ao longo desse processo, que as ações desenvolvidas pelo SENAR, voltadas à capacitação técnica e à profissionalização do grupo e as estratégias do SEBRAE e EMATER, focadas em gestão, inovação e posicionamento de mercado, não foram conflitantes, mas profundamente complementares. Enquanto o SENAR formava as bases humanas e produtivas do Turismo Rural, o SEBRAE estruturava o caminho para a inserção competitiva no mercado e para o fortalecimento do associativismo (Entrevistado C).

Essa fase marcou a segunda onda de estruturação, transformando a motivação individual em identidade coletiva. Segundo (Entrevistado G), gestor da IGR Serra de Ibitipoca, o Circuito atuou como “engrenagem regional”, criando vitrine e agenda para o tema: seminários, fóruns e encontros que conectaram produtores, poder público e trade turístico. Essa articulação foi importante para que o grupo deixasse de ser apenas um conjunto de empreendedores isolados e passasse a se perceber como parte de uma cadeia regional integrada.

Enquanto isso, o Sindicato dos Produtores Rurais, em parceria com o SENAR, mantinha um programa contínuo de formação com mais de 300 cursos em diferentes áreas produtivas, elevando o padrão técnico das propriedades e preparando-as para receber visitantes com qualidade. Essa constância formativa criou as condições para o amadurecimento do associativismo e para a emergência de uma governança territorial (Entrevistado D).

O divisor de águas veio com o curso Agente de Turismo Rural, implementado em 2018, fruto da parceria entre SENAR Minas e Sindicato dos Produtores Rurais de Lima Duarte. Estruturado em seis módulos, o curso abordava desde gestão de empreendimentos turísticos e hospitalidade rural até segurança, primeiros socorros e condução de trilhas. Durante os seis meses de formação, 12 produtores rurais passaram a se reunir com frequência, cocriando novos roteiros, adaptando espaços de hospedagem e aprimorando serviços de alimentação e recepção (Entrevistada E).

“Este ambiente formativo possibilitou o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a consolidação da consciência coletiva de que “fazer juntos é mais eficiente do que competir” (Entrevistada E). A partir dessa percepção, o grupo passou a se organizar de forma espontânea, compartilhando custos, ideias, aprendizados e até mesmo clientes, em um processo contínuo de cooperação.

Em 2020, a consolidação do projeto coletivo de Turismo Rural na região ganhou um marco decisivo com a atuação de dois advogados membros do grupo e proprietários do Sítio Primavera, que voluntariamente, assumiram a redação do estatuto social da futura associação. Após apresentação a comunidade, eles apresentaram à assembleia geral a minuta do documento, que estabelecia as bases legais, os objetivos e a estrutura de funcionamento da entidade (Entrevistado R).

Esse movimento de formalização encontra suas raízes no trabalho preparatório desenvolvido ao longo do tempo, uma vez que os treinamentos, consultorias e diagnósticos realizados pelo SENAR e pelo SEBRAE foram fundamentais para ampliar a qualificação dos participantes na área do Turismo Rural e estimular a articulação entre os produtores, o que culminou na decisão de formalizar essa união por meio do registro da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural (Documento 1- Estatuto, 2021). Dessa forma, a atuação dos advogados veio institucionalizar uma integração que já vinha sendo construída na prática.

Em 2020, consolidou-se a criação da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, dotada de estatuto próprio (Documento 1) e sede oficial em Lima Duarte, ainda que sua atuação se estenda por propriedades distribuídas em diferentes distritos. A formalização jurídica, concretizada em 12 de março de 2021 com a adesão de 10 associados ativos, representou a materialização de um consistente processo de articulação coletiva, refletindo o amadurecimento da iniciativa. (Estatuto, 2021). O Estatuto em seu Título II – objetivos e finalidade, estabelece:

Art.3º. A Associação Entre Serras com abrangência regional está localizada entre a Serra Negra e a Serra da Ibitipoca pertencendo ambas à Serra da Mantiqueira;

§ 1º. Situada na Zona da Mata de Minas Gerais, cuja região tem a economia baseada na agropecuária leiteira, laticínios e turismo;

§ 2º. A região é repleta de atrativos ligados a natureza, proporcionando ao visitante da área rural desfrutar de cachoeiras, cavalgadas, montanhismo, tracking, a arquitetura das sedes das fazendas, além de saborear a famosa culinária mineira;

Art.4º. A Associação Entre Serras por estar focada no Turismo Rural ou Agroturismo, tem como objetivo de seus associados proporcionar aos visitantes um contato direto e genuíno com a natureza da região, agricultura, gastronomia, produtos rurais e as tradições locais, através da hospedagem domiciliar em um ambiente rural e familiar.

Art.5º. A Associação Entre Serras tem como finalidades:

§ 1º. Desenvolver estratégias de marketing comum a todos os associados;

§ 2º. Promover e apoiar eventos turísticos e culturais da região;

§ 3º. Fazer-se representar nas instituições e conselhos voltados ao turismo, desenvolvimento rural e meio ambiente;

§ 4º. Desenvolver estratégias, roteiros, ações específicas e apoio à comercialização dos serviços e produtos turísticos relacionados aos associados (Estatuto, 2021, p. 07).

A partir da formalização, a associação ganhou personalidade jurídica, CNPJ e legitimidade institucional para firmar convênios, participar de editais e dialogar com o poder público. Em 2022, a associação passa a ter 11 associados (ver ANEXO A- Folder da Associação Entre Serras) e consolidava-se, assim, um modelo de inovação social focado na governança rural, sustentado pela solidariedade, autogestão e partilha de benefícios entre os associados. Neste contexto de amadurecimento organizacional, cada associado com sua propriedade filiada à Entre Serras – Turismo no Meio Rural passou a desempenhar um papel singular dentro do coletivo, contribuindo com experiências, produtos e práticas que refletem a diversidade da ruralidade de Lima Duarte e seus distritos.

Assim, antes de avançar para a análise das práticas de inovação e tecnologia social, torna-se essencial compreender quem são esses atores, como se organizam e quais são as potencialidades produtivas que sustentam o Turismo Rural no território. O próximo subcapítulo, intitulado “Caracterização e Potencial Produtivo das Unidades Associadas”, apresenta esse panorama, destacando as singularidades de cada propriedade e o modo como suas atividades econômicas, sociais e culturais contribuem para o fortalecimento da Entre Serras enquanto associação de Turismo Rural.

4.2 Caracterização e potencial produtivo das unidades associadas

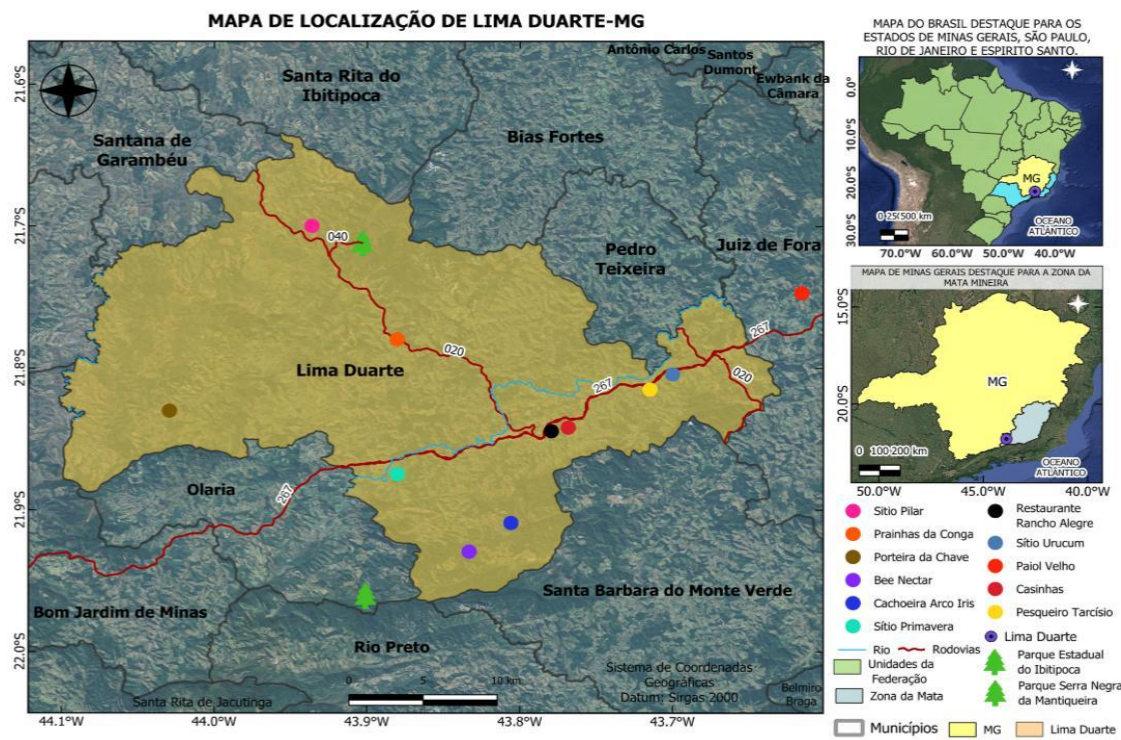
Este subcapítulo tem como objetivo caracterizar as onze propriedades rurais que integram a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, localizada em Lima Duarte (MG). Mais do que uma simples descrição das unidades produtivas, busca-se construir uma leitura interpretativa das realidades locais, evidenciando de que maneira as atividades agropecuárias, agroindustriais e turísticas se entrelaçam nas práticas cotidianas das famílias associadas.

A análise parte do entendimento de que cada propriedade possui uma identidade própria, moldada por fatores históricos, sociais e ambientais que configuram modos distintos de viver e produzir no campo. Assim, o conjunto das propriedades associadas forma um mosaico de experiências que expressam a diversidade, a pluriatividade e a multifuncionalidade do espaço rural contemporâneo.

A Figura 05, intitulada Mapa de Localização das Propriedades Rurais dos Associados da Entre Serras, ilustra a distribuição territorial dos empreendimentos no município de Lima Duarte, evidenciando como as áreas produtivas se articulam às principais rotas de acesso e aos

distritos rurais. Essa espacialização revela a integração entre paisagens, atividades e saberes locais, que sustentam o desenvolvimento do Turismo Rural na região.

Figura 5- Mapa de Localização das Propriedades Rurais dos Associados pertencente à Entre Serras – Turismo no Meio Rural de Lima Duarte – MG.



As propriedades distribuem-se por distintas regiões do território, com distâncias consideráveis entre si, variando de áreas próximas ao centro urbano a zonas mais afastadas e de difícil acesso. Essa dispersão geográfica reflete a diversidade ambiental e produtiva do município, influenciando diretamente as dinâmicas de trabalho, as formas de mobilidade e o grau de interação entre os associados.

Cada propriedade foi analisada como uma unidade familiar de produção e vida, compreendida em sua totalidade social, cultural e econômica. Assim, o foco da análise recai sobre o modo como essas famílias organizam o trabalho, tomam decisões e constroem relações de pertencimento e cooperação no território. Em conjunto, essas unidades compõem o corpus empírico que sustenta a interpretação coletiva sobre as dinâmicas de inovação e transformação social promovidas pela Entre Serras.

A caracterização das propriedades constitui uma etapa metodológica fundamental, pois representa a base de análise a partir da qual serão discutidas, nos capítulos seguintes, as inovações sociais e as dinâmicas coletivas desenvolvidas pelos associados. Essa etapa foi conduzida com base na Análise de Conteúdo, conforme o método proposto por Bardin (2020).

Neste subcapítulo, as falas dos entrevistados foram agrupadas em subcategorias voltadas à caracterização socioeconômica e produtiva das unidades rurais:

- Histórico de aquisição das terras e trajetória familiar no campo;
- Tempo de residência e composição familiar;
- Área total e número de funcionários;
- Categoria e participação econômica das atividades produtivas;
- Atividades agropecuárias e agroindustriais familiares;

A escolha dessas subcategorias responde à necessidade de compreender o papel das propriedades enquanto unidades produtivas e socioculturais. Nos capítulos subsequentes, novas categorizações serão introduzidas a partir do mesmo corpus empírico, ampliando a análise para dimensões relacionadas às inovações sociais, tecnologias sociais, redes de cooperação e dinâmicas associativas. Pode-se dizer então, que o presente subcapítulo constitui uma primeira camada interpretativa, sobre a qual se apoiarão as análises comparativas posteriores.

Dessa forma, o Quadro 16, resulta de um processo analítico que organiza e sintetiza as falas dos entrevistados, transformando históricos individuais em dados estruturados. O quadro é, portanto, a espinha dorsal deste capítulo, pois sistematiza as informações necessárias para a continuidade da análise empírica e teórica desenvolvida ao longo da pesquisa.

Quadro 16 – Caracterização Socioeconômica e Produtiva das Propriedades da Associação Entre Serras (exceto Turismo).

Propriedades	Subcategorias							
Propriedade e Endereço	Histórico de Aquisição das Terras nas Áreas Rurais	Tempo de Residência na Área Rural (anos)	Nº Pessoas na Família	Área (ha)	Nº de Funcionários	Categoria	% Participação Econômica das Atividades Produtivas (exceto o Turismo)	Atividades Agropecuárias e Agroindústria Familiar
Paiol Velho Fazenda São Mateus, Estrada Valadares – Rosário, KM 2 a esquerda.	Proprietário nasceu em Brasília, trabalhou em Muriaé e aposentou lá. Foi comprando terras e hoje tem (3) escrituras da Fazenda São Mateus. Casado, mora em uma das propriedades, com esposa e 5 filhos solteiros, formados e que ajudam nas dinâmicas rurais. Vivem dos recursos que advém da propriedade.	~ 30 anos	7	180 ha, divididos em 3 escrituras	8 funcionários	Neorrural ⁶¹ , família com contexto rural	80%	Pecuária leiteira e de corte, uso de homeopatia animal e adubação orgânica horta orgânica, psicultura, apicultura, avicultura, abelha com e sem ferrão, cavalos, fabricação de queijo Minas artesanal agroecológico, venda de mel e ovos.
Sítio Urucum BR-267, KM 150	Proprietário nasceu no Rio de Janeiro,	12 anos	3	20 há	2 funcionários	Neorrural, família sem	70%	Criação de ovinos (ovelhas, reprodutor e cordeiros),

⁶¹ Neorrurais são pessoas ou famílias que passam a residir no meio rural, muitas vezes vindas de áreas urbanas, buscando novas formas de vida, trabalho ou projetos produtivos. Nesse contexto, é possível distinguir duas situações: os neorrurais com contexto rural, que apesar de terem migrado para o campo possuem alguma ligação prévia com o meio rural, como origem familiar ou experiências anteriores no campo; e os neorrurais sem contexto rural, que não possuem histórico ou vínculos anteriores com a vida rural, inserindo-se nesse espaço a partir de novas motivações e perspectivas.

Propriedade e Endereço	Histórico de Aquisição das Terras nas Áreas Rurais	Tempo de Residência na Área Rural (anos)	Nº Pessoas na Família	Área (ha)	Nº de Funcionários	Categoria	% Participação Econômica das Atividades Produtivas (exceto o Turismo)	Atividades Agropecuárias e Agroindústria Familiar
	apostou e comprou terras em Pedro Teixeira e depois Lima Duarte. Casado, tem 2 filhos, 1 neto. O filho casado mora na cidade e não tem relação com a área rural. A filha é solteira e ambos formados. Mora na propriedade rural, com esposa e uma filha. Juntos, atuam nas dinâmicas rurais e vivem com os recursos que advém da propriedade.					contexto rural		horta familiar, produção e comercialização de carne de cordeiro (lombo, costela, paleta, carré, linguiças, carne de hambúrguer e carne moída), piscicultura e cultivo de frutas.
Pesqueiro do Tarcísio Fazenda Boa Vista, BR-267, Km 152	Proprietário nasceu em Lima Duarte e sempre teve contato com a área rural em função da família. Terras herdadas do pai. Aposentado, casado, tem esposa e 2 filhos menores	61 anos	4	54 há	1 funcionário	Agricultor Familiar – reconhecido pela política	70%	Pecuária leiteira e de corte, piscicultura, apicultura com e sem ferrão, avicultura, cultivo de frutas, verduras, legumes variados, faz composto orgânico, participação no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), fubá,

Propriedade e Endereço	Histórico de Aquisição das Terras nas Áreas Rurais	Tempo de Residência na Área Rural (anos)	Nº Pessoas na Família	Área (ha)	Nº de Funcionários	Categoria	% Participação Econômica das Atividades Produtivas (exceto o Turismo)	Atividades Agropecuárias e Agroindústria Familiar
	de idade, estudantes, que ajudam em alguns finais de semana nas dinâmicas rurais. Todos vivem com os recursos que advém da propriedade.							comercialização de doces, geleias, mel, favo, própolis, ovos.
Casinhas BR-267, Km 159 - 5	Proprietário nasceu em Lima Duarte e a família sempre esteve vinculada a área rural. As terras formam herdadas dos pais. Venderam parte das terras e depois recuperaram as mesmas agregando às terras da família. Aposentado, casado, mora com a esposa na propriedade e tem 5 filhos, sendo 4 casados e 1 solteiro e todos estudados. 7	50 anos	19 pessoas	60 há	4 funcionários	Rural Raiz – categoria identitária	40%	Pecuária leiteira, piscicultura, suinocultura, cavalos, criação de aves, produção linguças, defumados, torresmo, doces, pães e biscoitos, horta familiar.

Propriedade e Endereço	Histórico de Aquisição das Terras nas Áreas Rurais	Tempo de Residência na Área Rural (anos)	Nº Pessoas na Família	Área (ha)	Nº de Funcionários	Categoria	% Participação Econômica das Atividades Produtivas (exceto o Turismo)	Atividades Agropecuárias e Agroindústria Familiar
	netos sendo 4 maiores de idade estudando, 2 menores de idade estudando e 1 bisneto. Dos 5 filhos, 3 trabalham na cidade e apenas dois se dedicam as atividades diárias da fazenda com seus pais e estes vivem dos recursos que advém da propriedade.							
Rancho Alegre BR-267, KM-162 primeira entrada da cidade.	Proprietária nasceu em Lima Duarte e sempre viveu no município, aposentada, comprou terras da tia avó na área rural. Viúva, mora na propriedade e tem 2 filhas, sendo uma casada sem filhos e outra solteira, sem filhos. A casada	22 anos	4	22 há	2 funcionários fixos e 3 três temporários	“Rural Raiz” – categoria identitária	30%	Pecuária leiteira, criação de peixes, suínos para consumo, pequenas culturas, horta orgânica, cultivo de frutas.

Propriedade e Endereço	Histórico de Aquisição das Terras nas Áreas Rurais	Tempo de Residência na Área Rural (anos)	Nº Pessoas na Família	Área (ha)	Nº de Funcionários	Categoria	% Participação Econômica das Atividades Produtivas (exceto o Turismo)	Atividades Agropecuárias e Agroindústria Familiar
	<p>mora em Juiz de Fora. A solteira mora na propriedade com sua mãe e a ajuda diariamente nas demandas do restaurante, e vivem dos recursos que advém da propriedade. Nos finais de semana, todos ajudam no restaurante.</p>							
<p>Cachoeira da Conga Estrada de Ibitipoca, Revolta. Sítio</p>	<p>O proprietário é aposentado e sempre morou na área rural, 2 escrituras foram herdadas do pai e uma foi comprada. Quando casado morava em uma propriedade. Depois de divorciado, foi para outra propriedade chamada de Prainha e lá montou seu bar.</p>	65 anos	4	82 ha divididos em 3 escrituras.	Sem funcionário	Agricultor Familiar – reconhecidos pela política	40%	Pecuária leite, e pequenos animais, horta familiar, plantação de mandioca e cultivo de frutas.

Propriedade e Endereço	Histórico de Aquisição das Terras nas Áreas Rurais	Tempo de Residência na Área Rural (anos)	Nº Pessoas na Família	Área (ha)	Nº de Funcionários	Categoria	% Participação Econômica das Atividades Produtivas (exceto o Turismo)	Atividades Agropecuárias e Agroindústria Familiar
	Tem 2 filhos adultos casados e sem filhos, que moram em Lima Duarte. Ambos trabalham na cidade e nos finais de semana ajudam ao pai na propriedade. Somente o proprietário vive na área rural com os recursos que advém da propriedade.							
Sítio Pilar Estrada Conceição de Ibitipoca, Santana do Garambel, Km-1.	Proprietária nasceu em Lima Duarte e sempre teve contato com a área rural em função da família. Trabalhou na cidade e se aposentou por lá. Terras herdadas do pai. Casada, tem marido e 2 filhos. O casal atua diariamente nas dinâmicas da propriedade. Enquanto os filhos	65 anos	4	12 há	Não tem funcionários fixos	Rural Raiz– categoria identitária	20%	Pecuária de corte, piscicultura, animais de pequeno porte selvagens, cultivo de frutas.

Propriedade e Endereço	Histórico de Aquisição das Terras nas Áreas Rurais	Tempo de Residência na Área Rural (anos)	Nº Pessoas na Família	Área (ha)	Nº de Funcionários	Categoria	% Participação Econômica das Atividades Produtivas (exceto o Turismo)	Atividades Agropecuárias e Agroindústria Familiar
	saíram para estudar e hoje moram na cidade trabalhando por lá: uma em Juiz de Fora e o outro em Lima Duarte. Ajudam na propriedade quando podem. Vivem na área rural com os recursos que advém da propriedade.							
Cachoeira do Arco Íris Rodovia BR-267, Km 163, povoado de São Sebastião do Monte Verde	Proprietário sempre viveu na área rural. As primeiras terras foram compradas pelos avós em 1932, depois outras foram sendo adquiridas pelos pais. Propriedade foi herdada dos pais. Casado, mora na propriedade com esposa e 4 filhos menores de idade, que atuam nas dinâmicas rurais.	46 anos	6	180 há mas divididos em 4 escrituras	2 funcionários <i>free lances</i>	Agricultor Familiar – reconhecidos pela política	20%	Pecuária leiteira e de corte, suínos e galinhas para consumo, horta orgânica para consumo familiar, trator.

Propriedade e Endereço	Histórico de Aquisição das Terras nas Áreas Rurais	Tempo de Residência na Área Rural (anos)	Nº Pessoas na Família	Área (ha)	Nº de Funcionários	Categoria	% Participação Econômica das Atividades Produtivas (exceto o Turismo)	Atividades Agropecuárias e Agroindústria Familiar
	Os filhos estudam na cidade, mas nos finais de semana ajudam os pais nas atividades. Todos vivem na área rural com os recursos que advém da propriedade.							
Bee Nectar e Reserva Andirá Vila de São Sebastião do Monte Verde, zona rural.	Proprietário nasceu na área rural, familiares sempre estiveram na área rural em suas próprias terras. Em 2014 comprou a Reserva Andirá e em 2017 comprou a Fazenda Aliança da Mantiqueira, que eram de antepassados que venderam a uma estrangeira. 2019, nasce a Bee Nectar que é uma marca de produtos relacionados a mel.	44 anos	2	55 ha + 156 há, de duas escrituras	Não tem funcionários fixos	Rural Raíz– categoria identitária	30%	Meliponicultura, produção de hidromel, pingo doce, mel e cosméticos naturais a base de mel; própolis, favo, licor, plantação de juçaras, café e milho crioulo.

Propriedade e Endereço	Histórico de Aquisição das Terras nas Áreas Rurais	Tempo de Residência na Área Rural (anos)	Nº Pessoas na Família	Área (ha)	Nº de Funcionários	Categoria	% Participação Econômica das Atividades Produtivas (exceto o Turismo)	Atividades Agropecuárias e Agroindústria Familiar
	Casado e juntamente com sua esposa, atuam nas dinâmicas rurais de forma conjunta, além de terem também alguns dias de atividade num emprego público da cidade do Rio de Janeiro. Não tem filhos e vivem dos recursos que advém da propriedade e também com o salário da cidade.							
Sítio Primavera Estrada da Fazenda do Pão de Angu, s/n.	Viveram no Rio de Janeiro, se aposentaram, compraram terras em Lima Duarte. Casados, tem 2 filhos que moram na cidade e trabalham por lá. Atuam nas dinâmicas rurais da fazenda juntos,	10 anos	2	48 há	3 funcionários	Neorrural, sem contexto na área rural	50%	Pecuária leiteira, produção de queijo Minas artesanal, cachaça envelhecida em barril de carvalho; horta familiar, cultivo de frutas.

Propriedade e Endereço	Histórico de Aquisição das Terras nas Áreas Rurais	Tempo de Residência na Área Rural (anos)	Nº Pessoas na Família	Área (ha)	Nº de Funcionários	Categoria	% Participação Econômica das Atividades Produtivas (exceto o Turismo)	Atividades Agropecuárias e Agroindústria Familiar
	cada um com suas atividades. Vivem dos recursos que advém da propriedade.							
Fazenda Porteira de Chave São Domingos da Bocaina, s/n.	Sempre morou na área rural. Parte das terras foram herdado dos pais, outras compradas. Casado, com esposa e 2 filhos, sogro, nora, 2 netos menores de idade, todos atuando nas dinâmicas rurais, excetos os netos. Os filhos são estudados e vivem dos recursos que advém da propriedade.	~48 anos	7	168 h, dividido em 4 escrituras	3 funcionários	Rural Raiz – categoria identitária	90%	Pecuária leiteira e de corte, piscicultura com pesque e pague, suínos e animais pequenos, produção de doces e quitandas, cultivo de frutas, horta com hortaliças, legumes de origem orgânica e artesanato em madeira.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas entrevistas de campo realizadas com os membros da Associação Entre Serras.

As informações apresentadas no quadro revelam que as unidades produtivas vinculadas a Entre Serras possuem uma base fortemente familiar e produção diversificada, na qual trabalho, moradia e produção se integram em um mesmo espaço. Esse traço caracteriza o que Wanderley (2009) define como um modo de vida rural, em que as dimensões econômica, simbólica e cultural da produção estão entrelaçadas. Nessa perspectiva, o trabalho ultrapassa a lógica da renda e se torna expressão de continuidade, pertencimento e herança territorial.

A análise das entrevistas, conforme apresentado na seção metodológica, permite identificar três perfis distintos de produtores: três agricultores familiares reconhecidos pela política pública, cinco agricultores rural raiz e três neorrurais, sendo dois sem origem no campo e um com vivência rural anterior. Durante as conversas, os participantes manifestaram críticas contundentes à limitação das políticas públicas de reconhecimento da agricultura familiar, ressaltando que os critérios legais não captam a complexidade e a diversidade das realidades rurais locais.

Conforme abordado ao longo dessa tese agricultor familiar é aquele que segundo a Lei nº 11.326/2006, possui até quatro módulos fiscais, emprega mão de obra predominantemente familiar e tem na propriedade sua principal fonte de renda (Brasil, 2006). Em Lima Duarte (MG), cada módulo fiscal⁶² correspondente a 24 hectares (Embrapa, 2025, s/p), o que estabelece um limite máximo de 96 hectares para o enquadramento formal. Contudo, esse enquadramento ignora o contexto histórico, social e cultural das famílias rurais, resultando na exclusão de produtores que, mesmo mantendo práticas e valores típicos da agricultura familiar, não se enquadram nos parâmetros legais.

Cabe destacar que o conceito de módulo fiscal não se originou nas discussões sobre agricultura familiar. Ele foi introduzido pela Lei nº 6.746/1979, que alterou dispositivos do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), instrumento jurídico que regula os direitos e obrigações relacionados aos imóveis rurais no contexto da política agrária brasileira. Seu objetivo inicial estava associado à implementação da política de reforma agrária, estabelecendo parâmetros para a distribuição da terra e para a definição de unidades produtivas capazes de garantir a reprodução social e econômica das famílias rurais. Ao longo do tempo, o módulo fiscal passou a desempenhar diferentes funções institucionais, sendo utilizado também em políticas públicas diversas, como na política previdenciária rural, na tributação da propriedade rural e na aplicação de dispositivos do Código Florestal.

⁶² Foi apresentado na página 45, na metodologia da pesquisa, item: Os atores Chave da Pesquisa, explicações detalhadas sobre módulo fiscal.

Nesse contexto, embora o módulo fiscal tenha sido concebido como um parâmetro técnico voltado à viabilidade econômica das propriedades rurais, sua utilização como critério para o enquadramento em determinadas políticas públicas pode gerar situações de tensão no território. No caso da agricultura familiar, por exemplo, a legislação estabelece como um dos critérios de enquadramento a limitação de até quatro módulos fiscais por propriedade. Entretanto, em determinados contextos territoriais, propriedades que historicamente se estruturam a partir do trabalho familiar e da transmissão intergeracional da terra podem ultrapassar esse limite formal, o que acaba excluindo esses produtores do acesso a determinados programas e benefícios.

Os efeitos dessa exclusão são amplos: perda de benefícios fiscais, restrição ao acesso a programas governamentais, como o Pronaf e aumento dos custos de manutenção das propriedades, fatores que podem contribuir para o aprofundamento das desigualdades no campo. As falas dos agricultores refletem essa sensação de injustiça e desamparo.

Essa situação foi evidenciada nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, nas quais alguns agricultores relatam dificuldades de enquadramento institucional, apesar de manterem práticas produtivas típicas da agricultura familiar. Como expressam os depoimentos:

A terra é de herança, passou de geração em geração, e a gente não consegue os benefícios da agricultura familiar (Entrevistado Q). A gente trabalha igual ou até mais, mas o papel diz que não somos agricultores familiares (Entrevistado L). A propriedade é grande, e isso já me tira do enquadramento (Entrevistado I). O governo olha só o tamanho da terra, mas não vê que é difícil manter tudo funcionando” (Entrevistado O). Como temos funcionário, não temos direito a crédito rural diferenciado (Entrevistado P).

Esses relatos evidenciam que, embora o módulo fiscal desempenhe um papel relevante como instrumento técnico de ordenamento agrário, sua aplicação normativa pode produzir efeitos de exclusão institucional em determinados contextos, especialmente quando as dinâmicas territoriais, históricas e familiares não correspondem integralmente aos critérios formais estabelecidos pelas políticas públicas.

Ao privilegiar parâmetros predominantemente quantitativos, como a área da propriedade ou o número de trabalhadores contratados, a legislação tende a desconsiderar dimensões sociais, históricas e simbólicas que estruturam o modo de vida no campo. Como resultado, produtores que herdaram suas terras e buscam mantê-las produtivas, muitas vezes recorrendo à diversificação de atividades ou à contratação pontual de mão de obra, acabam sendo penalizados por critérios que não refletem a complexidade das realidades rurais. Nessa condição, muitos permanecem em uma espécie de limbo institucional e político, arcando com tributos e custos incompatíveis com sua escala de produção, apesar de continuarem

desempenhando um papel fundamental na preservação de saberes, práticas produtivas e valores que sustentam a identidade e a continuidade da vida rural.

Nas entrevistas, observou-se que a maioria das propriedades da Entre Serras – Turismo no Meio Rural apresenta uma organização produtiva diversificada, combinando pecuária, horticultura, agroindústria artesanal e pequenas criações. Essa pluriatividade como argumenta Ploeg (2008), constitui uma estratégia de resistência e reprodução social, permitindo às famílias reduzir riscos e construir autonomia diante das incertezas do mercado. Ao diversificar, os agricultores mantêm o equilíbrio entre o consumo doméstico, a venda direta e as trocas comunitárias, sustentando um modo de vida que preserva o vínculo entre produção e território.

Além disso, as entrevistas revelaram que as atividades agropecuárias tradicionais deixaram de garantir a sustentabilidade financeira das propriedades. Os custos crescentes dos insumos e a desvalorização dos produtos têm levado muitos agricultores a reavaliar suas formas de produção: “O leite e a criação já não pagam as contas do campo” (Entrevistado J). “A gente trabalha muito e no fim do mês mal sobra pra comprar o que precisa” (Entrevistada N). “O custo do insumo subiu demais, e o que a gente ganha com a venda não compensa” (Entrevistado Q).

Diante desse cenário, a diversificação produtiva tornou-se não apenas uma estratégia, mas uma necessidade. As famílias passaram a investir em novas atividades, como a fabricação de queijos e doces, a meliponicultura, a piscicultura e o turismo pedagógico. Essa dinâmica traduz o que Schneider (2003) definem como pluriatividade e multifuncionalidade rural, expressões de adaptação, criatividade e resiliência das famílias agricultoras. Como sintetizam alguns entrevistados: “Hoje é preciso se reinventar todo dia, não dá pra viver só do gado” (Entrevistado K). “Cada ano a gente tenta uma coisa nova, senão não se mantém” (Entrevistado N). “Se não diversificar, o campo morre junto com a gente” (Entrevistado L).

Diante deste cenário, a leitura do Quadro 16, referente à Caracterização Socioeconômica e Produtiva das Propriedades da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, torna-se fundamental para compreender a estrutura econômica e a forma como cada unidade produtiva organiza suas atividades.

A coluna % de participação econômica das atividades produtivas (exceto o turismo) expressa o quanto da renda de cada propriedade ainda é proveniente das atividades agropecuárias e agroindustriais, que constituem a base produtiva tradicional das famílias rurais. O percentual restante, portanto, corresponde às atividades complementares, sobretudo o Turismo Rural, que integra hospedagem, gastronomia, lazer, experiências educativas e

ecológicas. Apenas no caso da Bee Nectar / Reserva Andirá, parte desse percentual remanescente também se refere a atividades externas ao meio rural, como trabalhos urbanos e comerciais que complementam a renda familiar.

Essa leitura permite compreender que, embora o setor agropecuário continue sendo o principal eixo econômico das unidades associadas, o turismo vem se consolidando como atividade complementar estratégica, promovendo diversificação de renda, fortalecimento territorial e maior integração entre produção e hospitalidade. No quadro 17 a seguir, apresenta-se uma estimativa das representatividades extraídas dos dados de campo de cada unidade produtiva:

Quadro 17 – Estimativa da composição das atividades agropecuárias e turísticas nas unidades produtivas da Associação Entre Serras.

Unidade Produtiva	Tipo de agricultor	Agropecuária (%)	Turismo Rural (%)	Outras atividades (%)	Principais atividades no Turismo Rural
Porteira de Chave	“Rural Raiz” Categoria Identitária	90%	10%	–	Visitação às grutas de mineração, paisagens contemplativas, restaurante, chalés como meio de hospedagem.
Paiol Velho	Neorrural	80%	20%	–	Queijo Minas Artesanal agroecológico, visitas à queijaria, turismo pedagógico, cursos, experiências sensoriais e venda direta.
Sítio Urucum	Neorrural	70%	30%	–	Turismo pedagógico infantil, turismo gastronômico, degustações, venda de produtos artesanais, cabana como meio de hospedagem.
Pesqueiro do Tarcísio	Agricultor Familiar	70%	30%	–	Pesque-pague, apicultura, visitação educativa, quartos como meio de hospedagem.
Sítio Primavera	Neorrural	50%	50%	–	Queijo Minas Artesanal, cachaça envelhecida em barris de carvalho, visitas guiadas, venda de queijos, quartos e chalés como meios de hospedagem.

Unidade Produtiva	Tipo de agricultor	Agropecuária (%)	Turismo Rural (%)	Outras atividades (%)	Principais atividades no Turismo Rural
Casinhas	“Rural Raiz” Categoria Identitária	40%	60%	–	Restaurante rural, pesque-pague, turismo pedagógico infantil, eventos.
Cachoeira da Conga	Agricultor Familiar	40%	60%	–	Cachoeiras, trilhas, trekking, bar, eventos (forró, cavalgada, quadrilha), camping e chalés como meio de hospedagem.
Bee Nectar / Reserva Andirá	“Rural Raiz” Categoria Identitária	30%	30%	40% (atividades urbanas)	Apiturismo, trilhas, turismo pedagógico, observação de aves, reflorestamento de juçara, educação ambiental, degustação e venda de produtos, quartos, chalés e casa de pedra como meio de hospedagem.
Rancho Alegre	“Rural Raiz” Categoria Identitária	30%	70%	–	Restaurante de comida mineira, paisagens rurais, chalés como meio de hospedagem.
Sítio Pilar	“Rural Raiz” Categoria Identitária	20%	80%	–	Paisagens de valor cênico, valorização do patrimônio arquitetônico, chalés, casas e silo adaptado como meio de hospedagem.
Cachoeira do Arco-Íris	Agricultor Familiar	20%	80%	–	Cinco cachoeiras, trilhas, restaurante, eventos (especialmente casamentos), camping e chalés diversificados como meio de hospedagem.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nos dados de campo e entrevistas com os associados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

Esses dados revelam que a maior parte das propriedades associadas mantém o turismo como atividade complementar, preservando a base agropecuária que sustenta tanto a identidade rural quanto a legitimidade da própria experiência turística. Sob uma análise crítica, os aspectos positivos dessa diversificação são notáveis: a combinação entre agricultura e turismo fortalece a resiliência econômica das famílias, reduzindo a vulnerabilidade diante da oscilação dos preços agrícolas e ampliando as possibilidades de geração de renda. A maior visibilidade alcançada

pelo território, impulsionada tanto pelas mídias sociais quanto pelo aumento das visitas, tem contribuído para valorizar produtos locais, reforçar a identidade cultural e estimular o orgulho comunitário.

Além disso, o Turismo Rural tem favorecido a permanência de jovens e mulheres no campo, que encontram no atendimento aos visitantes, na gastronomia e na produção artesanal novas formas de protagonismo e autonomia. Em várias propriedades, o cuidado com a paisagem, a recuperação de nascentes, a preservação ambiental e a adoção de técnicas sustentáveis tornam-se parte constitutiva da oferta turística, transformando conservação em oportunidade econômica. Nesse sentido, o Turismo Rural atua não como substituto, mas como um instrumento de valorização da agricultura e do território, ampliando mercados, diversificando canais de comercialização e fortalecendo práticas produtivas que preservam o modo de vida rural.

Por outro lado, alguns desafios e riscos merecem atenção. A expansão do Turismo Rural sem planejamento, pode gerar pressões ambientais, alterar as dinâmicas sociais e produtivas do campo, transformando o território em um espaço de consumo simbólico. Esse movimento já se observa em algumas propriedades da Entre Serras, como Casinhas e Cachoeira da Conga (60% turismo / 40% agropecuária), Rancho Alegre (70% turismo / 30% agropecuária) e, sobretudo, Sítio Pilar e Cachoeira do Arco-Íris (80% turismo / 20% agropecuária), onde o turismo deixa de ser complementar e passa a ocupar posição dominante.

Essa inflexão é preocupante por diferentes razões. Em primeiro lugar, quando estruturas turísticas (chalés, bares, áreas de lazer) substituem gradualmente áreas produtivas, ocorre perda de autonomia agrícola e enfraquecimento do vínculo simbólico com a terra, comprometendo a autenticidade do rural como espaço de vida e trabalho. A predominância do Turismo Rural, torna as famílias mais dependentes de fluxos sazonais, plataformas digitais e conjunturas externas, fragilizando a segurança alimentar e a estabilidade de renda ao longo do ano.

Em segundo lugar, quando o Turismo Rural passa a ocupar posição dominante na matriz econômica da propriedade, surgem impactos diretos sobre a paisagem e a capacidade de suporte do território. A ampliação de estruturas como chalés, bares, áreas de lazer e equipamentos de atendimento desloca tempo e força de trabalho antes destinados à produção agropecuária, podendo transformar práticas agrícolas, culturais e cotidianas em simples cenários de consumo. Nesse movimento, há o risco de “cenarização” do rural, isto é, a transformação do modo de vida local em espetáculo, reduzido ao que é visualmente atraente para o visitante, esvaziando seus sentidos práticos e simbólicos.

Terceiro, observa-se que, à medida que algumas unidades passam a investir mais fortemente no Turismo Rural (sobretudo aquelas com maior capital inicial, melhor localização ou maior apelo estético) ocorre uma tendência de concentração de visibilidade e receitas nas propriedades consideradas mais “instagramáveis”. Esse fenômeno aprofunda assimetrias internas, produzindo desigualdades entre associados e tensionando o tecido organizacional da Associação. Tal diferenciação desafia a lógica colaborativa e solidária que fundamenta iniciativas coletivas de Turismo Rural, podendo fragilizar o propósito comum de fortalecer o território como um todo.

Dessa forma, os resultados evidenciam que, para que o Turismo Rural permaneça coerente com seus princípios e com as diretrizes do Ministério do Turismo, ele deve atuar como atividade complementar, e não substitutiva, à agropecuária. É justamente a presença cotidiana do cultivo, da criação, do manejo da terra e dos saberes tradicionais que confere autenticidade e legitimidade a esse segmento. Preservar a base produtiva não é, portanto, apenas uma exigência conceitual: trata-se de uma condição estruturante para garantir a integridade cultural, ambiental e econômica das famílias rurais.

Para reequilibrar a dinâmica produtiva das propriedades em que o turismo passou a ocupar lugar predominante, torna-se necessário adotar estratégias que preservem a centralidade da atividade agropecuária e restabeleçam a complementaridade que caracteriza o Turismo Rural. Nesse sentido, recomenda-se: (i) a definição de metas mínimas de manutenção da produção agropecuária em cada unidade (por exemplo, um piso de 50% da renda anual vinculada à base produtiva); (ii) o reinvestimento sistemático de parte da renda turística em sistemas agrícolas e extrativistas, incluindo práticas agroecológicas, agroindústrias familiares e bancos de sementes; (iii) a criação de um calendário anual que distribua os fluxos de visitação, evitando picos concentrados e limitando a expansão física de estruturas de hospedagem; (iv) o monitoramento contínuo de indicadores como capacidade de carga, proporção entre renda agrícola e turística, e distribuição das horas de trabalho entre as atividades; e (v) o fortalecimento de mecanismos solidários (rateios, compras coletivas, comercialização associativa) que reduzam a dependência individual das oscilações do mercado turístico.

Quando o Turismo Rural passa a comandar a organização econômica e simbólica do território, o campo perde lastro produtivo e identitário. Reequilibrar a matriz entre agropecuária e turismo não é apenas uma recomendação técnica, mas condição para que a hospitalidade rural sustente, e não substitua, a vida produtiva das famílias e a continuidade das ruralidades.

Nesse sentido, a necessidade de reequilibrar a relação entre atividades agropecuárias e Turismo Rural não se coloca apenas no plano produtivo, mas sobretudo no plano das relações sociais, institucionais e organizativas que estruturam o território. A forma como esse equilíbrio é construído ou tensionado, depende diretamente dos arranjos coletivos, das parcerias institucionais e dos mecanismos de coordenação entre os diferentes atores envolvidos. Assim, compreender quem decide, como se articulam os interesses e quais redes sustentam as estratégias de desenvolvimento torna-se central para avaliar se o Turismo Rural fortalece ou fragiliza as ruralidades locais. É a partir dessa perspectiva que se desenvolve o subcapítulo seguinte, dedicado às Redes Colaborativas e à Governança Territorial no âmbito da Associação Entre Serras.

4.3 Redes Colaborativas e Governança Territorial

A governança territorial consolidou-se na contemporaneidade como um campo analítico central para compreender as novas formas de coordenação e cooperação entre atores que compartilham um mesmo território. Diferente dos modelos centralizadores de planejamento do século XX, as abordagens contemporâneas compreendem o território como um espaço socialmente construído, onde múltiplos agentes, públicos, privados e comunitários, interagem para definir estratégias de desenvolvimento a partir de suas próprias realidades (Dallabrida, 2015; Piraux, 2024).

Nessa perspectiva, a governança territorial deve ser entendida como um processo colaborativo que nasce da aprendizagem social e da bricolagem institucional, isto é, da capacidade dos atores locais de combinar diferentes formas de saber, técnico, empírico e tradicional, para construir soluções próprias. Nesse sentido, ela não é apenas um arranjo político, mas um mecanismo de inovação social, que articula a ação pública e a ação comunitária por meio da corresponsabilidade e da confiança mútua (Piraux e Caniello, 2019; Piraux *et al.*, 2020; Piraux, 2024).

A perspectiva de Rey-Valette *et al.* (2014) complementa essa leitura ao enfatizar que a governança territorial se materializa em mecanismos de coordenação multiescalar, capazes de conectar políticas nacionais e regionais às dinâmicas locais. Essa multiescalaridade é essencial em territórios rurais marcados por fragmentação institucional e desigualdades históricas, pois permite o diálogo entre diferentes níveis de decisão e a integração entre setores como turismo, agricultura e meio ambiente.

De acordo com Sabourin (2019) e Favareto e Berdegué (2017), a governança territorial no meio rural latino-americano também possui uma dimensão política fundamental: ela é um instrumento de fortalecimento social, voltado à inclusão produtiva, à sustentabilidade e à valorização cultural. Quando aplicada ao Turismo Rural, essa abordagem cria condições para que o desenvolvimento econômico ocorra em sintonia com a preservação ambiental e o fortalecimento das comunidades locais.

A análise qualitativa das entrevistas e observações de campo referentes a categoria Redes Colaborativas e Governança Territorial foi conduzida segundo os princípios da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2020). Essa abordagem permitiu identificar os núcleos de sentido recorrentes nas falas dos diferentes atores: agricultores, instituições públicas e privadas, moradores, que participam das redes de governança no território de Lima Duarte (MG). Neste processo, as subcategorias identificadas foram (ver quadro 18):

1. **Cooperação Institucional e Mediação Técnica:** Engloba as falas sobre o papel das instituições de apoio (SENAR, SEBRAE, EMATER e Sindicato Rural) na qualificação dos produtores, na mediação de saberes técnicos e na construção da identidade coletiva do grupo.
2. **Articulação Pública-Comunitária e Desafios da Infraestrutura:** Refere-se às relações entre o poder público e a comunidade (neste caso entendida como apenas os pertencentes a Entre Serras), especialmente à atuação da Prefeitura através da Secretaria de Turismo na gestão territorial, destacando avanços e fragilidades, como a falta de manutenção das estradas e de políticas contínuas de apoio ao campo.
3. **Governança Multiescalar e Integração Regional:** Reúne as manifestações sobre o papel da IGR – Circuito Serras de Ibitipoca na articulação entre escalas local, regional e estadual, promovendo o reconhecimento do Turismo Rural e comunitário dentro das políticas públicas mais amplas.
4. **Capital Social, Solidariedade e Governança de Proximidade:** Abrange as falas que evidenciam o fortalecimento dos laços de confiança, ajuda mútua e reciprocidade entre os agricultores, configurando uma forma de governança comunitária baseada na convivência e na cooperação cotidiana.
5. **Corresponsabilidade e Inovação Colaborativa:** Integra os relatos sobre o protagonismo dos agricultores e a atuação da Associação Entre Serras como espaço de autogestão e

aprendizado coletivo, em que a sociedade civil assume funções tradicionalmente atribuídas ao Estado, expressando inovação social e corresponsabilidade territorial.

Essas subcategorias refletem o modo como a governança territorial no contexto da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural se organiza a partir da cooperação entre múltiplos níveis institucionais e comunitários. A análise mostra que, apesar das limitações estruturais e da presença ainda desigual do poder público, a força das redes colaborativas e a capacidade de autogestão dos agricultores constituem o eixo central da governança local. Essa configuração híbrida, articulando ação pública e protagonismo comunitário, evidencia o potencial transformador do Turismo Rural como vetor de desenvolvimento social e territorial.

Quadro 18– Redes Colaborativas e Governança Territorial na Entre Serras: categorias, evidências empíricas e referenciais teóricos.

Categoria Principal	Subcategorias	Descrição	Indicadores Empíricos (falas e observações)	Referenciais Teóricos	Falas Ilustrativas
Redes Colaborativas e Governança Territorial na Entre Serras	1. Cooperação institucional e mediação técnica	Expressa a atuação de instituições de apoio (SENAR, SEBRAE, EMATER Sindicato Rural) na qualificação técnica, gestão produtiva, fortalecimento associativo e Turismo Rural.	Cursos, consultorias, assessorias, roteirização e construção da marca “Entre Serras”.	Piroux et al. (2020); Favareto & Berdégú (2017); Dallabrida (2015)	“O SENAR abriu nossos olhos; hoje sabemos o valor de registrar o que fazemos e mostrar o que é produzido com cuidado.” (Entrevistado R)
	2. Articulação público-comunitária e desafios da infraestrutura	Representa as relações entre o poder público (Prefeitura/Secretaria de Turismo) e as comunidades rurais (comunidade local e associados), revelando avanços institucionais e limitações práticas, especialmente no acesso às propriedades.	Falas sobre estradas precárias, chuva, falta de apoio e necessidade de manutenção.	Dallabrida (2022); Rey-Valette et al. (2014); Piroux (2024)	“Quando chove, é nossa preocupação, a estrada fica ruim e a gente precisa desmarcar hospedagem pois o turista não chega.” (Entrevistado I)
	3. Governança multiescalar e integração regional	Refere-se à atuação da Instância de Governança Regional (IGR) – Circuito Serras de Ibitipoca, que conecta políticas municipais às estaduais e amplia a visibilidade do turismo comunitário.	Inserção da Entre Serras em roteiros regionais; integração entre municípios; reconhecimento do turismo de base comunitária.	Rey-Valette & Mathé (2012); Dallabrida (2015); Piroux (2021)	“O turismo rural comunitário precisa ser reconhecido como algo de valor regional.” (Entrevistado J)
	4. Capital social, solidariedade e governança de proximidade	Engloba as práticas de reciprocidade, ajuda mútua e hospitalidade que sustentam a coesão social entre os agricultores e a comunidade local.	Troca de produtos, transporte solidário, apoio em eventos e hospitalidade rural.	Favareto & Berdégú (2017); Piroux (2024)	“A gente aprendeu que o sucesso de um, ajuda o outro; se o vizinho vai bem, o turista volta e quer conhecer o resto.” (Entrevistada N)
	5. Corresponsabilidade e inovação colaborativa	Reflete o protagonismo comunitário e a capacidade dos agricultores de criar soluções autônomas frente à ausência do poder público, caracterizando um modelo híbrido de governança.	Ações autônomas da associação (sinalização, recepção, promoção digital, parcerias interinstitucionais).	Piroux & Caniello (2019); Dallabrida (2022); Rey-Valette et al. (2014)	“A gente faz a nossa parte. Sem estrada, sem apoio, a gente continua lutando sozinho.” (Entrevistado L)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

A categorização anterior que consta no quadro demonstra que no caso de Lima Duarte (MG), a experiência da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural exemplifica o que Dallabrida (2015, 2022) chama de combinações práticas ascendentes (*bottom-up*), oriundas da iniciativa dos agricultores, com políticas descendentes (*top-down*), formuladas por instituições públicas e de fomento, que aqui vamos classificar como híbridas. Essa combinação cria um ecossistema colaborativo que conecta órgãos de apoio técnico (SENAR, SEBRAE e EMATER), instâncias de representação (Sindicato Rural, IGR) e o poder público municipal através da Secretaria de Turismo, resultando em uma rede de cooperação que amplia a capacidade de ação coletiva.

Essa convergência entre saber técnico e saber local representa a essência da economia relacional⁶³ e do capital social territorial⁶⁴, nos quais o valor das iniciativas está nas relações de confiança e reciprocidade que unem os sujeitos ao território. A governança, portanto, vai além da gestão de projetos: ela se torna uma forma de inovação institucional (Piroux, 2024), na medida em que cria novas práticas de gestão, fortalece a autonomia local e legitima o território como sujeito de desenvolvimento.

Assim, na Entre Serras, as redes colaborativas não são apenas instrumentos de gestão, mas expressões vivas da inteligência coletiva que estrutura o território. A articulação entre produtores, instituições e comunidade transforma o campo em um espaço de aprendizagem contínua, onde a cooperação substitui a competição e a sustentabilidade emerge como resultado de uma construção social compartilhada. Essa governança, que nasce “de baixo para cima” e se fortalece na reciprocidade, constitui o alicerce do processo de inovação social e tecnológica que será aprofundado nos capítulos seguintes.

Entre os principais parceiros institucionais, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) tem papel decisivo na estruturação técnica das propriedades e na qualificação dos produtores rurais. Por meio de cursos e capacitações, o SENAR promoveu melhorias na gestão, nas condições sanitárias, na produção de queijo, no entendimento do potencial turístico, roteirização, turismo no espaço rural, na diversificação das atividades turísticas, dentre outros, fortalecendo a profissionalização do grupo.

⁶³ A economia relacional é um modelo que prioriza as relações de confiança e colaboração em vez do lucro puro. Ela valoriza o capital social e o bem-estar coletivo como bases para as trocas econômicas.

⁶⁴ O capital social territorial refere-se às redes de confiança, cooperação e reciprocidade que estruturam uma comunidade local. Essas relações fortalecem a capacidade coletiva de organização, de ação conjunta e de enfrentamento dos desafios do território, contribuindo para processos de desenvolvimento construídos de forma compartilhada.

A atuação do SENAR, conforme evidenciado pelo relato do Entrevistado R, sintetizado no quadro anterior, foi percebida pelos associados como um fator decisivo para a profissionalização das práticas produtivas e para a valorização simbólica do que é produzido no território. Ao estimular o registro, a padronização e a visibilidade dos processos produtivos, a instituição contribuiu para que os agricultores passassem a reconhecer seus próprios saberes e produtos como portadores de qualidade, identidade e legitimidade social, fortalecendo sua inserção no Turismo Rural e nos circuitos de comercialização.

Essa dinâmica ilustra o conceito de aprendizagem territorial, no qual o conhecimento técnico não é simplesmente transferido, mas apropriado, reinterpretado e incorporado pelos sujeitos locais, gerando novos sentidos, práticas e formas de organização coletiva, configurando assim, um processo de inovação social (Piroux, 2024; Favaretto *et al.*, 2015). O SENAR, portanto, atua não apenas como transmissor de técnicas, mas como mediador entre o saber técnico e os saberes locais, fortalecendo a autonomia produtiva e a legitimidade das práticas associativas no campo do Turismo Rural.

O SEBRAE, por sua vez, atua de forma complementar, promovendo consultorias voltadas à turismo e hospitalidade, identidade territorial, marketing rural, educação empreendedora, desenvolvimento da cadeia de turismo - turismo no meio rural e produção associada ao turismo, gestão financeira, dentre outros. Seu envolvimento é importante na construção da marca “Entre Serras” e na integração das propriedades em uma proposta turística coletiva. Uma agricultora expressa: “O SEBRAE ajudou a gente a entender que o produto é mais do que uma coisa pra vender; é uma história pra contar” (Entrevistado K).

Essa percepção denomina economia relacional, em que o valor econômico se vincula aos laços simbólicos e afetivos entre produtores, território e visitantes. Ao fomentar o associativismo e a narrativa identitária, o SEBRAE transforma experiências individuais em projetos coletivos de pertencimento, ampliando a visibilidade e a sustentabilidade das propriedades.

Já a Prefeitura Municipal de Lima Duarte, por meio da Secretaria de Administração, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, tem assumido papel significativo na promoção territorial e na valorização do Turismo Rural. Entre as ações já efetivadas, destacam-se o apoio à formalização de empreendimentos rurais, a capacitação de produtores em parceria com o Sistema S (SEBRAE, SENAR e SENAC), o incentivo a experiências gastronômicas e culturais, a promoção do Queijo Minas Artesanal e do artesanato local, além do apoio direto à implementação da Rota Ferrovia da Bocaina, em parceria com a EMATER e municípios

vizinhos (Entrevistado F) . A secretaria também coordena eventos culturais, esportivos e gastronômicos, pela promoção turística em feiras e campanhas digitais e pela formação de mão de obra local, articulando iniciativas de Turismo Rural e comunitário como instrumento de desenvolvimento (Entrevistado F)

Em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo de Lima Duarte (COMTUR-LD), a secretaria é responsável pela execução do Plano Municipal de Turismo 2024–2027, que estabelece metas claras para criação e requalificação de roteiros integrados, como a Rota do Queijo Minas Artesanal, o Circuito de Cachoeiras, a Rota Ferrovia da Bocaina, a Estrada Parque e o Roteiro Entre Serras (Entrevistado F).

O plano propõe descentralizar o turismo e valorizar os seis distritos do município (Lima Duarte, Conceição de Ibitipoca, São Domingos da Bocaina, São José dos Lopes, Manejo e Orvalho), por meio de melhorias de acesso, sinalização padronizada, qualificação profissional, incentivos fiscais e fortalecimento da gastronomia e do artesanato local. Também prevê a criação de campanhas digitais e de um mapeamento turístico rural, conectando visitantes às propriedades e experiências do campo (Entrevistado F).

Contudo, parte das ações estratégicas ainda está em fase de planejamento e estruturação, como a descentralização efetiva das rotas turísticas, requalificação das estradas vicinais que ligam os distritos, melhoria de rodovias de acesso, padronização da sinalização rural, conectividade digital nas comunidades, e a criação de um mapa turístico digital que integre trilhas, estradas e propriedades associadas. Persistem, ainda, pendências relacionadas à ampliação de incentivos fiscais, linhas de crédito e à formalização das propriedades no Cadastur, além da necessidade de consolidar uma política municipal contínua de apoio ao Turismo Rural.

Apesar desses avanços e do compromisso assumido até 2027, as entrevistas com os agricultores da Associação Entre Serras indicam que os efeitos das políticas públicas ainda não se materializam plenamente no cotidiano rural. A principal dificuldade relatada refere-se à infraestrutura viária precária, sobretudo em períodos de chuva, que limita o acesso dos turistas e compromete a continuidade das atividades. Como relatam alguns entrevistados:

Quando chove, o turista não chega. A estrada fica ruim, e a gente precisa desmarcar hospedagem e passeio. Isso desanima, porque quem passa sufoco não volta (Entrevistado K). Quando chove, a gente já sabe que vai ter problema. A estrada vira um sabão, o carro não sobe, e o turista desiste. A gente tenta arrumar com enxada, joga cascalho, mas sem máquina da prefeitura, é difícil. Teve fim de semana que precisei ligar pra cancelar a hospedagem, porque ninguém conseguia chegar até aqui. O turista que vem uma vez e passa aperto, muitas vezes não volta (Entrevistado I).

Situações como essas revelam que a efetividade das políticas depende não apenas do planejamento institucional, mas também da agilidade na execução das melhorias prometidas, especialmente em relação à manutenção das estradas e à ampliação da conectividade rural. Essas fragilidades impactam diretamente a experiência do visitante, a confiabilidade do destino e a sustentabilidade das iniciativas de Turismo Rural, apontando para a importância de transformar os compromissos planejados em resultados concretos.

Para Dallabrida (2022), a governança territorial requer coerência entre a ação pública e as condições concretas de desenvolvimento, sobretudo em áreas rurais onde o turismo depende de infraestrutura mínima e gestão compartilhada. Nesse contexto, a Associação Entre Serras tem assumido funções que deveriam ser partilhadas com o poder público, como sinalização turística, recepção de visitantes, promoção digital e integração com entidades de apoio.

O entrevistado L sintetiza essa inversão de papéis: “A gente faz a nossa parte. Sem estrada, sem apoio, a gente continua lutando sozinho.” Essa fala ilustra o que Rey-Valette *et al.* (2014) e Piraux (2020) descrevem como governança em rede assimétrica, quando a sociedade civil se organiza autonomamente diante da ausência institucional efetiva, construindo soluções coletivas que preenchem o vazio da ação estatal.

Ainda que a Secretaria de Turismo apresente diretrizes coerentes com as políticas estaduais, a efetividade dessas ações depende de articulação interinstitucional contínua e de acompanhamento junto às comunidades. Rey-Valette *et al.* (2014), Dallabrida, (2015), Piraux, (2025), destacam que a governança territorial exige equilíbrio entre autonomia local e coordenação pública, o que implica integrar ações multiescalares entre Estado, associações e moradores. No caso de Lima Duarte, o desafio é transformar planos e roteiros em benefícios concretos para o território rural, de modo que o campo seja reconhecido como parte estratégica do turismo municipal.

A Instância de Governança Regional do Turismo (IGR) – Circuito Serras de Ibitipoca, tem atuação orientada à articulação e ao fortalecimento da atividade turística no território, apoiando os municípios na gestão pública do setor, promovendo a organização do tecido produtivo e estimulando estratégias integradas de desenvolvimento. Esse papel inclui o incentivo à criação e à gestão de Unidades de Conservação, bem como a valorização do potencial ecoturístico, do Turismo Rural e do turismo histórico-cultural.

A fala do Entrevistado G expressa uma demanda recorrente entre os associados: a de que o Turismo Rural desenvolvido pela Entre Serras seja efetivamente reconhecido para além do território local, integrando-se aos roteiros, às políticas e aos circuitos regionais. Nesse

sentido, a atuação da Instância de Governança Regional (IGR) torna-se central, pois é por meio dela que as iniciativas comunitárias ganham acesso a espaços de divulgação, planejamento e articulação com outros municípios e com o Estado. Para os agricultores, esse reconhecimento regional não é uma abstração simbólica, mas uma condição concreta para que o turismo “exista”, seja visto, receba visitantes e gere oportunidades reais no território.

O Sindicato Rural de Lima Duarte também exerce papel relevante como agente de representação política e mediação junto aos agricultores. Sua atuação contribui para a formalização das atividades e o fortalecimento das vozes locais. O entrevistado J sintetiza essa visão: “A união é o que faz o pequeno ficar forte; sozinho ninguém dá conta de competir, mas juntos, a gente tem voz.” Essa fala reflete o princípio da governança democrática de Delgado e Grisa (2015) baseada em cooperação horizontal e representatividade coletiva.

Além das instituições formais, é indispensável reconhecer o protagonismo dos moradores e empreendedores rurais, cuja solidariedade cotidiana, na troca de produtos, transporte e ajuda mútua, constitui o alicerce da governança de proximidade (Favareto & Berdégúé, 2017). Essa dimensão comunitária é o que confere durabilidade às redes colaborativas, pois transcende as relações econômicas e consolida um sentimento de pertencimento e corresponsabilidade.

A análise das interações entre o poder público e os atores locais revela um modelo de governança em transição. Se, por um lado, a prefeitura e a secretaria de turismo formulam políticas coerentes com os princípios do desenvolvimento rural sustentável, por outro, a Associação Entre Serras emerge como principal agente de execução, ocupando o espaço deixado pela fragilidade da ação pública.

Essa autonomia reflete o que Piraux (2024) chama de governança colaborativa territorial, sustentada por redes de confiança e aprendizagem coletiva. As parcerias com SENAR, SEBRAE e IGR configuram um ecossistema de inovação social, onde o conhecimento é compartilhado e transformado em ação.

Como ressalta Dallabrida (2022), a governança só é efetiva quando há corresponsabilidade entre Estado e sociedade civil. Na Entre Serras, essa corresponsabilidade ainda está em construção, mas o protagonismo comunitário demonstra que a transformação territorial pode emergir “de baixo para cima”, fundamentada em solidariedade e cooperação.

Na essência do processo, o que sustenta a vitalidade da Entre Serras é a força de suas redes colaborativas, formadas a partir da confiança, da reciprocidade e da aprendizagem compartilhada. Mais do que parcerias pontuais, essas redes configuram um sistema de

cooperação territorial, no qual cada instituição, seja pública, privada ou comunitária, contribui com saberes e recursos específicos para o fortalecimento coletivo. O SENAR qualifica, o SEBRAE e EMATER orientam, o Sindicato mobiliza, a Prefeitura apoia e os agricultores executam. Essa teia de interdependências emerge da soma de esforços e não da imposição de hierarquias.

As redes colaborativas da Entre Serras, portanto, funcionam como infraestruturas sociais invisíveis, garantindo continuidade às ações, adaptabilidade frente às adversidades e coesão entre os atores. É nelas que a inovação social encontra terreno fértil para florescer, transformando desafios cotidianos em experiências coletivas de resistência, criatividade e pertencimento.

Assim, o caso da Entre Serras descreve com clareza o rural contemporâneo, em que o capital social e a cooperação entre pares substituem a antiga dependência de estruturas institucionais centralizadas. O trabalho coletivo passa a ser o eixo estruturante da governança territorial, sustentando a autonomia dos agricultores e a capacidade do grupo de articular soluções compartilhadas para os desafios do turismo e da produção rural.

As redes colaborativas formadas entre os associados, instituições de apoio e comunidades locais tornaram-se espaços de aprendizado e de corresponsabilidade, capazes de integrar saberes, práticas e objetivos comuns. Essa articulação em rede não apenas viabiliza a gestão conjunta das atividades produtivas, mas também inaugura novas formas de comunicar o território, transformando o diálogo, a troca de experiências e a visibilidade pública em instrumentos de fortalecimento coletivo.

Dessa forma, a Entre Serras revela que a governança territorial não se limita à gestão de recursos, mas envolve também a construção de narrativas e imagens compartilhadas, nas quais a comunicação e o marketing turístico-territorial assumem papel estratégico. São essas práticas comunicacionais (enraizadas nas redes de confiança e cooperação) que dão continuidade à consolidação da identidade do território e permitem que suas atividades produtivas ganhem reconhecimento para além das fronteiras locais.

O próximo subcapítulo, “Estratégias de Comunicação e Marketing Turístico-Territorial”, aprofunda essa dimensão simbólica e relacional da governança, analisando como a Entre Serras transformou a comunicação digital em ferramenta de pertencimento, promoção e valorização das práticas rurais e dos modos de vida que estruturam sua base produtiva

4.4 Estratégias de Comunicação e Marketing Turístico-Territorial

A Comunicação turística territorial é o processo contínuo de mediação simbólica e social pelo qual um território transforma seus recursos (paisagem, cultura, modos de vida) em significados compartilhados (hospitalidade, autenticidade, sustentabilidade), criando pontes entre comunidades locais e públicos externos. Não se limita a “divulgar atrativos”: trata de produzir sentido sobre quem somos, como vivemos e por que esse lugar importa, hoje e no futuro. Essa comunicação é relacional (baseada em vínculos), situada (ancorada em contextos reais) e participativa (plurais, vozes do território). Sousa *et al.*, (2019) e Sousa, Malheiro e Veloso (2019) enfatizam que comunicar um destino é construir identidade com os atores locais, articulando imagem, reputação e experiência sob princípios de autenticidade e sustentabilidade.

O Marketing turístico-territorial é o conjunto integrado de estratégias para posicionar e fortalecer um território como destino. Em vez de “vender produtos”, organiza promessas de valor territorial (experiências, estilos de vida, hospitalidade), combinando diagnóstico, segmentação, proposição de valor, canais, governança e métricas. O *branding* (identidade/marca do lugar) e a *place management* (gestão do lugar): se revela e se cultiva no cotidiano do território. O que precisa comunicação territorial “diz quem somos”; marketing territorial “organiza como entregamos valor (Alves, 2021; Sousa e Vasconcellos, 2018).” Ambos tendem a funcionar melhor com governança colaborativa e participação social e atrair mais turistas.

A comunicação e o marketing territorial, portanto, constituem dimensões estratégicas para consolidar a identidade de destinos que se estruturam a partir de laços comunitários e de práticas inovadoras no meio rural. Sousa (2017), que a comunicação territorial não se reduz à divulgação de atrativos, mas constitui um processo de mediação simbólica e cultural, no qual o território se comunica por meio das suas práticas, das suas gentes e das suas memórias. Trata-se de uma comunicação relacional, que dá visibilidade a modos de vida e não apenas a produtos, construindo vínculos entre comunidades locais e visitantes.

De modo complementar, marketing territorial atua como instrumento de gestão e de valorização coletiva, no qual a marca-lugar é resultado da cooperação, da autenticidade e da sustentabilidade. Essa abordagem requer que os atores locais (públicos e privados) construam uma narrativa coerente com as realidades vividas, de modo a divulgar experiências e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável das regiões (Sousa, Malheiro e Veloso, 2019; Sousa e Rocha, 2019; Alves, 2021).

A comunicação digital tem se consolidado como um dos principais instrumentos de mediação entre as comunidades rurais e o mercado turístico contemporâneo. No caso da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, o uso das redes sociais representa não apenas um canal de divulgação, mas também uma forma de fortalecer a identidade territorial e valorizar os modos de vida associados ao campo. A consolidação de uma imagem institucional coerente, tanto para os visitantes quanto para os próprios associados, tornou-se elemento central no processo de consolidação da marca coletiva da Entre Serras.

Nessa perspectiva, a gestão e identidade territorial é um componente vital para que uma cidade ou região se defina ou se destaque (Alves, 2021). Tal processo busca administrar uma imagem distinta do local, com vistas a construir uma reputação positiva e sustentável (Sousa e Vasconcellos, 2018 e Sousa e Rocha, 2019). Para isso, os gestores de marketing territorial devem posicionar os territórios como marcas vivas, promovendo-as junto aos diferentes públicos-alvo, por meio de estratégias consistentes de *branding* territorial (Rola, Malheiro e Sousa, 2018). No âmbito do planejamento e da gestão de marcas, é fundamental definir a natureza e a identidade do destino, de modo a pré-conceber as condições necessárias ao sucesso (Sousa, Malheiro e Veloso, 2019)

Esses princípios dialogam diretamente com a experiência empírica da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, especialmente durante a gestão do profissional responsável pelo marketing entre 2023–2024, período em que uma nova compreensão sobre o papel das mídias sociais como ferramentas de inovação social começou a se consolidar. A comunicação digital passou a ser vista não apenas como divulgação, mas como um mecanismo de fortalecimento territorial, capaz de aproximar agricultores, turistas e instituições em torno de um propósito comum: ampliar a visibilidade das práticas sustentáveis, valorizar as histórias do campo e promover o Turismo Rural de forma integrada.

Foi nesse contexto que o profissional responsável pelo marketing iniciou seu trabalho, identificando que a página do Instagram da Associação carecia de informações consistentes, identidade visual e coerência na apresentação das experiências rurais oferecidas pelo grupo: “Primeiro, a gente pegou a página do Instagram, não tinha tanta informação sobre as propriedades, sobre os atrativos. Então, a estratégia inicial foi divulgar os atrativos. Fazer o pessoal conhecer as propriedades” (Entrevistado B).

A partir dessa constatação, foi criada uma estratégia de comunicação mais segmentada e pedagógica, priorizando fotografias, vídeos e *reels* que mostrassem a diversidade dos produtos e experiências do território (das cachoeiras e trilhas aos queijos, restaurantes e vivências rurais).

Essa iniciativa se aproxima da noção de inovação social comunicacional, pois não visava apenas divulgar, mas reconfigurar o modo como o público percebia o rural, reforçando a identidade coletiva e a sustentabilidade (Paula, 2024).

Com tempo, a estratégia passou a valorizar a experiência humana e o cotidiano das famílias rurais: “Eu acho que a questão é humanizar a propriedade. Falando da história do proprietário. Falando dos cuidados. Falando do dia a dia” (Entrevistado B). Essa decisão reflete o princípio de comunicação participativa e territorializada, ao trazer o agricultor como protagonista da narrativa, transformando a página em um espaço de expressão comunitária. A humanização da comunicação digital foi, portanto, uma inovação social fundamental: ela reaproximou o visitante da realidade rural, transformando o consumo de informação em uma forma de reconhecimento das pessoas e de seus valores (Paula, 2024).

As imagens das propriedades, os depoimentos sobre o cotidiano rural e as narrativas de hospitalidade reforçam a estética da simplicidade e autenticidade, valores centrais do Turismo Rural sustentável. A visibilidade digital não se limita à venda de produtos ou experiências; ela traduz o modo de vida comunitário e a capacidade das famílias rurais de produzirem inovação a partir de suas próprias realidades.

Os relatos dos associados evidenciam esse sentimento: “A gente percebe que quando aparece no Instagram, as pessoas começam a procurar mais, perguntar das trilhas, das cachoeiras, do queijo (Entrevistado J). “Dá orgulho ver nosso trabalho sendo mostrado com tanta beleza (Entrevistado R)”. “Em comunicação, a associação conta com canal coletivo (gerido por Diogo) e, em paralelo, com perfis individuais mais ativos (caso de Sô Jorge, o “anfitrião-influenciador”). A Cachoeira do Arco-Íris tem um trabalho além deste em grupo, o trabalho individual que a gente faz, a gente mostra o que tem de bonito, isso mantém um Instagram com ~24 mil seguidores e tem boca a boca forte e UGC orgânico (Entrevistado K).

Conforme registrado em caderno de campo, os associados reconhecem a importância das redes sociais, mas enfrentam dificuldades em manter uma rotina de postagens. Desejam articular uma comunicação mais voltada à comercialização e não apenas à imagem institucional. As falas ilustram esse desafio: “Quando o Diogo cuidava, era tudo muito bonito, as fotos, as frases, a gente recebia visita de quem via o Instagram” (Entrevistado J). Agora a gente tenta postar, mas não tem o mesmo alcance” (Entrevista I). “A gente sabe que precisa divulgar mais, mas o tempo é curto, o trabalho na roça é o dia inteiro, e nem todo mundo tem jeito pra mexer com internet” (Entrevistado N).

Essas declarações demonstram que, para além da estética digital, a comunicação é também uma questão de tempo, capacitação e divisão de responsabilidades. A ausência de um plano coletivo de gestão comunicacional impacta a visibilidade do grupo e reduz o potencial de geração de renda via turismo.

Além disso, há outras limitações estruturais observadas: a falta de um calendário fixo de eventos, a ausência de registro de algumas propriedades no Cadastur e a carência de investimento em publicidade segmentada. Esses fatores dificultam o fortalecimento da marca Entre Serras e limitam a expansão do Turismo Rural para novos mercados. “Porém, quando se fala em investimento em divulgação paga, muita gente recua. As pessoas ainda têm dificuldade de entender que divulgar custa e que é preciso investir para crescer (Entrevistado S)”. “O que a gente mostra é o que a gente é. Se parar de mostrar, o pessoal esquece que a gente existe (Entrevistado J)”.

Essas falas traduzem o sentido profundo da comunicação rural contemporânea: mais do que visibilidade, trata-se de existência, memória e continuidade.

Além disso, a utilização de métricas e calendários editoriais quinzenais configurou uma prática de tecnologia social aplicada à comunicação, baseada em ferramentas digitais acessíveis (aplicativos gratuitos, *hashtags* temáticos e postagens colaborativas). Tal prática demonstra que a inovação não depende de recursos sofisticados, mas de organização, criatividade e cooperação, transformando as redes sociais em instrumentos de inclusão digital e aprendizado coletivo. Por outro lado, as entrevistas e observações do campo revelam tensões, limitações e avanços. Entre os avanços, destacam-se:

Por outro lado, as entrevistas e observações de campo revelaram tensões e limitações desse processo. Entre os aspectos positivos, destacam-se:

- O crescimento expressivo do alcance digital (de 180 para quase 2.000 seguidores em um ano e meio);
- o fortalecimento da identidade coletiva da marca “Entre Serras”;
- o engajamento crescente dos associados, que passaram a colaborar com fotos, vídeos e relatos;
- e o uso pedagógico das mídias sociais para educar o visitante quanto ao consumo consciente e às práticas sustentáveis.

Contudo, persistem desafios e limitações: irregularidade das postagens, já que a produção de conteúdo ainda depende do tempo e dos recursos individuais de cada agricultor, concentração de visibilidade em algumas propriedades mais estruturadas, enquanto outras

permanecem com presença digital limitada. Essa desigualdade evidencia o risco de centralização das narrativas e de perda do caráter verdadeiramente coletivo da comunicação territorial. A ausência de parcerias mais sólidas com o poder público e de uma política municipal de turismo, reduz a continuidade das ações. Soma-se a isso a carência de formação técnica entre os associados para gerenciar redes e criar conteúdo, o que torna o projeto dependente de um único gestor de marketing, fragilizando sua sustentabilidade a longo prazo.

Mesmo diante dessas limitações, a experiência da Entre Serras demonstra que a comunicação e o marketing territorial podem funcionar como inovações sociais, pois mobilizam conhecimento, empatia e cooperação em prol de um bem comum: o fortalecimento do Turismo Rural. As redes sociais, quando bem utilizadas, transformam-se em espaços de inovação e pertencimento, permitindo que o agricultor comunique sua própria história e que o visitante reconheça a autenticidade desse território.

Assim, a atuação comunicacional da Entre Serras se insere como um exemplo de inovação social aplicada ao Turismo Rural, na medida em que promove transformações simbólicas, culturais e econômicas por meio da visibilidade digital das práticas locais. Ao mesmo tempo, ela expressa tecnologias sociais acessíveis (uso colaborativo das redes, compartilhamento de saberes e autogestão da comunicação) que fortalecem a governança territorial e a coesão do grupo.

A presença digital da Entre Serras, portanto, não apresenta apenas uma estratégia de divulgação, mas um movimento de democratização da comunicação rural, no qual o território fala em sua própria voz. Contudo, para que essa comunicação continue inovadora e socialmente inclusiva, é necessário avançar em processos formativos, equilíbrio narrativo entre as propriedades e criação de um calendário comum de eventos e postagens, assegurando que a identidade territorial se mantenha viva, plural e compartilhada.

Dessa forma, a comunicação da Entre Serras materializa, na prática, o que Sousa (2020) define como governança comunicacional sustentável: a capacidade de transformar a informação em pertencimento, a imagem em identidade e a visibilidade em desenvolvimento territorial.

A experiência comunicacional da Entre Serras – Turismo no Meio Rural demonstra que a comunicação e o marketing territorial não se limitam à promoção turística, mas constituem instrumentos estratégicos de fortalecimento identitário e valorização das práticas produtivas locais. Ao narrar suas histórias, mostrar seus produtos e evidenciar o cotidiano das famílias agricultoras, os associados reafirmam a autenticidade do modo de vida rural e consolidam uma imagem coletiva baseada em confiança, hospitalidade e sustentabilidade.

Essa visibilidade digital e simbólica, construída de forma colaborativa, também permite compreender como cada propriedade se insere no mosaico produtivo e cultural do território, expressando diferentes vocações (da produção agroalimentar artesanal à oferta de experiências turísticas e pedagógicas). A comunicação, portanto, cumpre o papel de espelhar e potencializar a diversidade produtiva, conectando o visitante aos valores materiais e imateriais que estruturam a Entre Serras.

As análises desenvolvidas ao longo deste capítulo evidenciam que a Associação Entre Serras se estrutura a partir de um conjunto articulado de relações sociais, institucionais e territoriais que organizam o Turismo Rural em Lima Duarte. As redes colaborativas, os arranjos de governança e as estratégias de comunicação configuram o ambiente no qual os atores locais atuam, tomam decisões e constroem suas práticas cotidianas. É nesse contexto relacional que se inscrevem as inovações e as tecnologias sociais, entendidas como processos e soluções que emergem da ação coletiva no território. Assim, o Capítulo 5 dedica-se a identificar as inovações e tecnologias sociais, implementadas no Turismo Rural pelos associados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

5 INOVAÇÕES E TECNOLOGIAS SOCIAIS NO TURISMO RURAL DA ENTRE SERRAS

O Turismo Rural desenvolvido pelas famílias da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural constitui um espaço privilegiado de experimentação de novas formas de organização, produção, cooperação e relação com o território. Ao transformar práticas cotidianas do meio rural, como o cultivo de alimentos, a hospitalidade, o uso da natureza e os saberes tradicionais, em experiências turísticas, essas famílias constroem soluções que respondem, a desafios econômicos, sociais, culturais e ambientais vivenciados em seus territórios.

É nesse contexto que emergem tanto as inovações sociais quanto as tecnologias sociais, entendidas não apenas como produtos ou técnicas, mas como formas coletivas de reorganizar a vida social, o trabalho, a geração de renda e o uso dos recursos locais. Essas experiências, observadas no cotidiano das propriedades e nas práticas associativas das famílias do Entre Serras, dialogam diretamente com o debate mais amplo da literatura sobre inovação social, que reconhece a existência de múltiplas abordagens, moldadas por contextos geográficos, históricos e institucionais distintos.

Enquanto parte da produção europeia tende a enfatizar arranjos institucionais formais, políticas públicas e novos modelos organizacionais, a literatura latino-americana destaca o

papel das práticas territoriais, das soluções construídas localmente e das transformações socioculturais ancoradas na vida cotidiana. Reconhecendo essa diversidade teórica e conceitual, esta pesquisa adota uma abordagem situada, coerente com o contexto rural investigado e com as dinâmicas observadas no campo empírico.

A partir desse enquadramento, este capítulo tem como objetivo analisar as inovações sociais e as tecnologias sociais desenvolvido pelas famílias associadas a Entre Serras – Turismo no Meio Rural, interpretando de que maneira essas experiências contribuem para reconfigurar práticas produtivas, fortalecer vínculos comunitários e promover novas formas de organização social no campo. Para alcançar esse objetivo, o capítulo está organizado em duas seções complementares, que dialogam entre si, mas cumprem funções analíticas distintas.

A primeira seção dedica-se à análise das inovações sociais implementadas no Turismo Rural. Nessa perspectiva, a inovação social não é compreendida como a introdução de soluções inéditas em termos tecnológicos ou mercadológicos, tampouco como a “descoberta do novo” em escala global. Ao contrário, a inovação social é entendida como aquilo que se revela inovador para os próprios sujeitos do território, ou seja, as transformações socioculturais, organizacionais e produtivas que os atores rurais implementaram, adaptaram ou ressignificaram em seu cotidiano. Trata-se de um entendimento relacional, contextual e territorializado, que reconhece como inovação as mudanças que representam aprimoramento, ampliação de capacidades, diversificação de atividades, reorganização do espaço rural e construção de formas coletivas de atuação, sempre em diálogo com saberes, valores e limitações locais.

Nesse sentido, ainda que determinadas atividades, estruturas ou práticas não se apresentem como “novas” sob uma ótica externa, técnica ou urbanocêntrica, elas adquirem caráter inovador quando analisadas a partir da realidade concreta das famílias rurais, de suas trajetórias, de suas condições materiais e de suas relações históricas com o território. A inovação social, no contexto investigado, manifesta-se de forma incremental, adaptativa e profundamente enraizada na cultura local, sendo resultado de processos de aprendizagem, experimentação e cooperação construídos ao longo do tempo.

A segunda seção do capítulo dedica-se às tecnologias sociais desenvolvidas pelas famílias rurais da Associação Entre Serras, entendidas como arranjos, práticas, estruturas e instrumentos criados por eles, para enfrentar desafios ambientais, sanitários, produtivos, domésticos, turísticos e comunitários. Em sua maioria, são soluções simples, artesanais, construídas com recursos disponíveis no próprio território e baseiam-se na mobilização de saberes e práticas locais, permitindo resolver desafios cotidianos, melhorar as condições de

vida, otimizar o uso dos recursos e, em muitos casos, viabilizar a atividade turística de forma mais adequada à realidade rural. A ênfase analítica não recai sobre o grau de modernidade da solução, mas sobre sua eficácia social, sua apropriação pelos atores locais e sua coerência com o contexto ambiental, cultural e territorial. Essas tecnologias expressam, portanto, a capacidade criativa e adaptativa das famílias rurais em responder às demandas do cotidiano de maneira funcional, contextualizada e socialmente enraizada.

Uma questão fundamental para a leitura deste capítulo diz respeito à relação entre inovações sociais e tecnologias sociais. Embora, para fins analíticos e didáticos, estas dimensões tenham sido organizadas em categorias distintas, elas não se apresentam de forma estanque ou mutuamente exclusiva na realidade empírica investigada. Ao contrário, no cotidiano das famílias da Associação Entre Serras, uma mesma prática social pode, simultaneamente, expressar processos de inovação social e materializações de tecnologias sociais, a depender do foco analítico adotado.

Essa sobreposição ocorre porque as inovações sociais dizem respeito, sobretudo, às transformações nas formas de organização, cooperação, produção de sentidos e relações sociais, enquanto as tecnologias sociais se manifestam nas soluções concretas, nos dispositivos, nos saberes aplicados e nos arranjos práticos que tornam essas transformações operacionais. No contexto do Turismo Rural, por exemplo, a criação de uma nova forma de receber visitantes, de organizar o trabalho familiar ou de articular propriedades em rede, pode ser compreendida como inovação social, ao passo que as ferramentas, estruturas, métodos e saberes mobilizados para viabilizar essas práticas configuram tecnologias sociais, ainda que ambos estejam imbricados na mesma experiência.

Assim, a distinção adotada neste estudo não busca fragmentar artificialmente a realidade, mas permitir sua melhor compreensão. Ao separar analiticamente inovação social e tecnologia social, torna-se possível evidenciar, de um lado, os processos de mudança social em curso no território e, de outro, suas materializações práticas. Essa opção metodológica possibilita maior clareza interpretativa, sem desconsiderar que, na dinâmica do Entre Serras, tais dimensões se articulam, se atravessam e se retroalimentam continuamente.

Quanto a categorização apresentada ao longo deste capítulo, foi construída a posteriori (após a coleta dos dados empíricos), com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2020), que prevê a leitura flutuante, a decifração estrutural de cada entrevista, codificação e a identificação de recorrências no material empírico, estabelecendo categorias e subcategorias que organizam as inovações sociais e as tecnologias sociais identificadas no campo.

Essas categorias não devem ser interpretadas como classificações rígidas ou definitivas, mas como construções analíticas, elaboradas com a finalidade de sistematizar e interpretar a complexidade do fenômeno estudado. Nesse sentido, as inferências produzidas, ancoradas nas falas dos atores sociais incorporadas ao texto, possibilitam compreender como as inovações sociais e as tecnologias sociais se materializam nas práticas, nas relações e nos significados construídos no cotidiano do Turismo Rural do Entre Serras. É justamente a partir dessa leitura interpretativa do material empírico que as categorias analíticas ganham sentido, permitindo captar não apenas o que é feito, mas como essas práticas assumem determinados significados no território.

Por essa razão, tais categorias não devem ser entendidas como estanques nem cartesianas. Em diversos casos, uma mesma prática pode ser compreendida simultaneamente como inovação social e como tecnologia social, a depender do foco analítico adotado. Essa sobreposição não constitui fragilidade metodológica, mas expressa a complexidade da realidade empírica e o caráter processual das transformações observadas. A distinção entre inovações e tecnologias sociais, neste estudo, cumpre, portanto, uma função analítica e didática: explicitar, de um lado, os processos de mudança social e, de outro, suas materializações práticas, sem desconsiderar suas inter-relações e interdependências.

No que se refere ao uso de imagens, ressalta-se que as fotografias apresentadas ao longo do capítulo não têm a finalidade de representar visualmente todos os associados em cada subcategoria analítica. A diversidade de atividades e a singularidade de cada unidade produtiva tornam inviável, e metodologicamente inadequado, ilustrar todas as propriedades em todas as categorias analisadas. As imagens foram, portanto, selecionadas com caráter exemplificativo, priorizando a clareza visual e a capacidade de comunicar elementos-chave das categorias analíticas.

Ainda assim, buscou-se garantir uma distribuição equilibrada das imagens, de modo que todos os associados sejam contemplados ao longo do capítulo, aparecendo em pelo menos duas das subcategorias nas quais desenvolvem atividades relevantes. Dessa forma, evita-se a repetição excessiva de registros visuais e assegura-se uma representação coerente da diversidade de práticas, respeitando tanto a heterogeneidade interna do grupo quanto a consistência metodológica da análise.

No que diz respeito aos aspectos éticos, destaca-se que todas as imagens que continham rostos de participantes tiveram sua identificação preservada por meio do desfoque facial. Para esse procedimento, utilizou-se o aplicativo *Blur Face*, que possibilita ocultar traços

fisionômicos de maneira eficaz, assegurando a proteção da privacidade e a impossibilidade de reconhecimento das pessoas retratadas. Tal medida está alinhada aos princípios éticos da pesquisa científica, garantindo o respeito à confidencialidade dos envolvidos e a integridade da documentação visual apresentada.

De forma complementar ao cuidado ético adotado em relação aos registros visuais, as falas dos entrevistados foram transcritas e apresentadas de maneira fiel à sua enunciação original, sem correções gramaticais, ajustes de estilo ou adaptações linguísticas. As citações utilizadas ao longo deste capítulo, provenientes das entrevistas realizadas junto às famílias associadas à Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, preservam construções linguísticas, modos próprios de narrar, por se compreender que essas marcas constituem parte integrante da produção de sentido dos atores sociais.

Por essa razão, algumas falas podem apresentar variações de concordância, repetições, pausas, regionalismos ou construções gramaticais não padronizadas. Tais características não constituem erros da pesquisa, mas fazem parte da oralidade e da forma como os sujeitos produzem sentido sobre sua realidade. Manter essas marcas é uma opção metodológica, pois elas preservam a autenticidade, a voz e a identidade dos entrevistados.

Quando necessário, ajustes mínimos de pontuação foram realizados apenas para facilitar a leitura, sem alterar o conteúdo, o sentido ou a intenção das falas. Dessa forma, as citações reproduzem o mais fielmente possível o modo como os atores sociais expressaram suas percepções, garantindo rigor metodológico e respeito às narrativas que fundamentam as análises desenvolvidas neste estudo.

5.1 Os Associados da Entre Serras e as inovações sociais implementadas

De acordo com as análises realizadas nesta pesquisa, constatou-se que os integrantes da Associação Entre Serras vêm construindo, no cotidiano de suas propriedades e nas relações que estabelecem entre si, um conjunto de práticas que pode ser compreendido como inovação social no contexto do Turismo Rural. Essas inovações não correspondem a ideias totalmente inéditas, mas a novas formas de articular pessoas, atividades e o próprio território. Desse modo, tanto a criação da Associação Entre Serras quanto a consolidação ao Turismo Rural configuram-se neste território, como inovações sociais, na medida em que se estruturam a partir de relações de confiança, cooperação, partilha de recursos.

Com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2020), as inovações sociais estabelecidas no Turismo Rural foram definidas como categoria central de análise, a partir da qual se

estruturaram subcategorias temáticas destinadas a organizar e interpretar o material empírico. Essas subcategorias foram construídas a partir das recorrências, sentidos e práticas identificados nas falas dos entrevistados e nas observações de campo, sintetizando as principais formas pelas quais a inovação social se manifesta entre os associados da Entre Serras (ver Quadro 19).

Assim, essas subcategorias não representam apenas uma listagem de atividades, mas expressam processos de ressignificação do território, nos quais a diversificação produtiva, a criação de experiências turísticas e a aproximação entre visitantes, cultura local e modos de vida rurais.

Quadro 19 – Inovações Sociais no Turismo Rural - Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

Categoria Principal	Subcategorias
Inovações Sociais	A) Vivências Gastronômicas e Culturais
	B) Eventos de Cooperação e Identidade Coletiva
	C) Meios de Hospedagem Rural
	D) Turismo Pedagógico- Salas sem Paredes.
	E) Passeios Guiados para Reconhecer Cachoeiras
	F) Pesque Pague
	G) Rota do Queijo Minas Artesanal
	H) Atividades de Aventura
	I) Curso de Observação de Pássaros da Mata Atlântica
	J) Trilhas Ecológica de Reconhecimento das Juçaras
	K) Caminhada Ecológica nas Galerias de Mineração
	L) Forró e Cultural Popular Rural
	M) Corte Fundo e a Roteirização Rural
	N) Turismo de Apreciação e Degustação de Mel

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas subcategorizações das entrevistas de campo, realizadas com os membros da Associação Entre Serras.

A seguir, são apresentadas e analisadas as subcategorias de inovação social identificadas, representadas pelas diferentes atividades desenvolvidas pelos associados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural. Cada uma delas, será discutida em sua especificidade, a partir de descrições das práticas observadas e de falas selecionadas dos agricultores, que expressam suas percepções, experiências e os significados atribuídos ao Turismo Rural no território. Essa análise busca articular o material empírico ao referencial

teórico adotado, permitindo compreender como essas experiências concretas se relacionam com os conceitos de inovação social.

As inovações sociais mapeadas no contexto da Associação Entre Serras foram sistematizadas considerando tanto sua abrangência territorial quanto o número de associados envolvidos em sua implementação. Essa forma de organização possibilita identificar, de um lado, práticas que se difundem amplamente entre as propriedades, configurando dinâmicas coletivas de inovação, e, de outro, iniciativas que, por sua especificidade, revelam estratégias singulares de determinadas unidades produtivas.

No primeiro grupo, correspondente às categorias A a D, onde encontram-se as inovações sociais compartilhadas pela maior parte dos associados. São práticas consolidadas, que revelam o potencial coletivo do território e demonstram como determinados arranjos de hospitalidade, comunicação, manejo produtivo ou organização comunitária se tornaram referências comuns entre os membros da associação.

Em seguida, no grupo E e F, estão reunidas as inovações adotadas por três ou quatro propriedades, expressando ações de médio alcance territorial. Elas não são predominantes em todo o coletivo, mas assumem relevância por articularem saberes e estratégias que se disseminam de forma parcial entre os associados.

As categorias G e H concentram as inovações implementadas por duas propriedades, revelando práticas que, embora não generalizadas, demonstram processos importantes de experimentação e adaptação local. Tais iniciativas apontam para caminhos emergentes no Turismo Rural, que podem futuramente ganhar maior adesão no território.

Por fim, as categorias I a N, reúnem inovações consideradas exclusivas, desenvolvidas por apenas um associado em sua unidade produtiva. Essas práticas individuais expressam a singularidade de cada propriedade, evidenciando como características específicas de história familiar, recursos naturais, vocações produtivas ou criatividade local dão origem a soluções originais, que enriquecem a diversidade territorial da Entre Serras.

Essa classificação, portanto, permite visualizar a amplitude e a diversidade das inovações sociais presentes no território, reconhecendo tanto as práticas compartilhadas quanto aquelas que emergem de forma particularizada, mas que, juntas, contribuem para a consolidação do Turismo Rural como estratégia de valorização cultural, fortalecimento produtivo, ambiental, econômico e desenvolvimento territorial. A seguir são apresentadas as categorias elaboradas para análise.

A) Vivências Gastronômicas e Culturais

Mais do que uma prática econômica, a gastronomia é a tradução sensorial da história, do trabalho e das memórias das famílias que vivem do campo. Os ingredientes vêm das próprias hortas, pomares e criações familiares, conferindo aos pratos um caráter agroecológico e identitário.

O restaurante rural, nesse contexto, tornou-se um símbolo de permanência e autenticidade. O fogão a lenha, o cheiro do tempero e o acolhimento dos anfitriões convertem a refeição em ato cultural de partilha e pertencimento, enquanto as porções fartas expressam a generosidade e o espírito comunitário da culinária mineira.

A gastronomia, no contexto da Entre Serras – Turismo no Meio Rural, consolidou-se como uma das expressões mais genuínas de inovação social e valorização territorial. Os restaurantes e cozinhas das propriedades associadas transformaram a produção agropecuária em experiências culinárias que unem tradição, sustentabilidade e hospitalidade. Cada espaço traduz um modo singular de fazer e servir, no qual o alimento é também narrativa, memória e estratégia de desenvolvimento local.

Com o intuito de proporcionar uma visão mais clara sobre as diferentes iniciativas gastronômicas do território, apresenta-se a seguir um quadro síntese 20, das propriedades e das atividades que realizam, facilitando a compreensão das ofertas culinárias e experiências alimentares disponíveis entre os associados da Entre Serras.

Quadro 20 – Atividades Gastronômicas e Turísticas nas Propriedades da Entre Serras – Turismo no Meio Rural (Lima Duarte-MG).

Propriedade	Atividades Desenvolvidas (Restaurantes e Agroindústria Artesanal Familiar)
Rancho Alegre Rural Raiz – categoria identitária	Restaurante de comida mineira tradicional, ativo há mais de 40 anos. Pratos principais: filé à cubana, lombo à mineira, arroz de carreteiro e feijão tropeiro com farinha de milho torrada. Uso de ingredientes da própria horta. Ambiente familiar e acolhedor, com atendimento feito pela própria proprietária.
Restaurante Casinhas Rural Raiz – categoria identitária	Serviço de self-service no fogão a lenha, com pagamento por valor único. Destaque para sobremesas artesanais — doce de leite, pão de canela, geleias e embutidos. Conta com loja de produtos coloniais, fortalecendo o comércio local.
Pesqueiro do Tarcísio (Fazenda Boa Vista) Agricultor Familiar	Turismo gastronômico participativo: o visitante pesca, paga e consome o peixe preparado na hora, com temperos da horta. Além de uma deliciosa comida, prepara no fogão a lenha. Venda de doces caseiros (goiabada cascão, figo e mamão em calda), além do mel e própolis. Fornecedor do PNAE, integrando produção rural e alimentação escolar.

Propriedade	Atividades Desenvolvidas (Restaurantes e Agroindústria Artesanal Familiar)
Fazenda Porteira de Chave Rural Raiz – categoria identitária	Refeições típicas mineiras servidas em ambiente rural, preparadas no fogão a lenha com ingredientes da horta e do pomar. As quitandas e doces são feitos de forma artesanal, valorizando a culinária tradicional e o acolhimento familiar.
Cachoeira do Arco Íris Agricultor Familiar	Restaurante self-service com comida caseira preparada no fogão à lenha pela própria família; cardápio baseado em insumos cultivados na própria propriedade e nas fazendas vizinhas; também oferece petiscos.
Prainha da Conga Agricultor Familiar	Bar e restaurante rural com petiscos variados e refeições por encomenda, sob reserva. O <i>frango ao molho pardo</i> é o prato mais solicitado. Refeições personalizadas, feitas conforme o gosto do visitante.
Sítio Urucum Neorrural	Produção e gastronomia de carne de cordeiro. Venda de cortes especiais (<i>hambúrgueres, linguças, carré, lombo e costela</i>), com temperos naturais e processamento artesanal. Promove degustações e comercialização local.
Bee Nectar Rural Raiz – categoria identitária	Produção de bebidas artesanais à base de mel, como o pingo doce e o hidromel, além de uma linha de cosméticos naturais (sabonetes, shampoos, condicionadores e cremes). A propriedade oferece degustação guiada de méis de diferentes floradas e produtos derivados como própolis e velas aromáticas, unindo apicultura, educação ambiental e turismo sensorial.
Paio Velho Neorrural	Produção do Queijo Minas Artesanal Agroecológico; degustações guiadas; venda dos queijos premiados na queijaria da propriedade e em lojas parceiras.
Sítio Primavera Neorrural	Produção do Queijo Minas Artesanal Tradicional; degustações orientadas; venda de queijos premiados na queijaria da propriedade e em lojas parceiras.

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base nas entrevistas e observações de campo.

A análise das experiências apresentadas no quadro permite perceber que cada propriedade da Entre Serras encontrou, na gastronomia e na agroindústria artesanal familiar, um caminho singular de valorização do território e fortalecimento econômico. Em comum, todas expressam a relação direta entre o cultivo da terra e o preparo dos alimentos, transformando produtos locais em experiências sensoriais que unem tradição e hospitalidade.

Entre as iniciativas apresentadas, destaca-se o Restaurante Rancho Alegre⁶⁵, um dos ícones gastronômicos da Entre Serras. Há mais de quatro décadas, o espaço mantém viva a tradição dos sabores da roça, servindo pratos típicos da culinária mineira preparados em fogão a lenha. Suas porções generosas, que “alimentam até quatro pessoas”, refletem a hospitalidade, a fartura e o caráter comunitário que marcam a identidade alimentar do território rural de Lima Duarte.

O fogão a lenha, o cheiro do tempero e o acolhimento, transformam a refeição em um ato cultural de partilha e pertencimento. Essa atmosfera de autenticidade nasceu de forma

⁶⁵ Restaurante Rancho Alegre, fica dentro da propriedade Rancho Alegre associada da Entre Serras.

simples: a proprietária, hoje reconhecida pela hospitalidade e simpatia, iniciou sua trajetória com uma pequena pizzaria, numa época em que esse tipo de estabelecimento ainda era novidade na cidade.

“Ninguém na cidade sabia o que era pizza”, recorda sorrindo (Entrevistada P). “Depois da pizza, comecei a fritar batata como porção, as pessoas não conheciam como porção. Ninguém fazia isso aqui, e o povo achava o máximo. Hoje, o pessoal vem mesmo é pelo filé à cubana, lombo à mineira e o feijão tropeiro com farinha de milho torrada (ver Figura 6). Todo mundo elogia, e tudo que sai daqui é feito por mim, com minhas próprias mãos” (Entrevistada L).

Figura 6: Alguns tipos de pratos servidos à la carte no Restaurante Rancho Alegre.



Fonte: Trindade (2025); Tribuna de Minas (2025) e imagens cedidas pela proprietária do Rancho Alegre (2025).

A gastronomia tornou-se uma das expressões mais marcantes. Mais do que uma estratégia econômica, ela representa a fusão entre memória, saber-fazer e identidade territorial, expressando o modo como as famílias agricultoras ressignificaram suas práticas alimentares tradicionais para dialogar com o visitante contemporâneo. Entre essas experiências, destacam-se os restaurantes familiares que mantêm viva a essência da culinária rural, reinterpretando antigas receitas em contextos de hospitalidade e turismo.

Nesse cenário, o Restaurante Casinhas se destaca por um ambiente que remete à simplicidade das antigas cozinhas de fazenda. O diferencial é o serviço no fogão à lenha, onde o visitante se serve à vontade e paga um valor único (ver Figura 7), foi uma solução criativa para lidar com a escassez de mão de obra e atender a um público crescente.

. “Aqui o pessoal come como se estivesse em casa”, afirma a Entrevistada K com orgulho. “Eu gosto de ver o povo repetindo o prato, dizendo que lembra a comida da avó. Tudo é feito aqui: os doces, o pão de canela, o torresmo, os embutidos. O doce de leite é o mais pedido, e todo mundo leva um potinho pra casa” (Entrevistada L).

Figura 7: Almoço mineiro, sobremesas e produtos produzidos na fazenda Casinhas.



Fonte: Fotos cedidas pelos proprietários da Casinhas.

Além do restaurante, o Casinhas abriga uma loja de produtos coloniais, com doces, geleias, embutidos e quitandas artesanais, uma forma de prolongar a experiência turística e agregar valor à produção. Essa integração entre gastronomia e comercialização local reforça a autonomia das famílias e exemplifica o que Vercher (2022) descreve como arranjos colaborativos de inovação, nos quais os atores rurais desenvolvem estratégias próprias de governança e inclusão econômica.

No Pesqueiro do Tarcísio, o turismo gastronômico assume um caráter participativo. O visitante é convidado a pescar o próprio peixe, pagar pelo peso e saboreá-lo em seguida, preparado pelo próprio agricultor no fogão a lenha.

“Aqui o peixe é fresco de verdade. Sai da água e vai direto pra panela. A gente usa temperos da horta e o mesmo jeito que aprendi com meu pai, no tempo em que tudo era feito com calma e carinho” (Entrevistado N).

O espaço também abriga uma pequena loja de doces caseiros, onde a goiabada cascão, o doce de mamão e o figo em calda são os mais procurados. As técnicas de preparo são

ancestrais, transmitidas entre gerações, e representam o elo entre o passado rural e o presente turístico.

Essa valorização da produção local conecta-se diretamente às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que incentiva o consumo de alimentos regionais e promove a soberania alimentar (ver Figura 8). O Agricultor é exemplo dessa integração: além de receber turistas, ele fornece produtos frescos e saudáveis às escolas municipais, mostrando que a gastronomia rural pode ser, simultaneamente, tradição, educação e política pública em ação. “Tudo que vai pra panela vem da terra daqui: o peixe, as verduras, o mel, até o tempero da horta. A gente planta, colhe e cozinha. É o que dá gosto e sustento” (Entrevistado N).

Figura 8: Alguns dos produtos direcionados ao PNAE, doces de fruta caseiros e peixes produzidos no restaurante do Pesqueiro do Tarcísio.



Fonte: Fotos cedidas pelos proprietários do Pesqueiro do Tarcísio (2025).

Na Prainha da Conga, o bar-restaurant constitui um dos principais espaços de acolhimento dos visitantes, funcionando de maneira integrada à dinâmica cotidiana da propriedade. O local oferece petiscos variados ao longo do dia e, mediante reserva prévia, prepara refeições sob demanda, ajustadas ao gosto e às preferências do visitante. Essa forma de organização reforça a lógica do Turismo Rural baseada na proximidade, na flexibilidade e na adaptação às condições do momento, distanciando-se de cardápios padronizados ou de uma oferta gastronômica rígida. “Aqui a gente faz tudo na hora. O frango ao molho pardo é o mais pedido, mas o segredo é cozinhar com o que tem no dia.” (Entrevistada J).

Por fim, no Sítio Urucum, a inovação se manifesta na gastronomia da carne de cordeiro. A família rural investiu na criação de ovinos e na produção artesanal de cortes especiais, que vão de hambúrgueres e linguiças a lombo, carré, costela e paleta (ver Figura 9). “O cordeiro é nossa marca. A gente aproveita tudo, faz os temperos naturais e vende pronto pra quem quer comer bem e saber de onde vem a carne” (Entrevistada S).

Figura 9: Carnes de Cordeiro produzidas pelo Cordeio & Cia - Sítio Urucum.



Fonte: Imagens cedidas pelos proprietários do Sítio Urucum, 2025.

Na Fazenda Porteira de Chave, a tradição e o sabor da roça se mantêm vivos em cada refeição preparada no fogão a lenha, símbolo de afeto, paciência e memória. As refeições são servidas em um ambiente familiar e acolhedor, onde o aroma da lenha e o calor do forno completam a experiência sensorial. No restaurante da Porteira de Chave, quase tudo o que chega à mesa nasce na própria terra: legumes, verduras e frutas são cultivados de forma orgânica, sem adubos químicos ou agrotóxicos, respeitando os ciclos naturais do solo e da água hortaliças (ver Figura 10). Esse cuidado não apenas garante alimentos mais frescos e nutritivos, como também reforça o vínculo entre produção agrícola, permitindo ao visitante saborear a produtos do território em cada prato servido.

Figura 10: Alimentos Orgânicos, colhidos na Fazenda Porteira de Chave.



Fonte: Fotografias extraídas do Instagram da fazenda Porteira de Chave (2025).

Além disso, a maior parte dos ingredientes utilizados no preparo das refeições é colhido diariamente na própria propriedade, o que assegura frescor e reduz intermediários, fortalecendo o circuito curto de produção e consumo. Assim, o que o turista encontra no prato, das saladas às compotas, dos acompanhamentos às sobremesas, é resultado direto do trabalho diário da família, traduzindo-se em um *menu* singular, que se diferencia justamente pela proximidade entre o cultivo, o preparo e a mesa.

Outro destaque é o café da manhã, amplamente reconhecido pelos visitantes como uma das experiências mais marcantes da Porteira de Chave. Preparado de forma artesanal e servido no fogão a lenha, ele reúne pães caseiros, biscoitos, bolos recém assados, geleias e sucos feitos com frutas do pomar, coalhadas, iogurtes, queijos regionais e café coado lentamente,

preservando aromas e memórias afetivas associadas à cozinha rural (ver Figura 11). Tudo é elaborado pela própria família, que mantém técnicas tradicionais transmitidas entre gerações, reforçando a dimensão cultural e simbólica da alimentação no contexto rural. O fogão a lenha, além de elemento funcional, torna-se componente central da hospitalidade, criando um ambiente que aproxima o visitante da rotina da comunidade rural.

“Aqui tudo que a gente serve, nasce na nossa terra e de forma orgânica”, afirma Agricultora G, que herdou do avô o gosto pela boa comida e pela hospitalidade. Ele costumava dizer que “cozinhar é o mesmo que plantar: precisa de tempo, cuidado e respeito” (Entrevistada N), e essa filosofia continua orientando o modo de preparo das quitandas, dos doces e dos pratos típicos que encantam os visitantes.

Figura 11: Café da manhã e almoço preparado com os insumos da própria fazenda – Porteira de Chave.



Fonte: Imagens extraídas do Instagram da Fazenda Porteira de Chave (2025).

A articulação entre produção orgânica, preparo artesanal dos alimentos e acolhimento familiar faz com que o restaurante da Porteira de Chave funcione como um espaço integrado às dinâmicas produtivas da propriedade. Nesse contexto, a alimentação oferecida aos visitantes expressa a relação entre práticas agrícolas, saberes culinários e uso turístico do território, sem se dissociar das rotinas de trabalho e da organização familiar que estruturam a vida no meio rural.

Na Cachoeira do Arco-Íris, o almoço é preparado integralmente pela família, seguindo o ritmo da roça e os saberes tradicionais da cozinha mineira. Os alimentos utilizados vêm, em sua maioria, da própria propriedade ou de produtores locais, respeitando a sazonalidade. O

preparo no fogão a lenha confere aos pratos sabores marcantes e aromas que remetem à memória afetiva do campo (ver Figura 12). Mais do que servir comida, o almoço representa a materialização do vínculo entre terra, trabalho e hospitalidade, reforçando a identidade rural do empreendimento.

Já o café da manhã, também montado pela própria família, é servido de forma simples, farta e acolhedora, podendo ser levado nos chalés do hóspede ou servido no restaurante do espaço. O café é coado na hora, no pano, acompanhado de quitandas caseiras, queijos, frutas e outros produtos preparados artesanalmente, muitos deles oriundos da própria produção familiar. O fogão a lenha permanece como elemento central desse momento, aquecendo o ambiente e criando uma atmosfera de aconchego e proximidade. “No que se refere a comida, os hóspedes paulistas, se apaixonam por tudo que a gente faz, por mais simples que seja, eles ficam encantados (Entrevistada K)”. Porque não tem o cardápio desse, no dia-a-dia deles (Entrevistado K).” Tem um turista que veio com a família deles e foi embora chorando, nos agradeceu pela recepção, pois na cidade dele ninguém conversa com ninguém (Entrevistada K).

Figura 12- Almoço no fogão à lenha e café da manhã, produzidos pelos proprietários da Cachoeira do Arco-Íris.



Fonte: Imagens cedidas pelos proprietários da Cachoeira Arco Íris (2025).

Já na Bee Nectar / Reserva Andirá, a inovação assume forma líquida e dourada nas bebidas artesanais e nos produtos derivados do mel. Os fundadores da marca, transformaram o conhecimento sobre a meliponicultura e a apicultura em um empreendimento de base

agroecológica, onde o mel é trabalhado em diferentes expressões: o hidromel, bebida fermentada de origem ancestral, feita com mel e água, é o destaque das degustações, junto ao pingo doce, licor suave elaborado com mel e frutas da Mata Atlântica. “O hidromel é a bebida dos deuses, mas aqui ele virou a bebida da floresta viva”, brinca Entrevistado I, ao apresentar as variações de sabor resultantes das floradas de Aroeira, Copaíba, Cipó- Uva e Silvestre. A degustação guiada permite que o visitante compreenda as nuances sensoriais de cada mel, enquanto aprende sobre o papel das abelhas nativas na polinização e conservação ambiental.

Além das bebidas, a loja Bee Nectar oferece uma linha completa de produtos naturais e cosméticos à base de mel e própolis, como sabonetes, xampus, condicionadores, cremes e velas aromáticas, que unem saber tradicional e inovação sustentável. “Cada produto que a gente faz tem uma história: vem das flores, das abelhas e da paciência que a natureza ensina”, explica Entrevistada I, ressaltando que a produção respeita o tempo dos ciclos naturais e o bem-estar das colmeias. Essa integração entre turismo, agroecologia e economia criativa expressa o que Machado, Oliveira e Faria (2025b) identificam como inovação social territorial, na qual o trabalho rural se reinventa sem romper com suas raízes, promovendo renda, aprendizado e preservação ambiental.

No Paiol Velho, a produção do Queijo Minas Artesanal Agroecológico é muito mais do que uma atividade econômica, é um ato de continuidade cultural. O processo de fabricação, baseado em técnicas herdadas de gerações anteriores, reflete o respeito à natureza e a dedicação familiar ao trabalho de campo.

Cada queijo tem um pedaço da nossa história. Quando a gente corta o queijo e sente o cheiro do leite fresco, vem junto a lembrança da infância, do curral, da família toda reunida. Ele trabalha a memória afetiva. (Entrevistado M). O queijo é mais que alimento, é um pedaço da gente (Entrevistado M). O queijo é o jeito da terra falar. Cada um tem seu gosto, seu tempo, seu clima. A gente só ajuda o leite a contar essa história (Entrevistado M).

Além da produção, o local promove degustações agendadas, nas quais o visitante é convidado a conhecer o sabor, a textura e o processo de cura do queijo, compreendendo que cada detalhe está ligado ao território, ao clima e ao manejo agroecológico do rebanho (Machado, Oliveira e Faria, 2025).

No Sítio Primavera, a experiência é marcada pela delicadeza do trabalho cotidiano. A Entrevistada R explica que o segredo está no equilíbrio entre técnica e intuição: “Aqui a gente aprendeu que o queijo começa no pasto. Se a água, o solo e o capim estão bem, o leite vem bom e o queijo também. É um ciclo que ensina a respeitar o tempo da natureza.” (Entrevistado R).”

O queijo produzido com leite fresco da própria fazenda é oferecido em degustações que aproximam o visitante da vida rural, permitindo que o sabor seja também um meio de conexão com a paisagem, com o tempo e com a cultura.

A gente não nasceu no campo, mas foi ele que ensinou tudo pra gente. Aprendemos com os vizinhos, com os cursos, com os erros e acertos. Hoje, fazer queijo é a forma que encontramos de agradecer à terra por ter nos acolhido.” (Entrevistado R).

No Sítio Primavera, o queijo artesanal é o elo entre a redescoberta do campo e o desejo de viver de forma mais genuína e sustentável. O processo de produção começa com o cuidado com o pasto e as nascentes, passa pela ordenha manual e culmina na delicada fase de cura, onde o tempo e o clima definem o sabor e a textura do produto. “O queijo tem o gosto do lugar e da vida que a gente escolheu levar”, afirma o Entrevistado R, expressando o sentido de pertencimento construído pela experiência cotidiana.

Diferente das propriedades tradicionais, o Sítio Primavera representa a inovação trazida pelos neorrurais, que reinventam o fazer artesanal não como herança, mas como aprendizado e escolha de vida, aproximando o visitante da vivência rural e do respeito aos ciclos naturais. Essa identidade construída pela combinação entre tradição, cuidado ambiental e inovação produtiva cria as condições para que o sítio amplie sua presença para além do território físico e estabeleça novas formas de diálogo com o mercado e com os consumidores.

É justamente nesse movimento de qualificação do fazer rural que se conecta o passo seguinte: a entrada do Sítio Primavera, assim como do Pesqueiro do Tarcísio, já analisado anteriormente, na plataforma *É do Campo*, da EMATER–MG. A iniciativa estadual, voltada para fortalecer a comercialização de produtos da agricultura familiar e de empreendimentos rurais, acolhe apenas produtores que expressam vínculos claros com o território, com práticas sustentáveis e com a autenticidade de seus processos. Assim, a participação das duas propriedades não é um acréscimo externo ao seu funcionamento, mas a continuidade natural de um trabalho que já valoriza o saber local, a produção artesanal e a identidade sociocultural.

O *É do Campo* funciona como uma vitrine digital onde produtores selecionados podem apresentar seus alimentos, serviços e modos de produção a consumidores urbanos e rurais interessados na procedência e na qualidade dos produtos. A plataforma reúne agroindústrias familiares, propriedades certificadas, empreendimentos de Turismo Rural e negócios locais que expressam a diversidade dos territórios mineiros. Ao permitir que o consumidor saiba quem produz, como produz e de onde vem cada alimento ou experiência ofertada, a plataforma amplia a confiança, o valor agregado e a circulação econômica dos produtos rurais.

Em Lima Duarte, dois associados da Entre Serras, o Sítio Primavera e o Pesqueiro do Tarcísio, passaram a integrar o É do Campo. No Sítio Primavera, a produção de Queijo Minas Artesanal, associada a práticas sustentáveis de manejo, encontrou na plataforma um canal institucional de visibilidade (Emater-MG, 2025a). A venda online não apenas amplia o alcance comercial da queijaria, como também reforça sua identidade territorial. Já no caso do Pesqueiro do Tarcísio, a inserção na plataforma fortalece sua oferta gastronômica baseada em ingredientes locais e no preparo familiar, ampliando o reconhecimento de sua culinária regional (Emater-MG, 2025b).

No contexto da Entre Serras, a gastronomia e a cultura local emergem como dimensões centrais de fortalecimento dos saberes alimentares e da inclusão produtiva das famílias rurais. Ao valorizar ingredientes nativos, modos tradicionais de preparo e redes curtas de comercialização, essas práticas ampliam o protagonismo das mulheres, geram novas oportunidades de renda e reafirmam o alimento como expressão de memória e identidade.

Esse movimento se aproxima do que Vercher (2022) caracteriza como inovação social baseada em arranjos colaborativos, nos quais os atores rurais formulam estratégias próprias de governança e integração territorial. Na mesma direção, Machado, Oliveira e Faria (2025b) mostram que, ao articular produção, cultura e turismo, as comunidades constroem novos sentidos de pertencimento e sustentabilidade, aproximando o visitante do cotidiano do campo e fortalecendo a economia local.

Contudo, esse processo também demanda cautela. A crescente valorização da culinária rural pode, por vezes, transformar tradições alimentares em produtos moldados pelo gosto do turista, correndo o risco de esvaziar sua função social e reduzir a autenticidade a uma estética de consumo. Como alerta Neumeier (2017), a inovação social só ocorre plenamente quando as comunidades preservam autonomia sobre seus saberes, e quando as soluções são construídas “de dentro para fora”, respeitando os ritmos, valores e práticas locais. Assim, mais do que modernizar a cozinha rural, o desafio está em garantir que ela continue sendo um espaço de resistência cultural e de autonomia produtiva, onde o alimento é expressão da memória, da identidade e da sustentabilidade.

B- Eventos de Cooperação e Identidade Coletiva: o Arraiá Rural e a Feira da Roça

Quanto às inovações sociais relacionadas à cultura local, o Arraiá Rural e a Feira⁶⁶ da Roça da Entre Serras, ampliam a compreensão sobre o papel transformador do turismo nos

⁶⁶ O Feirão da Roça é o nome dado a uma feira específica, realizada mensalmente no município de Lima Duarte (MG), voltada à comercialização direta de produtos provenientes da agricultura familiar. O evento reúne famílias

territórios rurais. Diferentemente das atividades internas de cada propriedade, esses eventos são ações coletivas que reúnem todos os associados em torno de um mesmo propósito: fortalecer os laços comunitários, valorizar a produção local e construir uma identidade territorial compartilhada.

O Arraiá Rural do Entre Serras – Turismo no Meio Rural, realizado anualmente no mês de julho, é uma das expressões mais autênticas da identidade cultural e da coesão social entre os agricultores associados. Idealizado de forma colaborativa, o Arraiá é planejado meses antes por meio de encontros e mutirões que envolvem todas as propriedades associadas. Cada família contribui com o que sabe fazer, das barracas de comidas típicas às danças, da decoração às apresentações musicais, resultando em uma verdadeira festa da roça, onde o som da sanfona, o cheiro do milho verde e o colorido das bandeirinhas transformam o território em um espaço de convivência, alegria e pertencimento.

Aqui é um pedacinho de cada um de nós. Cada barraca tem um pouco da história de uma família. A gente trabalha junto, canta junto e mostra pra cidade o valor do campo, afirma o Entrevistado N. Não é só uma festa. É o momento em que a gente se vê como grupo, que percebe que a Entre Serras deu certo, que o turismo pode unir as famílias sem apagar a nossa origem (Entrevistado L).

As falas revelam que o Arraiá Rural transcende a dimensão do entretenimento e se consolida como uma prática de inovação social, em que turismo, cultura e cooperação comunitária se articulam para fortalecer identidades locais, gerar renda complementar e ampliar a visibilidade do território. Organizado pelas famílias da Associação Entre Serras, o evento mobiliza moradores na montagem das barracas, no preparo coletivo das receitas, na divisão de responsabilidades e na criação de um ambiente festivo que integra visitantes e agricultores em um mesmo processo cultural. Assim, o Arraiá se configura como um ponto de encontro anual que reafirma vínculos, valoriza saberes tradicionais e reforça valores afetivos e simbólicos do campo.

Conforme discutido no Capítulo 2, esse arranjo encontra respaldo nas contribuições de Vercher, Bosworth e Esparcia (2023), ao evidenciar a importância de políticas colaborativas e territorializadas; em Nagy (2019), que destaca a centralidade das redes de confiança e da participação ativa dos visitantes; e em Alkier, Milojica e Robleck (2023), que interpretam tais práticas como mecanismos de fortalecimento do capital social. Esses referenciais ajudam a

rurais que oferecem uma diversidade de itens, como alimentos e bebidas artesanais, artesanatos, plantas, sementes, entre outros produtos locais.

compreender como o Arraiá Rural materializa, na prática, dinâmicas de inovação social orientadas pela cooperação e pelo protagonismo comunitário.

De forma crítica, pode-se afirmar que o Arraiá Rural sintetiza tanto as potencialidades quanto as tensões do Turismo Rural. Se, por um lado, o evento amplia a visibilidade das famílias e atrai novos visitantes para o território; por outro, é preciso garantir que o crescimento da festa não dilua o seu caráter cultural em favor de uma lógica puramente comercial (ver Figura 13). Como destacam Machado, Oliveira e Faria (2025b), a verdadeira inovação social se realiza quando a comunidade mantém o controle sobre suas práticas e narrativas, assegurando que o turismo continue sendo expressão de identidade, solidariedade e autonomia rural.

Figura 13: Cartazes de divulgação dos dois últimos “Arraiás” e algumas imagens do evento.



Fonte: Imagens cedidas pela Associação Entre Serras (2025).

Assim, o Arraiá Rural da Entre Serras, mais do que um evento festivo, é um marco de coesão e criatividade coletiva, onde o campo se reconhece, celebra e se reinventa, sem perder de vista o que lhe dá sentido: o trabalho partilhado e a alegria de pertencer.

Embora eventos como o “Arraiá na Roça” sejam frequentemente apresentados como estratégias de valorização cultural no contexto do turismo rural, é importante problematizar a forma como essas representações são construídas. Para muitos moradores do campo, determinadas encenações do rural acabam reforçando imagens caricatas que associam o território rural a ideias de atraso, simplicidade excessiva ou rusticidade. Essa representação

social, muitas vezes utilizada como recurso estético em festividades e eventos turísticos, pode reproduzir estereótipos históricos que não correspondem às dinâmicas contemporâneas do meio rural.

Nesse sentido, ao retratar o campo apenas por meio de símbolos simplificados, como figurinos exagerados, sotaques estereotipados ou performances que remetem a uma suposta “vida caipira” corre-se o risco de reduzir a complexidade do rural a uma imagem folclorizada. Tal abordagem desconsidera que os territórios rurais atuais são espaços dinâmicos, marcados por processos de modernização, inovação social, circulação de conhecimentos e múltiplas identidades em movimento.

Por outro lado, é possível compreender essas práticas também como lugares de memória, no sentido de preservar e remeter a referências culturais de um passado rural que marcou a formação social desses territórios. Nesse caso, a festa ou a encenação não representa necessariamente o rural contemporâneo, mas sim uma evocação simbólica de experiências históricas e modos de vida que fizeram parte da trajetória dessas comunidades.

Assim, o desafio está em evitar que tais representações se tornem caricaturas do campo, transformando a cultura rural em mero espetáculo para consumo turístico. Quando tratadas de forma crítica e contextualizada, essas manifestações podem cumprir um papel importante de valorização da memória coletiva, sem reforçar visões estigmatizadas que associam o rural exclusivamente ao passado ou ao atraso. É justamente nessa perspectiva de valorização crítica das ruralidades contemporâneas que emergem iniciativas locais voltadas ao fortalecimento das economias e das sociabilidades do campo.

De forma complementar, o Feirão da Roça funciona como um espaço periódico de comercialização direta e troca de saberes, aproximando produtores e consumidores, fortalecendo a visibilidade dos agricultores familiares e das economias locais de Lima Duarte (MG). Organizado pela Prefeitura Municipal, o evento ocorre uma vez ao mês, sem uma periodicidade fixa, mas geralmente entre o primeiro e segundo domingo de cada mês, reunindo produtores rurais, artesãos e empreendimentos familiares do município em um espaço de convivência, trocas e comercialização direta. Idealizado como uma política pública de estímulo à comercialização direta e à valorização da produção regional, o evento Feirão transformou-se em um espaço de cooperação e aprendizado coletivo, onde os produtores associados a Entre Serras – Turismo no Meio Rural também encontram oportunidades de divulgar e vender seus produtos (ver Figura 14).

Mais do que um espaço de vendas, o Feirão tornou-se um ponto de encontro simbólico entre o campo e a cidade, onde produtos e histórias circulam com o mesmo valor. (Entrevistada L). Nem todo mundo tem loja ou movimento na propriedade, mas aqui todo mundo tem vez. Quem não pode vir manda os produtos, e a gente vende pra eles com o mesmo cuidado” (Entrevistado R). O bom do Feirão é que ninguém concorre, todo mundo se ajuda. Um traz o doce, o outro o mel, o outro o queijo, e no fim sai tudo. É bonito ver que o trabalho da gente junto dá resultado (Entrevistado S). Antes a gente vendia só pros vizinhos, hoje vem gente de fora, turista, pessoal de Juiz de Fora, tudo por causa do Feirão. Eles provam, perguntam da roça, querem visitar depois. É uma forma da cidade conhecer a vida do campo (Entrevistado L).

Figura 14: Feirão da Roça de Lima Duarte – MG.



Fonte: Imagens da própria pesquisadora (2025).

Essas falas evidenciam que, embora o Feirão seja uma iniciativa pública, sua força vem da participação ativa dos agricultores e da apropriação comunitária da proposta. Ao reunir produtores que, muitas vezes, não dispõem de infraestrutura para receber visitantes, o evento amplia as redes de comercialização, fortalece os vínculos de solidariedade e cria pontes entre o turismo, a economia local e a agricultura familiar.

O Feirão sintetiza a articulação entre políticas públicas e mobilização comunitária. Sob a perspectiva de Oliveira, Ferrarini e Grybovski (2020), ele expressa a sinergia entre ação municipal e apropriação coletiva, mostrando que iniciativas desse tipo só se consolidam quando promovem emancipação e protagonismo das comunidades rurais. Em complemento, Vercher, Bosworth e Esparcia (2023) destacam a importância de modelos de governança híbrida, que combinem suporte institucional com liderança local, exatamente o que ocorre no Feirão, onde o poder público oferece a estrutura, enquanto as famílias rurais constroem o conteúdo cultural, simbólico e econômico que dá vida ao evento.

Mesmo quem não pode vir, manda seus produtos pra gente vender. O importante é todo mundo participar, porque é a união que faz a feira acontecer (Entrevistado R). Não é competição, é partilha. Se o queijo do vizinho vende, todo mundo ganha. O importante é o turista sair sabendo que o que ele comeu e levou veio daqui, das nossas mãos ((Entrevistado M).

Em consonância com o que foi discutido no Capítulo 2, as contribuições de Alkier, Milojica e Robleck (2023) ajudam a compreender o Feirão como uma forma de inovação social orientada à comunidade, marcada pelo fortalecimento do capital social e da coesão coletiva. No contexto local, essa dinâmica se traduz em práticas que articulam solidariedade econômica, participação cidadã e valorização da cultura rural, revelando como o Feirão materializa, na prática, o modelo comunitário de inovação descrito pelos autores.

Sob uma análise crítica, observa-se que o Feirão da Roça representa um elo entre políticas públicas e práticas de base comunitária. Por um lado, amplia a renda e visibilidade dos agricultores, atraindo turistas e fortalecendo o sentimento de pertencimento ao território; por outro, desafia o poder público e os próprios produtores a manterem o equilíbrio entre institucionalização e autonomia.

Apesar de seu impacto positivo na dinamização da economia local e na valorização da produção rural, o Feirão da Roça enfrenta desafios relacionados à periodicidade e à comunicação do evento. Embora ocorra em geral no primeiro domingo de cada mês (periodicidade fixa) e sua data seja móvel, pode fragilizar a participação de turistas e visitantes ocasionais, que muitas vezes desconhecem a data exata de sua realização.

“Tem gente que vem de fora achando que vai ter o Feirão e dá com a cara na porta. Quando é divulgado certinho, vem muito mais gente, e o movimento melhora pra todo mundo” (Entrevistado Q).

Essa oscilação temporal, devido a possível mudança de data pela Prefeitura de Lima Duarte, reduz o potencial de integração entre turismo e economia rural, limitando o alcance de públicos externos e o fortalecimento da marca territorial do evento. Como apontam Vercher, Bosworth e Esparcia (2023), para que as inovações sociais territoriais se consolidem, é essencial que as iniciativas comunitárias contem com estrutura organizacional e mecanismos de comunicação estáveis, capazes de sustentar sua continuidade e ampliar sua visibilidade.

Por outro lado, a periodicidade flexível também reflete uma característica das dinâmicas locais de autogestão, nas quais o ritmo das colheitas, do clima e da disponibilidade dos produtores interfere diretamente na realização das feiras. Essa flexibilidade, embora traga desafios à previsibilidade, mantém o evento enraizado na temporalidade do campo, respeitando

os ciclos produtivos e reforçando a dimensão simbólica do encontro entre quem produz e quem consome.

A reflexão sobre a necessidade de conciliar autonomia comunitária e regularidade organizacional é central para compreender os limites e avanços do Feirão enquanto experiência de inovação social. Conforme lembram Alkier, Milojica e Robleck (2023), o fortalecimento das redes locais depende não apenas da cooperação entre os atores, mas também da profissionalização das práticas e da gestão compartilhada, que assegurem sustentabilidade, previsibilidade e confiança entre produtores e visitantes.

C) Meios de Hospedagem Rural

A hospedagem no meio rural é uma das grandes fortalezas das propriedades da Entre Serras. Os meios de hospedagem rural cumprem papel essencial no fortalecimento do turismo, pois representam o ponto de encontro entre o visitante e o modo de vida do campo. Mais do que oferecer abrigo, essas estruturas funcionam como espaços de convivência, aprendizagem e troca de saberes, onde o visitante tem a oportunidade de experimentar a rotina, os sabores e a paisagem das propriedades.

O Turismo Rural deve estar ancorado em propriedades que preservam suas atividades agropecuárias, garantindo que a vivência turística se aproxime do cotidiano real das famílias agricultoras. Por essa razão, as hospedagens não podem ser tratadas como estruturas autônomas, mas como continuidade das práticas produtivas e culturais do meio rural, assegurando que a experiência mantenha coerência com o modo de vida local. Assim, as hospedagens da Entre Serras atuam como extensões do cotidiano produtivo, permitindo que o visitante vivencie a colheita, o preparo dos alimentos e o contato com os animais, o que amplia a experiência de aprendizagem e pertencimento, em consonância com o que foi discutido no Capítulo 1, pelo MTur (2010),

No contexto da Entre Serras, as hospedagens refletem a pluralidade dos associados: enquanto algumas oferecem estruturas simples e rústicas, preservando o ambiente natural e o acolhimento familiar, outras evoluíram para modelos mais sofisticados, com vistas panorâmicas e serviços voltados à contemplação da natureza. Assim, observa-se a coexistência de hospedagens tradicionais e modernas, unidas pelo mesmo propósito de valorização do território e fortalecimento da economia local. No quadro 21, evidencia os tipos de acomodações existentes em cada propriedade.

Quadro 21– Meios de Hospedagem nas Propriedades da Entre Serras – Turismo no Meio Rural

Propriedade	Tipo de Hospedagem	Características e Diferenciais
Bee Nectar / Reserva Andirá	1 casa de pedra	Cercada pela Mata Atlântica, sem internet e televisão, ideal para desconexão digital e imersão ambiental.
Sítio Urucum	1 cabana	Estrutura simples e confortável, procurada por visitantes do Autódromo Potenza e por quem busca descanso e ar puro junto à natureza.
Sítio Primavera	1 suíte com varanda e vista para o vale; 2 suítes com janelas voltadas ao vale; 2 chalés com varanda; 1 casa do vale.	Hospedagem voltada à contemplação da natureza, com conforto e integração à paisagem.
Cachoeira do Arco-Íris	5 chalés (um para noivas), 2 quartos e área de camping.	Voltada ao ecoturismo, casamentos e lazer junto à natureza.
Prainha da Conga	2 chalés	Próximos ao balneário, estrutura simples, voltados ao turismo de aventura e lazer aquático.
Rancho Alegre	4 quartos	Estrutura simples e acolhedora, próxima ao restaurante rural.
Pesqueiro do Tarcísio	3 quartos	Estrutura simples e acolhedora, próxima ao restaurante rural, ao lago e vivências agropecuárias.
Fazenda Porteira de Chave	4 chalés, sendo 1 duplo.	Hospedagem próxima às grutas de mineração, com café da manhã produzido na fazenda.
Sítio Pilar	2 chalés, 2 casas e 1 silo adaptado	A casa principal, a casa de colono, o silo, o curral e o carro de boi, tudo foi sendo transformado para hospedagem. Os ambientes mantiveram a rusticidade, com traços modernos. O silo transformado em hospedagem é um dos diferenciais do território.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas entrevistas e observações de campo realizadas com os membros da Associação Entre Serras.

A análise das hospedagens evidencia a diversidade de modelos de acolhimento praticados no território. Há desde estruturas voltadas à simplicidade e desconexão, como a casa de pedra da Bee Nectar na reserva Andirá, cercada pela mata e sem sinal de internet, até opções com maior conforto e vistas panorâmicas, como as suítes e chalés do Sítio Primavera e do Sítio Pilar. Essa heterogeneidade demonstra que os agricultores têm adaptado suas propriedades, sem romper com as atividades agropecuárias originais.

Em muitos casos, a hospedagem é parte do cotidiano produtivo e familiar: o hóspede convive com os animais, observa o preparo dos alimentos e participa das rotinas da fazenda. Como afirma uma das agricultoras: “A gente não separa o turista da nossa vida. Ele entra na horta, ajuda a tirar o leite se quiser. Aqui o visitante vive o que a gente vive” (Entrevistado L).

Essa fala traduz a essência da hospitalidade rural comunitária, baseada no convívio, na partilha e na reciprocidade. Para Machado, Oliveira e Faria (2025b), esse tipo de relação configura uma inovação social relacional, em que o turismo se torna um espaço de aprendizado mútuo e fortalecimento de laços sociais. A hospitalidade, nas propriedades da Entre Serras, é percebida não apenas como serviço, mas como ato de pertencimento. “A gente recebe o visitante como se fosse da família, porque o campo é isso: porta aberta e comida na mesa”, disse o (Entrevistado P). “A vista do vale encanta, mas o que faz o turista voltar é a conversa no final do dia, o café fresco e o pão de queijo saindo do forno.” (Entrevistada R).

Essas falas evidenciam que a força das vivências na Entre Serras está na capacidade das famílias de transformar relações cotidianas em práticas compartilhadas. Esse movimento dialoga diretamente com Ragauskaitė e Žukovskis (2019), que ressaltam o papel do capital humano e da cooperação como fundamentos das inovações sociais no meio rural. Ao mesmo tempo, converge com as contribuições de Vercher, Bosworth e Esparcia (2023), que enfatizam a necessidade de governança participativa e apoio institucional para que essas iniciativas se mantenham sustentáveis e não comprometam a identidade local. Juntas, essas perspectivas ajudam a compreender como as práticas observadas no território articulam protagonismo comunitário e organização coletiva, garantindo que o turismo avance sem romper com os valores e modos de vida que lhe dão sentido.

A análise das hospedagens rurais da Entre Serras revela um cenário marcado pela autenticidade e diversidade das experiências oferecidas aos visitantes. A coexistência de chalés, suítes, cabanas rústicas e até estruturas criativas, como a casa de pedra pela Bee Nectar/ Reserva Andirá e um silo adaptado no Sítio Pilar⁶⁷, demonstra a capacidade das famílias agricultoras de inovar a partir de seus próprios recursos, transformando o espaço doméstico e produtivo em ambiente de acolhimento.

⁶⁷ O silo já tem seus quartos prontos na parte superior, mas a sala, cozinha e banheiro, que se localizam na parte inferior, onde ficava o cocho, onde os animais se alimentavam, ainda está em obra.

O espaço atualmente utilizado como alojamento turístico foi originalmente construído como um silo destinado ao armazenamento de silagem, alimento volumoso preparado a partir de cana, milho verde e outras forragens, utilizado para alimentar o gado no período de seca. Embora os silos devam ser circulares para evitar a entrada de oxigênio, que compromete a fermentação, o meu pai, optou por construir um modelo quadrado, ele gostava de desafiar o que as pessoas diziam, o que inviabilizou o uso adequado do equipamento, pois as quinas do silo quadrado, possibilitava a passagem de ar. Diante da solidez da estrutura, feita com paredes duplas de tijolos maciços, decidimos reaproveitar. O meu filho adaptou o interior, criando no nível inferior que ainda está em obra, cozinha, sala e banheiro, e no nível superior, onde antes se tampava o silo, instalou quartos com acesso independente e vista para os demais chalés da propriedade” (Entrevistada Q).

Nesse contexto, um equipamento anteriormente em desuso passou a integrar a oferta de hospedagem rural por meio de um processo de reaproveitamento criativo da infraestrutura existente. A transformação do silo em chalé revela a mobilização de saberes familiares, o trabalho intergeracional e o uso estratégico dos recursos da própria propriedade para atribuir novas funções no território. Essa dinâmica evidencia que o território não é estático, mas continuamente reconstruído a partir das escolhas, trajetórias e capacidades de inovação das famílias que o habitam (ver Figura 15).

Para além da dimensão física, essa adaptação expressa uma estratégia de diversificação econômica ancorada na memória produtiva da propriedade. Um equipamento voltado à pecuária passa a integrar a lógica do turismo rural, articulando passado, presente e novas oportunidades de geração de renda. O envolvimento do filho no processo de adaptação reforça o caráter familiar dessa inovação, evidenciando a transmissão de conhecimentos, a cooperação entre gerações e a construção de soluções ajustadas às condições concretas do meio rural.

Figura 15: Silo que se transformou em chalé para hospedes no Sítio Pilar.



Fonte: Fotografias cedidas pelos proprietários do Sítio Pilar (2025).

Essa racionalidade de reaproveitamento e ressignificação dos espaços produtivos não se restringe ao Sítio Pilar, ainda que assuma configurações distintas em cada propriedade. Na unidade a seguir, por exemplo, o processo ocorre não a partir de uma estrutura agrícola moderna, como o silo, mas de uma edificação mais antiga e carregada de simbolismo, a chamada Casa de Pedra, cuja história e usos revelam outra forma de articular patrimônio, memória e turismo no meio rural.

A casinha de pedra é bem simples, sabe? A gente fez toda ela com pedra da própria propriedade. As paredes são de pedra mesmo, e o rejunte é aquela mistura antiga: barro, areia e um pouquinho de cimento, igual os antigos faziam. A maior parte da madeira que usamos foi reaproveitada de outras construções, nada de material novo demais. É uma construção bem rústica, tradicional, feita com o que a gente tinha e aproveitando tudo. Hoje ela serve direitinho, fica firme e aconchegante, e ainda mostra um pouco do jeito antigo de construir aqui no meio rural (Entrevistada I).

Nesse caso, a ressignificação não se dá apenas pela mudança de função de uma estrutura produtiva, mas pela valorização de formas tradicionais de construir e habitar o espaço rural. A Casa de Pedra (ver Figura 16) materializa um modo de fazer herdado, baseado no uso de materiais locais, no reaproveitamento de recursos e no conhecimento construtivo transmitido entre gerações. Ao ser incorporada ao Turismo Rural, essa edificação deixa de ser apenas um abrigo funcional e passa a operar como patrimônio, capaz de comunicar aos visitantes aspectos da história, da estética e das racionalidades que estruturam o modo de vida no campo.

Figura 16: Casa de Pedra da Bee Nectar na Reserva Andirá.



Fonte: Fotografias cedida pelos proprietários da Reserva Andirá (2025).

“Na casa de pedra, a gente quis deixar ela do jeito da roça mesmo, sem tirar o que é da natureza. O turista fala que dorme e escuta o barulho da água e dos bichos e sente como se estivesse dormindo dentro da natureza” (Entrevistada I). “

Dormir ouvindo a água e os sons dos animais, sentar-se em bancos feitos de troncos ou compartilhar uma mesa de madeira rústica permite ao visitante experimentar o espaço rural não como cenário artificial, mas como ambiente vivo, no qual o conforto emerge da integração com o meio. Essa forma de construir e organizar os espaços traduz uma racionalidade territorial que valoriza o que é local, o que é simples e o que mantém a identidade da roça.

Essa pluralidade de formatos reflete diferentes estágios de amadurecimento das propriedades, indo das hospedagens mais simples e imersas na natureza, como a casa de pedra da Bee Nectar, ideal para quem busca desconexão, até experiências mais estruturadas, como as suítes panorâmicas do Sítio Primavera. Em comum, todas mantêm o caráter familiar e o vínculo com o território, traduzindo na hospitalidade rural o modo de vida, o trabalho e a cultura camponesa.

Sob uma perspectiva analítica, os principais pontos fortes dessas hospedagens residem na autenticidade do acolhimento e na integração com a produção agrícola, elementos que consolidam a experiência rural e reforçam a confiança dos visitantes na origem dos produtos e na credibilidade do território. A diversificação das modalidades de hospedagem, que varia do camping ecológico e Chalés da Cachoeira do Arco-Íris, às casas familiares do Sítio Pilar e Sítio

Primavera, permite atender públicos distintos e criar novas oportunidades econômicas, contribuindo para a geração de renda e a manutenção das famílias no campo.

Na hospedagem do Sítio Pilar, cada espaço foi pensado a partir do que já existia na fazenda, respeitando a história do lugar e transformando antigas estruturas em ambientes acolhedores, onde o passado dialoga com o presente. Além do silo ressignificado, o sítio conta com quatro outros meios de hospedagem, todos mantendo a essência rústica da vida rural. A Casa 1, considerada a casa principal, preserva o clima típico de fazenda, com ambientes amplos e cheios de identidade. Já a Casa 2, antiga casa de colono, onde antes se criavam animais, carrega uma atmosfera de memória viva, permitindo que o hóspede sinta como era o cotidiano de quem trabalhou e viveu naquele espaço (ver Figura 17).

Figura 17 – Propriedades rurais (casa 1 e 2) que hoje servem de meio de hospedagem - Sítio Pilar.



Fonte: Imagens cedidas pelos proprietários do Sítio Pilar (2025).

A hospedagem no Sítio Pilar expressa um modo sensível de relação com o território, no qual o ato de acolher está diretamente ligado à preservação da memória rural. Mais do que oferecer diferentes unidades de permanência, o sítio propõe uma experiência em que o visitante é convidado a habitar espaços que carregam histórias, usos e significados construídos ao longo do tempo. Cada ambiente mantém vínculos claros com o passado da fazenda, permitindo que o cotidiano do campo seja percebido não apenas na paisagem, mas também na forma como os espaços foram concebidos e ressignificados.

O Chalé Carro de Boi ocupa o local que, no passado, servia de garagem para guardar o carro de boi, símbolo forte da cultura rural. Hoje, o espaço mantém essa referência histórica, combinando simplicidade, conforto e elementos que remetem ao trabalho no campo. Por fim, o Chalé Cantinho da Tuia foi construído a partir do alicerce de um antigo galpão. É o mais moderno entre os meios de hospedagem, mas sem perder o vínculo com a fazenda: linhas mais atuais se misturam a materiais, texturas e detalhes que mantêm a identidade rural (ver Figura 18)

Em todas as unidades, os elementos rústicos da fazenda foram preservados, como madeiras, estruturas aparentes e referências ao uso original dos espaços. Ao mesmo tempo, peças ornamentativas mais modernas foram inseridas com cuidado, criando um equilíbrio harmonioso entre tradição e conforto contemporâneo. O resultado é uma hospedagem que acolhe, conta histórias e permite ao visitante vivenciar o campo, tranquila e cheia de significado.

Figura 18: Chalés que hoje servem de meio de hospedagem – Sítio Pilar.



Fonte: Imagens cedidas pelos proprietários do Sítio Pilar (2025).

As casas e chalés revelam essa continuidade entre o que foi e o que hoje se apresenta. Estruturas antes destinadas à moradia, ao trabalho e ao apoio às atividades produtivas foram adaptadas para a hospedagem sem romper com suas características originais. Elementos rústicos, como materiais, formas e texturas próprias da arquitetura rural, permanecem presentes e dialogam com a inserção pontual de peças ornamentativas mais contemporâneas, criando ambientes que equilibram simplicidade, conforto e identidade. Essa combinação não descaracteriza os espaços; ao contrário, reforça sua autenticidade e amplia suas possibilidades de uso.

Todos os espaços, tem um charme surreal. Mantivemos a estrutura antiga, inovamos. A casa grande, o chalé carro de boi, o Silo como está agora, o estábulo. O Espaço do estábulo deixamos como era antigamente. O curral atrai os turistas pois muitas pessoas nunca viram um. Muitas pessoas nunca viram um boi de pertinho e aqui tem como ver (Entrevistada Q).

Nesse processo, o Sítio Pilar evidencia que a hospitalidade no meio rural pode ser compreendida como uma prática de valorização do patrimônio material e imaterial da fazenda. A resignificação das edificações não apaga suas funções anteriores, mas as incorpora como parte da narrativa do lugar. Assim, a hospedagem se consolida como uma extensão da própria história do sítio, onde passado e presente coexistem, e onde o visitante não apenas se hospeda, mas vivencia o campo como um espaço de memória, pertencimento e continuidade.

Essa experiência, no entanto, não se constrói de forma isolada, pois está inserida em uma dinâmica mais ampla de cooperação territorial promovida pela Associação Entre Serras. Nesse contexto, a articulação entre os empreendimentos associados estimula a circulação de turistas entre as propriedades e fortalece a imagem coletiva do grupo como um destino pautado em princípios de sustentabilidade e solidariedade. Por outro lado, mesmo diante desses avanços, as hospedagens ainda enfrentam fragilidades estruturais e organizacionais que limitam o pleno aproveitamento de seu potencial.

A infraestrutura desigual entre as propriedades e a ausência de serviços básicos, como estradas ou sinal telefônico em algumas áreas, ainda dificultam a permanência prolongada de visitantes. Embora a ausência de telefonia e em alguns casos tecnologia, possa ser um atrativo para quem busca desconexão, ela restringe o acesso de outros perfis de turistas e compromete a comunicação e as reservas.

A falta de capacitação em gestão turística e hospitalidade é outro desafio recorrente, refletindo a necessidade de políticas públicas mais consistentes de apoio técnico e qualificação, como defendem Vercher, Bosworth e Esparcia (2023). Há, ainda, um risco de descaracterização cultural à medida que o turismo se intensifica e a hospitalidade passa a responder às pressões de mercado. Se, por um lado, a expansão da oferta de hospedagem gera oportunidades de renda, por outro, pode levar à mercantilização das práticas tradicionais, diluindo a espontaneidade e a dimensão comunitária que caracterizam o Turismo Rural. Como ressaltam Ragauskaitė e Žukovskis (2019), a verdadeira inovação social só se consolida quando a comunidade preserva sua autonomia sobre os modos de vida e produção, garantindo que as transformações decorrentes do turismo fortaleçam, e não substituam, as práticas locais.

Nesse sentido, as hospedagens da Entre Serras simbolizam o delicado equilíbrio entre tradição e reinvenção, atuando como instrumentos de inclusão produtiva, valorização identitária

e preservação cultural. No entanto, para que essas experiências se mantenham sustentáveis, é indispensável uma gestão coletiva, participativa e orientada por princípios de governança solidária, capaz de assegurar que o crescimento do turismo caminhe junto à coesão social e ao respeito às dinâmicas do campo. Assim, o fortalecimento da associação e o suporte das políticas públicas tornam-se condições estruturantes para que o Turismo Rural siga como uma prática emancipadora, unindo economia, afeto e território, sem perder de vista a essência camponesa e o protagonismo das famílias agricultoras que sustentam a vitalidade da Entre Serras.

D) Turismo Pedagógico – Salas sem paredes

Turismo pedagógico é a prática de desenhar visitas orientadas a propriedades rurais com objetivos educativos explícitos: observar processos produtivos, vivenciar rotinas do campo, conectar teoria e prática e despertar valores socioambientais. Diferentemente de uma visita recreativa, cada atividade é planejada como uma situação intencional de aprendizagem, na qual o agricultor conduz o grupo, utilizando materiais de apoio e seguindo protocolos de segurança sempre que necessário. No quadro 22 a seguir, apresentamos as propriedades rurais associadas a Entre Serras que desenvolvem a atividade.

Quadro 22 – Oferta de turismo pedagógico nas propriedades associadas a Entre Serras.

Propriedades	Público	Conteúdos centrais	Atividades-chave	Resultados educativos esperados
Bee Nectar / Reserva Andirá	Jovens e adultos.	Abelhas nativas e africanizadas; serviços ecossistêmicos; Juçara e Mata Atlântica; cadeia do mel.	Observação de colmeias com EPI; tipos de abelhas; extração demonstrativa; degustação guiada de méis; trilha interpretativa da Juçara.	Compreensão do papel das abelhas; alimentação e biodiversidade; consumo responsável.
Pesqueiro do Tarcísio	Crianças de escolas e famílias	Ciclo do alimento; piscicultura; horta escolar; árvores nativas.	Visita à “casa do mel” (educativa, sem manejo de colmeias); pesque-pague guiado; colheita na horta; plantio de mudas.	Noções de origem dos alimentos; cuidado com plantas e peixes; cooperação.
Casinhas	Crianças de escolas e famílias	Vida no campo; bem-estar animal; hortas e	Ordenha assistida; passeio de charrete; alimentação de	Empatia com o trabalho rural; hábitos alimentares;

Propriedades	Público	Conteúdos centrais	Atividades-chave	Resultados educativos esperados
		agroindústria caseira.	bezerros (mamadeira); plantio na horta; pesque-pague; banho de bica; visita aos animais.	regramentos de segurança.
Sítio Urucum	Crianças e famílias	Ovinocultura; nutrição animal; fibras e cortes de carne.	Visita ao aprisco; alimentação de cordeiros; manejo básico; conversa sobre lã, cortes e preparo responsável.	Respeito ao animal; leitura crítica do consumo; noções de nutrição.
Sítio Primavera	Agricultores familiares, estudantes, técnicos Emater, Sebrae, escola de Queijo e interessados na cadeia do leite	Cadeia produtiva do leite; queijos artesanais; boas práticas agropecuárias; higiene e qualidade. certificação e agregação de valor	Visitas técnicas à queijaria; cursos e cursos de imersão em queijos; demonstrações de produção, maturação e manejo do leite; degustação.	Integração entre teoria e prática; qualificação técnica; fortalecimento da identidade do queijo artesanal; valorização da agricultura familiar e do saber-fazer local.
Paiol Velho	Graduação (Eng. Alimentos, Zootecnia, Agronomia) e técnicos	Cadeia do leite; agroecologia; higiene e qualidade; queijos artesanais.	Visita técnica à queijaria; protocolos de higiene; pingos; maturação; manejo agroecológico do rebanho.	Integração teoria-prática; boas práticas; qualidade e identidade do produto.

Fonte: Entrevistas e observações de campo (2023–2025).

No diálogo com Machado, Oliveira e Faria (2025b), entendemos o turismo pedagógico como inovação social baseada no território: conhecimentos locais são transformados em experiências formativas que valorizaram cultura, trabalho familiar e sustentabilidade, sem romper com o ritmo do campo. Essas autoras mostram que iniciativas bem-sucedidas combinam três pilares:

1. Saber-fazer local (práticas e memórias da produção),
2. Mediação educativa (explicar, demonstrar, envolver),
3. Cuidado com o território (segurança, ética, bem-estar animal, ambiente).

O quadro evidencia a diversidade e a complementaridade das experiências pedagógicas desenvolvidas pelas propriedades de associados da Entre Serras, revelando como cada espaço transforma sua vocação produtiva em oportunidade de aprendizagem. Observa-se que as atividades são planejadas de forma coerente com as identidades e potencialidades de cada família: o Sítio Urucum prioriza a sensibilização e o cuidado com os animais; a Fazenda Casinhas além do cuidado com os animais, enfatiza a vivência prática, a inclusão e a relação com o alimento; o Paiol Velho e Sítio Primavera articulam conhecimentos técnicos e tradição queijeira; a Bee Nectar – Reserva Andirá conecta ciência e conservação ambiental por meio das abelhas, e o Pesqueiro do Tarcísio integra educação alimentar e ambiental com práticas de pesca responsável, manejo do viveiro e plantação de árvores.

Em conjunto, as experiências mostram que o turismo pedagógico no território vai além do entretenimento, configurando-se como estratégia educativa e socialmente inovadora, capaz de promover consciência ambiental, fortalecer vínculos comunitários e valorizar o conhecimento rural como patrimônio cultural e científico. Em conjunto, essas experiências demonstram que o turismo pedagógico no território vai além do entretenimento, configurando-se como estratégia educativa e socialmente inovadora, capaz de promover consciência ambiental, fortalecer vínculos comunitários e valorizar o conhecimento rural como patrimônio cultural e científico.

No Sítio Urucum, o turismo pedagógico nasce da curiosidade genuína das crianças em conhecer os cordeiros e vivenciar o modo de vida rural. A proposta vai muito além de uma simples visita: ela se transforma em uma experiência formativa que desperta empatia, cuidado e responsabilidade, aproximando o visitante do cotidiano do campo e de seus ritmos naturais. As atividades são cuidadosamente estruturadas para unir observação, participação e reflexão, integrando aprendizado cognitivo e sensibilização afetiva.

O percurso começa no aprisco, onde os visitantes observam o comportamento dos cordeiros e aprendem sobre alimentação, higiene e abrigo. A Entrevistada S: “Os animais precisam de cuidado, como qualquer ser vivo. A criança entende que dar água limpa, sombra e carinho é o que mantém o rebanho saudável.”

Em seguida, as crianças são convidadas a amamentar os cordeiros com mamadeiras, vivenciando de forma lúdica o vínculo entre afeto e responsabilidade. Esse momento, um dos mais marcantes da atividade, ajuda os pequenos a compreender o ciclo de vida dos animais e o papel do ser humano em seu cuidado (Machado *et al.*, 2025b). Ao segurar a mamadeira e sentir

a confiança do animal, os visitantes exercitam empatia, atenção e paciência, transformando o aprendizado em experiência emocional e sensorial.

Depois dessa vivência, o grupo participa de atividades práticas, como a Oficina da Lã, em que tocam amostras limpas, aprendem sobre o processo de tosa e acompanham demonstrações sobre o uso da lã na tecelagem artesanal. As crianças também participam de tarefas simples, como reabastecer os bebedouros, contar os animais e registrar as observações em pequenos cadernos de campo, integrando conteúdos de Ciências (bem-estar e nutrição animal), Matemática (pesagem e contagem) e Artes (desenho e narrativa das experiências) (ver Figura 19).

Figura 19: Atividades pedagógicas desenvolvidas no Sítio Urucum.



Fonte: Imagens cedidas pela Entre Serras, Cordeiro e Cia, Sítio Urucum e da própria pesquisadora (2025).

Essas ações revelam que aprender no campo é também um ato de convivência e cuidado. Como afirmam Machado, Oliveira e Faria (2025b), esse tipo de prática caracteriza uma inovação social educativa, pois transforma o cotidiano produtivo em um espaço de aprendizagem compartilhada, onde o agricultor atua como mediador do saber e o visitante, como sujeito ativo do processo. Assim, o turismo pedagógico no Sítio Urucum articula ciência, afeto e sustentabilidade, consolidando-se como uma verdadeira sala de aula viva, em que o toque, o olhar e a escuta se tornam caminhos para compreender a interdependência entre o ser humano e a natureza.

Na Fazenda Casinhas, o turismo pedagógico se desenrola em meio a hortas, galinheiros e riachos, onde o aprendizado segue o ritmo natural do campo e o tempo da natureza é quem dita o compasso das atividades. A experiência é pensada para crianças e jovens, que aprendem

fazendo, tocando a terra, sentindo os cheiros, ouvindo os sons dos animais e experimentando o prazer de colher o que plantaram. Cada momento é planejado para despertar os sentidos, estimular a curiosidade e criar conexões afetivas com o ambiente rural.

Logo na chegada, os visitantes são recebidos com uma breve conversa sobre o que irão vivenciar e, em seguida, colocam as mãos na terra, participando do plantio de hortaliças e ervas. A atividade começa com a preparação dos canteiros e o uso de ferramentas agrícolas leves, adequadas às faixas etárias, para que as crianças compreendam o processo de germinação e crescimento das plantas. Depois, aprendem sobre o manejo da água e dos resíduos, explorando o sistema de compostagem que transforma restos de alimentos em adubo orgânico.

A Entrevistada L explica o sentido pedagógico dessa prática: “Aqui ninguém vem só pra olhar. Todo mundo põe a mão na terra, planta um pezinho e colhe o que plantou. É assim que a gente ensina o valor das coisas. A criança vê que o alimento não nasce na prateleira, nasce do cuidado.”

Após o plantio, o grupo segue para o curral onde conhece as vacas leiteiras. A Agricultora D, sempre sorridente, explica que elas precisam de grama fresquinha, água limpa e muito carinho para produzir um leite saudável. As vivências começam logo cedo, na rotina da ordenha, quando as crianças observam o manejo das vacas leiteiras e aprendem sobre o processo de produção do leite (Ver Figura 20). A Entrevistada K relata: “A gente mostra pra eles que o leite vem da vaca, do cuidado diário, da alimentação certa, da limpeza e do carinho. Muitos nunca tinham visto uma ordenha antes, e quando bebem o leite quente, direto da fazenda, é uma festa.”

Figura 20: Atividades pedagógicas desenvolvidas com escolas da região de Lima Duarte - Casinhas



Fonte: Imagens cedidas pela propriedade Casinhas e Associação Entre Serras (2025).

Em seguida, vem um dos momentos mais esperados: a amamentação dos bezerros. As crianças recebem pequenas mamadeiras e ajudam a alimentar os filhotes, que se aproximam mansinhos e abanando o rabo. “Eles ficam encantados quando o bezerro começa a mamar”, conta a Entrevistada K. “É nessa hora que entendem que o leite não vem da caixinha, mas de um bichinho de verdade, que precisa de cuidado e amor” (Entrevistada K).

Enquanto isso, os agricultores explicam como os bezerros crescem fortes quando se alimentam bem e descansam em um lugar limpo. As crianças aprendem sobre a alimentação dos animais, o respeito pelos ciclos da natureza e o valor do trabalho rural, em uma experiência que mistura aprendizado, afeto e curiosidade.

Essas atividades dialogam diretamente com conteúdos de Ciências (solo, água, nutrição, ecossistemas), Matemática (tempo de plantio e colheita, proporções nas receitas) e Educação Ambiental e Alimentar, promovendo uma aprendizagem interdisciplinar e contextualizada.

Durante o percurso, o aprendizado ganha um tom lúdico com o passeio de tratorzinho e de charrete, que encantam especialmente os mais novos. O tratorzinho é utilizado para mostrar a importância das máquinas agrícolas na rotina do campo, explicando sua função no preparo do solo e no transporte de produtos. Já o passeio de charrete, conduzido lentamente entre as trilhas internas da fazenda, resgata tradições rurais e permite que os visitantes sintam o ritmo do campo, o cheiro da terra e o som dos animais (Machado *et al.*, 2025b). “A charrete é a parte mais esperada”, comenta a entrevistada L sorrindo. “Eles vão rindo, acenando, como se estivessem num desfile. E é bonito ver como algo tão simples traz tanta alegria” (Entrevistada L)

Essas práticas educativas que emergem da realidade local e se ajustam às condições sociais e ambientais do território configuram formas de inovação social territorial já apontado por Santo e Andion (2022) e apresentadas nas propriedades da Entre Serras. No caso da Fazenda Casinhas, o turismo pedagógico traduz-se em uma pedagogia do cotidiano, em que cada gesto simples, como dar mamadeira a um bezerro ou andar de charrete, se torna uma lição sobre o cuidado, o tempo e a importância do trabalho rural. Assim, o Casinhas mostra que a educação no campo não se faz apenas com teoria, mas com vivência, transformando o espaço produtivo em território de aprendizado, onde o valor do campo é sentido antes mesmo de ser explicado.

No Pesqueiro do Tarcísio, o turismo pedagógico tem como público principal as crianças um pouco mais velhas, geralmente de escolas do ensino fundamental II. O espaço é organizado para unir educação ambiental, alimentação saudável e vivência com o meio natural, oferecendo uma experiência que mistura curiosidade, descoberta e respeito pela natureza.

A visita começa na Casa do Mel, onde as crianças são recebidas pelo agricultor, que as conduz com paciência e bom humor. Ele mostra os equipamentos de proteção, os macacões e chapéus com telas e explica como o mel é produzido e por que as abelhas são tão importantes para a vida no planeta.

“A abelha é um bichinho pequeno, mas faz um trabalho enorme. Sem ela, a gente não teria fruta, nem flor, nem comida na mesa”, explica Tarcísio, enquanto mostra as caixas de criação (Entrevistado N).

As crianças observam os quadros com favos e aprendem sobre a organização das colônias, a função de cada tipo de abelha e o papel da polinização na biodiversidade. Essa etapa desperta o interesse pela biologia, pela ecologia e pela segurança alimentar, mostrando de forma prática como a ação de um inseto tão pequeno sustenta a produção de alimentos e o equilíbrio dos ecossistemas.

Depois da Casa do Mel, o grupo segue para a área de reflorestamento, onde participa do plantio de árvores frutíferas. Cada criança recebe uma muda e aprende como preparar o solo, abrir o buraco e cuidar da planta até que ela cresça. O agricultor costuma dizer: “Plantar árvore é como plantar esperança. Cada muda vai dar sombra, fruta e vida pra quem vier depois da gente” (Entrevistado N).

Essa atividade trabalha conteúdos de ciências (fotossíntese, ciclo das plantas), geografia (solo, clima) e educação ambiental, incentivando os visitantes a pensarem no tempo da natureza e na responsabilidade de cuidar do que plantam. A experiência do plantio é registrada com placas de identificação, onde as crianças escrevem seus nomes e o tipo de árvore plantada, criando uma ligação afetiva com o lugar e reforçando o sentimento de pertencimento ao território.

A terceira etapa ocorre na área dos pomares, onde o aprendizado se torna ainda mais sensorial. Ali, as crianças colhem frutas diretamente do pé, como jaboticaba, goiaba e laranja, aprendendo a reconhecer o ponto certo de maturação e as diferenças de textura, cor e sabor. “Eles ficam admirados quando veem que a fruta vem da árvore e não do mercado”. “É bonito ver o brilho no olho deles quando colhem e comem ali mesmo, no pé” (Entrevistado N). Esse momento trabalha noções de alimentação saudável, agroecologia e respeito ao tempo natural da produção, mostrando que o alimento é fruto do trabalho humano e do equilíbrio com a terra.

Por fim, a vivência termina na pesca esportiva, uma das atividades mais esperadas do dia. As crianças aprendem as regras de segurança, recebem suas varas e, com a orientação do agricultor, lançam as linhas no lago. O objetivo não é capturar o maior peixe, mas praticar a

paciência, a observação e o cuidado com os seres vivos. “A gente ensina que pescar não é só puxar o peixe, é entender o tempo dele, o silêncio da água e o respeito pela vida”, explica o Entrevistado N. A pescaria é feita no sistema pega e solta, reforçando o compromisso ambiental do espaço e permitindo que o aprendizado aconteça de forma ética e divertida (ver Figura 21).

Figura 21: Turismo pedagógico realizado no Pesqueiro do Tarcísio.



Fonte: Imagem cedidas pela Entre Serras, Pesqueiro do Tarcísio e arquivo pessoal da pesquisadora (2025).

Essas etapas, Casa do Mel, plantio de árvores, colheita de frutas e pesca esportiva, trabalham múltiplos conteúdos escolares: Ciências: biodiversidade, ciclo da vida, fotossíntese, ecossistemas aquáticos e polinização. Matemática: medidas, contagem de espécies e tempo de crescimento das plantas. Educação ambiental e cidadania: responsabilidade com o meio ambiente e respeito aos seres vivos.

O turismo pedagógico no Pesqueiro do Tarcísio se destaca por aproximar as crianças de processos ecológicos e produtivos de forma lúdica, sensorial e participativa, nas quais a inovação ocorre por meio da adaptação das práticas tradicionais, como o plantio e a pesca, às novas demandas de conservação e educação ambiental. O Pesqueiro do Tarcísio materializa esse modelo, ao unir lazer e conhecimento, transformando a paisagem rural em um espaço de formação ecológica e social.

Já o turismo pedagógico do Paiol Velho tem um caráter técnico, formativo e científico, voltado especialmente a estudantes de Engenharia de Alimentos, Agronomia, Zootecnia, Nutrição e áreas afins. As visitas são estruturadas de modo a proporcionar uma compreensão

integrada do sistema produtivo do Queijo Minas Artesanal, articulando saberes empíricos, princípios agroecológicos e conhecimento técnico-científico.

O percurso educativo inicia-se no pasto, onde os visitantes conhecem o manejo agroecológico do rebanho. O Entrevistado L explica: “O segredo do nosso queijo começa no campo. A vaca bem alimentada, com pasto limpo e sem veneno, dá um leite saudável. A gente usa homeopatia e bioinsumos pra fortalecer o animal e não precisa de remédio químico” (Entrevistado M).

Durante essa etapa, os estudantes observam a rotação de pastagens, a produção de bioinsumos, o uso de homeopatas veterinárias e o preparo de compostos orgânicos que garantem a sanidade dos animais e do solo. Esses elementos permitem discutir conteúdos de Zootecnia (nutrição animal e bem-estar), Agronomia (adubação natural e manejo sustentável de pastagens) e Ciências dos Alimentos (qualidade da matéria-prima).

Na segunda parte da visita, os grupos entram na queijaria artesanal, onde acompanham o processo de ordenha, filtragem, coagulação, dessoragem, salga e maturação. A Agricultora E reforça a importância da tradição como parte do processo: “Aqui o pingo é o que dá vida ao queijo. A gente aprende com os antigos, mas segue tudo certinho, dentro das normas. O queijo precisa de tempo e cuidado, como tudo na roça” (Entrevistado M).

Nesse ambiente, os estudantes são convidados a comparar práticas tradicionais com os parâmetros de controle de qualidade exigidos pela legislação sanitária, aprendendo sobre microbiologia do leite, fermentação natural, tempo de cura e rastreabilidade. A queijaria se torna, assim, um laboratório de campo, no qual teoria e prática se entrelaçam (veja Figura 22).

Figura 22: Turismo Pedagógico na Fazenda Paiol Velho: Epamig, Instituto de Laticínios Cândido Tostes (ILCT), Uniacademia de Juiz de Fora, Jornalistas do Brasil.



Fontes: Fotos cedidas pelos proprietários da Fazenda Paiol Velho (2025).

Essa prática se aproxima do conceito de inovação social territorial, discutido por Oliveira, Ferrarini e Grzybovski (2024) e Vercher, Bosworth & Esparcia (2023), pois transforma o saber-fazer tradicional em recurso pedagógico e instrumento de fortalecimento comunitário.

Além de formar futuros profissionais, o turismo pedagógico no Paiol Velho contribui para a preservação da cultura alimentar mineira, ao mesmo tempo em que reafirma a viabilidade da produção agroecológica como alternativa sustentável. Essa integração entre conhecimento técnico, empírico e ético demonstra que o campo é um espaço legítimo de produção de saberes, e que o queijo, mais do que alimento, é um símbolo de memória, ciência e pertencimento territorial.

No Sítio Primavera, o turismo pedagógico está estruturado a partir do queijo artesanal como eixo central da experiência educativa, que é orientada e controlada, respeitando os limites produtivos da propriedade e a dinâmica da família. As visitas não são destinadas a grandes grupos, sendo organizadas, em geral, para grupos fechados, o que garante melhores condições sanitárias, acompanhamento técnico adequado e maior profundidade no processo educativo. A experiência articula saberes tradicionais, conhecimentos técnicos e práticas relacionadas à qualidade, à identidade do produto e ao território.

Os proprietários ressaltam que os cursos de queijo no Sítio Primavera foram pensados para transmitir conhecimento de forma cuidadosa e responsável, respeitando o ritmo da produção artesanal. Como explica o Entrevistado R: “Aqui a gente não faz curso para muita gente de uma vez. O queijo exige atenção, limpeza e tempo. Por isso os grupos são pequenos, pra todo mundo conseguir acompanhar de perto e entender o processo de verdade” (Entrevistado R).

A Entrevista R destaca que o formato de imersão fortalece a aprendizagem e a troca de saberes: “Quem vem fazer o curso geralmente fica hospedado no sítio, faz as refeições com a gente e participa do dia a dia. Isso ajuda a pessoa a entender que o queijo não é só a receita, mas todo um cuidado com o leite, com os animais e com o lugar onde a gente vive” (Entrevistado R).

Atualmente, esse turismo pedagógico acontece principalmente em formatos de imersão, envolvendo parcerias com a Escola de Queijos, a EMATER e o SEBRAE, além de apreciadores e interessados de diferentes regiões. Geralmente, os participantes reservam a hospedagem no próprio sítio e solicitam as refeições, que integram a vivência, juntamente com o curso. Durante a visita, os grupos acompanham as etapas da cadeia do leite, observam o funcionamento da

queijaria, discutem protocolos de higiene, maturação e manejo do rebanho, sempre com orientação direta dos produtores (ver Figura 23).

Figura 23: Turismo Pedagógico no Sítio Primavera: Escola de queijo, EMATER, SEBRAE, imersões com públicos diversos e Jornalistas do Brasil.



Fontes: Fotos cedidas pelos proprietários do Sítio Primavera (2025).

Ao final, a experiência é finalizada com a degustação orientada dos queijos produzidos no próprio sítio, momento em que os agricultores explicam as diferenças de sabor, textura e aroma associadas ao tempo de maturação, às técnicas utilizadas e às características do território. Esse momento de apreciação sensorial consolida o caráter pedagógico da visita, permitindo que o aprendizado se traduza em vivência prática, ao mesmo tempo em que fortalece a valorização do queijo artesanal, da agricultura familiar e do turismo rural como estratégia de educação, geração de renda e reconhecimento dos saberes locais.

Por fim, na Reserva Andirá, onde funciona a marca Bee Nectar, o turismo pedagógico assume uma dimensão ecológica e científica, transformando a apicultura e a meliponicultura em instrumentos de educação ambiental e sensibilização ecológica. As visitas guiadas, voltadas a jovens, adultos e estudantes, começam com uma introdução à segurança no manejo das abelhas. Antes de entrarem na área dos apiários, os visitantes vestem macacões integrais, luvas, botas e máscaras de proteção (Ver Figura 24), aprendendo sobre a importância do respeito ao ritmo das abelhas e dos cuidados necessários para evitar qualquer estresse nas colônias. Essa primeira etapa, além de garantir segurança, introduz conteúdos de biologia comportamental e etologia animal, explicando como a harmonia entre homem e natureza depende da observação e da convivência respeitosa.

Figura 24: Turismo Pedagógico desenvolvido pela Bee Nectar na Reserva Andirá.



Fonte: Fotografias extraídas do arquivo pessoal da pesquisadora (2026).

A Entrevistada I descreveu que costuma iniciar a visita com uma explicação que mistura ciência e poesia: “A roupa serve pra nos proteger, mas também pra lembrar que aqui dentro, a gente é visitante. A casa é delas. As abelhas trabalham em silêncio, e é a gente que precisa aprender a escutar esse som da natureza” (Entrevistada I).

Em seguida, os participantes aprendem sobre as abelhas nativas sem ferrão (como a jataí e a mandaçaia) e as abelhas africanizadas (*Apis mellifera*), compreendendo suas funções ecológicas e diferenças de comportamento. A fala do Entrevistado H sintetiza esse aprendizado: “Cada espécie tem seu jeito, sua flor preferida e seu tempo de trabalhar. O mel muda de gosto conforme a florada, é como se fosse a identidade da paisagem” (Entrevistada I).

Durante o percurso, são discutidos conteúdos de ecologia e biodiversidade, mostrando como as abelhas e outros insetos, desempenham papel central na polinização, cerca de 90% das espécies de plantas com flores e aproximadamente 70% das culturas agrícolas no mundo dependem diretamente deste papel, realizada por abelhas e outros insetos (Imperatriz-Fonseca *et al.*, 2012; Yasmi, 2025; Machado *et al.*, 2026).

A atuação das abelhas como polinizadoras é responsável pela manutenção reprodutiva de 87 das 115 principais espécies agrícolas consumidas no planeta, configurando-se como um dos pilares da segurança alimentar global. Sua influência estende-se também à qualidade nutricional e à diversidade dos alimentos, sustentando o modo de vida de cerca de 1,4 bilhão de pessoas, sobretudo pequenos agricultores da América Latina, África e Ásia (Yasmi, 2025; Machado *et al.*, 2026).

O grupo é levado a refletir sobre a segurança alimentar, entendendo que, sem polinizadores, a produção de frutas, legumes e grãos seria drasticamente reduzida. Assim, o

turismo de mel é trabalhado como um eixo transversal de educação ambiental, relacionando biodiversidade, alimentação saudável e sustentabilidade. A Entrevistada H traduz essa consciência ecológica de forma simples e tocante: “A gente explica que o mel é só o começo. O trabalho das abelhas é manter a vida da flor à comida que chega na mesa” (Entrevistada I). Essa vivência demonstra como o turismo pedagógico da Bee Nectar transforma conhecimento científico em experiência sensível. Essa é uma prática educativa que une ciência e tradição, permitindo que o visitante compreenda a interdependência entre natureza, produção e cultura, apontado por Machado, Oliveira e Faria (2025b) em seus estudos.

Nas oficinas práticas, os visitantes observam o manejo das caixas racionais, a extração e o beneficiamento do mel e participam de uma degustação guiada de méis de diferentes floradas (Machado *et al.*, 2025b), como silvestre, Copaíba, Cipó-Uva e Aroeira, identificando nuances de sabor, aroma e textura. Essa etapa estimula conteúdos de química (açúcares naturais e enzimas), biologia (floração e ecossistemas) e geografia (relação entre paisagem e produto), integrando ciência e sensibilidade. A Entrevistada I resume esse aprendizado de forma simples e profunda: “A gente ensina que cada mel tem o gosto da flor e da paisagem. Quando o visitante prova, ele entende que está saboreando um pedaço da Mata Atlântica” (Entrevistada I).

Na loja da propriedade, os turistas conhecem a diversidade de produtos derivados, hidromel, pingo doce, própolis, cosméticos naturais e velas de cera (ver Figura 25) compreendendo como a cadeia apícola se conecta à economia circular, fortalecendo a geração de renda local e a valorização de práticas ecológicas.

Figura 25: Produtos feitos a base de mel, que são comercializados pela Bee Nectar.



Fonte: Fotografias cedidas pelos proprietários da Bee Nectar (2025).

De acordo com Vercher (2022), esse modelo de vivência representa um arranjo colaborativo de inovação social, no qual os agricultores tornam-se mediadores do conhecimento e agentes de conservação ambiental. Já Vercher, Bosworth e Esparcia (2023) destacam que os processos de inovação social e de desenvolvimento rural não seguem um modelo único, mas se expressam de maneiras distintas conforme as aspirações das comunidades locais e a disposição de seus membros em assumir riscos. Os autores destacam que as políticas públicas devem oferecer suporte flexível, permitindo que cada território avance em seu próprio ritmo, alinhando as práticas já existentes a novas oportunidades econômicas e ambientais.

Sob essa perspectiva, a experiência da Bee Nectar ilustra uma trajetória de desenvolvimento endógeno e incremental, em que a transformação não resultou de políticas externas impostas, mas da capacidade dos agricultores de reinterpretar seus saberes e práticas à luz das novas demandas do turismo e da conservação ambiental. A ampliação gradual da produção de méis diferenciados, hidromel e cosméticos naturais, aliada à criação de vivências pedagógicas e ambientais, reflete o que os autores descrevem como uma inovação social construída pela interação entre tradição e modernização, sustentada por aspirações locais e pela confiança nas redes de cooperação.

Assim, a Bee Nectar consolida-se como um laboratório vivo de sustentabilidade, onde o visitante aprende não apenas sobre o mel, mas sobre os complexos sistemas que sustentam a vida. O mel, portanto, deixa de ser apenas alimento e torna-se símbolo de equilíbrio ecológico e coesão comunitária, demonstrando que a verdadeira riqueza da terra está em quem a cuida e nas abelhas que garantem sua continuidade.

As experiências de turismo pedagógico realizadas nas propriedades da Entre Serras representam um avanço significativo na integração entre educação, sustentabilidade e valorização da vida rural. As atividades propostas como o cuidado com os cordeiros no Sítio Urucum, a amamentação dos bezerros e o contato com os animais no Casinhas, o plantio de árvores, a pesca esportiva e a visita à casa de mel no Pesqueiro do Tarcísio, além das vivências técnicas de produção do queijo no Paiol Velho e as práticas de apiecoturismo na Bee Nectar/Reserva Andirá (observação das colmeias, manejo responsável e degustação de méis de diferentes floradas), traduzem uma pedagogia ativa e experiencial que transforma o campo em uma verdadeira sala de aula ao ar livre.

E) Passeio guiado para conhecer cachoeiras

Entre os empreendimentos de associados a Entre Serras, quatro se destacam por abrigar cachoeiras e ambientes naturais de grande valor paisagístico e educativo: a Prainha da Conga, a Porteira de Chave, Casinhas e a Cachoeira do Arco-Íris. Esses espaços representam diferentes formas de interação entre o visitante e o meio ambiente, combinando recreação, contemplação e consciência ecológica. Entre as quatro propriedades, a Cachoeira do Arco-Íris é a que recebe o maior fluxo de turistas, devido à sua estrutura mais robusta e à presença de um complexo formado por cinco quedas d'água integradas à Mata Atlântica e à Serra da Mantiqueira. Já a Prainha da Conga e a Porteira de Chave oferecem experiências mais intimistas, conectadas à simplicidade e à vivência rural cotidiana (Ver quadro 23).

Quadro 23 – Propriedades da Entre Serras com cachoeiras e atividades integradas.

Propriedade	Localização e Características Naturais	Atividades Desenvolvidas (na cachoeira)	Enfoque Turístico e Ambiental
Prainha da Conga	Estrada de Ibitipoca; cachoeira de águas rasas, formando uma pequena “praia natural” com rochas e vegetação ciliar.	Banho, trilhas curtas e observação ambiental.	Turismo contemplativo e lazer educativo, com ênfase em segurança, conservação ambiental e valorização da hospitalidade rural.
Porteira de Chave	Área de vegetação densa e sombra natural; pequena cachoeira de poço claro, acessada por trilha leve.	Banho, contemplação e piqueniques familiares.	Turismo contemplativo e comunitário, centrado na experiência sensorial, no silêncio e na valorização das tradições rurais.
Casinhas	Área com grande presença de formações rochosas e curso d'água de pequena queda, inserida em ambiente rural com vegetação nativa e sem sombreamento.	Banho em área delimitada, descanso, contemplação da paisagem e uso integrado ao restaurante rural.	Turismo rural de baixa intensidade, articulado à gastronomia, ao lazer familiar e ao uso responsável dos recursos hídricos.
Cachoeira do Arco-Íris	Serra de Lima Duarte; complexo natural com cinco cachoeiras (Arco-Íris, Alto, Garganta, Y e Pilões) em área de Mata Atlântica preservada.	Trilhas ecológicas, banhos e visitas guiadas.	Ecoturismo estruturado com foco em sustentabilidade, controle de visitantes e integração entre conservação e desenvolvimento local.

Fonte: Entrevistas e observações de campo (2023–2025).

A análise das propriedades evidencia que, embora distintas em estrutura e proposta, todas as experiências associadas às cachoeiras da Entre Serras partilham o mesmo princípio: o uso responsável dos recursos naturais e a integração entre lazer, cultura e produção rural. A

Prainha da Conga destaca-se pelo turismo de aventura aliado à educação ambiental; a Porteira de Chave, pela hospitalidade familiar e valorização do silêncio e da gastronomia; e a Cachoeira do Arco-Íris, pelo ecoturismo organizado e de maior alcance turístico.

Esses espaços expressam diferentes modalidades de inovação social: enquanto alguns reforçam o vínculo comunitário e o bem-estar simbólico, outros ampliam o potencial econômico e educativo. Em comum, há a capacidade de transformar paisagens naturais em ambientes de aprendizagem e convivência.

A Prainha da Conga insere-se no contexto do Turismo Rural desenvolvido pela Associação Entre Serras a partir da articulação entre lazer em ambiente natural, educação ambiental e uso responsável do território. A proposta do empreendimento fundamenta-se no contato direto com o rio, na convivência familiar e na sensibilização ambiental dos visitantes, compondo uma experiência turística de baixa intensidade, integrada ao cotidiano rural.

Localizada às margens da Estrada de Ibitipoca, a propriedade abriga uma cachoeira situada em área de vegetação nativa preservada. Conforme observado nas vivências práticas, o curso d'água apresenta leito raso e águas transparentes, com coloração escura, semelhante à “cor de coca-cola” (ver Figura 26), característica associada à presença de matéria orgânica natural no ambiente. Essa conformação dá origem a uma pequena “praia de rio”, amplamente utilizada por famílias, especialmente aquelas com crianças, favorecendo banhos seguros, momentos de descanso e atividades recreativas ao ar livre, sem a necessidade de intervenções estruturais intensas na paisagem.

Figura 26: Cachoeira Prainha da Conga.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2026).

A relação dos proprietários com o recurso hídrico é marcada por uma percepção sensível às transformações ambientais observadas ao longo dos anos. Segundo o Entrevistado J, “a água não é mais a mesma coisa não... antigamente isso aqui enchia mais, hoje a gente vê que diminuiu, seca mais rápido, aí tem que cuidar, né, senão acaba” (Entrevistado J). Essa leitura empírica do território orienta práticas de manejo e o controle do uso do espaço, especialmente em períodos de maior fluxo de visitantes.

O cuidado com a cachoeira aparece também associado a um forte sentimento de pertencimento e responsabilidade. Conforme relata o Entrevistado J, “isso aqui pra nós é tudo... a cachoeira é o que a gente tem, se estragar ela, acabou. A gente não mexe muito, deixa do jeito que Deus fez” (Entrevistado J). Essa postura revela uma lógica de conservação baseada mais na experiência vivida do que em discursos técnicos formalizados.

O manejo da área prioriza a preservação da mata ciliar, das formações rochosas e do próprio curso do rio, estimulando uma relação respeitosa entre visitantes e ambiente natural. A vivência turística é conduzida de forma simples, valorizando a observação da natureza, o uso consciente da água e o cuidado com o espaço coletivo. Práticas cotidianas, como orientar os visitantes a não deixar resíduos e a respeitar os limites naturais do rio, transformam o lazer em um processo de aprendizado informal.

Nesse sentido, a Prainha da Conga reafirma um modelo de turismo de baixa intensidade, centrado no bem-estar, na convivência familiar e na preservação ambiental, em consonância com outras experiências desenvolvidas no território do Entre Serras. As práticas observadas evidenciam como as inovações sociais no turismo rural se constroem a partir do saber local, da observação cotidiana da natureza e do compromisso das famílias com a continuidade do território.

De acordo com Machado, Oliveira e Faria (2025b), práticas como essa, representam uma forma de inovação social aplicada ao turismo de natureza, pois transformam o lazer em aprendizado. A aventura, nesse contexto, deixa de ser apenas um ato esportivo para se tornar um instrumento pedagógico, no qual o visitante vivencia o território, compreende seus processos ecológicos e reconhece o papel das comunidades locais na preservação da paisagem. O turismo, assim, assume uma função educativa e integradora, promovendo uma reconexão entre corpo, ambiente e cultura.

Na propriedade Porteira de Chave, o contato com a natureza ganha um tom mais tranquilo e familiar. A pequena cachoeira, cercada por vegetação nativa, é acessada por uma trilha leve que conduz a um poço de águas cristalinas. O espaço é utilizado tanto para banhos e

piqueniques quanto para eventos culturais e gastronômicos, que reúnem moradores e visitantes em celebrações sazonais.

O Entrevistado O, resume o espírito da propriedade: “Aqui não tem barulho de motor, nem som alto. O visitante vem pra escutar o que o campo tem pra dizer: o canto dos pássaros, o vento nas árvores e a água correndo.”

Essa dinâmica traduz o que Nagy (2019) denomina de modelo orientado para a comunidade, no qual o turismo é construído com os moradores e não apenas para os visitantes. A confiança, a colaboração e a valorização do cotidiano são os pilares que sustentam o sucesso desse tipo de iniciativa.

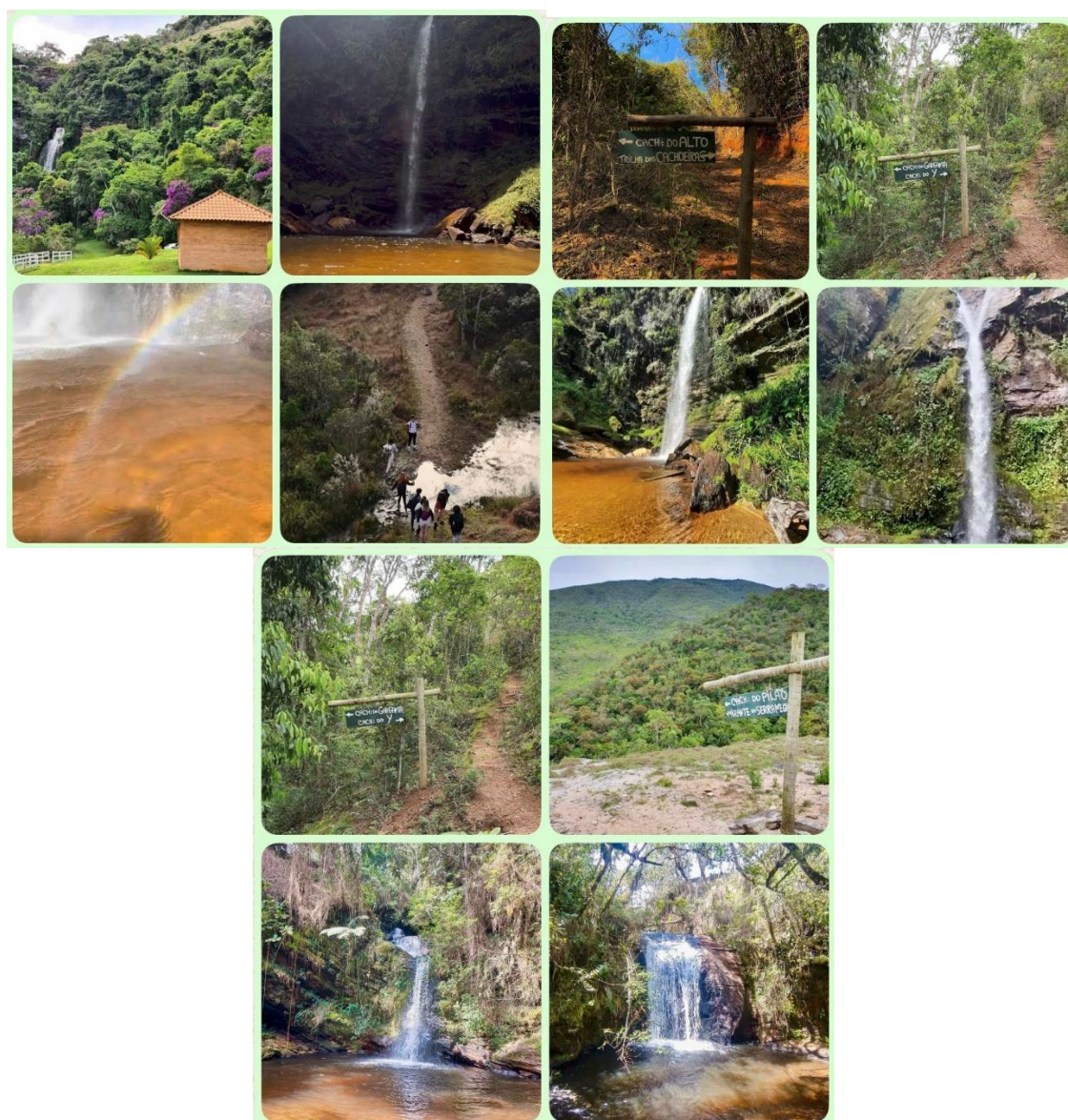
A cachoeira da Fazenda Casinhas integra de forma orgânica o conjunto de atividades desenvolvidas na propriedade, compondo um ambiente natural marcado pela presença de formações rochosas, sombreamento e curso d’água de pequena queda. Trata-se de um espaço simples, sem grandes intervenções, utilizado principalmente para banhos refrescantes, descanso e contemplação da paisagem rural. A proximidade da cachoeira com as áreas de convivência e com o restaurante rural favorece a permanência prolongada dos visitantes, que alternam momentos de lazer na água com a experiência gastronômica, reforçando a integração entre natureza, alimentação e sociabilidade no cotidiano da propriedade. Como relata um dos proprietários: “Essa cachoeirinha sempre fez parte da vida da gente. É lugar de refrescar, de sentar na pedra e deixar a água correr” (Entrevistado L).

Do ponto de vista turístico e ambiental, a cachoeira do Casinhas é manejada de maneira responsável, respeitando os limites naturais do curso d’água e evitando usos intensivos que possam comprometer sua conservação. O enfoque adotado prioriza o turismo de baixa intensidade, voltado ao público familiar e à valorização do bem-estar, sem descaracterizar o ambiente natural. Nesse sentido, a cachoeira não é apresentada como atração isolada, mas como parte de um sistema mais amplo de experiências rurais, no qual o contato com a água, a paisagem e os modos de vida locais, contribuem para fortalecer o vínculo entre visitante, território e práticas sustentáveis no meio rural.

Enfim, a Cachoeira do Arco-Íris constitui um dos patrimônios naturais mais expressivos da associação Entre Serras. Localizado em uma área de transição entre a Mata Atlântica e a Serra da Mantiqueira, o complexo é formado por cinco cachoeiras, do Arco-Íris, do Alto, da Garganta, do Y e dos Pilões que, juntas, criam um agrupamento paisagístico de grande valor ecológico e turístico.

Cada uma dessas quedas d'água revela um aspecto da diversidade natural local: a Cachoeira do Arco-Íris, com seu fenômeno luminoso em dias ensolarados; a do Alto, imponente e contemplativa; a da Garganta, com águas intensas e estreitas; a do Y, em que duas quedas paralelas formam um desenho natural; e a dos Pilões, mais reservada, com piscinas naturais ideais para banho (ver Figura 27).

Figura 27: Complexo de Cachoeiras: Cachoeira do Arco-Íris, Cachoeira do Alto, Cachoeira do Y, Cachoeira da Garganta, Cachoeira do Pilão



Fonte: Imagens cedidas pelos proprietários da área de Lazer da Cachoeira do Arco- Íris (2025).

O agricultor responsável pela gestão do espaço resume sua filosofia de trabalho: “Cada cachoeira é de um jeito. A gente só cuida pra que ela continue bonita, sem sujeira, sem barulho demais no seu entorno. O segredo é respeitar o ritmo da natureza” (Entrevistado K).

A propriedade adota uma gestão baseada em turismo responsável e conservação ambiental, com controle do número de visitantes, manutenção de trilhas ecológicas, banheiros secos e restrição ao uso de plásticos descartáveis. O restaurante rural serve pratos típicos feitos no fogão a lenha com produtos vindos da própria horta e de agricultores da comunidade, reforçando o elo entre produção agroecológica e hospitalidade.

Essas práticas refletem a compreensão de que a sustentabilidade de uma cachoeira não começa na queda, mas na nascente. O cuidado com as cabeceiras dos rios, de onde se originam os cursos d'água, é essencial para garantir a qualidade e o equilíbrio ecológico do ambiente. A Entrevistada K destaca: “A gente protege lá em cima, onde a água nasce. Se deixar o gado pisar, se arrancar árvore, a cachoeira seca. Tudo que é bonito aqui vem da nascente” (Entrevistada K).

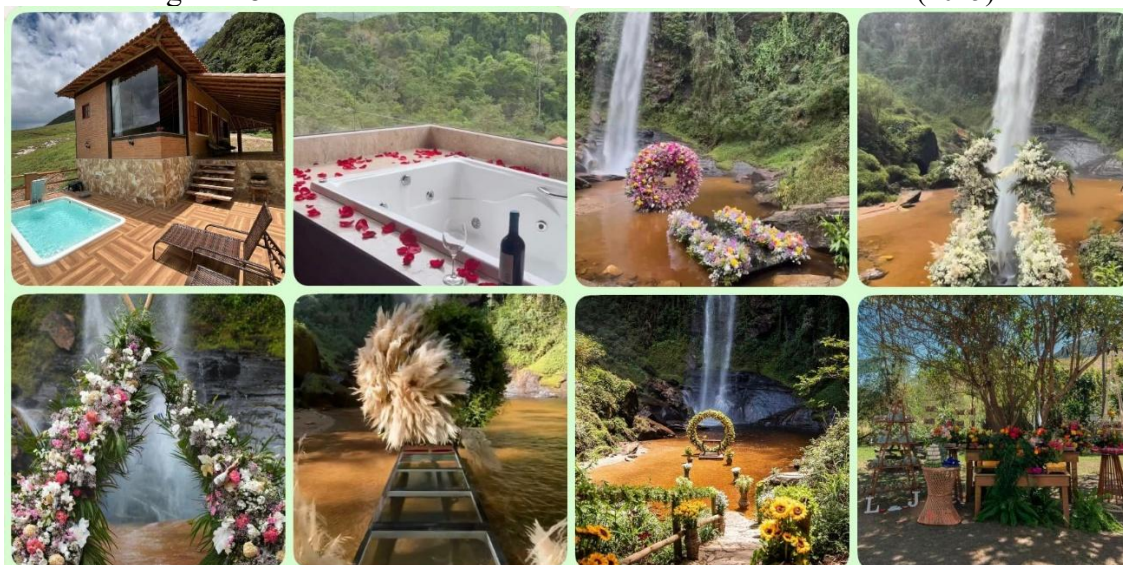
Essa consciência prática, construída no cotidiano, se alinha ao que Machado, Oliveira e Faria (2025b) chamam de mediação ecológica comunitária, em que o conhecimento empírico das famílias rurais se traduz em ações concretas de preservação, educação ambiental e geração de renda.

O trabalho de recuperação das nascentes e reflorestamento das áreas ciliares é uma das prioridades da família. Segundo observações da pesquisadora, essas ações reforçam o pertencimento e a corresponsabilidade das comunidades com o território, transformando o turismo em uma ferramenta de sensibilização ambiental e cidadania.

Assim, tornar uma cachoeira sustentável começa, necessariamente, pelo cuidado integral das suas cabeceiras. Proteger essas áreas significa assegurar a continuidade dos fluxos de vida que delas dependem, não apenas a água limpa, mas também a biodiversidade, o equilíbrio climático, a cultura local e o turismo consciente. Essa postura representa uma escolha política e ética por um modelo de desenvolvimento que respeita os limites da natureza e reconhece que a verdadeira sustentabilidade nasce, literalmente, da fonte.

A Cachoeira do Arco-Íris consolidou-se como um dos atrativos mais procurados da região, não apenas pela beleza de suas águas cristalinas, mas pela forma como alia preservação e vivência turística consciente. Além da visita convencional, o local se destaca por realizar eventos sustentáveis, como casamentos e celebrações ao ar livre, planejados de forma a integrar estética e ecologia (ver Figura 28). “Quando tem casamento, tudo é pensado pra não deixar marca: nada de plástico, nem som alto. É só o som da água e o cheiro da comida saindo do fogão a lenha”, comenta o Entrevistado K.

Figura 28: Casamentos realizados na Cachoeira do Arco Íris (2025).



Fonte: Fotografias cedidas pelos proprietários da área de lazer da Cachoeira do Arco Íris (2025).

Esses eventos são organizados com agendamento prévio e número limitado de participantes, utilizando estruturas biodegradáveis e decoração natural, o que permite celebrar o vínculo humano com o ambiente sem comprometer o ecossistema. O almoço que acompanha as cerimônias é preparado com ingredientes de produtores locais, fortalecendo a economia comunitária e incentivando a agricultura familiar.

É o que Vercher (2022) e Vercher, Bosworth & Esparcia (2023) descrevem como modelos híbridos de desenvolvimento territorial, nos quais conservação ambiental, empreendedorismo comunitário e valorização cultural se combinam para gerar novas formas de dinamismo rural. Essa lógica se articula ao entendimento de Alkier, Milojica e Roblek (2023), para quem a inovação social se concretiza no fortalecimento do capital social e da coesão comunitária. A rede construída pela Entre Serras traduz esses dois aportes teóricos ao integrar produtores, empreendedores e turistas em iniciativas que buscam, simultaneamente, preservar o território e construir alternativas de prosperidade ancoradas na continuidade da vida rural.

Sob análise crítica, o Complexo da Cachoeira do Arco-Íris representa uma síntese entre natureza e cultura, economia e ecologia. Por um lado, as práticas de gestão ambiental, o controle de visitantes e a integração com a produção rural configuram um exemplo de turismo sustentável e educativo. Por outro, a crescente visibilidade do destino impõe o desafio de evitar a sobrecarga ambiental e a banalização das experiências, riscos que exigem monitoramento constante e políticas públicas de apoio técnico e fiscalização.

A análise das três propriedades evidencia que o turismo de natureza na Entre Serras vai além da contemplação paisagística: ele se configura como um espaço de educação ambiental, valorização cultural e experimentação social. Em conjunto, esses empreendimentos demonstram que a água, elemento central de todas as experiências, atua como metáfora da própria dinâmica comunitária: fluida, integradora e vital para o equilíbrio do território. Contudo, o fortalecimento dessas práticas depende da manutenção da governança participativa e do cuidado com os recursos naturais, sob pena de transformar o ecoturismo em um produto mercadológico dissociado de sua essência.

F) Pesque e Pague

O pesque-pague constitui uma modalidade de turismo rural que combina lazer, natureza e práticas produtivas tradicionais⁶⁸ permitindo ao visitante vivenciar a rotina e a paisagem do meio rural. Esses espaços integram manejo de recursos hídricos, convivência familiar e hospitalidade, transformando práticas cotidianas em experiências educativas e sustentáveis (Quadro 24). No contexto da Entre Serras – Turismo no Meio Rural, essa modalidade se apresenta como uma inovação social que reconfigura o uso do território ao promover diversificação econômica, fortalecimento comunitário e valorização do ambiente natural.

Quadro 24: Descrição dos Pesques Pagues das propriedades da Associação Entre Serras.

Propriedades	Atividades desenvolvidas
Pesqueiro do Tarcísio	3 lagos e 1 tanque para Pesque Pague com seus devidos manejos, Pesca Esportiva com soltura do peixe. Tipos de peixes: tilápia, surubi, jundiá, carpo capim, tambaqui, tambacu, pirarara. Balança para pesagem do peixe pescado e taxa para pescaria com soltura.
Casinhas	3 Lagos para Pesque Pague, com os peixes: tilápia sem piter, tilápia tailandesa, tambaqui, <i>catfish</i> , carpa capim, trairão. Paga-se taxa para pesca dentro do período de funcionamento da propriedade para os turistas.
Porteira de Chave	3 Lagos para Pesque Pague, com os seguintes peixes: tilápia, <i>catfish</i> , tambacu, carpa capim, dourado (valor diferente), carpa colorida (somente para atração). Balança para pesagem do peixe pescado.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas entrevistas e observações de campo realizadas com os membros da Associação Entre Serras.

⁶⁸ Práticas produtivas tradicionais são os modos de produção construídos e transmitidos ao longo do tempo pelas comunidades, baseados em saberes locais, experiências familiares e técnicas adaptadas ao território. Elas envolvem formas de cultivo, criação, beneficiamento e manejo que respeitam os ciclos naturais, a cultura local e a organização social, sendo fundamentais para a identidade, a sustentabilidade e a reprodução social das comunidades rurais.

Conforme argumenta Neumeier (2016), as inovações sociais nos territórios rurais surgem a partir da reinterpretação de práticas produtivas tradicionais, quando estas passam a ser organizadas de forma coletiva para enfrentar desafios locais. Nesse processo, saberes transmitidos entre gerações, como técnicas de cultivo, manejo da terra e formas de trabalho familiar, deixam de atender apenas às necessidades individuais e passam a integrar estratégias compartilhadas.

Nas propriedades analisadas, observa-se que essas práticas tradicionais são ressignificadas por meio da cooperação das famílias rurais, fortalecendo a geração de renda, a valorização cultural e o vínculo com o território. Assim, a inovação social não representa uma ruptura com o modo de vida rural, mas sim um movimento de adaptação e reorganização, no qual o conhecimento tradicional se articula a novas formas de ação coletiva, promovendo desenvolvimento de maneira mais inclusiva e sustentável.

No Pesqueiro do Tarcísio, o pesque-pague é o eixo central da experiência oferecida aos visitantes. O produtor organiza o espaço em torno dos lagos, cuida da qualidade da água e acompanha o manejo dos peixes, construindo uma relação permanente entre trabalho cotidiano e lazer rural. A fala do Entrevistado N, sintetiza essa preocupação ao afirmar: “Se a gente não cuidar da água todo dia, o peixe não aguenta e o pesque-pague acaba.” A frase expressa claramente a consciência de que o sucesso do empreendimento depende da conservação dos recursos hídricos e do cuidado com o ambiente.

O Pesqueiro do Tarcísio configura-se como um espaço de convivência rural onde diferentes públicos, crianças, adultos, idosos e até grupos institucionais, encontram um ambiente propício para o lazer prolongado. A lógica de uso do espaço difere do padrão urbano, como explicou o Entrevistado N: “Na cidade o povo só almoça e vai embora; aqui eles chegam cedo e passam o dia inteiro, ficam na beira das lagoas aproveitando.” Essa permanência prolongada revela a função social do pesque-pague, criando oportunidades de descanso, convivência e contato com a natureza, dimensões centrais do turismo rural.

A propriedade possui três lagos, utilizadas para a pesca recreativa. Uma balança instalada no local permite pesar o peixe, caso o visitante deseje levar para casa e há também a possibilidade de fazer a soltura do peixe, mediante o pagamento de uma taxa simbólica que assegura a manutenção da atividade. Sobre isso, o Entrevistado N ressaltou: “Tem gente que só quer sentir a emoção de puxar o peixe e depois soltar. Pra isso a gente cobra uma taxinha pra cuidar do espaço e dos peixes.” Essa prática demonstra um modelo híbrido que combina manejo ambiental com lazer responsável.

A prática do pesque e solte consiste em uma modalidade de pesca recreativa orientada pela conservação dos peixes e pelo respeito ao ambiente aquático. Nessa atividade, o visitante utiliza anzóis sem farpa, desenvolvidos para minimizar ferimentos e facilitar a retirada rápida, reduzindo o estresse e evitando danos ao peixe. Após a captura, o peixe é mantido fora da água pelo menor tempo possível, sendo manuseado com cuidado e devolvido imediatamente ao lago, permitindo que retome seu ciclo de vida. A soltura ocorre de forma gradual, geralmente com o peixe sendo colocado na água de frente para a corrente ou em área mais tranquila do lago, garantindo sua recuperação antes de nadar livremente. Dessa maneira, o pesque e solte no Pesqueiro do Tarcísio se configura como uma prática de lazer responsável, que alia experiência, educação ambiental e sustentabilidade no turismo rural.

O pesque-pague também tem se destacado como local de inclusão social. Durante o trabalho de campo, o proprietário relatou que o espaço está sendo recebendo idosos do Asilo São Vicente, que vivenciam a pesca como atividade terapêutica e de bem-estar: “Vieram uns idosos do Asilo São Vicente... eles ficaram tão felizes de jogar a linha e ver a água. Foi um dia especial pra eles” (Entrevistado N) (ver Figura 29) Essa experiência amplia o papel do pesque-pague como ferramenta de saúde emocional e de integração comunitária.

Figura 29: Pesque Pague e Pesque Solte no Pesqueiro do Tarcísio.



Fonte: Fotografias cedidas pelos proprietários do Pesqueiro do Tarcísio (2025).

Ao converter a pesca em convivência, descanso e interação intergeracional, o Pesqueiro do Tarcísio incorpora características que Alkier, Milojica e Roblek (2017) identifica como soluções locais orientadas à comunidade, capazes de fortalecer o tecido comunitário e gerar

impactos positivos no território. Assim, o empreendimento vai além do lazer: torna-se espaço de acolhimento, cuidado e inovação social no contexto da Entre Serras.

A experiência de pesque-pague na propriedade Casinhas apresenta características próprias que a distinguem dos demais empreendimentos da Entre Serras – Turismo no Meio Rural. Dos três lagos da propriedade, dois deles com peixes, são utilizados em dias e contextos distintos, o que cria dinâmicas variadas entre os públicos que frequentam o espaço. Aos finais de semana, a atividade assume um caráter mais familiar, acompanhando o fluxo de visitantes que vão à propriedade para almoçar e aproveitam a permanência para “jogar a linha” e levar um peixe para casa. A Entrevistada L, relatou: “O pessoal vem pra almoçar e acaba indo ali na lagoa pescar um peixinho. É uma experiência completa pra eles.”

Entretanto, diferentemente do Pesqueiro do Tarcísio, a equipe da Casinhas não consegue preparar o peixe pescado pelo visitante no dia de domingo, devido ao sistema de funcionamento da cozinha, que opera com refeições completas e não com porções individuais. Sobre isso, a Entrevistada L explicou: “No domingo, não tem como preparar o peixe do cliente, porque nosso sistema é de comida à vontade. Aí a pessoa pesca, pesa e leva.” Essa prática cria um modelo de pesque-pague voltado à convivência e ao lazer, mas sem a etapa de preparo imediato, reforçando o caráter recreativo da atividade.

Durante a semana, os lagos ganham outro significado: torna-se espaço de atividades educativas e recreativas para escolas e grupos organizados, que utilizam o pesque-pague como ferramenta pedagógica. Nesses dias, a atividade é monitorada pelos proprietários e pelos funcionários, que orientam sobre o manejo da vara, o cuidado com os peixes e o respeito ao ambiente. Como relatado em campo: “Durante a semana vem muita escola. As crianças aprendem, se divertem e a lagoa fica cheia.” (Entrevista L). Essa apropriação educativa transforma a pesca em prática de observação, paciência e contato direto com elementos naturais, aspecto mencionado por Ferrarini (2019), ao discutir como experiências simples no meio rural podem desenvolver aprendizagens afetivas e ambientais.

A regra do sistema é simples: a pessoa paga uma taxa e leva a quantidade de peixes que conseguir pescar dentro do período de funcionamento do estabelecimento. Essa lógica valoriza a participação ativa do visitante, que se torna responsável por sua própria experiência. O movimento intenso da lagoa em diferentes dias da semana revela a versatilidade da atividade, capaz de atender tanto grupos escolares em busca de aprendizado quanto famílias em momentos de lazer.

Na Porteira de Chave, o pesque pague constitui uma das atividades mais apreciadas pelos visitantes, funcionando como elemento central de lazer e interação com a paisagem rural. A propriedade oferece diferentes formas de vivenciar a pescaria: quem deseja apenas observar o movimento das águas pode permanecer no deck ou às margens da lagoa, enquanto aqueles que buscam uma experiência mais imersiva podem utilizar o pequeno barco disponível e navegar até o centro da lagoa. A diversidade de possibilidades transforma o espaço em um ambiente de contemplação, descanso e convivência familiar.

Os três lagos da Porteira de Chave, abrigam várias espécies de peixes, tilápia, *catfish*, tambacu, carpa capim, carpa colorida e dourado, sendo que algumas delas possuem valores específicos ou são mantidas apenas como atração, como no caso da carpa ornamental (ver Figura 30). O manejo dessas espécies demonstra cuidado e conhecimento técnico por parte da família, que acompanha o crescimento dos peixes e zela pela qualidade da água. Em entrevista, a Entrevistada O, comentou: “O pessoal gosta de pegar o barquinho, ir pro meio da lagoa e ficar ali quietinho. Tem gente que prefere o deck... cada um acha seu jeito de aproveitar.” A fala evidencia a importância da autonomia do visitante para construir sua própria experiência em diálogo com o ambiente da propriedade.

Figura 30: Pesque Pague da Porteira de Chave.



Fonte: Fotografias extraídas do Instagram (2025) da propriedade Porteira de Chave.

O público que frequenta a Porteira de Chave é variado e inclui tanto hóspedes quanto visitantes que vão apenas para almoçar, passar o dia no local ou se hospedar. O pesque pague torna-se, assim, um componente que complementa a hospedagem e amplia as possibilidades de lazer rural, atraindo famílias, casais e grupos de amigos. Essa diversidade de perfis indica que

os lagos não são apenas um recurso natural, mas um espaço social onde convivência, descanso e vínculo com o território se articulam de maneira orgânica.

A prática de *pesque pague* na propriedade dialoga com o que Amaro e Laville (2016) definem como solidariedade forte, nas quais o ambiente natural é estruturado como espaço de encontro e de construção de sentidos coletivos. No caso da Porteira de Chave, lagos se transformam em paisagem educativa, lugar de escuta do território e de reconexão com valores rurais. A combinação entre tranquilidade, autonomia e contato com a água produz uma experiência sensível que reforça a identidade territorial da Entre Serras.

F) Rota do Queijo Minas Artesanal

No âmbito da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, apenas duas propriedades desenvolvem a produção do Queijo Minas Artesanal: o Paiol Velho e o Sítio Primavera. Diante dessa especificidade produtiva, as duas propriedades organizaram conjuntamente uma rota do queijo restrita a elas, com o objetivo de valorizar o saber-fazer tradicional, fortalecer a identidade produtiva local e ampliar as possibilidades de vivência turística associadas à produção artesanal. Essa vivência configura-se como uma inovação social, ao articular produção agroalimentar, cultura local e turismo, evidenciando o protagonismo das produtoras rurais na preservação e na reinvenção do saber-fazer queijeiro em Lima Duarte (MG) (ver Quadro 25).

A rota foi concebida de forma flexível, permitindo que o visitante organize sua experiência de acordo com o tempo disponível e seus interesses. O turista pode percorrer a rota completa, visitando uma propriedade no período da manhã e a outra no período da tarde, ou optar por vivenciar apenas uma das experiências, de maneira independente. Essa liberdade de escolha amplia o acesso, respeita o ritmo do visitante e reforça o caráter cultural, pedagógico e territorial da experiência.

Ambas as propriedades estão situadas na região Serras de Ibitipoca, uma das dez regiões oficialmente reconhecidas em Minas Gerais para a produção do Queijo Minas Artesanal.

Quadro 25 – Propriedades e Atividades Relacionadas à Rota do Queijo Minas Artesanal.

Propriedade	Atividade Desenvolvida
Paiol Velho	Produção do Queijo Minas Artesanal Agroecológico , baseada em práticas sustentáveis, como o uso de probióticos e homeopatia no manejo do gado leiteiro, resultando em um produto de alta qualidade, com identidade territorial e compromisso ambiental.
Sítio Primavera	Produção do Queijo Minas Artesanal Tradicional , caracterizada pelo manejo responsável das pastagens, preservação das nascentes e respeito ao saber-fazer herdado, evidenciando a conexão entre natureza, cultura e produção artesanal.

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em entrevistas e observações de campo.

Atualmente, Minas Gerais possui dez regiões legalmente instituídas pelo Estado e reconhecidas por normativas do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e do Governo de Minas Gerais como territórios produtores do Queijo Minas Artesanal (QMA): Serro, Canastra, Cerrado, Araxá, Triângulo Mineiro, Campo das Vertentes, Serra do Salitre, Diamantina, Entre Serras da Piedade ao Caraça e Serras de Ibitipoca. Esta última abrange municípios da Zona da Mata mineira, incluindo Lima Duarte, e integra um roteiro regional de maior amplitude, que envolve diferentes cidades e diversas propriedades produtoras de Queijo Minas Artesanal.

É importante destacar que esse roteiro regional que Serras de Ibitipoca faz parte, não corresponde à rota anteriormente apresentada e desenvolvida pela Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural especificamente, mas a uma iniciativa mais ampla, articulada em escala territorial. Nesse contexto, participam do roteiro regional propriedades de Lima Duarte que não integram a Entre Serras, enquanto, dentre as propriedades associadas, apenas Paiol Velho e Sítio Primavera estão oficialmente inseridas. Assim, a participação da Entre Serras nesse arranjo ocorre de forma pontual e específica, sem que todas as propriedades associadas façam parte do roteiro regional, preservando a autonomia das diferentes iniciativas e evidenciando a diversidade de arranjos produtivos existentes no território.

Nessas propriedades, a produção do queijo extrapola a dimensão econômica e assume papel simbólico e identitário. As produtoras transformam o ato de fazer queijo em expressão de pertencimento, memória e continuidade cultural, ao mesmo tempo em que incorporam práticas contemporâneas de gestão, higiene, sustentabilidade e hospitalidade rural. A Associação Entre Serras, nesse sentido, exerce um papel relevante ao incentivar, visibilizar e fortalecer o protagonismo das mulheres queijeiras, contribuindo para a salvaguarda do saber-fazer tradicional e para a valorização social do trabalho feminino no meio rural, em consonância com a perspectiva apresentada por Machado, Oliveira e Faria (2025) que destacam novos modelos de gestão no campo, em que mulheres rurais se destacam como agentes de inovação, capazes

de conciliar tradição e modernidade na valorização do território e na consolidação do Turismo Rural.

Esse protagonismo feminino, não se restringe à continuidade do trabalho familiar, mas se manifesta como ato político e social, no qual o fazer cotidiano assume contornos de resistência, autonomia e inovação, conforme apontam Ragauskaitė e Žukovskis (2019), está diretamente relacionado ao fortalecimento do capital humano e à capacidade de liderança comunitária.

Nas propriedades da Entre Serras, essa liderança se manifesta de forma colaborativa e não hierárquica, transformando o processo produtivo em experiência educativa e territorialmente significativa. Aprendidas com familiares e antigos moradores, as técnicas do queijo são reinterpretadas no cotidiano, e cada peça produzida carrega histórias, resistência, afetos e modos de vida que configuram a identidade local. Como sintetizou uma das entrevistadas: “Cada queijo tem um pedaço da nossa história. A gente cuida dele como se fosse um filho” (Entrevistado R), traduzindo a dimensão afetiva que permeia o processo artesanal.

De acordo com os dados (Quadro 25), a produção no Paiol Velho é marcada pelo compromisso com práticas agroecológicas, que refletem uma relação de respeito entre o homem, o animal e o ambiente. O rebanho leiteiro é tratado com probióticos e homeopatia, o que fortalece a imunidade das vacas, reduz o uso de medicamentos sintéticos e garante um leite mais puro e equilibrado. Além disso, o reaproveitamento do soro do leite na alimentação animal e o manejo sustentável dos pastos asseguram um ciclo produtivo limpo e regenerativo. Como resultado, o queijo produzido na propriedade recebe a denominação de Queijo Minas Artesanal Agroecológico, expressão de um modo de fazer que une saber tradicional e consciência ambiental (ver Figura 31).

Figura 31: Queijaria, Queijo Minas Artesanal Agroecológico, Degustação, Evento e Vaca Leiteira do da Fazenda Paiol Velho.



Fonte: Fotografias cedidas pela Entre Serras (2025) e pelos proprietários do Paiol Velho (2025).

Já no Sítio Primavera, a produção do queijo é orientada por um cuidado minucioso com os recursos naturais, especialmente as nascentes e pastagens, que são preservadas e manejadas de forma a manter o equilíbrio ecológico do solo e da água. O pasto nativo, livre de insumos químicos, confere características únicas ao leite, influenciando diretamente o sabor, a textura e o aroma do queijo. “Se a natureza não estiver bem, o queijo também não vai ficar bom” afirmou (Entrevistado R), reafirmando a relação simbiótica entre território e produto. O resultado é um queijo que traduz o *terroir* da região, carregando em cada peça a identidade, a pureza e a vitalidade do ambiente em que é produzido (ver Figura 32).

Figura 32: Queijaria, Queijo Minas Artesanal, Degustação, Evento e Vaca Leiteria do Sítio Primavera.



Fonte:

Fotografias cedidas pela Entre Serras (2025) e pelos proprietários do Sítio Primavera (2025).

As duas experiências, embora distintas em suas práticas e manejos, convergem ao demonstrar que a produção queijeira na Entre Serras ultrapassa a dimensão econômica e assume um papel central na afirmação do território como espaço de cuidado, identidade e sustentabilidade. Tanto no Paiol Velho quanto no Sítio Primavera, o queijo funciona como síntese material de relações ecológicas, saberes herdados e escolhas cotidianas orientadas pela ética do bem-viver.

As imagens que acompanham esta seção, ilustram parte desse universo produtivo: queijarias, eventos, manejo do rebanho e práticas de cura do queijo, revelando que cada etapa do processo expressa o vínculo entre família, ambiente e tradição. Assim, a produção artesanal de queijo se reafirma como uma das mais fortes expressões do *terroir* local, fortalecendo o turismo rural e consolidando a marca territorial que distingue Lima Duarte no cenário mineiro.

Essas duas propriedades representam exemplos de inovação social no Turismo Rural, ao aliar tradição, sustentabilidade e valorização cultural. O Paiol Velho expressa um modelo de produção agroecológica que reforça o vínculo entre saúde animal e qualidade do alimento, enquanto o Sítio Primavera destaca a importância da conservação ambiental e do cuidado com a água como fundamentos do fazer artesanal. De forma complementar, ambas demonstram que o Queijo Minas Artesanal, mais do que um produto, é uma expressão viva do patrimônio imaterial mineiro, onde o conhecimento local, o trabalho familiar e o respeito ao território se transformam em instrumentos fortalecimento rural e da identidade coletiva.

Nessas propriedades, o protagonismo feminino se evidencia de maneira marcante. Essas mulheres enfrentam desafios que vão desde a escassez de mão de obra até as exigências legais para formalização. As normas sanitárias e tributárias, pensadas sob uma lógica industrial, acabam impondo barreiras à pequena produção artesanal. Sintetiza essa tensão ao afirmar: “A gente quer fazer tudo certo, mas o governo exige estrutura que não cabe na realidade de quem vive do campo” (Entrevistado R). Como observam Machado, Oliveira e Faria (2025), a luta dessas produtoras é também uma forma de questionar políticas públicas que desconsideram as singularidades do rural e o valor social das práticas familiares.

A relevância desse saber-fazer encontra respaldo em reconhecimentos patrimoniais de grande alcance. Em 2008, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) registrou o Modo de Fazer o Queijo Minas Artesanal como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, valorizando o complexo de saberes, práticas comunitárias e modos de vida que sustentam a atividade. Em 2024, o reconhecimento alcançou escala global, quando o Modo de Fazer o QMA foi inscrito na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO (Portal do Queijo, 2024).

Se os monumentos físicos contam a história através da pedra, da madeira e do ferro, o patrimônio imaterial de Lima Duarte se revela na música, nos sabores gastronômicos e nas festas que marcam o calendário local. Entre essas expressões culturais, o Queijo Minas Artesanal (QMA) ocupa lugar de destaque. Reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade em 2024, o QMA carrega mais de 300 anos de tradição, sendo produzido a partir do leite cru e preservado por técnicas transmitidas de geração em geração desde o período colonial. Mais do que um alimento, ele representa a ligação íntima entre o homem, a terra e a memória coletiva (Arcanjo, 2024).

Esse título amplia a visibilidade internacional do queijo, ele representa o reconhecimento da força das famílias rurais, especialmente das mulheres queijeiras, que mantêm viva uma cultura alimentar enraizada na relação entre território, memória, trabalho, fortalece a confiança dos consumidores e impulsiona o turismo rural gastronômico (Machado, Oliveira e Faria, 2025). Em diálogo com Ferreira *et al.* (2023), o reconhecimento demonstra como práticas locais podem ganhar relevância global quando articuladas a políticas públicas e ao patrimônio cultural. No contexto da *Entre Serras*, o título reforça a relevância de práticas que aliam tradição e inovação, transformando o fazer artesanal em ato de resistência e de futuro.

Nesse contexto, a Rota do Queijo Minas Artesanal⁶⁹ aderida pela Entre Serras torna-se estratégia fundamental de valorização e difusão do patrimônio vivo da Serra de Ibitipoca. Mais do que um roteiro turístico, constitui uma experiência educativa e sensorial que aproxima o visitante do universo da produção artesanal. Durante as visitas, os turistas acompanham desde a ordenha ao amanhecer até as etapas de fermentação, cura e armazenamento, vivenciando o cotidiano das famílias produtoras. Como descrevem Oliveira (2018), Minas Gerais (2020a; 2020b) e Ferreira e Milagres (2024), o manejo do leite cru, o pingo⁷⁰ e a cura cuidadosa são elementos que conferem autenticidade ao queijo e que, na rota, são apresentados como parte de um legado vivo.

Cada etapa é narrada e demonstrada pelas próprias produtoras, que compartilham com orgulho as memórias, técnicas e tradições herdadas de gerações anteriores, transformando o ato de produzir em um gesto de identidade e pertencimento. O ambiente simples e familiar, o cheiro do curral, o calor do fogão a lenha e o som dos animais compõem uma experiência sensorial que aproxima o visitante das origens do alimento e do modo de vida rural. “O turista vê que não é só um queijo, é uma história viva que continua sendo contada” (Entrevistado M).

Ao final da experiência, os visitantes são convidados a degustar os queijos produzidos nas propriedades, muitas vezes harmonizados com vinhos regionais, cachaças artesanais ou doces típicos, dependendo do contexto da visita e das parcerias locais. Esse momento de degustação vai além do prazer gastronômico: torna-se uma forma de conexão sensorial com o território, permitindo que o visitante compreenda, por meio do paladar, o valor simbólico, ambiental e social da produção rural.

Assim, ao integrar tradição, sustentabilidade, protagonismo feminino e reconhecimento patrimonial, a Rota do Queijo Minas Artesanal reafirma o valor da Entre Serras como território de inovação social e como guardião do saber-fazer queijeiro na região Serras de Ibitipoca. A escolha metodológica por analisar exclusivamente o Paiol Velho e o Sítio Primavera decorre do

⁶⁹ A rota do Queijo Minas Artesanal integra o Circuito Serras da Ibitipoca, composto por 15 municípios do sudeste mineiro, ao qual se somou, em 2024, o distrito de Rosário de Minas (Juiz de Fora). Entre esses municípios está Lima Duarte, foco deste estudo, analisado por meio da experiência da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural. No circuito, o Queijo Minas Artesanal se destaca por traduzir o terroir local, o conjunto de características ambientais, culturais e históricas que conferem identidade aos produtos da região. Entre as unidades produtoras, sobressaem o Sítio Primavera e o Paiol Velho, que preservam técnicas tradicionais e oferecem aos visitantes experiências ligadas ao cotidiano rural e à cultura queijeira.

⁷⁰ O pingo é um fermento natural obtido a partir do leite cru, formado por bactérias lácticas que se desenvolvem no ambiente de cada propriedade. Por serem adaptadas ao território, essas bactérias conduzem a fermentação e dão ao queijo características sensoriais próprias, como aroma, sabor e textura que refletem a tradição local (Oliveira, 2018; Minas Gerais, 2020a; 2020b; Ferreira e Milagres, 2024).

fato de serem as únicas propriedades que integram a Entre Serras dentro da região produtora oficialmente reconhecida, garantindo coerência territorial e rigor analítico ao estudo.

G) Atividades de Aventura

As propriedades rurais associadas a Entre Serras têm incorporado de forma crescente atividades físicas e experiências contato com a natureza, que aliam lazer, bem-estar e educação ambiental. Essas práticas, acontecem em duas propriedades (conforme quadro 26, além de promoverem a valorização do território, constituem-se como expressões de inovação social, pois ampliam as formas de interação entre visitantes, comunidade e ambiente, diversificando as fontes de renda e fortalecendo o vínculo com o espaço rural.

Quadro 26 - Atividades de Turismo de Aventura e Natureza nas Propriedades Associadas.

Propriedade Rural	Tipo de Atividade Desenvolvida
Prainha da Conga	Rapel nas formações rochosas
Sítio Primavera	Trekking e caminhadas ecológicas ao Pão de Angu; Trilha da Pedra do Gorila; Trilha Santinha do Bosque; Trilha Duchinha Cascatinha

Fonte: Elaborado pela autora (2025), com base em entrevistas e observações de campo.

Na Prainha da Conga, localizada às margens da Estrada de Ibitipoca, o rapel nas formações rochosas integra as atividades de turismo de aventura ofertadas aos visitantes, articulando lazer, educação ambiental e uso responsável do território (ver Figura 33). A prática é realizada exclusivamente com equipamentos adequados de segurança, como cordas, capacetes e sistemas de ancoragem, e ocorre sob orientação constante da equipe que atua na propriedade, garantindo acompanhamento individualizado e atenção às condições físicas e emocionais dos participantes.

O ambiente natural foi adaptado de forma cuidadosa, com intervenções mínimas, respeitando os limites ecológicos e priorizando tanto a segurança dos praticantes quanto a preservação da paisagem. Segundo o Entrevistado J, “ninguém desce sozinho, não. A equipe fica junto o tempo todo, explica, confere o equipamento. A gente não deixa a pessoa ir se não tiver tudo certinho” (Entrevistado J). A fala evidencia a centralidade do cuidado e da responsabilidade na condução da atividade.

Figura 33: Rapel praticado no espaço da Prainha da Conga.



Fonte: Fotografias cedidas pelo proprietário da Prainha da Conga (2025).

Além do caráter esportivo, o rapel assume uma dimensão educativa, ao estimular a observação da paisagem e a compreensão da dinâmica natural da cachoeira. Durante a descida, os visitantes são orientados sobre as formações rochosas, o curso da água e os cuidados necessários com o ambiente, transformando a experiência de aventura em um momento de aprendizagem informal.

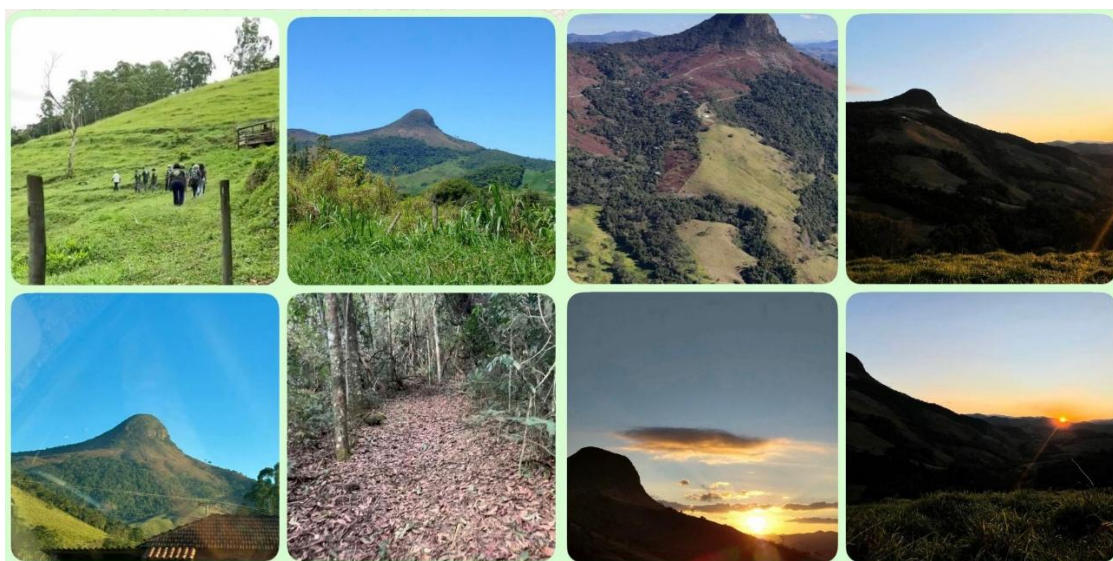
O entrevistado acrescenta: “O rapel não é só aventura, é uma forma de ver a cachoeira de outro ângulo, de sentir a força da natureza” (Entrevistado J). Essa narrativa revela como o contato mediado com a natureza favorece a construção de respeito e consciência ambiental.

Dessa forma, a Prainha da Conga consolida-se como um espaço de convivência onde o turismo de aventura é conduzido com responsabilidade técnica, atenção humana e compromisso com a preservação ambiental. A atuação da equipe local, aliada ao uso adequado de equipamentos e à orientação constante, reforça um modelo de turismo de baixa intensidade, no qual a experiência do visitante é indissociável do cuidado com o território e com as pessoas.

No Sítio Primavera, as experiências de trekking e caminhadas ecológicas até o alto do Pão de Angu configuram vivências de contato direto com a paisagem rural, combinando esforço físico, contemplação e sensibilização ambiental. O percurso, que se desenvolve por áreas de pastagens, nascentes e fragmentos preservados de Mata Atlântica, permite ao visitante acompanhar as transições do território e perceber, ao longo da subida, as diferentes formas de uso e conservação da terra (ver Figura 34).

A caminhada até o topo não se restringe ao deslocamento espacial, mas constitui um processo de imersão no ambiente natural, no qual o ritmo do corpo se ajusta ao relevo e ao silêncio do campo. Do ponto mais elevado, a paisagem se abre em amplas vistas do entorno rural, oferecendo uma experiência contemplativa que reforça o vínculo entre o visitante e o lugar. Nesse sentido, o Pão de Angu assume um papel simbólico, funcionando como marco natural e mirante privilegiado da região.

Figura 34: Vista do Pão de Angu pelas trilhas do Sítio Primavera; durante o *trekking*.



Fonte: Fotografias dos quatro primeiros quadrantes, extraídas do *Instagram* dos proprietários do Sítio Primavera (2025) e arquivo da pesquisadora (2025); as demais extraídas do *Instagram* paodeangu (2025).

O proprietário destaca esse caráter transformador da experiência ao afirmar: “quem sobe até o Pão de Angu vê que o turismo aqui é mais do que descanso. É exercício, é superação e é reconexão. O visitante chega cansado, mas quando olha o horizonte entende o que é viver no campo” (Entrevistado R). A fala evidencia como o esforço físico e a contemplação da paisagem se articulam, promovendo uma vivência que vai além do lazer, aproximando o visitante da realidade rural e de seus valores.

Assim, o *trekking* no Pão de Angu insere-se em uma proposta de turismo de natureza, na qual o caminhar, observar e sentir tornam-se práticas centrais de aprendizagem e reconexão com o território, reforçando o potencial educativo e simbólico das caminhadas ecológicas no contexto do turismo rural.

Essas atividades estimulam o contato direto com a natureza, fortalecendo o bem-estar físico e emocional dos visitantes, além de gerar novas oportunidades de renda para as famílias. O

turismo de aventura e de natureza, quando conduzido de forma responsável, cria um ciclo virtuoso de aprendizado e conservação, no qual a prática esportiva se alia à sustentabilidade.

No Sítio Primavera, além da trilha já consolidada para o Pão de Angu, outras três trilhas internas ampliam as possibilidades de vivência do visitante, articulando paisagem natural, simbologia e contato direto com a água e a mata. A Trilha Pedra do Gorila recebe esse nome em função de uma grande formação rochosa que se destaca na paisagem e pode ser avistada logo na chegada à propriedade. A pedra chama a atenção pelo seu formato imponente e pela maneira como se integra ao relevo local, funcionando como um marco visual do sítio e despertando a curiosidade dos visitantes. O percurso até a pedra permite a observação da vegetação nativa e oferece momentos de contemplação da paisagem rural.

Já a Trilha Santinha do Bosque conduz a um espaço de forte valor simbólico e afetivo para a família e para os visitantes. Ao longo do caminho, em meio à mata, encontra-se uma pequena gruta onde estão as imagens de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Nossa Senhora Aparecida. Esse local é associado à fé, à proteção e à espiritualidade, sendo frequentemente visitado para momentos de silêncio, oração e reflexão, integrando natureza e religiosidade popular no contexto da propriedade.

A Trilha Duchinha Cascatinha (ver Figura 35) leva a uma pequena queda d'água em formato de ducha natural, utilizada para um banho rápido e refrescante. Trata-se de um ponto simples, mas muito apreciado, especialmente em dias mais quentes, permitindo ao visitante se reconectar com a água e com a natureza de forma leve e espontânea. Essa trilha reforça a proposta do Sítio Primavera de oferecer experiências de contato direto com os elementos naturais, valorizando o uso responsável e respeitoso dos recursos do próprio território.

Conjuntamente, essas trilhas evidenciam como o Sítio Primavera diversifica suas experiências de Turismo Rural a partir de elementos naturais e simbólicos já existentes na propriedade, transformando-os em oportunidades de lazer, contemplação e fortalecimento da relação entre o visitante e o ambiente rural.

De acordo com Machado, Oliveira e Faria (2025b), as inovações sociais no Turismo Rural emergem justamente da capacidade das comunidades de reinterpretar suas práticas tradicionais, transformando-as em experiências de valor coletivo que conciliam o econômico, o ambiental e o simbólico. No caso da Entre Serras, o rapel e o *trekking* não são apenas atividades turísticas, mas formas de ressignificação do território: cada trilha e cada descida revelam a relação histórica entre o homem e a paisagem.

Figura 35: Trilhas que levam aos atrativos Duchinha Cascatinha; Santinha do Bosque e Pedra do Gorila no Sítio Primavera.



Fonte: Fotografias extraídas do *Instagram* dos proprietários do Sítio Primavera (2025).

Essas práticas físicas ampliam o sentido de pertencimento e transformam o território em um espaço pedagógico de reconexão entre o corpo, o ambiente e a comunidade local. De modo simbólico, a trilha e o rapel operam como metáforas da própria caminhada dos agricultores em busca de autonomia e reconhecimento.

Sob a ótica da inovação social, as atividades desenvolvidas na Prainha da Conga e no Sítio Primavera materializam o que Machado, Oliveira e Faria (2025b) definem como inovações baseadas no território, que emergem de práticas locais e produzem benefícios coletivos. O turismo, nesses casos, não foi imposto por políticas externas ou por agentes de mercado, mas construído de dentro para fora, a partir da experiência e das necessidades das famílias rurais. Assim, o lazer e o esporte tornam-se instrumentos de valorização cultural, inclusão econômica e fortalecimento comunitário.

Em consonância, com o que Vercher (2022) trata sobre arranjos de governança participativa, no contexto da Entre Serras, a articulação entre produtores, visitantes e instituições de apoio (como SENAR e SEBRAE) exemplifica esse tipo de governança, em que a cooperação e o compartilhamento de saberes substituem as lógicas hierárquicas. Sob uma

análise crítica, essas experiências evidenciam duas dimensões complementares da inovação social:

- Oportunidade – O turismo de natureza oferece uma alternativa econômica importante diante da instabilidade da pecuária e da sazonalidade agrícola. Ele gera ocupação para jovens, estimula o cuidado ambiental e revaloriza espaços antes subutilizados;
- Risco – Por outro lado, há o desafio de evitar que o turismo se sobreponha às atividades agropecuárias, descaracterizando o território e criando dependência de fluxos sazonais de visitantes. A sustentabilidade do Turismo Rural depende, portanto, da manutenção do vínculo produtivo com a terra, como preconiza o conceito de Turismo Rural do Ministério do Turismo (MTur, 2010), segundo o qual o turismo rural “é aquele que ocorre em propriedades com atividades agropecuárias em funcionamento, permitindo ao visitante participar da vida no campo e valorizar suas práticas produtivas”.

Assim, o rapel da Prainha da Conga e o *trekking* do Sítio Primavera simbolizam mais do que experiências recreativas: são práticas de reinvenção do rural, nas quais o corpo do visitante e a terra se encontram como sujeitos de aprendizagem. O turismo, quando vivido de forma consciente, torna-se uma forma de resistência cultural e de reafirmação do pertencimento, consolidando a Entre Serras como um modelo de inovação social. Entretanto, sob uma leitura crítica, observa-se que o crescimento dessas atividades exige planejamento ambiental e controle de fluxo turístico para evitar impactos sobre as nascentes e trilhas.

H) Curso de Observação de Pássaros da Mata Atlântica

Logo nas primeiras horas do dia, quando a névoa ainda cobre a copa das árvores e o som dos pássaros rompe o silêncio da mata, os visitantes da Bee Nectar na Reserva Andirá, são convidados a uma vivência que mistura curiosidade, escuta e descoberta. O Curso de Observação de Pássaros nasceu do desejo dos próprios agricultores de compartilhar com os turistas o que aprenderam a ver com o tempo: que cada canto, voo e cor revela a saúde da floresta e o equilíbrio da vida que nela habita. Iniciativa envolvente de um projeto que traduz a essência da inovação social: unir aprendizado, conservação e vínculo afetivo com o território. “Aqui, o primeiro aprendizado é ouvir”, explica a Entrevistada H, entregando o binóculo aos visitantes. “A floresta fala antes mesmo de mostrar. O canto da araponga, o bater de asas dos jacus, o silêncio entre um som e outro tudo tem significado” (Entrevistada I).

Guiados por binóculos pendurados ao pescoço e cadernos de anotações nas mãos, o percurso se inicia por uma trilha sombreada, onde a umidade da mata se mistura ao cheiro das

folhas. Os visitantes seguem atentos, tentando localizar as aves guiados pelos sons e pelas histórias dos anfitriões (Machado *et al.*, 2025b). Durante o trajeto, surgem espécies emblemáticas da Mata Atlântica, tucanos, jacus, saíras, beija-flores, gaviões e o raro papagaio-de-peito-roxo (ver Figura 36). “Quando o turista consegue ver o papagaio roxo pela primeira vez, é uma emoção que não se explica. A gente sente como se a floresta estivesse se apresentando pra ele”, relata a Entrevista I. “Tem visitante que chora. Diz que nunca imaginou ouvir um tucano de tão perto”, acrescenta a Entrevistada I.

Figura 36: Curso de Observação de Pássaros, realizado pela Bee Nectar na Reserva Andirá.



Fonte: Fotografias cedidas pelos proprietários da Bee Nectar na Reserva Andirá (2025).

Enquanto caminham, aprendem a escutar a mata com atenção, a distinguir o som da araponga ecoando entre os vales ou o estalo das asas de um gavião em voo. “Cada vez que um turista se espanta com o voo de um tucano, a gente sente que valeu a pena cuidar daqui”, conta a Entrevistada I, sorrindo, enquanto segura o binóculo”.

Os agricultores da Bee Nectar ensinam como identificar as espécies pelo canto, pela cor da plumagem e até pelo modo de voo. O curso também ensina sobre o papel ecológico das aves na regeneração da floresta. Mais do que uma atividade de lazer, a observação de aves se transforma em uma aula viva sobre convivência com a natureza (Machado *et al.*, 2025). Os visitantes descobrem que muitas espécies dependem dos frutos da juçara, árvore símbolo da Mata Atlântica, e que a restauração da vegetação promovida pelos associados da entre Serras, foi essencial para o retorno desses animais. Tucanos e jacus, ao comerem os frutos e espalharem as sementes, se tornam os verdadeiros jardineiros da floresta.

Ao fim da trilha, os participantes anotam as espécies que conseguiram observar e refletem sobre o papel das aves na regeneração do bioma. “Cada pássaro que volta é sinal de

que a mata está se curando” (Entrevistado I), resumindo o sentimento coletivo de pertencimento e responsabilidade.

Esse tipo de turismo aproxima as pessoas de um modo de vida mais simples e solidário, no qual a observação é também uma forma de cuidado. Essa abordagem dialoga com Ragauskaitė e Žukovskis (2019), que ressaltam a importância da liderança local e do capital humano como motores da inovação social em áreas rurais. Na Bee Nectar / Reserva Andirá, os agricultores assumem o papel de educadores e guardiões da floresta, transformando sua rotina em oportunidade de aprendizado coletivo. O curso, portanto, é menos sobre ensinar a ver pássaros e mais sobre ensinar a enxergar o território com outros olhos, com tempo, sensibilidade e respeito.

A experiência também dialoga com Neumeier (2017), ao traduzir a ideia de inovação social endógena, que nasce das necessidades e valores da própria comunidade. O curso não foi imposto por políticas externas, mas criado a partir do desejo dos moradores de ensinar o que a floresta lhes ensinou, um processo que combina saber empírico e consciência ambiental. O visitante, ao participar, torna-se parte dessa rede viva de relações que conecta gente, floresta e conhecimento.

“A gente aprendeu que o turismo pode ajudar a floresta a se manter de pé. O turista sai daqui entendendo que cuidar também é uma forma de viajar”, diz a Agricultora A, enquanto o som dos pássaros desaparece aos poucos no fim da trilha (Entrevistada I)”.

O Curso de Observação de Pássaros da Mata Atlântica é, assim, um retrato sensível de como a inovação social pode se expressar em práticas simples, mas profundamente transformadoras, onde cada olhar curioso, cada canto ouvido e cada muda plantada se tornam gestos de pertencimento e esperança para o território da Entre Serras – Turismo no Meio Rural

I) Trilha Ecológica de Reconhecimento das Juçaras

A Trilha Ecológica da Bee Nectar/ Reserva Andirá, representa experiências simbólicas de inovação social associada ao Turismo Rural no contexto da Entre Serras. Nessa propriedade, o turismo se integra às práticas de conservação ambiental e ao manejo sustentável da palmeira juçara (*Euterpe edulis*), espécie nativa da Mata Atlântica e ameaçada de extinção, mas que aqui ganha novos significados ao ser incorporada como elemento educativo e produtivo das visitas.

As trilhas ecológicas conduzem os visitantes por fragmentos de floresta onde é possível observar as juçaras em diferentes estágios de crescimento, compreender seu papel ecológico e conhecer os esforços de restauração da vegetação nativa (ver Figura 37). O passeio é guiado

pelos próprios proprietários, que aliam o conhecimento técnico à vivência cotidiana no território. Um deles relata:

“A juçara não é só uma planta, é um símbolo de resistência. A gente aprendeu que preservar é também ensinar o visitante a enxergar o valor do que está aqui, no nosso quintal” (Entrevistado I). Outra acrescenta: “Cada trilha é uma aula viva. O turista sai sabendo que a juçara alimenta os pássaros, mantém a floresta viva e pode também gerar renda sem derrubar nada” (Entrevistada I).

Figura 37: Juçaras da Reserva Andirá, em suas várias fases de desenvolvimento, até chegar a dar o fruto.



Fonte: Fotografias cedidas pelos proprietários da Bee Nectar na Reserva Andirá (2025).

Essas falas refletem um novo modo de pensar o turismo, não como atividade de exploração, mas como ferramenta de reconexão entre pessoas e natureza. Essa perspectiva se aproxima da visão de Neumeier (2017), que entende a inovação social rural como um processo de transformação comunitária.

A Bee Nectar/Reserva Andirá integra o turismo à produção agroecológica e à meliponicultura, criando rotas interpretativas que unem apicultura, agrofloresta e conservação da biodiversidade. Durante as caminhadas, os visitantes aprendem sobre o papel das abelhas nativas na polinização da juçara e sobre a importância do consumo consciente dos frutos, que podem ser transformados em polpa, cosméticos e licores artesanais.

Essas experiências revelam que o Turismo Rural pode ser também um espaço de educação ambiental e transformação social, o que se aproxima da visão de Santo e Andion (2022), ao tratar sobre adaptação de soluções às realidades locais. Na Bee Nectar, essa adaptação se materializa na criação de um modelo de turismo que respeita os limites do

ecossistema, gera conhecimento e incentiva práticas cooperativas, sem romper com o ritmo da natureza.

“A gente mostra que o turismo pode ajudar a floresta a se manter de pé. Se o visitante entende isso, ele passa a cuidar também, mesmo que viva na cidade”, comenta um dos agricultores” (Entrevistada I).

Esse tipo de turismo sensorial, ancorado na educação ambiental e na valorização dos recursos locais, definem uma inovação social baseada no território, que Machado, Oliveira e Faria (2025b) já pontuam em seus discursos.

O reconhecimento da juçara como símbolo de identidade ecológica e a incorporação das trilhas como espaço de diálogo entre ciência, tradição e turismo consolidam a Bee Nectar / Reserva Andirá como uma referência dentro da Entre Serras. A propriedade demonstra que é possível conciliar produção, conservação e visitação de forma ética, educativa e economicamente viável, promovendo a regeneração do ambiente e a sensibilização de quem o visita.

“A juçara nos ensina o tempo das coisas” (Entrevistada I). “Ela demora anos para crescer, mas, quando floresce, mostra que vale a pena cuidar e esperar. É o mesmo com o turismo: quanto mais a gente cuida, mais ele floresce junto com o território” (Entrevistado I).

O relato sobre a Bee Nectar revela que a recuperação ambiental do território foi acompanhada de um processo de ressignificação cultural e social. As falas dos entrevistados mostram que a regeneração da paisagem não se deu apenas pelo replantio das juçaras, mas também por uma mudança no olhar sobre o campo, entendendo-o como espaço de aprendizado e de pertencimento coletivo (observação da pesquisadora).

“A gente entendeu que a floresta não é só nossa. Ela é de quem vem aprender, de quem planta junto e de quem vai colher no futuro”, afirmou (Entrevistado H) expressando a dimensão pedagógica que o turismo passou a assumir na reserva.

Essa dimensão educativa é o que Machado *et al.*, (2025) denominam inovação social, caracterizada pela criação de práticas que promovem o bem comum e transformam as relações entre comunidade, natureza e visitantes. Na Bee Nectar, o turismo assume um papel formativo, o visitante percorre a trilha, observa o ciclo da juçara, entende o funcionamento do ecossistema e vivencia uma narrativa que articula ciência e saber popular.

Durante o percurso, o visitante é conduzido a compreender a cadeia de interdependência que sustenta a vida no bioma da Mata Atlântica: a árvore que alimenta os pássaros, as abelhas

que polinizam as flores, o solo que se regenera. Essa vivência é reforçada por momentos de pausa, observação e escuta.

“Não é trilha de corrida. Aqui o turista caminha devagar para ouvir a mata respirar”, explicou a Entrevistada I, revelando o caráter sensorial e contemplativo da experiência.

A inovação social se manifesta no modo como os agricultores transformaram a antiga área degradada em um laboratório vivo de sustentabilidade, em que cada visitante é convidado a refletir sobre o impacto de suas ações e o valor da biodiversidade. O turismo, portanto, não é uma atividade paralela, mas parte integrante do projeto de regeneração, sua função é sustentar o ciclo educativo, ambiental e econômico da reserva.

Em sintonia com os princípios discutidos por Machado, Oliveira e Faria (2025), a Reserva Andirá exemplifica como o Turismo Rural sustentável pode tornar-se estratégia de educação ambiental e empoderamento comunitário. A criação do banco de sementes crioulas de juçara, citada pelos agricultores, amplia essa compreensão ao introduzir o visitante no universo da soberania genética e da agricultura de base ecológica, reforçando a ligação entre conservação e autonomia produtiva.

Além do caráter ecológico, a experiência turística incorpora valores de solidariedade e reciprocidade, pois parte dos frutos colhidos é compartilhada com a comunidade local, convertendo-se em sucos e produtos artesanais. Essa prática reflete um modelo de economia circular e solidária, que aproxima campo e cidade e valoriza o trabalho coletivo. “A juçara virou nossa professora. Ela ensina a esperar, a dividir e a cuidar. O turista aprende isso também, quando planta uma muda ou leva uma semente” (Entrevistada I).

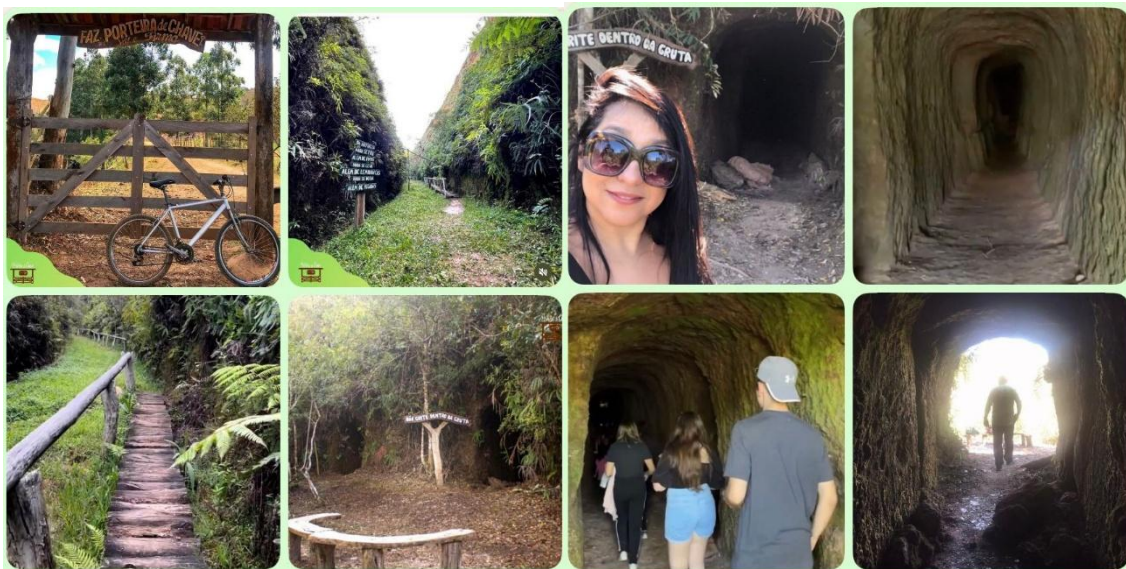
Essa visão está em consonância com o entendimento de Machado, Oliveira e Faria (2025) de que o turismo em territórios rurais se torna socialmente inovador quando é capaz de educar, sensibilizar e incluir, aproximando a conservação ambiental das práticas econômicas e culturais das comunidades locais. Assim, a Rota das Trilhas Ecológicas da Bee Nectar/ Reserva Andirá, configura-se como uma síntese das dimensões mais profundas do Turismo Rural sustentável: a união entre restauração ambiental, educação transformadora e protagonismo comunitário. A experiência ultrapassa o turismo contemplativo e se converte em um ato de regeneração coletiva, em que cada visitante participa, ainda que simbolicamente, do renascimento da floresta e da reafirmação dos vínculos entre ser humano e natureza.

J) Caminhada Ecológica nas Grutas de Mineração

Na propriedade Porteira de Chave, o visitante é recebido por uma paisagem de contrastes: o verde das matas se mistura às fendas de rocha escurecidas que revelam o passado mineral da região. Ali, as chamadas “Três Grutas” guardam fragmentos da história local, um tempo em que a vida girava em torno da extração de malacaxeta, caulim e turmalina rosa. O que antes foi espaço de exploração, escravização e desgaste ambiental, hoje se transforma em rota de descoberta e reconciliação com o território (ver Figura 38).

“Essas pedras já deram muito sustento, mas também deixaram muita marca”, comenta o Entrevistado N apontando para uma das galerias abertas na encosta. “Agora, a gente quer mostrar o outro lado, o que ficou e o que pode florescer depois da mineração” (Entrevistado O).

Figura 38: Grutas que levam a antigas áreas de Mineração, datadas de 1951, localizadas dentro da fazenda Porteira de Chave.



Fonte: Fotografias extraídas do *Instagram* da Fazenda Porteira de Chave (2025) e de arquivos pessoais da pesquisadora (2025).

Com o declínio da mineração, a natureza começou seu lento processo de regeneração. A vegetação da Mata Atlântica cobriu as antigas frentes de lavra, e nas fendas das rochas voltaram a brotar musgos, samambaias e pequenas árvores. Os agricultores do local, por sua vez, encontram uma nova forma de se reconectar com esse passado: transformou as antigas grutas em um espaço de visita educativa, onde o turismo se tornou instrumento de memória, identidade e sustentabilidade. “Essas grutas já foram sinônimo de cansaço. Hoje, são lugar de aprendizado. Aqui o turista caminha, escuta a história e entende que o chão que a gente pisa tem lembrança”, explica a Entrevistada O.

A Caminhada Ecológica pelas Galerias da Mineração é guiada pelos próprios agricultores, que conduzem os visitantes por trilhas até os antigos túneis de extração. O percurso é pouco físico e mais simbólico: atravessar as grutas significa percorrer a memória da comunidade, revisitar o passado de exploração e compreender o esforço coletivo para transformar um espaço degradado em fonte de aprendizado e turismo responsável. A Caminhada conduz os visitantes por um percurso de redescoberta. Durante o trajeto, os guias locais explicam as técnicas antigas de extração, o uso de mão de obra escravizada e as mudanças econômicas que levaram à transição para a agricultura e pecuária familiar após o esgotamento dos minérios.

Durante o trajeto, os guias explicam as características de cada mineral e suas antigas utilidades: a malacaxeta, utilizada na produção de objetos resistentes; o caulim, base para cosméticos, cerâmicas e porcelanas; e a turmalina rosa, pedra semipreciosa que, durante certo período, atraiu mineradores de outras regiões. “Antigamente, se falava que a riqueza estava debaixo da terra. Hoje, a gente descobriu que ela está em quem cuida da terra”, afirma a Entrevistada O, enquanto mostra aos visitantes as nascentes recuperadas próximas às antigas frentes de lavra.

Essa mudança de percepção traduz o que Neumeier (2017) identifica como uma virada social no desenvolvimento rural, o deslocamento do valor material para o valor humano e relacional. Nessa mesma direção, Ragauskaitė e Žukovskis (2019) destacam que a verdadeira riqueza das comunidades rurais está na liderança local e na capacidade coletiva de regenerar o território com base no cuidado e na cooperação.

A Caminhada Ecológica nas Galerias da Mineração expressa um tipo de inovação social territorial, que ressignifica espaços degradados e devolve a eles um novo papel, agora pedagógico, ecológico e cultural. Essa experiência dialoga com Vercher (2022), ao mostrar como a governança colaborativa se torna um instrumento de revitalização e de construção de novas narrativas sobre o rural. A iniciativa também se aproxima do pensamento de Ferreira *et al.* (2023), que destacam as abordagens *bottom-up* como motor da transformação, nas quais a própria comunidade identifica seus recursos, cria soluções e dá novo sentido ao território.

Essa integração entre turismo, memória e regeneração ambiental revela que a inovação social não nasce apenas da criação de algo novo, mas também da capacidade de reconstruir o que foi fragmentado. A Porteira de Chave, ao transformar antigas galerias de mineração em espaços de visitação e aprendizado, articula educação patrimonial, interpretação ambiental e turismo. Esse tipo de prática nasce dentro das próprias comunidades, que reinterpretam seus

recursos e atribuem novos sentidos a lugares antes vinculados à degradação, convertendo-os em plataformas de aprendizado e regeneração territorial. No caso da Porteira de Chave, o que antes representava exploração e impacto ambiental torna-se um espaço vivo de sensibilização e reflexão, onde o conhecimento técnico e o saber local dialogam para promover consciência histórica, valorização do território e formas mais sustentáveis de interação com a natureza.

K) Forró e Cultura Popular Rural

O forró da Cachoeira da Conga é uma das expressões culturais marcantes da Entre Serras – Turismo no Meio Rural. Realizado anualmente no mês de maio, próximo ao Dia das Mães, o evento mobiliza moradores locais, visitantes da região e turistas hospedados nos arredores do Parque Estadual do Ibitipoca. Trata-se de uma festividade espontânea, organizada pela própria família agricultora, que transforma o espaço do balneário rural em um ambiente de celebração, hospitalidade e pertencimento. O forró acontece com música ao vivo, sanfoneiro e grupos musicais, dança e muita socialização. Grande parte das pessoas ficam em pé, porque não há mesas suficiente para tantas pessoas (ver Figura 39).

O entrevistado Q ao relatar o sentido da festividade, explica: “O forró da Conga já é tradição. A gente faz perto do Dia das Mães, junta o povo da roça, os amigos de fora, o pessoal que vem de Ibitipoca. O turista adora, fala que nunca viu um forró tão de verdade” (Entrevistado Q).

Figura 39: Forró montado pela Prainha da Conga.



Fonte: Fotografias cedidas pelo proprietário da Prainha da Conga (2025).

A festa, embora simples, constitui um instrumento de inovação social na perspectiva de Medeiros *et al.* (2017), ao ressignificar um costume tradicional em um dispositivo de integração comunitária e de valorização simbólica do território. Não se trata apenas de entretenimento: o forró reorganiza o espaço social, cria redes de solidariedade e reforça os vínculos afetivos entre moradores e visitantes. Assim, o evento opera como uma forma de produção de valor imaterial, em que o lazer se converte em ferramenta de fortalecimento identitário e dinamização econômica.

Os entrevistados por sua vez, descrevem o evento como um momento de aprendizado e inserção cultural: Quando o Pedro faz o forró lá na Conga, é uma alegria, que junta todo mundo” (Entrevistada R). “Muita gente esquece o cansaço e dança até o dia amanhecer” (Entrevistada J) “Quem vem pra Conga sente o que é a roça de verdade. Não tem luxo, mas tem calor humano. É o tipo de coisa que a gente faz com o coração” (Entrevistado S).

Em termos simbólicos, o forró traduz a essência da Entre Serras: a capacidade de fazer do comum um ato de criação coletiva. A madeira rústica, o som da sanfona durante a festa, formam um cenário onde tradição e inovação se encontram. Do ponto de vista social, o evento reforça o capital relacional entre os membros da comunidade e fortalece a imagem da região como destino de autenticidade e acolhimento. Do ponto de vista econômico, diversifica as fontes de renda e amplia o fluxo turístico. E, sob o ponto de vista ambiental, valoriza o uso de recursos locais e o respeito à paisagem natural como parte integrante da experiência.

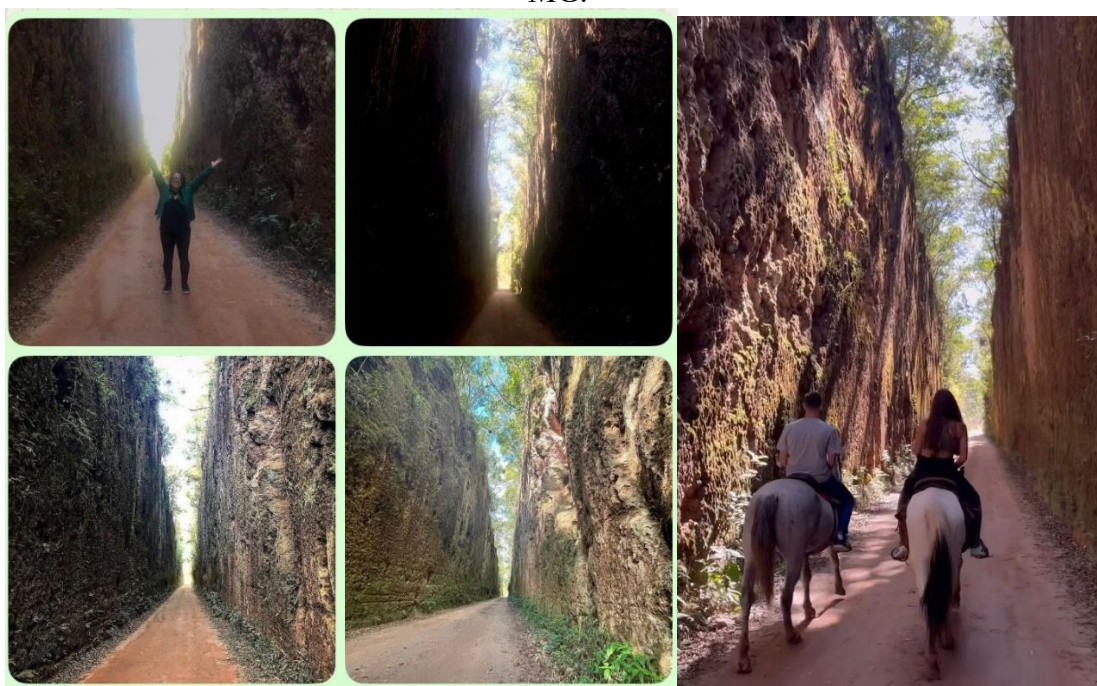
L) Corte Fundo e a Roteirização Rural

O Corte Fundo, situado no distrito de São Domingos da Bocaina, próximo à propriedade Porteira de Chave, em Lima Duarte (MG), destaca-se como um marco histórico e paisagístico de grande relevância no território da Entre Serras – Turismo no Meio Rural. Trata-se de uma antiga intervenção ferroviária do século XX, quando se iniciou o desmonte de uma encosta para a construção de um ramal que conectaria Lima Duarte a Bom Jardim de Minas, integrando a malha da então Ferrovia Central do Brasil. A obra, datada entre 1950 e 1953, acabou sendo interrompida antes da instalação dos trilhos, resultando em uma fenda rochosa monumental. Décadas mais tarde, esse espaço foi reinterpretado pelas comunidades locais como patrimônio de memória e atrativo turístico, simbolizando o encontro entre história, natureza e práticas sustentáveis.

Durante o período de expansão ferroviária em Minas Gerais, o Corte Fundo representou o desejo de modernização e escoamento da produção agrícola e mineral da região. Contudo, a

paralisação do projeto transformou o que seria um corredor de passagem em um ambiente de permanência e contemplação. A ausência dos trilhos permitiu que a vegetação da Mata Atlântica se regenerasse, dando origem a um ecossistema singular, onde a umidade, a sombra e a diversidade de espécies criaram um microclima próprio. Hoje, o local é procurado por visitantes interessados em vivências ecológicas e simbólicas, um verdadeiro testemunho de como a natureza reconquista e ressignifica os espaços abandonados pelo progresso técnico (ver Figura 40).

Figura 40: Roteiro no Corte Fundo, localizado em São Domingos da Bocaina – Lima Duarte, MG.



Fonte: Imagens extraída do *Instagram* da Fazenda Porteira de Chave e dos arquivos pessoais da pesquisadora.

O trecho abandonado pelo antigo projeto ferroviário foi ressignificado como um atrativo turístico alternativo, e a articulação promovida pelos integrantes da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural tem sido fundamental nesse processo. Mesmo situado fora dos limites das propriedades dos associados, o Corte Fundo passou a compor o roteiro coletivo da associação, funcionando como um ponto complementar de visitação para aqueles que desejam conhecer mais amplamente o território e seu patrimônio paisagístico e histórico.

Além do Corte Fundo, os associados por uma iniciativa coletiva, organizou-se para oferecer dois formatos principais de roteiros para conhecer as propriedades associadas a Entre Serras; o primeiro, mais longo, com visitas a oito propriedades em cinco dias (ver ANEXO B); e o segundo, mais compacto, com quatro propriedades em dois dias (ver ANEXO C). Há ainda

a possibilidade de roteiros personalizados, que podem incluir locais como o Corte Fundo, conforme o interesse e a disponibilidade dos visitantes. A proprietária da Porteira de Chave, por estar mais próxima ao local, relata como o ponto foi integrado às rotas de visitação. “O Corte Fundo sempre foi um lugar meio esquecido, mas bonito demais. A gente resolveu colocar no roteiro pra quem quer passear mais longe, conhecer um pouco da história da linha do trem que nunca veio. Mesmo sendo fora das nossas terras, a gente cuida e indica, porque faz parte da nossa história também” (Entrevistada R).

Essa inclusão representa uma inovação social na gestão territorial do turismo, pois amplia o escopo de atuação da Entre Serras para além das fronteiras produtivas, transformando o território em um repertório de experiências, o que Martins e Santos (2023), chamam de modelos de governança colaborativa e gestão em rede, nos quais diferentes atores se unem para criar valor coletivo sem perder a autonomia de cada unidade.

Neste espaço, a autogestão comunitária e a cooperação entre propriedades são os elementos centrais que possibilitam a expansão do roteiro e o fortalecimento da identidade regional. Um entrevistado, reforça a importância da cooperação: “O Corte Fundo é fora da propriedade, mas é nosso também. O pessoal do grupo ajuda a divulgar. A gente vê o turismo como uma coisa que une, não que separa” (Entrevistado S).

Do ponto de vista simbólico, o lugar ganhou múltiplos significados. O Corte Fundo reflete a passagem do projeto inacabado da ferrovia, símbolo do progresso que não veio, para o projeto coletivo do Turismo Rural, sustentado por relações humanas e redes solidárias. Ele representa, portanto, uma inversão do paradigma desenvolvimentista: o espaço antes pensado para a circulação do capital se torna agora lugar de permanência, contemplação e pertencimento.

Do ponto de vista simbólico, o lugar ganhou múltiplas camadas de significado. Para alguns moradores, é um espaço de silêncio e contemplação, visto como “sagrado” pela força natural e pela memória do trabalho humano. Outros o descrevem como uma “catedral natural”, cujas paredes rochosas e o eco do vento produzem uma sensação de introspecção e reverência. A experiência do visitante é marcada pela imersão sensorial: o som das águas próximas, o canto dos pássaros, o toque frio das pedras e a densa sombra da mata formam um ambiente propício à meditação e ao contato espiritual.

Além de seu valor simbólico, o Corte Fundo representa uma importante prática de turismo de baixo impacto. O controle natural do fluxo de visitantes, por meio da mediação dos associados, impede a degradação ambiental e reforça o compromisso com a sustentabilidade. A

visita guiada envolve orientações sobre preservação, silêncio e respeito à natureza, transformando o passeio em uma vivência educativa. “Quando a gente leva o grupo, explica que o lugar é de respeito. Não é pra fazer barulho, nem sujeira. É um espaço da natureza, não de festa. O pessoal entende e sai de lá encanta” (Entrevistado R).

Contudo, há desafios práticos. A distância em relação às demais propriedades e a ausência de sinalização permanente, tornam a visita ao Corte Fundo mais adequada a roteiros individuais ou autoguiados. A associação reconhece essas limitações, mas as enfrenta por meio da gestão compartilhada. Na análise, o Corte Fundo ilustra como a Entre Serras mobiliza a inovação social como estratégia territorial, transformando limites geográficos em oportunidades de cooperação. A ação reafirma o protagonismo dos agricultores e sua capacidade de reinterpretar o território como bem comum. Assim, o lugar que antes simbolizava o “progresso que não chegou” converte-se em um marco da resiliência rural, onde o turismo atua como elo entre memória, natureza e futuro.

N) Turismo de apreciação e degustação de Mel

O turismo de apreciação e degustação de méis desenvolvido pela Bee Nectar na Reserva Andirá configura-se como uma experiência sensorial, educativa e ambiental que articula saberes tradicionais, conhecimento técnico e conservação da biodiversidade. Nessa prática, a pesquisadora pode observar nas vivências, que os proprietários, também condutores da atividade, introduzem os visitantes ao universo da apicultura e da meliponicultura, apresentando inicialmente as diferenças entre as abelhas com ferrão (*Apis mellifera*) e as abelhas sem ferrão (Tribo Meliponini), destacando seus comportamentos, formas de organização, capacidades produtivas e relações com o ambiente. Esse momento inicial é fundamental para compreender que os méis não são produtos homogêneos, mas expressões diretas da interação entre abelha, flora, território e clima.

A visita teve início com um café da manhã típico da culinária mineira, momento que favoreceu a interação inicial entre os participantes. Em seguida, foi apresentado um panorama geral da Reserva, contemplando seu histórico de criação, seus objetivos de conservação e as principais ações desenvolvidas no território. Na sequência, discutiu-se o processo de restauração da vegetação nativa, com ênfase em espécies de importância ecológica para a sucessão, como a palmeira juçara (*Euterpe edulis*), atualmente em processo de reintrodução na área.

Destacou-se que a dinâmica sucessional é fortemente influenciada pela atividade das abelhas, especialmente das espécies nativas sem ferrão (ver figura 41), que desempenham papel fundamental na polinização. Essas abelhas visitam uma ampla diversidade de plantas nativas, incluindo angicos, candeias, cipós e outras espécies floríferas, contribuindo para a manutenção da diversidade vegetal e para a continuidade dos processos ecológicos.

Foi explicado aos participantes que as características físico-químicas e sensoriais dos méis refletem diretamente a origem botânica do néctar coletado, permitindo classificá-los como monoflorais ou multiflorais. Os méis multiflorais, também denominados silvestres, resultam da coleta de néctar de diversas espécies que florescem simultaneamente, conforme exemplificado pelo Entrevistado I. Nesse contexto, a referência principal foi ao mel produzido pela espécie *Apis mellifera*.

Foram apresentadas as principais diferenças entre méis provenientes de distintas floradas, destacando-se variações em coloração, viscosidade, aroma e sabor. Os méis multiflorais tendem a apresentar textura mais encorpada, aroma mais intenso e sabor marcante. Sua coloração pode variar de amarelo claro a âmbar escuro, dependendo da composição floral predominante, e sua produção ocorre em maior volume ao longo do ano.

Além dos méis produzidos pela Bee Nectar, como o silvestre e o de eucalipto, foram apresentados méis de outras regiões do país, incluindo o mel de aroeira, produzido no norte de Minas Gerais; o mel de bracatinga, característico da região Sul; e o mel proveniente da planta popularmente conhecida como “carne-de-vaca”, também típico do Sul do Brasil. Cada produto apresenta um conjunto de características sensoriais distintivas, determinadas pela composição da florada e pelas condições ambientais específicas da região onde foi produzido, seu *terroir*.

Durante a degustação comparativa, também são apresentados méis de abelhas com ferrão provenientes de outros territórios brasileiros, com o objetivo de ampliar a percepção sensorial dos visitantes. Entre eles, destaca-se o mel de aroeira do Norte de Minas Gerais, produzido por abelhas que não visitam flores, mas sim substâncias liberadas por plantas e insetos associados às árvores de aroeira. Trata-se de um mel de origem extrafloral, conhecido como mel de melato, com sabor menos doce, coloração mais escura e alto teor de minerais, bastante distinto dos méis florais da Mata Atlântica.

Outro exemplo apresentado é o mel de bracatinga, típico da Região Sul do Brasil, produzido por abelhas com ferrão a partir da seiva açucarada associada às florestas de bracatinga. Esse mel possui características sensoriais próprias, com sabor suave, textura densa

e coloração clara, e alcançou reconhecimento no mercado internacional devido à sua raridade e qualidade.

Os produtores rurais apontam que, no Sul do país, o turismo rural tem sido fundamental para valorizar a agricultura familiar e produtos diferenciados, como o mel cremoso, produzido a partir de cristais finos e reconhecido pelo alto valor de mercado. A venda direta aos visitantes fortalece a renda local e aproxima o consumidor do processo produtivo. Como relata o Entrevistados: “A gente usa muito o exemplo do Sul do país, onde o turismo rural ajudou a valorizar a agricultura familiar e produtos diferenciados, como o mel cremoso. Lá, a venda direta ao turista fortaleceu a renda dos agricultores, e isso inspira o que buscamos construir aqui na Reserva Andirá” (Entrevistado I).

Além dos méis líquidos, o visitante tem contato direto com o favo de mel, retirado da colmeia no momento da visita. Nesse estágio, o mel é degustado ainda armazenado na cera, o que modifica a percepção sensorial, intensificando aromas e sabores. A cera pode ser mastigada, ampliando a experiência gustativa e permitindo compreender a organização interna da colmeia e o trabalho coletivo das abelhas com ferrão.

Por fim, é apresentada a própolis verde, produzida pelas abelhas a partir de resinas coletadas em plantas do campo e da mata, especialmente o alecrim-do-campo. Destaca-se seu valor medicinal e funcional, amplamente reconhecido por suas propriedades relacionadas à imunidade e à saúde por tem maior teor de Artepelin C, reforçando o papel das abelhas com ferrão na produção de alimentos, na manutenção dos ecossistemas e na relação entre biodiversidade e bem-estar humano. Ainda assim, destacam que a própolis marrom também possui qualidade e benefícios à saúde, reforçando que o manejo adotado respeita o território e valoriza o equilíbrio natural entre abelhas, vegetação e bem-estar humano. Segundo o entrevistado, “aqui a própolis é a marrom mesmo, é o que a mata oferece, a gente não força nada” (Entrevistado I).

Encerrada a degustação dos méis das abelhas com ferrão, o roteiro avança para a apreciação dos méis produzidos por abelhas sem ferrão (ver Figura 41), que desafiam concepções tradicionais sobre o que é o mel. Esses méis apresentam características mais leves, maior fluidez, acidez acentuada e produção extremamente limitada, em média, cerca de 200 gramas por colônia ao ano, o que os torna raros e de elevado valor simbólico, nutricional e medicinal (Entrevistado I).

Figura 41: Apreciação e degustação de méis de abelhas com ferrão e sem ferrão - Bee Nectar na Reserva Andirá.



Fonte: Imagens do arquivo pessoal da pesquisadora (2026).

Na experiência de apreciação e degustação, são apresentados méis produzidos por diferentes espécies de abelhas nativas sem ferrão, organizados de acordo com seus territórios de origem, o que permite ao visitante compreender como o mel expressa o ambiente onde é produzido. Inicialmente, destacam-se os méis de abelhas associadas à Mata Atlântica, bioma predominante no território do Entre Serras e da Reserva Andirá. Entre elas, estão o mel de jataí, espécie amplamente distribuída no Brasil, mas muito comum em áreas de Mata Atlântica; o mel de mandaçaia, típico desse bioma; e o mel de bugia ou urucu-amarela, ligado a áreas florestais mais conservadas. Esses méis refletem a diversidade de flores nativas da Mata Atlântica e apresentam variações de cor, aroma, sabor e textura diretamente relacionadas ao ambiente local.

Em seguida, são apresentados méis de abelhas nativas de outras regiões do país, com o objetivo de ampliar a percepção sensorial e comparativa dos visitantes. Entre eles estão os méis de abelhas da região serrana do Espírito Santo (*Melipona capixaba*), que não pertencem ao território do Entre Serras, mas são trazidos para fins educativos. Esse mel costuma apresentar menor doçura e maior acidez, características associadas à flora de altitude daquele estado, além de ser produzido por uma espécie que, em, encontra-se ameaçada de extinção.

Também são apresentados méis de espécies amazônicas, provenientes da Região Norte do Brasil, que não ocorrem na Mata Atlântica. Esses méis são incluídos na experiência como forma de demonstrar a diversidade dos ecossistemas brasileiros e evidenciar como o mel muda conforme o bioma, o clima e a vegetação. A comparação entre os méis das Minas Gerais, do Espírito Santo, ambos de regiões de Mata Atlântica e da Amazônia, reforça a noção de terroir do mel, mostrando que cada produto carrega as marcas do território onde é produzido.

Dessa forma, a degustação não se limita ao consumo, mas se configura como uma prática educativa, que valoriza as abelhas nativas, respeita os limites ecológicos de cada bioma e contribui para a conscientização sobre a importância da conservação da biodiversidade, especialmente das espécies locais da Mata Atlântica

Do ponto de vista biológico, a retirada das abelhas do seu habitat natural é extremamente prejudicial, provoca desequilíbrios significativos nos ecossistemas, uma vez que cada espécie está adaptada a condições ambientais específicas, como clima, flora e relações ecológicas locais. No caso da abelha da região serrana do Espírito Santo, que já apresenta risco de extinção, qualquer intervenção inadequada pode comprometer definitivamente sua sobrevivência. Diante disso, as práticas adotadas na Reserva Andirá priorizam a conservação das espécies nativas da Mata Atlântica, em seu *habitat* de origem. A liberação controlada de enxames, como o da abelha jataí e da mandaçaia, ocorrem diretamente no ambiente natural, associada à proteção da vegetação nativa, assegurando fontes de alimento, abrigo e condições adequadas para a manutenção do equilíbrio ecológico, beneficiando não apenas as abelhas, mas todo o ecossistema local (Entrevistado I).

Durante a experiência, são discutidos os cuidados necessários com o manejo das abelhas, o respeito aos seus locais de ocorrência e a importância de não interferir em seu comportamento natural, sob risco de desequilíbrios ecológicos, extinção de espécies ou proliferação descontrolada. Ressalta-se o papel central da polinização, processo pelo qual as abelhas garantem a reprodução de inúmeras espécies vegetais e a manutenção dos ecossistemas (Machado *et al.*, 2025).

A experiência é finalizada com a apresentação e degustação de produtos derivados do mel, como o hidromel, bebida obtida a partir da fermentação do mel, e o “pingo doce”, preparado com cachaça e mel, ambos oferecidos para degustação. Além da degustação do pólen rico de proteína conhecido como pão de abelha e do queijo envolto com cera de abelhas.

A visita termina com um brinde, que é um momento simbólico para a gente. Apresentamos o hidromel e o pingo doce, feito com cachaça e mel, além do pão de abelha e do queijo envolto na cera. É a forma de fechar a experiência mostrando tudo o que a abelha oferece, não só no sabor, mas no conhecimento e no respeito à natureza (Entrevistada I).

Assim, o turismo de apreciação e degustação de méis ultrapassa o caráter gastronômico, consolidando-se como prática educativa, cultural e ambiental, capaz de promover a valorização da biodiversidade, dos saberes locais e das abelhas como agentes fundamentais da vida e da sustentabilidade dos territórios.

É o que Mulgan *et al.* (2007), caracteriza como criação e implementação de novas soluções que atendam a necessidades sociais de modo mais eficaz, gerando valor para as famílias rurais; nesse sentido, o turismo de méis emerge a partir da ação propositiva dos

agricultores em reorganizar práticas produtivas em torno de experiências turísticas que reforçam identidade cultural e fortalecem a economia local. Ferrarini (2019) destaca a aprendizagem coletiva e governança participativa, o que pode ser capaz de atrair turistas de diferentes regiões ao promover produtos com significado simbólico e material, como os méis diferenciados por safra, *terroir* e espécie de abelha.

O turismo de apreciação e degustação de méis, apesar de seu potencial como inovação social, apresenta desafios relevantes. A crescente turistificação⁷¹ da meliponicultura pode estimular a mercantilização da natureza e dos saberes locais, deslocando o foco da conservação para o consumo experiencial. A baixa produtividade das abelhas sem ferrão, associada à pressão por oferta contínua, pode levar a práticas de manejo inadequadas, comprometendo a saúde das colônias e a biodiversidade. Além disso, a padronização das experiências tende a esvaziar a diversidade territorial dos méis e de seus *terroirs*. Sem governança, educação ambiental e limites claros de visitação, essas práticas podem reproduzir impactos semelhantes aos do turismo convencional.

Em contraste, as práticas da Bee Nectar, na Reserva Andirá, fundamentam-se em princípios de conservação ecológica e responsabilidade socioambiental. A iniciativa prioriza o fortalecimento de enxames voltados à regeneração dos ecossistemas reconhecendo as abelhas como agentes centrais da biodiversidade e da manutenção da floresta. Nesse sentido, os méis utilizados nas atividades de apreciação e degustação não são retirados de colmeias naturais instaladas em árvores da reserva, preservando esses recursos como fonte alimentar essencial para a fauna silvestre. Tal decisão rompe com a lógica extrativista e reforça uma ética de cuidado com os ciclos naturais, na qual o turismo assume função pedagógica e não predatória.

O turismo assume, assim, uma função pedagógica, centrada na valorização do conhecimento ecológico, da educação ambiental e da sensibilização dos visitantes, configurando-se como uma inovação social promovendo uma relação de respeito com o território e seus seres vivos. Dessa forma, o turismo de apreciação e degustação de méis na Bee Nectar configura-se como uma inovação social orientada pela sustentabilidade, ao articular

⁷¹ A turistificação é majoritariamente compreendida na literatura crítica do turismo como um processo negativo, uma vez que tende a subordinar os territórios, os modos de vida e as práticas produtivas locais às lógicas externas do mercado turístico. Nesse sentido, o território deixa de atender prioritariamente às necessidades das famílias que nele vivem e passa a ser organizado em função das expectativas, do consumo e do olhar do turista. Esse deslocamento de centralidade pode provocar a descaracterização cultural, a pressão sobre os recursos naturais e a fragilização das dinâmicas sociais locais. Por isso, autores críticos defendem que o turismo não deve impor usos e ritmos aos territórios, mas sim partir das demandas, limites e projetos de vida das comunidades locais, atuando como atividade complementar e não como eixo dominante do desenvolvimento territorial.

conservação da natureza, saberes locais e geração de renda sem comprometer a integridade dos ecossistemas da Reserva Andirá.

A partir do acompanhamento sistemático das rotinas, das práticas e das narrativas das famílias da Associação Entre Serras, observa-se, enquanto pesquisadora, que as inovações sociais identificadas não podem ser compreendidas como soluções universalizáveis ou modelos prontos. Tratam-se de processos profundamente situados, construídos a partir de relações sociais específicas, de arranjos territoriais próprios e de margens concretas de autonomia que as famílias conseguem manter frente às pressões institucionais, às exigências do mercado turístico, e às assimetrias de poder presentes no meio rural.

A observação em campo evidenciou que, embora essas inovações sociais apresentem forte potencial de geração de valor social, cultural e econômico, elas se desenvolvem em um campo de tensões permanente. A valorização do “autêntico”, do “tradicional” e do “feito à mão”, ao mesmo tempo em que fortalece identidades e saberes locais, pode expor essas práticas a processos de padronização, estetização excessiva ou captura por narrativas externas que descolam a inovação de seus sentidos originais. Assim, o risco não está na relação com o turismo em si, mas na perda do controle social sobre os significados, os ritmos e os usos dessas inovações.

Enquanto pesquisadora inserida no cotidiano da Entre Serras, tornou-se evidente que a sustentabilidade dessas inovações não depende apenas da criatividade ou da boa vontade coletiva, mas da densidade dos vínculos sociais, da cooperação entre os atores locais e da consciência compartilhada de que o turismo deve ocupar um lugar complementar no território. O que sustenta essas experiências é a compreensão, construída coletivamente, de que o desenvolvimento só faz sentido quando permanece subordinado às necessidades, aos valores e às decisões de quem vive e trabalha no campo.

Desta forma, as inovações sociais analisadas neste subcapítulo, não devem ser romantizadas como soluções automáticas para os desafios do meio rural. Ela exige negociação constante, capacidade organizativa para lidar com assimetrias de poder, leitura crítica das dinâmicas externas que atravessam o território. A análise empírica conduzida permite afirmar que inovar, nesse contexto, não significa acelerar processos, ampliar escalas ou padronizar mas criar condições para que as comunidades definam como, para quem e até que ponto desejam transformar suas práticas.

É nesse exercício permanente de escolha, resistência e adaptação que a inovação social se consolida como um processo político, ético e territorial, revelando que o verdadeiro potencial

transformador dessas experiências reside menos em sua visibilidade externa e mais na capacidade de manter o sentido do viver, produzir e receber no campo sob controle de quem nele permanece.

5.2 Tecnologias sociais implementadas e sua relação com Turismo Rural

O presente subcapítulo tem como objetivo identificar e analisar as tecnologias sociais implementadas nas propriedades associadas à Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, no município de Lima Duarte (MG), buscando compreender de que forma essas práticas se articulam ao Turismo Rural e contribuem para a promoção de modos de vida mais sustentáveis, para o fortalecimento da autonomia das famílias e para a valorização da cultura local.

Para a organização e interpretação dos dados empíricos, utilizou-se a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2020), adotando-se as Tecnologias Sociais como categoria analítica central. Nesta pesquisa, as Tecnologias Sociais são compreendidas como conjuntos de técnicas, artefatos, práticas e dispositivos construídos ou adaptados localmente para responder a desafios cotidianos de diferentes naturezas. Parte-se do entendimento de que tecnologia não se restringe a soluções industrializadas ou de alta complexidade técnica, mas inclui conhecimentos aplicados que emergem da prática, da experiência acumulada e da relação direta dos sujeitos com o território. Assim, as tecnologias sociais identificadas apresentam funcionalidade concreta, baixo custo, elevada adequação ao contexto local e produzem benefícios diretos tanto para as famílias quanto para a coletividade.

A partir da recorrência dos dados empíricos observados no cotidiano das propriedades associadas, foram definidas cinco subcategorias analíticas: (A) Soluções Ambientais e Sanitárias; (B) Estruturas Sustentáveis de Uso Doméstico e Turístico; (C) Reaproveitamento Criativo e Design Ecológico; (D) Infraestruturas de Lazer e Acolhimento; e (E) Preservação de Saberes e Ferramentas Tradicionais. Essas subcategorias não constituem classificações abstratas, mas agrupamentos analíticos que permitem evidenciar como as tecnologias sociais operam em múltiplas dimensões da vida rural e do turismo, respondendo a necessidades concretas do território e revelando estratégias locais de enfrentamento dos desafios cotidianos.

Essa compreensão dialoga com os aportes teóricos que tratam das tecnologias sociais como soluções socialmente construídas. Dagnino (2009) e Novaes e Dias (2009) definem as tecnologias sociais como práticas participativas, de baixo custo e socialmente apropriadas, desenvolvidas coletivamente para atender demandas locais. Weiss (2009) destaca seu caráter de

“soluções práticas e reaplicáveis”, resultantes da combinação entre saber técnico e saber popular, enquanto Pena (2009) as interpreta como instrumentos de resistência ao modelo econômico hegemônico, ao fortalecerem processos de autogestão, cooperação e solidariedade no meio rural.

No contexto específico do Turismo Rural, as tecnologias sociais assumem papel central como ferramentas de inovação comunitária, promovendo acessibilidade, inclusão social e sustentabilidade ambiental, especialmente em destinos rurais (Assis e Campos, 2023; Martins e Santos, 2023). No caso da Entre Serras, essas tecnologias emergem diretamente da criatividade e da autonomia dos agricultores, que transformam o cotidiano das propriedades em um espaço permanente de experimentação e adaptação, no qual práticas simples e contextualizadas contribuem para tornar o turismo mais responsável e alinhado às realidades locais. A sistematização dessas tecnologias sociais é apresentada no Quadro 27, que sintetiza a categoria analítica e suas respectivas subcategorias identificadas na análise de conteúdo.

Quadro 27 – Tecnologias Sociais identificadas nas propriedades rurais da Entre Serras, que impactam na dinâmica do Turismo Rural.

Categoria Principal	Subcategorias
Tecnologias Sociais	A) Soluções Ambientais e Sanitárias
	B) Estruturas Sustentáveis de uso Doméstico e Turístico
	C) Reaproveitamento Criativo e Design Ecológico
	D) Espaços de Lazer e Acolhimento
	E) Preservação de Saberes e Ferramentas Tradicionais

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas subcategorizações das entrevistas de campo, realizadas com os membros da Associação Entre Serras.

As subcategorias apresentadas no quadro sintetizam diferentes expressões de tecnologias sociais observadas nas propriedades de associados à Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural. Cada uma delas traduz formas particulares de articulação entre saberes tradicionais, criatividade comunitária e práticas sustentáveis, revelando como os agricultores adaptam e reinventam técnicas cotidianas para responder às demandas produtivas, turísticas e ambientais de seu território. Essas práticas, embora enraizadas na cultura local, também evidenciam reconfigurações sociotécnicas (Pozzebona *et al.*, 2025), que combinam inovação e tradição, utilidade e simbolismo, em um processo contínuo de aprendizado social.

A análise que se segue busca compreender o significado dessas práticas enquanto tecnologias sociais, interpretando-as à luz das discussões apresentadas no Capítulo 2, nas quais

são compreendidas como instrumentos coletivos de transformação social, adequação sociotécnica e promoção da economia solidária. No entanto, essas experiências não se desenvolvem isoladas do sistema econômico mais amplo no qual estão inseridas. Ainda que operem em um contexto capitalista, os associados da Entre Serras constroem formas próprias de organização econômica, baseadas na cooperação, na valorização do território e na articulação de redes locais. Nesse processo, estabelecem parcerias com atores públicos e privados e participam de circuitos de comercialização que permitem viabilizar economicamente suas atividades, ao mesmo tempo em que buscam preservar princípios de colaboração, autonomia e valorização cultural.

A partir desse entendimento, as seções seguintes analisam cada subcategoria identificada, relacionando os elementos empíricos das entrevistas e observações de campo com os fundamentos teóricos das tecnologias sociais, de modo a evidenciar como essas práticas, mesmo simples ou artesanais, expressam formas de inovação, resistência e (re)significação do modo de vida rural.

a) Soluções Ambientais e Sanitárias

Esta subcategoria refere-se às tecnologias sociais voltadas à gestão sustentável dos recursos naturais, saneamento básico e aproveitamento energético local. As soluções ambientais e sanitárias implementadas nas propriedades da Entre Serras revelam um compromisso coletivo com a sustentabilidade e a adaptação tecnológica às condições locais. A instalação de fossas biodegradáveis, a serpentina conectada ao fogão a lenha para aquecimento de água de chuveiros e pia; bica d'água artesanal; caldeira aquecimento da água da piscina, representam práticas que aliam simplicidade técnica, baixo custo e alta eficiência ecológica (ver quadro 28). Tais iniciativas exemplificam o princípio da adequação sociotécnica de Dagnino (2009), no qual as tecnologias são redesenhadas de acordo com o contexto sociocultural e ambiental de cada comunidade.

Quadro 28 – Soluções Ambientais e Sanitárias

Propriedades associadas na Entre Serras	Soluções artesanais para desafios cotidianos
Bee Nectar – Reserva Andirá	Fossa séptica ecológica, serpentina no fogão à lenha para aquecimento de água do chuveiro e pia.
Cachoeira do Arco-Íris	Fossa séptica biodegradável e fossa séptica de sumidouro.
Casinhas	Fossa séptica biodigestora.
Paioi Velho	Fossa séptica de evapotranspiração e círculo de bananeira.
Pesqueiro do Tarcísio	Fossa séptica seca.
Porteira de Chave	Fossa séptica círculo de bananeira.
Prainha da Conga	Fossa séptica de sumidouro; serpentina no fogão à lenha para aquecimento de água do chuveiro e pia.
Rancho Alegre	Fossa séptica biodegradável, bica d'água artesanal.
Sítio Pilar	Fossa séptica seca; serpentina no fogão à lenha para aquecimento de água do chuveiro e pia.
Sítio Primavera	Fossa séptica biodigestora; caldeira para aquecimento da água da piscina.
Sítio Urucum	Fossa séptica de sumidouro; bica d'água artesanal.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas entrevistas e observações de campo realizadas com os membros da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

Essas ações não são meramente funcionais, elas traduzem uma forma de viver e de produzir que respeita o ritmo do campo. Os sistemas de tratamento de esgoto diferenciam-se principalmente pela forma de funcionamento, pelo uso da água e pelo destino do efluente. A fossa biodegradável, por exemplo, evita a contaminação do solo e da água, garantindo condições sanitárias adequadas e bem-estar para moradores e visitantes. A fossa séptica convencional com sumidouro realiza a separação dos resíduos e infiltra o efluente no solo, podendo gerar riscos ambientais, se não for feita com as devidas separações. A fossa biodigestora promove a decomposição da matéria orgânica por ação de bactérias, reduzindo a carga poluente e permitindo o reaproveitamento do efluente de forma controlada. A fossa de evapotranspiração e o círculo de bananeiras utilizam processos naturais e vegetação para absorver e evaporar a água, não lançando efluentes no solo, enquanto a fossa seca dispensa o uso de água, sendo indicada para áreas com restrição hídrica.

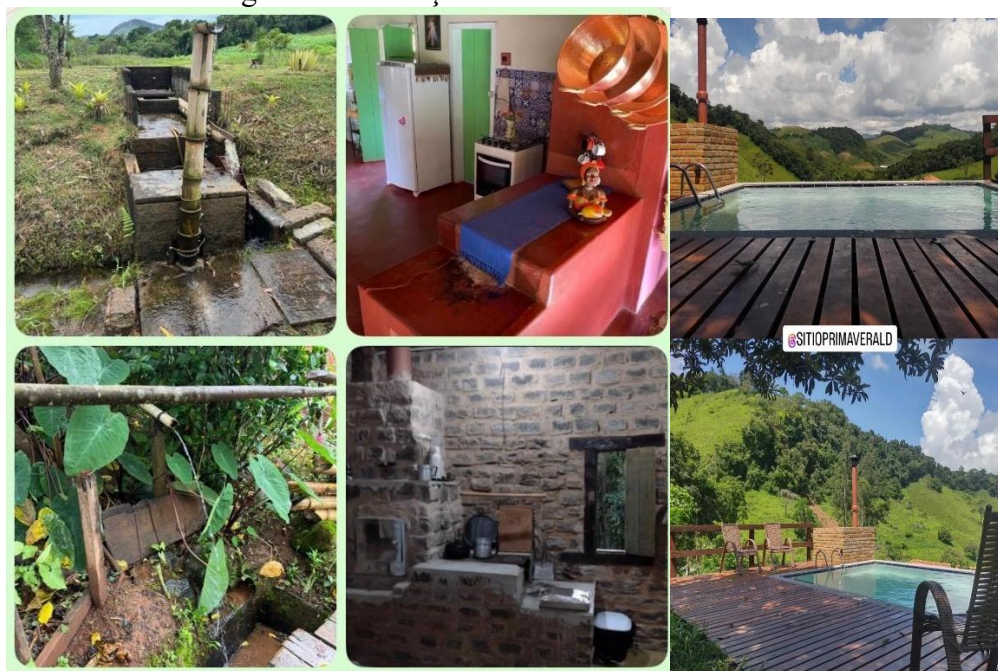
De forma complementar a essas práticas de saneamento, observa-se também uma organização coletiva no manejo dos resíduos sólidos gerados nas propriedades. O lixo produzido nas unidades produtivas é recolhido pelos próprios associados e levado até um latão comunitário localizado na estrada principal da região, ponto onde o caminhão da coleta municipal realiza o recolhimento periódico. Essa prática evidencia um esforço compartilhado entre os moradores para garantir a destinação adequada dos resíduos, evitando o descarte

inadequado no território rural e contribuindo para a manutenção da qualidade ambiental das propriedades e das áreas de visitação turística.

Já a serpentina conectada no fogão à lenha, aproveita o calor gerado nas cozinhas rurais, aquecendo a água que vai para chuveiro e água da torneira, a mesma coisa a caldeira que aquece a água da piscina, demonstrando uma harmonia entre o cotidiano doméstico e a eficiência energética (ver Figura 42).

A fossa é simples, mas resolve o problema sem precisar de esgoto. A gente aprendeu com o curso do SENAR e fez com o que tinha na propriedade (Entrevistado R). Aqui a água da pia e banho, da casa grande, esquenta com serpentina. O turista adora ver isso, acha curioso e entende que é do jeito da roça mesmo (Entrevistada Q). A bica d'água vem direto da nascente. A gente usa para refrescar e mostrar pro turista de onde vem a pureza da água que ele bebe. Com as crianças realizamos brincadeiras e elas adoram (Entrevistado S)

Figura 42 – Soluções Ambientais e Sanitárias.



Bica d'água artesanal Serpentina no fogão à lenha Caldeira para aquecimento piscina

Fonte: Fotografias cedidas pelos associados da Entre Serras (2024).

Essas falas revelam o caráter educativo e simbólico das soluções criadas pelos agricultores: mais do que técnicas, são expressões de autonomia, saber empírico e respeito ao meio ambiente. Elas dialogam com o conceito de tecnologia social apresentado por Novaes e Dias (2009), que defendem a construção de soluções participativas e inclusivas, desenvolvidas a partir do conhecimento local e da experimentação coletiva.

A própria Associação Entre Serras, ao estabelecer parcerias com o poder público, o setor privado e instituições de fomento, integra circuitos econômicos relacionados à comercialização de experiências associadas ao modo de vida rural. Entretanto, essa inserção não implica necessariamente a reprodução integral da lógica capitalista tradicional. As tecnologias sociais desenvolvidas pelos associados articulam estratégias de geração de renda com práticas de cooperação, autogestão e valorização territorial, buscando conciliar sustentabilidade econômica com a manutenção de relações sociais baseadas na reciprocidade e na solidariedade.

No entanto, essa contradição não invalida o potencial emancipatório das práticas. Pelo contrário, reafirma a capacidade dos agricultores de reconfigurar as tecnologias, moldando-as às suas necessidades, valores e modos de vida. Nesse sentido, as soluções ambientais e sanitárias da Entre Serras são expressões de uma tecnologia social enraizada no território, que conjuga tradição, criatividade e compromisso ecológico, pilares essenciais para um Turismo Rural sustentável e transformador.

b) Estruturas sustentáveis de uso Doméstico e/ou Turístico

Esta subcategoria reúne práticas tradicionais que foram reinterpretadas e aplicadas ao Turismo Rural, transformando o cotidiano em uma experiência educativa e estética. As estruturas domésticas e turísticas sustentáveis revelam a criatividade e a capacidade de ressignificação presentes nas propriedades da Entre Serras.

O que antes eram elementos de uso cotidiano, como o fogão à lenha; o varal de defumação, viveiros de pequenos animais, varal de arame com bambu para roupas; balcão do bar artesanal; cobertura de telha de bambu; escadas de troncos de árvores e de pedra, paiol com madeiras do espaço para guarda de utensílios; mirante com deck de madeira; ponte de madeira; passou a integrar também o conjunto de experiências oferecidas aos visitantes (ver quadro 29). Essas estruturas representam a materialização daquilo que Pena (2009) define como autonomia produtiva, onde o saber-fazer tradicional é incorporado à economia local sem perder sua autenticidade cultural.

Quadro 29 – Estruturas sustentáveis de uso Doméstico e/ou Turístico.

Propriedades associadas da Entre Serras	Soluções artesanais para desafios cotidianos
Bee Nectar – Reserva Andirá	Fogão à lenha; escadas com troncos; Cercas de troncos com ripas de madeira; Cascalhamento das áreas de acesso à fazenda.
Cachoeira do Arco-Íris	Fogão à lenha, rampas com corrimão de madeira, cercas de troncos; viveiros para pequenos animais.
Casinhas	Fogão à lenha; cercas de troncos; viveiros de pequenos animais.
Paiol Velho	Fogão à lenha; cercas de bambus e troncos; viveiros de pequenos animais; banheira reutilizada como jardineira.
Pesqueiro do Tarcísio	Fogão à lenha; Cercas de troncos e arame; viveiros de pequenos animais.
Porteira de Chave	Fogão à lenha, cercas de bambus e cerca de pneus; viveiros de pequenos animais, ponte de madeira; escadas com troncos.
Prainha da Conga	Fogão à lenha; cercas de bambus e troncos; viveiros de pequenos animais; varal de arame e bambu para roupas; balcão de bar artesanal; escadas com troncos; escadas de pedra, ponte de madeira, cobertura com telha de bambu; mirante em deck de madeira.
Rancho Alegre	Fogão à lenha; cercas de troncos e arames; varal para defumar carnes; viveiros de pequenos animais; varal de roupas; escadas com tronco.
Sítio Pilar	Fogão à lenha; cerca de troncos e arame; varal de roupas, paiol para guarda de utensílios.
Sítio Primavera	Fogão à lenha, cerca de tronco e arames; rampas com corrimão de madeira.
Sítio Urucum	Fogão à lenha, cerca de madeira ripada.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas entrevistas e observações de campo realizadas com os membros da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

As estruturas sustentáveis de uso doméstico e/ou turístico identificadas nas propriedades associadas a Entre Serras evidenciam como elementos do cotidiano rural são mantidos em uso contínuo e, simultaneamente, incorporados às experiências do Turismo Rural. Essas estruturas não são criadas exclusivamente para atender ao visitante, mas fazem parte da organização ordinária da vida no campo, sendo posteriormente ressignificadas no contexto turístico sem perder sua função original.

O fogão à lenha, por exemplo, constitui uma estrutura central no uso doméstico, associada ao preparo dos alimentos e à convivência familiar. No âmbito do Turismo Rural, essa mesma estrutura passa a integrar a experiência do visitante, permitindo o contato direto com modos de preparo tradicionais, com os ritmos do cotidiano rural e com formas de organização da alimentação que diferem do padrão urbano. De maneira semelhante, o varal para defumar carnes, originalmente destinado à conservação de alimentos para consumo

próprio, assume também uma função turística ao tornar visível um processo artesanal de manejo e aproveitamento integral dos recursos disponíveis (ver figura 43).

O varal de defumar chama atenção. O visitante sente o cheiro da carne e pergunta como a gente aprendeu. Eu digo que é coisa antiga, que veio dos avós (Entrevistado P). As escadas e os viveiros, a gente faz com o que tem: galho, tronco, bambu. O pessoal que vem aqui, acha incrível, tira foto e fala que parece arte (Entrevistada I). O fogão é o coração da casa. O visitante chega e vai logo pra cozinha, quer sentar perto, ver o café sendo coado e ouvir as histórias da roça (Entrevistado Q). Fiz o deck que é um mirante, como um ponto para ver a cachoeira. Atrás dele tem uma gruta, fiz um oratório e pus a imagem de Nossa Senhora Aparecida e São Sebastião. O turista descobriu e virou lugar de tirar foto (Entrevistado I).

As falas dos entrevistados evidenciam que objetos, estruturas e práticas originalmente vinculados ao uso doméstico e produtivo, como o fogão à lenha, o varal de defumação, os viveiros, as escadas de madeira, o deck, a gruta e o oratório, passam a adquirir novas camadas de significado quando inseridos no contexto do Turismo Rural.

Figura 43 – Defumação de carne - Ranho Alegre; Escadas de madeira e deck com mirante - Prainha da Conga; caminho e corrimão de madeira - Porteira de Chave e cercas e caminho com blocos - Rancho Alegre.



Fonte: Fotografias cedidas pelos associados da Entre Serras (2024).

Esses elementos deixam de ser apenas instrumentos funcionais do cotidiano para se tornarem dispositivos de mediação entre o modo de vida rural e a experiência do visitante, permitindo que processos invisíveis ao olhar urbano, como o preparo dos alimentos, a conservação da carne, a relação com a fé e o uso dos recursos naturais, sejam vivenciados de forma sensorial, afetiva e educativa. Nesse sentido, o que se observa, portanto, não é a criação

de cenários artificiais, mas a ampliação do sentido do cotidiano, no qual a vida, o trabalho, a cultura e a espiritualidade se tornam parte constitutiva da experiência turística.

Outras estruturas, como viveiros de pequenos animais, varais para secagem de roupas, cerca de madeira e arame ou bambu; balcões artesanais, banheiras reutilizadas para jardinagem e escadas construídas com troncos e pedra reforçam essa dupla funcionalidade. No uso doméstico, respondem a necessidades práticas do dia a dia; no uso turístico, contribuem para a ambientação das propriedades e para a compreensão, por parte dos visitantes, das lógicas produtivas, organizacionais e espaciais do meio rural (Figura 44).

Figura 44 – Deck para pescaria - Porteira de Chave; Cerca de bambu - Porteira de Chave; Pequena Ponte de madeira (pinguela) - Porteira de Chave; Cerca de madeira para galpão – Casinhas; Varal de arame e madeira - Prainha da Conga; Cerca de arame e madeira – Cachoeira do Arco Íris; Paiol - Sítio Pilar.



Fonte: Fotografias cedidas pelos associados da Entre Serras (2024).

Nesse sentido, as estruturas sustentáveis de uso doméstico e turístico revelam-se como tecnologias sociais de base cotidiana, pois articulam funcionalidade, baixo custo e adequação ao contexto local. Ao serem integradas às atividades turísticas, essas estruturas ampliam a leitura do território, valorizam os modos de vida rurais e fortalecem a autonomia das famílias, sem romper com suas rotinas produtivas. Assim, o Turismo Rural não impõe novas formas de organização espacial, mas se apoia em estruturas já existentes, qualificando-as como parte de uma estratégia de desenvolvimento alinhada às realidades e capacidades locais.

Conforme argumentam Novaes e Dias (2009), a tecnologia social deve ser compreendida como um processo dinâmico e participativo, no qual o conhecimento local é permanentemente adaptado para promover bem-estar, equidade e sustentabilidade. Essa leitura

dialoga com a perspectiva de Pozzebon *et al.* (2025), que compreendem as tecnologias sociais como reconfigurações sociotécnicas, resultantes da combinação entre saber empírico e inovação cotidiana para atender às necessidades locais.

A reutilização criativa de materiais, como banheiras convertidas em canteiros, troncos transformados em escadas e outros elementos reaproveitados nas estruturas das propriedades, exemplifica a capacidade dos agricultores de produzir soluções sustentáveis a partir dos recursos disponíveis. Tais práticas reduzem custos, minimizam impactos ambientais e reforçam a autonomia das famílias, ao mesmo tempo em que qualificam os espaços destinados ao uso turístico. Nesse contexto, essas iniciativas não se limitam a soluções técnicas, mas expressam uma racionalidade prática baseada no uso, na durabilidade e na valorização dos saberes locais, evidenciando formas de sustentabilidade enraizadas no cotidiano rural.

Contudo, essas estratégias não se desenvolvem à margem das dinâmicas econômicas mais amplas. Ao contrário, embora orientadas por uma lógica de valorização do uso e do reaproveitamento, elas se inserem em um contexto em que o Turismo Rural depende da circulação de visitantes e da geração de renda. Assim, as práticas descritas anteriormente passam a dialogar com o mercado, tensionando a relação entre autonomia produtiva e inserção econômica. Nesse sentido, a Associação Entre Serras configura-se como um espaço de articulação entre práticas de autogestão solidária e a necessidade de viabilização econômica de suas atividades no cenário contemporâneo. Como discutido por Dagnino (2014), experiências baseadas em tecnologias sociais não se desenvolvem isoladamente, mas em interação com estruturas econômicas mais amplas, podendo, ainda assim, construir formas alternativas de organização produtiva e social. Dessa forma, o que poderia ser interpretado como contradição revela-se, na verdade, como um campo de negociação, no qual práticas sustentáveis e lógicas de mercado coexistem e se reconfiguram.

É justamente nesse ponto que se torna possível compreender mais profundamente a natureza dessas dinâmicas a partir das diferentes formas de circulação econômica. Conforme argumenta Oliveira (2007), essa circulação pode assumir distintas lógicas, como a dinâmica D–M–D (Dinheiro–Mercadoria–Dinheiro), típica da acumulação capitalista, e a lógica M–D–M (Mercadoria–Dinheiro–Mercadoria), mais comum em contextos de economia camponesa e agricultura familiar. Ao articular esse referencial com as práticas observadas anteriormente, percebe-se que muitas das iniciativas da Associação Entre Serras se aproximam dessa segunda lógica, na qual a comercialização de produtos e serviços, incluindo o turismo rural, ocorre principalmente como estratégia de reprodução social das famílias, e não como mecanismo de

acumulação. Assim, o Turismo Rural aparece não como atividade dominante, mas como complemento integrado às demais práticas produtivas do território e contribui para permanência das famílias no território.

Nesse sentido, as estruturas sustentáveis de uso doméstico e turístico assumem uma dupla função no território: são, simultaneamente, expressões da cultura material do campo e estratégias de valorização econômica e simbólica associadas ao Turismo Rural. Mais do que soluções técnicas isoladas, essas estruturas demonstram que a sustentabilidade reside na forma como os saberes tradicionais são mobilizados, compartilhados e ressignificados, permitindo que práticas enraizadas no passado se projetem como alternativas viáveis para o futuro do território.

C) Reaproveitamento Criativo e Design Ecológico

Esta subcategoria reúne práticas de reaproveitamento criativo de materiais e objetos presentes no cotidiano rural, nas quais resíduos, estruturas em desuso e elementos naturais são transformados em componentes da paisagem cultural das propriedades associadas a Entre Serras. Essas práticas expressam formas locais de lidar com o excedente, o descarte e o reaproveitamento, incorporando criatividade, memória e relação com o território.

As estruturas de ornamentação e paisagem cultural refletem a criatividade e o senso estético das famílias da Entre Serras, que transformam o espaço rural em um cenário de convivência e acolhimento. Nas propriedades, bambus ou tocos de madeiras são convertidos em suportes para plantas, troncos tornam-se bancos e mesas, bicicletas reaproveitadas como floreiras; carro de boi e latas de leite antigas são reutilizadas como peças decorativas, mesas; painéis viram floreiras, crochês viram suportes para plantas, mandalas e peças decorativas; cuias decoram os espaços de recepção, viram também medidores para comida; área de meditação com materiais reutilizados; árvore se transformam em momentos de se colocar desejos; sinalização em troncos de árvores. Esses objetos não são apenas recursos de baixo custo, são expressões materiais de memória, sustentabilidade e estética, transmitindo aos visitantes o sentido de pertencimento ao território (ver quadro 30).

Quadro 30– Reaproveitamento Criativo e Design Ecológico

Propriedades associadas da Entre Serras	Soluções artesanais para desafios cotidianos
Bee Nectar – Reserva Andirá	Bancos e mesas de troncos; placas de sinalização em troncos de árvores. Tacho e tronco transformados em pia, cestos para guarda de madeira, madeiras transformadas em janelas, madeira transformada em nichos para plantas e suporte para banheiro, madeiras para escadas e deck para segundo piso transformado em quarto, escadas de madeira.
Cachoeira do Arco-Íris	Bancos e mesas de troncos; placas de sinalização em troncos de árvores.
Casinhas	Bancos e mesas de troncos; placas de sinalização em troncos de árvores.
Paiol Velho	Lata de leite, caçamba de carrinho de mão e carro de boi usados como peça decorativa; banheira transformada em jardineira.
Pesqueiro do Tarcísio	Carro de boi ornamental; Bancos e mesas de troncos; bancos reaproveitados de caixote.
Porteira de Chave	Bancos e mesas de troncos; árvore dos desejos; placas de sinalização em troncos de árvores.
Prainha da Conga	Bancos e mesas de troncos; placas de sinalização em troncos de árvores. Balcão de atendimento de tronco; cupim transformado em forno, churrasqueira de tijolos da roça e barro, roda do carro de boi como enfeite; madeira transformada em escadas e deck; palco para músicos de bambu; lata de leite em base de mesa.
Rancho Alegre	Tocos e troncos para plantas; crochê para plantas; bancos e mesas de troncos; cuias; gangorra; placas de sinalização em troncos de árvores.
Sítio Pilar	Bancos e mesas de troncos; tocos e troncos para plantas; carro de boi ornamental; latas de leite ornamentais; bicicleta para colocar plantas; mandala de crochê e madeira; areia para área do rio; roda de madeira do carro de boi para lustre; panelas viram floreiras; pedras do rio colocadas na grama para ornamentar e proteger a grama; placas de sinalização em troncos de árvores; abajur de tronco de árvore e saco de linhagem; enfeites com peças do carro de boi; pés da máquina de costura transformados em base de mesa, tijolos produzidos na fazenda transformados em lareira; madeira da fazenda transformada em cama para hóspede; janelas velhas transformadas em enfeites; pinha de árvore transformado em enfeite; caixote pintado para guardar lenha; pedaços de madeira para moldura de espelhos; pedaços de madeira em base da pia do banheiro; pedaços de madeira transformado em porteira; arado como enfeite.
Sítio Primavera	Bancos de trocos; placas de sinalização em troncos de árvores; tronco servindo de cabide de tolhas.
Sítio Urucum	Bancos e mesas de troncos; tocos e troncos de árvores para plantas; placas de sinalização em troncos de árvores.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas entrevistas e observações de campo realizadas com os membros da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

Essas práticas traduzem o que Weiss (2009) denomina de tecnologias sociais reaplicáveis, pois combinam criatividade, reutilização e saber tradicional, criando soluções que

não exigem alto investimento, mas produzem grande impacto simbólico e ambiental. Elas também materializam o princípio da adequação sociotécnica de Dagnino (2009), que propõe alinhar o uso de recursos e técnicas às condições e valores das comunidades locais, promovendo uma convivência harmônica entre natureza e cultura (ver Figuras 45, 46, 47 e 48). As falas dos agricultores reforçam esse entendimento:

A gente aproveita tudo. A lata de leite vira vaso, o toco de madeira vira banco. O turista tira foto e fala que aqui tudo tem história (Entrevistada Q). Esses bancos aí, tudo foi feito com tronco da fazenda. A gente mesmo cortou e lixou. O pessoal que vem, senta e pergunta se pode aprender. Então o que era simples pra gente virou até atração (Entrevistado J). Aqui nada se perde. Até o que sobra vira enfeite ou ajuda em outra coisa. Aqui tudo tem serventia (Entrevistada Q). As cuias, você já viu? Eu faço de enfeite, de vasilha, olha que bonito! (Entrevistada P).

As falas dos agricultores revelam que a lógica do reaproveitamento, longe de ser apenas uma estratégia econômica, constitui um modo de pensar e organizar o território. A transformação de latas, troncos, cuias e sobras de materiais em objetos de uso, descanso, ornamentação ou acolhimento turístico expressa uma racionalidade baseada no aproveitamento integral dos recursos e na atribuição de valor simbólico ao que, em outros contextos, seria considerado resíduo (ver Figura 45). Nesse processo, os objetos passam a carregar histórias, memórias e identidades, tornando-se mediadores entre o cotidiano rural e a experiência do visitante.

Figura 45– Troncos, bambu e panela de ferro para plantas – Porteira de Chave e Sítio Pilar; Rede e mandala - Sítio Pilar; Caule da árvore com bordado – Rancho Alegre; Crochê para vaso de planta - Sítio Urucum; Cua ornamentativa - Rancho Alegre; Carro de Boi Ornamentativo – Pesqueiro do Tarcísio e Paiol Velho; Roda do carro de boi usada como lustre – Sítio Pilar.





Fonte: Fotografias cedidas pelos associados da Entre Serras (2024).

As imagens revelam que o reaproveitamento criativo não se limita à funcionalidade, mas assume um papel central na construção da paisagem simbólica das propriedades. Troncos, cuias, rodas de carro de boi, crochês e peças metálicas ganham novos significados ao serem incorporados aos espaços de recepção e convivência, transformando-se em elementos que narram a história do lugar. Para o visitante, esses objetos despertam curiosidade, provocam perguntas e estimulam a contemplação, funcionando como mediadores entre o cotidiano rural e a experiência turística. O que chama atenção não é apenas o objeto em si, mas o fato de ele carregar marcas do trabalho, do tempo e da memória, tornando visível uma estética que nasce da relação direta com o território.

Nesse sentido, o reaproveitamento criativo opera como uma linguagem silenciosa no Turismo Rural, na qual cada elemento comunica valores de cuidado ambiental, simplicidade e pertencimento. Ao reconhecer que “tudo tem história”, o turista passa a vivenciar o espaço não como cenário artificial, mas como território vivido, onde sustentabilidade e identidade se expressam de forma concreta. Essa dimensão simbólica reforça o vínculo emocional com o lugar e amplia o sentido da visita, que deixa de ser apenas contemplativa para se tornar experiencial.

Além do valor ecológico, há também um valor simbólico. O uso de carros de boi ornamentais, cuias penduradas e crochês nas varandas comunica uma narrativa visual da vida rural, onde o belo emerge da simplicidade e da afetividade. Essa valorização do “feito à mão” resiste à lógica homogeneizadora do turismo de massa e se aproxima daquilo que Medeiros *et al.* (2017) chamam de tecnologia social estética, uma forma de inovação que combina funcionalidade, tradição e expressão cultural. Mais do que soluções utilitárias, esses elementos

revelam uma forma de pensar o espaço rural a partir do uso consciente dos recursos, da permanência dos materiais e da valorização do que já existe.

As imagens reunidas à seguir (Figura 46), ilustram como troncos, tocos, caixas de fruta e objetos descartados são ressignificados e incorporados aos espaços de convivência das propriedades, assumindo funções práticas como bancos, mesas e elementos de ambientação. Esses artefatos vão além do uso utilitário: comunicam uma visão de mundo orientada pelo cuidado com os recursos, pela criatividade cotidiana e pela recusa ao desperdício. Ao sentar-se nesses bancos, apoiar-se nessas mesas ou circular por esses ambientes, o visitante passa a vivenciar uma lógica produtiva e cultural que valoriza a permanência dos materiais, a reutilização e a relação íntima com a matéria, o território e a paisagem rural.

Figura 46 – Banco grande com tronco e tocos de madeira – Rancho Alegre e Porteira de Chave; Bicicleta decorativa – Sítio Pilar; Mesa polida feita com troncos de madeira da fazenda – Prainha da Conga; Mesas e bancos com toco e lascas de madeira reaproveitados – Bee Nectar na Reserva Andirá, Sítio Pilar e Prainha da Conga; Banco feito com caixas de fruta – Pesqueiro do Tarcísio.



Fonte: Fotografias cedidas pelos associados da Entre Serras (2024).

Os bancos, mesas e objetos construídos a partir de troncos, tocos e materiais reaproveitados evidenciam como o design ecológico emerge do saber-fazer cotidiano das famílias rurais. Esses elementos estruturam os espaços de descanso, refeição e convivência, convidando o visitante a desacelerar e a ocupar o tempo de outra forma. Ao sentar-se em um banco feito com madeira da própria fazenda ou apoiar-se em uma mesa construída artesanalmente, o turista vivencia, de maneira sensorial, a lógica da permanência e do uso consciente dos recursos naturais.

O que chama atenção do visitante é justamente a ausência de padronização: cada peça é única, construída a partir do que o território oferece. Essa singularidade rompe com a estética homogênea do turismo convencional e reforça a autenticidade da experiência. Assim, essas soluções não apenas organizam o espaço, mas materializam uma tecnologia social baseada na adaptação local, no baixo impacto ambiental e na valorização do trabalho manual, tornando-se parte integrante da narrativa turística das propriedades.

Na Figura 47, essa experiência concreta permite compreender como as tecnologias sociais estão incorporadas ao modo de vida das propriedades, resultando de escolhas cotidianas orientadas pelo uso consciente dos recursos disponíveis no território. As imagens evidenciam a capacidade de transformar o bruto em delicado, o que antes não tinha utilidade em algo funcional, esteticamente agradável e carregado de significado. Mais do que elementos decorativos, essas soluções comunicam valores ligados ao reaproveitamento, ao cuidado com os recursos naturais.

Figura 47– Primeiro quadrante, tacho e tronco de madeira transformados em pia; tronco de árvores transformados em banco; cesto transformado em local de guardar lenha, escada móvel, de troncos de árvores – Bee Nectar na Reserva Andirá; Segundo quadrante, lata de leite e toco de madeira transformado em mesa; cupim transformado em forno e tijolos e madeira transformados em churrasqueira; roda de carro de boi para enfeite e tocos de madeira para deck e escadas – Prainha da Conga.



1º Quadrante- Bee Nectar

2º Quadrante Prainha da Conga

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2026).

As soluções apresentadas nesta imagem evidenciam como objetos e estruturas reaproveitados cumprem simultaneamente funções práticas, estéticas e educativas. Pias feitas

de troncos, fornos improvisados, escadas de madeira bruta e decks construídos com materiais locais demonstram que a sustentabilidade, nesse contexto, não é um discurso abstrato, mas uma prática incorporada ao cotidiano. Para o visitante, essas estruturas revelam um modo de vida que valoriza o fazer manual, o uso integral dos recursos e a criatividade como resposta às limitações materiais.

No contexto do Turismo Rural, essas práticas despertam interesse justamente por mostrarem que é possível construir conforto e funcionalidade sem recorrer a soluções industrializadas ou externas ao território. O visitante não apenas observa, mas aprende ao circular por esses espaços, reconhecendo que o reaproveitamento pode ser uma escolha ética e estética. Assim, essas tecnologias sociais assumem também um caráter pedagógico, contribuindo para a sensibilização ambiental e para a construção de um turismo mais consciente e responsável. Ao vivenciar esses espaços, o visitante entra em contato com formas alternativas de organização do território, reconhecendo o valor dos saberes locais como base que fortalecem o vínculo entre comunidade, natureza e turismo responsável.

Na Reserva Andirá, essa lógica é explicitada de forma intencional, articulando conservação ambiental e educação dos visitantes. Como explica uma das entrevistadas: “A gente trabalha com a ideia de usar o que o próprio território oferece, evitando ao máximo desperdício e consumo desnecessário. Essas escolhas fazem parte da nossa forma de viver e também de educar quem vem visitar a reserva” (Entrevistada I). Outro entrevistado reforça que não se trata apenas de uma solução prática, mas de uma postura ética: “Não é só reaproveitamento por economia, é uma decisão ambiental. Cada material reutilizado aqui ajuda a reduzir impacto e mostra que sustentabilidade também passa por soluções simples, pensadas a partir do lugar” (Entrevistado I).

Na Prainha da Conga, esse mesmo princípio aparece de maneira mais espontânea, vinculado ao modo de vida rural e à experiência acumulada no cotidiano. O Entrevistado J, diz: “Aqui a gente sempre fez assim, aproveitando tudo. O que dá pra usar, a gente usa. Não tem porquê jogar fora se ainda serve. É coisa de quem vive no mato mesmo” (Entrevistado J). Em outra fala, ele destaca o processo gradual e artesanal dessas construções: “Isso aí foi tudo feito devagar, com o que tinha na mão. A gente vai ajeitando conforme precisa, faço tudo sozinho, não tenho ajuda de ninguém. O povo que vem gosta, porque vê que é simples, mas é bem cuidado” (Entrevistado J).

Na Figura 48, ao valorizar o feito à mão, o cuidado e a simplicidade, essas práticas comunicam aos visitantes que sustentabilidade também se constrói no cotidiano, a partir de

escolhas locais, acessíveis e profundamente conectadas ao lugar, evidencia soluções criativas de reaproveitamento que transformam materiais simples e elementos do cotidiano rural em mobiliário e objetos decorativos, integrando funcionalidade, memória e identidade territorial.

Figura 48 – Primeiro quadrante, pedaços de madeira para base de lavatório; peças do carro de boi transformadas em lustre; pedaços de madeira transformados em cama; tijolos feitos na fazenda transformados em lareira; toco de madeira e saco de linhagem transformado em abajur; janela velha transformada em enfeite; pinhas transformadas em enfeites e pés de máquina de costura com pedaço de madeira, transformado em aparador – Sítio Pilar.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2026).

No Sítio Pilar, o reaproveitamento criativo atinge um nível de complexidade que integra arquitetura, mobiliário e ambientação, transformando antigos objetos e materiais em elementos centrais da experiência turística. Camas feitas de madeira da própria fazenda, lustres com peças de carro de boi, lareiras construídas com tijolos produzidos no local e abajures reelaborados evidenciam uma estética que combina rusticidade, conforto e memória. Para o visitante, esses detalhes chamam atenção por traduzirem uma forma de habitar o espaço rural que respeita o passado e valoriza o que já existe.

As transformações realizadas no espaço, o reaproveitamento de materiais, a adaptação de objetos e a organização dos ambientes, são feitas, antes de tudo, para atender às necessidades, ao conforto e ao modo de viver da família no campo. Trata-se de um aproveitamento que emerge do cotidiano, realizado por quem habita o território e nele trabalha, e não de estruturas criadas exclusivamente para receber turistas.

É a partir desse uso cotidiano que essas soluções passam, posteriormente, a ser disponibilizadas aos visitantes do turismo rural. Ao ter acesso a espaços e práticas que já fazem

parte da vida dos moradores, o turista entra em contato com uma realidade vivida e não encenada, distinta de sua experiência habitual. Esse encontro gera estranhamento positivo, curiosidade e encantamento, fazendo com que elementos simples do dia a dia rural se transformem em experiência, memória e, muitas vezes, em registros fotográficos. Assim, o turismo rural se consolida como uma extensão da vida dos moradores, e não como uma atividade separada ou imposta ao território.

No Sítio Pilar, os entrevistados explicam que essas soluções fazem parte da lógica da roça e do respeito ao que a terra oferece. Como relata a entrevistada Q: “Aqui a gente aproveita o que tem no lugar. Não é pra enfeitar só, é pra usar no dia a dia, do nosso jeito, sem desperdiçar” (Entrevistado Q). O Entrevistado Q, reforça que essa forma de construir e organizar os espaços também comunica valores aos visitantes: “Quando o pessoal chega, vê que tudo tem um sentido. É simples, mas é pensado, tem capricho e é limpo, é do jeito que a gente vive e quer continuar vivendo” (Entrevistado Q).

A figura 49, apresenta a sinalização dos espaços das propriedades, segue a mesma lógica artesanal e sustentável que orienta o uso dos materiais e a organização do território. As placas, indicações de trilhas, nomes dos ambientes e orientações aos visitantes não são padronizadas nem adquiridas prontas, mas construídas manualmente, com madeira reaproveitada, tintas simples e técnicas aprendidas no próprio cotidiano rural. Essa forma de sinalizar não apenas orienta o visitante, mas também comunica valores ligados ao cuidado, à simplicidade e ao pertencimento ao lugar

Figura 49- Placas de sinalização de propriedades e de atrativos, feitas com materiais da própria fazenda.



Fonte: Fotografias cedidas pelos associados da Entre Serras (2024).

Como relatam os entrevistados, “a gente mesmo que faz as placas, escreve do nosso jeito e coloca onde precisa. Assim o visitante entende pra onde ir, mas também entende como a gente vive aqui” (Entrevistado Q). Outro entrevistado complementa que a sinalização faz parte da experiência: “Não é só pra indicar caminho, não. É pra pessoa já ir entrando no clima, vendo como é tudo é feito e respeitando o que a gente gosta” (Entrevistado J)

Para o visitante do turismo rural, esse contato com placas, ornamentos e objetos produzidos pelos próprios moradores não representa apenas um recurso estético ou informativo, mas um convite à leitura do território a partir de seus códigos internos. Ao perceber que a sinalização, a decoração e os elementos do espaço não seguem padrões institucionais ou comerciais, o visitante compreende que está inserido em um ambiente vivido, no qual cada objeto carrega intenção, história e afeto. Essa experiência desloca o turista da posição de consumidor passivo para a de observador sensível, estimulando uma postura de respeito, curiosidade e reconhecimento da lógica cotidiana que organiza a vida rural.

Nesse sentido, as tecnologias sociais observadas na Entre Serras não se limitam a soluções funcionais ou estratégias de sustentabilidade material, mas operam como mediadoras da relação entre moradores, território e visitantes. São soluções pensadas para o viver, o trabalhar e o conviver no espaço rural, das quais os visitantes do turismo rural passam a usufruir à medida que são acolhidos nesse território. O visitante, portanto, não introduz novas lógicas nem redefine usos, mas acessa, observa e experiencia aquilo que já existe, compartilhando temporariamente de formas de viver, produzir e significar o espaço que antecedem sua presença.

Contudo, ao serem incorporadas às experiências ao Turismo Rural, essas práticas também passam a operar em um campo de tensão. Se, por um lado, reforçam a autonomia criativa e a identidade local, por outro, tornam-se parte de uma economia turística que valoriza a singularidade, a estética do reaproveitamento e o consumo simbólico da ruralidade.

Esse duplo movimento, de resistência e inserção, ilustra o paradoxo vivido pelas famílias da Entre Serras. Ao mesmo tempo em que afirmam seus saberes e fortalecem vínculos com o território, acabam dialogando com o mercado. As tecnologias sociais, nesse contexto, tornam-se estratégias híbridas: preservam a cultura e o ambiente, mas também se moldam às lógicas econômicas contemporâneas. O desafio é manter o equilíbrio entre a autenticidade e a adaptação, entre a economia solidária e o turismo competitivo.

D) Espaços de lazer e Acolhimento

Esta subcategoria abrange os espaços e estruturas de lazer e acolhimento criados ou adaptados pelas famílias da Entre Serras, a partir de recursos disponíveis nas próprias propriedades, com o objetivo de favorecer momentos de convivência, descanso, lazer e contemplação do meio rural. Esses espaços não resultam de projetos externos ou soluções padronizadas, mas de processos locais de construção e adaptação, baseados em saberes tradicionais, criatividade e uso responsável dos recursos naturais.

Nas propriedades da Entre Serras, destacam-se o fogo de chão construído com pedras da fazenda, os parquinhos e gangorras feitos de madeira, a casa de pedra utilizada para hospedagem de turistas, a área de balneário com areia branca próxima a riachos e cachoeiras, o espaço de meditação com contemplação da natureza. Esses elementos, ainda que simples, revelam uma concepção de lazer que valoriza o contato direto com a natureza e a hospitalidade rural como forma de acolhimento genuíno (ver quadro 31).

Quadro 31 – Espaços de Lazer e Acolhimento.

Propriedades associadas da Entre Serras	Soluções artesanais para desafios cotidianos
Bee Nectar – Reserva Andirá	Casa de pedra para hospedagem e churrasco; Cascalhamento das áreas de acesso à fazenda; piscina rústica com água corrente.
Cachoeira do Arco-Íris	Parquinho feito de bambu e madeira da fazenda; fogo de chão com pedras da fazenda; Cascalhamento das áreas de acesso à fazenda.
Casinhas	Parquinho feito de madeira da própria fazenda; pedras da piscina natural com gruta para santo; piscina rústica com água corrente.
Paiol Velho	—
Pesqueiro do Tarcísio	—
Porteira de Chave	Parquinho feito de madeira da própria fazenda; árvore dos desejos.
Prainha da Conga	Fogo de chão com pedras da fazenda; areia branca para balneário rural. pedra da propriedade transformada em Gruta com dois santos e mirante, feita com pedras e madeira da fazenda.
Rancho Alegre	Parquinho feito de madeira da própria fazenda.
Sítio Pilar	Parquinho feito de madeira da própria fazenda; Fogo de chão com pedras da fazenda; parquinho feito de madeira da própria fazenda; silo adaptado para hospedagem; garagem do carro de boi adaptada para hospedagem; antiga casa de colono adaptada para hospedagem; área de descanso com redes; areia branca para balneário rural.
Sítio Primavera	Parquinho feito de madeira da própria fazenda; Fogo de chão com pedras da fazenda; gruta para santos com pedras da fazenda.
Sítio Urucum	Fogo de chão com pedras da fazenda; área de meditação construída com materiais da fazenda.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas entrevistas e observações de campo realizadas com os membros da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

Essas práticas podem ser compreendidas como tecnologias sociais, na medida em que integram soluções de baixo custo, socialmente apropriadas e funcionalmente eficazes, voltadas ao uso coletivo do espaço rural. Conforme Pena (2009), as tecnologias sociais no desenvolvimento rural articulam criatividade, sustentabilidade e bem-estar coletivo, ao mesmo tempo em que fortalecem a autonomia das comunidades. Esse entendimento também dialoga com Novaes e Dias (2009), ao evidenciar processos de autogestão, nos quais os próprios agricultores concebem, constroem e mantêm as estruturas que melhor atendem às suas necessidades e realidades, sem dependência de modelos técnicos externos. As falas dos agricultores reforçam esse entendimento:

O fogo de chão foi construído com as pedras que tem na própria fazenda, ele é o coração da casa. A gente acende, o turista senta em volta, toma um café e começa a conversar como se fosse da família (Entrevistada Q). Fazemos degustação de queijos e vinhos no entorno do fogo de chão (Entrevistado R). Aproveitamos o que a fazenda nos proporciona e fizemos um lugar de meditação, além de um espaço agradável com fogo de chão (Entrevistada S). (ver imagem X).

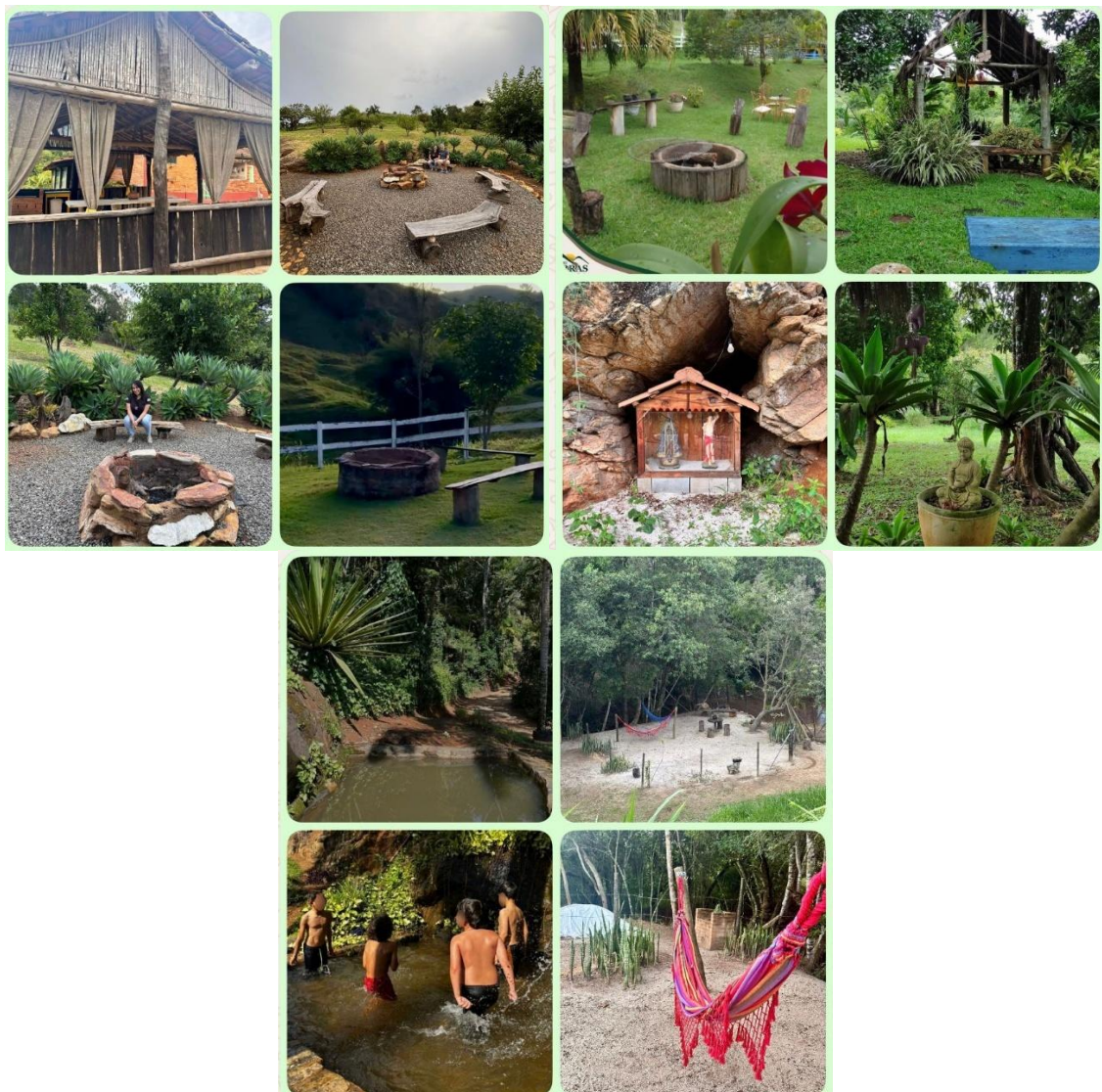
As imagens do fogo de chão, das áreas de meditação, dos espaços de descanso e das estruturas de convivência evidenciam como soluções simples, construídas com materiais retirados ou reaproveitados do próprio território, assumem papel central na organização e no significado da experiência do Turismo Rural. Mais do que equipamentos funcionais, esses espaços estruturam a vida coletiva nas propriedades, criando ambientes que estimulam o encontro, a escuta, o silêncio e a permanência. Ao convidar o visitante a desacelerar, sentar-se, observar e conviver, tais ambientes favorecem uma imersão nos ritmos do campo, distanciando-se da lógica acelerada do turismo convencional.

O fogo de chão, presente no Sítio Pilar, no Sítio Urucum e no Sítio Primavera, construído com pedras extraídas das próprias fazendas, configura-se como um elemento simbólico e agregador. Em torno dele, práticas cotidianas como tomar café, degustar queijos artesanais ou compartilhar uma conversa ao entardecer ganham sentido ampliado, fortalecendo laços entre agricultores e visitantes. Esse espaço de sociabilidade reforça a hospitalidade rural e resgata modos tradicionais de convivência, nos quais o tempo é marcado pelo diálogo, pela troca de histórias e pela observação da paisagem.

As áreas externas de convivência do Sítio Pilar, erguidas com madeiras da própria propriedade e cortinas confeccionadas a partir de sacos de linhagem, expressam a integração entre funcionalidade, estética rústica e sustentabilidade. Da mesma forma, as áreas de

meditação do Sítio Urucum e o espaço de devoção da Prainha da Conga revelam como espiritualidade, contemplação e natureza se articulam no cotidiano rural (ver Figura 50). Esses locais, cuidadosamente inseridos na paisagem, oferecem ao visitante a possibilidade de introspecção, silêncio e conexão simbólica com o território, ampliando o sentido da experiência turística para além do lazer.

Figura 50- Fogo de Chão construído com pedras extraídas das próprias fazendas. Área de convivência Externa construído com madeiras da fazenda cortinas de saco de linhagem – Sítio Pilar; Fogo de Chão do Sítio Urucum e Sítio Primavera; Área de devoção da Prainha da Conga; Área de meditação do Sítio Urucum; Piscina natural de água corrente da fazenda Casinhas e as redes para descanso no Sítio Pilar.



Fonte: Fotografias cedidas pelos associados da Entre Serras (2024).

A piscina natural de água corrente da Fazenda Casinhas e as redes para descanso no Sítio Pilar reforçam a dimensão do bem-estar associada ao turismo de base rural. O contato

direto com a água, o descanso à sombra e a escuta dos sons da natureza promovem uma vivência sensorial que valoriza elementos simples e essenciais. Em conjunto, esses espaços demonstram que o Turismo Rural desenvolvido nessas propriedades se fundamenta em práticas de baixo impacto, no uso consciente dos recursos locais e na criação de ambientes que fortalecem o vínculo entre território, cultura e natureza, transformando o cotidiano rural em experiência compartilhada de acolhimento, cuidado e aprendizado.

Nesse mesmo horizonte de reaproveitamento e enraizamento territorial, os parquinhos infantis surgem como uma extensão lúdica dessa lógica. Ao serem construídos com madeira, bambu e outros materiais da própria fazenda, esses espaços não apenas oferecem lazer às crianças, mas também expressam uma concepção de cuidado e hospitalidade ancorada nos recursos do território. O parquinho torna-se, assim, um dispositivo de acolhimento familiar, capaz de integrar as novas gerações à experiência do Turismo Rural, reforçando a propriedade como espaço de convivência intergeracional, aprendizado e pertencimento (ver Figura 51).

Ver figura 51- Parquinho Infantil construído com madeira e bambu das próprias propriedades rurais – Fazenda Porteira de Chave, Rancho Alegre, Cachoeira do Arco Íris, Sítio Primavera e Casinhas.



Fonte: Fotografias cedidas pelos associados da Entre Serras (2024).

O lazer, nesse contexto, não se organiza como consumo de equipamentos ou serviços, mas como vivência do território, na qual o ambiente natural, as construções rústicas e os modos de uso do espaço são centrais para a experiência turística. Contudo, ainda que expressem autonomia e valorizem saberes tradicionais, essas estruturas também passam a integrar a dinâmica econômica da atividade turística, assumindo valor simbólico e mercadológico. O

rústico, o artesanal e o contato direto com a natureza deixam de ser apenas características do cotidiano rural e passam a funcionar também como elementos de diferenciação frente a outras ofertas turísticas.

Esse processo evidencia um campo de tensões vivido pelas famílias associadas. Por um lado, a construção e o uso desses espaços reforçam vínculos comunitários, fortalecem a identidade territorial e mantêm práticas alinhadas às realidades locais. Por outro, a inserção dessas mesmas estruturas no mercado turístico exige adaptação às expectativas dos visitantes, à necessidade de visibilidade e à geração de renda. Assim, as tecnologias sociais presentes nos espaços de lazer e acolhimento não operam fora da lógica de mercado, mas dialogam com ela de forma crítica e situada.

Dessa maneira, tais tecnologias sociais podem ser compreendidas como estratégias híbridas de desenvolvimento territorial, nas quais convivem, de forma simultânea, objetivos econômicos, culturais, sociais e ambientais. O desafio colocado para a Entre Serras não reside na presença do mercado em si, mas na capacidade de negociar essa inserção sem descaracterizar os sentidos originais dessas práticas, preservando sua coerência com o território, com os modos de vida rurais e com os princípios de autonomia e sustentabilidade que orientam a atuação do coletivo.

E) Preservação de Saberes e Ferramentas Tradicionais

Esta subcategoria analisa a preservação e o uso contínuo de saberes e ferramentas tradicionais no cotidiano das propriedades associadas a Entre Serras, compreendendo essas práticas como tecnologias sociais enraizadas no território. Diferentemente de um resgate meramente simbólico ou patrimonial, os saberes aqui identificados permanecem ativos, integrados às rotinas produtivas, domésticas e, em alguns casos, às experiências oferecidas no contexto do Turismo Rural.

Os instrumentos e práticas observados, como o meliponário, o pilão, o arado, o trado, o moinho de pedra, o moinho d'água para fubá, o moedor de café manual, a mesa de prensar manualmente o queijo, bem como o café passado no coador de pano, a plantadeira tradicional, a vassoura brava ou gosmenta, o uso da gordura de porco no preparo e conservação de alimentos, revelam formas de organização do trabalho rural baseadas na experiência acumulada, na adaptação às condições locais e no uso responsável dos recursos disponíveis. Tais práticas demonstram que a tradição, neste contexto, não se opõe à inovação, mas constitui um conhecimento aplicado que continua respondendo a desafios concretos do presente.

Ao serem mantidos em uso, esses saberes e ferramentas reforçam a autonomia das famílias, reduzem a dependência de insumos externos e contribuem para a valorização da identidade rural. No âmbito do Turismo Rural, sua presença amplia as possibilidades de interação entre visitantes e o modo de vida no campo, sem que essas práticas percam sua função original ou sejam descaracterizadas para atender exclusivamente às demandas do mercado turístico (ver quadro 32).

Quadro 32 – Preservação de Saberes e Ferramentas Tradicionais.

Propriedades associadas da Entre Serras	Saberes e ferramentas tradicionais preservados
Bee Nectar – Reserva Andirá	Meliponário; pilão; arado; moinho; trado; pedra de moinho; moedor de café artesanal; café passado no coador de pano; vassoura brava do campo ou gosmenta.
Cachoeira da Conga	Arado; moinho d'água para fubá (desativado); vassoura brava do campo ou gosmenta; uso da gordura de porco para preparo de alguns pratos; moedor de café artesanal (manual); café passado em coador de pano.
Cachoeira do Arco Íris	Pilão; arado; trado; moedor de café artesanal (manual); vassoura brava do campo ou gosmenta; uso de gordura de porco no preparo de alguns alimentos, café passado no coador de pano.
Casinhas	Plantadeira tradicional; vassoura brava do campo ou gosmenta; moinho de pedra; uso de gordura de porco no preparo de alguns alimentos; carne de porco conservada na gordura; café passado no coador de pano.
Paiol Velho	Meliponário; café passado no coador de pano.
Pesqueiro do Tarcísio	Meliponário; moinho d'água para fubá, uso da gordura de porco para preparo de alguns alimentos, café passado no coador de pano.
Porteira de Chave	Uso de gordura de porco para preparo de alguns alimentos; café passado no coador de pano.
Rancho Alegre	Uso de gordura de porco no preparo de alimentos; café passado no coador de pano.
Sítio Pilar	Café passado no coador de pano.
Sítio Primavera	Uso de gordura de porco para prepara de alguns alimentos.
Sítio Urucum	Arado, vassoura brava ou gosmenta.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base nas entrevistas e observações de campo realizadas com os membros da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural.

Os dados apresentados no Quadro 32 evidenciam que a preservação de saberes e ferramentas tradicionais ocorre de forma distribuída e diversa entre as propriedades da Entre Serras, assumindo configurações distintas conforme a trajetória, os recursos disponíveis e as vocações produtivas de cada unidade. Observa-se que algumas práticas, como o uso da gordura

de porco, o café passado no coador de pano, estão presentes em várias propriedades, indicando saberes amplamente compartilhados no território. Outras, como o meliponário ou a manutenção de conjuntos mais completos de ferramentas agrícolas tradicionais, concentram-se em propriedades específicas, revelando especializações e arranjos singulares.

Essa diversidade também evidencia que a continuidade dessas práticas pode estar diretamente condicionada às características ambientais locais. Um exemplo disso é observado na Prainha da Conga, onde o moinho d'água encontra-se atualmente desativado em função da redução significativa da vazão da nascente que historicamente o abastecia. Era a força contínua da água que possibilitava o funcionamento do equipamento e a moagem tradicional dos grãos. Com a diminuição do volume hídrico, o moinho deixou de operar, demonstrando como essas tecnologias tradicionais dependem diretamente das condições naturais e como as mudanças no regime das águas impactam práticas históricas do trabalho rural, reforçando a vulnerabilidade desses saberes frente às transformações ambientais.

A gente ainda usa o pilão, o moinho d'água e até o arado antigo. O turista acha incrível ver que tudo funciona, e a gente explica que é do tempo dos avós. Eles percebem que o campo tem sabedoria própria (Entrevistada I). A gente conserva a carne na gordura de porco, do jeito que aprendeu com os mais velhos. Fica meses guardada e não estraga. O turista fica admirado quando vê, porque acha que é coisa que não existe mais (Entrevistada P). Aqui tudo é aproveitado. A gordura do porco serve pra fritar, pra conservar e pra cozinhar. É tradição antiga, e o pessoal da cidade gosta de ouvir essas histórias, ver como a gente ainda faz do modo natural” (Entrevistado L). A gordura da cozinha vira sabão, isso muitos da cidade já conhecem, mas acabam querendo comprar para levar, dizem ser o melhor sabão (Entrevistada I). O moi d'água funciona até hoje. A força da água gira a pedra e sai o fubá fresquinho. O cheiro se espalha, e o turista fica encantado. Muita gente nunca viu isso, acha que é coisa de museu, mas aqui ainda é ferramenta de trabalho (Entrevistada N). O moi d'água está parado, porque não tem água mais, a água diminuiu muito, não dá para roda ele (Entrevistado J)”. A vassoura brava do campo ou vassoura gosmenta como dizem por aqui, eu uso para limpar o forno do fogão de lenha mas por aqui o pessoal usa para tira as folha do terreiro (Entrevistado J). A plantadeira é uma ferramenta que ajuda no dia-a-dia de nosso trabalho. Quando as crianças vêm aqui, adoram, porque nos buraquinhos que fazemos na terra com ela, as crianças colocam as sementinhas (Entrevistada L) (ver imagem X).

Ao mesmo tempo, a distribuição das práticas no território mostra que os saberes tradicionais não são homogêneos nem uniformemente preservados, mantendo-se vivos a partir de escolhas cotidianas relacionadas à funcionalidade, à viabilidade, às vocações de cada família e representam a adequação sociotécnica descrita por Dagnino (2014), o ajuste das práticas e instrumentos às condições locais e às necessidades das comunidades, sem romper com sua identidade cultural. O uso da gordura de porco evidencia sistemas integrados de aproveitamento

dos alimentos e redução de desperdícios. Já instrumentos como o pilão, o arado, o trado e os moinhos expressam a continuidade de técnicas que antecedem a mecanização industrial, mas que seguem eficientes e socialmente apropriadas (ver Figura 52).

Figura 52- Pilão, vassoura brava do campo ou gosmenta, tampa do moinho de pedra da Bee Nectar na Reserva Andirá; Moinho d'água pesqueiro do Tarcísio; Plantadeira do Casinhas; Gordura de porco para cozimento no Ranho Alegre; sabão feito com gordura usada da Bee Nectar na Reserva Andirá.



Fonte: Fotografias cedidas pelos associados da Entre Serras (2024) e arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

No contexto do Turismo Rural do Entre Serras, certos objetos e equipamentos produtivos assumem um papel que vai além de sua função técnica. Instrumentos ligados à produção de alimentos, à transformação de matérias-primas e ao manejo cotidiano da propriedade passam a integrar a experiência do visitante, tornando visíveis processos que normalmente permanecem restritos ao universo doméstico e produtivo das famílias (ver figura 53). Ao serem posicionados em espaços de circulação, degustação e visitação, esses artefatos funcionam como mediadores entre o saber-fazer rural e o olhar do turista, convertendo trabalho, tradição e técnica em experiência compartilhada.

Figura 53- Moedor de café manual e coador de café de pano, trado para furar madeira – Bee Nectar na Reserva Andirá; Meliponário – Paiol Velho, Bee Nectar – Reserva Andirá e Pesqueiro do Tarcísio; Barril de carvalho para envelhecer cachaça – Sítio Primavera e Mesa de madeira antiga para prensar o queijo – Paiol Velho.



Fonte: Fotografias cedidas pelos associados da Entre Serras (2024) e arquivo pessoal da pesquisadora (2024).

“Colocamos a mesa de fabricação de queijo, que nossos avós usavam para exposição, na entrada da queijaria. Ela é de madeira, baixa pois facilitava a prensagem manual. Algo que precisa ser mostrado para quem nos visita” (Entrevistada M). “Comprei os barris de carvalho para envelhecer as cachaças artesanalmente. Os turistas vêm e pedem para comprar” (Entrevistado R). “Minha sogra moe o café manualmente e passa no coador de pano. Fica mais saboroso e o cheirinho se espalha” (Entrevistada I).

As falas e as imagens revelam que o moedor de café, o coador de pano, o meliponário, os barris de carvalho e a mesa de prensagem do queijo não são apenas ferramentas de produção, mas suportes de memória, identidade e aprendizado. Ao expor esses objetos aos visitantes, os agricultores transformam processos rotineiros, moer, coar, prensar, fermentar, cuidar das abelhas, em narrativas sobre o território e seus modos de vida. Nesse movimento, o alimento deixa de ser apenas um produto final e passa a incorporar o conjunto de saberes, tempos e relações que o tornam possível.

Embora esses objetos sejam frequentemente apresentados como símbolos de autenticidade e tradição no contexto do Turismo Rural, é importante reconhecer que eles também representam práticas de trabalho que, no cotidiano do passado, estavam associadas a rotinas exigentes e muitas vezes cansativas para as famílias rurais. Instrumentos como o moedor manual de café, o coador de pano, a mesa de prensagem do queijo ou mesmo determinadas

técnicas produtivas não eram utilizados como elementos de contemplação ou experiência sensorial, mas como parte de um trabalho necessário à sobrevivência e à organização da vida no campo.

Assim, quando esses artefatos são incorporados à narrativa turística, eles passam a desempenhar uma função de resgate e memória de um rural vivido em outros tempos, evocando modos de fazer que marcaram a história dessas comunidades. No entanto, é preciso compreender que essas representações não correspondem integralmente ao rural contemporâneo, pois hoje muitas dessas práticas foram transformadas ou substituídas por tecnologias que reduzem o esforço físico e o tempo de trabalho. Nesse sentido, mais do que reproduzir fielmente o cotidiano atual do campo, esses objetos operam como marcadores de memória, permitindo que visitantes tenham contato com referências históricas do trabalho rural, ao mesmo tempo em que evidenciam as transformações pelas quais esses territórios passaram ao longo do tempo.

Dessa forma, esses equipamentos materializam simultaneamente tecnologias sociais, por serem soluções simples, eficazes e apropriadas ao contexto local, e inovações sociais, ao reorganizarem a forma como o trabalho rural é percebido, valorizado e compartilhado no Turismo Rural. Essas práticas, mais do que representam a continuidade de técnicas herdadas do passado, contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e da autoestima das famílias rurais, que passam reconhecer seus saberes como conhecimentos válidos, funcionais e socialmente relevantes. Ao perceberem que instrumentos como o pilão, o moinho, o meliponário ou o uso da gordura de porco despertam interesse e reconhecimento por parte dos visitantes, os agricultores reafirmam o valor de seus modos de fazer como parte constitutiva de sua identidade e de sua história. Para o visitante, por sua vez, o contato com essas práticas possibilita uma aproximação mais profunda com o trabalho rural, permitindo compreender os ritmos, os saberes e as lógicas que estruturam a vida no campo.

Contudo, as falas dos entrevistados também evidenciam que esses saberes tradicionais, ao serem incorporados ao Turismo Rural, passam a assumir funções ampliadas no território. Ferramentas, técnicas e práticas que antes estavam vinculadas principalmente ao trabalho cotidiano deixam de cumprir apenas sua função primeira e passam a compor um repertório cultural e simbólico que agrega valor às experiências oferecidas, inclusive valor econômico. Nesse sentido, não se trata de compreender essa dinâmica como simples mercantilização do território ou de seus saberes, mas como um processo legítimo de valorização, no qual os próprios sujeitos locais definem os limites entre compartilhar, comercializar e ressignificar seus

conhecimentos. Assim, a reflexão de Pena (2009) pode ser retomada não para sugerir uma oposição rígida entre autenticidade e mercado, mas para indicar que as tecnologias sociais, ao mesmo tempo em que fortalecem autonomia e valorização territorial, também podem ser mobilizadas em estratégias econômicas conduzidas pelos próprios atores locais, de acordo com seus interesses e formas de organização.

No contexto da Associação Entre Serras, essa relação não enfraquece o potencial das tecnologias sociais; ao contrário, evidencia sua capacidade de adaptação às demandas contemporâneas sem romper com o sentido profundo do território. Ao transformar ferramentas, técnicas e saberes em experiências educativas, afetivas e sensoriais, as famílias rurais ampliam o alcance desses conhecimentos, agregando novos significados e valores, inclusive econômicos, para além de sua função original no trabalho cotidiano. Nesse processo, o Turismo Rural não implica necessariamente a descaracterização desses saberes, mas pode atuar como uma forma de valorização e reconhecimento social das práticas locais.

Assim, ao compartilhar seus conhecimentos com visitantes, as famílias reafirmam o campo como um espaço vivo de trabalho, memória e criação. O turismo contribui para ampliar a circulação desses saberes, fortalecendo seu valor social, cultural e identitário, ao mesmo tempo em que possibilita novas formas de geração de renda. As tecnologias sociais analisadas neste capítulo revelam, portanto, um modo de inovar “a partir de dentro”, ancorado nos ritmos, valores e práticas das comunidades locais. Trata-se de processos que articulam economia, cultura e sustentabilidade e que, no caso da Entre Serras, emergem do cotidiano, da cooperação entre os associados e da profundidade dos vínculos territoriais que sustentam essas iniciativas.

A partir da observação direta do cotidiano das famílias da Associação Entre Serras, enquanto pesquisadora, evidencia-se que as tecnologias sociais não se manifestam como projetos formais ou soluções planejadas em laboratório, mas como respostas construídas na prática cotidiana, no enfrentamento diário dos desafios do viver e do produzir no meio rural. Ao observar as rotinas, os improvisos, as adaptações e as decisões tomadas pelas famílias, torna-se evidente que inovar, nesse território, significa fazer caber o futuro dentro do que já existe.

As tecnologias sociais que emergem nesse contexto, do reaproveitamento de estruturas produtivas à organização do trabalho familiar, do uso dos saberes tradicionais à criação de experiências turísticas, expressam uma capacidade coletiva de entender seus próprios recursos, limites, saberes e oportunidades e usar isso para construir soluções de desenvolvimento.

São soluções simples, muitas vezes invisíveis aos olhares externos, mas altamente eficazes porque nascem do conhecimento íntimo da terra, das pessoas e das relações que sustentam a vida no campo. O que a pesquisadora observou no Entre Serras não foi a substituição do passado pelo novo, mas a capacidade de transformar heranças produtivas, culturais e simbólicas em base para novas possibilidades de existência econômica e social.

Nesse sentido, as inovações sociais observadas não podem ser compreendidas apenas como mudanças organizacionais ou oferta de experiências turísticas, mas como processos de reconfiguração das relações sociais, do uso do território e do valor atribuído aos saberes locais. Ao transformar atividades cotidianas, como plantar, cozinhar, criar animais, receber visitantes ou contar histórias, em experiências compartilhadas, as famílias produzem não apenas renda, mas reconhecimento, pertencimento e continuidade. É essa dimensão, ao mesmo tempo econômica, cultural e afetiva, que constitui o núcleo das inovações e tecnologias sociais analisadas neste capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nasceu com o objetivo de identificar as inovações sociais e as tecnologias sociais que estão sendo implementadas no Turismo Rural pelos associados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, bem como compreender de que forma essas práticas se manifestam nas ações e interações dos diferentes atores envolvidos. Inserida no contexto dos processos contemporâneos de ressignificação do rural e da crescente valorização de práticas associadas à sustentabilidade, à diversificação produtiva e à valorização dos saberes locais, a investigação foi orientada pela seguinte questão-problema, que norteou toda a construção teórica e empírica da tese: quais inovações sociais e tecnologias sociais estão sendo implementadas no Turismo Rural pelos associados da Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, e de que forma essas práticas se manifestam nas ações e interações dos diferentes atores envolvidos?

Com base nos levantamentos bibliográficos e na investigação empírica realizada, a pesquisa confirmou integralmente a hipótese de que o Turismo Rural, quando desenvolvido de forma associativa e articulado a redes colaborativas locais, favorece a constituição de inovações sociais e tecnologias sociais. Essas se expressam nas práticas cotidianas, nas relações de cooperação e na reorganização produtiva das propriedades, contribuindo para o fortalecimento da pluriatividade, da multifuncionalidade e da reprodução social das famílias rurais, ainda que com efeitos diferenciados entre os associados, em função do acesso desigual a recursos, infraestrutura e capital social.

A articulação entre o referencial teórico mobilizado e a pesquisa empírica evidenciou a coerência entre o pressuposto analítico e as práticas observadas no território. As análises apresentadas a seguir aprofundam essa confirmação, explorando de forma integrada a relação entre teoria e prática e evidenciando como os conceitos mobilizados se expressam nas experiências concretas investigadas.

A partir dessas evidências, torna-se possível ampliar a interpretação para um plano mais estrutural. Nessa perspectiva, o primeiro apontamento teórico-metodológico é que o rural brasileiro não pode mais ser interpretado a partir de uma lógica setorial ou produtivista, centrada exclusivamente na atividade agropecuária. Como demonstrado no Capítulo 1, o rural contemporâneo é um espaço pluriativo e multifuncional, no qual atividades produtivas, práticas culturais, serviços, turismo, conservação ambiental e sociabilidades se entrelaçam. Essa pluriatividade e multifuncionalidade cria as condições estruturais para que práticas de inovação

social e tecnologia social emergem, pois amplia as possibilidades de uso do território e de organização do trabalho e da renda.

Esse novo rural caracteriza-se por fluxos contínuos entre campo e cidade, por identidades híbridas e por uma crescente valorização simbólica da natureza, da cultura e da vida no campo. Nesse contexto, o Turismo Rural não se configura apenas como uma atividade econômica, mas como um dispositivo de reorganização territorial, por meio do qual as famílias reinterpretam suas próprias práticas e as transformam em experiências compartilhadas. Assim, um dos principais achados teóricos desta tese é a compreensão de que o Turismo Rural atua como um mediador estrutural entre ruralidade, economia, cultura e inovação social, articulando permanência no campo, autonomia produtiva e interação com públicos externos, mas sem subordinar seus modos de vida a estes públicos.

O Capítulo 2 aprofunda esse entendimento ao demonstrar, por meio da revisão sistemática da literatura, que as inovações sociais e as tecnologias sociais constituem campos conceituais complementares, porém distintos. As inovações sociais dizem respeito a processos de mudança nas relações sociais, na organização coletiva, na governança e na produção de sentido, enquanto as tecnologias sociais se materializam em dispositivos, métodos, arranjos técnicos e soluções práticas apropriadas aos contextos locais. O achado central desse capítulo é que tais dimensões não operam de forma isolada, mas se sustentam mutuamente, sendo a participação ativa das comunidades, a cocriação de soluções e a governança colaborativa elementos centrais para a durabilidade dessas experiências.

A literatura demonstra que as iniciativas mais resilientes são aquelas em que os próprios atores locais mantêm controle sobre os processos, evitando a captura de suas práticas por agentes externos. Ao mesmo tempo, o capítulo identificou um risco estrutural recorrente: a transformação de saberes, culturas e territórios em mercadorias turísticas, por meio de processos de espetacularização e esvaziamento simbólico. Esse achado introduz um elemento crítico central para toda a tese: a inovação social no turismo ocorre sempre em tensão com as lógicas do mercado e do capital.

O Capítulo 3 acrescenta uma dimensão metodológica e territorial decisiva: as inovações sociais e as tecnologias sociais não existem de forma abstrata, mas são produzidas dentro de territórios historicamente constituídos, marcados por relações de poder, desigualdades, recursos ambientais e trajetórias produtivas específicas. A análise de Lima Duarte evidencia que a coexistência de diferentes formas de ruralidade, agroecológica, tradicional, turística,

associativa, cria um ecossistema fértil para experiências de desenvolvimento endógeno. O território não é apenas cenário, mas condição ativa da inovação.

Já o Capítulo 4 introduz o associativismo e a governança territorial como mediações fundamentais entre território, turismo e inovação social. O principal achado deste capítulo evidencia que, embora as inovações se manifestem inicialmente de forma isolada em cada propriedade, assumindo formatos, atividades e ritmos próprios, elas não se desenvolvem de maneira fragmentada. Ao contrário, essas iniciativas se articulam e se fortalecem por meio de redes de cooperação, relações de confiança, circulação de informações e processos coletivos de decisão, construídos na interação entre os atores locais. Nesse contexto, a comunicação, o marketing territorial, as parcerias institucionais e as formas de organização revelam-se tão relevantes quanto os recursos naturais ou produtivos. Metodologicamente, o capítulo reforça que a análise das inovações sociais requer um olhar integrado sobre estruturas organizativas, práticas cotidianas e dispositivos de mediação simbólica.

Em conjunto, esses capítulos constroem um quadro teórico-metodológico no qual o Turismo Rural aparece como campo privilegiado de experimentação de inovações sociais, mas também como espaço atravessado por contradições. A tese demonstra que sustentabilidade, identidade e pertencimento coexistem com lógicas de mercado, competição, visibilidade e mercantilização. O achado teórico central, portanto, é que a inovação social no turismo não pode ser compreendida como alternativa pura ao capitalismo, mas como um processo híbrido, no qual comunidades negociam permanentemente entre autonomia, mercado e sobrevivência. Esse arcabouço teórico-metodológico forneceu as bases para a análise empírica da Associação Entre Serras, permitindo interpretar suas práticas não como casos isolados, mas como expressões concretas das dinâmicas estruturais discutidas ao longo da tese.

Os resultados empíricos e analíticos desta pesquisa, identificados no capítulo 5 desta tese, corroboram de forma consistente a hipótese formulada, ao evidenciar que os pressupostos analíticos que orientaram a investigação encontram respaldo nas práticas observadas no território. Essa confirmação não decorre de uma afirmação declarativa, mas da convergência entre diferentes evidências produzidas ao longo da investigação. A análise das entrevistas, das observações de campo e dos registros documentais demonstrou que o Turismo Rural na Entre Serras se organiza por meio de redes de cooperação, nas quais circulam informações, visitantes, saberes e formas de apoio mútuo, ao mesmo tempo em que se constrói uma identidade territorial compartilhada. Esses elementos conferem materialidade às inovações sociais e às tecnologias

sociais identificadas, evidenciando que tais práticas se manifestam de maneira concreta nas ações cotidianas e nas interações entre os atores envolvidos.

As práticas mapeadas, como o reaproveitamento de estruturas produtivas, a criação de espaços de convivência, os dispositivos de acolhimento e hospitalidade, as tecnologias artesanais, os sistemas de manejo ambiental e as atividades educativas, revelam que o Turismo Rural ultrapassa a lógica restrita da oferta de serviços. Trata-se de um processo que reconfigura a organização do trabalho, o uso dos recursos e as formas de relação entre as famílias e o território, reforçando a dimensão social e territorial da atividade.

Os relatos dos próprios agricultores indicam que o Turismo Rural passou a desempenhar um papel estruturante na reprodução social das famílias, ao funcionar como estratégia de pluriatividade, de redução da vulnerabilidade econômica e de valorização dos saberes locais. A diversificação das fontes de renda, a ampliação da permanência no campo e o reconhecimento social das práticas rurais constituem evidências concretas de que esses efeitos se materializaram no cotidiano das propriedades.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidenciou que tais processos não se distribuem de forma homogênea entre os associados. Diferenças de infraestrutura, localização, visibilidade turística, capital social e acesso a políticas públicas produzem variações na intensidade e nos resultados das inovações e tecnologias sociais. Ainda assim, o associativismo e as redes colaborativas da Entre Serras atuam como mecanismos de articulação e compensação, permitindo a circulação de visitantes, a troca de experiências e o fortalecimento coletivo, mesmo em um contexto de desigualdades internas.

Dessa forma, a combinação entre evidências organizacionais, práticas observadas, narrativas dos atores e padrões territoriais sustenta empiricamente a confirmação das hipóteses desta tese. O Turismo Rural na Entre Serras não se apresenta como um modelo homogêneo ou plenamente consolidado, mas como um processo territorialmente articulado, no qual iniciativas autônomas se conectam por meio da cooperação, da negociação e da construção de uma identidade comum. É nesse movimento de articulação, adaptação e reinvenção que se configuram as inovações sociais e as tecnologias sociais que respondem de forma consistente à questão-problema que orientou esta investigação.

No plano econômico, o Turismo Rural se estabelece como uma estratégia complementar à base agropecuária, ampliando as condições de reprodução social das famílias sem descaracterizar suas atividades originais. A produção de alimentos, a criação de animais e o manejo da terra permanecem como elementos centrais da organização produtiva, mas passam

a se articular com novas práticas, como a recepção de visitantes, a gastronomia rural, a hospedagem, as vivências pedagógicas e o aproveitamento turístico da paisagem. Essa integração favorece a diversificação das atividades, fortalece a pluriatividade e contribui para reduzir a dependência de uma única fonte de renda, ao mesmo tempo em que agrega valor às práticas já existentes no meio rural.

No campo das relações sociais, a atuação da Entre Serras contribui para o fortalecimento da cooperação entre as propriedades, estimulando vínculos de confiança, práticas de ajuda mútua e formas de coordenação coletiva. Embora cada unidade preserve sua autonomia, a inserção em uma rede compartilhada de informações, visitantes e estratégias gera um sistema de interdependência que amplia as capacidades individuais. Esse arranjo social evidencia o papel da Entre Serras na consolidação da organização comunitária, elemento central dos processos de inovação social.

Na dimensão cultural, as práticas observadas reafirmam e valorizam o saber-fazer tradicional, as festas populares, as técnicas artesanais, a culinária típica e a hospitalidade mineira, elementos que expressam a identidade local e a memória social das famílias rurais. Ao serem integrados às experiências turísticas, esses elementos transformam o cotidiano do campo em vivências originais, nas quais o modo de vida rural é apresentado não como espetáculo, mas como prática viva, compartilhada de forma respeitosa.

No plano ambiental, o Turismo Rural no Entre Serras passa a atuar como indutor de práticas de cuidado com o território, na medida em que a preservação de nascentes, matas, cursos d'água e paisagens torna-se condição para a própria atividade turística. As tecnologias sociais associadas ao manejo da água, à compostagem, ao reaproveitamento de materiais e à recuperação de áreas degradadas revelam uma racionalidade ecológica construída no cotidiano, que articula conservação e uso produtivo do espaço rural.

Na dimensão educativa, as propriedades transformam-se em espaços de aprendizagem experiencial, nos quais visitantes, estudantes e moradores participam de processos de troca de saberes. As vivências pedagógicas, oficinas, visitas guiadas e atividades práticas convertem o território em uma verdadeira “sala sem paredes”, na qual o conhecimento emerge do contato direto com o trabalho, a natureza e os modos de vida rurais. Esse processo fortalece a autoestima dos agricultores, legitima seus saberes e amplia o reconhecimento social do campo como espaço de produção de conhecimento.

Já no plano territorial, observa-se uma reconfiguração do espaço rural como rede. As propriedades deixam de atuar apenas como unidades produtivas isoladas e passam a integrar

um arranjo articulado, no qual circulam visitantes, informações, recursos e práticas. O território é, assim, continuamente produzido e reproduzido por meio dessas interações, adquirindo novos sentidos econômicos, simbólicos e sociais. A construção de uma identidade coletiva sob a marca Entre Serras expressa essa territorialização do Turismo Rural, ainda que marcada por assimetrias, negociações e ajustes permanentes.

Ao integrar essas dimensões econômica, social, ambiental, educativa e territorial, o Turismo Rural revela-se como um campo de práticas que ultrapassa a lógica estritamente mercadológica, configurando-se como um espaço de produção de vínculos, saberes e formas alternativas de relação com o território. Práticas tradicionais, modos de fazer e expressões simbólicas deixam de estar restritos ao âmbito doméstico e passam a ser compartilhados, ensinados e reinterpretados no contato com os visitantes. Ao mesmo tempo, tecnologias sociais ligadas ao uso da água, à proteção de nascentes e ao manejo de resíduos introduzem novas formas de cuidado com o território, que se tornam parte da experiência turística e da vida cotidiana.

Esse conjunto de transformações revela que o Turismo Rural, no Entre Serras, atua como um vetor de reorganização do espaço rural, conectando economia, cultura, natureza saberes e sociabilidade em um mesmo campo de práticas. Não se trata de um modelo estático ou plenamente consolidado, mas de um processo em curso, no qual a inovação social e a tecnologia social são continuamente produzidas, testadas e ajustadas pelos próprios atores locais.

É nesse contexto que as estratégias de fortalecimento se estruturam. Elas não derivam prioritariamente de políticas públicas ou de projetos externos, mas de iniciativas construídas a partir da experiência, da cooperação e da experimentação local. Os agricultores reinterpretam seus recursos, espaços e saberes, transformando limitações em possibilidades de atuação econômica e social. A criatividade, o reaproveitamento de estruturas, a hospitalidade e a produção artesanal tornam-se, simultaneamente, meios de geração de renda e formas de afirmação territorial.

Contudo, a pesquisa também revelou contradições e desafios estruturais. Em algumas propriedades, o turismo começa a se sobrepor às atividades agropecuárias, invertendo a lógica da complementaridade que define o Turismo Rural. Além disso, a profissionalização do setor, necessária para garantir qualidade e competitividade, ainda é incipiente. Faltam recursos humanos qualificados em áreas-chave, como marketing digital, gestão de empreendimentos e hospitalidade rural, o que limita a visibilidade coletiva e a consolidação de uma marca territorial forte.

Entretanto, todas as propriedades associadas, com exceção de uma propriedade (onde as atividades turísticas ainda são incipientes), foram unânimes em reconhecer, durante as entrevistas, a relevância de manter o turismo como alternativa de geração de renda, capaz de complementar os ganhos oriundos da agricultura e da pecuária. Os associados apontam que o turismo tem se mostrado necessário para equilibrar as despesas da vida no campo (desde os custos com insumos até a manutenção das propriedades), funcionando como uma estratégia de sustentabilidade econômica e de permanência no meio rural. Em suas falas, os agricultores evidenciam que o turismo não substitui o trabalho agrícola, mas o fortalece, garantindo novas oportunidades de renda e de valorização dos saberes locais.

No que se refere aos perfis dos associados que compõem a Associação Entre Serras, a pesquisa identificou a presença de três grupos principais: agricultores familiares, agricultores que se reconhecem identitariamente como “Rural Raiz” e os neorrurais. A coexistência desses diferentes perfis revela a diversidade de trajetórias presentes no território e demonstra como distintas formas de relação com o campo podem contribuir, de maneira complementar, para a construção das iniciativas de turismo rural desenvolvidas pela associação.

Os agricultores familiares, em geral, apresentam vínculos com políticas públicas voltadas à agricultura familiar e possuem trajetórias produtivas associadas à diversificação das atividades no meio rural. Esses agricultores combinam práticas agrícolas, produção de alimentos e atividades relacionadas ao turismo rural como estratégias de geração de renda e permanência no território. Nesse contexto, o turismo surge frequentemente como uma atividade complementar, que se soma às práticas produtivas já existentes e amplia as possibilidades econômicas das famílias.

Já os agricultores que se identificam como “Rural Raiz” apresentam forte vínculo histórico, cultural e produtivo com o território, vivendo e trabalhando no campo ao longo de suas trajetórias. Embora desenvolvam atividades semelhantes às da agricultura familiar, nem sempre se enquadram nos critérios formais estabelecidos pelas políticas públicas voltadas a esse segmento, o que pode limitar seu acesso a determinados programas institucionais. Ainda assim, esses agricultores mantêm suas atividades produtivas e modos de vida profundamente enraizados no território, sendo responsáveis pela preservação de práticas, saberes e referências culturais que compõem a identidade rural local.

Por sua vez, os neorrurais correspondem a pessoas ou famílias que migraram de áreas urbanas para o meio rural, motivadas por projetos de vida, busca por qualidade de vida ou pelo desenvolvimento de novas iniciativas produtivas. Esses atores frequentemente trazem

formações acadêmicas, experiências profissionais e repertórios técnicos adquiridos em outros contextos, contribuindo para a introdução de novas perspectivas organizacionais e formas de articulação institucional no território. Embora parte da literatura aponte possíveis tensões associadas à presença de neorrurais no campo, o caso da Entre Serras evidencia uma dinâmica marcada pela complementaridade entre os diferentes perfis de associados.

No processo de organização da associação, por exemplo, alguns neorrurais contribuíram de forma significativa para a elaboração do estatuto, a criação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a formalização jurídica da entidade, etapas fundamentais para legitimar a atuação coletiva e ampliar o acesso a políticas públicas e parcerias institucionais. Ao mesmo tempo, os agricultores familiares e os agricultores rural raiz desempenham papel central na manutenção dos saberes produtivos, das práticas culturais e das formas de uso do território que fundamentam as experiências de turismo rural desenvolvidas pela associação.

Nesse sentido, a convivência entre esses três grupos evidencia que o desenvolvimento das iniciativas de turismo rural na Entre Serras resulta da articulação entre diferentes trajetórias, conhecimentos e formas de relação com o território. Enquanto os agricultores familiares e os “Rural Raiz” contribuem para a continuidade dos saberes e práticas tradicionais, os neorrurais colaboram com processos de organização, articulação institucional e inovação. Essa interação demonstra que a diversidade de perfis presentes na associação não constitui um fator de conflito, mas sim um elemento que fortalece a governança territorial e amplia as possibilidades de desenvolvimento local.

Assim, a experiência da Entre Serras revela que o turismo rural pode funcionar como um espaço de encontro entre diferentes formas de viver e produzir no campo, no qual saberes tradicionais, novas iniciativas e distintas trajetórias sociais se articulam para construir estratégias coletivas de permanência e valorização do território rural.

No que se refere a relevância institucional das parcerias estabelecidas pela Entre Serras – Turismo no Meio Rural é expressiva e demonstra o potencial das ações interinstitucionais no fortalecimento do Turismo Rural, não só na associação, como também em Lima Duarte. O SEBRAE tem atuado na capacitação dos produtores, na estruturação de planos de negócios e no estímulo à inovação no campo. O SENAR Minas, em parceria com o Sindicato Rural de Lima Duarte, tem promovido cursos e formações voltados à gestão, à hospitalidade, à segurança alimentar e às boas práticas agrícolas, fortalecendo as bases técnicas e humanas dos associados. A Instância de Governança Regional (IGR), por sua vez, contribui para a integração da Entre

Serras nas políticas regionais de turismo, garantindo representatividade em programas e eventos estaduais.

Já a Prefeitura Municipal de Lima Duarte, por meio da Secretaria de Turismo, tem desempenhado papel relevante na promoção territorial e na valorização do Turismo Rural. A gestão municipal reconhece a Associação Entre Serras como uma iniciativa importante de organização comunitária, destacando-se pela integração de roteiros rurais e pelo fortalecimento da agricultura familiar. Entre as ações já efetivadas pela secretaria estão o apoio à formalização de empreendimentos rurais, a capacitação de produtores em parceria com o Sistema S (SEBRAE, SENAR e SENAC), o incentivo a experiências gastronômicas e culturais, a promoção do Queijo Minas Artesanal e do artesanato local, além do apoio direto à implementação da Rota Ferrovia da Bocaina, em parceria com a EMATER e municípios vizinhos.

Contudo, parte das ações estratégicas ainda está em fase de planejamento e estruturação, como a descentralização efetiva das rotas turísticas, melhoria de estradas, permitindo acesso às propriedades rurais, a padronização da sinalização rural, a criação de um mapa turístico digital que integre trilhas, estradas e propriedades associadas, melhoria dos acessos e conectividade digital nas comunidades; melhoria das linhas de crédito, incentivo à formalização das propriedades no Cadastur, além da necessidade de consolidar uma política municipal contínua de apoio ao Turismo Rural.

Um aspecto central que emerge da articulação entre os resultados teóricos e empíricos desta pesquisa diz respeito à forma como os territórios rurais são integrados às dinâmicas contemporâneas do turismo e da economia. Embora a sustentabilidade seja frequentemente apresentada como um princípio central do Turismo Rural, os dados de campo e a literatura indicam que, na prática, sua aplicação costuma ser condicionada por interesses econômicos, exigências de mercado, políticas de financiamento ou estratégias de competitividade turística. Dessa forma, a sustentabilidade passa a ser mediada pelas lógicas do capital, sendo incorporada mais como um diferencial mercadológico ou instrumento de viabilidade econômica do que como um compromisso estruturante com transformações sociais, ambientais e territoriais de longo prazo. O que torna o território atrativo ao turismo não é apenas sua biodiversidade, seus saberes ou sua paisagem, mas sua capacidade de converter esses elementos em valor econômico. Assim, a sustentabilidade, longe de ser apenas um compromisso ético ou ambiental, também opera como ativo simbólico e mercadológico, mobilizado para diferenciar produtos turísticos e agregar valor às experiências ofertadas

No caso da Associação Entre Serras, essa tensão se manifesta de forma particularmente visível. As tecnologias sociais e as inovações sociais observadas, como o reaproveitamento de estruturas, a valorização dos saberes tradicionais, a criação de experiências sensoriais e educativas, coexistem com a necessidade de gerar renda, atrair visitantes e competir em um mercado turístico cada vez mais saturado. Isso significa que práticas orientadas por valores de cuidado, cooperação e pertencimento territorial são continuamente atravessadas por exigências de visibilidade, diferenciação e comercialização. O risco, nesse contexto, é que elementos que expressam a vida cotidiana e a memória rural passem a ser gradualmente reconfigurados como mercadorias culturais, deslocando seus sentidos originais.

Essa constatação impõe um cuidado analítico fundamental: as tecnologias sociais e as inovações sociais identificadas no Entre Serras não devem ser romantizadas nem tomadas como modelo universal. Embora apresentem forte potencial emancipatório, enraizado na inteligência territorial e na ação coletiva, elas são produzidas em um contexto específico, marcado por relações sociais, históricas e institucionais próprias. Em outros territórios, sob diferentes arranjos de poder, políticas públicas e pressões de mercado, essas mesmas práticas podem assumir significados distintos ou até serem capturadas por lógicas empresariais que enfraqueçam sua dimensão social.

Este estudo representa uma das primeiras investigações acadêmicas sistematizadas sobre a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural, contribuindo para tornar visíveis as dinâmicas sociais, produtivas e organizacionais presentes no território de atuação desta associação. A pesquisa evidenciou que muitos dos desafios enfrentados pelos associados não decorrem apenas de limitações internas do grupo, mas estão diretamente relacionados à insuficiência ou inadequação de políticas públicas voltadas à diversidade de sujeitos que hoje compõem o espaço rural. Nesse contexto, observou-se que categorias como os agricultores que se identificam como “Rural Raiz” profundamente vinculados ao território, mas que nem sempre se enquadram nos critérios institucionais da agricultura familiar, e os neorrurais, que migraram das cidades para o campo trazendo novos repertórios e formas de organização, frequentemente permanecem à margem de instrumentos de apoio e reconhecimento institucional. Ao evidenciar essas realidades, este trabalho contribui para ampliar o entendimento sobre a pluralidade de atores que habitam o meio rural contemporâneo e sinaliza a necessidade de políticas públicas mais sensíveis às especificidades territoriais e às múltiplas trajetórias de vida presentes nesses espaços. Dessa forma, ao sistematizar as experiências da Entre Serras, a pesquisa oferece subsídios que podem auxiliar na formulação de políticas mais inclusivas, capazes de

reconhecer, fortalecer e potencializar iniciativas de inovação social, turismo rural e organização coletiva que emergem dos próprios territórios.

Dessa forma, esta tese não propõe uma leitura idealizada do Turismo Rural nem das inovações e tecnologias sociais nele mobilizadas. Ao contrário, os resultados indicam que o desenvolvimento territorial é sempre um campo de disputas, no qual sustentabilidade, identidade, mercado, política públicas e capital se entrelaçam de maneira contraditória. O que a experiência da Entre Serras revela, contudo, é que, mesmo nesse cenário, as famílias rurais conseguem produzir espaços de autonomia relativa, nos quais os saberes locais, a cooperação e o enraizamento territorial operam como contrapesos às forças de mercantilização. É nessa tensão, entre valorização do território e sua transformação em mercadoria, que se inscrevem as inovações sociais e tecnologias sociais analisadas neste trabalho.

Como toda investigação, esta pesquisa apresenta limitações decorrentes tanto das escolhas metodológicas quanto das especificidades do campo empírico investigado. O recorte dos sujeitos entrevistados privilegiou associados da Associação Entre Serras e representantes de instituições parceiras, o que possibilitou compreender em profundidade as dinâmicas organizativas e relacionais do grupo, mas restringiu a diversidade de perspectivas acerca dos impactos do turismo no território. Pesquisas futuras poderão ampliar a escuta a outros moradores e visitantes, contemplando diferentes perfis sociais, etários e socioeconômicos, de modo a captar com maior amplitude as múltiplas percepções que atravessam a experiência turística rural. Ademais, a opção pelo estudo de caso permitiu uma análise densa das práticas, significados e formas de cooperação construídas no contexto do Entre Serras, porém limita a generalização dos resultados, indicando a relevância de investigações comparativas em outros territórios rurais, marcados por distintos arranjos institucionais, históricos e produtivos.

Essas delimitações, contudo, não reduzem a contribuição analítica da pesquisa; ao contrário, situam o caráter aprofundado e contextual da investigação e evidenciam a pertinência de abordagens qualitativas sensíveis às dinâmicas territoriais. É nesse horizonte que se insere o principal elemento inovador desta tese: a articulação entre os conceitos de inovação social e tecnologia social no campo do Turismo Rural associativo. Ao tomar a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural como laboratório empírico, o estudo demonstra que o turismo rural pode ser compreendido não apenas como estratégia econômica complementar, mas como processo social de inovação, no qual o conhecimento local, a cooperação comunitária e as redes territoriais operam como tecnologias sociais em ação. Ao integrar pluriatividade, multifuncionalidade e governança territorial, a pesquisa avança no debate científico ao propor

uma leitura que evidencia o turismo rural como espaço de produção de novos arranjos sociotécnicos, capazes de fortalecer a autonomia local e reconfigurar as relações entre desenvolvimento, cultura e território.

A pesquisa defende que a perenidade do Turismo Rural depende da capacidade das famílias agricultoras de permanecerem na atividade agropecuária, ao mesmo tempo em que se abrem à diversificação produtiva e comunicacional. Nesse sentido, a tese introduz uma contribuição teórica e prática ao mostrar que o Turismo Rural pode ser um instrumento de coesão social, de fortalecimento identitário e de valorização territorial, desde que não substitua, mas complemente o trabalho na terra.

Quanto às perspectivas para futuras pesquisas, algumas temáticas emergiram com especial relevância e possibilidades de aprofundamento do tema: i) Investigar o uso da Inteligência Artificial (IA) no fortalecimento das redes comunicacionais da Entre Serras. A IA pode ser explorada como tecnologia social acessível, por exemplo, na criação de assistentes virtuais para apoiar a divulgação das propriedades, automatizar postagens nas redes sociais, traduzir conteúdos turísticos para diferentes idiomas e gerar materiais educativos interativos sobre Turismo Rural sustentável. Essa inovação ampliaria a visibilidade digital da associação sem substituir o caráter humano e comunitário de sua comunicação, mas potencializando-o de forma colaborativa; ii) Em continuidade, outra linha de investigação igualmente significativa refere-se ao papel das sementes crioulas na construção de territorialidades sustentáveis e na inovação social no Turismo Rural. As práticas identificadas no campo, como a conservação de variedades tradicionais, trocas informais entre famílias e uso de técnicas agroecológicas, revelam um patrimônio biocultural⁷² ainda pouco estudado no contexto do Turismo Rural. Assim, futuras pesquisas podem especular de que forma as sementes crioulas circulam no território, quais sentidos socioculturais carregam, como contribuem para fortalecer a autonomia agrícola das famílias, soberania alimentar e como podem se integrar a experiências turísticas de caráter educativo. Essa abordagem permitiria compreender se tais práticas configuram uma tecnologia social capaz de promover sustentabilidade, pertencimento e regeneração ecológica na Entre Serras; iii) Outro ponto seria ampliar a análise sobre as formas de inovação social vinculadas à comunicação e ao marketing territorial, especialmente no contexto de organizações que enfrentam a ausência de profissionais especializados, como na associação Entre Serras; iv)

⁷² Patrimônio biocultural refere-se ao conjunto integrado de biodiversidade, conhecimentos tradicionais, práticas culturais, modos de vida e relações simbólicas que comunidades constroem historicamente com seus territórios. Esse conceito reconhece que a diversidade biológica e a diversidade cultural são interdependentes, sendo preservadas por meio dos saberes locais, das práticas produtivas tradicionais e da transmissão intergeracional desses conhecimentos.

Também seria relevante aprofundar estudos sobre a formação e capacitação em hospitalidade rural, explorando como cursos, treinamentos e metodologias participativas podem apoiar as famílias na profissionalização do turismo, sem descaracterizar sua autenticidade. v) Em termos mais amplos, outras pesquisas poderiam explorar como as inovações sociais e tecnológicas rurais podem dialogar com ferramentas digitais emergentes, como plataformas de mapeamento colaborativo, *blockchain agroecológico*⁷³ e *storytelling* imersivo⁷⁴, capazes de documentar, valorizar e comercializar produtos e experiências com maior transparência e identidade territorial.

Conclui-se que, o futuro do Turismo Rural responsável depende da capacidade de articular tradição e inovação, técnica e sensibilidade, natureza e cultura. As experiências da Entre Serras demonstram que o desenvolvimento não está em grandes investimentos, mas na força das redes locais, na criatividade das famílias rurais e na gestão coletiva dos bens comuns., que a Entre Serras configura como um laboratório de governança territorial, onde o associativismo se expressa não apenas na forma jurídica de uma instituição, mas na prática cotidiana da cooperação. A associação torna-se o elo entre diferentes agentes: agricultores, poder público, entidades de ensino e turistas promovendo um modelo de desenvolvimento endógeno, participativo e inovador. Entretanto, as inovações e tecnologias sociais aqui identificadas mostram que o Turismo Rural, quando conduzido com ética, pertencimento e cooperação, não é apenas uma atividade econômica, é um projeto de vida, um modo de resistir e de reinventar o campo com esperança e dignidade.

⁷³ *Blockchain* agroecológico é o uso de uma tecnologia para rastrear e comprovar a produção sustentável de alimentos. Ele cria um registro imutável da origem do produto e das práticas agroecológicas usadas, gerando transparência para o consumidor e valorização justa para o produtor.

⁷⁴ *Storytelling* imersivo é uma narrativa que coloca o público dentro da história, usando tecnologia (como VR) ou ambientes físicos para criar uma experiência sensorial completa onde o espectador vira participante ativo.

REFERÊNCIAS

- ABBAD ANDALOUSSI, A; BURATTIN, A; SLAATS, T; KINDLE, E; WEBER, B. On the declarative paradigm in hybrid business process representations: A conceptual framework and a systematic literature study. **Information Systems**, v. 91, p. 101505, jul. 2020.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- _____. **Muito além da economia verde**. Editora Senac São Paulo, 2012.
- ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Um espaço de vida e encontros**. Santa Catarina, s.d. Disponível em: <https://acolhida.com.br/>. Acesso em: 1 nov. 2025.
- AGÊNCIA MINAS. **Parque Estadual do Ibitipoca bate recordes de visitantes. (05/04/2023)**. Disponível em: https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/parque-estadual-do-ibitipoca-bate-recordes-de-visitantes?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 28/10/2025.
- _____. **Parque Estadual do Ibitipoca amplia número de visitantes diários. (15/07/20219)**. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/parque-estadual-do-ibitipoca-amplia-numero-de-visitantes-diarios>. Acesso: 29/09/2025.
- _____. **Plano de manejo do Parque Estadual da Serra Negra da Mantiqueira é aprovado pelo Copam. (22/04/2025)**. Disponível em: [https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/plano-de-manejo-do-parque-estadual-da-serra-negra-da-mantiqueira-e-aprovado-pelo-copam?](https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/plano-de-manejo-do-parque-estadual-da-serra-negra-da-mantiqueira-e-aprovado-pelo-copam) Acesso em: 01/10/2025.
- AGUEDA, B. **Relações urbano-rurais e desenvolvimentos geográficos desiguais: transformações espaciais nas localidades de Vargem Grande (Teresópolis – RJ) e Barracão dos Mendes (Nova Friburgo – RJ)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 264f, 2019.
- ALBUQUERQUE, L. C. Tecnologias Sociais ou Tecnologias Apropriadas? O resgate de um termo. In: OTTERLOO, A. (Org.). **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social, pp. 15-24, 2009.
- ALENCAR, C. M. M.; MOREIRA, R. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: MOREIRA, R. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 295-316, 2005.
- ALENTEJANO, P. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, pp. 148-173, 1999.
- ALKIER, R.; MILOJICA, V.; ROBLEK, V. **Challenges of the Social Innovation in Tourism**. ToSEE – Tourism in Southern and Eastern Europe, v. 4, p. 1-13, 2017.
- ALMEIDA, J. A. O marketing do Turismo Rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (orgs.). In: **Turismo Rural e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Papirus, 2000, p. 75-84.
- ALMEIDA, D. de. **Lima Duarte, em MG, tem cachoeiras, rios coloridos e “janela do céu”**. G1 – Turismo e Viagem, 12 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/descubra-o-brasil/noticia/2020/12/12/lima-duarte-em-mg-tem-cachoeiras-rios-coloridos-e-janela-do-ceu.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2026

ALVES, J. P. V. **O impacto do marketing territorial no turismo da Região Autónoma da Madeira**. 2021. Dissertação (Mestrado), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. da. **Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado**. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: Agufpel, 2003.

ARCANJO, M. **Patrimônio da Humanidade pela Unesco é celebrado no Palácio da Liberdade**. 09/12/2024. Disponível em: https://www.blogdoarcanjo.com/2024/12/09/queijo-minas-artesanal-patrimonio-da-humanidade-pela-unesco-e-celebrado-no-palacio-da-liberdade/#google_vignette. Acesso em: 28/02/2025.

ASSIS, G. C. de; CAMPOS, R. I. R. de. **Estudo sobre tecnologias sociais e turismo comunitário: o caso da comunidade Coroca, Santarém, PA**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil, 2023.

ASSOCIAÇÃO TRILHA TRANSMANTIQUEIRA. **Setor Serras de Ibitipoca**. (2020). Disponível em: <http://www.trilhatransmantiqueira.org.br/w3/index.php/os-setores/serras-papagaio-ibitipoca/18-serras-de-ibitipoca>. Acesso em: 10/10/2025.

AUTODROMO POTENZA. **Autódromo Potenza Lima Duarte, Minas Gerais**. 27/02/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RhAL6xLpDmo>. Acesso em: 01/10/2025.

AZEVEDO, E. **Neorrurais: os imigrantes da utopia**. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/neorrurais-os-imigrantes-da-utopia/>. Acesso em: 31 out. 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4ª edição. Lisboa, Portugal: Editora 70, 2020.

BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001.

BAUER, G. G. T. **Sobre as origens da questão agrária brasileira**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 3, n. 1. 1998.

BAUMGRATZ, N. **Autódromo Potenza**. (01/09/2021). Disponível em: <https://www.idecia.com.br/2021/09/01/autodromo-potenza>. Acesso em: 01/10/2025.

BICALHO, A.M.S.; HOEFLE, S.W. **O rural como espaço híbrido: Reflexões sobre as novas ruralidades**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 11(2), pp. 69-84, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. Casa Civil. **Lei 11.326**. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 27/05/2023.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Pesquisa vai mapear atividade turística no meio rural**. (05/05/2023b). Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-vai-mapear-atividade-turistica-no-meio-rura>. Acesso: 20/11/2023.

_____. Ministério do Turismo. Portaria MTur nº 25, de 3 de setembro de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/atos-normativos-2/2025/portaria-mtur-no-25-de-3-de-setembro-de-2025>. Acesso em: 31/10/2025.

BRUM, M. “**Jantar mais romântico do mundo**” acontece em gruta de Ibitipoca (MG). Viagem e Turismo, 22 jun. 2025. Disponível em: https://viagemeturismo.abril.com.br/brasil/jantar-mais-romantico-do-mundo-acontece-em-gruta-de-ibitipoca-mg/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29 set. 2025.

BOLETIM de Inteligência de Mercado no Turismo. **Experiências do Turismo Rural**. 7ª edição - dezembro/2020.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila**. Oeiras: Celta Editora, 2002.

CAMPOS, J. L. A.; SILVA, T. C. da; ALBUQUERQUE, U. P. de. **Observação participante e diário de campo: quando utilizar e como analisar?** Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia. 1.ed. Recife: NUPEEA, pp. 95-112, 2021.

CANDIOTTO, L. Z. P. **Pluriatividade**: aspectos históricos e conceituais. Revista Faz Ciência, vol. 9, nº. 10, pp. 191-208, 2007.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. **Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo**. Campo Território: revista de geografia agrária. Uberlândia, v.3, n. 5, p. 214 - 242, 2008.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de Ater**: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Brasília, 2005.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, Nead/UFRJ, 2003.

CARNEIRO M. J. Pluriatividade da agricultura familiares no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S (org.). **A diversidade da Agricultura Familiar**. 2 ed. Porto Alegre: editora UFRGS, pp. 167- 187, 2009.

_____. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. V.6, nº2, 2013.

_____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2006.

CARVALHO, J. J. de. **Espetacularização e canibalização das culturas populares na América Latina**. Antropológicas, v. 21, n. 1, pp. 39-76, 2010.

CARVALHO, K. D. O Turismo rural como alternativa para o desenvolvimento das comunidades de Itamatatiua e Santa Maria em Alcantara, Maranhão (Brasil). Revista Turismo Contemporâneo, Natal, v.6, n.1, p. 20-40, 2018.

CASA DO SOL. **Apresentação**. Disponível em: https://www.facebook.com/CasadosolLopes/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29/09/2025

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 28. ed. Tradução de Ronei de Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, V.1, 2013.

CASTRO, C. N. DE; PEREIRA, C. N. **Agricultura Familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

CIDADE-BRASIL. **Distância entre Lima Duarte e as principais cidades brasileiras**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/distancia-lima-duarte.html>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CISNE, R. **Por um pensar complexo do turismo: o roteiro turístico sob a lógica dos fluxos**. Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade, 2011.

CITY POPULATION. **Lima Duarte**. (2024). Disponível em: https://www.citypopulation.de/en/brazil/regiaosudeste/admin/minas_gerais/3138609_lima_duarte/. Acesso em; 24/02/2024.

CNM. Conselho Nacional de Municípios. RODRIGUES, M. F. L.; COSTA, M. de F.; ROCHA, O. M. **Turismo rural: uma alternativa para o desenvolvimento municipal**. Brasília: CNM, 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. **The LEADER Approach: A Basic Guide**. Bruxelas: Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 19/03/2021. Disponível em: https://ec.europa.eu/enrd/leader-clld_en.html. Acesso em: 30 out. 2025

CONCEIÇÃO, F. C. da. **Multifuncionalidade e Pluriatividade Rural: uma revisão bibliográfica**. Revista Tocantinense de Geografia, Araguaiana, v.10, nº 18, pp. 103 – 112, 2020.

CORDEIRO E CIA. **Sítio Urucum**. Disponível em: <https://www.instagram.com/ajit11178?igsh=MThjaHhremRxMXBweQ==>. Acesso em: 23/11/2025.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática**. 2ed. Coimbra: Almedina, 2018.

CRESTON, H. T. **Turismo e Preservação em Ibitipoca/MG: olhares diversos**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2014.

CRISES - Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. **4 Axes de recherche centrés sur la contribution des innovations sociales à la justice sociale et environnementale**. Disponível em: <https://crises.uqam.ca/recherche/axes-de-recherche/>. Data de acesso: 01/04/2024.

CRUZ, P. M. F. da. **Relação Rural-Urbana no contexto das Novas Ruralidades: uma aproximação teórica**. Anais XVIII ENANPUR, pp. 01- 29, 2019.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

_____. Em direção de uma crítica da tecnologia. In: DAGNINO, R. **Tecnologia Social: ferramentas para construir uma sociedade**. Campinas: IG, Unicampi, pp. 73-112, 2009.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento regional sustentável: conceitos, desafios e práticas**. Chapecó: Argos, 2022.

_____. **Governança Territorial e Desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança**. Ipea. Code, 2011. Anais do I Circuito de debates acadêmicos. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo11.pdf>. Acesso em: 25/10/2025.

_____. **Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: Estrutura, Processo, Forma E Função Na Dinâmica Territorial Do Desenvolvimento.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR. V. 16, N. 2, P. 63-78, mai-ago/2020.

_____. **Abordagem Territorial do Desenvolvimento e o Desafio de um Instrumental Metodológico Multidimensional: Apresentação De Dossiê.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR. V. 18, N. 1, P. 8-12, jan-abr/2022.

_____. **Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática.** *Análise Social*, Lisboa, n. 215, v. L (2.º), p. 304–328, 2015.

_____. **Governança territorial e desenvolvimento regional sustentável: conceitos, desafios e práticas.** Chapecó: Argos, 2022.

DALE, J. o Globo. **Ibiti Projeto, em Minas Gerais, alia hospedagem cinco estrelas a ação socioambiental.** (17/07/2024). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/viagem/noticia/2024/07/17/ibiti-projeto-em-minas-gerais-alia-hospedagem-cinco-estrelas-a-acao-socioambiental.ghtml>. Acesso em: 04/10/2025.

DAMAS, M. T., & BRAMBATTI, L. E. **Estudo de impactos sociais no Turismo, abordados em artigos científicos via periódico Capes.** *Revista de Turismo Contemporâneo*, 7(1), 163-180, 2019.

DELGADO, N. G; GRISA, C. **Governança Territorial, Dinâmica Institucional e Protagonismo Social Territorial: Revisitando um Percurso Metodológico seguido pelo Oppa/CPDA no marco dos Estudos Territoriais.** In: Centro de Pesquisa em Gestão, Inovação e Sustentabilidade da Universidade de Brasília. **Território e Desenvolvimento Rural, fomos além do agrícola?** Brasília: Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade, v. 1, n. 1, 2015.

DUÉK, A. **Viajar Verde. Ibiti Projeto: um refúgio de luxo, bem-estar e turismo regenerativo em Ibitipoca.** (06/06/2023). Disponível em: <https://viajarverde.com.br/ibiti-projeto-um-refugio-de-luxo-bem-estar-e-turismo-regenerativo-em-ibitipoca/>. Acesso em: 05 out. 2025.

DUTRA, R.; SOUZA, M. **Cerrado, Revolução Verde e a evolução no consumo de agrotóxicos.** *Sociedade & Natureza*. n.º 29, pp. 473-488, 2017.

DUARTE, D.C; PEREIRA, A.D. **O papel da mulher no turismo rural: um estudo no circuito Rajadinha de Planaltina – Distrito Federal.** *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 3, pp. 81-103, set./dez. 2018.

EÇA, A. **Como é se hospedar no Ibiti projeto.** *The Traveller*. (2025). Disponível em: <https://thetraveller.com.br/como-e-se-hospedar-no-ibiti-projeto/>. Data de Acesso: 04/10/2025.

ECOS. **Sustentabilidade no Turismo – Princípios, desafios e benefícios.** 27/07/2024. Disponível em: <https://123ecos.com.br/docs/sustentabilidade-no-turismo/>. Acesso em: 10/04/2025.

EMATER MG. **É do Campo.** (2025a). Disponível em: <https://www.edocampo.com.br/queijos/queijos-artesanais>. Acesso em; 14/11/2025.

_____. **É do Campo.** (2025b). Disponível em: <https://www.edocampo.com.br/turismo-rural>. Acesso: 14/11/2025.

EMBRAPA. **Módulos Fiscais.** Informações baseadas no INCRA. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 24.10.2025.

ENTRE SERRAS – TURISMO NO MEIO RURAL. **Entre Serras no meio rural.** (03/08/2018). Disponível em:

https://www.facebook.com/entreserraturismorural/?locale=pt_BR. Acesso: 26/09/2023.

ESCALADAS. **Falésias de Orvalho.** (21/03/2019). Disponível em:

<https://www.escaladas.com.br/local/id/227/Fal%C3%A9sia%20de%20Orvalho> . Acesso em: 01/10/2025.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **Orvalho, município de Lima Duarte, MG.** (09/05/2020). Disponível em:

http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_ramais/orvalho.htm. Acesso em: 29/09/2029.

ESTATUTO SOCIAL ENTRE SERRAS TURISMO NO MEIO RURAL. Registrado no cartório Raul Fonseca – Lima Duarte, Livro A-N-8, registro 222, pessoa jurídica, Folhas 135 a 138, 12/03/2021.

FAVARETO, A.; BERDÉGUÉ, J. **Mudanças globais e locais:** implicações para o futuro do enfoque territorial do desenvolvimento rural na América Latina. In: VALENCIA PERAFÁN, M. E.; GRISA, C.; TARTARUGA, I. P.; MIRANDA, C. R. (orgs.). *Gestão e dinâmicas em desenvolvimento territorial*. Brasília: Editora CRV, p. 89–118, 2019.

FAVARETO, A.; PERAFÁN, M. V.; FAVARETO, A. Juventudes rurais: o que diz a literatura e algumas questões para uma agenda de pesquisas e de políticas. **Raízes:** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 44, 2024.

FAVARETO, A *et al.* **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil:** avanços e desafios. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), v.12, 2010.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

_____. A longa evolução da relação rural–urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Ruris**, Campinas, v. 1, n. 1, pp. 157–190, mar. 2007.

FAZENDA PORTEIRA DE CHAVE. **Grutas da Mineração.** Disponível em: <https://www.instagram.com/fazendaporteiradechave?igsh=eDZ5b3N4dTc3aGN0>. Acesso em: 25/11/2025.

_____. **Horta Orgânica.** Disponível em: <https://www.instagram.com/fazendaporteiradechave?igsh=eDZ5b3N4dTc3aGN0>. Acesso em: 25/11/2025.

_____. **Produtos feitos na Roça:** café da manhã e almoço. Disponível em: <https://www.instagram.com/fazendaporteiradechave?igsh=eDZ5b3N4dTc3aGN0>. Acesso em: 25/11/2025.

_____. **Pesque Pague.** Disponível em: <https://www.instagram.com/fazendaporteiradechave?igsh=eDZ5b3N4dTc3aGN0>. Acesso em: 25/11/2025.

FERREIRA, A. C. MILAGRES, L. (11/06/2024). **Mapa do Queijo:** conheça a rota das iguarias que passa por 15 regiões do estado. G1 Minas, Belo Horizonte. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/06/11/mapa-do-queijo-conhecaa-rota-das-iguarias-que-passa-por-15-regioes-do-estado.ghtml> . Acesso em: 21/03/2025.

FERREIRO, M. DE F. SOUSA, C.; SHEIKH, F. A.; NOVIKOVA, M. **Social innovation and rural territories:** Exploring invisible contexts and actors in Portugal and India. Holanda: Elsevier BV; Vol. 99; pp. 204-212, 2023.

FLORIANO, M. Tribuna de Minas. **Com quatro portarias, Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira promete fomentar ecoturismo na região.** Juiz de Fora, (14/05/2024). Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/regiao/14-05-2024/parque-estadual-serra-negra-da-mantiqueira.html>. Acesso em: 01/10/2025.

FOGAÇA, I. de F. Identificando as ruralidades e urbanidades presentes na área de influência do PETRA (bairro da serra): turismo e cotidiano. In: **Estudos Agrários: conceitos e práticas**: Rio Claro: IGCE/UNESP, Pós-graduação e Geografia, p. 171-186, 2009.

GALVÃO, P. L. A.; CASTRO, C.A.T.; MARQUES, P.C.L. **Multifuncionalidade no espaço rural brasileiro**: o turismo na região vinícola do Vale do São Francisco. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.11, n.2, p.179-205, mai/jul 2018.

GALVÃO, T. F., TIGUMAN, G.M.B., SARKIS-ONOFRE, R. (tradutores). **A declaração PRISMA 2020**: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. Epidemiologia e Serviços de Saúde. Brasília, 31(2):e2022364, 2022.

GEVEHR, D. L.; BERTI, F. **Gentrificação**: uma discussão conceitual. Revista Políticas Públicas & Cidades, v.5, n.1, p.85 – 107, jan. /Jul. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMEZ-CARRETO, T.; ESCOBAR, J. A. Z.; CUEVAS, L. A. G.; ALBORES, A. C. C. **Innovación social, turismo rural y empresas sociales**. Evidencias desde el Sur-Sureste de México. *Revista Viaje Sostenible*, Toluca, n.º 34, jan./jun. 2018.

GONÇALVES, A. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, R. (ed.). **Qualidade de vida e políticas públicas**: saúde, lazer e atividade física. Campinas: IPES Editorial, pp. 17-27. 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. DEL GROSSI, M. **O novo mundo rural brasileiro**. 2000, Disponível em: www.eco.unicamp.br. Data de acesso: 30/03/2024.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 3, 2002, Santa Cruz do Sul. Anais. **O rural, como nova opção para o turismo**. Santa Maria - RS: Ed. EDUNISC, p. 107-112, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2002. (Coleção Pesquisas, 1). Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 31 out. 2025.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. [informar página inicial-final se disponível], dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300005>. Acesso em: [data de acesso].

GUIA DA ESTRADA REAL. **História de Lima Duarte**. 2019. Disponível em: <https://guiadaestrada.com.br/listings/historia-de-lima-duarte/>. Acesso em: 24/02/2025.

GURZA LAVALLE, A. (2020). **Engajamento e participação (Glossário)**. Nexo Jornal. 24Jul 2020. Disponível: <https://pp.nexojournal.com.br/glossario/Engajamento-e-participacao%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 28/01/2025.

GUSSO, D. (2023). **O que é Associativismo**. IPEA, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370099987_O_QUE_E_ASSOCIATIVISMO. Acesso: 28/01/2025.

HUMBOLDT, A. Von. **Cosmos**: esboço de uma descrição física do mundo. São Paulo: Edusp, 2010.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE @ Cidades. Duarte - MG - Panorama**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lima-duarte/panorama>. Acesso: 25/06/2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Lima Duarte: Panorama**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lima-duarte/panorama>. Acesso em: 24/02/2025.

IBITIPOCA TUR. **Visita na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição**. (2025). Disponível em: <https://www.ibitipoca.tur.br/roteiros/visita-igreja-matriz/>. Acesso em: 29/09/2025.

IBITIPOCANDO. **Atrativos turísticos do Parque Estadual de Ibitipoca – Lima Duarte, MG**. Disponível em: <https://www.ibitipocando.com.br/o-parque>. Acesso em: 02/05/2025.

IBITI AÇU. **Rapel e Cascading**. Disponível em: <https://www.ibitiacu.com/single-post/rapel>. Acesso em: 01/10/2025.

IBITI PROJETO. **Passos que conectam história e natureza**. (2024). Disponível em: https://ibiti.com/nossa-historia/?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 29/09/2025.

_____. **Celebrações e Eventos**. Disponível em: https://ibiti.com/celebracoes-e-eventos/programacao-especial-ibiti/?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 29/09/2025e.

_____. *Guia de Vivências – Visita ao Mogol (Ibiti Village)*. Disponível em: <https://ibiti.com/guia-de-vivencias/visita-ao-mogol-ibiti-village>. Acesso em: 04/10/2025a.

_____. *Mogol: de onde vem o nome da vila mineira*. Disponível em: <https://ibiti.com/mogol-de-onde-vem-o-nome-da-vila-mineira>. Acesso em: 04/10/2025.

_____. **Hospedagem Village**. Disponível em: <https://ibiti.com/ibiti-village/hospedagem/>. Acesso em: 04/10/2025b.

_____. **Gastronomia Village**. Disponível em: <https://ibiti.com/ibiti-village/gastronomia/>. Acesso em: 04/10/2025d.

_____. **Oca do Ibiti: Tradição, cultura e natureza em harmonia**. (03/04/2025). Disponível em: <https://ibiti.com/oca-do-ibiti-tradicao-cultura-e-natureza-em-harmonia/>. Acesso em 04/10/2025c.

_____. **Projetos socioambientais**. Disponível em: <https://ibiti.com/projetos-socioambientais/#comuniversidade>. Acesso em: 13/11/2025f.

IEF – INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Parque Estadual do Ibitipoca celebra 43 anos de criação**. (04/07/2026). Disponível em: <https://ief.mg.gov.br/w/parque-estadual-do-ibitipoca-celebra-43-anos-de-criacao>. Disponível em: 10/10/2025.

IGR – INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL. **Roteiros**. Disponível em: <https://circuitoserrasdeibitipoca.com.br/roteiros/> . Acesso em: 10/10/2025.

IMPERATRIZ-FONSECA, V. L., CANHOS, D. A. L., ALVES, D. A., & SARAIVA, A. M. **Polinizadores no Brasil**: Contribuição e perspectivas para a biodiversidade, uso sustentável, conservação e serviços ambientais. EDUSP, 2012.

INESLEBUHAN. Viagem e Turismo. **Lima Duarte, em MG, tem cachoeiras, rios coloridos e Janela do Céu.** (12/12/2020). Disponível em: <https://ineslebuhan.com/arquivos/9915>. Acesso em: 06/10/2025.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF. **Plano de Manejo do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira.** Belo Horizonte: IEF, 2025. Disponível em: <https://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/reunioes/uploads/IpIf3k8PKEcJQx5wC0FsweUKvcNatopn.pdf>? Data de acesso: 01/10/2025.

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. IRVING, Marta. In: **Crise civilizatória e colapso ambiental: aula magna do MPGAP propõe novos caminhos para políticas públicas.** (18/08/2025). Disponível em: <https://www.gov.br/inpa/pt-br/assuntos/noticias/2025/crise-civilizatoria-e-colapso-ambiental-aula-magna-do-mpgap-propoe-novos-caminhos-para-politicas-publicas>. Acesso em: 29/09/2025.

IPATRIMONIO. **Lima Duarte – Igreja de Nossa Senhora do Rosário.** Data de acesso: <https://www.ipatrimonio.org/lima-duarte-igreja-de-nossa-senhora-do-rosario/#!/map=38329&loc=-21.838073999999995,-43.79171100000001,17>. Acesso em: 28/02/2025.

IRVING, M. de A.; LIMA, M. A. G de; NASRI, Y. X. G. **Turismo e áreas protegidas: tendências globais e desafios para a integração de políticas públicas.** Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia, n. 54, 2022.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/109096/1/DESENVOLVIMENTO-RURAL.pdf>. Acesso em: 31 out. 2025.

KAYSER, B. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental.** Paris: Armand Colin, 1990.

KLEINÜBING, T.; KLEINÜBING, N. V.; SILVÉRIO, D. **Uma proposta de lazer como tecnologia social na promoção do turismo rural de base comunitária para pessoas com deficiência.** Revista Campo da História, v. 1, pp. 171-183, 2024.

LANE, B. Turismo rural de segunda geração: prioridades e questões de pesquisa. Turismo rural: antecedentes. In: Cristovão, A. et al. (Orgs.). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 15-48, 2014.

LD & CIA. **Lima Duarte e seus distritos.** 04/06/2024. Disponível em: <https://www.idecia.com.br/2024/06/04/lima-duarte-e-seus-distritos/>. Acesso em: 24/02/2025.

LÉFÈBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O fim da história.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

_____. **Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire.** Le Monde Diplomatique. 1989. Disponível em: <https://www.mondediplomatique.fr/1989/05/LEFEBVRE/41710>. Acesso em: 23 jul. 2024.

_____. L'urbain. In: **Le retour de la dialectique: douze mots clefs pour le monde moderne.** Paris: Messidor/Éditions Sociales, pp. 159-173. Tradução de Margarida Maria de Andrade, 1986.

LICO E LARI. **Cachoeira do Arco-íris: passeio em Lima Duarte.** (07/09/2017). Disponível em: <https://casaldemochilao.com.br/cachoeira-do-arco-iris-lima-duarte/>. Acesso: 10/10/2025.

LIMA, T. V. de *et al.* Gestão de empreendimentos da agricultura familiar: estudo de caso da aplicação de ferramenta econômico-financeira na Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Olhos de Águia – Rio Preto da Eva-AM. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, Curitiba, v. 10, n. 5, p. 1-21, 2024.

LIMA DUARTE. **A Serra da Mantiqueira integra o bioma Mata Atlântica, e guarda diversos ecossistemas específicos.** (2025). Disponível em: <https://limaduarte.tur.br/?> Acesso em: 29/09/2025.

LÜCHMANN, L. H. H. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, V. 29, N. 85, 2014.

LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C.; TABORDA, L do R. **Associativismo no Brasil Contemporâneo: dimensões institucionais e individuais.** Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 17 - Nº 40, 2019.

MACHADO, A. F., DE OLIVEIRA, M. L., & DE FARIA, A. L. **The Role of Women From Entre Serras: Tradition, Responsible Production, and Leadership at Sitio Primavera and Paiol Velho.** In B. Sousa (Ed.), *Cross-Border Regions Cooperation and Implications for Organizations.* IGI Global Scientific Publishing, pp. 243-270, 2025. <https://doi.org/10.4018/979-8-3373-1912-4.ch009>

MACHADO, A. F., DE OLIVEIRA, M. L., DE FARIA, A. L., RABELLO DA COSTA, R. F., PEREIRA, S. N., & DOS REIS, J. D. **The Role of Bees in Food Security and Honey Tourism: The Case of Bee Nectar at Reserva Andirá, Lima Duarte, MG- Brazil.** In L. Arantes & B. Sousa (Eds.), *Petfluencers and Pet-Powered Branding.* Global Scientific Publishing, pp. 243-272, 2026. <https://doi.org/10.4018/979-8-3373-4342-6.ch010>

MACHADO, A. F., DE OLIVEIRA, M. L., & DE FARIA, A. L. (2025). **Social Innovation Through Rural Tourism and Its Benefits for Entre Serras, Lima Duarte – MG, Brazil: A Perspective From the Border Areas of the Territory.** In B. Sousa (Ed.), *Cross-Border Regions Cooperation and Implications for Organizations.* IGI Global Scientific Publishing, pp. 339-366, 2025b. <https://doi.org/10.4018/979-8-3373-1912-4.ch012>

MACHADO, A. F., DE OLIVEIRA, M. L., DE FARIA, A. L., RABELLO DA COSTA, R. F., PEREIRA, S. N., & DOS REIS, J. D. **Sustainable Tourism Events in Rural Areas: A Case Study of the Entre Serras – Rural Tourism Association in Lima Duarte, Minas Gerais, Brazil.** KUMAR, 2025.

MACHADO, A. F., OLIVEIRA, M. L. R. DE.; NASRI, Y. X. G., & FARIA, A. L. L. DE. **Inovação social e turismo pedagógico no meio rural: benefícios das aulas experienciais no caso da Associação Entre Serras (Lima Duarte, MG, Brasil).** Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET), Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 1–13, jan./dez. 2025b.

MARMON, T. **Conheça Lima Duarte: muito além de Ibitipoca.** 2021. Disponível em: <https://youtu.be/Vc3wzc7vC7g>. Acesso em: 27/02/2025.

MARQUES NETO, R; ZAIDAN, R. T.; MENON JR. W.; MOURA, A. B. A. P. de. **Estrutura e dinâmica da paisagem no município de Lima Duarte (MG): uma abordagem geocológica.** Caminhos de Geografia Uberlândia v. 15, n. 52, p. 134–150, 2014.

MARQUES, P. E. M.; LUCAS, A. de. **Para abordar o fenômeno dos neorrurais no Brasil.** (10/11/2020). Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/para-abordar-o-fenomeno-dos-neorrurais-no-brasil/>. Acesso em: 23/10/2025.

MARQUES NETO, R. **Campos da zona da mata: fatores zonais e azonais na composição fitogeográfica do município de Lima Duarte-MG**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 1, pp. 198-216, 2017.

MARTINS, L. M.; SANTOS, C.A.J. **Gestão de destinos, tecnologia social e inovação: conexão e construção para o turismo**. Cenário – Revista Interdisciplinar em Turismo e Território, Universidade de Brasília, DF, (10)2, 2023.

MARTINS, J. DE S. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo. Editoria da Universidade de São Paulo, 2000.

MARTINS, S. F. **Turismo, gentrificação urbana e (des)alojamento local na cidade de Lisboa – Portugal**. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 23, e39, 2019. DOI: 10.5902/2236499437424. ISSN 2236-4994

MASSEY, D. **Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações**. GEOgraphia. v. 6, n. 12, pp. 7-23, 2004.

MATTEI, L. **A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre a pluriatividade e desenvolvimento rural**. Anais do XLIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, 2005.

IBITI AÇU. Rapel e Cascading. Disponível em: <https://www.ibitiacu.com/single-post/rappel>. Acesso em: 01/10/2025.

MEDEIROS, L. **Lima Duarte, em MG, tem cachoeiras, rios coloridos e ‘janela do céu’**. (18/01/2021). Disponível em: <https://lazaromedeiros.com.br/viagens/lima-duarte-em-mg-tem-cachoeiras-rios-coloridos-e-janela-do-ceu>. Acesso em: 01/10/2025.

MEDEIROS, C. B.; GALVÃO, C. E. de; CORREIA, S.; GOMEZ, C.; CASTILLO, L. **Inovação social além da tecnologia social: construções em discussão**. *RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia*. Joaçaba, v. 3, pp. 957-982, set./dez. 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAS GERAIS. Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). (26/03/2020a). Portaria IMA nº 1969 de 26 de março de 2020, que dispõe sobre a produção de Queijo Minas Artesanal - **QMA em queijarias e entrepostos localizados dentro de microrregiões definidas e para as demais regiões do Estado, caracterizadas ou não como produtora de Queijo Minas Artesanal - QMA**. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.ima.mg.gov.br/institucional/portarias/1819-portarias/1965-portariasano-2020>. Acesso em; 21/03/2025.

MINAS GERAIS. Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). (26/03/2020b). Portaria IMA Nº 1985, de 16 de junho de 2020. **Identifica a região da Mantiqueira como produtora do Queijo Artesanal Mantiqueira de Minas**. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.ima.mg.gov.br/institucional/portarias/1819-portarias/1965-portariasano-2020>. Acesso em; 21/03/2025.

MINAS GERAIS. **Parque Estadual de Ibitipoca**. Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/lima-duarte/parques/parque-estadual-do-ibitipoca?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 28/10/2025a.

_____. **Serra da Rancharia 4x4**. (2025). Disponível em: <https://minasgerais.com.br/pt/roteiros/serra-de-rancharia-4x4>. Acesso em: 29/09/2025b.

_____. **Cachoeira do Cedro.** (2025). Disponível em: https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/lima-duarte/cachoeira/cachoeira-do-cedro?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29/09/2029c.

_____. **Serra do Cruz.** Disponível em: <https://minasgerais.com.br/pt/atracoes/olaria/serra-do-cruz?Acesso> em: 01/10/2025d.

_____. **Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira.** (2025). Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/roteiros/parque-estadual-serra-negra-da-mantiqueira?> Data de acesso: 01/10/2025e.

_____. **Pico do Pão de Angu.** (2025). Disponível em: <https://minasgerais.com.br/pt/atracoes/lima-duarte/natureza/pico-do-pao-de-angu>. Acesso: 04/10/2025f.

_____. **Complexo das Cachoeiras do Arco Íris – Serra de Lima Duarte.** (2017). Disponível em: <https://minasgerais.com.br/pt/roteiros/complexo-das-cachoeiras-do-arco-iris-serra-de-lima-duarte>. Acesso em: 10/10/2025.

MORAES, E. A. de; ROSA, A. B. de M.; MENDONÇA, T. C. de M.; ANDRADE, T. de L. Turismo de Base Comunitária e Reforma Agrária: aproximações e experiências em Assentamentos Rurais no Brasil. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 15, n. 2, e15209, 2025.

MORAIS, D de C.; LOPES, S. O.; PRIORE, S. E.. **Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2687-2700, 2020.

MOREIRA, R. J.. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 39–52, out. 2000.

MULGAN, G.; SIMÃO, S.; PULFORD, L. **Estudo sobre Inovação Social para o Bureau, Conselheiros de Política Europeia.** Fundação Jovem, 2011.

MURIQUI WEEKEND. **Ritual da Lua e Muriqui Sounds.** (2025). Disponível em: https://www.muriquisounds.com/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29/09/2025.

NAGY, K. **Possibilidades de Inovação Social no Turismo: Melhores Práticas Internacionais e Potenciais Nacionais.** SSRN, 2019.

NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas.** (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NAVARRO, Z. S. de; CAMPOS, S. A **“pequena produção rural” no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro.** *Revista de Extensão e Estudos Rurais* V. 3, N. 1, p. 25-92, 2014.

NEUMEIER, S. **Social innovation in rural development: identifying the key factors of success.** Wiley; *The Geographical Journal*, 183 (1), pp. 34-36, 2017.

NOVAES, H.; DIAS, R. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. **Tecnologia Social: ferramentas para construir uma sociedade.** Campinas: IG, Unicampi, pp. 17-53, 2009.

NUMMER, A. R.; GARCIA, M. da G. M.; RODELA, L. G.; OLIVEIRA, J. C. L. de; BELCAVELO, R. **Potencial geoturístico do Parque Estadual da Serra do Ibitipoca, Sudeste**

do Estado de Minas Gerais. Anuário do Instituto de Geociências. UFRJ, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 112–122, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/273563958>. Acesso em: 2 maio 2025.

OLIVEIRA, D. DE.; FERRARIN, A. V.; GRZYBOVSKI, D. **Inovação social rural em práticas de economia solidária no coletivo Cooptar no Sul do Brasil.** FGV: Cad. EBAPE.BR, v. 22, nº 3, Rio de Janeiro, pp. 3-15, 2024.

OLIVEIRA, N.D. A; SILVA, T.N. **Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no CREDITAG-RO** Rev. Adm.UFSM, Santa Maria, v. 2, maio./agosto. 2012, p. 277-295.

OLIVEIRA, S. P. P., MARTINS, J. M., NOGUEIRA, C. H. N., VALEL, R. C., & DO. (2018). **Características físico-químicas de queijo minas artesanal do Serro fabricados com pingo e com rala.** Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, 73(4), 235–244.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/turismo-responsavel/TurismoeosObjetivosdeDesenvolvimentoSustentvel.PDF>. Acesso em: 10/04/2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU aponta conectividade como resposta para o desenvolvimento em áreas rurais.** Brasília: Nações Unidas Brasil, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/127262-onu-aponta-conectividade-como-resposta-para-o-desenvolvimento-em-%C3%A1reas-rurais>. Acesso em: 11 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Infraestrutura é maior risco enfrentado pelo setor agropecuário brasileiro, diz Banco Mundial.** Brasília: Nações Unidas Brasil, 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/73419-infraestrutura-%C3%A9-maior-risco-enfrentado-pelo-setor-agropecu%C3%A1rio-brasileiro-diz-banco-mundial>. Acesso em: 11 mar. 2026.

OPAS - Organização Pan- Americana de Saúde. **Revisão sistemática e metanálise: orientações para indexações de acordo com a metodologia LILACS.** Nota técnica, nº4, 2021. Disponível em: <https://lilacs.bvsalud.org/guias-e-manuais/wp-content/uploads/2022/06/Versao-PDF-Revisao-sistematica-e-metanalise.pdf>. Acesso em: 12/02/2025.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OUTDOORACTIVE. **Falésias de Orvalho.** Disponível em: <https://www.outdooractive.pt/pt/climbingspot/zona-de-escalada/falesia-de-orvalho/254384792/?> . Acesso em: 01/10/2025.

PADRON, K. **Tips and Tricks for Backward and Forward Reference Searching.** Florida Atlantic University, 12/09/2024. Disponível em: <https://libguides.fau.edu/c.php?g=325509&p=2182112>. Acesso em: 09/04/2025.

PAODEANGU. **Refúgio Pão de Angu.** Disponível em: <https://www.instagram.com/paodeangu?igsh=dDJwdGVycmd3Y211>. Acesso em: 25/11/2025.

PAGE, M. J; MCKENZIE, J.E; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C.; MULROW, C. D., et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** *BMJ*, 372 (71), 2021.

PARQUE ESTADUAL DE IBITIPOCA. **Produtos.** Disponível em: <https://parquedoibitipoca.com.br/loja/?bookingagency=8107>. Acesso em: 29/09/2025.

PATO, L. **A construção e desenvolvimento do turismo no espaço rural em Portugal: o papel da administração central em seus conteúdos.** *Turismo em Análise*, v. 4, pág. 919-932, 2015.

PATRIMÔNIO CULTURAL DE LIMA DUARTE. **Informe Histórico das Imaginárias e Alfaias da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores de Lima Duarte.** Disponível em: <https://patrimonioculturaldelimaduarte.blogspot.com/p/igreja-matriz-de-lima-duarte.html>. Acesso em: 28/02/2025.

_____. **Estações Ferroviária de Lima Duarte e Orvalho.** (2012). Disponível em: <https://patrimonioculturaldelimaduarte.blogspot.com/p/estacao-ferroviaria-de-orvalho.html>. Acesso em: 30/09/2025.

PEREIRA, J. B. **Aspectos legais sobre associações no Brasil.** 28/01/2025. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/112662/aspectos-legais-sobre-associacoes-no-brasil>. Acesso em: 28/01/2025.

PAULA, D. G. de. **O uso do Instagram na Promoção do Turismo Rural: Estratégias utilizadas pela Associação Entre Serras Turismo no Meio Rural.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo). Departamento de Turismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

PENA, J. de O. Tecnologia Social e desenvolvimento rural. In: OTTERLOO, A. (Org.). **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade.** Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social, pp. 195-201, 2009.

PEREIRA, M. G, GALVÃO, T. F. **Etapas de busca e seleção de artigos em revisões sistemáticas da literatura.** *Epidemiologia Serviços de Saúde*; 23(2), pp 369-371, 2014.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. **Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida.** Santa Cruz do Sul: Redes. *Revista de Desenvolvimento Regional*, vol. 17, n°2, maio-agosto, p. 117-135, 2012.

PETARLY, R. R. **Meios de vida das famílias rurais: um estudo da influência das políticas públicas de inclusão produtiva na divisão sexual do trabalho rural.** 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2021.

PIRAUX, M. **Governança Territorial e Comuns: Nova Perspectiva para a governança colaborativa.** *Desenvolvimento em Questão*. Editora Unijuí, Ano 22, n. 61, Edição Especial, 2024.

PIRAUX, M; PERAFÁN, M. E. V.; CANNIELLO, M.; ROCHA, B. N. **Avaliar a gestão social na governança territorial: bricolagem, aprendizagem e hibridação na construção do Índice de Gestão Social (IGS).** *Redes*, v. 25, n. 3, p. 1071–1095, 2020.

PIRAUX, M.; CANIELLO, M. **Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil.** *Revista Raízes*, Campina Grande, v°39, n°2, julho/dez., 2019.

PLOEG, J.D.; VAN DER, Y. E, J., SCHNEIDER, S. Desenvolvimento rural através da construção de novos mercados aninhados: perspectivas comparativas da China, Brasil e União Europeia. *Journal of Peasant Studies*, 35(3), pp.133-143, 2008.

POTTER, R.; UNWIN, T. **Urban-rural interaction - physical form and political process in the Thrid World.** Cities. Vol. 12-1. pp.67-73. 1995.

POZZEBONA, M.; SOUZA, A. C.; SALDANHA, F. P.; BAGATTOLLI, C. **Tecnologia Social: uma introdução à pesquisa, à prática e a um outro futuro.** Organizações & Sociedade, v. 32, n. 112, p. 001-017, 2025.

PREFEITURA DE LIMA DUARTE. **Decreto nº 05/1997, dispõe sobre o tombamento de bens culturais do município de Lima Duarte.** Disponível em: <https://patrimonioculturaldelimaduarte.blogspot.com/p/estacao-ferroviaria-de-orvalho.html?> Acesso: 29/09/2029.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community.** New York: Simon & Schuster, 2000.

RÁDIO CATEDRAL. **Comunidade São José dos Lopes, em Lima Duarte, comemora 100 anos de fundação e evangelização.** (13/03/2020). Disponível em: https://www.radiocatedraljf.com.br/post/comunidade-s%C3%A3o-jos%C3%A9-dos-lobes-em-lima-duarte-comemora-100-anos-de-funda%C3%A7%C3%A3o-e-evangeliza%C3%A7%C3%A3o?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 29/09/2025.

RAGAUSKAITĖ, A.; E ŽUKOVSKIS, J. **Creation of Social Innovation in Rural Areas.** Lituânia, Research For Rural Development, volume 2, pp. 195-201, 2019.

REDE IBITIPOCA. **Início.** Disponível em: <https://www.redeibitipoca.com/limaduarte>. Acesso: 26/09/2023.

REIS, F. **Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha.** Lisboa - Portugal: Pactor - Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, 2010.

RELATÓRIO ESPECIAL. **O LEADER e o desenvolvimento local de base comunitária facilitam a participação local, mas os benefícios adicionais não estão suficientemente demonstrados.** Portugal, 2022. Disponível em: https://www.eca.europa.eu/lists/ecadocuments/sr22_10/sr_leader_pt.pdf. Acesso em: 14/02/2025.

REY-VALETTE, H.; CHIA, E.; MATHÉ, S.; MICHEL, L.t; NOUGAREDES, B.; SOULARD, C.; GUILHENEUF, P. **Como analisar a governança territorial?** Mise à l'épreuve d'une grille de lecture. Géographie, Économie, Société, v. 16, n. 1, p. 65–89, 2014.

REY-VALETTE, H; MATHÉ, S. **L'évaluation de la gouvernance territoriale: enjeux et propositions méthodologiques.** Revue d'Économie Régionale et Urbaine, v. 5, p. 783–804, 2012

RIBEIRO, G. C.; MONDO, T.S. **Pluriatividade Rural: a percepção de agricultores de Lages, Santa Catarina, sobre a oferta de hospedagem.** Turismo e Sociedade. v. 12, n. 2, p. 23-44, 2019.

RIBEIRO, T. F. **Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil.** Revista de Direito da Cidades. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1334–1356, 2018.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J.A.S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H.M. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** São Paulo, Atlas, 2012.

ROBINSON, M.; NOVELLI, M. *Niche tourism: an introduction*. In Novelli, M. (Ed.), *Niche tourism: Contemporary issues, trends and cases*. Oxford: Elsevier, pp. 1-11, 2005.

RODRIGUES, L.C. **Turismo em espaços urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano**. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, Vol. 5, Número Especial, pp. 81-104, abr. 2015.

RODRIGUES, A. B. **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROLA, M.; MALHEIRO, A.; SOUSA, B. O papel da imagem dos eventos culturais na construção da marca de um destino turístico: O caso do evento “Braga Romana”. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, n. 33, p. 1-21, 2018. DOI: 10.18089/DAMeJ.2018.33.1.

RONSINI, V. M.; REBELLATO, M. **A formação da identidade de classe de agricultores familiares: uma articulação teórica entre o consumo de mídia e a participação no movimento social de Economia Solidária**. *Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Regional*, v. 26, 2021. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/15747>. Acesso em: 23 out. 2025.

ROTEIRO DE CHARME. **Guia completo: 72 hotéis e pousadas mais charmosas de todo o Brasil**. (2026). Disponível em: <https://europanet.com.br/digital/roteiroscharme26/>. Acesso em: 12/11/2025.

RUA, J. No estado do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Orgs.). **O Espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, pp. 443- 486, 2017.

RUA, J; AGUEDA, B. C.; SIMONI, J. C. de. **Urbanidade, Urbanidades no Rural e Multidimensionalidade do Espaço: tecendo algumas reflexões sobre as relações Urbano-Rurais**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 11, N.1, pp. 153-170, 2021.

RUSCHMANN, D. (2016). **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Papirus editora, 2016.

SABOURIN, E. **Politiques de développement rural territorial au Brésil: entre participation et clientélisme**. *Esprit Critique: Revue Internationale de Sociologie et de Sciences sociales*, Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), Pays-de-la-Loire, Clientélisme et Action publique, 21 (1), pp.129-147, 2015.

_____. **Clientelismo e participação nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(4), 2020.

_____. **Políticas de desenvolvimento rural e governança territorial na América Latina**. In: BERDÉGUÉ, J.; FAVARETO, A. (orgs.). *Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe 2030*. Santiago do Chile: FAO, 2019. p. 33–54.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SALACHE, L. A.; KLANOVICZ, J.; KLANOVICZ, L. R. F.; LOZECKYI, J.; SALACHE, C. F. **Um Debate Teórico Sobre a Atuação dos Neorrurais em Atividades Sustentáveis: o caminho inverso dos movimentos migratórios**. *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, v. 5, n. 1, 29 set. 2021.

SALDAÑA, J. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. 2ed. Los Angeles: Sage Publications, 2013.

SANTO, A. L., & ANDION, M. C. **Inovação social rural: aprendizados em uma experiência brasileira.** In Anais do 46º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Maringá, PR, Brasil, 2022.

SANTOS, S. R. dos. **Análise das relações entre cidade e região: um estudo sobre Lima Duarte e a Região Geográfica Imediata de Juiz de Fora.** Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.

SANTOS, E. O.; SPINDLER, M. M.; VALENTINI, A.S. SCHERER, L. **Campos de Cima da Serra e o turismo no espaço rural.** Revista Turismo-Visão e Ação, 16(2), p. 248-272, 2014.

SANTOS, C. B. **O novo rural e a atividade turística de Carrancas -MG.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, 2006.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; KOPPE, L. R.; SILVA, C. C. e. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S (org.). **A diversidade da Agricultura Familiar.** 2 ed. Porto Alegre: editora UFRGS, pp. 139- 166, 2009.

SCHNEIDER, S.; *et al.* **Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006.** (Relatório de Pesquisa). Brasília: Ipea, 2013.

SCHNEIDER, S. **A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil.** *Revista Política Agrícola.* Ano XVI, nº 3, p. 14-33, 2007. Disponível em <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/457/408>. Acesso em: 06/05/2023.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano.** 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, v. 1, p. 132-161, 2009b.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil: perspectivas e desafios.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

_____. **A caminho do campo.** Correio do Povo, Porto Alegre, 9 out. 2021. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br>. Acesso em: 09/03/2026.

SEBRAE. Faça a Diferença. In: Prazer em receber: trabalho une empreendedores para desenvolver o turismo rural na região de Lima Duarte. **Passo a Passo**, ano XXV, n. 169, p. 68–74, out./dez. 2017.

SILVA, A. Conheça Minas. **10 Ruínas Históricas de Minas Gerais.** (12/05/2021). Disponível em: <https://www.conhecaminas.com/2021/05/12-ruinas-historicas-de-minas-gerais.html>. Acesso em: 28/10/2025.

SILVA, S. P. **A Agricultura Familiar e suas Múltiplas Interações com o Território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas.** Brasília: Ipea, 2015.

SILVA, W. S. **Êxodo urbano.** InfoEscola, 2014. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/exodo-urbano/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SIMONETTI, E. R. S.; BARDEN, J. E. **Desenvolvimento rural e multifuncionalidade da agricultura familiar**. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v. 02, n. 9, pp. 387-404. 2021.

SINGER, P. **Economia Solidária: Um Modo de Produção e Distribuição**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, pp. 53-64, 2013.

SOARES, A. C. O. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. *Revista Proposta*, 87, FASE. Rio de Janeiro, pp. 40-49, 2001.

SOLHA, K. T. **O Universo Rural e a Oferta da Experiência de Turismo Rural no Brasil**. Universidade de Caxias do Sul: Rosa dos Ventos, vol. 11, núm. 3, p. 615-633, 2019.

SOUSA, B. B.; DIEGUEZ, T.; GOMES, J. M. **Novas tendências na segmentação turística: um estudo sobre marketing territorial e turismo cinematográfico**. *R. Gest. Anál.*, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 159-174, set./dez. 2020.

SOUSA, B. Branding territorial e o papel da imagem no comportamento do consumidor em turismo: O caso de Arouca. *European Journal of Applied Business Management*, Special Issue, p. 1-14, 2018. ISSN 2183-5594.

SOUSA, B.; MALHEIRO, A.; VELOSO, C. M. O Marketing Territorial como Contributo para a Segmentação Turística: Modelo conceptual no turismo de shopping. *International Journal of Marketing, Communication and New Media*, n. 5, p. 1-15, abr. 2019. ISSN 2182-9306.

SOUSA, B. M. B. et al. Criatividade no turismo e envolvimento do visitante: o estudo de caso de Loulé (Portugal). *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, Penedo, v. 9, n. 1, p. 62-77, jun. 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>. Acesso em: 30 out. 2025.

SOUSA, B. O impacto do place attachment e de emoções na satisfação e lealdade em regiões turísticas transfronteiriças: uma perspectiva de marketing de nichos aplicado à Euro-região Norte de Portugal e Galiza. 2014. Tese (Doutoramento em Marketing e Estratégia) - Universidade do Minho, 2014.

SOUSA, B.; RIBEIRO, I. City marketing e os eventos: Um estudo de caso aplicado ao Carnaval de Ovar. *European Journal of Applied Business Management*, Special Issue, p. 73-84, 2018.

SOUSA, B. M.; ROCHA, A. T. A afetividade na gestão dos territórios e na fixação da população: uma abordagem ao contexto transmontano português. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 1, p. 2-18, 2019.

SOUSA, B.; SILVA, J. The Brand Management: a perspective applied in the context of sports media. *International Journal of Marketing, Communication and New Media*, v. 4, n. 3, p. 118-133, 2015.

SOUZA, B. M. B. de; QUESADO, P. R. **A segmentação de mercado e os custos organizacionais: uma abordagem ao Agroturismo**. *Custos e @gronegocio online*, v. 16, n. 2, abr./jun. 2020.

SOUZA, M.; KLEIN, A. L. Processo turístico no espaço rural: impactos e planejamento. In: Souza, M.; Dolci, T. S. (Orgs.). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. p. 61-82.

SPRINT DADOS. **Resultado da Pesquisa de Demanda Turismo Rural**: ebook completo. 2ed. Julho de 2023. Disponível em: <https://www.sprintdados.com.br/turismorural>. Acesso em: 18/02/2024.

TACOLI, C. **The links between urban and rural development**. Environment and Urbanization, 15(1), pp. 3–12. 2003.

TEIXEIRA, D. M.; MANSO, F. P. A. **O uso do software Rayyan no apoio à revisão sistemática da literatura em empreendedorismo**. Goiânia, setembro de 2014. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1267/o/Oficina_Rayyan_EPE2024.pdf?1727202432. Acesso em: 12/02/2025.

TERNOSKI, S.; PERONDI, M. A. **As estratégias de diversificação dos meios de vida e formação da renda**: uma análise empírica sobre os estabelecimentos agrícolas familiares cooperados da Cresol Prudentópolis. Teoria e Evidência Econômica, Ano 20, n. 43, p. 283-312, jul./dez. 2014.

TRIBUNA DE MINAS. **Aprenda a fazer o bife à cubana da Dona Miriam, cozinheira a mais de 40 anos**. (29/06/2025). Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/especiais/receita-de-familia/29-06-2025/bife-a-cubana.html>. Acesso em: 01/08/2025.

TRIGO, L. G. G. **Turismo Predatório no Brasil**: entenda os impactos. In: Brasilturis, 2023. Disponível em: <https://brasilturis.com.br/2023/08/02/os-impactos-do-turismo-predatorio-no-brasil/>. Acesso em: 01/05/2024.

TRINDADE, J. **Restaurante Rancho Alegre**. (17/04/2025). Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DIjqJFpuIkC/>. Acesso; 01/08/2025.

TULIK, Olga. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, pp. 9-16, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural brasileiro**: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 60-85, 2009.

_____. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000

WARREN, M. **Democracy and associations**. Princeton, New Jersey. Princeton University Press, 2001.

WEISS, Z. Tecnologias Sociais Os desafios de uma abordagem holística. In: OTTERLOO, A. (Org.). **Tecnologias Sociais**: caminhos para a sustentabilidade. Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social, pp. 165-169, 2009.

WIKILOC. **As melhores trilhas Trekking em São Domingos da Bocaina**. (2025). Disponível em: <https://pt.wikiloc.com/trilhas/trekking/brasil/minas-gerais/sao-domingos-da-bocaina>. Acesso em: 01/10/2025.

WIKILOC. **Pico da Capoeira Grande e Pontão - Serra do Cruz**. (2025). Disponível em: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/pico-da-capoeira-grande-e-pontao-serra-do-cruz-18421177>. Acesso em; 01/10/2025.

_____. **Circuito da Perseverança (Trilha do Alto da Boa vista - Cachoeira do Manejo e Trilha das Cachoeiras - Alto da Boa Vista)**. (2024). Disponível em: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/circuito-da-perseveranca-trilha-do-alto-da-boa-vista-cachoeira-do-manejo-e-trilha-das-cachoeiras-al-166667417>. Acesso em: 01/10/2025.

WILDING, H. **Systematic reviews: other sources**. Library Service, 20/09/2024. Disponível em: <https://library.svhm.org.au/systematic-reviews/other-sources>. Acesso em: 09/04/2025.

WIRTH, S.; TANNER, M. B.; MAYER, H. **Social innovations in tourism: Analysing processes, actors, and tipping points**. Reino Unido: Tourism Geographies, 25:5, PP. 1322-1340, 2023.

WOODS, M. **Rural geography: Blurring boundaries and making connections**. Progress in Human Geography, 33(6), pp. 849–858, 2009.

UNEP. United Nations Environment Programme. **Making Peace with Nature: A scientific blueprint to tackle the climate, biodiversity and pollution emergencies**. Nairobi. 2021. URL: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789280738377>. Acesso em: 29/09/2025.

VEIGA, J. E. da. **Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos**. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 3, n. 1, pp. 123-149, 2007.

_____. **Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Ed. Autêntica, 2009.

VERCHER, N. **The Role of Actors in Social Innovation in Rural Areas**. Multidisciplinary Digital Publishing Institute. Land 2022, 11(5), pp. 01-24, 2022.

VERCHER, N.; BOSWORTH, G.; ESPARCIA, J. **Developing a framework for radical and incremental social innovation in rural areas**. Journal of Rural Studies, Elsevier BV, 99, 2022.

VERGES, N. M. **Crítica à noção de multifuncionalidade rural em assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema – SP**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 134f, 2013.

VIRGOLIN, I. W. C. **Pluriatividade: Elementos para refletir sobre o Novo Rural**. História Debates e Tendências, vol. 22, núm. 1, pp. 143-159, 2022.

VOLTA DAS TRANSIÇÕES. **Cicloturismo**. (01/01/2021). Disponível em: <https://voltadastransicoes.com/>. Acesso em: 10/10/2025.

VOLTA DO RIO GRANDE. **Explore o Roteiro Volta do Rio Grande**. Disponível em: <https://circuitoserrasdeibitipoca.com.br/volta-do-rio-grande/>. Acesso em: 10/10/2025.

VOLTA DA SERRA NEGRA. **Viva o Roteiro Volta da Serra Negra**. (2021). Disponível em: <https://circuitoserrasdeibitipoca.com.br/volta-da-serra-negra/>. Acesso em: 10/10/2025.

YASMI, Y. **What the Bees Are Telling Us: In Protecting Pollinators, We Protect the Future of Food**. FAO. 2025. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/fao-blog/detail/fao-blog/2025/05/19/what-the-bees-are-telling-us/en>. Acesso: 10/05/2025.

YÁZIGI, E. **A Alma do Lugar: Turismo, Planejamento e Cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

_____. **Turismo: uma esperança condicional**. São Paulo: Global Editora, 2003.

XIAOPING ZHUANG, L. Y. Y. J. **Sociocultural impacts of tourism on residents of world cultural heritage sites in China**. Sustainability, 11(840), pp. 1-19, 2019.

APÊNDICE A - Roteiro do Questionário – Associados da Entre Serras Turismo no Meio Rural

Este questionário tem como objetivo compreender a trajetória de vida dos associados, as atividades agropecuárias desenvolvidas em suas propriedades e o processo de implementação do Turismo Rural, com ênfase no uso de inovações e tecnologias sociais. Antes da aplicação dos questionários, a pesquisadora realizou uma breve contextualização da temática, a cada associado, explicando de maneira simples e acessível os conceitos de inovação social e tecnologia social. O objetivo dessa etapa foi garantir que todos compreendessem os termos utilizados na pesquisa, evitando interpretações equivocadas e assegurando que as respostas refletissem suas práticas reais. Assim, os questionários funcionaram como um roteiro orientador para a conversa, possibilitando que cada participante descrevesse, com suas próprias palavras, quais atividades desenvolvem em suas propriedades e de que forma contribuem para o fortalecimento das famílias e do território. Essa estratégia buscou valorizar o conhecimento local, promover a participação consciente dos associados e coletar informações mais precisas e alinhadas ao cotidiano da Entre Serras.

1- Identificação do Entrevistado

- Nome:
- Idade:
- Endereço:
- Tempo de residência em Lima Duarte:
- Breve histórico familiar e comunitário:
- Quantidade de pessoas na família:
- Possui esposa/mulher? Quantas? Possui crianças? Quantas?
- Possui funcionários? Quantos?
- É agricultor familiar? Quais políticas acessa? /É microempreendedor individual? Quais políticas acessa?

Se neorrural:

- Quando não morava no campo, o que fazia na cidade?
- Por que resolveu vir para o campo? Quantas pessoas vieram para o campo?
- Hoje as atividades desenvolvidas no campo conseguem pagar todas as despesas que tem em sua propriedade, ou precisa colocar dinheiro de sua aposentadoria?

Atividades na Propriedade Rural

2. Quais são as atividades que desenvolve em sua propriedade rural? Como iniciou na (s) atividade(s)?
3. Tamanho de sua propriedade (ha)?
4. As rendas obtidas com atividades agropecuárias são suficientes para cobrir todas as despesas?
5. Você precisa realizar outras atividades para obter uma renda extra? Quais?
6. Qual o percentual das atividades agropecuárias e qual o percentual de ganhos com outras atividades, em relação aos seus ganhos totais?

Atividades Turísticas

7. Você desenvolve atividades turísticas em sua propriedade? Quais? Por que resolveu trabalhar com turismo?
8. Estas atividades foram criadas por você ou se inspirou em outros locais?
9. O turismo representa quantos por cento de sua renda?
10. Sua família trabalha na atividade? Quantas pessoas? Quantas mulheres e quantos homens? Seus filhos trabalham no turismo?
11. Você vende produtos para turistas ou para o público em geral? Quais?
12. A chegada dos turistas aumentou o emprego para sua família e vizinhos?
13. O que melhorou e o que piorou com a chegada dos turistas?

Inovações Sociais e Tecnologias Sociais

Antes de responder, vamos explicar rapidamente esses conceitos:

- **Inovação Social** significa criar novas formas de resolver problemas da comunidade, como organizar um grupo para vender produtos juntos ou criar experiências turísticas que valorizem a cultura local.
- **Tecnologia Social** são ferramentas e soluções simples e acessíveis que melhoram o dia a dia das pessoas, como um sistema de captação de água de chuva, fogões ecológicos ou formas mais sustentáveis de produção de alimentos.

14. Você já implementou alguma inovação social em sua propriedade ou em associação? Por exemplo, alguma nova forma de trabalhar coletivamente, divulgar seu turismo ou melhorar a experiência dos visitantes?
15. Alguma tecnologia social foi adotada no Turismo Rural da sua propriedade ou na Entre Serras? Se sim, quais e como ajudaram no seu dia a dia?

Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural

16. Como e quando você ingressou na Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural?
17. Você recebeu treinamentos por meio da Associação? Quais instituições ofereceram capacitação (Senar, Sebrae)? Foram pagos ou gratuitos?
18. Existe divulgação das suas atividades na internet? Quem cuida disso?
19. Como são decididas as atividades realizadas dentro da Associação?
20. A Associação possui um calendário de eventos? Quais são os principais eventos organizados?
21. Existe guias turísticos em Lima Duarte que acompanha os visitantes? Se não, quem os conduz até as propriedades?
22. A Associação auxilia cada membro nas atividades turísticas? Quais são os benefícios percebidos?
23. O dinheiro que entra nas propriedades rurais, que se referem as atividades turísticas, ficam para cada proprietário, ou são juntados e compartilhados os lucros para todos os associados?

Laços Comunitários e Redes

24. Todos os associados colaboram mutuamente nas atividades da Associação?
25. Existe troca de produtos dentro da Associação? Se sim, como ocorre?
26. Existe uma relação da Associação Entre Serras com os circuitos de Ibitipoca (exemplo: Circuito das Águas, Trilhas de Ibitipoca, Serras de Ibitipoca)?
27. As atividades turísticas realizadas em Ibitipoca ajudam a impulsionar o turismo na Associação Entre Serras?
28. A criação da Associação, proporcionou mais confiança e empoderamento para atuar no turismo?
29. Quais são os principais desafios enfrentados Associação? E quais as potencialidades?

Agradecemos imensamente sua colaboração. Suas respostas são fundamentais para compreender o desenvolvimento do Turismo Rural na região e contribuir para melhorias futuras.

APÊNDICE B – Roteiro de Questionário aplicado ao responsável pelo marketing e promoção da associação nas redes sociais, com o objetivo de entender as estratégias utilizadas e propor melhorias para a dinamização do turismo no meio rural:

Estratégias de Marketing

- 1- Quais são as principais estratégias de marketing digital utilizadas para promover a Associação Entre Serras nas redes sociais?
- 2- Como é definido o público-alvo das campanhas de divulgação? Existe um estudo sobre o perfil dos visitantes?
- 3- Quais plataformas digitais têm gerado mais engajamento e resultados para o circuito?
- 4- Quem elabora as estratégias de divulgação e aprova as mesmas? Tem algum associado que acompanha, propõe ou aprova o trabalho para que você possa incluir nas redes?

Criação de Conteúdo

- 5- Que tipo de conteúdo têm maior engajamento (ex: vídeos, fotos, stories, reels)?
- 6- Há algum foco em narrativas de experiências autênticas ou depoimentos dos visitantes?
- 7- Existe um calendário editorial para publicação de conteúdos que inclua eventos, histórias dos proprietários rurais ou atrações específicas das fazendas?
- 8- Como as fazendas associadas participam na geração de conteúdo? São incentivadas a produzir vídeos ou imagens?

Engajamento e Interatividade

- 9- Quais estratégias são utilizadas para aumentar o engajamento com os seguidores, como promoções, sorteios ou campanhas interativas?
- 10- Como é feita a interação com os seguidores que deixam comentários ou perguntas nas redes sociais?
- 11- Existem ações específicas para incentivar que os visitantes compartilhem suas experiências com o circuito em suas próprias redes sociais?

Parcerias e Colaborações

- 12- Quais iniciativas são feitas para integrar a divulgação com outros atrativos da região, como o Parque Estadual do Ibitipoca ou eventos locais?

Monitoramento e Resultados

- 13- Quais métricas são usadas para avaliar o desempenho das campanhas de marketing digital?
- 14- Há análise periódica dos resultados das publicações, como alcance, engajamento e conversões?
- 15- As ideias obtidas com os resultados das campanhas são compartilhadas com os proprietários das fazendas para ajudar na tomada de decisões?

Desafios e Melhorias

- 16- Quais têm sido os maiores desafios para aumentar a visibilidade do circuito nas redes sociais?
- 17- O que poderia ser feito para diferenciar a Associação Entre Serras de outros destinos de Turismo Rural no Brasil?

Promoção de Identidade e Sustentabilidade

- 18- Como as redes sociais destacam a singularidade das fazendas, como produtos típicos, história ou práticas sustentáveis?

APÊNDICE C – Roteiro do Questionário a ser aplicado ao representante do Sebrae considerando seu papel como um dos alavancadores do turismo em Ibitipoca, Lima Duarte e na criação de iniciativas voltadas ao Turismo Rural, na Associação Entre Serras

Identificação do Entrevistado

- Nome:
- Cargo:

Histórico e Apoio Inicial

- 1- Existe alguma parceria do Sebrae com a prefeitura de Lima Duarte?
- 2- Como iniciaram as ações do Sebrae, relacionadas ao Turismo e Turismo Rural em Lima Duarte?
- 3- Você conhece a Associação Entre Serras Turismo no meio Rural? Se sim, quais foram as principais ações realizadas pelo Sebrae para fomentar o Turismo Rural em Lima Duarte e Ibitipoca, e como essas ações impactaram os associados da Entre Serras?
- 4- Como o Sebrae ajudou os proprietários rurais a entender o potencial turístico de suas fazendas e a desenvolverem seus negócios?

Capacitação e Qualificação

- 5- O Sebrae já ofereceu capacitação ou consultoria aos Associados da Entre Serras? Se sim, quais capacitações ou consultorias o Sebrae ofereceu para profissionalizar suas atividades no Turismo Rural? Existem planos para novos treinamentos?
- 6- Há programas específicos para auxiliar os associados na adoção de práticas sustentáveis e de inovação no Turismo Rural?

Promoção e Divulgação

- 7- O Sebrae participa de estratégias para a promoção e divulgação da Associação Entre Serras? Se sim, como?
- 8- Existem projetos ou parcerias sendo desenvolvidos pelo Sebrae para aumentar a visibilidade da Associação em mercados nacionais e internacionais?

Desafios e Sustentabilidade

9- Na visão do Sebrae, quais são os principais desafios enfrentados pela Associação Entre Serras atualmente, e como a instituição pode contribuir para superá-los?

10- Há iniciativas do Sebrae para incentivar a diversificação de atividades turísticas nas propriedades rurais?

Fomento ao Associativismo

11- Como o Sebrae avalia o papel do associativismo na promoção do Turismo Rural em Lima Duarte? Existem ações para fortalecer a Associação Entre Serras e sua governança?

Perspectivas Futuras

12- Quais são as perspectivas do Sebrae para o desenvolvimento do Turismo Rural em Lima Duarte e Ibitipoca nos próximos anos? Há novos projetos em andamento que possam beneficiar a Associação Entre Serras?

13- Há iniciativas voltadas para o uso de tecnologias, como aplicativos ou plataformas digitais, que ajudem os associados a divulgar seus produtos e serviços turísticos?

Inovação Social

14- Como o Sebrae tem incentivado práticas de inovação social no Turismo Rural, especialmente na Associação Entre Serras? Há casos de sucesso que possam ser compartilhados?

15- De que forma o Sebrae promove a inclusão social e a valorização das comunidades locais no desenvolvimento do Turismo Rural em Lima Duarte e Ibitipoca?

Capacitação e Tecnologias Sociais

16- Quais capacitações ou ferramentas o Sebrae oferece para introduzir tecnologias sociais que possam fortalecer as práticas sustentáveis no Turismo Rural?

17- O Sebrae apoia a integração de tecnologias sociais que promovam soluções locais, como captação de água, geração de energia limpa ou manejo de resíduos, no Turismo Rural? Se sim, como?

Desafios e Soluções Inovadoras

- 18- Na visão do Sebrae, quais são os maiores desafios para implementar inovação social e tecnologias sociais no Turismo Rural, e como a instituição pode apoiar os associados para superá-los?
- 19- Há exemplos de tecnologias sociais bem-sucedidas aplicadas em outras Associações ou cooperativas turísticas que poderiam ser adaptadas a Entre Serras?

APÊNDICE D - Questionário aplicado ao representante do Sindicato Rural de Lima Duarte

Identificação do Entrevistado

- Nome:
- Cargo:

Identificação do Entrevistado

- Nome:
- Carga:

Relação do Sindicato de Lima Duarte

1. Como o Sindicato Rural de Lima Duarte tem atuado para promover a qualificação e o fortalecimento do Turismo Rural no município de Lima Duarte?
2. Existe uma parceria entre o Sindicato Rural de Lima Duarte com alguma instituição voltada para a educação profissional, assistência técnica e promoção social no meio rural para a realização de capacitações? Se sim, quais?
3. Quais cursos ou programas específicos, o Sindicato Rural de Lima Duarte tem solicitados às instituições parceiras?
4. Existe alguma parceria institucional do Sindicato Rural de Lima Duarte relacionada à capacitação em Turismo Rural em Lima Duarte? Se sim, quais cursos já foram desenvolvidos ou estão previstos para atender às necessidades do município?
5. Qual o público que pode acessar esses cursos?
6. Quantos produtores rurais o Sindicato Rural de Lima Duarte atende? Existem ações específicas que contemplam todos eles?
7. Os produtores rurais não vinculados ao Sindicato Rural de Lima Duarte podem acessar as capacitações? Existe alguma política que os represente?
8. O Sindicato Rural de Lima Duarte conhece a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural? Se sim, a entidade oferece cursos de interesse da Associação? Qual o sorteio de análise dos candidatos inscritos nos cursos? Todos podem participar?

9. Há alguma ação programada em conjunto com o Senar para ampliar as oportunidades de capacitação dos associados da Entre Serras?

Ações em Prol do Turismo Rural

10. Quais iniciativas o Sindicato Rural de Lima Duarte desenvolveu ou apoiou recentemente para fomentar o Turismo Rural no município?
11. O Sindicato Rural de Lima Duarte promoveu ações específicas para ajudar os membros da Associação Entre Serras a melhorar sua competitividade no mercado de Turismo Rural?
12. Existem esforços do o Sindicato Rural de Lima Duarte para integrar o Turismo Rural com outras atividades econômicas locais, como a agropecuária ou a produção artesanal?

Desafios e Sustentabilidade

13. Na visão do Sindicato Rural de Lima Duarte, quais são os maiores desafios enfrentados pelo Turismo Rural em Lima Duarte e pela Associação Entre Serras? Como a entidade busca contribuir para superá-los?
14. Como o Sindicato Rural de Lima Duarte tem incentivado práticas sustentáveis e o uso de tecnologias sociais entre os produtores rurais que trabalham com turismo?

Uso de Tecnologias Sociais no Turismo Rural

15. O Sindicato Rural de Lima Duarte tem promovido ou apoiado o uso de tecnologias sociais entre os proprietários rurais, como soluções sustentáveis de energia, manejo de água ou compostagem externas para o Turismo Rural? Se sim, quais iniciativas foram inovadoras e quais os impactos observados?

Conceito e Aplicação de Inovações Sociais

Entende-se como inovação social a implementação de soluções novas e eficazes para desafios sociais ou comunitários, gerando impacto positivo e sustentável. Essas soluções podem incluir novos produtos, serviços, práticas, modelos ou políticas que atendam às demandas locais de maneira mais inclusiva do que as abordagens tradicionais.

16. Como o Sindicato Rural de Lima Duarte enxerga o papel das inovações sociais no fortalecimento do associativismo rural, como no caso da Associação Entre Serras? Existem iniciativas nesse sentido em desenvolvimento ou planejadas?

Capacitação e Disseminação

17. Existem exemplos de boas práticas de inovação social ou uso de tecnologias sociais adotadas por produtores rurais atendidos pelo Sindicato Rural de Lima Duarte que poderiam ser replicadas em outras propriedades? Como essas experiências estão sendo divulgadas entre os agricultores e empreendedores do Turismo Rural?

Parcerias e Futuro

18. O Sindicato Rural de Lima Duarte tem estabelecido novas parcerias para fortalecer o Turismo Rural e o associativismo no município? Quais seriam as áreas prioritárias para futuras colaborações?
19. Quais são as perspectivas do Sindicato Rural de Lima Duarte para o desenvolvimento do Turismo Rural em Lima Duarte, especialmente no que diz respeito à ampliação da atuação da Associação Entre Serras? Existe um planejamento estratégico para fortalecer essa atividade econômica?
20. Quais são os planos do Sindicato Rural de Lima Duarte para fomentar o uso de inovações sociais e tecnologias sociais no Turismo Rural e fortalecer a competitividade dos produtores locais? Há programas específicos que incentivam essa transformação?

APÊNDICE E - Roteiro de Questionário aplicado à responsável pelo Senar, considerando seu papel no fornecimento de capacitações para o Turismo Rural.

Identificação do Entrevistado

- Nome:
- Cargo:

Histórico e Apoio Inicial

- 1- Existe alguma parceria do Senar com a prefeitura de Lima Duarte?
- 2- Todos os trabalhos desenvolvidos no município são em parceria com alguma instituição?
Se sim, qual?
- 3- Existem ações do Senar, relacionadas ao Turismo Rural em Lima Duarte? Se se sim, quais as ações?
- 4- O Senar já desenvolveu algum treinamento para os associados da Entre Serras? Se sim, Como o Senar ajudou estes associados a entenderem o potencial turístico de suas fazendas e a desenvolverem seus negócios?

Capacitação e Desenvolvimento de Potencial

- 5- O Senar já desenvolveu cursos para os associados da Entre Serras? Se sim, quais foram os cursos e capacitações oferecidos pelo Senar?
- 6- Como os cursos do Senar ajudaram e ajudam os proprietários rurais a desenvolver habilidades para receber turistas e oferecer experiências?

Inovações Sociais no Turismo Rural

- 7- O Senar promove a adoção de práticas de inovação social no Turismo Rural? Como essas práticas têm sido incorporadas pelos participantes?
- 8- Há exemplos concretos de como as capacitações do Senar fortaleceram o associativismo e a colaboração entre os membros da associação?

Tecnologias Sociais e Sustentabilidade

- 9- Os cursos do Senar abordam a aplicação de tecnologias sociais no Turismo Rural, como sistemas de captação de água de chuva, compostagem ou energias renováveis?

10- Como o Senar incentiva práticas sustentáveis no Turismo Rural, conectando inovação e valorização das tradições locais?

Resultados e Impactos

11- Quais são os principais resultados observados pelo Senar após a capacitação dos associados, tanto na profissionalização quanto na criação de novos produtos turísticos?

12- O S realiza acompanhamento ou avaliação do impacto das capacitações nas propriedades participantes, especialmente no aumento do fluxo de turistas?

13- Quais são os planos futuros do Senar para continuar promovendo treinamentos em Lima Duarte?

APÊNDICE F - Roteiro de Questionário aplicado ao responsável pela secretaria de Turismo da Prefeitura de Lima Duarte - MG

Identificação do Entrevistado

- Nome:
- Cargo:

Relações Institucionais e Turismo Rural

1. O município de Lima Duarte é conhecido pelas belezas naturais e tem atraído turistas em função do Parque Estadual de Ibitipoca. Existem outras localidades no município que recebem turistas? Se sim, quais?
2. Como a Secretaria de Turismo tem trabalhado para integrar os seis distritos (Lima Duarte (sede), Conceição de Ibitipoca, São Domingos da Bocaina, São José dos Lopes, Manejo e Orvalho) à política turística municipal, evitando a concentração de investimentos apenas em Conceição de Ibitipoca?
3. Quais estratégias estão sendo planejadas para valorizar atrativos menos conhecidos, como a Serra da Rancharia, Pão de Angu, o Corte Fundo e as propriedades da Associação Entre Serras, de forma a descentralizar a demanda que hoje recai quase exclusivamente sobre o Parque Estadual do Ibitipoca?.
4. O que a Secretaria de Turismo tem feito em prol do Turismo Rural?
5. De que forma a gestão pública pretende integrar o turismo rural à política municipal, garantindo que a agricultura familiar, a produção artesanal e a hospitalidade local sejam reconhecidas como parte da identidade turística de Lima Duarte?
6. O município convive hoje com diferentes modalidades de turismo: de massa controlado (no parque), de luxo (Ibiti Projeto) e rural (Rancharia e Entre Serras). Como a secretaria avalia essas contradições? Existe um esforço para equilibrar esses modelos e evitar desigualdades sociais ou processos de gentrificação?

7. A Secretaria de Turismo conhece a Associação Entre Serras? Se sim, conhece o trabalho que eles têm desenvolvido, relacionado ao Turismo Rural?
8. A Associação Entre Serras já procurou a Secretaria de Turismo para alguma colaboração ou parceria em ações relacionadas ao Turismo Rural?
9. A secretaria apoiou alguma atividade, projeto ou evento promovido pela Associação Entre Serras?
10. Vocês têm conhecimento de outras experiências de associativismo no município que sejam semelhantes à iniciativa da Entre Serras?

Infraestrutura e Acessibilidade

7. Quais são as iniciativas planejadas pela secretaria para melhorar a infraestrutura de acesso às comunidades rurais, como estradas e sinalização turística? Existe alguma outra iniciativa?
8. Há projetos em andamento para expandir a conectividade digital na zona rural, facilitando a promoção online dos destinos?
9. Quais as principais atividades desenvolvidas pela Secretaria de Turismo no município de Lima Duarte?
10. Quais as principais atribuições do Centro de Informações Turísticas de Lima Duarte? Existem pessoas capacitadas para falar sobre os atrativos existentes no município e como chegar até ele? Existem parceiros no centro de informações disponíveis para levar os turistas nos atrativos? Se sim, qual o custo disso?

Capacitação e Desenvolvimento

9. A secretaria oferece ou planeja oferecer capacitação aos proprietários rurais em hospitalidade, marketing digital e gestão de negócios turísticos?
10. Quais estratégias estão sendo implementadas para apoiar a diversificação das ofertas turísticas rurais, como experiências culturais, gastronômicas ou de ecoturismo?

Promoção e Parcerias

11. A secretaria tem parcerias com agências de viagem ou plataformas online para promover propriedades rurais?
12. Há incentivos para que eventos regionais, como festivais culturais ou gastronômicos, possam ser realizados em propriedades rurais?
13. Existem iniciativas para incluir as propriedades da Associação Entre Serras em roteiros oficiais de Turismo Rural ou campanhas promocionais?

Sustentabilidade e Valorização Local

14. Existem ações para fortalecer a valorização de produtos locais, como artesanato e gastronomia típica (incluindo o Queijo Minas Artesanal), dentro do Turismo Rural?
15. O Queijo Minas Artesanal foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2024. Como a Secretaria de Turismo pretende valorizar essa tradição em Lima Duarte, garantindo que a produção queijeira local seja incorporada às políticas de turismo cultural e gastronômico?
16. Considerando que o Queijo Minas Artesanal (QMA) é produzido por famílias rurais em Lima Duarte, de que maneira o poder público pode apoiar esses produtores para que a valorização patrimonial não se restrinja ao simbolismo cultural, mas também se traduza em inclusão econômica e fortalecimento da agricultura familiar?

Incentivos e Políticas Públicas

15. Há algum plano de incentivo fiscal ou financeiro para que proprietários rurais invistam em infraestrutura turística?
16. Existem políticas públicas específicas para apoiar diretamente a Associação Entre Serras no fortalecimento do Turismo Rural? Se sim, quais seriam?
17. Quais políticas estão sendo pensadas para assegurar que as comunidades locais participem efetivamente dos benefícios gerados pelo turismo?

Monitoramento e Impacto

18. A secretaria realiza pesquisas sobre o perfil dos visitantes e seus interesses para apoiar o planejamento e o atendimento nas propriedades rurais?
19. Há iniciativas para medir o impacto econômico do turismo nas propriedades associadas, reforçando sua relevância para o desenvolvimento local?

Integração Regional

20. Existe algum programa da Secretaria de Turismo que estimule turistas do Parque Estadual de Ibitipoca a conhecerem as propriedades rurais do município?
21. Quais estratégias estão sendo desenvolvidas para criar rotas ou circuitos temáticos que incluam propriedades rurais, como as da Associação Entre Serras?

Governança e Participação

22. Existe algum conselho municipal ou instância participativa que envolva poder público, comunidade, empresários e associações (como o Entre Serras) para planejar coletivamente o turismo em Lima Duarte?

APÊNDICE G - Roteiro de Questionário aplicado ao responsável pela Instância de Governança Regional (IGR) Serras de Ibitipoca

Identificação do Entrevistado

- Nome:
- Cargo:

1. Você nasceu em Lima Duarte?
2. Há quanto tempo mora em Lima Duarte?
3. Quais as atividades você desempenha?
4. Como você enxerga o município?
5. Você contribui de alguma forma, enquanto gestor(a) da IGR, para divulgar e alavancar o município?

Percepções sobre o Turismo em Lima Duarte

6. Qual a percepção sobre a integração de Lima Duarte com seus distritos?
7. Quais os atrativos existentes nos distritos de Lima Duarte?
8. Os atrativos turísticos de Lima Duarte, tem relação com a ruralidade? Como você enxerga a relação entre os distritos?
9. Você consegue apontar as contribuições das governanças com relação ao Turismo Rural em Lima Duarte?

Percepções sobre a Associação

10. Em Lima Duarte tem Associação de Turismo Rural? Quais?
11. Você conhece a Associação Entre Serras – Turismo no Meio Rural? Se sim, como sabe dizer como surgiu o Entre Serras e o que desenvolvem?
12. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pela Associação Entre Serras para desenvolver e consolidar o Turismo Rural?
13. Você sabe se existe ou conhece as políticas promovidas pelo município de Lima Duarte, para atender a demanda do Turismo Rural?

14. Como você vê o papel de outros entes: públicos (Emater), privados (Sebrae, Senar e etc.) na promoção do turismo ou na capacitação?

Integração com a Comunidade

15. Você acredita que a Associação Entre Serras está bem integrada à comunidade local e aos eventos sociais realizados no município?
16. O que você sugere de ações para atrair mais turistas para essa Associação?

Promoção e Parcerias

17. Como é a participação da IGR com relação ao turismo de Lima Duarte?
18. Como é a participação do Comtur no turismo de Lima Duarte e qual a relação com estes associados do Entre Serras?
19. Quais estratégias ou ações de divulgação você considera mais eficazes para promover a associação, dentro e fora do município?
20. Você acredita que parcerias entre a associação e eventos sociais locais poderiam beneficiar ambas as partes? Se sim, de que forma?

Valorização Cultural e Sustentabilidade

21. Qual a relevância do título Modo de fazer queijo Minas para Lima Duarte e para a associação Entre Serras?
22. Como você vê o potencial da associação para reforçar a valorização da cultura, da gastronomia local e das tradições rurais?
23. Você acredita que a associação está aproveitando as oportunidades turísticas e valorizando o meio ambiente?

APÊNDICE H - Questionário aplicado a um Informante-Chave de Lima Duarte, incentivadores do desenvolvimento do turismo no município. As perguntas buscam explorar percepções externas e possíveis contribuições para a dinamização do circuito e da associação, além de fortalecer a integração com a comunidade.

Informações pessoais

Nome:

1. Você nasceu em Lima Duarte?
2. Há quanto tempo mora em Lima Duarte?
3. Quais as atividades você desempenha?
4. Como você enxerga o município?
5. Você contribui de alguma forma, enquanto morador(a), para divulgar e alavancar o município?

Percepções sobre a Associação

6. Você conhece a Associação Entre Serras? Se sim, como avalia a visibilidade e a atratividade da Associação Entre Serras para turistas e moradores da cidade?
7. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pela Associação Entre Serras para desenvolver e consolidar o Turismo Rural?
8. Você sabe se existe ou conhece as políticas promovidas pelo município de Lima Duarte, para atender a demanda do Turismo Rural?
9. Como você vê o papel de outros entes: públicos (Emater), privados (Sebrae, Senar e etc.) na promoção do turismo ou na capacitação?

Integração com a Comunidade

10. Você acredita que a Associação Entre Serras está bem integrada à comunidade local e aos eventos sociais realizados no município?
11. O que você sugere de ações para atrair mais turistas para essa Associação?

Promoção e Parcerias

12. Quais estratégias ou ações de divulgação você considera mais eficazes para promover a associação, dentro e fora do município?

13. Você acredita que parcerias entre a associação e eventos sociais locais poderiam beneficiar ambas as partes? Se sim, de que forma?

Valorização Cultural e Sustentabilidade

14. Como você vê o potencial da associação para reforçar a valorização da cultura, da gastronomia local e das tradições rurais?
15. Você acredita que a associação está aproveitando as oportunidades turísticas e valorizando o meio ambiente?

Sugestões e Ideias

16. Quais sugestões você daria para melhorar a participação dos moradores e de outros profissionais de turismo na divulgação e no fortalecimento da associação e do circuito criado por eles?
17. Que tipos de eventos ou atividades você acha que poderiam ser organizados para integrar a associação, com outras iniciativas turísticas e culturais da cidade?

ANEXO A – Folder da Entre Serras, divulgando as 11 propriedades rurais.

ASSOCIAÇÃO ENTRE SERRAS
Turismo no Meio Rural

ROTA 267

AS MAIS BELAS PAISAGENS NATURAIS, E O MELHOR DA CULINÁRIA MINEIRA.

Queijo Paiol Velho	Produção de Queijo Minas Artesanal
Sítio Urucum	Visitação à criação e venda de Produtos de Criadouro
Pesqueiro do Tarcísio	Restaurante / Pesque Pague / Produtos Naturais
Fazenda Cadinha	Restaurante, visitação a propriedade rural e produtos artesanais
Fazenda Rancho Alegre	Restaurante e Hospedagem
Cachoeira ca Conga	Bar / Banho de Rio
Sítio Pilar	Hospedagem
Cachoeira Arco Íris	Cachoeira / Restaurante / Hospedagem
Bee Nectar	Produção de Mel e Derivado Hospedagem
Sítio Primavera	Produção de Queijo Minas Artesanal e Hospedagem
Fazenda Porteira de Chave	Restaurante / Hospedagem / Grutas e Cachoeira



Em meio a uma natureza exuberante e privilegiada, encontra-se o Casinhas! Uma excelente opção para passear com toda a família! Além do restaurante com comidas preparadas no fogão a lenha e dos deliciosos doces produzidos artesanalmente, você encontra ótimas opções de lazer!

É possível passear a cavalo, usufruir do pesque e pague, alimentar os animais, participar da ordenha das vacas, brincar no parquinho e, claro, caminhar pela propriedade!

Instagram: @casinhasturismorural



Se você busca escapar do cotidiano agitado, o Sítio Primavera é uma ótima opção. Aqui você encontra chalés privativos e apaixonantes rodeados por paisagens deslumbrantes para admirar da janela da sua hospedagem, das trilhas ou da piscina aquecida que a propriedade oferece!

Se isso ainda não foi o suficiente para te convencer, no Sítio está localizada também uma Queijaria, onde é produzido o Queijo Minas Artesanal que já foi premiado em algumas categorias, podendo ser consumido e adquirido no local!

Instagram: @sitioprivamerald



Trazendo uma inovação para as carnes da região, o Sítio Urucum trabalha com a produção e comercialização da carne de cordeiro! Muitas pessoas ao experimentarem a carne produzida no local se surpreendem pelo sabor diferenciado e a altíssima qualidade!

São produzidos cortes tradicionais como lombo, costela e paleta, mas também são produzidos carne moída, carrê, hambúrguer e linguças, todos 100% de carne de cordeiro!

Instagram: @cordeiro.produtores



O Rancho Alegre proporciona aos visitantes um ambiente super acolhedor rodeado pela natureza e diversos animais da fazenda. O destaque é a comida da Dona Miriam, que, com seu talento na cozinha, se tornou conhecida na região de Lima Duarte.

O restaurante trabalha com variadas opções de pratos à la carte. Alguns dos pratos de destaque do cardápio são o frango caipira, o lombo à mineira, o feijão tropeiro e o arroz carreteiro. Quem gosta de comida mineira não pode deixar de conhecer!

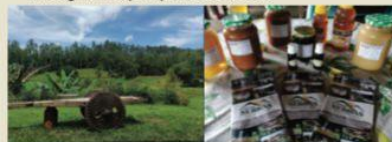
Instagram: @restaurante.rancho.alegre



O Pesqueiro do Tarcísio promove diversas experiências em um só lugar! O Pesque e Pague é um dos destaques ao chegar na propriedade, podendo escolher entre três lagos para relaxar e admirar a natureza enquanto pesca.

Além disso, domingo é o único dia que o restaurante funciona como self service, geralmente são servidas opções maravilhosas de comida à la carte, além de serem oferecidas porções e doces que fazem sucesso! Quando for até a propriedade, não deixe de caminhar pelo espaço, conhecer a casa de mel e as plantações!

Instagram: @pesqueirodotarcisio



Para quem procura um lugar tranquilo para descansar, a Cachoeira Prainha da Congá é um ótimo lugar! Uma cachoeira de águas tranquilas, onde pequenas quedas d'água permitem que você e sua família aproveitem de banhos refrescantes e relaxantes!

Há a possibilidade de outras atividades no local, como jogar bola no campinho, jogar sinuca e pescar. Além de claro, poder aproveitar as deliciosas porções e bebidas geladas oferecidas no bar do Pedro! Se você ainda não conhece, não se esqueça que você pode passar o dia ou se hospedar em um dos chalés!

Instagram: @prainhadaconga



A Cachoeira do Arco-Íris é a principal e de mais fácil acesso de um complexo de cinco cachoeiras! Cercadas por uma natureza exuberante, as outras quatro cachoeiras estão na mesma propriedade, mas o visitante precisa subir a trilha para acessá-las e ser recompensado pela beleza e pelas águas refrescantes!

Além disso, há um restaurante com almoço self-service preparado no fogão a lenha e a possibilidade de se hospedar no local, seja na área de camping ou em um dos chalés!

Maravilhoso, não é mesmo?

Instagram: @cachoeira_do_arco_iris_mg



A Bee Nectar possibilita a prática do turismo em seus apiários, ou seja, que os visitantes tenham acesso às colmeias organizadas para a criação de abelhas. Utilizando roupas de proteção apropriadas, o grupo conhecerá a produção e processamento do mel, a vida das abelhas, além de poder degustar produtos e contemplar as paisagens!

Destacamos que a Bee Nectar produz diversos produtos a base de mel, como Hidromel, cosméticos e aromatizadores de ambiente! Não deixe de experimentar os produtos da Bee Nectar!

Instagram: @beenectarbrasil



A Fazenda Porteira de Chave é uma ótima escolha para descansar e viver experiências incríveis! São oferecidos chalés rústicos com arquitetura única para uma hospedagem aconchegante em meio à natureza.

Aqui você encontra opções de lazer como cachoeira, pesque e pague, pesca esportiva, passeio a cavalo e trilhas. Além do restaurante, com comida mineira variada! Uma ótima opção para relaxar no final de semana!

Instagram: @fazendaporteiradechave





ENTRE SERRAS

Turismo no Meio Rural

Criado em 2016, a partir de uma iniciativa do SEBRAE, um grupo de propriedades rurais reuniu-se com o objetivo de incentivar o turismo, explorando os recursos no entorno dos municípios.

Sempre orientados pelo SEBRAE, o Grupo foi convidado a participar de vários seminários e palestras, sempre focado no desenvolvimento do turismo rural. Esse segmento do turismo, tem como intuito, proporcionar a todos, um contato mais genuíno com a natureza, agricultura, gastronomia, e as tradições locais, através de hospedagem domiciliar em ambiente rural e visitas.

Em 2017, a Associação passou a se chamar "Entre Serras – Turismo no Meio Rural" e vem se reunindo com frequência visando o desenvolvimento local. Atualmente, o Grupo conta com 11 propriedades e oferece os mais diversos serviços, como Hospedagem, Restaurantes, Bares, Ovinocultura, Apicultura, Currais de Leite, Cachoeiras, Trilhas, etc.

Que tal conhecer um pouco mais sobre essas propriedades?



O Sítio Pilar é uma excelente opção para quem procura por uma hospedagem mais afastada do centro de Ibitipoca! Possibilita que os visitantes escolham entre as duas casas ou os dois chalés disponíveis, com a certeza de um ambiente muito aconchegante em meio a natureza!

Além das belíssimas paisagens na propriedade, as casas e chalés são muito bem equipados com utensílios de cozinha, de cama e de banho. Tudo organizado com muito cuidado e carinho pensando no bem estar dos visitantes. O que você está esperando para fazer sua reserva?

Instagram: @sitiopilar



Não deixe de conferir nosso Instagram para mais informações sobre as propriedades!



@TURISMONOMEIORURAL

turismonomeiorural@gmail.com
(21) 99997-8383 | (21) 98676-1943



A Queijaria Paiol Velho está localizada em uma fazenda marcada pela tradição do queijo. A família manteve detalhes das gerações que iniciaram as produções de queijo há cerca de quatro décadas, como forma de preservar a autenticidade local! O principal produto comercializado atualmente é o Queijo Minas Artesanal, feito apenas com leite cru, pingo, coalho e sal. Já foram premiados como "Terceiro melhor queijo do Brasil" e Bronze no "V Prêmio Queijo Brasil". O queijo produzido lá é um alimento vivo, que possui microrganismos fundamentais para a qualidade e complexidade do seu sabor e aroma. Maturado em temperatura ambiente, onde desenvolve uma casca natural que pode variar de acordo com a estação do ano, manifestando todo o "errotir" das Serras da Ibitipoca! Não deixe de conhecer os produtos da Queijaria Paiol Velho!

Instagram: @queijopaiolveho



Sítio Pilar.....	(32) 99963-0683
Paiol Velho.....	(32) 98809-3098
Cachoeira Arco-Iris.....	(32) 99104-7835
Sítio Primavera.....	(21) 99997-8383
Cordeiro e Cia.....	(21) 98676-1943
Praia da Conga.....	(32) 98427-0857
Casinhas.....	(32) 99944-1488
Rancho Alegre.....	(32) 99986-7197
Pesqueiro do Tarcísio.....	(32) 98835-3261
Bee Nectar.....	(32) 98488-1611
Porteira de Chave.....	(32) 99838-1020

ANEXO B – Roteiro 1, desenvolvido pelos Associados da Entre Serras.



ROTEIRO

Entre Serras

DADOS PARA A ELABORAÇÃO

Entre Serras Turismo no Meio Rural

- Casal
- 3 a 5 dias
- 13 a 17 de novembro
- Objetivo de conhecer a região de Lima Duarte

PROPRIEDADES SUGERIDAS

Entre Serras Turismo no Meio Rural










criação e comercialização de ovinos, linguiça, hambúrguer e cortes especiais de cordeiro.






RESTAURANTE, HOSPEDAGEM, ANIMAIS RURAIS (CAVALOS, VACAS, PORCOS, PATOS, ENTRE OUTROS) E ESPAÇO PARA EVENTOS.

CHALÉS, SUÍTES, PISCINA AQUECIDA, SAUNA, TRILHAS, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE QUEIJO MINAS ARTESANAL.






HOSPEDAGEM, APITURISMO, PRODUÇÃO DE MEL E DERIVADOS, BEBIDAS E COSMÉTICOS ARTESANAIS APÍCULAS.

VISITA A CACHOEIRAS, TRILHAS, CHALÉS, CAMPING E RESTAURANTE.






PRAINHA DE RIO, CHALÉS, CAMPING E BAR.

ALUGUEL DE CASAS E CHALÉS EM MEIO À NATUREZA.






RESTAURANTE, PRODUÇÃO DE MEL E DOCES, PESQUE PAGUE E ESPAÇO PARA EVENTOS.

CRONOGRAMA

Entre Serras Turismo no Meio Rural

1º Dia

Sítio Urucum (visitação à propriedade e degustação da carne de cordeiro), Rancho Alegre (visitação à propriedade e almoço) e Sítio Primavera (visitação à propriedade, caldo e hospedagem).

2º Dia

Sítio Primavera (Café da manhã), Bee Nectar (visitação à reserva e experiência do apiário), Cachoeira do Arco-Íris (Almoço e ida a Cachoeira) e retorno ao Sítio Primavera para dormir.

CRONOGRAMA

Entre Serras Turismo no Meio Rural

3º Dia

Sítio Primavera (Café da manhã e término da visita à propriedade), Prainha da Conga (visitação à propriedade e degustação de porções da casa) e Sítio Pilar (visitação à propriedade e hospedagem).

4º Dia

Sítio Pilar, Parque Estadual do Ibitipoca (Trilhas e Cachoeiras) e retorno ao Sítio Pilar para dormir.

CRONOGRAMA

Entre Serras Turismo no Meio Rural

5º Dia

Sítio Pilar, Pesqueiro do Tarcísio (visitação à propriedade e almoço) e retorno.






PRECIFICAÇÃO

Entre Serras Turismo no Meio Rural

O valor total pode variar de acordo com as refeições. No entanto, para os dias em questão, a precificação gira em torno de: **RS 1.100,00.**

Sítio Primavera: **RS 200,00** Diária com café (casal).
 Sítio Pilar: **RS 190,00** Diária sem café (casal).

Almoço Rancho Alegre: A partir de **RS 24,00** por pessoa.
 Almoço Cachoeira do Arco-Íris: **RS 59,90kg**.
 Porções Prainha da Conga: A partir de **RS 20,00.**

Sítio Urucum: Visitação e degustação **RS 25,00** por pessoa.
 Bee Nectar: Visitação e experiência **RS 35,00** por pessoa.




OBRIGADO!

turismonomeiorural@gmail.com


@turismonomeiorural

ANEXO C: Roteiro 2, desenvolvido pelos Associados da Entre Serras.




ROTEIROS


Entre Serras



RESTAURANTE, PRODUÇÃO DE MEL E DOCES, PESQUE PAGUE E ESPAÇO PARA EVENTOS.



RESTAURANTE, HOSPEDAGEM, ANIMAIS RURAIS (CAVALOS, VACAS, PORCOS, PATOS, ENTRE OUTROS) E ESPAÇO PARA EVENTOS.



VISITA A CACHOEIRAS, TRILHAS, CHALÉS, CAMPING E RESTAURANTE.

ROTEIROS

Entre Serras, Turismo no Meio Rural

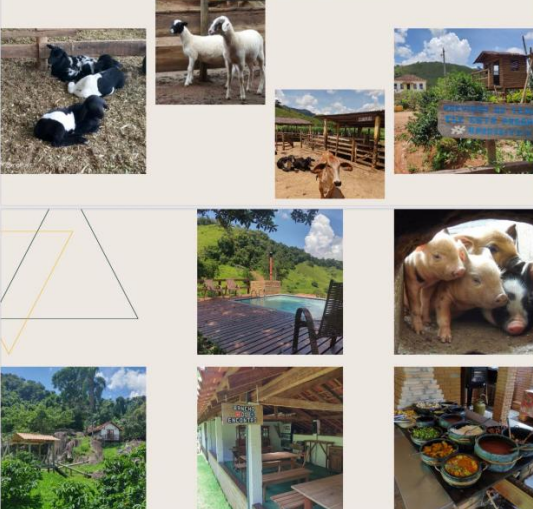
Sítio Urucum, Pesqueiro do Tarcísio, Sítio Primavera e Casinhas.


Sítio Urucum, Rancho Alegre, Sítio Primavera e Casinhas.

Sítio Urucum, Casinhas, Sítio Primavera e Cachoeira do Arco Íris.


ROTEIRO 1

Sítio Urucum, Rancho Alegre, Sítio Primavera e Casinhas.






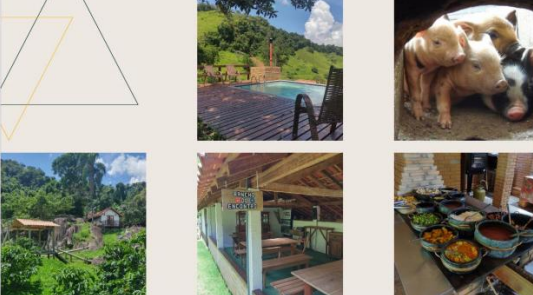
criação e comercialização de ovinos, linguiça, hambúrguer e cortes especiais de cordeiro.



chalés, suítes, piscina aquecida, sauna, trilhas, produção e comercialização de queijo Minas artesanal.



restaurante, empório, pesque pague, animais rurais (cavalos, vacas, porcos, patos, entre outros) e espaço para eventos.



ROTEIRO 2

Sítio Urucum, Pesqueiro do Tarcísio, Sítio Primavera e Casinhas.



ROTEIRO 3

Sítio Urucum, Casinhas, Sítio Primavera e Cachoeira do Arco Íris.





PRECIFICAÇÃO

Roteiro 1

1º Dia

Sítio Urucum (visitação à propriedade e degustação da carne de cordeiro), Rancho Alegre (visitação à propriedade e almoço) e Sítio Primavera (visitação à propriedade, almoço e hospedagem).

2º Dia

Sítio Primavera (Café da manhã e término da visita à propriedade) e Casinhas (Almoço e visita à propriedade).

Total: A DEFINIR

PRECIFICAÇÃO

Roteiro 2

1º Dia

Sítio Urucum (visitação à propriedade e degustação da carne de cordeiro), Pesqueiro do Tarcísio (visitação à propriedade e almoço) e Sítio Primavera (visitação à propriedade, caldo e hospedagem).

2º Dia

Sítio Primavera (Café da manhã e término da visita à propriedade) e Casinhas (Almoço e visita à propriedade).

Total: A DEFINIR

PRECIFICAÇÃO

Roteiro 3

1º Dia

Sítio Urucum (visitação à propriedade e degustação da carne de cordeiro), Casinhas (Almoço e visita à propriedade) e Sítio Primavera (visitação à propriedade, caldo e hospedagem).

2º Dia

Sítio Primavera (Café da manhã e término da visita à propriedade) e Cachoeira do Arco íris (Almoço e visita à propriedade).

Total: A DEFINIR



OBRIGADO!

turismonomeiorural@gmail.com